00100.080581/2018-64

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 86, QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2018

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 92ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 13 DE JUNHO DE 2018

1.1 – ABERTURA 12

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 12

1.2.2 – Oradores

Senadora Vanessa Grazziotin – Insatisfação com a decisão do Governo Federal de privatizar o setor elétrico brasileiro; e outro assunto. 12

Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder – Preocupação com a eventual privatização de ativos da Petrobras no estado de Sergipe; e outro assunto. 15

Senador Lasier Martins – Satisfação pela sanção do projeto de lei que permite o saque de PIS/PASEP para trabalhadores de todas as idades. 17

Senador Paulo Paim – Preocupação com os danos causados pelos fortes temporais no Rio Grande do Sul; e outro assunto. 19

Senadora Ângela Portela – Destaque para a necessidade de adoção de medidas de combate à violência no Brasil, em especial no estado de Roraima; e outro assunto. 21

Senadora Simone Tebet, como Líder – Homenagem à cidade de Três Lagoas/MS que completará 103 anos no dia 15 do corrente. 24

Senador Roberto Requião – Apoio à Senadora Gleisi Hoffmann, que será julgada em processo no STF na presente semana. 25

Senadora Marta Suplicy – Considerações sobre o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil. 30

Senadora Regina Sousa – Preocupação com a falta de políticas públicas voltadas à diminuição da violência no País. 32

Senadora Ana Amélia – Breve histórico de pequenas mudanças ocorridas no País desde as manifestações de 2013; e outros assuntos. 35

Senador Humberto Costa – Críticas à gestão do País pelo atual Governo Federal. 37

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta

Mensagem nº 33/2018 (nº 243/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador. **Aprovada** (votação nominal). 39

1.3.2 – Apreciação de requerimentos

Nº 364/2018, do Senador Eunício Oliveira. **Aprovado.** 51

Nº 354/2018, do Senador Gladson Cameli. **Aprovado.** 52

1.3.3 – Item extrapauta

Mensagem nº 43/2018 (nº 280/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra. 52

1.3.4 – Fala da Presidência (Senador Eunício Oliveira)

Comunicando a indicação da Rádio Senado para concorrer ao Prêmio Microfone de Prata pela produção da matéria "A Culpa é do Estuprador". 63

1.3.5 – Item extrapauta (continuação)

Mensagem nº 43/2018 (nº 280/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra. **Aprovada** (votação nominal). 63

1.3.6 – Item 7 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 483/2011 e com o Projeto de Lei da Câmara nº 214/2015.)

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104/2015 (nº 786/2007, na Câmara dos Deputados), que *estabelece a obrigatoriedade de o poder público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental.* **Substitutivo definitivamente adotado.** À Câmara dos Deputados. 63

1.3.7 – Item 8

Projeto de Resolução nº 16/2018, da Comissão Diretora, que *consolida e ratifica as alterações promovidas na estrutura administrativa do Senado Federal.* **Aprovado.** 64

Redação final do Projeto de Resolução nº 16/2018 **(Parecer nº 116/2018-CDIR/PLEN-SF)**. **Aprovada.** À promulgação. 64

1.3.8 – Requerimentos

Nº 366/2018, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre Projeto de Lei da Câmara nº 75/2014. **Aprovado.** 64

Nº 367/2018, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre Projeto de Lei da Câmara nº 46/2017. **Aprovado.** 64

Nº 368/2018, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre Projeto de Lei da Câmara nº 71/2017. **Aprovado.** 64

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Nº 365/2018, de tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 104/2017 com o Projeto de Lei da Câmara nº 140/2015. **Aprovado.** 64

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Oradores

Senador José Medeiros – Análise sobre as circunstâncias que ensejaram o impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff; e outros assuntos. 65

Senador Magno Malta – Comentários a respeito do acordo de desnuclearização da península Coreana firmado entre os presidentes Donald Trump e Kim Jong-Un; e outros assuntos. 71

Senador Antonio Anastasia – Destaque à importância do Congresso Mineiro dos Municípios, que será realizado na próxima semana em Belo Horizonte/MG. 76

Senadora Rose de Freitas – Análise do motivo e das consequências decorrentes da paralisação dos caminhoneiros no País; e outro assunto. 78

Senador Wellington Fagundes – Considerações sobre os efeitos econômicos e sociais da greve dos caminhoneiros; e outro assunto. 83

Senador Hélio José – Insatisfação com a possibilidade de privatização da Eletrobras e solidariedade pela greve dos trabalhadores dessa empresa; e outros assuntos. 87

Senadora Gleisi Hoffmann – Manifestação contrária ao fato de consultor do Vaticano ter sido impedido de visitar o ex-Presidente Lula, preso em Curitiba-PR; e outro assunto. 94

Senador Jorge Viana – Prestação de contas do mandato de S. Exª; e outros assuntos. 98

Senador Ivo Cassol – Indignação com denúncias sobre a falta de água e esgoto em Porto Velho-RO; e outros assuntos. 102

1.5 – ENCERRAMENTO 110

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 92ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 188/2015. 112

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 767/2015 e 206/2007 sejam apreciados pelo Plenário **(Memorandos nºs 16 e 17/2018-CMA)**. 113

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 112/2014. 116

2.1.2 – Comunicação

Do Senador Ciro Nogueira, de participação de S. Exª em missão realizada no dia 22 de maio último, nos termos do Requerimento nº 287/2018. 118

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.1.3 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Eduardo Braga – Homenagem aos doadores na celebração do Dia Mundial do Doador de Sangue; e outro assunto. 120

2.1.4 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, das Mensagens nºs 39 e 43/2018. 123

2.1.5 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 68/2018 (nº 1.220/2015, na Câmara dos Deputados), que *altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.* 125

2.1.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 322/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 76/2016, sancionado e transformado na Lei nº 13.676/2018. 137

2.1.7 – Ofícios do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ofício nº 22.958/2018, na origem, em resposta ao Requerimento nº 821/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 140

Ofício nº 22.971/2018, na origem, em resposta ao Requerimento nº 1.008/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 140

Ofício nº 22.995/2018, na origem, em resposta ao Requerimento nº 754/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. 140

Ofício nº 23.024/2018, na origem, em resposta ao Requerimento nº 1.039/2017, do Senador Roberto Rocha. 140

2.1.8 – Ofício da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

"S" nº 26/2018 (nº 30/2018, na origem), que encaminha a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras, realizadas pelo Conselho de Administração. 142

2.1.9 – Projetos de Lei do Senado

Nº 292/2018, do Senador Otto Alencar, que *altera a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, para estender a preferência na aquisição de produtos para a merenda escolar aos produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária.* 539

Nº 293/2018, do Senador Lindbergh Farias, que *altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para dispor sobre o fundo de investimento específico.* 544

Nº 294/2018, da Senadora Rose de Freitas, que *dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sôbre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.* 551

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Nº 295/2018, da Senadora Rose de Freitas, que *altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a fabricação, a comercialização, a distribuição e a importação dos produtos que especifica que contenham bisfenol A (BPA).* 555

Nº 296/2018, do Senador Randolfe Rodgrigues, que *dispõe sobre a bioconstrução no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.* 559

2.1.10 – Projeto de Resolução

Nº 30/2018, do Senador Pedro Chaves e outros senadores, que *institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras.* 565

2.1.11 – Requerimentos

Nº 364/2018, do Senador Eunício Oliveira, de autorização para desempenho de missão no período de 17 a 19 do corrente. **Aprovado**. 573

Nº 369/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento das Srªs Valdira Rodrigues e Simonildes Rodrigues e do Sr. Kalilo Rodrigues. 575

2.1.12 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 26/2018. 579

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Mensagem nº 33/2018

Lista de votação. 581

2.2.2 – Mensagem nº 43/2018

Lista de votação. 584

2.2.3 – Projeto de Resolução nº 16/2018

Redação final (Parecer nº 116/2018-CDIR/PLEN-SF) **(vide item 4.1)**. 587

2.2.4 – Requerimento nº 366/2018

Matéria lida e aprovada. 589

2.2.5 – Requerimento nº 367/2018

Matéria lida e aprovada. 592

2.2.6 – Requerimento nº 368/2018

Matéria lida e aprovada. 595

2.2.7 – Requerimento nº 365/2018

Matéria lida e aprovada. 598

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

Nº 40/2018-CAS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 112/2014. 601

Nº 50/2018-CDH, sobre a Sugestão nº 49/2017. 606

Nº 50/2018-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 39/2018. 613

Nº 51/2018-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 43/2018. 621

PARTE III

4 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

4.1 – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/2018 (PARECER Nº 116/2018-CDIR/PLEN-SF)

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 629

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 632

7 – LIDERANÇAS 633

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 637

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 650

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 654

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 703

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 92ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 13 de junho de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, João Alberto Souza, José Pimentel, Antonio Carlos Valadares e Dário Berger.

(Inicia-se a sessão às 13 horas e 2 minutos e encerra-se às 20 horas e 1 minuto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

92ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 13 horas

Presenças no período: 13/06/2018 07:00:00 até 13/06/2018 20:32:00

Votos no período: 13/06/2018 07:00:00 até 13/06/2018 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
MDB	SP	Airton Sandoval	X	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PDT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X	X
MDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
MDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PROS	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
MDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PODE	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PSD	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
MDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PRB	MS	Pedro Chaves	X	X
PSD	PB	Raimundo Lira	X	X

Emissão 13/06/2018 20:32:43

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

92ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 13 horas

Presenças no período: 13/06/2018 07:00:00 até 13/06/2018 20:32:00

Votos no período: 13/06/2018 07:00:00 até 13/06/2018 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
MDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	
PR	MT	Rodrigues Palma	X	X
PODE	RJ	Romário	X	X
MDB	RR	Romero Jucá	X	X
PODE	ES	Rose de Freitas	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
MDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
MDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
MDB	MG	Zeze Perrella	X	X

Compareceram 61 senadores.

Emissão 13/06/2018 20:32:44

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Pela ordem, Senador Pedro Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero só uma comunicação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª está inscrito, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, pela Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela Liderança do PSB, Antonio Carlos Valadares está inscrito em primeiro lugar.

Há oradores inscritos.

Em permuta com a Senadora Fátima Bezerra, concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, PCdoB (Partido Comunista do Brasil) do Amazonas, como oradora inscrita, por dez minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

Sr. Presidente, nós acabamos de concluir a reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Debatemos matérias importantes, mas matérias extremamente polêmicas. Uma delas diz respeito ao projeto de decreto legislativo apresentado por mim e posteriormente também pelo Senador Eduardo Braga, que visa sustar o decreto do Presidente Michel Temer que muda a política de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, no que diz respeito à produção de bebidas. O relatório foi lido, o relatório é favorável ao projeto de decreto legislativo sustando, portanto, o decreto presidencial.

Na sequência, por um acordo, deliberamos também que haverá, na próxima terça-feira, uma audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça para tratar da matéria. Eu considero que essa audiência pública é da mais extrema importância.

Certamente teremos lá presentes aqueles que são oposição ao nosso projeto de decreto legislativo, pois se dizem defensores das pequenas empresas produtoras de bebidas instaladas em outras regiões do País, e, do outro lado, as empresas que defenderão ou os setores que falarão da importância da manutenção desse incentivo fiscal, não só para a Zona Franca de Manaus, mas para a própria segurança jurídico-tributária do nosso País, porque, afinal de contas, Presidente, eu quero aqui lembrar mais uma vez o que nós temos dito e repetido muitas vezes: o Presidente Michel Temer assinou esse decreto diminuindo as vantagens comparativas de um importante setor da Zona Franca de Manaus, cujos incentivos fiscais são baseados na Constituição da República. Portanto, nós temos o entendimento de que esse decreto é inconstitucional, porque ele afronta a Constituição da República, Sr. Presidente, e por isso apresentamos o projeto para sustá-lo.

Então, o Presidente Temer, em decorrência da necessidade, segundo ele, de buscar recursos para garantir a redução de 46 centavos no litro do óleo diesel, está buscando esses recursos em duas fontes: primeiro, o corte do Orçamento puro e simples, e, segundo, diminuindo algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vantagens comparativas. E nesse aspecto ele mirou e atacou exatamente e diretamente a Zona Franca de Manaus, o que é lamentável, Presidente. É lamentável porque são inúmeros, milhares de empregos que deverão deixar de ser gerados na região; e um modelo atacado, um modelo importante, que é o modelo constitucional, porque se fazem isso hoje, com o setor de bebidas, vão querer fazer a mesma coisa, amanhã, com o setor de duas rodas; vão querer fazer a mesma coisa com o setor de eletroeletrônicos. Ou seja, a Zona Franca de Manaus, que, apesar de ter garantia constitucional, será minada de tal forma que será completamente inviabilizada.

Então, eu quero dizer que confio em meus pares. Sei que na semana que vem teremos um debate muito importante. O Presidente, Senador Edison Lobão, acaba de concordar agora com que os convidados sejam de ambos os lados – e não uma audiência pública com apenas um lado convidado, mas que todos aqueles que são a favor e os que são contrários tenham a oportunidade de falar e demonstrar as suas razões.

De nosso lado, nós estamos muito tranquilos, Sr. Presidente, primeiro, porque é um setor importante para a região e é o único que não apenas gera empregos em Manaus, mas gera empregos e desenvolvimento também no interior do Estado, onde se produz o guaraná.

Mas, Sr. Presidente, um outro aspecto que me traz à tribuna neste momento diz respeito – e V. Exª sabe que eu tenho repetido muitas vezes este assunto aqui –, à decisão do Governo de privatizar o setor elétrico. Com a impossibilidade de aprovação da lei que tramita na Câmara que viabiliza a privatização da Eletrobras, o Governo Federal entendeu que, para dar uma resposta ao mercado, tem de viabilizar a privatização das seis distribuidoras. Dessa forma, mandou um projeto de lei, em regime de urgência, que também se encontra na Câmara dos Deputados e, logo, logo, chegará aqui, ao Senado Federal.

Eu tomei conhecimento de que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, procurou a categoria, os trabalhadores, os sindicatos; conversou com os sindicatos em algumas reuniões, e tentou formalizar um acordo, para que esse acordo viabilizasse a aprovação deste projeto de lei, enviado em regime de urgência pela Presidência da República.

Obviamente, os sindicatos não aceitaram o acordo, porque têm consciência de que o objetivo deste projeto de lei não é, mera e simplesmente, resolver algumas pendências no âmbito dessas seis distribuidoras, entre as quais a distribuidora do meu Estado do Amazonas, a Amazonas Distribuidora.

O objetivo do projeto não é apenas resolver problemas técnicos, problemas legais que envolvam essas distribuidoras, não. O objetivo maior é viabilizar a privatização do setor elétrico brasileiro. E, com isso, nós não vamos concordar. Aliás, nós não podemos concordar, Sr. Presidente, porque, veja, querem privatizar uma distribuidora de energia para uma localidade que não dá lucro; privatizar entregando a empresa à iniciativa privada – cada uma das distribuidoras –, a preço de banana.

Senadora Ângela, cada uma de nossas distribuidoras está sendo posta para privatização com um valor de R$50 mil – R$50 mil. E aí eles dizem: "Não, mas a dívida é muito grande." Não, livre de todas as dívidas, porque o Governo quer repassar as dívidas dessas distribuidoras para os cofres da União e privatizá-las completamente saneadas.

O que eles argumentam? "Não, mas essas distribuidoras terão de investir na infraestrutura, visto que o Estado brasileiro não tem mais a capacidade de investimento."

Aí eu pergunto aos Srs. Senadores, às Srªs Senadoras e mais a quem nos ouvem em casa, que sabe minimamente fazer uma conta matemática: qual a empresa privada que vai investir recursos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que vai imobilizar capital em regiões onde não há o retorno econômico-financeiro? Porque lá no nosso Estado é assim. Eu pergunto: qual o interesse da empresa que porventura vier a adquirir a Amazonas Energia, qual o interesse que ela terá em investir, por exemplo, para levar energia elétrica ao Município do Apuí; para levar energia elétrica ao Município de Atalaia do Norte, que são Municípios carentes, onde as pessoas não têm condições de pagar a tarifa de energia?

Então, veja, energia, geração, distribuição de energia em algumas regiões do País ainda são atividades sociais.

Senador João Alberto, V. Exª é de um Estado parecido com o meu. Aliás, parte do Estado de V. Exª integra a Amazônia Legal – parte do Estado do Maranhão integra a Amazônia Legal –, e nós, na nossa região, temos localidades com pessoas que vivem muito distantes umas das outras. Os nossos Municípios não têm ligação por terra. São Municípios distantes, são povoados, com 10, 20, 30, 40, 50 mil habitantes, mas são povoados cuja população precisa receber a energia e receber a energia a um custo justo, capaz de fazer frente...

Por isso, nós dizemos que a primeira providência que eles vão tomar após a privatização, caso ela se viabilize – eu tenho certeza de que isso não acontecerá...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não acontecerá.

Vamos manter as distribuidoras de energia na mão do Estado brasileiro, porque, se privatizarem, a primeira providência vai ser aumentar a conta da luz! Essa vai ser a providência. Aliás, nem eles negam isso. Nem o Governo e, muito menos, a Aneel negam que, caso a privatização ocorra, haverá um impacto significativo na conta de luz, um aumento na conta de luz para os consumidores.

Então, eu quero dizer aqui que os trabalhadores, ao não aceitarem o acordo com a Presidência da Câmara dos Deputados, agiram não apenas em defesa dos direitos deles, trabalhadores do setor de energia. Por quê? Porque a privatização também trará demissões em massa.

Aliás, sobre isso, mesmo antes da privatização, a Amazonas Energia anunciou aos quatro cantos que iria demitir quase mil trabalhadores, Senador João Alberto – quase mil! E, de imediato, desses quase mil...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E eu concluo.

De imediato, eles demitiram mais de 200.

Nós conseguimos reverter as demissões, reverter essa situação a partir de uma audiência que tivemos com o Ministro, e na medida provisória anterior, que previa essa privatização e que caducou, que não foi votada, estava escrito que os trabalhadores demitidos, na medida do possível e da disponibilidade de recursos públicos, poderiam receber indenização por parte do Governo. Poderiam! Poderiam! E a gente sabe que não há disponibilidade de recursos; ou seja, a privatização é danosa em todos os sentidos e em todos os aspectos.

Primeiro, porque aumenta a conta de luz para uma população que não tem condições mais de pagar a já cara, hoje, conta da energia elétrica.

Segundo, vai propiciar desemprego...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E desemprego em massa.

Terceiro, vai levar a insegurança energética para toda a Região Norte. E eu falo isso com muita segurança, porque vivo no Amazonas, porque ando no interior do Estado do Amazonas e sei das condições sociais da nossa gente.

Então, não dá.

Eu, desde já, quero dizer aos Senadores e às Senadoras: espero que o projeto que tramita em regime de urgência na Câmara sequer chegue ao Senado Federal, mas, se chegar ao Senado Federal, nós estaremos sendo chamados, mais uma vez, a fazer justiça, e fazer justiça é não permitir que se privatizem as seis empresas distribuidoras de energia elétrica, entre elas a distribuidora de energia elétrica do meu Estado do Amazonas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

Pela Liderança do PSB, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares – PSB de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, tratei aqui da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que suspendeu, em liminar, a venda, sem licitação, da subsidiária da Petrobras responsável pelo transporte de gás natural para todo Norte e Nordeste do País.

Hoje trago mais um capítulo da operação desmonte da nossa soberania, em andamento na Petrobras, e sem que o povo tenha o direito de opinar. O mesmo TRF está para analisar ações impetradas pelos petroleiros, desta vez na tentativa de barrar a venda, sem licitação, de 15 campos petrolíferos no meu Estado, o Estado de Sergipe, que é um grande produtor de petróleo.

Mais um caso de privatização de ativos estratégicos da Petrobras, certamente a preços depreciados.

Dos 15 campos petrolíferos à venda, dez são terrestres: Angelim, Aguilhada, Aruari, Brejo Grande, Ilha Pequena, Atalaia Sul, Siririzinho, Castanhal, Mato Grosso e Riachuelo. Os outros cinco campos são marítimos: Caioba, Camorim, Dourado, Guaricema e Tatuí.

Além dos campos de petróleo, estariam incluídas nas negociações as instalações industriais conexas e um gigantesco terreno na área mais valorizada de Aracaju, onde fica instalado o Terminal de Gás e Óleo do Carmo (Tecarmo).

Sr. Presidente, é preciso que se diga que a própria Petrobras sabe do enorme potencial exploratório do litoral sergipano, inclusive com a reserva do pré-sal, de petróleo de boa qualidade. É uma riqueza para o Estado e para o País.

Prestes a deixar o Planalto como o Presidente mais impopular da história do Brasil, sem credibilidade e legitimidade, o Presidente e o seu governo não deveriam levar adiante medidas tão nevrálgicas, que dizem respeito ao interesse nacional estratégico.

Outro assunto, Sr. Presidente, que eu trago neste momento é a apreensão que estamos sentindo e o desânimo do eleitor – ao que parece, uma tendência crescente de brasileiros determinados a se afastar do processo eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Neste domingo, levantamento do Datafolha mostrou parte do eleitorado mais arredio. Na pesquisa espontânea, 23% apontaram a disposição de votar branco ou nulo. Em 2014, esse índice foi de 8%; ou seja, três vezes menor do que o atual.

Ainda em agosto do ano passado, na eleição atemporal para o governo do Amazonas, vimos que em torno de 36% do eleitorado não foram às urnas ou votaram em branco e nulo.

Bem mais recente, na eleição para o governo de Tocantins, foram quase 44% de votos nulos, brancos e abstenções. A soma desses "não votos" foi mais que o dobro do alcançado pelo candidato que ficou em primeiro lugar para a disputa em segundo turno.

O que me angustia é imaginar que parcela dos brasileiros demonstre apatia ou rejeite o processo eleitoral, justamente quando se faz imprescindível manter acesa a certeza de que o poder transformador nasce das urnas.

Guardo a esperança de que as pessoas hoje mais afastadas do processo estejam apenas ainda em busca de um nome em quem confiar, em meio à enorme crise de representatividade que atravessamos. Quarenta e cinco por cento dos ouvidos pelo Datafolha acreditam que as eleições podem fazer a vida melhorar.

É importante que, embora atordoada, a sociedade ainda esteja em busca de saída, que esteja, sobretudo, criteriosa e mais consciente do seu destacado papel.

É claro que são muitas as decepções – tanto sofrimento e desalento se abateram sobre o povo brasileiro. Desesperança é a sensação dominante.

Natural que a reação seja, a princípio, repudiar a política e tudo o que a ela diga respeito, mas, sem a política, nada se resolve, pois a democracia, que é sustentada através do voto popular, é que não pode, de forma nenhuma, sofrer nenhum retrocesso; anestesiar-se, como se possível fosse deixar de enxergar o absurdo dos acontecimentos; ou até mesmo cortejar com o retrocesso inaceitável, de perfil obscurantista.

Mas subo hoje à tribuna, para ressaltar a força do povo brasileiro de chamar para si o destino da Nação, de legitimar esse seu poder e de pautar os interesses e demandas urgentes da população.

Eu espero que o eleitorado brasileiro desta vez não deixe que ninguém decida em seu lugar, que chefe político malcheiroso, corrupto, tendencioso venha a influenciar seu voto para prejudicar os destinos da Nação.

Falo assim porque estou convicto de que essas eleições são uma oportunidade de voltarmos a nos afirmar como povo soberano; de recuperar direitos básicos daqueles que sempre são chamados a pagar a conta das crises que não produziram. Eu acredito que a negligência é quase um flerte com a cumplicidade.

Recentemente, ouvi alguém dizer que é preciso ressignificar a política, dar a ela outro significado. Concordo. E acredito que isso pode acontecer a partir da ocupação do espaço político pelo povo.

A urna eleitoral é o caminho para dar cabo à aliança de compadrio da elite política e econômica divorciada do cidadão, que faz da luta pelo poder um fim em si mesmo, inclusive para enriquecimento ilícito.

O fortalecimento da sociedade civil derrotará o modelo patrimonialista e clientelista, que só atende aos interesses dos poderosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Terá o brasileiro, especialmente nestas eleições, um protagonismo cívico excepcional. Está no voto a chance de voltarmos a falar em princípios éticos, de honestidade, de integridade, de reputação, de honradez e de trabalho. Esperamos que tudo isso esteja na cabeça do eleitor.

Estamos a menos de quatro meses do processo eleitoral, a algumas semanas das convenções partidárias, quando serão definidas candidaturas e alianças. É o momento de analisar os que se apresentam. Existem boas opções, e os bons exemplos não devem empanar os maus. Não vamos generalizar. A generalização padece de equilíbrio e leva prejuízo incomensurável à democracia.

E a eleição de outubro para Presidente, Governadores, Deputados, Senadores, tem a vantagem de trazer novos instrumentos de apoio à decisão do eleitor.

Já encerrando, Sr. Presidente, temos a internet, onde a biografia dos candidatos está ao alcance de um toque no celular. É possível conferir se o discurso do postulante condiz com a prática adotada. Avaliar seu comportamento em questões fundamentais, como o direito dos trabalhadores. Ou mesmo se está na mira da Justiça, se é ficha limpa. Sua vida pregressa é importante para o futuro do nosso País.

Não é hora de desanimar, mas, sim, de irmos às urnas. É hora de dizer não à política do discurso do dinheiro fácil e das dádivas efêmeras; dos que apelam para fórmulas escandalosas de negociar a vontade do eleitor na campanha, para depois abandoná-lo.

Pedras não faltam no caminho. O Brasil hoje é um tecido esgarçado. São 13 milhões de desempregados e jovens sem perspectiva; o Estado, alvo de... Um gesto de atacar, sem dúvida alguma, o nosso patrimônio e desmontar aquilo que construímos no passado.

Mas não subestimo a capacidade do povo de provocar a mudança esperada no curso dessa história manchada pelas forças do atraso.

Estejam os brasileiros amarrados ao imperativo da ética na política e rejeitem, nas urnas, os desassociados do projeto de um Brasil promissor e igualitário, um Brasil desenvolvido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... um Brasil que tenha o respeito não só dos brasileiros, mas que tenha o respeito do mundo inteiro.

E, especialmente, eleitores, não sucumbam ao ceticismo, não se deixem derrubar pelo pessimismo. E vamos, sem dúvida alguma, construir um novo Brasil com o voto do povo!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, PSD do Rio Grande do Sul.

Por dez minutos, Excelência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente João Alberto, eminente Senador do Estado do Maranhão, Senadores, Senadoras, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado.

Eu venho à tribuna, Sr. Presidente, para transmitir uma boa notícia a todos aqueles que são titulares de contas do PIS/Pasep. São 26,6 milhões de brasileiros que a partir de amanhã – tão logo seja publicado no *Diário Oficial* o decreto e a lei, sancionados agora de manhã, no Palácio do Planalto – já poderão buscar essas contas que estavam represadas há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fui autor de uma emenda que aprimorou o direito àqueles que podem sacar os créditos nas suas contas: os trabalhadores da iniciativa privada, na Caixa Econômica Federal, que são ampla maioria, e os funcionários públicos, no Banco do Brasil.

Antes, o que previa a lei é que poderiam sacar esses recursos idosos acima de 60 anos, aposentados, portadores de doenças graves, inválidos, aqueles que tinham direito à prestação continuada.

Apresentei uma emenda, Sr. Presidente, para que todos os brasileiros que têm ainda esses recursos depositados possam retirá-los, porque esses recursos não são do Tesouro Nacional, não são da Caixa, não são do Banco do Brasil. Eles foram depositados lá pelos empregadores, os empregadores da iniciativa privada e os empregadores da atividade pública – então, quem tinha direito são esses trabalhadores, grande parte deles pessoas idosas –, verba, portanto, que vem injetar muito dinheiro na economia. Esse é um outro aspecto além da vantagem pessoal, uma extraordinária vantagem para a economia brasileira, porque serão injetados R$37,1 bilhões para aqueles que vão receber agora esta verba, o que significa um socorro a muita gente que está em dificuldades financeiras – e quem não está precisando de dinheiro atualmente no Brasil?

E a minha emenda nesta Medida Provisória de nº 813/2017 foi no sentido de que todos os titulares de contas do PIS/Pasep pudessem levantar esses recursos.

O outro item da emenda é com relação à estipulação de prazo. Propus na emenda, que foi aprovada aqui, nas Casas do Congresso Nacional, que até o dia 28 de junho poderiam levantar essas contas aqueles que antes não tinham direito, porque não se enquadravam naqueles vários requisitos da lei, com a possibilidade, se houvesse a demora na sanção do Presidente, de que essa data se prolongasse para 28 de setembro. E foi o que valeu, porque, com muita sensibilidade, o Sr. Presidente da República, hoje sancionou a lei e permite que todos os titulares de contas do PIS/Pasep possam sacar os seus recursos até o dia 28 de setembro – 28 de setembro.

Logo que apresentei esta emenda, recebi muitas manifestações de várias partes do Brasil, pessoas que alimentavam essa esperança. Pois agora é oficial. Como a TV Senado tem uma repercussão muito boa pelo Brasil afora, aqueles que estão ouvindo – muitos nem esperavam mais esse benefício, muitos têm conhecidos que têm direito a esse benefício – poderão comunicar a todos aqueles. Agora, aqueles que não se enquadram na condição de doença, de aposentadoria, de invalidez, de prestação continuada têm de buscar os seus recursos até o dia 28 de setembro. Os demais aqui mencionados, esses, a qualquer tempo, mesmo depois de 28 de setembro, poderão buscar os seus recursos.

É uma boa notícia, porque, de um lado, alimenta, aciona a economia nacional numa época de dificuldades conhecidas de todos, e, de outro lado, beneficia muita gente.

Então, essa comunicação que quero fazer aqui é muito simples. A medida original não tinha essa extensão que tive na iniciativa de propor.

E estou muito satisfeito por ter contado com a sensibilidade do Governo, que não apôs nenhum veto e sancionou a lei na íntegra, do modo como saiu aqui do Congresso Nacional.

Então, senhores detentores de contas do PIS/Pasep, a partir da publicação da lei amanhã – porque assim foi anunciado hoje no Palácio do Planalto –, todos poderão recorrer e também poderão consultar, pelos *sites* da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, onde estarão também sendo comunicados dessa disponibilidade.

Os valores são muito variados: há de mil reais, até valores bem mais altos. O importante é que entra dinheiro na economia e entra dinheiro no bolso de muito brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Era o que queria registrar aqui com muita satisfação, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exª, Senador Lasier Martins.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Senador pela iniciativa da emenda. O PIS/Pasep, de fato, é um dinheiro do povo, e todo o povo deve poder retirar o que está lá acumulado. Parabéns a V. Exª pela emenda.

Mas, Senador Lasier, eu, infelizmente, e V. Exª deve estar a par também, trago uma notícia que preocupa a todos.

Nessa segunda e na terça-feira, o Rio Grande do Sul foi atingido por um verdadeiro furacão, fortes temporais que causaram estragos em diversas regiões do Estado.

No interior gaúcho, o vento destelhou casas, e altos volume de chuva provocaram alagamentos.

Cerca de 3 mil casas foram danificadas. Duas pessoas morreram. Os locais mais afetados são Serra, Norte e Centro.

Boletim da Defesa Civil aponta que ao menos 24 cidades foram atingidas – são três a mais que as registradas no primeiro balanço, e poderão aparecer outras.

Ainda de acordo com o informativo, as principais ocorrências se referem a quedas de árvores e postes, falta de energia elétrica e casas derrubadas.

Segundo as concessionárias RGE e RGE Sul, cerca de 95 mil clientes foram atingidos.

Na área de concessão da RGE, as regiões mais atingidas foram a Serra e o Vale do Paranhana.

Nos Municípios das regiões norte e noroeste do Estado, como Passo Fundo, Sarandi, Palmeira das Missões e Santa Rosa, os estragos também foram grandes.

Já na área de distribuição da RGE Sul, as cidades mais afetadas estão espalhadas entre as regiões Metropolitana, Central, Vale do Rio Pardo e Taquari.

Na área da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), há registros também do mesmo estrago.

Defesa Civil, Brigada Militar e Corpo de Bombeiros continuam mantendo socorro aos moradores.

Fica aqui o meu apelo: é muito importante a solidariedade de todos, através de doações de roupas, calçados, colchões, produtos de higiene pessoal, alimentação não perecível e água potável.

Faço um apelo também ao Governo do Estado – que acolha, ajude aqueles que foram afetados por esse verdadeiro furacão –, como também à União: que os órgãos da União e do Estado se movimentem nesse sentido. E, claro, também os Municípios estão pedindo socorro.

Sr. Presidente, eu quero ainda, no dia de hoje, fazer uma homenagem aos nossos garis. Quero cumprimentar esses profissionais que, de maneira quase invisível para a maioria das pessoas, contribuem muito, muito, para a higiene das cidades e para a saúde da população.

Higiene é saúde! Nossos garis, mais do que simplesmente limpar as ruas, estão implementando uma importantíssima política pública preventiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Política de saúde não acontece só nos hospitais. Higiene significa menos gente contaminada, menos doenças, o que, inclusive, desafoga o sistema de saúde e diminui os gastos públicos.

Lembremos aqui, por exemplo, a peste negra, uma das mais devastadoras pandemias na história humana, resultando na morte de 75 a 200 milhões de pessoas na Europa e na Ásia, cerca de 25% da população mundial da época. A doença é causada ao homem por uma bactéria presente na pulga do rato. Ou seja, está diretamente relacionada às más condições de saneamento básico e higiene urbana.

Também não podemos deixar de falar da relação intrínseca entre limpeza urbana e doenças como dengue, zika e o famoso chikungunya. O mosquito só procria porque lhe damos espaço para se desenvolver. Talvez a adoção de uma política de limpeza urbana mais eficiente e estrategicamente planejada já tivesse nos deixado livres dessas pragas urbanas. Aí, os garis fazem a sua parte. Eles só precisam ter estrutura por parte dos Municípios, Estados e União.

Que tal começarmos a olhar para os garis como os verdadeiros profissionais promotores também de saúde que são? Talvez devessem até começar a usar roupas brancas em vez de laranja, tão grande é a relação entre o trabalho deles e a promoção da saúde pública.

Por que eu falo sobre essas coisas, Sr. Presidente? Por que eu falo coisas extremas como mudar a cor da roupa dos garis? Eu tenho a clara convicção de que um dos meus maiores papéis, enquanto Senador – não só meu, como de nós todos –, é dar visibilidade à população invisível. Por isso apresentamos também, na época, o Estatuto do Cigano. O Brasil tem que enxergar os garis como profissionais lutadores, defensores da saúde. Precisamos reconhecer a importância daqueles que realizam um serviço que muitos não gostariam de realizar. Mas eles estão ali e o fazem com dedicação.

Existem diversos projetos que tramitam no Congresso há quase uma década, sem nunca terem sido aprovados, porque não conferimos o devido valor, a devida importância aos garis.

Lembro da PEC 34, de 2010, por exemplo, que prevê o estabelecimento de um piso salarial nacional para os servidores públicos da área de limpeza urbana, de nossa autoria. O PLS 464, de 2009, fixa o piso salarial do gari e define o grau do adicional de insalubridade que lhe é devido. O PLS 155, de 2010, regulamenta o pagamento de adicional de insalubridade e a concessão de aposentadoria especial ao trabalhador que exerça as atividades de coleta de lixo e de varredura de vias e de logradouros.

Todas essas proposições, Sr. Presidente, que encaminhamos foram para fortalecer essa categoria invisível, que é a dos garis, sendo que a mais recente tramita no Congresso Nacional há mais de oito anos.

É preciso que os profissionais da limpeza urbana recebam, de forma justa, um salário que lhes permita viver com dignidade. Temos que priorizar a aprovação também desses projetos, como a de outros tantos que estão aqui há anos.

Acho curiosa a sazonalidade com que os servidores públicos da área de limpeza urbana são lembrados quando estão em greve ou após Natal e *réveillon*, ou após algum outro evento grande, como um festival de música. Ou mesmo no Carnaval. Quando as câmeras da TV mostram uma quantidade absurda de lixo acumulado, muitas vezes nos vem o pensamento: quem vai conseguir limpar isso tudo? Eles limpam! Eles sempre limpam! E não apenas nessas situações de grande acúmulo, mas também nas situações corriqueiras, do dia a dia.

Mas, passados os grandes eventos, os grandes tumultos, eles, como num passe de mágica, voltam a ser invisíveis. E essa invisibilidade é cruel. Por não nos lembrarmos deles com maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

frequência, acabamos nos esquecendo de separar adequadamente o lixo seco do lixo orgânico; acabamos misturando o lixo inofensivo com cacos de vidro e outros materiais cortantes; e, por nossa culpa, aqueles que estão fazendo o trabalho que ninguém quer fazer acabam se ferindo.

Devemos ter mais cuidado com nosso lixo. Repito: devemos ter mais cuidado com nosso lixo. Afinal, leva tão pouco tempo separar o lixo e embalar adequadamente cacos de vidro.

Tenhamos sempre em mente que uma pessoa vai mexer no nosso lixo e que ela pode se acidentar e se machucar.

Estou terminando, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Questões trabalhistas e salariais são muito importantes para essa categoria dos profissionais da limpeza urbana, pois a remuneração, em geral, é baixa, muito baixa, mas fortalecer a mensagem de cuidado que devemos ter para que eles não se machuquem no exercício de seu trabalho também é fundamental.

Transmitir a mensagem do cuidado relaciona-se diretamente com a dignidade do ofício. Significa que nos importamos com eles, que não queremos que se machuquem, que compreendemos a essencialidade do trabalho que realizam e que lhes somos muito gratos. Nós lhes somos muito, muito gratos!

Façamos a nossa parte também. Limpeza urbana não é trabalho só dos garis, mas de toda a sociedade.

Tenhamos sempre em mente que a higiene é um dos maiores vetores de saúde.

Vida longa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a todos os garis!

Esta é uma homenagem que faço aos garis, Sr. Presidente – aproveitando os 50 segundos restantes –, porque eu estava em um debate em Porto Alegre, falando dos Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, do Caminhoneiro, da Cidade, e do ECA, da Constituição, daí um jovem se levantou lá no meio e disse: "Paim, e os garis?" E eu me comprometi com ele de que faria o pronunciamento no dia de hoje.

E aqui o faço, dizendo que falta de projeto não é, mas que tem de haver pressão, porque os projetos – que poderão ser leis – que contemplam os garis estão na pauta e podem ser votados.

Agradeço a tolerância de V. Exª ao pronunciamento, na íntegra, do verdadeiro furacão que atacou o Rio Grande e da situação dos garis no nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Ao Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

À Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

À Senadora Ângela Portela, do PDT de Roraima, como oradora inscrita.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o principal tema que tem preocupado a sociedade brasileira e, por conseguinte, o debate eleitoral de 2018, é a questão da segurança pública.

Infelizmente, a realidade brasileira impõe a todos nós falar não da segurança, mas da insegurança pública.

Trata-se de uma triste constatação, feita a partir do sentimento de uma sociedade que experimenta a violência em seu dia a dia e amparada em dados objetivos, divulgados pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no *Atlas da Violência* 2018.

Mencionei aqui alguns dados do *Atlas* em discurso na semana passada, mas o tema, pela sua importância e relevância, merece um aprofundamento maior.

Do mesmo modo, em junho do ano passado, ocupei esta tribuna para falar do assunto, a partir da divulgação do *Atlas da Violência* 2017.

A constatação que faço é muito triste e dolorosa para o Brasil e para o povo brasileiro: a violência continua atingindo com mais intensidade os jovens, as mulheres e os negros.

No ano de 2016, o Brasil alcançou a marca de 62.517 homicídios, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Isso significa 30 vezes a taxa de homicídios da Europa, o que faz do Brasil um país com mortes intencionais semelhantes ou até mesmo superiores às registradas em países em zonas de guerra.

Os números ganham contornos ainda mais dramáticos quando consideramos que, nos últimos dez anos, 553 mil pessoas foram assassinadas no Brasil.

É uma realidade inaceitável, que demanda, que exige das autoridades públicas, de todos nós, uma reação à altura.

A violência tem atingido de maneira brutal a nossa juventude. Em 2016, os homicídios foram responsáveis por 56,5% das causas de óbitos entre os homens de 15 a 19 anos.

Entre os negros, a situação também é gritante. Nos últimos dez anos da publicação do *Atlas da Violência*, a taxa de homicídios de não negros diminuiu 6,8%, ao tempo em que a taxa de vitimização dos negros aumentou 23%.

Traduzindo esses números, 71,5% das pessoas assassinadas por ano, no Brasil, são pretas ou pardas.

Em 2016, 4.645 mulheres foram mortas no Brasil, uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, esse número aumentou 6,4%.

No tocante aos homicídios de mulheres, tenho o dever de destacar a triste situação do meu Estado de Roraima, campeão nacional de mortes de pessoas do sexo feminino. Em 2016, nosso Estado registrou uma taxa de 10 homicídios por 100 mil mulheres, taxa superior à da Região Norte e de todo o Brasil. Houve um aumento de 92,3% em dez anos. É assustador.

São números, Sr. Presidente, que exigem de todos nós uma ação contundente.

Destaco aqui nossa luta para construir e inaugurar a Casa da Mulher Brasileira em nosso Estado de Roraima, instituição que reúne em um só lugar todos os órgãos de combate à violência contra a mulher: a Defensoria Pública, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e as Varas Especializadas da Justiça e do Ministério Público.

Lutamos muito para que essa instituição se tornasse realidade, essa Casa da Mulher Brasileira. Criada no governo da Presidente Dilma, a instituição foi inaugurada, primeiramente, em Brasília e, depois, em Campo Grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com a troca do Governo, a Casa da Mulher do nosso Estado necessitou de um verdadeiro périplo para sair do papel. Eu lembro aqui que o Governo do Estado fez a sua parte, com todas as obras físicas e as articulações institucionais para envolver os Poderes – especialmente o Poder Judiciário, os operadores de Direito – no atendimento na Casa da Mulher Brasileira. Entretanto, as mulheres roraimenses tiveram de esperar mais de dois anos pela boa vontade do Governo Federal em liberar as verbas para a conclusão da Casa. Finalmente, este ano, a Casa da Mulher Brasileira do nosso Estado saiu do papel e será, sem sombra de dúvida, um marco para que Roraima possa reverter esse quadro dramático de violência contra a mulher.

Quero lembrar aqui também, Sr. Presidente, que, em parceria com o Governo do Estado no combate à violência, nós liberamos R$2,1 milhões para a construção de duas delegacias especializadas no atendimento às crianças e aos adolescentes que cometeram crimes, atos infracionais. Esses recursos serão aplicados para o combate à violência na área da infância e da adolescência. Como vimos no Atlas da Violência, as maiores vítimas são os nossos jovens.

Sr. Presidente, a verdade é que nosso País está mergulhado na violência, quadro certamente agravado pelo Governo insensível de Michel Temer, que sempre está de costas para o povo brasileiro.

O Congresso tem se mexido, aprovando inúmeras medidas relativas ao tema. É preciso destacar que aprovamos a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), cujo objetivo é integrar os órgãos de segurança pública, como as polícias – Federal e estaduais –, as secretarias de segurança e as guardas municipais. A União, por seu turno, repassará recursos aos demais entes federativos, mediante contrapartida, como metas de redução da criminalidade e produção de base de dados para que a União tenha conhecimento e possa atuar.

Não podemos, entretanto, deixar de cobrar dos Governos Federal e Estaduais ações concretas no combate à violência, que englobem tanto a repressão aos criminosos quanto a inclusão social de nossa juventude. Precisamos investir no combate ao crime, mas também precisamos investir em educação, em empregos e em oportunidades para a nossa juventude, para as nossas mulheres, para a população de modo geral.

Sr. Presidente, queria aqui destacar, como faço todos os dias, no plenário do Senado, e cobrar mais uma vez do Presidente que sancione a Medida Provisória 817. Trata-se da MP que regulamenta a Emenda Constitucional 98, que permite a inclusão de servidores dos ex-Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá que prestaram serviços a esses Estados no período de 1988 a 1993, que é o período de transição de ex-Território para Estado.

Pedimos também, Sr. Presidente, a agilidade do Ministério do Planejamento para que analise com maior brevidade os processos que foram encaminhados pelos servidores dos três Estados, para que sejam publicados os nomes das pessoas que têm o direito adquirido através da Emenda 98 no *Diário Oficial da União*. Nós temos, inclusive, visto a publicação, através de portaria do Ministério do Planejamento, dos processos deferidos. Isso é muito positivo. Mas, para além disso, o que vai de fato concretizar o enquadramento desses servidores, o que vai oficializar o enquadramento deles na União será a publicação no *Diário Oficial da União*.

Então, queria pedir aqui tanto a sanção da MP 817 como também que o Ministério do Planejamento agilize essa documentação, porque nós temos prazo, Sr. Presidente: dia 7 de julho. Até 7 de julho nós não teremos mais condições de colocar na União esses servidores que têm esse direito já garantido através da Emenda Constitucional 98. É uma expectativa de direito muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

forte. Essas pessoas que trabalharam nesse período estão esperançosas. E nós não podemos tirar dessas pessoas a esperança de fazerem parte dos quadros da União.

Foi uma luta intensa aqui dos Parlamentares, de todos nós que votaram favoráveis a essa Emenda. E eu destaco aqui as Bancadas Federais de Roraima, de Rondônia e Amapá, que se mobilizaram, que trabalharam junto às Lideranças dos partidos para que nós pudéssemos aprovar essa medida provisória que regulamenta a Emenda Constitucional 98.

Estou muito otimista e esperançosa. Mas eu estou angustiada porque vejo que o prazo está-se esgotando. É 7 de julho. E nós temos até o dia 7 julho para ter todos esses servidores enquadrados na União. É a nossa esperança. É a nossa luta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senadora Ângela Portela.

Pela Liderança do MDB, concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, MDB, de Mato Grosso do Sul.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Como Líder. Com revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu começo pedindo desculpas, porque estou usando o tempo da Liderança, Senador Fernando Bezerra, para falar da minha cidade natal. Mas os aniversários podem até ser celebrados antes, mas, depois, eles perdem o encanto.

Portanto, eu antecipo aqui a minha homenagem à minha terra natal, que, na próxima sexta-feira, vai completar 103 anos de existência. É um orgulho muito grande representar Mato Grosso do Sul e Três Lagoas no Senado Federal.

Três Lagoas é um lugar onde a política brasileira deveria se espelhar, deveria se depurar e deveria mergulhar. Mergulhar na ideia da importância do municipalismo para resolver os grandes problemas que assolam o Brasil. Depurar-se pelo erro da excessiva concentração de recursos na mão da União. E espelhar-se porque a minha terra natal é um exemplo vivo de que só se supera a crise ou as crises através da união, de um grande projeto em torno de um ideal, a fim de ultrapassar qualquer barreira que se anteponha à sua frente.

Três Lagoas é assim porque lembra um imenso coral, com quase 120 mil habitantes, Senador Waldemir Moka, 120 mil vozes, portanto, que se unem nos diferentes sotaques brasileiros de todos os lugares deste País, o que faz da minha terra uma cidade nordestina, sulista, uma cidade sul-mato-grossense e, portanto, brasileira. É assim na afinação de um povo que, se migrante, guarda as melhores lembranças de suas origens, mas faz da cidade de Mato Grosso do Sul, na comunhão com quem lá viveu, o grande palco que se ilumina na produção, na geração de emprego e renda, e sobretudo, na solidariedade, na fraternidade e na comunhão de esforços.

Como Prefeita de Três Lagoas, tive o privilégio de reger essa cidade por dois mandatos, reger esse imenso coral. Na realidade, nada mais fiz do que sinalizar a estrada, sinalizar o caminho, porque quem efetivamente administrou a cidade foram todas, naquela época, as 100 mil mãos que, num esforço concentrado, saindo de uma crise, de uma dificuldade, tiveram todos a capacidade de se unir em torno do mesmo ideal, do desenvolvimento capaz de gerar emprego e renda à sua gente. Um povo que não se conforma com a nossa crise atual.

Por isso – essa mesma população, indignada com a paralisação da fábrica de fertilizantes nitrogenados, a maior da América Latina, que estava sendo construída pela Petrobras e que foi paralisada em 2014 por motivos que não vêm ao caso neste momento aqui elencar, mas que todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sabem –, nós todos, a população toda, num clamor junto à Bancada federal, pediu para que não apenas eu, mas o Senador Moka e também os Deputados Federais e o Senador Pedro Chaves pudéssemos fazer gestão junto ao novo presidente da Petrobras, para que pudéssemos confirmar que o processo de venda continua. Assim, em breve nós teremos a retomada dessa que, repito, será a maior fábrica de fertilizantes nitrogenados da América Latina, capaz de dobrar a produção de fertilizantes do Brasil, hoje em torno de 25% do que precisa, importadores que somos de 75% de fertilizantes para o agronegócio.

Enfim, ao terminar esta minha singela homenagem, não poderia deixar aqui, de público, de manifestar o meu orgulho, o orgulho, acima de tudo, de ser uma cidadã três-lagoense, e por isso mesmo uma cidadã sul-mato-grossense, uma cidadã brasileira, apesar de todas as dificuldades, Sr. Presidente.

Muito obrigada pelo tempo concedido, e agradeço aos meus colegas Senadores pelo tempo que ocupo aqui, que é o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senadora Simone Tebet. Eu também queria ser um cidadão três-lagoense, porque eu acho que a gente se orgulha muito de V. Exª.

Eu queria perguntar se houve a permuta de Requião com Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Permuta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Houve?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Permuta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em permuta com o Senador Humberto Costa, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, MDB, do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/MDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – "Se és morno, não és quente nem frio, de minha boca te vomitarei". A frase é do Apocalipse, e ela mostra com clareza a necessidade das atitudes diante das circunstâncias que a vida nos apresenta. A história das pessoas é feita de atitudes, e a História é feita pela atitude das pessoas.

Na próxima terça-feira, dia 19, o Supremo Tribunal Federal julga um processo que envolve a Senadora Gleisi Hoffmann, e eu não poderia me furtar de trazer a este Plenário o meu depoimento sobre esse processo.

De todas as Senadoras e Senadores que hoje compõem esta Casa, a que mais conheço, com a qual tenho a mais longa convivência é a Senadora Gleisi Hoffmann. Logo, considero-me apto a testemunhar sua retidão, seriedade, linha de conduta e seu compromisso com o povo, seu amor ao povo brasileiro.

Jovem estudante, Gleisi atirou-se com paixão e coragem aos enfrentamentos de sua geração, como as lutas pela anistia, pela redemocratização e pelas eleições diretas. Foi nessas circunstâncias que a conheci.

Tive-a como uma das coordenadoras estudantis de minha campanha à Prefeitura de Curitiba em 1985, primeira eleição direta para o governo das capitais depois do fim da ditadura. Uma eleição memorável em que o entusiasmo e o fervor de jovens como a Gleisi deram o tom, já que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nosso principal oponente era um político duas vezes nomeado pela ditadura para a Prefeitura de Curitiba.

Filmes históricos de minha campanha mostram a jovem Gleisi no palanque, discursando com a mesma vibração, com essa crença em um País melhor, justo e fraterno com que se manifesta hoje da tribuna do Senado.

Mas nem sempre estivemos juntos, é verdade. Fomos até mesmo adversários como na eleição de 2014, quando ambos disputamos o Governo do Paraná.

No plano nacional, como os Senadores e as Senadoras puderam comprovar inúmeras vezes, nem sempre estivemos do mesmo lado, especialmente a respeito da política econômica dos governos do PT.

Seja como for, isso nunca arrefeceu meu respeito e a minha admiração pela Senadora Gleisi.

Era de se esperar que suas posições históricas em defesa da soberania nacional, dos trabalhadores, do capital produtivo, das mulheres e das minorias provocassem reações raivosas de parte da imprensa e de setores do Judiciário e do Ministério Público. E daquela banda da internet contaminada pela hidrofobia fascista.

Até mesmo nesta Casa vimos manifestações carregadas de rancor e fúria contra a Senadora Gleisi. E a elevação de Gleisi à presidência do Partido dos Trabalhadores deixou ainda mais coléricos, hostis os seus opositores.

E em que circunstância Gleisi assume a presidência do PT?

Na circunstância da prisão de Lula; na circunstância da partidarização e ideologização da Lava Jato; na circunstância das controversas e cada vez mais suspeitas delações premiadas; na circunstância da campanha liderada pelas Organizações Globo e mídia aliada de destruição, de liquidação do PT e de toda a oposição nacionalista, democrática e popular; na circunstância em que, irresponsavelmente, as ditas elites aquecem o ovo da serpente fascista; na circunstância em que, outra vez, os nossos chamados "liberais", como em 32, em 45, em 54, 64 e 2015, flertam, namoricam a extrema direita.

É nesse caldeirão que Gleisi está lançada. É preciso muita coragem, fibra, espírito público, renúncia e caráter para enfrentar tamanho bombardeio. É preciso aquilo que Ho Chi Minh definia como "moral revolucionária", o senso do dever, o compromisso com o dever e com os princípios humanitários e civilizatórios.

Há uma moralidade intrínseca originária, própria e essencial nos que colocaram como causa da vida a vida dos mais pobres, dos desamparados, dos humilhados e dos ofendidos; dos que vão ao mercado não para especular e, sim, para vender sua força de trabalho à troca da sobrevivência, do direito de viver.

Não há moralidade, não há dignidade, não há distinção ou honradez em regimes, em sistemas de governo, em uma imprensa ou Judiciário não apenas indiferentes, pior que isso, cúmplices na exploração e espoliação do trabalho humano; na construção e na manutenção da desigualdade; na sonegação do direito à moradia, à segurança, a pelo menos três refeições diárias, à cultura, à educação, à dignidade que deve revestir todo ser humano.

Não há moralidade em um sistema judiciário que faz da licença hermenêutica a lei, que acusa, processa e condena segundo a visão de mundo dos juízes, segundo simpatias ou antipatias, segundo o direito e os interesses de outros países a que se vincularam e, naturalmente, prestam vassalagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conheço Gleisi desde menina, a menina que primeiro queria ser freira para ajudar os pobres, mas que, depois, viu na militância política e na luta pela transformação da sociedade o espaço maior para a realização daqueles anseios adolescentes.

Essa menina trouxe desde lá, entranhada em sua alma, envolvendo o seu coração, possuindo o seu espírito, a moralidade dos que buscam não a riqueza, não a notoriedade, não a efêmera celebridade dos vaidosos, não o afago dos poderosos, e, sim, o bem-estar e a felicidade de seu povo.

Esta é a Gleisi que conheço desde menina e por quem presto hoje, na tribuna, o meu testemunho.

Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, caso alguém tivesse ainda algum fiapo de dúvida sobre a politização das denúncias do Ministério Público contra Gleisi, que faça um cotejamento das denúncias que foram retiradas contra outros Senadores e as acusações mantidas contra a atual Presidente do Partido dos Trabalhadores. É tão óbvio. Só não vê, só não acredita quem foi abduzido pela imoralidade desses tempos tão trevosos.

Que se faça a luz! Que se faça a justiça!

Presidente, este é o texto do meu pronunciamento, e eu requeiro à Mesa que sejam retiradas, imediatamente, 11 cópias deste pronunciamento e essas cópias sejam entregues em mãos aos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Concedo, com satisfação, um aparte ao Senador Humberto Costa.

O Sr. Humberto Costa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Roberto Requião, primeiro, como Senador do PT, militante do nosso Partido, nós queremos aqui registrar o nosso profundo agradecimento pelo tema escolhido por V. Exª para falar no dia de hoje. E, mais do que isto, quero corroborar as palavras de V. Exª no sentido de fazer a defesa do caráter, da probidade, da correção da Senadora Gleisi Hoffmann, que muito nos honra em ser, além de integrante da nossa Bancada, Presidente do nosso Partido. E eu queria simplesmente levantar uma questão para que os integrantes do Supremo Tribunal Federal, na próxima terça, quando fizerem esse julgamento, levem em consideração. O advogado que conduziu o processo de delação premiada do denunciante, do delator que fez citações ao nome da Senadora Gleisi Hoffmann, recentemente foi acusado de receber mesadas de outros doleiros e de outros acusados para, nas delações que induzia, estabelecer uma seletividade. Ele e mais os delatores que representava entraram em profundas contradições ao longo desse processo. E a simples denúncia de que ele tenha vendido delações, depoimentos já seria o suficiente para colocar sob profunda suspeição tudo aquilo que aconteceu ao longo desse processo. Então, eu não somente quero agradecer a V. Exª, mas me solidarizar, mais uma vez, com a Senadora Gleisi Hoffmann e dizer que esse julgamento dela vai ser uma grande referência para todos aqueles que injustamente continuam sofrendo os efeitos dos aspectos negativos, que não são poucos, dessa chamada Operação Lava Jato. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/MDB - PR) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Maioria/MDB - PE) – Senador Roberto Requião, acompanhei atentamente o pronunciamento, que preferiria chamar de testemunho, que V. Exª fez da tribuna principal do Senado Federal, em favor da Senadora Gleisi Hoffmann. Tive o privilégio de compartilhar com ela as funções de Ministro de Estado, quando fui Ministro da Integração Nacional e ela foi Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. E quero trazer, nesses dias que antecedem o julgamento dela perante o Supremo Tribunal Federal, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

demonstrações de correção, de firmeza, de propósito, de devoção, de entrega, de paixão ao serviço público federal, sobretudo na defesa de um Brasil mais justo, mais fraterno, mais igual, mais solidário. É evidente que me encontro em posição política absolutamente divergente da Senadora Gleisi Hoffmann, mas isso não me impede, num momento tão radicalizado da política brasileira, de aqui não me omitir...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Maioria/MDB - PE) – ... após a fala de V. Exª, que é Senador do meu Partido, de dar um testemunho que nenhum outro poderia dar, pela trajetória que a Senadora Gleisi Hoffmann percorreu no Estado do Paraná, abraçando as causas políticas na defesa da democracia e da liberdade, na defesa de um Brasil mais igual. Portanto, quero cumprimentar V. Exª por esse pronunciamento e trazer aqui um testemunho do trabalho que, durante um certo período de tempo, compartilhei com a Ministra Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Roberto Requião, o orador seguinte seria a Senadora Gleisi Hoffmann. Eu vou passar os dez minutos – V. Exª já falou 15 minutos – da Senadora para V. Exª, se ela concordar.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Pode ser.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/MDB - PR) – Senadora Gleisi com a palavra.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Requião, meu companheiro de caminhada política, quero agradecer muito esse testemunho que – vou dizer "você" – fez, como amigo e companheiro, dessa tribuna e que me emocionou, aqui relembrando a história, a nossa convivência, inclusive os momentos em que tivemos divergência na política paranaense e até na política nacional. Eu o respeito muito, o tenho como uma referência de homem público, de espírito público. E muito da minha formação devo à caminhada que fiz em conjunto com você. Então, fico muito emocionada aqui de que você suba a essa tribuna e faça esse testemunho. Eu sei bem o papel que tenho na história, sei bem por que faço política, sei bem a motivação que me trouxe até aqui. Então, eu jamais poderia recuar nas minhas posições, mesmo com as dificuldades que a vida tem me dado, mesmo com os enfrentamentos que eu tenho que fazer e mesmo diante de processos injustos a que eu fui submetida. Ontem, perguntaram-me como que eu recebia a data do meu julgamento, eu disse que eu recebia com serenidade, porque foi um processo construído no subterrâneo das delações, essas mesmas de que o Senador Humberto Costa falou agora, com um advogado – que, aliás, V. Exª conhece lá do Estado – que sempre esteve na fileira partidária que não é aquela em que nós dois militamos, que, aliás, é exatamente a oposição. Um advogado que foi assessor do PSDB no nosso Estado, e nós dissemos isso no início do processo, e que agora ficou provado que fazia negociações dessas delações com os seus clientes para dizer o que eles deveriam falar, a quem eles deveriam prejudicar, a quem eles deveriam defender. Isso ficou evidente em várias falas de pessoas que foram prejudicadas por ele. Eu espero que se faça justiça, Senador Requião; de fato, eu espero. Eu acredito que o Supremo Tribunal Federal vai olhar o processo e vai fazer justiça perante ele. Eu queria agradecer muito esse testemunho. Eu sei da justeza e sei da importância que ele tem pela respeitabilidade que V. Exª tem no mundo político e no mundo jurídico brasileiro – as pessoas o respeitam muito. Então, isso está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Supremo. Ser falado no plenário deste Senado, ser distribuído aos Senadores tem uma grande relevância, principalmente para mim. Queria aqui agradecer as manifestações do Humberto Costa, nosso Líder aqui da Minoria, companheiro de caminhada, e também do Senador Fernando Bezerra. Como ele disse, de fato, nós temos divergências nas posições políticas, estamos de lados opostos, mas tivemos a oportunidade de trabalharmos juntos no governo da Presidenta Dilma e, da mesma forma, o espírito público do Senador, queria agradecer também esse seu testemunho. Eu penso que a justiça no País tem que ser feita dentro do devido processo legal. Ninguém aqui quer que as pessoas que devem, que cometeram crimes, que têm problemas com a Justiça não paguem pelos seus erros; todos nós queremos que isso aconteça, a população quer que isso aconteça. O que não pode acontecer é a injustiça dentro de um processo de julgamento; o que não pode acontecer é a perseguição política, o que não pode acontecer é a posição política. Por isso, eu espero que dia 19 se possa – depois de quase quatro anos, porque eu estou desde de outubro de 2014 não com a denúncia formal em si, mas com a denúncia na imprensa, já fui condenada várias vezes – fazer justiça. E a minha gratidão eterna pelas palavras que V. Exª proferiu desta tribuna. Obrigada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/MDB - PR) – Senadora Regina Sousa.

A Srª Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Requião. É rápido, porque você tem ainda um tempinho. Eu queria o parabenizar pelo discurso e dizer que a Presidenta do Supremo é muito preocupada em apequenar o Supremo, mas o Supremo está se apequenando por si. É só ver esse caso da Gleisi, pelo amor de Deus. A Gleisi fez um discurso aqui nesta tribuna histórico, contundente, chamou para a responsabilidade, chamou para a briga, como a gente diz no popular. Acho que dois dias depois, o processo dela estava concluso para encaminhar para julgamento.

Um dia depois, marca-se o julgamento. Como é que eu não vou pensar que é retaliação? Eu tenho esse direito, que é a parcialidade, eu tenho direito de pensar que é retaliação, porque foi muito rápida a decisão. E dizer a mesma coisa, que o mesmo delator, não estou falando do caso dela, mas ele delata, na mesma delação, ele diz que deu para x e y, para fulano e sicrano. O fulano é o PT, então, é propina. O sicrano são outros aí, personalidades do PSDB, aí, é caixa dois, como se caixa dois não fosse crime, mas desce lá, para o Tribunal Eleitoral para julgar. A mesma delação, o mesmo delator, no mesmo dia diz isso. Então, está muito patente a parcialidade e acho que é por isso que o PT está crescendo na popularidade aí, disparado, em primeiro lugar, como partido, como candidato a Presidente, porque as pessoas estão vendo isso e o Supremo é que está se apequenando, porque já está igual, em popularidade, em credibilidade, ao Legislativo, e ele era bem acima e, agora, já está igual nas pesquisas. Vai se apequenar ainda mais se continuar com essas atitudes. Obrigada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/MDB - PR) – Senador Lindbergh Farias.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Requião, eu queria parabenizar V. Exª. V. Exª sabe que, quando o senhor fala aqui, todos escutam, da oposição, da situação, por sua história. Por sua história como Governador três vezes, Senador por vários mandatos, pela sua retidão, pela sua correção. Sinceramente, são de emocionar as palavras para a Senadora Gleisi num contexto como esse. V. Exª, uma vez, me mostrou um vídeo da Senadora Gleisi, líder estudantil, apoiando uma campanha sua. Não sei se era para Prefeito ou para Governador, mas os senhores já disputaram também, e o senhor fazer um testemunho como este, neste momento, é muito importante. Eu diria para a Senadora Gleisi Hoffmann que eu tenho convicção de que ela vai ser absolvida nesse julgamento do Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tribunal Federal – convicção –, porque eu conheço o processo, sei das fragilidades. Uma Justiça, para ser justa, condena e absolve, e eu tenho convicção. Eu sei que é um momento difícil, mas eu queria, para encerrar, Senador Requião, falar um pouco do que a gente conhece da Senadora Gleisi; falar de coragem, todo mundo sabe aqui da característica dela, mas falar do compromisso. A Gleisi, de fato, é uma dessas pessoas que entraram na vida política jovem, líder estudantil, com compromisso, que é compromisso com o povo mais pobre deste País, com os trabalhadores. Quem conhece e convive com ela sabe disso e quem conhece e convive sabe também, Senador Requião, de outra característica dela: uma pessoa completamente transparente e honesta. Esta é a Gleisi Hoffmann que luta por causas. A gente vê isso aqui. A gente sabe que nessa política tem tanta gente que defende interesses de grupos empresariais, que pensa na sua vida material, mas essa não é a Gleisi Hoffmann, não. Gleisi Hoffmann é uma dessas sonhadoras, que acreditaram, fizeram parte do governo do Presidente Lula, da Presidenta Dilma, defendendo inclusão social. Eu encerro, parabenizando V. Exª. Eu digo sempre, em todos os lugares, que a V. Exª, Senador Requião, todos escutam, mas é o nosso líder, de um campo aqui da oposição. Eu não diria que teria uma relação paternal, nós, porque o senhor vai ficar ofendido, mas escutar, com a sua liderança, neste momento, um momento tão importante em que vai haver esse julgamento, palavras com essa firmeza eu acho que isso conta muito. Então, eu queria agradecer a V. Exª, como Líder do PT neste Senado Federal, e dizer à Senadora Gleisi, volto a dizer e encerro, dizendo isso: eu tenho convicção de que, na próxima terça-feira, a Justiça vai ser feita e a senhora será absolvida. Muito obrigado, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/MDB - PR) – Presidente, eu reitero o meu requerimento inicial e peço que a transcrição deste pronunciamento fosse ainda entregue hoje aos Ministros do Supremo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu quero deferir o requerimento, mas quero que V. Exª formalize por escrito, por gentileza.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, do MDB de São Paulo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Nós comemoramos ontem o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo. Uma em cada dez crianças de cinco a sete anos no mundo sofre com a exploração do seu trabalho. São 152 milhões de crianças submetidas ao trabalho infantil; 64 milhões do gênero feminino e 88 milhões, masculino. São mais meninos que estão no trabalho infantil do que meninas.

No Brasil, a situação é muito, muito ruim. Os dados também são estarrecedores. Mas eu gostaria de falar de algo que foi visto na televisão, viralizou nesses dias, Senador, que aconteceu na Bahia e que impactou, de uma forma horrível, todos nós. Uma criança pobre, via-se nitidamente que era uma criança pobre, estava dentro de uma lanchonete, de um supermercado, e ela queria comer, estava olhando aquilo ali com muita fome, e um cidadão que estava ali se prontificou a comprar comida para a criança. E o que aconteceu? Veio um segurança, tratou mal a criança, tentou tirar a criança dali, enfrentou o cidadão que queria pagar a comida para a criança. E aí a gente fica pensando... O cidadão gritava: "Ele vai comer porque eu vou pagar. Ele não está assaltando." E não houve jeito, até que a coisa prosseguiu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu fico pensando: o que está acontecendo? É uma situação tão horrível impedir uma criança de comer em um lugar e depois ainda impedir o cidadão que quer pagar a comida da criança...

A gente chama isso de preconceito, porque é um preconceito contra o pobre, contra o negro. E depois nós temos preconceitos contra tantos outros cidadãos. Mas, como nós estamos falando de trabalho escravo, de crianças, isso aí foi muito impactante.

O Senador Otto Alencar contou hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, uma coisa bonita: que o time de futebol para o qual ele torce – agora eu não lembro, acho que se chama Vitória, e desculpe–me se eu estiver errada – vai patrocinar esse menino. Já colocou o menino na escola, com o patrocínio do clube. Achei muito legal isso. Mas eu gostaria de lembrar que nós tivemos uma grande empresa, chama-se Starbucks, que está no Brasil em muitos lugares, onde houve também uma situação de discriminação, de duas moças negras que estavam sentadas, esperando alguém, mas não pediram nada, e o segurança quis tirar essas moças. Aí chegou um cidadão branco, homem, e sentou, e aí ocorreu uma situação que, parece, também foi extremamente constrangedora, pelo jeito que estavam sendo tratadas, depois pelo jeito que passaram a ser tratadas. Mas eu estou contando tudo isso, Senador, porque a reação da empresa foi legal.

Ela fechou o dia seguinte de trabalho para que todos os seus funcionários – sei lá, são milhares – repensassem o que é o preconceito, o que é a falta de respeito à cidadania. Então, essas situações ocorrem sem parar no Brasil.

Há três anos – eu lembro desse episódio, que foi muito, muito comentado – um pai viu o seu filho ser expulso da frente de uma loja na Oscar Freire. O menino nem estava na loja, estava na frente. O menino era negro, o pai era branco, mas estava sem o pai. Estava ali quieto, olhando a loja. Foi expulso. O crime era ele ser negro.

Então, às vezes, a gente fantasia que o nosso País é um país que não tem racismo, não tem homofobia, não tem preconceito. Tem e nós temos que combater. Isso se combate desde a escola. Essa questão de respeito ao diferente tem que ser entendida desde a escola, porque, senão, a mentalidade das pessoas está sendo muito contaminada por ódios, por radicalismos. E também, eu diria, até pela própria observação: ver alguém tratando mal o outro e achar que aquilo pode ser feito, que é bonito fazer aquilo. Mas isso é crime. Isso é um crime. Se não é um crime, muitas vezes, na lei, é um crime de humanidade.

Bom, eu queria dizer também que essa questão do trabalho infantil pode ser ainda mais dura, pois há crianças que estão pela cidade trabalhando como vendedoras nos faróis, como engraxates e guardadoras de carros. Isso, às vezes, porque são exploradas ou, às vezes, porque não têm casa mesmo e estão lá para comer. E é assim que fazem. Há outras na invisibilidade, acometidas por árduas rotinas de trabalho doméstico – criança trabalhando é extremamente comum no Brasil – ou atuando em trabalhos insalubres que colocam em risco a saúde e desenvolvimento da criança, as chamadas piores formas de trabalho infantil, segundo a OIT.

Nós também tivemos vários debates hoje na Comissão de Assuntos Sociais, quando o Senador Moka lembrou a questão da primeira infância, da importância das sinapses que são feitas no cérebro, da questão do carinho, da alimentação, como tudo isso faz diferença e como nós estamos meio parados no tempo. Nossa educação não lida com essas questões por preconceito puro, e a sociedade está muito radicalizada.

Então, hoje eu quero aplaudir essa iniciativa que foi comemorada ontem, o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, que é o dia 12 de junho, na campanha conjunta com o Dia Mundial de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segurança e Saúde no Trabalho. É uma campanha conjunta que visa eliminar o trabalho infantil e melhorar a segurança e saúde dos jovens trabalhadores.

Nós sabemos que lei não muda as coisas, mas, sem lei, nós não conseguimos avançar. Então, nós temos que juntar a possibilidade de educar, de falar, de se expressar, de mostrar indignação, como foi mostrado nesse episódio que eu falei do supermercado lá na Bahia, e também brigar para que as escolas passem a ter uma atuação mais forte em relação ao diferente, ao respeito pelo outro e ao não ao preconceito.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha.

O Senador Paulo Rocha está fazendo permuta com a Senadora Regina Sousa.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, por permuta com o Senador Paulo Rocha.

Senadora Regina Sousa, do PT, do Piauí.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, venho a esta tribuna hoje para falar de um tema, que é a violência.

Nós acabamos de ver o mapa da violência, o Atlas da Violência, em que vimos todas as mazelas, principalmente na questão das crianças, do estupro de vulneráveis, de meninos e meninas com menos de 13 anos. Esses vão ser os infratores, os menores infratores, que tanta gente odeia. E o único remédio que apresentam é reduzir a maioridade penal. Agora, um menino que é estuprado com 7 anos, 8 anos, se não tiver nenhuma assistência, nenhum tratamento, tem tudo para ser um infrator. Então, ninguém busca a causa, o por que de ele ser infrator. E acham que reduzir a maioridade resolve? Então, ele vai ser infrator com 10 anos, caso se reduza a idade para 10 anos, porque, se ele foi estuprado com 6, vai continuar tentando se vingar da sociedade que fez isso com ele. Não estou dizendo que são todos, mas uma boa parte age assim por isso. Dos 135 estupros por dia, metade serem de crianças é de envergonhar a gente, o País!

E aí a gente se depara com a notícia – não aconteceu agora, recentemente, mas há dois, três meses – de que um promotor e um juiz fizeram a esterilização de uma mulher, na marra, sem que tenha sido consentida. Ela é uma moradora de rua.

O promotor é de Justiça, para promover a justiça. Então, o que ele tinha que fazer era buscar solução para o problema social dessa mulher. E o juiz é de direito. Então, o juiz tinha que garantir os direitos dessa mulher como cidadã brasileira. Ela mora na rua certamente não porque quer. Agora, porque ela já tinha muitos filhos, eles se deram ao direito de esterilizá-la.

Quero ler o artigo do Prof. Oscar Vilhena Vieira, publicado ontem, na *Folha*. Ele diz assim:

> Janaina é uma mulher pobre, em situação de rua, e que tem filhos. Por isso um membro do Ministério Público entendeu que ela deveria ser esterilizada.
>
> Como Janaina não consentiu ou voluntariamente se prontificou a realizar a cirurgia, o promotor propôs duas ações judiciais contra ela e o município de Mococa, com o objetivo de constrangê-la a realizar um procedimento de esterilização compulsória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O juiz, sem sequer realizar uma audiência, nomear um defensor, ou exigir documentos que comprovassem o seu consentimento, determinou que a mulher fosse conduzida coercitivamente à cirurgia.

Quando o recurso do município chegou ao Tribunal de Justiça de São Paulo, a mutilação já havia ocorrido.

O caso é escatológico.

Em primeiro lugar, o promotor utilizou-se de uma ação civil pública, que é um instrumento voltado à proteção de direitos difusos, coletivos ou individuais indisponíveis, para destituir uma pessoa de seu direito à dignidade e à integridade, além de constranger o Município a praticar um ato manifestamente ilegal.

Basta lembrar que a Constituição expressamente proíbe que o Estado brasileiro interfira coercitivamente na decisão sobre paternidade, além do que a Lei 9.263, de 1996, regula o planejamento familiar e veda o controle de natalidade que tenha natureza demográfica.

Também causa perplexidade o fato de o magistrado, dada a condição de vulnerabilidade de Janaína, não ter nomeado um curador especial, no caso, um defensor público, que representasse seus interesses em juízo.

Conforme expresso no acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, a decisão que determinou a cirurgia foi proferida sem que Janaína fosse ouvida ou defendida e sequer uma audiência fosse realizada. Para coroar esse processo bizarro, a Justiça de primeiro grau determinou que Janaína fosse conduzida coercitivamente para o procedimento cirúrgico.

Aqui cumpre lembrar que essa é uma medida prevista no Código de Processo Penal apenas para testemunhas ou acusados que se negam a atender à intimação.

Aliás, por decisão liminar do Supremo, essa medida de natureza processual penal encontra-se suspensa. Nada disso foi empecilho para que o magistrado empregasse a condução coercitiva para impor a supressão de um direito fundamental dessa mulher.

A esterilização coercitiva com finalidade eugênica e apuração de raça foi largamente empregada pelo regime nazista. A China fez uso da esterilização coercitiva em massa para conter a natalidade; os Estados Unidos a empregavam para punir criminosos. Mesmo no Brasil, como foi apontado por uma comissão parlamentar de inquérito, em 1991, havia tolerância com a política de esterilização coercitiva em massa com finalidade demográfica.

Esse caso, ainda que possa ser considerado uma aberração jurídica, oferece uma amostra do impacto perverso que a profunda e persistente desigualdade causa sobre o reconhecimento das pessoas como sujeitos de direitos.

Embora o princípio da dignidade determine que todos devam ser tratados com igual respeito e consideração, a miséria e a marginalização parecem tornar largas as parcelas da nossa sociedade moralmente invisíveis no dia a dia, perdendo, na realidade, sua condição de sujeitos de direitos.

Que a contundente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que infelizmente não pode fazer o tempo voltar para Janaína, sirva de alerta e inspiração para quem tem por responsabilidade proteger direitos e não os violar.

Professor Oscar Vilhena, professor de Direito Constitucional da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse caso só vem demonstrar a discriminação da mulher. Eu fico me perguntando: será que eles pegariam um homem para fazer vasectomia e esterilizar na marra? E, se nada for feito, isso vai virar moda, porque eu me lembro que, em 1989, havia um presidenciável que defendia isto: para acabar com a pobreza no Nordeste, era só esterilizar as mulheres nordestinas. Era um presidenciável.

Em pleno séc. XXI, as pessoas acharem um juiz, que é para defender o direito, para promover o direito, para garantir o direito; e um promotor, que é para promover justiça.... Então, justiça social era o trabalho dele, o que ele tinha que fazer.

Mas a população de rua, neste País, é invisível. Ninguém quer ver, ninguém quer se preocupar. Parece que ela não existe. E não existe mesmo, porque o IBGE não conta, não tem endereço! O SUS não aceita, porque não tem endereço.

Então, é difícil isso. É preciso que a gente leve isso a sério, porque não adianta, todo ano, sair um *Atlas da Violência* e ficar só no discurso. Não há políticas para essas pessoas. Então, aonde nós vamos chegar no próximo *Atlas da Violência*?

Cento e trinta e cinco estupros por dia, metade em crianças. Doze feminicídios por dia – morte de mulheres porque são mulheres, por pessoas da sua afetividade. Esses são os casos notificados, porque há a subnotificação. Nós sabemos a dificuldade que os delegados têm de admitir que foi feminicídio, porque eles teriam de fazer um inquérito mais minucioso, mais trabalhoso. Então, é mais fácil jogar como crime comum. Então, tudo isso acontece.

E cadê as políticas? E estamos fazendo o quê, enquanto Poder Legislativo, para minimizar essa situação?

Então, era isso, Sr. Presidente, que eu queria trazer, porque esse caso é uma violência. É quase um estupro. Você esterilizar uma mulher na marra equivale a um estupro. E não podemos permitir que isso aconteça. E partindo de setores que tinham que proteger essa mulher.

Agora, vem aí alguém dizendo que não, que ela consentiu... Já foram lá, onde ela está presa, porque ela foi dita como traficante, para dizer que ela consentiu. Quem sabe? Quem me garante que não foi lá alguém, para orientá-la a dizer que consentiu? Como é que precisou de uma ação civil pública? Se fosse consentido, não precisava de ação civil, e o Tribunal de Justiça de São Paulo não teria dito exatamente o contrário.

Então, é preciso que atentemos para essa questão, porque é questão de direitos humanos que muita gente não quer ver.

A Comissão de Direitos Humanos deste Poder aqui ainda hoje está lá, com não sei quantas vagas. As pessoas reivindicam as vagas para os seus blocos, e não nomeiam as pessoas para irem. Fazemos audiências públicas sobre esses assuntos, e ninguém vai lá. Só vão lá quando há um projeto polêmico para votar.

Eu acho que vou usar essa tática, agora, de botar sempre uma polêmica na pauta, para ver se as pessoas comparecem à Comissão de Direitos Humanos, porque são sempre os mesmos que comparecem.

Ela funciona. Hoje mesmo nós votamos vários projetos terminativos, não terminativos, vários requerimentos, mas é preciso que demos importância.

Um bloco parlamentar que não preenche a vaga na Comissão de Direitos Humanos está dizendo que direitos humanos não são a sua pauta, que não se interessa por direitos humanos, porque passou pela cabeça das pessoas que direitos humanos é cuidar de bandido. Mas não. Lá se discute as questões das mulheres, dos indígenas, da população LGBT, dos negros – lá se discute de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tudo – das comunidades quilombolas, que estão aí agora. Bem aqui há uma, aqui perto, da qual estão querendo tomar a terra, depois de reconhecida. O próprio Incra, que já reconheceu, agora quer tomar a terra.

Então, tudo isso é discutido lá. Se as pessoas não vão lá, como é que vão saber que isso existe?

Então, era isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Exª, Senadora Regina Sousa.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, Progressista do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, caras Senadoras, Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, precisamente há cinco anos, milhões de brasileiros foram às ruas, num movimento sem bandeira partidária, sem bandeira sindical, sem nenhuma liderança expressiva, mas apenas mobilizados pelas redes sociais e pela mobilização da sociedade, para pedir o fim da corrupção e por algumas medidas que propunham uma ampla reforma política. Queriam um pacto pela responsabilidade fiscal, mais investimentos em mobilidade urbana, e tornar a corrupção um crime hediondo.

De lá para cá, pouca coisa foi feita e foi conduzida.

Mas, entre as demandas por uma reforma política, estava a impressão do voto na hora da eleição e da digitação na urna eletrônica.

Lamentavelmente, como já mencionei aqui, o Supremo Tribunal Federal, por 8 votos a 2, entendeu que é inconstitucional aquilo que a Procuradora da República equivocadamente entendeu como violação do voto. A impressão não é que ninguém vá sair com o voto impresso na mão para dizer como votou. Nada disso vai acontecer. Apenas, no mesmo ato da digitação do voto na urna, esse voto impresso fica ali guardado, sigilosamente, na máquina e na impressora. Ponto final.

A Presidente Dilma, aconselhada pela Justiça Eleitoral, vetou. Nós derrubamos por maioria o veto presidencial. Portanto, decisão soberana do Congresso em relação a essa matéria, que era um pleito da sociedade brasileira. E agora o Supremo, com uma insegurança jurídica extraordinária, acaba anulando de novo um sentimento da sociedade e aquilo que, soberanamente, nós, aqui no Congresso, decidimos, sepultando no ano das eleições. Até porque o TSE havia previsto que usaria em pelo menos 30 urnas, no Brasil, nestas eleições, como início e a retomada, o primeiro passo para a impressão do voto, assim como a questão da biometria digital fosse usada na identificação dos eleitores. Então, nós demos um passo atrás, um retrocesso, ao não imprimir o voto.

Eu queria dizer também que não podemos, embora tenhamos feito muitos avanços de lá para cá, como, por exemplo, o sepultamento da PEC 37, que foi arquivada, a PEC que impedia o Ministério Público de promover investigação criminal.

Multa por corrupção. Os Parlamentares aprovaram o projeto que responsabiliza e multa empresas pela prática de corrupção.

A PEC do voto aberto. O Congresso aprovou a PEC que acabou com o voto secreto para cassação de mandato de Deputados Federais e Senadores e para análise de vetos presidenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A ficha limpa para servidores. A PEC também estendeu as regras da ficha limpa, no caso da eleição para candidatos, para servidores públicos. Passou pelo Senado, mas empacou lá na Câmara dos Deputados.

E também a perda automática do mandato. O Senado aprovou a PEC que prevê a perda automática de mandato parlamentar para condenados por improbidade administrativa ou crimes contra a Administração Pública. O texto ainda não foi analisado pelo Plenário da Câmara.

Há cinco anos, também houve a defesa da necessidade de incluir a corrupção dolosa no rol dos crimes hediondos, acrescentando penas severas. Ainda em 2013, o Senado aprovou o projeto que torna a corrupção um crime hediondo. Cinco anos depois, a proposta não foi ainda analisada pela Câmara. O tema ganhou destaque novamente com o pacote que reuniu medidas de combate à corrupção propostas pelo Ministério Público Federal e avalizadas por mais de 2 milhões de assinaturas de cidadãos. Ao aprovar esse pacote, a Câmara o desfigurou, aprovando a previsão de aumentar penas e considerar hediondos crimes como corrupção passiva e corrupção ativa. O pacote ainda não foi analisado pelo Senado Federal.

Mas não temos que lamentar apenas. Não temos que lamentar. Temos que celebrar, porque de lá, até agora, dois ex-Presidentes da Câmara dos Deputados foram presos, vários líderes empresariais, e, depois de 2013, apareceu a Operação Lava Jato, com as consequências que a sociedade toda aplaude.

Outras iniciativas também foram adotadas no País como forma exatamente de tornar o nosso País livre da corrupção.

Eu penso, Senador João Alberto, que nós temos que entender que algumas iniciativas, como a Lei da Ficha Limpa, anterior, muito anterior, porque foi a primeira ação pós-Constituição de 1988, de ação popular, está prevalecendo e deve prevalecer nas eleições deste ano.

Hoje, aliás, numa entrevista a uma emissora de rádio do Rio Grande do Sul, a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, voltou a dizer que a Justiça Eleitoral precisa observar a vigência dessa Lei da Ficha Limpa.

O instituto da colaboração premiada do governo Dilma Rousseff prevalece, e isso ajudou muito a Operação Lava Jato e outras iniciativas, da mesma forma.

Esperemos que essa iniciativa da Operação Lava Jato continue oferecendo, dentro da lei, dentro do Estado democrático de direito, aquilo que a sociedade mais espera, que é um País livre da corrupção, porque é isso que corrói e consome todo o recurso que hoje falta para segurança pública, que falta para a educação, para tantas áreas relevantes, como a saúde pública.

Então, eu volto a esta tribuna para falar sobre isso, e, antes que se encerre o meu prazo regulamentar para uma comunicação inadiável – sei que V. Exª tem um zelo muito grande pelo cumprimento da questão regimental do espaço que é dado a uma comunicação inadiável –, eu volto para lembrar que a sociedade só venceu essa batalha, hoje, graças às redes sociais.

Há pouco, a Senadora Marta Suplicy veio contar aqui um episódio de um garoto pobre, mal vestido, que, com fome, pediu ajuda, e um cidadão comum deu a ele comida, e um vigilante do *shopping* estava impedindo aquela cena.

Graças a um cidadão comum também, que fotografou aquela cena e a distribuiu pelas redes sociais, só depois que isso circulou no Brasil inteiro é que a mídia convencional encontrou naquilo uma matéria social de grande relevo. E o funcionário foi demitido.

É preciso, de fato, entender a linguagem, entender o clamor, porque hoje cada cidadão tem uma tribuna para protestar, para vigiar, para defender a democracia. E eu espero que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse cidadão entenda que a eleição deste ano não pode abrir mão de um direito inalienável do cidadão, que é o voto.

Quem está pregando anulação de voto, abstenção ou voto em branco ou nulo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... estará fazendo um desserviço à democracia, um desserviço, porque a democracia que vivemos no País será e continuará sendo o único caminho para fazer as reformas que queremos, inclusive essas relacionadas ao combate à corrupção.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Faltando 44 segundos, quero dizer que, como lagoense que sou, de Lagoa Vermelha, ali perto, 120km, uma instituição, a UPF (Universidade de Passo Fundo), está celebrando 50 anos, meio século de vida, com um trabalho extraordinário na área do ensino superior, na Medicina, na Agronomia, na Odontologia, e em várias outras áreas em que se notabiliza pela excelência e pela qualidade, como na área do Direito, pela oferta de um excelente serviço no ensino superior.

Então, eu me congratulo, também saudando a jornada de literatura que a UPF realiza e que chama atenção no Brasil e também no exterior, pela excelência e pela qualidade.

Então, à Reitoria da Universidade de Passo Fundo os meus cumprimentos e o desejo de que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... outros 50 anos tão prósperos e extraordinariamente qualificados surjam no horizonte dessa grande instituição que orgulha os gaúchos: a UPF (Universidade de Passo Fundo).

Muito obrigada.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu venho aqui fazer um apelo para que a Presidência desta Casa analise os processos de *impeachment* de ministros do Supremo Tribunal Federal que estão aqui. É importante que o Senado Federal analise isso.

Hoje, há uma série de denúncias, há uma série de coisas complicadas envolvendo o Supremo Tribunal Federal que precisam ser analisados pelo Senado Federal.

Então, é preciso que isso seja analisado com profundidade, até porque não há nada pior que uma injustiça. Agora, o Senado Federal não pode se calar a isso, e é importante a Presidência desta Casa analisar esses processos, que aqui estão, de *impeachment* com relação a Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu levarei a preocupação de V. Exª à Mesa do Senado Federal.

Por permuta com o Senador Paulo Rocha, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, PT, de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senadores, aqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, o Presidente mais detestado da história do País, Michel Temer, está conduzindo o Brasil a um colapso.

O País está em recessão. Desempregados e subocupados já chegam à marca de 27 milhões de brasileiros e brasileiras. Ao mesmo tempo, os combustíveis subiram mais de 200 vezes, e o botijão de gás já acumulou aumentos de mais de 100% em apenas dois anos. O dólar disparou, e o Brasil só não foi obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional, como a Argentina fez agora, porque Lula e Dilma deixaram um colchão de mais de US$300 bilhões em reservas internacionais.

É um completo descalabro provocado pelo golpe parlamentar de 2016 que, agora às vésperas das eleições, não encontremos mais aqueles entusiastas apoiadores daquele golpe, deste Governo, que encontrávamos meses atrás e que agora fogem de Temer como o diabo foge da cruz.

Recentemente em Recife, aliança composta pelos apoiadores de Temer fez lançamento de suas candidaturas majoritárias, e ninguém – ninguém! – citou o nome de Michel Temer. Já seria um absurdo, mas, mais do que isso, foi uma grande prova de ingratidão, porque ali estavam três ex-ministros de Michel Temer no pós-golpe de 2016.

E, aqui também, os grandes apoiadores, entusiastas, só chegam aqui faltando cinco minutos para começar a Ordem do Dia; todos retraídos, calados, porque é difícil defender o indefensável, Sr. Presidente. Tudo graças à flagrante incompetência deste Governo e à massiva rejeição do povo a Michel Temer e seus ministros.

E olhe que ainda existe gente alienada – eu diria até mais do que alienada: talvez em surto psicótico – que, de peito cheio, diz que há um legado a ser defendido deste Governo de Michel Temer.

O legado de Temer é a destruição de direitos como os que foram retirados pela reforma trabalhista e de programas exitosos como o Minha Casa, Minha Vida e o Farmácia Popular.

O cenário não pode ser mais sombrio: a *Folha de S.Paulo*, por exemplo, trouxe matéria dizendo que o próprio Tribunal de Contas da União condenou a PEC do teto dos gastos porque ela vai paralisar as contas públicas.

Nós denunciamos vivamente aqui o absurdo que seria essa medida, responsável por congelar os investimentos públicos pelos próximos 20 anos. Todo o descalabro que a chamada PEC do fim do mundo provocaria foi alertado, para evitar a sua aprovação. Mas tudo em vão. Aliados de Temer incensaram essa medida como salvadora do País e das contas públicas e agora são confrontados pelo próprio Tribunal de Constas sobre os alcances nefastos dessa lei, que só tem trazido mais miséria ao Brasil.

Com as despesas proibidas de crescer acima da inflação, a máquina pública vai começar a parar, chegando à total paralisia daqui a seis anos, sem recurso sequer para pagar a folha do funcionalismo público.

Programas sociais importantíssimos, como o Bolsa Família, o Mais Médicos e o Fies, terão de ser congelados porque não haverá mais como arcar com a sua expansão, justamente num momento em que a miséria se alastra e o Brasil volta ao Mapa da Fome.

Faltará dinheiro para a saúde, para a educação e para a segurança pública em um país que atingiu a marca histórica de mais de 67 mil assassinatos, mais de 30 mortos por 100 mil habitantes, no ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Este é o legado de Temer: o legado da miséria, do descalabro, do Brasil jogado no fundo, com a conivência de seus aliados de primeira hora e de muitos que, se dizendo independentes, são apoiadores nesta Casa das suas medidas nefastas.

Sr. Presidente, mas os pernambucanos tanto sabem o que é melhor para o Brasil que hoje uma pesquisa divulgada pelo *Diário de Pernambuco* mostra que 60% dos eleitores de Pernambuco querem votar em Lula para Presidente da República, contra 11% apenas no segundo colocado.

É isto o que Pernambuco quer: a volta de Lula, a volta de quem levou para lá a fábrica da Fiat, a Hemobrás, os estaleiros, a refinaria Abreu e Lima, o polo petroquímico, a transposição do São Francisco, aquele que criou dezenas de milhares de empregos e transformou nosso Estado numa locomotiva da economia do País.

Temer, a única coisa que levou para lá foi desemprego, desalento e miséria. É por isso que é tão detestado pelos pernambucanos. E aí é de se reconhecer a coragem de seus ex-ministros, seus líderes e apoiadores, que pretendem disputar os votos e a consciência de um povo que sabe todas as mazelas que Temer levou ao nosso Estado.

Então, eu não tenho dúvida de que, se a justiça se fizer e tivermos eleições livres e limpas no Brasil, Lula será eleito para revogar todas essas maldições que Temer lançou sobre o nosso País. É uma obrigação a ser cumprida no primeiro dia de governo.

Assim como outros milhões de brasileiros em todos os cantos deste País, também os pernambucanos vão levar Lula a governar o Brasil de novo para restaurar o projeto interrompido pelo golpe, para retomar o Bolsa Família, o Mais Médicos, o Minha Casa, Minha Vida, o Água para Todos, o Luz para Todos, o Fies, o Pronatec, o ProUni, o Ciência sem Fronteiras, o Farmácia Popular, para concluir a transposição do São Francisco e criar uma série de novos programas que transformem a vida do nosso povo para melhor.

Estou certo de que também em Pernambuco nós vamos repetir esse projeto, porque não há espaço entre o nosso povo para os que representam este Governo nefasto. É por isto que Pernambuco vai votar em Lula: para que o Brasil, para que o Nordeste e para que Pernambuco possam ser felizes de novo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. João Alberto Souza, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Há número regimental.

Declaro aberta a Ordem do Dia.

Mensagem nº 33, de 2018 (nº 243 de 2018, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. João Almino de Souza Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Parecer nº 46, de 2018, da CRE, o Relator foi o Senador Fernando Bezerra Coelho.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Passa-se à votação da matéria, que, nos termos regimentais, deve ser precedida por escrutínio secreto.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto nós aguardamos os demais Senadores votarem, eu gostaria de pedir autorização a V. Exª para eu usar a tribuna da Casa. Enquanto isso, que eu possa ser o próximo inscrito, se V. Exª assim permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – V. Exª tem autorização enquanto os Senadores não chegam para fazer a votação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi com imensa alegria que, ao mesmo tempo, eu recebi hoje a informação, pelos meios de comunicação, de que o Ministério Público Federal ajuizou a ação para liberação da fosfoetanolamina, o comprimido que nós aprovamos aqui, a pílula do câncer. Então, eu fico feliz.

Parabéns ao Ministério Público de Uberlândia pela iniciativa, uma vez que se encontra parado no Supremo Tribunal Federal.

Mas também queria aproveitar esta oportunidade para agradecer o carinho que os nobres colegas Senadores sempre tiveram por mim.

Hoje estou me afastando, pelos próximos dias, do Senado Federal, e, ao mesmo tempo, está assumindo meu primeiro suplente, meu pai, Reditario Cassol. Com certeza, os nobres colegas aqui terão um grande parceiro, um grande companheiro.

Ao mesmo tempo, quero aqui aproveitar esta oportunidade para agradecer o carinho que o povo do meu Estado de Rondônia sempre teve por mim e continua tendo.

Mas fico triste, porque se aproximam as eleições. O *Diário da Amazônia* e a Rede TV são meios de comunicação de um político nacional que não tem sequer a dignidade e o respeito de falar a verdade para a sociedade do meu Estado de Rondônia. Eu fico triste porque o *Diário da Amazônia*, no último domingo... E todo mundo sabe de quem estou falando, desse político que infelizmente tinha que ter mais respeito não com o Ivo Cassol Senador, mas com a população do meu Estado.

Quem conseguiu recurso, na época, com o Presidente Lula e com a Presidente Dilma para saneamento básico fui eu. Quem não teve competência e perdeu esses recursos infelizmente foi o ex-Governador do Estado de Rondônia, que, com sete anos, nem a licitação deu conta de fazer.

O *Diário da Amazônia* coloca que havia um sobrepreço de R$120 milhões. É mentira, mentira, mentira! Dos recursos federais, não foi usado um tostão, e diz que pagaram ainda R$180 milhões da obra. Esse cidadão, que se intitula representante do povo de Rondônia e do Brasil, tinha que ter vergonha na cara.

Eu faço um desafio para esse político: no meu Estado, na sua rede de televisão, na rede de televisão do meu Estado, fazermos um enfrentamento público, com documento na mão, porque quem não tem documento não tem argumento. A mentira tem perna curta.

O Acórdão nº 610, de 2015, que o *Diário da Amazônia* traz, me tira totalmente da responsabilidade. O Tribunal de Contas mandou na época fazer um novo procedimento licitatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao mesmo tempo, essa matéria que foi publicada dizendo que o governo Cassol deixa o povo de Porto Velho sem água e sem esgoto é outra mentira deslavada do *Diário da Amazônia*, da Rede TV do meu Estado, meios de comunicação podres, vergonhosos, que deveriam pelo menos ter respeito com o povo do meu Estado.

Ao mesmo tempo, fico indignado, Senador Medeiros. Conseguimos o recurso em dois anos; em sete anos, o ex-Governador não deu conta de licitar. Quanto ao dinheiro que consegui para Ji-Paraná, infelizmente, por pressionar a empresa, foi cancelada a obra, porque queriam propina. Denunciei aqui e tenho a denúncia na minha mão. Eu fiz denúncia para o Ministério Público Federal – está aqui na minha mão –, para a Procuradora Raquel Dogde, nossa Procuradora-Geral, de todo o esquema fraudulento e podre da água tratada de Porto Velho.

E aí vem esse cidadão, que se intitula representante do povo do meu Estado com mentira, dizer que foram pagos R$180 milhões e que o dinheiro foi para o ralo. Não foi pago um real de recurso federal. A única coisa que fizemos foi parte do projeto básico e parte do projeto executivo. Houve a licitação, e houve o cancelamento.

E vou dizer mais para vocês: o convênio de água tratada era de R$116 milhões. Executamos 68%.

Aí, por denúncias vazias, em 2010 foram suspensas as obras. Em julho de 2011, o Tribunal de Contas verificou que, das denúncias, nada procedia. Mais uma vez, determinou o governo do Estado de Rondônia, naquela época comandado pelo ex-Governador Confúcio Moura, a reiniciar as obras. Com a obra licitada, 68% executada, até agora o Governo não teve competência de dar a ordem de serviço de reinício; ou deu poucos dias atrás, mas depois de sete anos.

E vem aí esse cidadão, nesse meio de comunicação, Sr. Presidente, dizer que o Ivo Cassol, ex-Governador, deixou o povo da capital sem água e sem esgoto. É outra mentira deslavada desse sujeito que não tem moral, porque se tivesse moral não estaria aí com um meio de comunicação criando mentiras e inverdades, quando colocou que tinha sido pago R$180 milhões e não pagou R$1.

Por que ele não fala do esquema podre que tem o Detran do meu Estado? Por que ele não diz, no *Diário da Amazônia*, de quem são as empresas de vistoria de Ji-Paraná que fecharam as portas há um ano, que estão no nome de uma laranja Susana, que hoje trabalha no Grupo Eucatur, em Porto Velho? Por que não diz de quem ela é laranja, de quem são essas empresas de vistoria? É esse o político que usa o meio de comunicação para tentar, de uma maneira ou de outra, desmoralizar aqueles que aqui representam em nível nacional ou, por ventura, uma pré-candidatura ao governo do Estado de Rondônia.

Eu quero deixar bem claro, se o povo assim entender a pré-candidatura do Senador Ivo Cassol para o governo do Estado de Rondônia... Ela já está consolidada pelo trabalho que eu fiz. Se eu estou inelegível ou estou elegível, cabe à Justiça decidir, como os demais pares daqui desta Casa, no Congresso Nacional. Eu respeito a decisão judicial, o que eu não admito é jogo sujo, por meio de imprensa, essa imprensa marrom, desonesta. Sem contar o jornal *O Nortão*, que publica, volta e meia, matéria minha. São pessoas que tinham que ter vergonha na cara.

Deveriam dizer para o povo do meu Estado de Rondônia por que uma passagem de ônibus de Rolim de Moura a Porto Velho custa quase R$150 ou mais de R$150 para andar 400km, 450km. E aí me colocam em xeque e fazem uma enquete, botam na televisão: "Por que você está sem água? Você sabia que o Cassol desviou dinheiro?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu faço um desafio a esse covarde, para o dono desse jornal: seja homem; seja, pelo menos, homem e mostre se tem documento, se eu paguei R$1 ou se o Estado pagou! As obras foram executadas de saneamento básico e a água tratada está lá. Dê continuidade ao trabalho. Foi uma conquista, nós conseguimos esses recursos em compensação das usinas, e vocês não tiveram nem sequer competência de aproveitar esse dinheiro e fazer água tratada e esgoto.

Vocês quebraram a Caerd junto com a Iacira, criaram mais de 97 cargos com salários de R$35 milhões, deixam quatro, cinco meses sem salário a Caerd. E agora vêm imputar a mim, a Ivo Cassol, a culpa da incompetência e da falta de gestão deste Governo de que você faz parte.

Infelizmente, afasto-me hoje do Senado, mas podem ter certeza que vou andar os quatro cantos do Estado de Rondônia, vou enfrentar de olho a olho, tête-à-tête, e vou desmentir, porque quem tem verdade, quem tem documento... A denúncia fui eu que fiz, Sr. Presidente, está aqui. Eu fiz a denúncia ao Ministério Público Federal, eu fiz a denúncia relatando todo o esquema podre que tem e tinha dentro da Caerd. Graças a Deus, o Daniel Pereira está botando esse time para correr, um time que, na verdade, estava saqueando os cofres públicos, porque quebraram o Estado.

Assumiram uma dívida do Beron por que nós brigamos 20 anos na Justiça, que eram R$2 bilhões e pouco, podia economizar R$1,5 bilhão, e a levaram para R$7,8 bilhões, Dário.

É esse o custo que nós estamos pagando. E aí, agora, se aproxima o momento político em que a Justiça toda fala, a Eleitoral, dessas *fake news* e o que esse *Diário da Amazônia* está fazendo é isso. Tinha que se dar ao luxo, mas se dar ao luxo de falar a verdade. Tinha que se dar ao luxo de dizer por que o povo de Rondônia, em todas as enquetes e as pesquisas que fazem dão Ivo Cassol na cabeça, não tem nem segundo turno, por causa do trabalho que fizemos. E todo mundo sabe que eu sou uma pessoa íntegra, séria e verdadeira.

Mas o Ivo está cheio de processos. É verdade, eu estou cheio de processos, mas de nenhum eu tenho que me envergonhar, porque não é de corrupção, não é por desvio de dinheiro. É por enfrentamento – é por enfrentamento –, é diferente. E é isso que tem dado a mim a condição de continuar defendendo o povo do meu Estado de Rondônia.

Eu fico triste é com usarem os meios de comunicação. Não bastam os que já fazem estrago em nível nacional, mas aí vêm os em nível regional, com interesses próprios, individuais, quando, na verdade, esse meio de comunicação, *Diário da Amazônia*, devia dizer para o povo por que Porto Velho está sem água, por que o Governo e esse mesmo proprietário desse jornal, da RedeTV!, fazem parte do Governo até hoje. É esse mesmo time que sugou os cofres públicos com incompetência, falta de gestão e servidores fantasmas.

Foi esse mesmo time que criou nos quatro cantos do Estado de Rondônia um caos hoje para os proprietários de veículo, desde a vistoria veicular, sem contar os esquemas, que, quando o cara vai fazendo a vistoria veicular, manda lá para fazer a revisão do taxímetro, não sei como é que é, os aparelhos que há dentro dos veículos.

É assim que funciona no meu Estado. São essas denúncias que eu fiz e vou continuar fazendo aqui, no plenário, da tribuna do Senado Federal. Mas, ao mesmo tempo, a população do Estado de Rondônia que me conhece sabe que eu não pactuo com coisas erradas. A população do Estado de Rondônia sabe que, se hoje os Deputados Estaduais estão presos, e o que não está preso está fugindo, dos 24 em torno de 20, é porque fui eu que denunciei.

Fui eu que gravei, fui eu, Medeiros, que botei a cara a tapa e fiz uma faxina na política em Rondônia. E eles sabem que, se amanhã eu entrar de novo no governo, vou fazer outra faxina e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vou botar mais cara graúdo na política na cadeia de novo. Não eu na cadeia, mas vou denunciar, porque quem bota na cadeia é a Justiça.

Ah, mas o Ivo é polêmico. Eu sou polêmico, mas sou verdadeiro. Eu sou polêmico, mas sou íntegro. Eu sou polêmico, mas tenho a confiança do povo do meu Estado de Rondônia em torno de 70%. Ah, mas só 70%? Setenta por cento. Um por cento fica em cima do muro e 2% querem ver o Ivo Cassol num caixão. Isso é o jogo político, é assim que funciona, porque todo mundo quer um espaço. E eu não tenho nada contra esses, mas com certeza os 70% que estão do meu lado não tem dinheiro que pague, a não ser retribuir com trabalho, respeito e dignidade.

É isso que eu quero aqui, mais uma vez.

Diário da Amazônia é um jornal do meu Estado de Rondônia que devia fazer política séria. É um meio de comunicação desonesto, desumano, mentiram no final de semana. RedeTV! da mesma maneira. Esse político que se apresenta e é um proprietário, faz parte do grupo, tinha que ter mais moral e andar nos quatro cantos do Estado de Rondônia como eu ando, de peito aberto. Com certeza, o povo ia lhe aplaudir.

Presidente, obrigado pelo carinho. Desculpa pela expressão, mas é de ficar indignado. É como o senhor voltar ao seu Estado e ver políticos lá valendo-se de práticas escusas, podres, esdrúxulas, sem o senhor dever. Nós tivemos um convênio de saneamento básico. Na campanha de 2010, isso foi denunciado e as obras foram suspensas. Depois de sete anos, não deram conta de fazer a licitação e de concluir as obras. E vieram dizer que eu tinha gastado R$180 milhões, quando não gastei um real. E o dinheiro se perdeu, porque não tiveram competência sequer de fazer a licitação. Então, eu não vou aceitar isso.

Portanto, quero agradecer aos meus amigos, às minhas amigas do Estado de Rondônia, que sempre me acompanham e que estão sempre junto comigo, na igreja ou mesmo em casa. Obrigado por vocês, em suas orações, colocarem o meu nome e o nome de todas as autoridades do Brasil para que Deus possa nos iluminar, possa nos dar saúde e paz, porque quanto ao resto nós corremos atrás.

Um abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Gleisi.

Mais uma vez eu peço aos Senadores e Senadoras que venham ao plenário. Estamos em processo de votação nominal.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu, na realidade, pedi a palavra para fazer duas solicitações a V. Exª. A primeira solicitação que eu gostaria de fazer é que V. Exª pudesse colocar na pauta de hoje, para que possamos votar nesta Casa o PLS 513, de 2017, que aumenta a potência das rádios comunitárias. Nós estamos aí com a Abraço, que é a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. Tivemos a aprovação desse PLS na CCT, agora, por larga vantagem. E nós devemos isso às rádios comunitárias.

Então, gostaria que V. Exª pudesse pautar essa matéria.

E a outra solicitação que eu gostaria de fazer a V. Exª é que permitisse que os representantes das rádios comunitárias do Brasil pudessem ir às galerias. Não são muitos, são poucos, estão representando os Estados, mas eles gostariam de acompanhar a sessão. Então, eu faço essas duas solicitações a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – V. Exª será atendida na forma regimental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na mesma linha, Presidente, quero fazer também um apelo a V. Exª. Ou seja, ouvido o Plenário, que possa colocar extrapauta o PL 513, de 2017, que trata das rádios comunitárias, que são bastantes em seu Estado, no Estado do Ceará, em todos os Estados do Brasil e, em especial, naqueles menos desenvolvidos, na Amazônia. Se você for ao interior do interior do meu Estado do Pará, verificará que quem está lá levando informação, conhecimento, cultura são as rádios comunitárias.

Então, aqueles que se colocam, Presidente, contra a aprovação desse projeto que o Senador Otto Alencar, como Presidente da CCT, pautou, aprovou e encaminhou aqui para o plenário, dizem o seguinte: "Não! Vai aumentar a potência da rádio comunitária para 300kW." Não é verdade. Hoje, a potência máxima é de 25, Senador. Vai aumentar a até 300. O projeto é para aumentar a potência até 300. Quem vai definir qual é a potência que cada uma das rádios vai ter é a Anatel. A Anatel é que vai fazer o estudo para ver a distância, para não haver superposição. Então, não se trata de a rádio comunitária se instalar e já ficar com 300kW. Não!

Então, nós estamos votando com consciência aqui, só dando oportunidade para que eles possam ter uma potência maior e dentro da aprovação por parte da Anatel.

Então, eu queria – o Senador José Medeiros vai fazer também uma fala sobre isso – que os nossos pares todos peçamos ao Presidente, Eunício, que possa pautar o Projeto 513, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Medeiros.

Bom, em relação ao 513, obviamente, eu vou pautar... É preciso pautar a matéria. Eu vou pautar de ofício para a próxima terça-feira.

Senador Medeiros e, depois, Senador Moka.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Eunício Oliveira.

Também me junto ao Senador Flexa Ribeiro e me somo nessa homenagem às rádios comunitárias pelos relevantes serviços que prestam na comunidade, por vezes o único veículo de comunicação.

Sr. Presidente, ontem eu ressaltei o importante trabalho que foi feito no Estado de Mato Grosso, porque, há muito tempo, a população ali próximo a Comodoro já não suportava mais, porque um dinheiro que era para os índios acabou não chegando, e os índios foram para a pista. Aí cada um montou uma praça de pedágio individual e era de acordo com o humor deles: R$50, R$100, R$20. Era de acordo com a cara do cliente. Lógico que o Estado de direito em que vivemos não pode suportar uma coisa dessa. Mas, historicamente, no Brasil, Sr. Presidente, essas coisas sempre foram toleradas. Nunca se tomou providência.

Mas queria, por medida de justiça, parabenizar o Ministro Raul Jungmann; o Dr. Renato, Diretor da Polícia Rodoviária Federal; o General Villas Bôas; o Diretor da PF, Dr. Carollo; o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Aristóteles Cadidé, em Mato Grosso; e seu operacional, Francisco Lucena; porque fizeram uma missão extremamente importante, tiraram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todos os indígenas dali. Foram detidos, e liberada a pista para que as pessoas pudessem passar. Esse é o Brasil que as pessoas querem, Senador Raimundo Lira. Os brasileiros querem, simplesmente, que as leis básicas sejam cumpridas. E, neste momento, a população de Mato Grosso fica muito contente por ter acontecido isso, por não mais suportar esse tipo de coisa.

Agora, ressalto: os índios ali são vítimas, são vítimas, há muito tempo, de espertalhões que se aboletam nesses cargos, e as verbas para a saúde, para a estrutura das aldeias não chegam nunca lá. Cito aqui, por exemplo, a aldeia de Campinápolis. Vários lugares passam fome, simplesmente isso. Aqui está indo dinheiro a rodo, mas não chega lá. Essa é a grande verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda em relação a essa questão das rádios comunitárias, há alguns argumentos em que eu fui me aprofundar. Aí digo o seguinte: quando as rádios AM puderam ser elevadas à condição de FM, havia um tal de sombreamento, porque acabavam ocupando a mesma frequência.

Como disse o Senador Flexa Ribeiro, o projeto cria dois canais – aí, seriam frequências já diferentes. E ele cita "até 300km" exatamente para evitar, porque às vezes cidades muito próximas têm sintonia quase idêntica, e aí se dá o sombreamento. Mas o projeto vai exatamente melhorar essa condição.

E lembro que no interior, no interior mesmo, muitas vezes o único veículo de comunicação é uma rádio comunitária. É claro que, nas grandes cidades e tal... Mas, nos pequenos Municípios, fica a rádio comunitária como o único instrumento de comunicação. E eu vejo...

Fico feliz porque V. Exª disse que vai pautar o projeto para a próxima terça-feira, mas eu, de antemão, já queria também fazer essa defesa aqui preliminarmente. E vamos ter oportunidade para debater o assunto.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Lasier.

Depois darei a palavra a V. Exª, na sequência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Eunício.

Sr. Presidente Eunício, ontem encaminhei a V. Exª uma questão de ordem sobre a destinação que será dada a inúmeros pedidos de *impeachment* que estão na Mesa do Senado.

Fundamentamos o pedido – objeto igual ao do Senador Randolfe Rodrigues. E, segundo a argumentação que apresentamos, caberia à Mesa do Senado decidir pelo recebimento das denúncias desses pedidos, e não monocraticamente ao Presidente. Mas deixamos isso a critério de V. Exª.

Então, eu queria perguntar, Presidente Eunício, quando V. Exª poderá responder à questão de ordem encaminhada ontem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Lasier, a matéria foi instruída e encaminhada à Advosf, do Senado, para parecer; depois, será submetida aos membros da Mesa.

Então, essa é a resposta que dou a V. Exª. Não só nesse caso, mas em outros casos também existentes na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Isso tem prazo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não; não tem prazo regimental.

Senador Otto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – O Senador Otto tem...

Na sequência, dou a palavra a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Está bem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu permito a antecipação da palavra dele pela ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas não vejo desordem no Senado, não. É pela ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Otto. Serei bem breve.

Sr. Presidente, continuando no tema – por isso, eu agradeço o Senador Otto nos secundar; porque vou continuar no tema de rádios comunitárias.

Além do PLS nº 514, que vamos votar aqui, do qual V. Exª já anunciou a votação para terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – É o 513.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – É o 513 e V. Exª já anunciou que votaremos na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Estou pautando para a próxima terça-feira porque ele não está na pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Cumprimento V. Exª e lhe agradeço.

Eu queria fazer um apelo, se houver conveniência com a Comissão de Ciência e Tecnologia, inclusive presidida por S. Exª, o Senador Otto. Existe um outro PLS, já aprovado na CCJ, também sobre rádios comunitárias. Trata-se do PLS 55, de 2016, que permite publicidade em rádios comunitárias e em rádios e associações educativas. Ele foi aprovado pela quase totalidade do apoio dos membros da CCJ. Esse PLS tramitaria na CCT e depois iria para a Câmara. Só que, se nós o trouxermos para o plenário, Senador Otto, já supre o plenário da Câmara dos Deputados e antecipamos, dessa forma, o processo legislativo.

Em homenagem às rádios comunitárias do Brasil, Sr. Presidente, a solicitação e sugestão que faço a V. Exª, com a aquiescência do Senador Otto, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia aqui do Senado, era trazermos para cá também, na terça-feira, o PLS nº 55, de 2016, e votaríamos o 513, sobre potência das rádios comunitárias, e também o 55, que possibilitava a publicidade desses meios de comunicação.

É a solicitação e o encaminhamento que faço a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Faríamos, então, uma homenagem completa às rádios comunitárias do Brasil, na terça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Otto Alencar.

Na sequência, vou encerrar a votação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, volto a um tema ao qual me parece que o Senado Federal não deu a importância devida. Houve quase um processo de sedação aqui do Senado Federal. Mas eu acredito que não pode passar, em hipótese nenhuma, sem se chamar à responsabilidade o Sr. Pedro Parente.

O Sr. Pedro Parente foi o responsável pela maior crise administrativa acontecida no Governo atual, no Governo do Presidente Michel Temer, que tem desdobramentos até hoje. As coisas incorretas, erradas, as irregularidades que foram patrocinadas pelo Sr. Pedro Parente é matéria de destaque em todos os jornais e até em revista.

Para não cansá-los aqui hoje, estou trazendo só a matéria, com provas, da Revista *Crusoé:* "A sociedade de Parente com a JP Morgan." Estão aqui as provas. Na contracapa, tem a prova de que ele é sócio da empresa de Sr. José Berenguer – o Pedro Parente, o Pedro Parente; que ele é sócio de um dos donos do Banco JP Morgan. Está aqui a prova. Ele e a esposa dele.

A Revista *Crusoé* diz aqui, através do Sr. Filipe Coutinho, que, enquanto o aumento da gasolina engordava o seu caixa, a Petrobras antecipou pagamentos de cerca de R$2 bilhões, Senador Fernando Bezerra, ao Banco JP Morgan, que venceria em 2022, com provas totais aqui.

Um cruzamento de pessoas jurídicas mostra que, na prática, o Sr. Presidente da Petrobras, à época, Pedro Parente, é sócio do Presidente da JP Morgan, José Berenguer. A prova está aqui. Tem a prova...A revista traz a prova. Não estou fazendo nenhuma acusação que não seja verídica.

Então, a proximidade entre Parente e o banqueiro é tão grande, que a empresa de que são sócios funciona no apartamento do Presidente da Petrobras, em São Paulo. A empresa de que ele e o Sr. José Berenguer, da JP Morgan, são sócios, funciona no apartamento do Pedro Parente.

Tudo começou em agosto do ano passado, quando foi criada a Kenaz Participações, uma firma destinada a investir em outras empresas. José Berenguer entrou na sociedade como pessoa física, com R$210 mil. A sócia é a desconhecida Viedma Participações, mais uma empresa também criada para investir em outros negócios, gerando assim camadas sobre camadas de pessoas jurídicas até, enfim, chegar aos reais donos.

Acontece que os donos da Viedma são Pedro Parente e sua ex-mulher e braço direito de negócio, Lúcia Hauptman, ex-mulher do Sr. Pedro Parente.

Dessa forma, na prática, Pedro Parente e José Berenguer são sócios. Está provado aqui que são sócios, o Presidente da estatal, usando a pessoa jurídica Viedma, e Berenguer, em nome próprio. A sede é um imóvel residencial de Pedro Parente, em São Paulo, no Bairro Bela Vista.

A proximidade entre os dois não para por aí. José Berenguer assinou uma procuração para que Lúcia Hauptman, ex-mulher de Pedro Parente, tivesse a liberdade de representá-lo na criação de novas empresas, como foi o caso da Kenaz.

Já na Petrobras, o Banco JP Morgan, que fez um bom dinheiro durante a gestão de Pedro Parente. Neste mês, a estatal anunciou que iria antecipar o pagamento a dois bancos. Era mais um reflexo do caixa gordo em razão da nova política dos preços da gasolina. Ou seja, o vencimento do banco se daria em 2022. A Petrobras só pagaria em 2022. Em maio deste ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agora, o Sr. Pedro Parente, antes de sair, pagou R$2 bilhões antecipado a JP Morgan, de que é dono José Berenguer, também sócio da mulher de Pedro Parente.

Eu quero saber, Sr. Presidente...

Presidente, eu quero saber se nós vamos ficar aqui anestesiados, sedados, sem fazer absolutamente nada, neste escândalo vergonhoso. Está tudo aqui provado. As provas estão aqui de que ele é sócio, de que a mulher é sócia. O cara paga R$2 bilhões, e parece que são R$2. Isso é uma vergonha.

Este escândalo que eu denunciei semana passada aqui e chamei de "parentão" é tão grande e deu tantos prejuízos à Petrobras, como deu também lá atrás o petrolão, que foi aqui denunciado e falado e, hoje, silenciado.

O silêncio aqui é total, silêncio de pântano. Ninguém diz nada. Estão todos calados, mas o escândalo está aqui, com provas, do Sr. Pedro Parente.

Fora isso, ele pagou R$3 bilhões aos sócios minoritários nos Estados Unidos, e o contrato não foi observado pelo TCU, pelo Tribunal de Contas da União.

Onde vamos chegar aqui? Não vai se investigar nada? Passou a fase da investigação? Depois do *impeachment*, para tudo, ninguém investiga nada aqui.

Como falou agora o Lasier, há dois ou três *impeachments* para se observar do Ministro Gilmar Mendes, e ninguém toma providência.

Vamos ficar aqui no silêncio de pântano, na sedação, que talvez intimida alguns. Eu não me intimido...

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... ao vir aqui denunciar este escândalo de Pedro Parente.

Senador Omar Aziz.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Senador Otto, não é a primeira vez que V. Exª traz este assunto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu vou encerrar a votação.

Os Senadores já votaram?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu dei um aparte ao Senador Omar Aziz.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É a segunda vez que V. Exª presta muito mais atenção aí do que ao que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu não posso deixar de atender um Senador que está aqui do lado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu mereço um mínimo de atenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – V. Exª está na tribuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, o Senador Otto, é a segunda ou terceira vez que já traz esse assunto aqui para o Plenário desta Casa. Eu vejo o seguinte: o assunto...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ...que o Senador Otto traz é claro de influência para beneficiar pessoas ligadas ao Pedro Parente. Veja bem, ele era presidente de uma estatal brasileira, e o Senador Otto coloca claramente aqui como cresce o número de clientes de um escritório que cuida de grandes fortunas, inclusive fortunas essas que têm investimentos e têm ações dentro da Petrobras. É claro então. Veja bem, vamos proteger os investidores, vamos proteger os acionistas e vamos mandar o pessoal lá de baixo resolver o problema. E é isso que nós debatemos hoje na Comissão de Constituição e Justiça, Senador Otto. Sabe quem está sendo afetado com isso? Os mais pobres, o Amazonas, a Zona Franca de Manaus. Enquanto aquelas pessoas ficam mais ricas, mais poderosas e mais influentes. Por isso acho que esta Casa tem que tomar providência. Tem que, através da Comissão de Assuntos Econômicos, de que nós somos membros, lá fazer um ofício, chamar essas pessoas e saber por que a escolha, que não foi deliberada, foi uma escolha anunciada, foi uma escolha estudada, para que possa ter informações privilegiadas, correto? Que é o que o senhor coloca aí, ou realmente ter uma boa relação com quem estava mandando e desmandando dentro da Petrobras.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu incorporo o aparte de V. Exª e cedo um aparte ao nobre Senador José Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Otto Alencar, eu quero parabenizá-lo pelo trabalho que V. Exª faz como cidadão e como Senador da República. Muito criterioso, muito cauteloso nos seus dados, comprovando e mostrando que esse processo na Petrobras é muito mais de gestores do que da própria empresa. E quem paga o preço de tudo isso é o consumidor, é o cidadão, para proteger o mercado e aqueles que lucram com essas falcatruas. Por isso eu sugeriria a V. Exª que nós pudéssemos fazer uma representação à Procuradoria-Geral da República, porque eles são tão ágeis em algumas situações, mas são cegos e moucos em outras situações, como nesse caso concreto. Para que nós possamos, através de um conjunto de Senadores e Senadoras, protocolar essa representação, pedindo a instauração de um inquérito e todo o procedimento. Da mesma forma, que nós possamos fazer idêntica representação ao Tribunal de Contas da União, que é tão célere em algumas matérias e, em outras, anda a passo de tartaruga. E ali, dois terços dos Ministros do TCU vêm deste Congresso Nacional. Portanto, têm uma vinculação política direta com este órgão fiscalizador que é o Congresso Nacional. E eles são nosso controle externo e nossos auxiliares constitucionalmente nessas matérias. E por último, quero reforçar a tese do nosso Senador Omar Aziz, de que nós possamos fazer uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, para aprofundar esse debate com mais subsídio, com mais dados. E eu deixaria, como iniciativa primeira desses procedimentos, V. Exª. E se aceitar, eu estarei junto. Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado, Senador José Pimentel. Incorporo o aparte de V. Exª ao meu pronunciamento. E devo dizer a V. Exª que eu já aprovei aqui o requerimento, na semana passada, para que o Tribunal de Contas da União possa requisitar esses contratos para observar, porque não se pode permitir... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não tenho compromisso com o erro, absolutamente, de quem quer que seja. Nunca tive. A minha vida inteira sempre foi pautada dentro daquilo que eu acho que é correto.

Então, nós aprovamos o requerimento, encaminhei ao TCU, e vou provocar o Tribunal de Contas da União, para saber qual é o resultado.

E vamos encaminhar, sim, agora, uma representação ao Ministério Público Federal, para que possa investigar o Sr. Pedro Parente.

Ele não pode passar sem investigação. Qual é a capa de proteção? Qual é a barreira? Qual é a coluna que o protege, de modo que ele não pode ser investigado, como tantos outros foram investigados, aqui no Senado Federal, e denunciados?

Eu concordo com V. Exª. Há uma letargia por parte atualmente do Ministério Público Federal, da Srª Raquel Dodge, em investigar coisas direcionadas, mas não em esquecer outras desse montante. Estou falando aqui de US$3 bilhões; estou falando aqui de R$2 bilhões que foram pagos a um sócio do Sr. Pedro Parente, como prova aqui... Não há negócio de conversa: a revista *Crusoé* mostrou aqui. Ele é sócio do Sr. José Berenguer.

Portanto, não há como não investigar uma situação dessa natureza. Ou, então, vamos ter que viver no Brasil com a diáspora, com a diferença social que existe.

E hoje, Senador José Pimentel, Srs. Senadores e Senadoras, se eu tivesse que ser um pintor para mostrar a desgraça que paira sobre o Brasil, de uns dois anos para cá, com essa promoção de pessoas pobres e miseráveis depois que perderam os programas sociais, eu faria o seguinte quadro: mostraria a Avenida Paulista, rica, ganhando muito dinheiro, como ganhou agora aqui, com a compra das ações da Petrobras, tudo direcionado; como lá atrás, no governo Fernando Henrique Cardoso, na desvalorização do real, e o Chico Lopes foi demitido. Encheram também os bolsos de dinheiro, os cofres de dinheiro.

O quadro que eu pintaria seria o seguinte: a Avenida Paulista milionária, rica, levando vantagem em cima do Estado. E, próximo da Avenida Paulista, um prédio incendiado, desabando com 456 pessoas miseráveis e pobres. Esse é o retrato do Brasil, que a cada dia se aprofunda mais.

E nós temos que trabalhar nessa direção de não permitir essa grande diferença social, com um punhadinho de ricos e um bando de miseráveis.

Senador José Pimentel... Senador José Medeiros. Perdão.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Otto. Foi uma homenagem. Esse decano aqui é muito respeitado. Senador Otto, V. Exª traz um tema realmente surpreendente. Agora me deixe fazer uma pequena provocação e um pequeno contraponto. Eu vejo que a Casa não foi letárgica. Tanto é que V. Exª está na tribuna, colocando esses pontos. E aqui é assim mesmo, são 81 Senadores. Às vezes um fica sabendo de um tema, leva, representa, e assim é o Senado Federal brasileiro. E não sou procurador do Ministério Público Federal, mas, a meu ver, não creio que a Drª Raquel Dodge esteja passando a mão na cabeça de ninguém. Eu vejo que essas coisas são assim mesmo, até porque, se o senhor for verificar, até V. Exª – e aí vai a provocação –, no quadro que foi pintado, ficou o Chico Lopes, passou um hiato de 13 anos, veio o prédio, mas não foi citado o Boulos, porque aquelas pessoas que estavam ali dentro são desses movimentos... Embora não fosse do movimento do Boulos, ele faz parte desse contexto. Mas o quadro que V. Exª pintou – e eu não sou procurador dos tucanos não – é um quadro tenebroso, azul e amarelo. E não tem nenhuma pincelada de vermelho. E o senhor sabe o que aconteceu neste País. Então, acho que, neste País, rouba-se há muito tempo. V. Exª está fazendo o papel de representante da Bahia e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

representante do povo brasileiro, está certo, mas o caminho é este que o Senador Pimentel colocou: ir pela representação. E, da minha parte, pode contar comigo, que estou aqui. Sou da seguinte filosofia: quem for podre que se quebre. Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nobre Senador José Medeiros, eu não citei absolutamente nenhum partido aqui. Nenhum partido. Nem sei se o Sr. Pedro Parente é filiado a algum partido ou por quem foi indicado. Eu não entrei nesse tema, porque não entraria. Estou entrando no caso pessoal do Sr. Pedro Parente.

Quanto às pessoas que, infelizmente, estavam naquele prédio, o quadro que eu pintaria não teria coloração partidária e doutrinária, porque eu não vou confundir as coisas, absolutamente confundir as coisas que aconteceram.

Eu fiquei muito sentido com aquilo, como em todos os casos de pessoas humildes e pobres que são vítimas do descaso dos governos – pode ser em qualquer nível.

Portanto, também incorporo o aparte de V. Exª. Agradeço a todos que estão aqui no Senado Federal.

E vou fazer uma representação à Drª Raquel Dodge e quero também o apoio, para nós redigirmos juntos essa denúncia, para que o Ministério Público Federal tome providências, não por escolha de ordem pessoal, ou de grupo, ou de setor, mas que vá investigar, como é a obrigação do Ministério Público, aqueles que estão fora da lei.

E esse Pedro Parente é um fora da lei. O escândalo é o "parentão", porque é um escândalo tão grande, de proporção tão grande como foi o escândalo do mensalão e do petrolão.

(*Durante o discurso do Sr. Otto Alencar, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel, 1º Secretário.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Parabéns, Senador, pelo seu pronunciamento.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (**Vide item 2.2.1 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Votaram SIM 46 Srªs Senadoras e Senadores; votaram NÃO 04.

Abstenção 1.

Quórum: 51.

Foi aprovada a indicação do Sr. João Almino de Souza Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Requerimento.

Requerimento nº 364, de 2018, do Sr. Eunício de Oliveira, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para cumprir missão oficial de visita à Argentina, no período de 17 a 19 de junho. E comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade. (**Vide item 2.1.11 do Sumário**)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Mais um requerimento.

Requerimento nº 354, de 2018, do Senador Gladson Cameli, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença, por indicação da Presidência, para participar da sessão do Comitê Executivo da União Interparlamentar, em Genebra, Suíça, nos dias 17 e 18 de junho de 2018. E comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 17 a 24 de junho.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Autoridades.

Vai ter mais uma nominal.

Vou apregoar a próxima autoridade e, depois, darei a palavra, com todo o carinho, ao nosso paraibano, nosso Senador Lira.

Mensagem nº 43, de 2018, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Pompeu Andreucci Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Parecer nº 51, de 2018, da CRE, Relator: Senador Cristovam Buarque.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não há inscritos.

Encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 291 do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Raimundo Lira, por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Randolfe Rodrigues, por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, encontra-se ainda em processo de votação o nosso projeto de lei complementar, projeto de lei do Senado, Projeto de Lei Complementar 188, cuja votação começamos ontem. Foi aprovado ontem o texto principal, de minha autoria, por unanimidade.

A ideia do projeto é a divulgação de todos aqueles que forem beneficiários de renúncia de receita. Nós iniciamos ontem a votação. Ficou pendente a votação do relatório da Senadora Lúcia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos, não houve acordo na votação sobre a emenda proposta pela Senadora Lúcia Vânia, mas, ao que me parece, construímos, encontramos uma mediação, um texto de mediação entre o que estava sendo proposto pela oposição e a intenção da ilustre Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

Eu queria, assim, consultar a Mesa e, obviamente, que esta consultasse subsidiariamente a Relatora, para ver se essa mediação já é possível e trazê-la ao plenário.

É óbvio que vamos precisar da verificação. Precisamos de 41 votos nessa emenda, mas, se o quórum assim contribuir, assim possibilitar, havendo um consenso geral aqui, rogo a V. Exª para, havendo as condições necessárias, submetermos ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Randolfe, da nossa parte e da Mesa não há nenhuma dificuldade. A nossa preocupação é com o quórum.

Há pouco, havia 48 Senadores. E, como V. Exª registra, precisamos de no mínimo de 41 votos "sim" nessa matéria.

Portanto, eu pediria a V. Exª que nos ajudasse nessa construção, nessa compreensão. E, tão logo haja uma posição favorável, nós poderemos levar a voto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu que agradeço.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Convido as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para virem ao plenário, estamos em processo de votação. Precisamos de, no mínimo, 41 votos e estamos apenas com 27 votos. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, eu venho aqui para registrar e para celebrar a eleição da Deputada Federal Mara Gabrilli ontem para uma vaga de perito no Comitê da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. Ela teve 103 votos, em 175, como representante do Brasil.

Ela terá um mandato de quatro anos, a partir de 2019, e será nossa primeira representante nesse Comitê. Terá uma missão de grande importância: monitorar a implementação da convenção, formulando recomendações em prol das pessoas com deficiência.

O Brasil tem sido um defensor incansável dos direitos das pessoas com deficiência nos foros internacionais, em consonância com os nossos esforços também no âmbito interno, pela promoção de políticas nessa área. A eleição de uma candidata brasileira demonstra e reafirma o compromisso nacional com a questão. Estou certo de que a Deputada Mara Gabrilli, com sua experiência pessoal, profissional e seu profundo engajamento com o tema, desempenhará como ninguém as atividades que lhe caberão.

Estendo também aqui minhas felicitações ao Ministro das Relações Exteriores, nosso colega Senador Aloysio Nunes Ferreira, que soube reconhecer a relevância dessa eleição para a diplomacia e para a política externa brasileira, e conferiu à campanha de Mara Gabrilli a prioridade que merecia, culminando na vitória a que assistimos ontem.

Parabéns a Mara Gabrilli! Parabéns a todos nós!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Permite um aparte, Senador Serra?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Flexa, por gentileza.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por favor, Senador.

Com prazer.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu quero parabenizá-lo, Senador Serra, pelo pronunciamento que trouxe ao conhecimento de todos nós: que a Deputada Mara Gabrilli foi eleita à representação do Brasil lá no conselho de deficientes. Todos nós conhecemos a Deputada, todos – não só os do PSDB, mas os de outros partidos e os de fora de São Paulo também –, e sabemos da luta que ela desempenha permanentemente para atender os deficientes. E agora ela vai representar o Brasil. Como V. Exª bem disse, é a primeira vez que haverá um representante do Brasil na organização. Quero, através de V. Exª, parabenizar a Deputada Mara Gabrilli e o nosso PSDB também.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu quero dizer, Senador Flexa, que eu tenho um motivo para satisfação pessoal muito especial, uma vez que a Deputada Mara Gabrilli começou sua vida pública quando eu era Prefeito da cidade de São Paulo. Foi iniciativa minha levá-la à Prefeitura, inclusive criar a Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência.

Mara Gabrilli era, e é, amiga da minha filha antes de ter o acidente que a vitimou e que lhe causou os problemas que nós sabemos, e fui testemunha de como ela soube fazer essa transição. Em vez do abatimento, em vez da desistência, muito pelo contrário extraiu energias para representar um verdadeiro marco na causa das pessoas com deficiência. Então, tenho também motivo para uma satisfação pessoal muito grande, a partir da minha ação na vida pública quando Prefeito de São Paulo. (*Pausa.*)

(Durante o discurso do Sr. José Serra, o Sr. José Pimentel, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero saudar V. Exª, cumprimentar pela direção dos trabalhos.

Quero dizer da importância de estarmos votando aqui, para representante da Embaixada na Espanha, o nome do nosso nobre Pompeu, uma pessoa preparada, conhecedora de toda a situação nacional do nosso País. Com certeza, fará um ótimo trabalho na nossa Embaixada da Espanha. Então, eu quero saudar e convidar nossos colegas para participarem desta importante votação hoje aqui no Senado Federal.

Muito obrigado, Excelência. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria trazer um assunto à baila aqui para os meus colegas Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu tenho visto uma discussão em torno de se criar uma polícia de fronteira para o Brasil.

Eu queria deixar um pouco de esclarecimento sobre esse tema, porque o Brasil já tem polícia de sobra. Nós temos polícia para tudo que é gosto. Nós temos Guarda Municipal, nós temos polícia de trânsito, nós temos Polícia Federal, nós temos Polícia Civil, nós temos Polícia Militar, nós temos Polícia Rodoviária Federal. É polícia para tudo que é gosto.

O que acontece? Ah, eu me esqueci da Guarda Nacional e ainda tem a Polícia Ferroviária Federal.

Então, sigla e órgão, Senador Raimundo Lira, nós temos às pampas. O que falta, nesses órgãos, é gente para trabalhar. Qualificação, capacitação, a Polícia Federal tem de sobra; a Polícia Rodoviária Federal também. Então, o problema das nossas fronteiras não é a criação de mais um órgão. O caso das nossas fronteiras é falta de gente, é falta de gente para trabalhar. Se você for olhar nas estatísticas, a Polícia Rodoviária Federal apreende 1% de toda a droga do mundo, de toda a droga apreendida no mundo.

Então, o que falta é simplesmente efetivo. Eu até elogio o Ministério da Segurança Pública, pois o Governo mandou para cá a Medida Provisória nº 837, que possibilita pagar horas adicionais para que tenha mais gente nas escalas. Mas isso é um paliativo.

Então, eu queria dizer mais uma vez: a solução não é a criação de mais uma polícia. É a gente poder fazer um planejamento de longo prazo para que, a cada ano em que for morrendo policiais, forem aposentando, isso ir automaticamente sendo reposto e, se possível, nos anos em que houver uma folga orçamentária melhor, poder acrescentar aos quadros. Do contrário, daqui a pouco, se acaba. A PF, por exemplo, já tem menos policiais do que a Guarda Municipal do Rio.

Daí, de repente, numa crise, falam: "Poxa, vamos criar a polícia tal." Não adianta fazer isso. Nós precisamos é resolver o problema na raiz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Magno Malta tem preferência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Ana Amélia.

Depois, Senador Magno Malta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente Eunício Oliveira, acho que essa sineta ali fora tem que bater mais forte para chamar os colegas.

Nós fizemos, hoje pela manhã, uma reunião extraordinária deliberativa na Comissão de Relações Exteriores. Os dois candidatos – a Embaixador do Brasil na República Popular da China e o Embaixador na Espanha e em Andorra – saíram-se, eu diria, com aquela qualidade da Diplomacia brasileira que nos encanta a todos. Aqui está o futuro Embaixador, o nosso super Secretário da Mesa do Senado Federal. E faço esse depoimento porque precisamente o encarregado dos negócios do Brasil na Espanha, o Embaixador Pompeu Neto, que vai com um desafio enorme, alinhavou os princípios que nortearão o seu plano de trabalho no comando da Embaixada brasileira na Espanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Espanha, para quem não sabe, é um dos países da União Europeia que tem o maior volume – inclusive entre os investimentos, comparando os Estados Unidos e outros países; a China, inclusive – de investimentos no Brasil.

Precisamente hoje, em Porto Alegre, está-se realizando uma reunião que tem o apoio do Governo da Espanha, juntando os parques tecnológicos da Unisinos, da Tecnosinos, da Tecnopuc, da Pontifícia Universidade Católica, instituição, onde fui aluna da Fameg, pois sou egressa da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e também da Feevale, do Parque Tecnológico da Feevale. Estão discutindo *startups*, maneiras de integração entre o Rio Grande do Sul e a Espanha.

Então, eu faço este depoimento, porque essa foi uma das prioridades elencadas entre as oito definidas pelo candidato à Embaixada do Brasil na Espanha, Pompeu Neto, na sua sabatina hoje.

Da mesma forma, o nosso Embaixador que vai para a República Popular da China terá um desafio gigantesco, porque a China, semana passada, apresentou a adoção de medidas restritivas ao comércio especialmente numa área muito sensível à economia do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de vários Estados produtores para exportação de proteína animal, especialmente carnes de frango. A China está impondo tarifas de 18% a 38% que o importador terá de pagar ao produto brasileiro, isso tudo pela pressão que o Governo Trump está fazendo para entrada de produtos avícolas norte-americanos naquele gigantesco mercado, que era um mercado eu diria quase cativo dos produtos brasileiros.

Então, os desafios que terá o nosso Embaixador Paulo Estivalet são gigantescos, tanto quanto os do Embaixador Pompeu Neto, que agora está esperando aqui a votação.

Nós precisamos de pelo menos 41 Senadores votando e não temos ainda o quórum necessário. Não será bom para a Casa, que tem a responsabilidade não só da sabatina, mas também da votação dos indicados pelo nosso Ministro Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, respeitando uma indicação do Presidente da República.

Eu faço essa exortação porque hoje acompanhei as duas sabatinas, os questionei e fiquei bem impressionada pela qualidade dos dois candidatos. O Senador Cristovam estava presente e também testemunha e compartilha comigo da qualidade e da precisão com que ambos fizeram as suas exposições.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Magno Malta e, depois, o Senador Agripino, enquanto os Senadores não completam o quórum.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de fazer referência ao assunto, ao tema, às imagens, Senador José Medeiros, que o mundo contemplou nestes últimos dias, Senador Raimundo Lira: o encontro do Presidente Donald Trump com o ditador Kim Jong-un.

Muitos analistas estão debochando do encontro. E normalmente esses analistas fazem as suas falas nas redes de televisão que pensam como eles e acham que o mundo tem de seguir o que eles pensam.

Hoje pela manhã, eu ouvi um comentário de Boechat e achei muito interessante o que ele dizia. Há uma importância naquele encontro. Até 90 dias atrás, seis meses atrás, quatro meses atrás, já se começava a falar na iminência de uma outra guerra mundial, de troca de farpas de quem tem bomba atômica, de quem construiu gazes nocivos, de quem tem destruição em massa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aí, eles usam o deboche ao Trump, eleito legitimamente, Presidente de uma potência, de um capital, dos Estados Unidos capitalistas, que se encontra com o ídolo dos esquerdistas brasileiros, o ídolo do PCdoB. Há até candidato a Presidente que tem uma aliança com ele e o apoio dele.

Eu só queria saber, emocionalmente, psicologicamente, como eles se sentiram ao ver o comunista escolado, tratado, criado, resistente, atrevido bajulando o capitalista, andando de mãos dadas. Eu vi com bons olhos, porque o mundo precisa de paz, não precisa de farpas. É um bom sinal para o Brasil.

Quando os esquerdistas brasileiros, que não gostam dos Estados Unidos no processo eleitoral, nos discursos de tribuna, é o capitalismo agressivo, nocivo; mas gostam muito da Disney, gostam muito de Miami, de lojas de marca. Eles adoram.

Mas quando viram Kim Jong-un de mãos dadas com o Trump, é um bom sinal. Espero que eles vejam assim, Senador Raimundo Lira, como um bom sinal, porque eles vão ter que conviver momentos pacíficos. Ele está dando uma lição para eles de que a partir de janeiro, eles vão ter que conviver bem com o Capitão Jair Bolsonaro. Eles vão ter que aprender com o comunista, hoje referência do mundo, Senador Flexa, referência do mundo de mãos dadas com o Trump.

E dizem que eles ficaram uma hora trancados juntos, e o Trump mostrou para ele um filme, uma peça de *marketing* a respeito da América, e que ele ficou encantadíssimo.

E o atrevimento dele também me chama a atenção, porque ele se inseriu nesse contexto na marra, na garra, na força, vendendo a sua força para provocar o encontro.

Eu vejo com bons olhos. O mundo precisa de paz, não precisa de uma terceira, uma quarta guerra, uma quinta guerra. Não precisa matar pessoas. O mundo precisa de paz.

Esse troço é como discurso do processo eleitoral. Hoje todo mundo estava querendo uma zona franca. Eu estava querendo uma, o Senador Humberto queria também para Pernambuco, Randolfe queria uma também para o Amapá. Todo mundo quer. Todo mundo quer dividir o *royalty* do petróleo, que é nosso. Na época de eleição pode tudo. Os discursos são os mais variados. E a gente respeita, não é?

Mas eu espero que essa imagem que o mundo viu e está aí nas mídias todos os dias agora, mãos dadas, o comunista... E eu espero até que a Senadora Vanessa vá dar um esporro nele hoje no discurso dela, porque ela não deve ter achado bonito ele pegar na mão do Trump. Ou espero que ela diga: "Tem que melhorar mesmo, foi um grande sinal", porque eu espero vê-la dando um abraço no Capitão Jair Bolsonaro em 1º de janeiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – O Senador Agripino tinha pedido a palavra. Depois, Senador Cristovam; depois, Senador Flexa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou procurar ser breve, até porque eu pediria a V. Exª para aguardar o encerramento da votação. Nós estamos apenas com 40 Srs. Senadores. E o Senador Davi Alcolumbre estava a caminho, mas ele já chegou, já votou e já deu a sua contribuição à formação do quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu gostaria de fazer um comentário sobre a audiência, como aqui foi falado pela Senadora Ana Amélia, sobre a reunião da Comissão de Relações Exteriores hoje pela manhã, que sabatinou os Embaixadores da República Popular da China e no Reino da Espanha. Foram duas sabatinas substantivas, com perguntas e respostas substantivas e com muitos esclarecimentos e muitos depoimentos que dizem respeito ao momento que o Brasil vive hoje.

No caso da China, por exemplo, onde o Embaixador, muito qualificado, vai desempenhar as suas funções, vai seguramente para um país que caminha para ser a maior economia do mundo, ao lado da economia dos Estados Unidos, e que enfrenta problemas democráticos, porque as coisas na China acontecem, e acontecem rapidamente, por conta de um modelo particular.

Lá eles têm vontade de fazer e fazem de toda forma. Claro que fazem à maneira chinesa, tomando as suas precauções, tomando os seus cuidados, mas são capazes de fazer mil, 2 mil quilômetros de trem bala em 3 anos.

Claro que eles não têm... Claro, não. Eles não têm Tribunal de Contas da União, eles não têm Ministério Público, eles não têm órgãos de fiscalização que possam eventualmente travar o andamento das obras. Agora, eles têm uma sociedade de 1 bilhão de pessoas com grandes aspirações e que anseiam, até pela chegada da internet, pela liberdade de expressão e pelo direito de ir e vir.

E um dos problemas que a China hoje enfrenta é a posição que o governo procura perseguir de manter no campo a população do campo e evitar a migração do campo para a cidade.

Então, é muito importante para o Embaixador do Brasil na China observar o que acontece por lá, porque isso tudo significa acervo de informação de como nós devemos nos conduzir. Até a indicação do Embaixador do Brasil na Espanha, que, esse sim, é o modelo mais próximo.

O novo Presidente do Governo, Pedro Sánchez, que acabou de assumir, depois de voto de desconfiança do Primeiro-Ministro Mariano Rajoy, nem Parlamentar é. Ele está apoiado por um conglomerado de partidos de centro, de esquerda, inclusive, separatistas. Ele declarou-se não separatista, não concorda com a separação da Catalunha e muito menos do País Basco, mas foi apoiado pelos partidos que funcionam como maioria na Catalunha e no País Basco.

A Espanha é a quarta economia da União Europeia, depois da saída do Reino Unido, ao lado de Alemanha, França e Itália. Ela tem uma relação dívida/PIB igual ou superior a 100%, tem o maior nível de desemprego da Europa, acima de 17%, é um problema seríssimo. Inclusive, com desemprego maciço na faixa etária da juventude, que deve claro ter empurrado o voto de desconfiança para Mariano Rajoy, que fez grandes realizações para a Espanha, mas não conseguiu resolver tudo, a começar pela questão do desemprego.

A indicação do Embaixador, que tem vivência de Palácio do Planalto, é uma coisa importante para que a gente possa acompanhar o que está ocorrendo na Espanha pelas relações políticas, culturais, econômicas que o Brasil tem com a Espanha.

A relação do Brasil com a Espanha é relação de investidor, que a Espanha é, de grande porte no Brasil. Investidor que gera emprego onde há oportunidade de emprego, que é, no caso, o Brasil.

E é importante que esse Embaixador, que tem vivência de governo, porque ele é chefe de cerimonial da Presidência da República, observe o que acontece por lá e nos mande as informações precisas para que a gente evite os equívocos ou os erros que a Espanha cometeu ao longo do tempo e que nós podemos perfeitamente evitar.

Eram esses os comentários que eu gostaria de fazer, até como ocupação do espaço de tempo para que o quórum pudesse ser atingido, como já o foi, com 41 votos já conseguidos e registrados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no plenário, mas com cumprimentos às indicações do Embaixador na China e do Embaixador na Espanha, dois importantes postos da diplomacia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Sem revisão do orador.) – Presidente Eunício, eu fui de certa maneira provocado, no bom sentido, pela fala do nosso Senador relacionada ao encontro surpreendente desses dias entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos.

Não vou fazer comentários sobre os detalhes de comunismo e de liberalismo, mas trazer aqui, Senador, uma pergunta: como esses dois que, há poucos meses, como o senhor lembrou, estavam se engalfinhando, prometendo bomba atômica um no outro, agora se encontram; e nós, aqui no Brasil, estamos tão divididos? Como nós não somos capazes de superar isso, Senador Benedito?

Aqui pode não ter a bomba atômica explodindo, mas tem uma bomba do déficit público explodindo; tem uma bomba da Previdência; tem uma bomba da juventude sem educação, sem perspectiva; tem uma bomba da falta do conhecimento científico e tecnológico que está nos deixando para trás; e tem sobretudo uma bomba contraditória, que é a bomba do vazio político. O vazio político é uma bomba, Senador. Nós temos que superar essas dificuldades porque é um vazio de lideranças, mas vamos ter que trabalhar com as lideranças que existem aí. Quais são essas lideranças? Nós. Nós aqui, 81 Senadores. Nós somos os líderes de hoje, líderes que aparentemente o povo acha que não estão à altura do momento e tem suas razões de achar isso, porque nem conseguimos nos encontrar, debater, dialogar, fazer um programa com pontos comuns. O Trump e o Kim fizeram os pontos em comum. Como a gente não consegue fazer pontos em comum que nos permitam atravessar os próximos meses, para beneficiar e possibilitar a marcha do candidato Bolsonaro e dos outros candidatos também? Afinal de contas, estão debatendo, discutindo e buscando voto.

Eu tenho a impressão, Senadora Ana Amélia, que o primeiro passo para nos encontrarmos é quebrar a resistência entre nós, através de uma grande autocrítica. Se cada um de nós chega, sobe ali, faz sua autocrítica, reconhece suas falhas... Eu sei que muita gente aqui não quer fazer isso; muita gente aqui, Senador Magno, não quer fazer autocrítica, mas se cada um faz sua autocrítica é um ponto de partida para criar confiança outra vez e nos encontrarmos.

Foi nesse sentido, Senador Eunício, que eu propus, naquela reunião última dos Líderes, a gente se levantando, o senhor disse: "Senador Cristovam, faça isso, conduza, convide". E eu fiz uma carta para o senhor, que deve estar hoje no seu escritório, fazendo uma proposta de como a gente poderia tentar se encontrar. Agora, o senhor é o Presidente do Congresso. Eu acho que é uma pessoa que pode fazer um chamamento – e não é um chamamento por microfone, não; é cochichando no ouvido de alguns –, chamar para conversar, chamar para discutir.

Onde erramos? Primeira pergunta. E por onde vamos caminhar? Como solidificar o terreno? Senão eu temo que vai virar realidade o que eu ouvi do ex-Senador Sarney alguns anos atrás, quando ele falava que temia que o Brasil caminhasse para uma desagregação. Isso foi antes do *impeachment*, isso foi antes da crise no Rio de Janeiro, com a sabedoria da idade dele, dos cargos pelos quais ele já passou e com o conhecimento de história. Ele disse: "Eu temo que a gente caminhe para uma desagregação". Ele não fez esta comparação, mas eu faço: é uma espécie de Síria sem bombas, sem contradições religiosas, sectárias, mas com contradições políticas tão arraigadas e, pior, políticas sem conteúdo, porque, se fossem políticas com conteúdo, como no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passado, até que isso se justificava, mas não: são sem solidez, sem robustez, como gostam de dizer hoje muitos, sobretudo os economistas.

Então, Senador, eu deixei a carta para que a gente possa tentar. Aliás, eu concluo dizendo que, hoje em dia, como eu fiz também na dedicatória da carta para a Senadora Ana Amélia, o dicionário português parece que está acabando com o verbo tentar. Eu me nego a não continuar usando o verbo tentar, mesmo que tenha dúvida se o que a gente tenta vai acontecer.

Então, muito obrigado ao Senador Magno por falar aqui da Coreia do Norte e dos Estados Unidos e, com isso, ter me provocado para dizer: se esses caras fizeram um encontro para resolver as bombas atômicas deles, como a gente não consegue se encontrar, Senador Benedito, para resolver e desarmar as bombas da gente, que estão explodindo aí todos os dias? Basta falar dos 63 mil mortos no ano passado por assassinato.

Então, fica aqui, Senador, a minha resposta ao que o senhor disse na hora de sair da reunião: "Senador Cristovam, faça aí". Eu fiz e estou à sua disposição para tentarmos – volto a insistir no verbo tentar –, com toda a desconfiança se será possível ou não um encontro, um debate, uma conversa com as lideranças brasileiras que ainda estão por aí, entre elas nós, desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Obrigado, Senador Cristovam.

Senadora Ana Amélia, e, na sequência, vou encerrar a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Desculpa.

Senador Flexa estava...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Então, Senadora Ana Amélia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Por favor, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Flexa.

Eu quero, primeiro, cumprimentá-lo, Presidente Eunício, por ter delegado ao nosso Senador, nosso colega, nosso mestre Cristovam Buarque, essa missão. Ele tem a habilidade, a credibilidade e a confiança das pessoas, não só aqui no Distrito Federal mas também no nosso País, que o ouvem e acompanham a obstinação desse Senador, que reza por uma cartilha democrática, por uma bíblia chamada democracia, em que a liberdade de expressão é a fé que move o Senador Cristovam.

Li no resumo e também concordo: deixemos de lado o verbo tentar. Vamos fazer! V. Exª delegou essa missão ao Senador Cristovam, que é a pessoa certa pelos termos, pela clareza e, sobretudo, pelo equilíbrio com que ele se manifesta nessas horas de tensão. A hora de tensão exige de todos nós não a intolerância, mas a capacidade e a temperança.

V. Exª se referiu ao encontro com o ex-Presidente Sarney, e eu tive a honra e o privilégio de estar junto com V. Exª naquele momento, na residência dele. Estávamos juntos, e usei essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

palavra, e ele disse que gosta muito da palavra "temperança". Eu acho que ela é adequada também, como o rigor que se exige no comportamento dos líderes políticos nacionais.

A nossa maior crise é a crise política. É a crise política. E estamos diante do risco, eu diria, de uma manifestação negativa da sociedade brasileira com esse movimento defendendo a anulação do voto ou a abstenção ou o voto em branco. Esse é o pior veneno para a democracia, Senador Eunício Oliveira, caros colegas Senadores; é um veneno irreparável, que pode sepultar aquilo que podemos fazer, que no regime democrático... E aí falo também porque tenho conversado às vezes com comandantes militares que estão comprometidos pessoal e visceralmente com a defesa da Constituição brasileira, com a defesa da democracia, da institucionalidade, da estabilidade, da constitucionalidade, da legalidade do nosso País.

Esse também é um conforto, Senador Cristovam. E lembro bem, quando o Comandante do Exército esteve na Comissão de Relações Exteriores, naquela audiência em que nós todos deparamos com a palavra não de um comandante militar, mas de um estadista falando sobre os nossos erros – e aí vem a autocrítica, a autoanálise –, sobre os erros que cometemos, ao perder a oportunidade no Haiti de fazer uma ajuda para que jovens líderes aparecessem para assumir o poder naquele país.

Então, essa visão crítica ele teve e falou. Lembro bem e tenho repetido que o senhor naquele momento disse: "Nós tínhamos medo dos generais, agora estou preocupado porque estamos todos aplaudindo um general, um comandante do Exército". Por quê? Porque ali estava presente a palavra de uma autoridade com respeito, com a representação que tem das Forças Armadas, trazendo o conforto e a segurança de que não haverá aventura nem atalho na democracia – nem aventura, nem atalho.

E nós estamos a apenas quatro meses da eleição e não podemos correr o risco de uma instabilidade, Senador Magno Malta. V. Exª também é um pregador dessa defesa intransigente.

Precisamos votar, porque o voto será o único caminho na democracia, para que possamos escolher aquilo que estamos fazendo.

E, lamentavelmente, Senador Cristovam, hoje não falamos. Dos candidatos só sabemos os nomes, mas não sabemos o que irão fazer pelo Brasil. Essa é a fulanização, que não é boa também para a democracia. É preciso que eles digam o que farão na educação, na saúde, na segurança pública. Até agora não vimos. Nós estamos concentrados: será o fulano, o sicrano, o beltrano? E não estamos olhando o que eles serão capazes de fazer, esses nomes que estão postos aí, que aparecem nas pesquisas.

Tudo pode acontecer. E, como dizia o seu conterrâneo lá de Pernambuco Marco Maciel, tudo pode acontecer, inclusive, nada.

Então, Presidente, eu faço apenas, renovo o cumprimento a V. Exª, por ter delegado ao Senador Cristovam essa missão tão relevante, em que ele se saiu com muito brilho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, estou recebendo hoje aqui, no Senado Federal, a visita de vereadores do Município de São João do Araguaia.

Estão aqui comigo o Vereador Bené, do PV; o Vereador Fox, do PTB; o Vereador Bina, do DEM. Três vereadores que representam a Câmara Municipal de São João do Araguaia, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nome em homenagem ao Rio Araguaia, apesar de a sede do Município estar localizada no Rio Tocantins. Todos nós sabemos que o Rio Araguaia se junta com o Rio Tocantins e vem desaguar no Rio Amazonas.

São João do Araguaia vai sediar a Hidrelétrica de Marabá, que tem o nome de Hidrelétrica de Marabá, mas está localizada em São João do Araguaia. É um Município de porte pequeno, mas importante para a região sul e sudeste do nosso Estado. Tem uma economia do agronegócio, da pecuária, do extrativismo e da pesca e, como todos os outros, contribui para o crescimento do Estado do Pará.

Está aqui comigo também o Cláudio Botelho, que é o Presidente do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Pará e do Município de Bragança, um dos mais antigos do meu Estado do Pará. Como representante dos armadores de pesca, ele tem um papel importante nessa atividade, para a qual o Governo brasileiro tem que voltar atenção. Dar à Secretaria Especial da Pesca a estrutura necessária para que o Brasil, que tem uma capacidade potencial enorme de crescer na produção de pescado... Nós temos 8 mil quilômetros de costa marítima e águas internas incomensuráveis, então, não tem como o Brasil participar do mercado mundial de pesca com menos 0,5%.

Então, esse momento agora dos próximos Presidentes, como falou a Senadora Ana Amélia, é necessário, sim, Senadora Ana Amélia, que os pré-candidatos à Presidência da República venham e digam qual é o plano de governo deles. Nós não vamos votar só porque o outro diz que vai dar bala, vai prender... Não, nós temos que votar conscientemente naquele que tenha um programa de governo que venha ao encontro da necessidade do nosso País.

E V. Exª tem razão. Até agora, pelo menos que eu tenha conhecimento, não foi colocado a público isso aí. Era bom até a gente fazer assim algumas audiências, para que a gente pudesse ter de todos os candidatos esse compromisso. Nós deveríamos legislar, Senadora Ana Amélia, Senador Cristovam Buarque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... nós deveríamos legislar que os compromissos de campanha fossem registrados em cartório. E aqueles que não cumprissem perderiam o mandato.

Eu acho que era a forma de resolver essa questão daqueles salvadores da Pátria ou do Estado ou do Município, que vão fazer o céu ficar perto. E, ao assumirem o cargo, não fazem nada do que diziam que fariam. É o estelionato eleitoral, que também tem que ser punido, para que a gente possa ter, com certeza absoluta, o cumprimento dos compromissos de campanha de todos os candidatos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu não vou invocar o art. 14, porque fui citada positivamente aqui pelo Senador Flexa Ribeiro.

Mas, Senador Flexa Ribeiro, sinceramente, para quem não tem palavra, não adianta assinar promessa em cartório, porque não costuma respeitar nem essa. Então, eu penso que é exatamente o compromisso que tenha da palavra o que a pessoa precisa fazer. Quando precisa registrar em cartório, já é um mau passo. A pessoa precisa cumprir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, aí teria essa penalização, aí teria uma consequência. Então, eu agradeço V. Exª.

Eu só quero também mencionar, Presidente Eunício, que ontem recebi a visita do Presidente do TRF 4, o nosso Desembargador Carlos Thompson Flores. Conversávamos com ele, e, da mesma forma como falei sobre os comandantes militares, ele, no Poder Judiciário entende – e ele preside uma das cortes mais importantes que é o TRF 4 –, também esposava a crença e a confiança de que a crise política só pode ser resolvida pela via política e pelos políticos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Antes de encerrar a votação, eu comunico ao Plenário que a reportagem da mídia desta Casa fez uma matéria chamada "A Culpa é do Estuprador", produzida pela Rádio Senado, que foi finalista de um importante prêmio que é o Microfone de Prata, organizado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Essa é a quarta indicação dessa mesma reportagem a um prêmio nacional de jornalismo.

A matéria fala sobre a PEC 64, de 2016, já aprovada pelo Senado, que torna o crime de estupro imprescritível. A proposta teve como Relatora a Senadora Simone Tebet, do PMDB, do Mato Grosso do Sul, e como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, do PT, do Acre. Vale ressaltar que essa não é a única reportagem da rádio a ter o devido reconhecimento. Desde 2017, a Rádio Senado já conquistou ou foi finalista de nada mais, nada menos que nove prêmios nacionais de jornalismo, sempre com notícias que ressaltam a importância do Parlamento brasileiro para a sociedade, que sempre ressaltam o valor que tem o regime democrático.

Portanto, eu quero aproveitar esta oportunidade para, em nome da Mesa, em nome desta Casa, parabenizar todos os que fazem o sistema de comunicação desta Casa, especialmente os que fazem a Rádio Senado.

Agradeço e parabenizo todos pela dedicação diuturna ao trabalho.

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (**Vide item 2.2.2 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Votaram SIM 42 Srªs e Srs. Senadores; NÃO, 1.

Uma abstenção.

Está aprovado o nome do Sr. Pompeu Andreucci Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Item 7 da pauta.

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104 (nº 786, 2007, na Casa de origem), que estabelece a obrigatoriedade de o Poder Público oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental.

Parecer nº 114, de 2018, da Comissão Diretora, Relator Senador José Pimentel, oferecendo redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do substitutivo em turno suplementar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Item 8 da pauta.

Projeto de Resolução nº 16, de 2018, da Comissão Diretora, que consolida e ratifica as alterações promovidas na estrutura administrativa do Senado Federal.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 116/2018-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.3 do Sumário**)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Há requerimento sobre a mesa sobre adiamento de discussão do item 2, do item 4 e item 3 da pauta. (**Requerimentos nºs 366, 367 e 368, todos de 2018 – Vide itens 2.2.4, 2.2.5 e 2.2.6 do Sumário**)

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será dado cumprimento da vontade deste Plenário.

Foi apresentado requerimento, que será publicado na forma regimental, solicitando a tramitação conjunta de o Projeto de Lei da Câmara 140, de 2015, e o Projeto de Lei do Senado 104. Solicitação do Senador Valadares. Uso de foto em documento. (**Requerimento nº 365, de 2018 – Vide item 2.2.7 do Sumário**)

Votação do requerimento.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Será cumprida a deliberação do Plenário desta Casa.

Nada mais havendo a tratar na tarde de hoje, declaro encerrada a Ordem do Dia.

Passa-se à sessão de debates.

O primeiro orador inscrito, como Líder, é Senador Eduardo Lopes, pelo PRB, do Rio de Janeiro.

Tem a palavra V. Exª. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

O Senador Ivo Cassol já falou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Quer falar? Então, Senador José Medeiros.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Por favor, me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Magno Malta, na sequência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, eu queria aproveitar, uma vez que V. Exª, Presidente, citou a Rádio Senado, para dizer sobre os relevantes serviços que a Agência Senado presta ao Brasil.

Eu digo isso, porque eu vivo num Estado, Senador Eunício Oliveira, gigantesco. Eu sempre digo aqui que, no Estado de Mato Grosso, cabem 10 países do tamanho de Portugal, cabem sete Inglaterras, cabem quase duas Franças. Senador Eunício Oliveira, o senhor não sabe a importância que têm a TV Senado e a Rádio Senado para a divulgação dos trabalhos desta Casa e dos Parlamentares.

Por vezes, lá no interior do Brasil, lá nos rincões de Mato Grosso, é pela TV Senado, através de uma antena parabólica, que as pessoas têm acesso a programas sobre o País, sobre a história do País e também sobre o dia a dia aqui do Senado Federal. Por vezes, é através da Rádio Senado que as pessoas acompanham uma boa música, os programas de música popular e também os debates, que são muito importantes. A partir desses instrumentos de comunicação do Senado Federal, as pessoas podem ter acesso a como se comporta o seu Parlamentar – como é que meu representante está atuando lá em Brasília? Isso é bom para o Parlamentar, é bom para o Parlamento, é bom para a democracia e é bom para o Brasil.

Ficam aqui as minhas homenagens à Rádio Senado, à TV Senado e a todas as equipes que se desdobram para mostrar o trabalho de cada um dos Senadores aqui, porque não é fácil, pois são 81, mas, todos os dias, estão aqui *Jornal do Senado* e A Voz do Brasil que os brasileiros podem acompanhar.

Por falar em A Voz do Brasil, eu sou um saudosista, Senador Antonio Carlos Valadares, porque, quando eu era criança e morava na roça, meu avô tinha aquele radiozinho de pilha e A Voz do Brasil era sagrada. Ele falava: "Eu vou escutar o repórter". Então, ele ligava ali, com aquela chiadeira danada, mas ali era sagrada A Voz do Brasil. Eu vejo muita gente falando em acabar com isso, dizendo que isso é obsoleto. Não é, não. No interior do Brasil, as pessoas gostam de acessar as notícias.

Dito isso, Sr. Presidente, eu tenho ouvido uma cantilena, todos os dias, de dizer que o Brasil estava caminhando bem, estava andando a mil maravilhas, estava numa terra que emanava leite e mel e que, de repente, uma comissão, cujo relator veio lá de Minas Gerais, um homem malvado, o Relator Antonio Anastasia, junto com outros Senadores, resolveu acabar com a felicidade do País e tirar uma Presidente competente que estava levando o País ao paraíso. Nós sabemos que não é assim, mas, nesse ponto, eu queria dizer uma coisa aqui: como foi incompetente o Governo! O que aconteceu aqui? Todos os dias, subia aqui ou o Senador Lindbergh ou a Senadora Gleisi ou a Senadora Vanessa Grazziotin ou a Senadora Fátima– esses quatro só, de vez em quando, com uma ajudinha do Senador Requião –, e pintaram um quadro dantesco de que o Brasil desmoronou depois do *impeachment.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Antonio Carlos Valadares, por onde eu ando neste País, encontro pessoas que o conhecem desde o início da sua carreira, conhecem a sua experiência, assim como outros Senadores aqui, que se detiveram sobre a situação do País, que olharam como estava o Brasil, que participaram *pari passu* daquele processo.

Todo mundo sabe como estava o Brasil. O PIB, em 2015, por exemplo, estava em menos 3,8; em 2016, em menos 3,60. Agora, eles sobem aqui e dizem: "Não, estava a mil maravilhas." A inflação chegou a dois dígitos. Agora, eles vêm aqui e diz: "Não, estava às mil maravilhas". E fica por isso. Não existe um rebate para dizer: "Olha, isso não é verdade."

E por que é que isso é ruim? Eu não sou defensor do Governo, não. Eu sou do Podemos, cujo pré-candidato a Presidente é o Senador Alvaro Dias. Eu não tenho compromisso nenhum com o Governo e não tenho obrigação de defender Governo Temer. Agora, eu não posso compactuar com a ideia de dizer: "Olha, vocês, que participaram do *impeachment*" – como hoje o Senador Humberto Costa, que eu gostaria que estivesse aqui na frente, subiu aqui para dizer isto – "são responsáveis por toda essa desgraça que aconteceu com o Brasil." Epa! Somos não. O Brasil vem tendo suas dificuldades por erros ou acertos dos governos, teve suas dificuldades e, vamos dizer, suas crescidas pelos erros ou acertos de cada governo. É assim que a banda toca. Agora, eu sou daqueles que é o seguinte: cada um fique com sua parte, deem a cada um o que é seu. Agora, querem nos passar uma conta que eu não aceito. E, enquanto eu estiver aqui como Senador, eu vou defender esse Parlamento, porque nós, além de fazermos o que era um anseio do povo brasileiro, cumprimos o que a lei brasileira diz. E nós não podemos nos responsabilizar pelos desacertos econômicos, Senador Dário Berger, desse ou daquele governo.

Vamos aos números. A balança comercial estava em R$19 bilhões em 2015; em 2016, R$47 bilhões; em 2017, foi para R$67 bilhões. A atividade econômica estava em menos 4,8% e em menos 4,34% em 2016; em 2017, já ficou 1,33%, positivo. Eu não vou ficar aqui vomitando números, colocando números, mas o certo é que é o seguinte: nós não estávamos bem, não havia essa história de mil maravilhas. E aí as pessoas confundem: "Olha, tinha uma situação econômica, vocês quebraram o governo, e aí o Brasil virou isso." Não, não é verdade isso. O Brasil estava numa grande crise, grande crise política – política, inclusive.

E eu gosto sempre de citar, gente, conversa de corredor do Senado, mas conversa de pessoas que eram intestinais do governo: quem arrebentou com a estrutura desse governo passado não foi a oposição; quem arrebentou com a estrutura passada foi a briga por espaços. Haviam combinado que Dilma passaria, Senador Dário Berger, quatro anos. Essa era a conversa – mais ou menos copiando o projeto político de Marconi Perillo, em Goiás. Então, o combinado era o seguinte: Dilma esquenta a cadeira por quatro anos, e Lula volta depois. O que é que aconteceu? Vamos pegar o primeiro ano de Dilma: caía um ministro ligado a Lula a cada mês. Foi briga interna. E foram minando Lula – eles, lá. Tinha o Ministro da Justiça, eles tinham todas as informações e começaram a soltar, começaram a roer o pé do Lula. E o cupim começou a comer o pé do Lula – cupim de lá da casa dele. Chega o período em que ele fala: "Olha, chegou a hora de me candidatar, me dá a cadeira de volta." Ela falou: "Hã hã. Candidata aqui sou eu". E ela tinha o seu time lá, que era Miguel Rossetto, Mercadante, o Ministro Eduardo Cardozo e Rui Falcão. Esse era o time dela.

Vejam que os outros todos estavam com a polícia no calcanhar. Quem pôs a polícia no calcanhar desse povo? A polícia descobriu de repente?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Acho que são 20 minutos depois da Ordem do Dia, Senador.

Senador Valadares, acho que pôs só dez minutos, são 20 minutos depois da Ordem do Dia.

Então, o que acontece? Foi esse Senado aqui que colocou a polícia no pé desse povo? Não, isso foi informações de fogo amigo. Foi fogo amigo isso aí. Então, não venha jogar para cima não. Não estou falando que a polícia não fez o trabalho correto, não. Eu estou falando que as informações saíram de lá.

Eu tenho um conterrâneo lá de Mato Grosso – só para que quem está nos ouvindo possa saber dessa história, porque é importante a gente contar o contexto, contar o pano de fundo do que se sucede aqui para desmontar essas mentiradas que vêm aqui. O que acontece, Senador Rodrigues Palma? Um conterrâneo de Mato Grosso era do alto clero da administração do governo passado e ele disse que, certa feita, estava numa reunião em que estava a Presidente Dilma, a Ministra Gleisi Hoffmann, Gilberto Carvalho e a Ministra Ideli Salvatti. A conversa só foi ouvida por esses quatro e, quando foi meia-noite, já estava no *site* da *Veja*. E ele caiu!

Esse roteiro foi o mesmo dos outros ministros. Eu não estou entrando no mérito da questão, se eles estavam certos ou errados, mas era guerra interna. Sem querer ser mordaz, não vou usar isso aqui, mas poderia dizer que era guerra de facções, briga interna. Sabe a Rocinha ali no Rio de Janeiro? De vez em quando não há o Nem contra o Rogério 157? Foi isso, briga interna. E eles começaram a ruir.

Mas na época eles não tinham um vilão ainda e a cartilha desse povo sempre foi: eu preciso de um vilão para que eu possa combater esse vilão.

Na época, a única coisa que eles tinham era FHC. Então, o vilão desse povo era quem? FHC, FHC, FHC. Eu não defendo FHC, tenho n posições contra FHC. Eu acho que ele defende posições que... A liberação das drogas é uma que eu não concordo, Senador Rodrigues Palma. Mas a culpa era FHC, lembra? Era Fora, FHC; Fora, FHC.

Nesse fora, vocês fazem ligação com algum outro fora que eles falam por aí? Pois bem, era Fora, FHC. De repente, quando começou aquele processo de *impeachment*, aí eles arrumaram um inimigo, arrumaram o Temer. E todo dia eles sobem aqui e dizem que o Temer... Chamam de mordomo, de funerária, até de vampiro, não presta, não vale nada, que seja. Mas quem foi que apresentou Temer ao Brasil? De que jeito o Temer foi apresentado para o Brasil? Como constitucionalista, como um dos homens mais inteligentes do País, elegante, articulador, catedrático, competente e por aí vai, mas, no outro dia, ele já não prestava. E tudo o que se fez, de lá para cá, eles dizem também que não presta.

Então, eu quero dizer o seguinte, vamos separar: dai a César o que é de César. Este Governo é consequência constitucional e consequência do Partido dos Trabalhadores e seus apoiadores. Portanto, não tentem terceirizar, vocês são responsáveis por tudo de bom que acontecer no Governo Temer e por tudo de ruim que acontecer também. Então, não venham dizer que não têm nada a ver com isso, têm a ver, vocês têm a ver com tudo, vocês são o nexo causal direto. Vocês escolheram.

Então, mais uma coisa, para ficar claro: vêm dizer que este Senado aqui acabou com o País por causa do teto de gastos. Senador Rodrigues Palma, V. Exª foi Prefeito, um dos melhores – eu tive o cuidado de ver a história – prefeitos que a capital de Mato Grosso já teve. Boa parte do que existe ainda de estrutura na capital mato-grossense foi V. Exª que fez. E tenho orgulho de estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui na tribuna do Senado para falar isso para V. Exª e para contar para muitos mato-grossenses que não sabem.

Mas V. Exª sabe que toda a administração, seja ela de casa, seja de uma prefeitura, precisa ter um parâmetro orçamentário, precisa ter um teto de gasto. O senhor fez aquilo lá, mas não estava bamburrando de dinheiro, não; fez, porque fez as contas, foi organizado, teve uma boa gestão.

Pois bem, essas pessoas começaram com a ideia de que existe um *motu continuo* do dinheiro. Não existe; nós precisamos ter um momento de escolher: "Ou eu compro isso, ou aquilo." Eu sempre digo, se eu tivesse dinheiro, eu levava meus filhos, todo ano, à Disney. E eu até posso levar, mas eu vou ter que escolher por cortar outras coisas.

Pois bem, aprovamos a PEC que se chamava aqui a PEC do teto dos gastos. O que é a PEC do teto dos gastos para quem está nos assistindo? Falam: "Medeiros, você está falando em PEC. O que é isso?" Proposta de emenda à Constituição que definia que o País tem que ter um teto. "Olhe, até aqui é o orçamento. E nós vamos ter que trabalhar todas as necessidades do País dentro desse orçamento." Eles são contra; todo dia batem aqui nisso aí. Aí fizemos a reforma trabalhista; são contra.

E eu não me apavoro, eu não me avexo, quando eles são contra, não. Quando a bancada do atraso é contra, simplesmente confirma a história. Eles foram contra a eleição de Tancredo Neves; eles foram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal; eles foram contra a Constituição de 1988, que hoje defendem tanto. E V. Exª foi Constituinte, Senador Rodrigues Palma.

Então, eu não me avexo com isso, mas eu me avexo quando tentam insuflar a classe trabalhadora brasileira. Primeiro, se autointitulam como os representantes dos trabalhadores; não são – não são representantes dos trabalhadores! Como diz a Bíblia: "Esse povo se aproxima de mim com a boca e me honra com os lábios, mas o seu coração está longe de mim." Sabe por quê? Porque, quando chegaram ao governo, não foi com os trabalhadores que foram para a mesa, não.

Então, voltando à responsabilização deste Plenário: não somos responsáveis pela prisão do Lula; não somos responsáveis por Dilma ter caído; não somos responsáveis pela crise econômica, porque a inflação estava a dois dígitos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Pelo contrário, tínhamos que receber um prêmio, Senador Antonio Carlos Valadares, porque, se a inflação estava a dois dígitos, hoje está a menos de três.

"Ah, mas havia habitação." É verdade, havia habitação, um bom programa, e é bom que continue. Na época da ditadura militar, também havia, e não significa que isso muda a história de um governo. Havia o BNH, é importante que a habitação continue. Agora, é importante que continue com responsabilidade orçamentária, porque, do jeito que estava o programa de habitação, todas as empresas que estavam entrando no sistema estavam falindo, porque não pagavam. Adianta fazer, e não pagar? Não pagavam. As creches por todo País não estavam sendo pagas. Mas aí sobem todos os dias aqui e dizem a mesma coisa; a mesma mentira dita todo dia por três, quatro deles.

Sabe quem usava essa política? Goebbels, que era do Partido de Hitler; e Hitler usava esse negócio, essa cantilena. Dizia uma mentira repetidas vezes para encucar na cabeça do povo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Repetida mil vezes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Repetida mil vezes...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... torna-se verdade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... torna-se verdade.

E aqui o nosso oráculo do saber, Antonio Carlos Valadares, direto de Sergipe.

O que acontece? Sobem aqui e daí a pouco começam. Têm a pachorra de subir aqui e gritar...

Outro dia eu vi um Senador desse time subir aqui e chamar o restante do Plenário de canalhas: "Canalhas, canalhas..." Não vou levar esse "canalha" para casa, mas de jeito nenhum! Não engulo, não. Não engulo sabe por quê? Porque os meus votos aqui são transparentes. Talvez o meu defeito seja esse, Senador Antonio Carlos Valadares; mas me espelhei em muitos de vocês aqui que são mais antigos. V. Exª, por exemplo, é um deles: quando tem que falar, não manda recado, não. E isso eu creio que tem que ser a característica de um Parlamentar, porque o eleitor quer ver de que lado você está, ou de um lado, ou de outro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Até a Bíblia diz: se você for morno, vomitar-te-ei.

Mas, já caminhando para o final, Senador Antonio Carlos Valadares, agora estão aí querendo vitimizar o Lula. E eu vou falar aqui um pouquinho sobre Lula.

Lula... As pessoas confundem: acham que o voto do PT é o voto de Lula. Não, há muita diferença, Senador Antonio Carlos Valadares.

Eu sou nordestino. Os nordestinos adoram o Lula. E sabe por quê, Senador Antonio Carlos Valadares? Porque ele tem um discurso direto; ele tem um carisma muito grande; ele fala diretamente. Ele não fala que borracheiro se chama profissional liberal do ramo de manutenção de pneumáticos, não. Borracheiro é borracheiro. E o povo brasileiro gosta dessa conversa direta.

Então, assim: Lula é uma coisa, o Partido dos Trabalhadores é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Ele fez o governo pensando nos pobres.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Exatamente.

E aí o que acontece? Ele tem esse viés social...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E aí é o seguinte (*Fora do microfone.*): vamos separar o Partido, a ideologia da figura Lula. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Agora, a Justiça pegou, está respondendo? Gente, isso é caso de polícia para lá. Agora, vêm dizer, querer jogar a culpa para cá? Não, não joguem; não joguem. Nós não temos responsabilidade sobre isso. Eu tenho dito: quem pariu Mateus que o embale.

Vocês roeram o pé do Lula; o Lula é vítima de vocês, vítima da ânsia pelo poder, porque acharam o seguinte: "Nós chegamos e nós nunca mais cairemos. Agora é limpar a turma do Lula,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é um povo meio político, é um povo muito colocado, e vamos implantar o socialismo nosso aqui." Porque Lula não é bolivariano; e é por isso que ele não servia para eles. Então, gente, ele seria varrido também por eles, porque eles queriam o quê? A política do Maduro, a política que está lá na Venezuela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Lula não se enquadrava naquele projeto; já tinha servido ao que se prestava.

Para que Lula servia, Senador Antonio Carlos Valadares? Essa coisa começou da seguinte forma – V. Exª sabe muito mais do que eu: Lula era um sujeito que detinha o contato com as massas populares. Os pilares que sustentaram essa pseudorrevolução do Partido dos Trabalhadores tinham contato com as massas populares? Não. Quem eram? O clero, os intelectuais e, pasmem, Golbery. E essa turma fez o quê? O Lula foi usado por essa turma toda. Aproximaram-se do homem simples e ganharam as massas. E sempre no lombo do Lula.

O Lula já tinha cumprido o seu papel, Senador Antonio Carlos Valadares, então era hora de ser imolado, de ser tirado. E eles tiraram. Eu nunca contei essa história aqui, mas chegou a hora de ela ser contada.

Lula é vítima do seu próprio Partido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... vítima da sua própria organização. Ele já não servia mais para ela, servia só como símbolo. Aliás, estão usando o cadáver político dele como ninguém. Vocês pensam que eles o querem? Agora, podem até querer porque é a única tábua de salvação. Viram que, sem Lula, eles são nada; têm 3%, talvez, da população. Aí ficam querendo jogar para cima de nós.

Ei, como diria Magno Malta – se bem que ele fala mais alto, não é? –, vocês aprontaram para cima do Lula, vocês traíram o Lula, vocês arrebentaram o País e agora querem jogar a culpa para cima de nós? Não, o Governo Temer é consequência de vocês, aproveitem o que de bom o Temer fez e assumam o que vocês acham que ele fez de ruim – assumam.

Nós fizemos o papel que devíamos fazer aqui, cumprimos o nosso papel: defender a população brasileira. E o fizemos aqui de cara lavada, mas não vamos assumir o erro de vocês.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E a cada mentira que vocês contarem aqui, eu virei contar dez verdades.

Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

(*Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 3º Secretário.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Próximo orador.

Pela ordem, Senador Capiberibe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero justificar minha ausência, porque estava em reunião fora nas duas últimas votações.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – A Ata registrará.

O próximo orador é o Senador Magno Malta, a quem concedo a palavra. Em seguida, o Senador Antonio Anastasia e, por último, a Senadora Rose de Freitas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem, aqueles que nos veem pela TV Senado e nos acompanham nas redes sociais, eu, há pouco, vi uma fala do Senador Cristovam Buarque em que ele disse que estava fazendo um gancho na minha fala quando me referi ao encontro de Donald Trump com Kim Jong-un, com o coreano bochechudo.

Há três, quatro meses, Senador Antonio Anastasia, eles estavam se engalfinhando, ameaçando ataque nuclear, bomba de destruição em massa. Kim disse que alcançou a autonomia e poderia chegar aos Estados Unidos já com as suas bombas; e o Trump ria dele, dizia que era um louco brincando de *videogame* e que poderia destruí-lo em um só momento.

Eu disse que hoje pela manhã ouvia Ricardo Boechat e que fazia uma fala muito equilibrada, muito centrada nesse encontro e dizendo: "Olha não adianta fazer crítica e dizer que aquilo foi só uma bolha, que assinaram quatro pontos, que não vale nada". Mas eles se encontraram. E para os críticos, a mídia de esquerda dos Estados Unidos, que profetizava com todas as profecias já chanceladas que o Trump jamais seria presidente da América, as pesquisas do Datafolha do Estados Unidos, que dava Hillary como presidente dos Estados Unidos, eles esqueceram que eles não mandam mais em nada, depois das redes sociais, depois da chegada da internet, com a sua velocidade. O mundo mudou e já não mais as grandes redes dizem: "Façam assim ou façam assim." E o povo faz assim. "Vamos fazer uma novela e que o comportamento seja dessa forma, porque é assim que o povo vai ser. Vamos lançar essa roupa, porque eu..." Não, não, acabou. Todo mundo hoje é dono de uma rede de televisão.

"Ah, mas fulano..." ele tem um telefone? Tem. Tem WhatsApp? Tem. Ele pode filmar? Pode. Ele é dono de uma rede de televisão. "Ah, mas tem pouca gente. Ele só tem cem seguidores." Ele tem cem pessoas que veem a televisão dele, e, se gostam, passa pra frente. Se acham engraçado, passam também pra frente. Se têm raiva, passam mais rápido ainda. Acabou. Para o bem ou para o mal, está aqui.

Se o encontro deles foi só uma bolha, mas foi o socialista, o presidente do maior país capitalista, o maior país do mundo, onde está o capital de fato. Donald Trump, um empresário, respeitado, bilionário, capitalista, demonizado pelos esquerdopatas aqui no Brasil. Mas "os Estados Unidos é um demônio" até chegarem as férias; "Os Estados Unidos é um inferno" até chegarem as férias, porque vão tudo para a Disney, vão para Miami, compram bolsa Louis Vuitton – não sei se é falsa, mas que compram, compram –, e tiram foto em frente à Macy's. E vão para a 5ª Avenida. Não é? É só agá.

E as redes sociais começaram a desmoralizar esse povo também do agá, porque agora as fotos, os vídeos, tudo isso anda.

Então, esse país capitalista foi lá e deu a mão a um comunista doutorado, escolado, postado, atrevido, ousado e metido a valente. E aqueles que são aliados do Partido Comunista Coreano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqueles que são aliados, que glamourizam, chamam de companheiro e que certamente diz que ele vai ajudar na campanha eleitoral, eu gostaria de ver os comunistas, gostaria de ver os socialistas, gostaria de ver os esquerdopatas fazerem discurso aqui sobre o que eles acharam deste encontro.

Eu espero que eles estejam prontos para dar um pito – como falam no Nordeste –, dar um esporro no gordinho, porque deu a mão para esse capitalista maluco do Donald Trump, que reduziu os juros dos Estados Unidos, que já reduziu o desemprego nos Estados Unidos, que incentivou a indústria nos Estados Unidos. Esse maluco! Eu quero saber, eu quero ouvir. Eu quero ver Kim Jong-un tomar um esporro da liderança do PCdoB, da candidata do PCdoB. Vai falar o quê? Ou então dizer parabéns para ele, o mundo precisa de paz. Ele foi lúcido. Foi ele que chamou o Trump, ele que foi primeiro, ele que quer... Fale alguma coisa, pelo amor de Deus! Mas sabe o que vai falar, Senadora Rose? Nada. Nego bota a viola no saco e some.

Eu queria tanto ser aparteado. Eu queria ver a Senadora Vanessa dar um esporro em Kim Jong-un e nessa desgraça desse Trump.

Por que foi tomar café – V. Exª até tossiu, porque se emocionou – com essa miséria desse capitalista, desse milionário, desse rico... Mas eu vou ficar sem ouvir esse discurso, mas que eu vou insistir a semana toda, eu vou. Eu vou para o microfone pedir, senão eu mesmo vou falar e vou querer dar aparte. Eu quero dar aparte, eu quero ser aparteado, eu quero ouvir! Não é?

Falar da boca para fora é fácil, eu quero ver é na hora do pau cantar.

Aí dizia o Senador Cristovam... Se esses dois caras que estavam se engalfinhando, a maior potência bélica do mundo, foram lá e deram as mãos – dizia Ricardo Boechat –, esse gesto tem de ser nobre. Que não deem nada os quatro pontos, mas distensionou. Já se falava em uma outra guerra mundial, Senador Valadares, já se falava em outra guerra; estava se avizinhando. De repente, os caras distensionam e dão as mãos.

Aí eu ouvi aqui uma provocação logo em seguida, numa fala do Senador Flexa: "É porque candidato tem que registrar não sei o quê aqui, no Brasil – eu concordo com a fala de S. Exª. – vai votar em candidato sei lá o quê, que vai dar porte de arma para os outros." É, e eu concordo com ele. Ou votar em candidato que diz que fez o Rodoanel em São Paulo, mas está envolvido na Lava Jato até o pescoço. Não é, Senador? Está preparado para ser Presidente porque fez o Rodoanel? Eu quero que explique a Lava Jato.

Nós estamos vivendo um quadro absolutamente hilário, de quem fez, assume o papel de cara de pau de dizer que não fez, e quem, de fato, não fez, os caras de paus apontam o dedo dizendo que fez.

A destruição da Petrobras. Gente, quem destruiu a Petrobras? E por isso, Senador Valadares, V. Exª que é o rei do voto em Sergipe... E V. Exª sabe que eu sei disso, porque eu sou ligado ao povo de lá. V. Exª sabe que eu não estou jogando conversa fora. V. Exª sabe das minhas amizades, dos meus relacionamentos naquele Estado tão querido. Mando um abraço aos meus amigos que vivem lá. Aliás, tenho muitos que estudaram comigo, e a gente se fala até hoje.

Está tudo invertido!

Eu estou empolgado com a CPI da Petrobras. Eu não gosto desse tipo de CPI, eu gosto de CPI de causa, Senador, que une a sociedade em defesa de crianças, por exemplo, mas esse tipo de CPI oportunista, politiqueira, eu não gosto. Eu estou empolgado, Senador Anastasia, com a CPI da Petrobras e até não gosto desse tipo de CPI, mas me propus a entrar, porque só essa CPI vai poder revelar a verdade para o Brasil. A CPI da Petrobras tem agora a possibilidade de convocar a Graça Foster, tem a possibilidade de convocar Sergio Gabrielli. Essa CPI pode convocar a Dilma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para falar da lambança de Pasadena. Essa CPI pode convocar Paulo Roberto Costa, Cerveró, Palocci. E por que não o presidiário-chefe, que recebeu um presente do Papa? Tudo mentira! Mamãe me acode, mamãe! Pelo amor de Deus! Desculpa.

O Papa manda terço para os presidiários do mundo todo – essa é uma orientação. Eu soube disso hoje – eu não sabia, mas ouvi o Boechat falando. Aí disseram que até o presente que o Papa mandou para Lula não deixaram que ele recebesse. A Polícia Federal falou: "Nunca chegou nada aqui para ele." Aí o adido do Vaticano aqui no Brasil, aqui em Brasília – não é, Senador Medeiros? – foi obrigado a se pronunciar. Esse negócio é *fake news*?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – *Fake news* oficial da página do Partido dos Trabalhadores.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Foi o quê? Foi um terço que mandaram para ele?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Eles soltaram um tuíte, vazaram para a imprensa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu acho que um terço era o que eles cobravam nos contratos da Petrobras, essa cambada de cara de pau.

Superfaturaram contratos. A CPI da Senadora Vanessa pode explicar os contratos.

Eu tenho certeza de que todos aqueles delatores terão o maior prazer em aparecer na CPI.

Senador José Medeiros, eu estou preparando as convocações – vou pedir para entrar, porque eu quero protocolá-las. É uma CPI. Se não quiserem ouvir o cara, que levem para lá o pessoal para derrubar as convocações, mas é preciso ouvir.

Ora, será que os caminhoneiros são tolos? Será que são tolos? Ou são tolas as donas de casa? E nós todos que dependemos do gás?

Senador Valadares, o Brasil não esqueceu que as nossas instalações na Bolívia não foram invadidas por Evo Morales; foi algo combinado com Lula, que entregou as instalações da Petrobras para a Bolívia. O Exército boliviano entrou e fingiu que invadiu, e, depois, numa bravata, o Lula, dando uma palestra daquelas de 1 milhão – não sei se era nesse valor naquela época –, disse que, se não fosse ele, a Bolívia não teria as instalações com o suor do povo brasileiro.

Ora, será que o povo brasileiro não sabe por que essa gente está presa? Por que José Dirceu está preso? Por que Vaccari está preso? Por que Lula está preso? Por que Palocci está preso? Essa gente assaltou a Petrobras! E, aí, o filho de Dadá aqui, que nasceu desmamado, é obrigado a sentar ali, ouvindo-os falar: "A Petrobras é nossa. Estão entregando a Petrobras para a Shell. Estão entregando não sei o que..." É, realmente ela era de vocês, ela era de vocês, ela era dos filhos de vocês. "Ah, tudo que Lula fez foi por causa dos pobres." É, dos pobres dos filhos deles, das pobres das noras, dos pobres dos cunhados, dos pobres dos sobrinhos. Foi para os pobres que ele fez.

Ora, mamãe me acode! Está achando o quê, que nós somos abilolados, que nós somos tontos, que nós sofremos de amnésia? Por que esse discurso de novo? É porque é preciso lembrar o Brasil todo dia. Lembrar por onde? A Rede Globo não é, pela Record também não, a RedeTV também não, mas eu tenho minha rede de televisão. Todo cidadão tem a sua e o povo não pode se esquecer desse mal.

Vou pedir a vocês que estão me vendo pela internet agora e me ouvindo pela Rádio Senado e pela televisão: pega o seu telefone aí agora, pegue aí agora. Entre no YouTube agora e digite:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fernando Gabeira fala sobre a luta na ditadura. Enquanto você abre, põe também: Eduardo Jorge, do PV, fala sobre a luta na democracia na ditadura.

Sabe o que Eduardo Jorge vai dizer, Senadora Rose? Sabe o que a Gabeira vai dizer? "Nós nunca lutamos por democracia. Dilma nunca lutou, nenhum deles, nem nós. Nós lutamos por uma ditadura do proletariado. Nós não queríamos a ditadura militar. Nós queríamos uma ditadura também, a do proletariado". Até porque a escola é de Cuba. Me diga uma coisa: quem é treinado em Cuba está atrás de democracia? Está de brincadeira! A ditadura do proletariado.

E Eduardo Jorge fala mais, Senador Valadares. Sabe o que ele fala, Senadora Rose? Eduardo Jorge diz assim: "Olha, a ditadura militar fez muito mal para nós, mas nós fizemos muito mais ainda para eles." Está lá, está na televisão, Youtube. Eduardo Jorge, Fernando Gabeira. E olha que Fernando Gabeira tem autoridade para falar sobre esse tema. Nunca lutaram por democracia e vêm com uma história como essa: "É porque a ditadura militar matou..." Quem é que concorda com isso? Ninguém. Mas quantos eles mataram? Quantos bancos eles saquearam? Quantos eles sequestraram?

Agora vem com essa conversa fiada de cara de pau, achando que está falando com um País de tonto? Não está falando com um País de tonto. O povo brasileiro acordou. O povo brasileiro sabe. E, aliás, o seguinte, Senador Medeiros disse que eles aqui... Eu até poderia botar aqui Dilma apresentando Temer na convenção, falando sobre o vice dela: "O mais preparado. Esse homem é o melhor quadro do Brasil, constitucionalista. O Temer, o suprassumo da honra, que vai governar o Brasil comigo". Dilma. Nesse dia ela não errou nem o português falando dele.

Aí, depois, está tudo na conta dele. Agora está tudo na conta dele. Dois mandatos com o PMDB, e está tudo na conta dele. Gente, gente, pelo amor de Deus. Pelo amor de Deus! Não tem como esconder, não tem como mentir. Os vídeos estão, as falas estão...

Os fundos de pensão foram saqueados. Os funcionários dos Correios, que estão me vendo e me ouvindo, vocês sabem que vocês vão ter que contribuir mais, vai demorar mais. Aumentou a contribuição de vocês porque o fundo de pensão de vocês foi roubado, assaltado.

Lascaram com a Caixa Econômica. O BNDES pertencia a seis empresas: JBS, Odebrecht, UTC, Queiroz Galvão, OAS. Tudo deles para eles, e 30% voltam para o partido que estava no poder, dividido com os seus asseclas e correligionários.

Geddel está preso: 50 milhões em algumas malas. Eu imagino que aqueles 50 milhões de Geddel, Senador José Medeiros, são uma pochete; não são nem uma mala perto do que alguns outros têm escondido. E V. Exª ameaçou rir porque concordou comigo. Perto do que alguns têm, aquilo é uma pochete; não é nem uma mala.

Avacalharam, aparelharam o País, debocharam da Nação, esculhambaram com tudo, e agora eles têm a fórmula de novo para salvar o País. Hoje eu vi um vídeo de um militante com um mandato do partido do Lula, dizendo que o Brasil agradeça a Lula, porque as leis para combater a corrupção foram tudo incentivo dele. Aí ele bebeu o veneno dele? Foi assim? Ele bebeu o veneno dele?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Esse quadro nocivo, nojento, que nós estamos vivendo, eu espero que o povo brasileiro do meu Estado, o povo capixaba, Senadora Rose; o povo do seu Estado, Senador José Medeiros; da sua Santa Catarina, meu querido, o seu Estado querido; o nosso Sergipe, que também foi governado pelo PT... E eu tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tanta estima pelo Déda, que era meu amigo pessoal, o maior orador que eu já ouvi na minha vida, mas sabemos o rastro...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Vou conceder mais dois minutos a V. Exª. Está satisfeito?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu acho que, se V. Exª me der mais dois minutos, é V. Exª que está satisfeito com o meu discurso. (*Risos.*)

Eu comecei aqui: nosso querido Sergipe...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Posso até não concordar com tudo, mas que estou satisfeito, estou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Onde V. Exª governou, continua tendo o respeito da sua população, do seu povo. E V. Exª sabe que eu não estou aqui rasgando seda, V. Exª sabe que eu conheço o Sergipe, que eu conheço Aracaju, V. Exª sabe que eu tenho relacionamentos fortes, laços fortes naquele Estado. V. Exª, então, sabe que eu não estou mentindo, mas que o Brasil, Senador José Medeiros, não fique cego nem surdo por nenhum momento, que não tenha um ataque de amnésia por nenhum momento, para esquecer o que essa corja fez do Brasil.

Se nós glamorizarmos o Lula, como eles fazem, é o que eu disse numa reunião da CPI ou digo, na época do *impeachment* da Dilma, votando uma daquelas etapas, eu disse que eu olhava para o Lula como olho para o traficante no morro: o traficante é o Estado, é ele que compra remédio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... é ele que faz a festa de Cosme e Damião, é o traficante que faz a festa do *funk*, é ele que compra remédio, é ele que manda o médico subir, manda o médico descer. É ele o Robin Hood, ele é tudo de bom, o povo adora o traficante. Ele manda matar e manda o caixão depois.

Nós, então, perdoaremos os crimes do traficante só porque ele é o benfeitor da favela? Nós agora vamos perdoar o Lula só porque fez o Bolsa Família? Só porque fez Minha Casa, Minha Vida? O Bolsa Família maior foi para a família dele. Aliás, foi "embolsa família". Embolsa família, dois meninos, oh, dois meninos traquinas, dois meninos! Nunca vi, dois meninos. A inteligência do mundo, esse tal de Bill Gates, perto dos meninos de Lula, não é ninguém. Um menino ficou rico promovendo futebol americano no Brasil...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... futebol americano, Senador Anastasia. Em Minas, então, tem uma torcida para futebol americano maluca, maior que a do Cruzeiro, maior que a do Atlético, maior que a do Flamengo. O menino ficou rico, rico, rico promovendo futebol americano! Mamãe me acode, D. Dadá me deixou cedo demais!

Midas! Quem é esse tal de Bill Gates? Qual é, Bill Gates? O negócio é os meninos de Lula: Fábio Lula, oh, menino rico!

Valadares, o que o senhor trabalhou a vida inteira para se aposentar com dignidade, o senhor é um homem limpo, honrado, esses meninos ajuntaram com 30 dias.

A aposentadoria do Lula que o Moro bloqueou, um cara que nunca trabalhou, foi só Presidente durante oito anos. Se nunca tivesse gastado um real não dava para ter o que ele tem!

É isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador Antonio Anastasia e, em seguida, V. Exª, Senadora Rose de Freitas; V. Exª se inscreveu após o Senador Antonio, meu xará.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Valadares.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores; telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado; minhas senhoras e meus senhores; eminente Deputado Federal Paulo Abi-Ackel, que aqui se encontra, é do meu Estado; Sr. Presidente, na próxima semana, em Belo Horizonte, será realizado o Congresso Mineiro dos Municípios.

Minas Gerais é o Estado mais municipalista do Brasil não só por ter o maior número de Municípios, 853, mas, sobretudo, pelo fato de que está na alma mineira a visão da chamada descentralização, ou seja, o governo local como responsável prioritário para resolver os grandes problemas que existem nas cidades.

Desse modo, este Congresso que será realizado – e é tradicional, realiza-se todo ano normalmente entre maio e junho – vai reunir lideranças, prefeitos e vereadores, de todo o Estado na capital, Belo Horizonte. Nós naturalmente estaremos lá discutindo os temas, que são muito relevantes.

Mas, neste momento, infelizmente, os Municípios mineiros, estimado Presidente, atravessam uma fase muito difícil. O Poder Público estadual não vem honrando os compromissos constitucionais com os Municípios, não está repassando a tempo e a hora, nos prazos legais, a cota-parte do ICMS, do IPVA; atrasos constantes. O valor do débito da área de saúde para com os Municípios já alcança o valor de cerca de R$4 bilhões, ao que se somam também recursos necessários para transporte escolar, merenda e outras parcerias que são feitas entre o Estado federado e os Municípios.

Portanto o quadro de dificuldades é mesmo um quadro de tristeza, no qual se encontram hoje os Municípios do meu Estado. E o resultado disso, eminente Presidente, é que se abateu sobre Minas Gerais um ambiente de baixa autoestima, um ambiente que não é positivo para o desenvolvimento, para a prosperidade e para o progresso do nosso Estado. Há um sentimento de atonia, de torpor, de letargia. Não há uma força revigorante que permita ao Estado enfrentar essas dificuldades, até porque, permita-me aqui também lembrar, uma vez mais, que os grandes entraves de Minas Gerais não se encontram, estimado Senador Valadares, no seio da própria Administração Estadual ou dos Municípios: os grandes gargalos de Minas são de responsabilidade da União Federal.

E, durante as últimas décadas, a União Federal quedou-se omissa, silente e foi inoperante no que se refere ao nosso anel rodoviário; às obras do metrô de Belo Horizonte; à famosa duplicação da BR-381, entre a capital e Governador Valadares; às obras fundamentais, que inclusive atingem o Estado de V. Exª, o nobre Estado de Sergipe, como é a revitalização do Rio São Francisco, da Bacia do Rio São Francisco, porque de nada adiantará a transposição do rio se o rio não tiver água a ser transposta. É o que está acontecendo hoje. O rio está praticamente seco, porque não houve o empenho do Governo Federal em revitalizar a bacia, através de trabalhos, de cuidados naqueles rios que são seus afluentes.

Então, tudo isso forma, juntamente com o descuido com o patrimônio histórico de nosso Estado, responsabilidade do Iphan, também com a ausência da criação, em Minas, do Tribunal Regional Federal, que é uma verdadeira cunha, uma lástima no âmbito do Poder Judiciário de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nosso Estado, que claudica e lamenta a ausência desse órgão judiciário importante, tudo isso leva a esse ambiente de desagrado, de desconforto e mesmo, como eu disse, de tristeza e de baixa autoestima com as coisas do Estado. Mas, todavia, esse quadro de desesperança não pode prevalecer.

A realização mesmo do Congresso em Belo Horizonte será boa oportunidade, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminente Presidente, para nós discutirmos, de maneira veemente, de modo claro, com planejamento, sem açodamento, de maneira cristalina e translúcida, quais medidas devem, a curto, médio e longo prazos, serem adotadas de forma a revertemos esse quadro que ora impera no Estado de Minas Gerais.

Independente de questões eleitorais que teremos este ano, é fundamental uma forte união da sociedade mineira, uma união que leve a sociedade civil, lideranças empresariais, universitárias, trabalhistas, lideranças sindicais, os prefeitos, as lideranças todas de nosso Estado a se unirem num verdadeiro pacto para recompor as condições mínimas de funcionamento do Estado, tanto do equilíbrio fiscal do Estado Federado como da reivindicação, em uníssono e em força, perante o Governo Federal, daquilo que nos é devido de direito, como foi concedido a outros Estados, ao longo dos últimos 30 anos, e que Minas Gerais, segundo Estado da Federação, o Estado que está em segundo em população; em quarto no tamanho; o maior número de Municípios; a terceira economia do Brasil; e o segundo ICMS, de fato merece e de fato impõe o respeito a este nosso perfil econômico.

E, mais do que isso, como V. Exª bem sabe, a nossa tradição política, cultural e histórica, ao longo de toda a vida brasileira, nos permite de fato sentir que somos hoje credores da União Federal, não só através de mecanismos conhecidos, como a questão do restabelecimento agora recente de uma razoável CFEM para compensar os recursos minerais que são exportados do Estado; como a revisão da Lei Kandir, que nos sangrou e nos sangra há mais de 20 anos, com a perda de receita do minério exportado; e, da mesma forma, a compensação por uma dívida abusiva junto à União Federal, que já pagamos várias vezes e, todavia, cujo valor só aumenta a cada dia e a cada ano.

Todo esse quadro, portanto, Sr. Presidente, nos permitirá, a partir desse congresso e de eventos dessa natureza, levantar em alto e bom som a voz de Minas, das nossas montanhas, a voz altaneira e alterosa de um Estado que se considera a pátria da liberdade do Brasil e que é, de fato, altivo nas suas tradições, na sua cultura e, sobretudo, na sua tradição política. E essa tradição política, juntamente com os nossos prefeitos, as lideranças do Estado, a sociedade, os empresários, lideranças sindicais, todos juntos, teremos certamente um porvir mais esperançoso.

Esse congresso, para o qual faço aqui um repto, pela TV Senado, a todos os prefeitos e vereadores, que de fato lá compareçam, na próxima semana, permitirá, sob o pálio, sob o guarda-chuva da nossa briosa Associação Mineira de Municípios, sob a presidência eficiente do prefeito da simpática cidade de Moema, o Prefeito Julvan, reunirmos todos para pensar uma nova Minas, uma Minas que traga esperança e que devolva a estima que é tão característica do povo mineiro, que não só é hospitaleiro e simpático, cordial e trabalhador, mas sobretudo se sente, no seu âmago, como a essência de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Parabéns, Senador Anastasia, por esse discurso que, sem dúvida alguma, enaltece e exalta o seu mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senadora Rose de Freitas, V. Exª é a próxima oradora inscrita. Em seguida, nós ouviremos o Senador Wellington Fagundes, inscrito como Líder do Bloco Moderador.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando eu me aprontei e decidi vir à tribuna desta Casa, fiquei dividida nas complexas situações em que nos encontramos e fiquei indagando qual a principal temática que eu gostaria de abordar desta tribuna.

Nós estamos, incrivelmente, novamente, há 12 dias do conflito em relação à questão do frete e não tanto à questão dos combustíveis. Esses episódios que expuseram de maneira tão ampla e dramática o momento tumultuado pelo qual passa o Brasil, com a crise dos combustíveis que nós vivenciamos, foi precipitado, inclusive, pela greve dos caminhoneiros – justa greve – em eventos que afligiram a população brasileira por 11 dias e mostraram que as inquietações sociais principiadas em 2013 com os protestos a que nós assistimos contra o aumento das passagens dos transportes públicos em São Paulo, essas coisas perduram até hoje.

Nós vivemos de fato, Sr. Presidente, tempos difíceis. Mas se a sociedade organizada lá fora eventualmente se excede aos olhos de alguns diante do inconformismo, cabe a esta Casa – e falo todo o Parlamento, não apenas o Senado – preservar o bom senso, o equilíbrio, e eu jamais diria a palavra moderação. Em nada do que estamos enfrentando e vivenciando, nós não conseguiremos isso se nós não tivermos racionalidade e até – por que não dizer? – pragmatismo.

O movimento dos caminhoneiros expôs equívocos de quase todos os agentes envolvidos naqueles onze dias de tensão, que beiraram o limite da manutenção da ordem institucional. As consequências são sentidas até hoje.

Ao Governo Federal faltou sensibilidade para se antenar com as ruas. Vejam: a sociedade não é mais aquela sociedade imóvel, omissa, conformada com tudo o que acontece. É como se a onda que começou a se formar em 2013 se estendesse até hoje. Os brasileiros vêm suportando – e todos nós já falávamos sobre isso, ouvimos em tantos discursos País afora – essa pesada carga de impostos que se soma agora, sem sombra de dúvida, ao descrédito acumulado por alguns entes institucionais. Tudo vem agravado pelo traço da falta de interesse, da falta de capacidade da superação desta crise que nós estamos passando. É como se as pessoas dissessem: eu pago impostos muito altos e eu não tenho retorno da carga tributária que o País acomete a todos os brasileiros; eu não tenho emprego, pois a crise do emprego não chegou a ser debelada em nem um dígito no percentual das percepções das estatísticas que são colocadas; eu não tenho segurança, cuja falta, aliás, se agrava a cada dia que passa, pois nós somos reféns, prisioneiros da insegurança por que passa a nossa sociedade e da violência a que todos nós assistimos todos os dias; eu não tenho saúde; eu não tenho educação, as escolas são fechadas dia a dia.

Aqui mesmo, sentados conosco, estão o nosso querido Nininho, o Carlos Humberto, o Jânio Gloria Oliveira, professores do Ifes – já foi Diretor do Ifes de Alegre, extremamente competente na condução daquela instituição. Eles sabem que eu estava comemorando, porque ontem conseguimos antecipar da emenda impositiva da Bancada 3,5 milhões. Para quê? Para informatizar e fazer a promoção de extensão da rede para os alunos que estudam no Instituto Federal de Educação Superior.

É sempre assim: é um pires na mão, Senador Dário, e outro pires na outra mão, pedindo e imaginando de onde poderá sair o recurso que nos acudirá nas situações mais difíceis. E sabemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, em todo esse processo, ao longo de tantos anos, a União concentra quase 70% da arrecadação dos impostos deste País, mas distribuir é outra história.

As autoridades, aos olhos da população, não fazem nada. Esta poderia ser a síntese do que pensa hoje a maioria dos brasileiros: o Governo não faz, eu não aguento mais ver não fazer e não reagir. E está desacreditado até o processo eleitoral como um todo. Há rejeição do Governo Federal. Não é fácil também um Governo de transição institucionalizada ter a aceitação da população brasileira, ainda que tenha tentado, num esforço supremo, fazer alguma coisa para tirar o País da crise.

Isso se reflete nas intenções de voto. As pesquisas mostram que a maioria dos eleitores não quer escolher nenhum candidato – nenhum candidato! –; melhor, rejeita todos. Há um percentual aqui que identifica a possibilidade de votar em um ou outro candidato, mas espera que, no debate, ele possa até rever a sua posição – é um percentual ínfimo da pesquisa de opinião. Na verdade, no debate político, a população está rejeitando todos os candidatos. Na última pesquisa para a Presidência da República feita pelo Datafolha, 69% dos entrevistados ou não sabem em quem votar, ou votariam em branco, ou anulariam o voto. Nós nunca tivemos esta situação no Brasil: sete em cada dez eleitores não querem participar do pleito que está aí batendo à nossa porta.

Caso tivesse se antecipado à greve da qual foi alertado, o Governo, provavelmente, teria evitado os efeitos perversos da paralisação que perduram até hoje, que foram tão pesados a ponto de reduzir as projeções do PIB de 2018, ao mesmo tempo em que ameaçam aumentar a expectativa da inflação.

E, por parte da Petrobras, hoje muito questionada, faltou essa sintonia com a realidade do Brasil.

O Brasil tem um problema que agora se avoluma: cada um vive numa ilha independente. A política do Congresso Nacional não está antenada à política da rua; a rua já não quer saber o que pensa o Congresso Nacional; ele não se sente respeitado pelo Poder Executivo; e encontra algum alento no Poder Judiciário. E nós passamos por todas essas crises, vivendo todas essas dificuldades, sem que entendessem que nós temos que interagir e discutir os temas mais importantes para o Brasil. Duro é pensar que, além de rejeitar os candidatos, a população não encontra nenhuma proposta para socorrê-la nas crises mais difíceis em segurança pública, saúde, educação.

Nesse processo, nós passamos de uma política de preço em que praticamente se congelava o preço dos combustíveis – olhem que situação complicada: nós estávamos lá atrás com o preço dos combustíveis congelados – para uma liberalidade absoluta na outra ponta, sem nenhuma explicação, se havia uma transição, se havia uma sustentação, se havia uma política, se havia uma gestão, se havia um planejamento. Por um lado, no regime anterior, houve prejuízo aos cofres da nossa estatal gigante, reverenciada no mundo inteiro, e, por outro lado, o consumidor que tanto falava sobre isso acostumou-se à previsibilidade.

E, de repente, tudo muda – tudo muda! O caminhoneiro que saía do Sul do País pagando um valor pelo diesel chegava ao Nordeste com um valor completamente diferente e maior. Qual era o drama dessa situação? O valor do frete já estava acertado. Como o diesel é o principal custo dos transportadores rodoviários, ele via seu lucro acabar, minguar, diluir, desaparecer, à medida que o preço nas bombas dos postos de combustíveis, que é um insumo básico à movimentação de cargas e pessoas no Brasil, acabava por lhe causar enormes prejuízos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O principal ingrediente que precipitou a paralisação talvez – talvez! – não tenha sido nem o preço da gasolina, mas a imprevisibilidade diante dos aumentos diários, que passaram a ocorrer sem nenhuma justificativa, sem nenhuma razão. A autonomia da Petrobras, que ela sempre se gabou de ter, discorda fundamentalmente da política de preços que deveria ser praticada para uma logística de transporte tão importante para este Brasil. De acordo, inclusive, com o *ranking* divulgado pela BBC de Londres em 26 de maio último, o preço médio da gasolina vendida no Brasil ocupava o 91º lugar num *ranking* de 167 países.

E, do outro lado, Prof. Nininho, do lado dos grevistas, apesar do maciço apoio que receberam da população, nós sabemos que houve excessos, que houve infiltração política em algumas situações, o que conflitou – e muito – depois com a população, quando se chegou a um termo de ajuste, o que não tira, de maneira nenhuma, a justeza e o direito das reivindicações. Aliás, essa procura pelo diálogo para atendimento dessas antigas reivindicações já tinha sido feita desde o ano passado. Então, se houve infiltração de radicais que buscavam a queda do Governo, isso agravou o cenário de deterioração, que, repito, não deve ser esquecido, pois poderia ter levado à ruptura institucional. E muita gente, quando nós conversávamos sobre isso, falavam assim: "Será? É possível?" O impasse político, sem a derradeira solução dos problemas, persiste até agora. Nós estamos aí vendo o debate da tabela dos fretes, cujo processo já está judicializado. Há dificuldade no ajuste das propostas. Já chegaram ao Supremo duas propostas diferentes. E, agora, parece que só faltava isto: ser o Supremo que vai chamar os caminhoneiros de um lado, os empresários de outro, o Governo de outro, para tentar um entendimento que poderia ser construído – e deveria ser – pelos mecanismos da política institucionalizada do Governo.

Olhem, persiste esse impasse – ontem eu conversava com o Ministro Blairo Maggi – da questão da tabela. E nós temos que ficar muito atentos ao desdobramento ainda não plenamente visível dessa greve; somente as suas consequências...

A Petrobras, Sr. Presidente, por sua vez, deve perceber que não é uma empresa comum. Embora ela seja uma S.A., ela tem como controlador o Governo Federal e, portanto, em última instância, deve-se lembrar, representado pelo Governo Federal, o povo brasileiro. Suas decisões devem preservar a saúde financeira da empresa, sim, mas não podem castigar o consumidor, o contribuinte já pesadamente fustigado com tantos custos. Afinal, gente, ela não vai conseguir vender sua gasolina, seu diesel e seu gás para uma população cada dia mais empobrecida. Se a Petrobras quer consumidores, tem que tratá-los bem, tem que respeitá-los. Sua condição monopolista exige de sua direção mais responsabilidade ainda.

O Governo Federal deve manter o diálogo permanente. A cada momento, quando se anunciava uma decisão vinda do Ministério dos Transportes, vinda da organização interna do Governo, a todo momento, nós sempre achamos que os agentes que estavam envolvidos nesse debate – Petrobras, transportadores, seus clientes, todos – deveriam pensar na questão da produtividade nacional, da indústria, do negócio e de todos aqueles que dependem da movimentação de caminhões pelas rodovias. Seria, e é extremamente perigosa, uma recaída que nos leve a novos processos de protestos da magnitude daqueles dias que pararam o País.

Sr. Presidente, não basta apaziguar os ânimos momentaneamente. A crise exposta no agravamento da situação dos combustíveis não pode prosseguir. Frete e combustível, ainda que nós tenhamos aqui amparado a decisão do Governo da redução do preço dos combustíveis, não podem prosseguir sem um entendimento global que tranquilize o setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu vi um dado que me deixou assustada quando um porto de determinado Estado disse: "Olha, nós tínhamos uma movimentação de 900 caminhões, não temos 300 no pátio." Isso significa que algum lugar deste País está desabastecido, que algum lugar tem caminhão perdendo mercadorias, que algum produtor não vai poder mais fazer o carregamento da sua produção. Esses protestos, esse desânimo e essa irritabilidade podem sacudir este País inteiro, porque pior do que a indecisão é a falta de uma decisão oportuna para debater os temas e encontrar uma solução.

Quem quiser continuar ou ingressar na vida pública, na vida política, seja Presidente, Senador, Deputado, deve ter propostas para a vida pública e para este Brasil, para que o País reencontre o caminho do desenvolvimento econômico – acho também que esta Casa deve se preocupar – e possa voltar à normalidade e ao caminho da prosperidade.

Quando eu falo isso, parece-me que eu estou tecendo um sofisma. Eu me sinto como se eu estivesse aqui fazendo um daqueles discursos que o político fala normalmente a cada momento, porque prosperidade não estamos vendo. Nós não estamos vendo nenhum entendimento para o desenvolvimento do Brasil. Nós não temos nem expectativa disso. E a ausência do ânimo do eleitor em procurar que isso se construa através do voto, também está diminuindo. Eu sou a pessoa mais otimista que o senhor já conheceu na sua vida, mas nós entendemos que a prática da política tem que ser na procura das soluções para o povo brasileiro. Eu procuro fazer isso cotidianamente para o meu Estado. Eu procuro resolver os problemas que são os gargalos da nossa população, das suas dificuldades no cotidiano. Este é um País gigante, com todas as potencialidades que nós já falamos em verso e prosa nesta Casa, mas que falta agora o ânimo político para que essa situação se resolva.

Enquanto a Petrobras continuar sendo a única petrolífera do mercado interno, nós temos que discutir com ela qual a política mais adequada em relação aos preços dos combustíveis. Nós devemos unificar a alíquota do ICMS para todo o País? Essas discussões nos são postas à mesa. Há a questão da carga tributária de que nós já falamos. Todos os últimos presidenciáveis que eu vi, ouvi e de cuja campanha participei disseram que iam fazer a reforma tributária.

Perguntas que são colocadas: nós devemos ter uma política nova do etanol, um combustível menos poluente, que ajude a regular os preços das bombas? Todas as perguntas não estão postas numa mesa de entendimento e negociação, até mesmo para quem possa vir a administrar o Brasil.

Na questão do tabelamento dos preços, quem tem a palavra final sobre isso? Quem mostra economicamente que isso afeta a nossa economia? No passado recente, nós vivemos isso. Como agora podemos trabalhar sem ter uma atitude mediana para enfrentar esse debate?

Por fim, eu quero, Presidente, dizer que o debate eleitoral, que creio que deve, depois da Copa do Mundo... Espero que, ganhando a Copa do Mundo, a alegria contagiante possa ir ao coração dos brasileiros para que possamos enfrentar outros embates que precisamos ter verdadeiramente.

Nessa questão da dependência do transporte rodoviário, parece que o Brasil não quis se planejar para o seu crescimento, para a sua demanda. Abre o crédito para que pessoas possam adquirir transporte, as pessoas adquirem e têm que fazer o planejamento para pagar esse transporte, que geralmente é um caminhão. Na mão de um pequeno caminhoneiro, de um médio caminhoneiro ou das empresas, o fato é que não há um planejamento para se discutir, mesmo neste País deste tamanho, com as necessidades e a dependência, inclusive, do transporte rodoviário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De acordo com a pesquisa Custos Logísticos no Brasil da Fundação Dom Cabral, a malha rodoviária brasileira é utilizada para o escoamento de 75% da produção do Brasil, seguida da marítima – o senhor sabe quanto é? –, com 9,2%; aérea, 5,8%; ferroviária – nós teríamos capacidade de oferecer essa logística ao Brasil como um todo –, 5,4%; cabotagem, 3%; hidroviária, 0,7%.

No meu Estado, Presidente, saindo do Porto de Vitória, navegando pelo Rio Santa Maria, normalmente o transporte da carga que sai do porto até aonde tem que chegar percorre 39km. Com uma hidrovia barata, cujo trecho de assoreamento é de apenas 1,5km em 39km, poderia escoar mais de 60% dessa produção, por barcaças. Nós aprovamos esse projeto e nunca foi para frente, porque alguém disse: "Olhe, nossa preferência é o transporte rodoviário." Portanto, não querem mudar nem que a situação se apresente favorável, com custos menores e com capacidade de poder resolver os problemas que nós temos no Espírito Santo, em Vitória, que é uma ilha, com um porto central, que recebe carga de Cariacica, carga de Serra, carga do interior, e 60% desses caminhões carregam todo esse transporte dentro da Grande Vitória.

Então, em termos de comparação com o que nós falamos aqui – conferimos dados do Banco Mundial –, 58% do transporte no Brasil, se considerarmos o transporte de carga de passageiros, é feito por rodovias, cuja situação em que se encontra nós sabemos muito bem.

Nos dados de outros países com os quais costumamos comparar, 53% dos transportes de carga na Austrália, 50% na China, 43% na Rússia e 8% no Canadá são feitos via ferrovia.

Num país continental como o nosso, nada justifica perseverarmos com a preponderância do modal rodoviário com as condições que nós temos sobre o ferroviário e o hidroviário, por exemplo.

Enfim, eu digo que, nos tempos de crise que nós estamos vivendo, se não soubermos pensar, planejar, propor, isso pode se eternizar. Temos todos que trabalhar para que 7 de setembro, no próximo agora, pertinho, seja um recomeço. Mas, para esse começo acontecer, Presidente Dário, nós temos que ter capacidade e, vendo as pesquisas, a intenção de votos, desde o primeiro colocado, segundo, terceiro, quarto, até o último, sabemos que essa força está se diluindo de tal maneira que, independentemente de quem ganhar a eleição, ainda que seja pelo processo democrático, que nós todos lutamos para que exista, ainda que estejam todos preservando as convicções deles e as nossas, nós já achamos que nós devemos encontrar uma mesa comum de entendimento acerca do Brasil, que precisa ser construído pela lógica do voto livre. Não basta apenas eleger. A vontade do eleitor é soberana. Ponto, acabou. Passou a eleição, ganhou, é o Presidente da República.

Mas, caso nós tenhamos a pretensão de que este País avance e que possa, sobretudo, fazer justiça à população brasileira, que foi às ruas em 2013, que continua com a expectativa das mudanças, nós precisamos assumir os destinos desta Nação e dizer que há uma proposta realmente para este País mudar.

Era isso o que eu queria dizer.

Sou uma cidadã, sou uma Senadora, sou uma mãe, sou uma avó, sou uma mulher. Lutar por este País é o meu dever, em todas as condições que aqui nominei. Agora, sou como qualquer cidadão brasileiro. É preciso haver motivação no debate para que possamos construir, na democracia plena em que vivemos, a solução para os gargalos, os problemas que eternamente são vividos pela população brasileira.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Durante o discurso da Srª Rose de Freitas, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Meus cumprimentos, mais uma vez, à Senadora Rose de Freitas.

Minha distinta colega, que tanto orgulho traz ao Espírito Santo, que, para o ano, possa nos iluminar também aqui, para que nós possamos construir um novo caminho para este País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Cumprimento V. Exª e concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado e por todos os meios de comunicação desta Casa, eu gostaria de iniciar aqui falando da crise que tivemos há poucos dias com a greve dos caminhoneiros e da sua consequência, que foi muito traumática para o País, com perdas econômicas inestimáveis.

Nós que somos de Mato Grosso e o seu Estado também, que é um Estado muito produtor de proteína animal, principalmente dos pequenos animais: a suinocultura, a avicultura... Os empresários sofreram prejuízos enormes. Também os produtores de leite, que tiveram que jogar leite fora. E, no meu Estado, muitos produtores – lá a maioria é de grandes produtores desses animais de pequeno porte – estão com os frigoríferos todos parando, muitos deles pararam totalmente o funcionamento. E nós todos defendemos naquele momento, inicialmente, e apoiamos para que o Brasil tivesse mais agilidade para resolver o problema da crise. É claro que é o caminhoneiro que sofre no dia a dia, que contraiu empréstimos, que comprou esses caminhões, principalmente através do Moderfrota – e aí creio que o Governo não teve um critério realmente, porque a indústria automobilística queria produzir mais, isso gera emprego, mas, infelizmente, o excesso de produto, de caminhões leva a uma concorrência, realmente, até, às vezes, predatória.

Aí se discutiu muito a questão do preço do frete mínimo. Em outros momentos, quando discutimos a Lei dos Caminhoneiros, esse assunto foi abordado, e sempre entendemos que esse tabelamento dificilmente teria a sua eficácia.

O Governo continua aí negociando com os caminhoneiros, mas ficou provado que o Governo não teve a capacidade de, no tempo e na hora, tomar as providências, tanto é que isso avançou demais. Mas agora é hora de resolver os problemas que ficaram.

Temos que ter atenção com os produtores, aqueles que estão lá produzindo e que receberam os prejuízos – e aí estivemos, inclusive, hoje também com o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e o Governo já está definindo novas linhas de crédito, porque essas pessoas não podem ser penalizadas ou quebrar, inclusive parar a atividade, o que seria muito pior para o Brasil.

Outro aspecto também, Sr. Presidente, que nos preocupa é a questão das multas que foram feitas, as multas impostas aos caminhoneiros e também às empresas, porque houve uma investigação muito grande – e eu acho que foi correta, porque alguns abusaram, não há dúvida disso.

Ontem, nós tivemos uma reunião com vários deles, liderados por Aldo Locatelli, que é um grande empresário da área de distribuição, e ele, juntamente com Dejalmo Fedrizzi – eu vou citar uma – da Carvalima, nos dizia que ele, na verdade, não estava na greve, mas que um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

caminhões, que participava até do comboio pela própria Polícia Rodoviária Federal, teve que paralisar em função do movimento. E lá foi fotografado esse caminhão e foi multado em R$11 milhões – R$11 milhões apenas com um caminhão, que foi detectado que estava paralisado no movimento.

Nós já estamos aqui preocupados é porque também não adianta essas multas ficarem aí em condições que não são possíveis de pagar. Então, eu creio que, como os próprios empresários disseram, nós até concordamos, há aqueles que abusaram, há as multas pesadas, mas aqueles que estiveram lá se manifestando de forma ordeira têm que ter multa, podem até ter, mas deve haver o bom senso. Não é possível apenas um caminhão receber uma multa desse montante. E aí nós estamos aqui, exatamente, para buscar o bom senso do Governo, até da Justiça, porque houve uma decisão também do Supremo Tribunal Federal.

Já dialoguei bastante, hoje estive como Ministro dos Transportes e creio que, neste momento, é preciso, mais do que nunca, a temperança; é preciso, mais do que nunca, que o Governo possa resolver essa questão, para que tenhamos uma tranquilidade para o futuro. Daqui a pouco, virão as eleições, e não pode ser o momento das eleições o momento para que esses movimentos se aflorem novamente. Aí vamos fazer uma convulsão total neste País.

Por isso, eu quero aqui colocar a minha posição bem clara ao Presidente da República e a todos os ministros envolvidos na área e espero que essa questão também seja solucionada o mais rápido possível.

Sr. Presidente, nós também estivemos hoje no Ministério dos Transportes, acompanhados de várias pessoas – o Senador José Medeiros esteve lá presente, assim como o Senador Blairo Maggi, na condição de Ministro, mas também na de Senador – e de vários Deputados, para discutir sobre a questão da concessão dos aeroportos de Mato Grosso.

No próximo dia 19 de junho, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) realizará, em Cuiabá, uma audiência para recolher sugestões da sociedade a respeito do edital e também do contrato de concessão de cinco aeroportos de Mato Grosso, a começar pelo aeroporto da nossa capital, Aeroporto Marechal Rondon, localizado em Várzea Grande, cidade metropolitana da nossa capital. No mesmo pacote, serão concedidos também os aeródromos de Sinop, Alta Floresta, Rondonópolis e Barra do Garças. Nesses debates, Sr. Presidente, temos avançado, porque estivemos, juntamente com a Bancada Federal, tratando do tema, que é um tema extremamente relevante para o nosso Estado.

O Ministro Blairo esteve presente muito mais como Senador. Os três Senadores são da nossa querida Rondonópolis, minha cidade natal – acho que é o único Estado nesta condição, em que os três Senadores são da mesma cidade. Nessa audiência, estava lá a representante do movimento das mulheres de Rondonópolis, Tânia Maria Balbinotti, e outras tantas mulheres que vêm cobrando, há muito tempo, que o nosso aeroporto, hoje, não vem funcionando a contento. Achei extremamente importante a presença dessas mulheres e da sociedade rondonopolitana. Lá também estava, representando a ATC, o Miguel, que é Secretário Executivo da ATC, que é a Associação dos Transportadores de Cargas.

Essa reunião, Sr. Presidente, foi extremamente proveitosa, porque discutimos toda essa concessão. Essa concessão eu considero de extrema relevância para Mato Grosso, já que esses aeroportos interligam importantes cidades do meu Estado.

Com mais de 900 mil quilômetros quadrados, Mato Grosso se caracteriza por longas distâncias e cobra, portanto, também a interligação por via aérea. Além do mais, estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inaugurando um novo caminho. Pela primeira vez, será possível promover uma concessão em bloco, isto é, vários aeroportos em uma única concorrência. Tem tudo para ser, sem dúvida nenhuma, um *case* de sucesso. Trata-se de um modelo que trabalhamos muito junto à Secretaria Nacional de Aviação Civil, e considero que seja um bom caminho para atrairmos os necessários investimentos para aeródromos com características regionais. Ou seja, no linguajar comum, quem pegar a concessão vai pegar o filé, que é a capital, mas também vai pegar um osso coberto de carne, que ainda dá para fazer uma boa sopa, é claro, porque essas cidades são cidades que vão se desenvolver muito. Sinop, que é a capital do nortão de Mato Grosso, está se desenvolvendo e vai se desenvolver bastante. Rondonópolis já é uma cidade consolidada ali. Nós agora acabamos de criar a Universidade Federal de Rondonópolis, e é uma região que está verticalizando a sua economia.

Da mesma forma a Barra do Garças, uma região que todo o Araguaia, que eu sempre tenho dito que é a região que vai mais desenvolver no País, porque essa região, Sr. Presidente, tem mais de 3 milhões de hectares abertos, prontas para a agricultura. Claro, só precisa da infraestrutura, mais estrada, mais oportunidade, ferrovia, porque também tem uma ferrovia projetada, para que essa região possa explodir.

Também Alta Floresta é outra região, com a característica um pouco diferente, mas que também a agricultura já está entrando muito. E eu sempre tenho dito que Mato Grosso é o maior produtor. Só a região do Araguaia tem capacidade de produzir tudo o que produz Mato Grosso hoje. E Mato Grosso tem capacidade de produzir tudo que o Brasil produz hoje.

E aí, continuando, Sr. Presidente, já em 2016, enquanto membro da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, nós discutimos muito essa modalidade com toda a sociedade. E os resultados dessas discussões foram incluídos no relatório sobre o programa de desenvolvimento de aviação regional, que estava sob avaliação daquela comissão naquele ano em que fui Relator.

Nessas discussões, registramos a grande aceitação da ideia de concessão desses aeroportos para a inciativa privada, que passará a ter a responsabilidade de fazer investimentos e ampliar a malha aeroviária do Brasil, oferecendo novas oportunidades para o transporte de cargas e também de passageiros, claro.

Como todos sabem, o Governo Federal decidiu reduzir o número de aeroportos contemplados no Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, anunciando que, em 2012, com o objetivo de atrair voos comerciais para cidades do interior, o programa foi alterado em agosto de 2016. Dos 270 aeroportos previstos no plano inicial, 94 deles foram cortados do programa. No novo plano de investimento, o Governo Federal promete investir em 176 terminais regionais, sendo que, desse total, 53 são considerados prioritários.

E aí, Sr. Presidente, felizmente, entre esses estão cinco aeroportos de Mato Grosso, que foi outro trabalho muito intenso que fizemos junto ao Ministério do Transportes, claro, e Aviação Civil também, já que o Ministério dos Transportes hoje é o Ministério da Infraestrutura. E três desses aeroportos, inclusive, fazem parte do convênio que destina R$18 milhões para investimentos em reforma, ampliação e compra de equipamentos. No caso de Sinop, que está no pacote de concessão em grupo, e também os de Cáceres e Tangará da Serra, que são duas cidades muito importantes.

Cáceres é uma cidade estratégica. É bom que se diga, Sr. Presidente. Eu tive novamente o prazer de estar lá agora, nessa sexta-feira, ao lado do Prefeito Francis Maris, da Vice-Prefeita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eliene, vereadores, lideranças, enfim, de dezenas de pessoas participando das festividades do maior Festival Internacional de Pesca, que é um dos maiores eventos do calendário turístico brasileiro.

E aí, eu quero destacar que Cáceres contará – e espero que seja logo – com a Zona de Processamento de Exportação. Na verdade, uma ZPE de fato, porque ela já existe, mas está longe de ser viabilizada como complexo. Essa ZPE pronta, sem dúvida nenhuma, vai representar grande avanço para a região. E aí, espero que o governo do Estado consiga resolver o imbróglio que está lá entre a construção e que não termina nunca. Mas Cáceres está à margem do Rio Paraguai, cuja hidrovia está em plena operação. Trata-se ainda de um polo de turismo e, certamente, os investimentos no aeroporto local de Cáceres trarão resultados imediatos.

Ainda outro aeroporto contemplado é o Aeroporto de Tangará da Serra, que é polo agrícola e de turismo também, uma das cidades que mais crescem no Estado de Mato Grosso, e temos lá o Prefeito Fábio Junqueira, o Vice-Prefeito Renato Gouveia, que inclusive é do nosso Partido, o PR.

Já Sinop é um polo da região norte de Mato Grosso, situado ao longo da BR-163, por onde passa grande parte da carga de produtos agrícolas que vão para os portos da Região Norte do País. E aí, inclusive, hoje na audiência, discutimos muito a questão da BR-163 e a necessidade de mais investimento na BR-163, principalmente na sua manutenção, restauração, para que toda essa carga do norte de Mato Grosso possa alcançar os portos do Arco Norte, principalmente o Porto de Miritituba. E Sinop também é administrada por uma Prefeita do PR, a nossa companheira, a Prefeita Rosana Martinelli.

Sr. Presidente, os investimentos mais volumosos foram feitos no Aeroporto Marechal Rondon, que é o nosso Aeroporto de Cuiabá, a principal porta de chegada para quem visita Mato Grosso. O aeroporto já foi considerado um dos piores do Brasil, mas os investimentos que estão sendo feitos pelo Governo Federal, através da Infraero, garantiram uma performance mais adequada ao grande volume de passageiros e cargas ali registrado.

As obras ainda não foram concluídas, e o atraso é de mais de quatro anos. Não foram poucas as vezes que estive em audiência na Anac e em outros órgãos do Governo Federal para tratar dessa obra – claro que mais especificamente na Infraero. Agora falta pouco para ser concluído, mas o convênio que havia sido feito com o governo do Estado expirou, o governo não renovou, e cabe agora à Infraero, então, tomar a decisão de concluir os detalhes finais do aeroporto.

Nesta semana eu quero dizer que recebi a notícia de que o governo da Bolívia autorizou finalmente a realização de voos comerciais entre Cuiabá e Santa Cruz, de onde é possível acessar outros países da América do Sul e até os Estados Unidos e a Ásia.

Acredito, Sr. Presidente, que o Aeroporto de Cuiabá pode se transformar em um aeroporto *hub*, contratando voos para todo o nosso continente. Tenho defendido essa ideia há anos, porque precisamos principalmente nos integrar aqui com os países que estão próximos, os países andinos e todos os países da América do Sul.

Dessa forma, quero dizer que, na audiência pública que será realizada no dia 19, é fundamental a participação da sociedade. Ver esses aeroportos estruturados, sem dúvida nenhuma é um grande anseio de toda a nossa sociedade.

Além do estudo para a concessão em bloco de aeroportos nacionais e regionais e licitação de um bloco de aeroportos como projeto piloto, como esse, de que estamos aqui falando, de Mato Grosso, como alternativa complementar ao Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, apresentamos várias outras sugestões que estão de posse do Governo e lá, na audiência pública, sem dúvida nenhuma, será o momento ideal também para que a sociedade possa apresentar. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exemplo, a definição dos aeroportos *hub* regional, e também *hub* nacional por região, priorizando os voos de aeroportos regionais aos *hubs* para aeroporto e acesso à malha de voos nacionais; a exigência de integração operacional mínima entre empresas aéreas operadoras de rotas regionais subsidiadas e empresas aéreas nacionais, em especial quanto a horários de partida e chegada e procedimentos de conexão, entre outras.

Portanto, Sr. Presidente, há muito que estamos envolvidos nesse trabalho, e, como Senador, como membro efetivo da Comissão de Infraestrutura e também como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, sempre estamos discutindo e esperamos que isso seja feito o mais rápido possível.

Com o apoio da Bancada, trabalhamos muito para ver solucionados de vez os problemas técnicos e estruturais que assombram os terminais aeroportuários não apenas de Mato Grosso, como de boa parte do País.

Sinceramente, Sr. Presidente, espero que sua operação pela iniciativa privada possa representar um salto de qualidade na vida dos moradores dessas regiões do nosso Estado, particularmente de toda a região amazônica.

Por isso quero aqui agradecer todos aqueles que estiveram na audiência pública conosco. E tenho certeza de que esses avanços acontecerão. Claro que essa concessão não é algo de curto prazo, mas espero que ainda este ano possamos ter a licitação para que se possa concluir essa alternativa de integrar toda a Amazônia com o resto do País e, claro, também o Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado pela tolerância, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exª, Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, o maior produtor de milho do País.

Estou errado ou não? Estou certo? O maior produtor de milho?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Como disse, o Estado de Mato Grosso tem 900 mil quilômetros quadrados e é o maior produtor de soja, respondendo por quase 40% da produção de soja; maior produtor de milho; maior rebanho bovino, mas também, entre outros, é o maior coração do Brasil, que lá estão os sulistas nos ajudando a promover o desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – É que nós temos muita inveja, principalmente do milho, que faz muita falta para nós em Santa Catarina.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Precisamos exatamente das ferrovias, melhorar nossa infraestrutura e fazer todo esse trabalho. V. Exª tem sido um grande defensor aqui.

Mato Grosso hoje precisa muito dos sulistas, sem dúvida nenhuma, porque a tecnologia e agricultura de precisão que temos hoje são graças aos sulistas que para lá foram.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Parabéns a V. Exª.

Senador Hélio José, V. Exª, meu prezado vizinho, querido amigo, tem a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar os nossos ouvintes da Rádio Senado e espectadores da TV Senado; cumprimentar nosso Presidente Senador Dário Berger, do nosso querido Estado de Santa Catarina, que muito nos orgulha por trabalhar ao lado desse Senador tão realizador aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado; cumprimentar a nossa nobre Senadora Gleisi Hoffmann; o nosso nobre Senador Jorge Viana e demais ouvintes.

Ontem, meu nobre Senador, foi um dia muito importante, o Dia de Combate ao Trabalho Infantil. Não proteger uma criança é condenar o futuro. Então, é muito importante estar antenado com esse tipo de ação. E o dia de ontem foi um dia de reflexão sobre o mal que aflige muitos países do mundo e principalmente as nações em desenvolvimento, que é o caso do Brasil: o trabalho infantil, o trabalho escravo.

Então, registro essa questão deixando claro que eu tenho toda uma fala a respeito dessa questão e que aproveitei essa introdução para dizer que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral, do Poder Público assegurar como absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária das crianças.

Refletimos, pois, sobre as privações, o sofrimento e a exploração que ainda atingem milhões de crianças e adolescentes em nosso País, a despeito do que estabelecem nossas leis e nossa Constituição.

Então, Senador Dário Berger, quero lembrar isso antes de iniciar o meu discurso aqui sobre a Eletrobras, que ontem foi essa data tão importante para mim, para o senhor, para a Senadora Gleisi, para o Senador Jorge e para todos os nossos 81 Senadores aqui, que achamos que, na verdade, as crianças precisam ter oportunidade de educação, de escola, de apoio, porque as crianças e os adolescentes representam o futuro do nosso País.

O discurso que eu venho fazer hoje aqui é um discurso lembrando o aniversário da Eletrobras, que ocorreu no dia 11 de junho de 2018, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, a sociedade brasileira celebrou, no dia 11 de junho de 2018, o aniversário da empresa Centrais Elétricas Brasileira S.A., a nossa Eletrobras, uma gigantesca operadora pública do setor energético.

A Eletrobras surgiu dos projetos nacionalistas do Presidente Getúlio Vargas. A projetada empresa, naquele ano de 1954, Sr. Presidente, foi alvo de encarniçada oposição por vários anos, sendo que, no dia 25 de abril de 1961, o Congresso Nacional decidiu aprovar projeto de criação exatamente da Eletrobras, tão importante empresa.

No dia 11 de junho do ano seguinte, em 1962, a Eletrobras seria oficialmente instalada, em cerimônia ocorrida no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, na presença do Presidente João Goulart.

Então, meu nobre Senador Jorge Viana, você que é um engenheiro igual a mim, a Eletrobras foi instalada, lá em 1962, por João Goulart, e passou a ser a maior empresa do setor elétrico da América Latina, tendo hoje todo um sistema interligado, inclusive o seu Acre, que é interligado, a energia que entra lá no Chuí, é a mesma energia lá de Cruzeiro do Sul, a mesma energia lá de Rio Branco, interligada também com o sistema do Paraná, da nobre Senadora Gleisi Hoffmann, e com o sistema também de Santa Catarina, através da Eletrosul e da Celesc do meu nome Senador Dário Berger.

Srªs e Srs. Senadores, desde o início da Era Vargas, em 1930, até pelo menos as décadas de 1950 e 1960, o Brasil manteve sua sede de crescimento, de autonomia e de elevação econômica de sua sociedade, e é uma sede intensa.

Sucessivos governos nacionais, inspirados pela autoconfiança do povo, souberam viabilizar projetos infraestruturais de relevo e de monta, como foi o caso da Eletrobras. O Brasil tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pressa, Senador Dário Berger. Era preciso construir as bases do desenvolvimento nacional, calcadas na industrialização, intuito que dependia de uma crescente oferta de geração e transmissão de energia elétrica.

Desde o seu surgimento, coube à Eletrobras envidar os esforços necessários para fazer funcionar, em um território continental, usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações para o suprimento da energia elétrica requerida pelo Brasil inteiro. Inclusive a sua Tubarão, lá no seu Estado – inundada por todo aquele maremoto, chuva, aquela chuva torrencial que houve, em que o rio transbordou –, Tubarão tem a importante usina geradora térmica de carvão, que é interligada ao sistema da CGTEE, que é interligada com o sistema da Eletrobras. Então, a Eletrobras sempre teve um cunho desenvolvimentista importante para os diversos Estados brasileiros e é por isso que nós não podemos admitir o desmonte da Eletrobras, Centrais Elétricas Brasileiras. Ela é importante para todos os nossos Estados, para a nossa Nação, para o continente latino-americano.

Desde o seu surgimento, coube à Eletrobras envidar os esforços necessários para fazer funcionar em um território continental, igual eu falei, as usinas geradoras, as linhas de transmissão e subestações para o suprimento da energia elétrica requeridos pelo Brasil, e foi com esse foco que a empresa se tornou um *player* energético fundamental para a expansão contínua da oferta de energia elétrica no País.

Srªs e Srs. Senadores, a despeito da maré montante das ideias neoliberais na América Latina, que sempre retornam entre nós, desde os anos 90, o Brasil teve o bom senso de excluir, em 2004, a nossa estratégica Eletrobras do Plano Nacional de Desestatização (PND). Não foi isso, nossa nobre Senadora Gleisi Hoffmann? Lá em 2004, a Eletrobras já tinha sido excluída do PND (Plano Nacional de Desestatização), para agora a gente ver, no apagar das luzes de um governo que tem tantas dificuldades, a tentativa de alguns de querer entregar o patrimônio nacional dessa importante empresa que é a Eletrobras. Eu aguardo sinceramente que as pessoas que amam o Brasil não admitam uma coisa dessas.

Srªs e Srs. Senadores, a história de realizações da Eletrobras é muito grande. Na área de geração de energia elétrica, a Eletrobras é a maior empresa brasileira. A empresa produziu 182,1 milhões de megawatts em 2017, o suficiente para atender a mais de um terço do consumo anual de eletricidade do País, Sr. Presidente Dário Berger. Então, mais de um terço de toda a energia brasileira foi produzida pelas usinas da Eletrobras. Como é que nós, com um patrimônio tão estratégico como esse, vamos abrir mão desse patrimônio do nosso País? Nós não podemos fazer isso.

Então, é esse apelo que eu faço ao bom senso, aos nossos ministros, aos nossos governantes, para que a gente tenha essa consciência, ainda mais aqui, depois do aniversário da Eletrobras.

A sua capacidade instalada atingiu 48,134 megawatts em 2017, o que representa 31% do total instalado no Brasil. Desse total, cerca de 95% vêm de fontes limpas. Vou repetir, nobre Senador Dário Berger: cerca de 95% vêm de fontes limpas, com baixa emissão de gases de efeito estufa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – É um patrimônio importantíssimo para o nosso País. Então, é esse tipo de atitude que o nosso povo brasileiro tem que se orgulhar de ter: essa energia limpa tão abundante que nós temos aqui, e não deixar destruir, dar o nosso patrimônio para as pessoas que não são nacionalistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dentre as usinas próprias ou em parceria, a Eletrobras possui 48 usinas hidrelétricas, 70 usinas eólicas, 2 usinas termonucleares e 1 usina solar, distribuídas por todo Território Nacional. A Eletrobras é um conglomerado muito grande para alimentar todo o nosso Brasil.

Como eu tinha aqui todo um relato para fazer e meu tempo já se esgotou, Senador Dário, posso continuar? Posso fazer? Então, vou fazer, porque é importante para o Brasil conhecer a nossa empresa

Na área de transmissão de energia elétrica – meus nobres Senadores, Senadora Gleisi Hoffmann, a senhora que é do Paraná, de onde saem os linhões de energia contínua e alternada de Itaipu, na área de transmissão de energia elétrica, a Eletrobras é líder no Brasil. Em 2017, já atingiu aproximadamente 65 mil quilômetros de linhas de transmissão com tensão maior ou igual a 230kV. É um patrimônio muito grande, o que representa quase a metade do total das linhas de transmissão desse porte no País, equivalente a uma volta e meia ao redor do Planeta. Quanto à capacidade de transformação, a empresa detém 270,267 megawatts de potência distribuídos em 234 subestações em todas as regiões do País.

Na área de distribuição, a Eletrobras atua em seis Estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Estou aqui com o nobre Senador Jorge Viana, que sabe da importância da Eletrobras lá na Eletroacre, na questão da estabilização na construção da Usina de Samuel, na Usina de Belo Monte... Belo Monte não, na Usina do Madeira.

Então, nobre Senador Jorge Viana, por favor.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Hélio José, eu só queria, estou vendo V. Exª fazendo um pronunciamento, e hoje cedo eu falava também com os sindicalistas do Sistema Eletrobras, que estão em greve no meu Estado. Tudo o que eles querem é que o Governo – que já está no final, que não tem nem mais representante aqui no plenário – pare de querer vender o patrimônio do povo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Isso.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por mais que essa proposta fosse boa, ela está, no mínimo, no momento errado, às vésperas de uma eleição. Um Governo que já mostrou que perdeu completamente o controle – porque nunca teve – e que pegou o caminho da política errada, que diminuiu o poder de consumo das pessoas, o brasileiro está comprando menos, está gastando menos com sua família, está viajando menos, está pagando mais caro o combustível, pagando mais caro a energia elétrica, está pagando mais caro o gás de cozinha. Sobraram para os brasileiros os custos dessa crise política terrível em que o Brasil está metido. Aí, numa hora dessas, você tem um governo vendendo aquilo que é do povo brasileiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – E que é lucrativo.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só peço uma coisa: será que não seria de bom senso, até com os órgãos de controle, que foram tão injustos com a Presidente Dilma – eu não estou querendo trazer o debate anterior –, por que eles não dizem, o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, o Judiciário: olha, o Governo Michel Temer não tem condições de ficar vendendo, está sob suspeição, o patrimônio do povo brasileiro. Vai vender uma das maiores empresas de eletricidade do mundo. Por isso, eu queria prestar a minha solidariedade para as pessoas que estão hoje defendendo o nosso patrimônio. Eu me refiro àqueles que trabalham na Eletroacre, que paralisaram, os que trabalham na Eletronorte, e dizer, para concluir, um exemplo: O que aconteceu com a Petrobras? Quando a Petrobras, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os problemas que tinha... Tinha que ter sido feito o combate à corrupção, se nós erramos, vamos assumir os erros; mas só não podia, como desculpa de estar combatendo a corrupção, vender a Petrobras. Olhe, três anos atrás, o preço do combustível era um, o do gás de cozinha era um, o do óleo diesel e da gasolina era outro! O que eles fizeram? Meteram as petroleiras, venderam, entregaram o patrimônio da Petrobras. O que aconteceu com o preço da gasolina e do óleo diesel?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Lá para cima.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Foi lá para cima. O mesmo vai acontecer com a energia, gente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – A mesma coisa.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É claro! Vêm essas multinacionais... E olhe que há o pré-sal, olhe que a produção de óleo só tem aumentado! O Brasil produz mais de 3 milhões de barris de petróleo por dia. Mas o que agora eles fizeram? Estão exportando mais de 1 milhão de barris por dia e comprando dos Estados Unidos, das petroleiras internacionais, gasolina e óleo diesel. É por isso que o taxista, o caminhoneiro, o cidadão que foi levado a comprar um veículo agora paga um dos combustíveis mais caros do mundo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – É verdade.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, eu acho que tinha que haver um bom senso. Eu não estou querendo derrubar o Governo; eu só estou querendo que as eleições cheguem logo. O Governo deveria dizer o seguinte: "Eu não tenho mais condição de levar adiante esses programas, não passei pelas urnas, não discuti com o povo brasileiro". Espere as eleições, deixe o novo governo vir! Se o novo governo defender privatizar, estatizar, fazer qualquer política, pelo menos, a população vai ter o direito de escolha. Desse jeito, quando o outro governo assumir, se – Deus nos livre! – acontecer a venda de tudo isso, aí não vai ter o que fazer o próximo Presidente. Então, sinceramente, exige-se o bom senso. Inclusive, eu faço um apelo à ação dos órgãos de controle para que a gente possa parar. Hoje, na Câmara, o que votaram; ontem e hoje? Votaram um processo de urgência. Dizem que, por trás disso, há gente ganhando contratos de corrupção para os próximos 30 anos. Quer dizer, vão entregar o patrimônio do Brasil e vão ficar recebendo mesadas pelos próximos 30 anos. Isso é um crime de lesa-pátria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Claro!

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento e me solidarizo com os que estão paralisados lá no Acre não por salário; eles estão paralisados na greve para defender o patrimônio do povo brasileiro. E é com isso que eu me solidarizo. Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradeço a V. Exª e incorporo o seu pronunciamento e seu aparte ao meu pronunciamento, Senador Jorge Viana.

Senadora Gleisi Hoffmann, V. Exª quer falar sobre esse tema? (*Pausa.*)

Senadora Gleisi Hoffmann.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Hélio José. Estava aqui prestando atenção no seu pronunciamento. Primeiro, quero parabenizá-lo. Segundo, também quero me solidarizar com os eletricitários que estão em greve pela Eletrobras, contra a privatização, e dizer que a geração de energia elétrica é estratégica para o desenvolvimento de um país como o Brasil, que tem a força hídrica para fazer isso. Ou seja, nós temos uma das matrizes de geração de energia elétrica mais limpas do mundo – do mundo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Temos que nos orgulhar disso. Eu venho, de fato, de um Estado que dá grande contribuição para a geração de energia: Itaipu Binacional é localizada no Paraná. Tive a honra de ser diretora financeira daquela empresa. E também, no Estado do Paraná, há a Copel, que é uma grande empresa geradora de energia. São muito preocupantes essas notícias e a intenção do Governo de privatizar o Sistema Eletrobras.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – É um absurdo!

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos privatizar a vazão dos nossos rios, das nossas águas. Nós fizemos um esforço, durante os nossos governos, para manter o preço da energia baixa, para investir em novas usinas de produção de energia, em novas redes de transmissão. Julgo que fizemos um dos programas mais importantes nessa área, que foi o Luz para Todos. E só pudemos fazer isso, Senador Hélio José, porque o Estado brasileiro era proprietário do Sistema Eletrobras. Se fosse privado, jamais o faríamos, porque o privado quer lucro. O privado não tem preocupação se no interior do Paraná vai haver energia elétrica; se no interior do Nordeste vai haver energia elétrica; se nos rincões amazônicos vai haver energia elétrica. O privado quer oferecer o serviço a quem pode pagar e pagar bem. Este Governo de Michel Temer, só no período em que ele está agora atuando, já aumentou em mais de 500% o preço da energia elétrica. Isso é uma barbaridade!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Um absurdo.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós estamos aqui reclamando sempre de combustível, estamos reclamando do aumento da gasolina, do gás de cozinha, mas estamos nos esquecendo de falar do aumento da conta de luz. As pessoas estão tendo que usar de novo o lampião, a vela ou, então, fazer gato para poder ter luz em casa. Um país que tem a riqueza hídrica que nós temos, que tem Itaipu, que tem essa força de geração? E eles fazem isso justamente para pressionar e para privatizar o sistema. Nós não podemos permitir isso. Então, V. Exª está de parabéns por fazer essa resistência. Conte conosco. A gente assinou a CPI em relação à privatização da Eletrobras. Nós vamos ficar de olho nisso. Brigamos já para não a privatizarem no governo Fernando Henrique; vamos continuar brigando para não privatizarem neste Governo, assim como eu brigo e briguei lá no Paraná – e continuarei brigando – para não privatizarem a Copel, que é a nossa empresa de geração e distribuição de energia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann. Seu aparte eu também incorporo ao meu pronunciamento.

Fica clara aqui a nossa solidariedade – minha, da senhora e do nobre Senador Jorge Viana; tenho certeza também do nosso nobre Senador Presidente, Dário Berger – aos nossos eletricitários do Brasil inteiro, que cruzaram os braços, desde segunda-feira, em 72 horas de paralisação, para chamar atenção do Presidente da Eletrobras, Wilson Pinto, do nosso ministro e de todos sobre a contramão que é essa história de tentar privatizar o Sistema Eletrobras.

Nobre Presidente, no mundo civilizado, Estados Unidos, Alemanha, Austrália, China, em todos esses lugares, o setor energético está na mão do Estado. Eles não abrem mão de forma nenhuma do setor energético. E vem aqui o Brasil, sétima economia do mundo, com a maior empresa do setor elétrico da América, com 92% de geração de energia limpa, querer privatizar esse nosso patrimônio lucrativo. Então, nós não podemos ficar calados diante dessa situação.

Como nosso nobre Senador Jorge Viana acabou de colocar aqui, mesmo que fosse um bom negócio, no final do Governo, como nós estamos... De qualquer forma vai haver outra eleição, é prudente aguardar uma análise mais cuidadosa. Por isso, nós aqui fizemos, protocolamos a CPI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para fazer uma análise colaborativa, como nós fizemos com relação à previdência. O senhor inclusive foi membro da CPI da Previdência. Não fizemos, em hora nenhuma, nada que fosse contra A ou contra B; fizemos tudo no sentido de colaborar com o Governo e com a sociedade, e provamos que aquela PEC 287 da previdência não podia prosperar.

A mesma coisa, com certeza, com a instalação da CPI do setor elétrico: nós vamos fazer os estudos necessários, vamos ouvir todas as autoridades e vamos juntos demonstrar que esse não é o caminho. Tenho certeza disso.

Vou tentar concluir aqui, meu nobre Presidente.

São atendidos mais de 13 milhões de habitantes nos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia, Roraima – a cidade de Boa Vista –, que juntos totalizam uma área territorial de 2,46 milhões de quilômetros quadrados, correspondente a 29% do Território nacional, com características geográficas, sociais, culturais e econômicas peculiares. Isso é a Eletrobras Distribuição.

Oferecer energia elétrica para essas regiões de forma segura, confiável e sustentável é um grande desafio.

Ante o histórico de realizações da Eletrobras, perguntas se impõem a todos nós, neste momento em que o contestado Governo atual, do nosso nobre Presidente Michel Temer, sem maior reflexão, manifesta intenções de vendê-la para o capital privado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – A privatização da Eletrobras atende, de fato, aos interesses do Brasil? Essa é uma pergunta que fica. A privatização é sempre um bom instrumento de promoção de interesses públicos? Essa é outra pergunta. Existe, de fato, um ganho de eficiência pela administração privada em face da gestão pública da empresa?

Sr[a]s e Srs. Senadores, a nós nos parece que a Eletrobras não deve ser privatizada por algumas razões importantes.

Em primeiro lugar, a tendência natural dos operadores privados é a maximização dos lucros, em detrimento de quaisquer outros critérios de análise da *performance* empresarial. Porém, a Eletrobras trabalha para levar energia elétrica a brasileiros pobres, até que 100% dos lares, bairros e cidades estejam atendidos, agindo em estrita consonância com o interesse público. E ela age no interesse público ainda que alguma perda relativa de lucratividade lhe sobrevenha. Conforme sabemos, para além do conforto e bem-estar dos cidadãos, a iluminação noturna de ruas e becos incide, positivamente, até mesmo na queda da criminalidade, em qualquer lugar do mundo. Esse tipo de ganho não entra nos cálculos dos operadores privados, que se voltam, naturalmente, ao lucro pelo lucro. E nada mais.

Desdobramento dessa verdade irrefutável é a constatação de que o processo de privatização da Eletrobras, ora em curso, causará danos econômicos para a sociedade brasileira, com o agravante do futuro aumento das tarifas, conforme já antecipado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O seu Diretor-Presidente, Romeu Rufino, deixou claro que a privatização pode aumentar a energia em até quase 20%.

Nesse ponto, tomamos como paradigma o mau exemplo da Petrobras, empresa de economia mista que ensaia uma espécie de modelo privado de gestão. Pois bem. Ao privilegiar os interesses de seus acionistas em detrimento de tudo, a Petrobras passou a majorar seus produtos com base no preço internacional do petróleo, em dólar. Os brasileiros não recebem salário em dólar, e a economia nacional não pode ser indexada com base no câmbio de qualquer moeda. Para além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desses fatos, 80% da produção nacional de petróleo são consumidas em solo brasileiro. Por que, então, os aumentos diários de gasolina, diesel e etanol, entre outros?

Eu vou para a fase final, porque realmente já sei que estou extrapolando. É um discurso muito importante, muito longo, mas vou para a fase final, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, os mestres da política nos ensinaram que a base do processo democrático é a legitimidade, conceito raiz na ideia do consentimento dos administrados e dever obrigatório daqueles que atuam em seu nome. Poder não consentido não é poder, é arbítrio, Sr. Presidente – é por isso que temos que discutir, chegar ao consenso do que seja melhor para o nosso Brasil. E nós, que assistimos ao descalabro da operação de desmonte do Brasil nestes últimos dois anos, reiteramos que apenas um governo eleito segundo todos os trâmites normais da democracia poderia executar um processo reformista dessa ordem.

Além disso, o Presidente Michel Temer está com a reprovação, segundo os dados das pesquisas, de 82%, o que torna qualquer iniciativa desse tipo muito ruim, inexequível. A nosso ver, o papel central do Congresso Nacional, nesta etapa da vida nacional, é restringir o Poder Executivo ao seu único papel relevante até as eleições de outubro: garantir sua saída ordeira do Planalto para que as instituições brasileiras reconquistem a credibilidade que lhes cabe.

Congratulo-me com todos os gerentes e funcionários da Eletrobras na data em que a empresa completa, Sr. Presidente, 56 anos de existência, e continuarei onde estiver na defesa dessa instituição extremamente importante para o desenvolvimento do Brasil.

Eu quero agradecer a V. Exª pela concessão do tempo e dizer que V. Exª é um desenvolvimentista, uma pessoa que nunca negou seu lado de amar Santa Catarina, de amar o nosso País, que mostrou a sua cidadania quando Presidente da Comissão do Orçamento do ano passado – eu fui membro da Comissão do Orçamento. Conseguimos aprovar, em pronta hora, tanto a LOA quanto a LDO. Então, eu quero cumprimentá-lo e dizer o tanto que para mim é importante ser seu vizinho, ser seu amigo, ser seu colega aqui, nobre Presidente. Parabéns e muito obrigado pelo espaço e pela concessão do tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Eu que cumprimento, mais uma vez, V. Exª, Senador Hélio José.

A próxima oradora inscrita é a Senadora Gleisi Hoffmann, ao tempo em que quero dizer que, para mim também, é uma alegria muito grande compartilhar com V. Exª, Senador Hélio José, este tempo em que estivemos juntos em inúmeras tarefas extremamente importantes para o Brasil.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras. As que nos acompanham pelas redes sociais, Rádio Senado, TV Senado, minha saudação.

O assunto que me traz aqui hoje é a visita do assessor do Papa ao Presidente Lula. Isso mesmo. Essa visita do advogado Juan Grabois, que é assessor do Papa para o diálogo com os movimentos sociais, causou muito fala-fala na imprensa. Ele foi visitar o Papa e levou um rosário abençoado pelo Papa ao Presidente Lula. Não deixaram que ele visitasse o Lula. Ele entregou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rosário aos agentes da Polícia Federal, depois saiu e deu uma entrevista lamentando que ele não tenha podido visitar o Presidente Lula. Depois que ele saiu, um *site* chamado Vatican News publicou uma nota desautorizando a visita, dizendo que ele fez a visita em nome pessoal e que o rosário não foi enviado pelo Papa – só abençoado. Ele não tinha visto essa notícia publicada pelo Vatican News. Isso causou aqui no Brasil todos os ataques possíveis e imagináveis a esse rapaz que é o Juan Grabois, também ao PT, ao Presidente Lula e aos blogues e *sites* progressistas, dizendo que nós todos tínhamos nos utilizado de *fake news* para fazer a promoção do Lula e tentar ligá-lo ao Papa. Quando Juan Grabois soube do que aconteceu no Brasil, ligou para os superiores da área de comunicação do Vaticano. Qual não foi a surpresa dele saber que aquela nota desautorizando a visita dele – aquela, sim – era *fake*, era mentirosa. E aí o Juan Grabois fez uma carta, e o Vaticano publicou outra nota – que eu quero ler aqui – para que a verdade seja restabelecida.

O pior é que o Facebook e também agências contratadas pelo Facebook que dão conta de censurar *fake news* utilizaram-se disso exatamente para perseguir *sites* progressistas, para atacar *sites* progressistas, para atacar e penalizar o 247, o Fórum e DCM, dizendo que eles estavam produzindo *fake news*.

Eu quero falar um pouquinho sobre *fake news* depois, mas antes eu quero ler a nota que foi publicada – aí, sim, a nota oficial do Vaticano – e que desmentiu essa nota falsa. Diz o seguinte a nota oficial do Vaticano:

> Corrigindo um nosso serviço precedente sobre o caso Grabois-Lula, devemos ressaltar que havia imprecisões na tradução e nas transcrições que induziram a alguns erros. Abaixo apresentamos a notícia correta.
> O advogado argentino Juan Gabrois é Consultor do ex-Pontifício Conselho Justiça e Paz, que passou a fazer parte do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, e é o coordenador [assessor] do encontro mundial dos movimentos sociais em diálogo com o Papa Francisco.
> Grabois concedeu uma entrevista [...] depois de ter sido impedido de visitar o ex-presidente Lula no Cárcere de Curitiba, onde está detido há mais de dois meses. Grabois definiu inexplicável a rejeição de não ter podido se encontrar com Lula a quem queria levar um Terço abençoado pelo Papa, as palavras do Santo Padre e as suas reflexões com os movimentos sociais e discutir assuntos espirituais com o ex-chefe de Estado.

Além do rosário abençoado, o Santo Padre também mandou um recado para Lula – e está aqui, clarinho, dito isso na nota.

> Grabois disse que está muito preocupado com a situação política no Brasil e em vários países da América Latina. Enfim, disse estar muito triste pela proibição de realizar esta visita, mas que o importante é ter conseguido levar a Lula o Terço.

O Vaticano desmente uma notícia falsa publicada – até agora não sabemos por quem – no próprio Vatican News, a direção do Vaticano.

E é importante ler aqui, rapidinho, partes da carta do advogado Juan Gabrois, que ele fez ao Presidente Lula depois que ele soube de toda essa confusão. O que disse ele:

> Com espanto vi que os seus inquisidores [ele se referindo ao Lula] indicavam que a fonte da sua calúnia era o próprio Vaticano. Maior foi a minha surpresa quando confirmei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> numa página da internet chamada Vatican News tinham publicado um texto em português agressivo, cheio de imprecisões e erros de redação.
> A comunicação desta página não pode ser considerada oficial, mas, com efeito, trata-se de um local dependente do secretariado de comunicação do Vaticano. Enquanto lia, não podia sair do meu espanto. Evidentemente, um editor desse site, sabe Deus com que intenção ou a [...] [pedido] de quem, quis causar um tumulto e conseguiu. Quando pude reclamar com os superiores, a nota foi removida do site e substituída por uma adequada [que eu acabei de ler neste plenário], mas o dano já estava feito. Infelizmente, os meios que espalharam até o paroxismo a suposta desmentida alegria, não visualizaram a nova nota com a informação correta. Será que vivemos na era da pós verdade.

Aí continua ele:

> Nunca revelei o conteúdo de um encontro com o Papa Francisco porque sou leal, o respeito e admiro muito. [...]
> No entanto, tendo em conta as circunstâncias, sinto-me na obrigação de te contar como foram as coisas. Em meados de maio estive no Vaticano para visitar o Francisco [...]
> Aproveitei, então, aquela visita ao Vaticano para conversar com o papa sobre a situação e pedir-lhe um rosário abençoado para te levar a ti. Assim foi. É incrível que um gesto tão simples de solidariedade e proximidade do papa, um objeto que serve para rezar, gere tantos problemas, mas não é a primeira vez e Vatican News é responsável por ter permitido que se publique essa nota tão inapropriada e falta de profissionalismo. O seu responsável pediu-me perdão e perdoo-lhe, porque todos podemos cometer erros. Mas também sei que houve danos graves.

É importante esclarecer isso, porque isso foi motivo, inclusive, de pronunciamento de Senador desta tribuna.

Eu quero dizer que essa situação traz a nós duas questões importantes para analisarmos: a primeira é tentar desmerecer uma relação do Papa com o Presidente Lula; a segunda é manipular uma notícia falsa para prejudicar blogues progressistas, atribuindo a esses blogues *fake news*, para que o Facebook prejudicasse sua audiência. Isso é muito grave.

Essa questão de *fake news*, hoje, está sendo usada também como uma ferramenta de censura, principalmente na internet. O Facebook contratou agências aqui, no Brasil, para fazer rastreamento de *fake news*, mas essas agências têm também interesses de grandes meios de comunicação e de grupos econômicos.

Eu quero aqui ler uma parte de matéria publicada hoje no 247, um blogue que tem sido fundamental para levar à opinião pública outra versão sobre as notícias e não só aquelas publicadas pelos grandes meios de comunicação e, principalmente, pela Rede Globo. Diz hoje o 247:

> O 'combate a *fake news*' como arma na guerra política.
> Recentemente, o Facebook contratou agências de checagem de dados para monitorar a disseminação de notícias falsas, com o pretenso objetivo de evitar que o debate político seja contaminado por manipulações. Duas das agências contratadas pelo Facebook foram exatamente a Lupa e a Aos Fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> A Lupa tem como investidora a Editora Alvinegra, que pertence a João Moreira Salles, um dos herdeiros do Itaú Unibanco, e é parceira do Uol, da família Frias, que edita a Folha de S.Paulo, jornal que, em editoriais, apoiou a deposição da presidente Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Lula – dois processos amplamente questionados por intelectuais, acadêmicos e juristas do Brasil e do mundo.
>
> A Aos Fatos se apresenta como uma microempresa sediada no Rio de Janeiro e que presta consultorias remuneradas para o Facebook [...], a Transparência Internacional, a Cidade dos Sonhos e a Purpose.
>
> No dia de ontem, tanto a Lupa como a Aos Fatos publicaram posts agressivos contra [o blogue] 247, [o blogue] DCM e Fórum, a partir da nota já deletada pelo Vaticano. Tais posts foram usados pelo Facebook para advertir os três sites do campo progressista sobre a disseminação de notícias falsas, alertando ainda sobre a possibilidade de redução drástica do alcance de suas publicações.
>
> De maneira geral, o Facebook responde por grande parte do tráfego de notícias dos sites de informação – e, portanto, também da sua geração de receita publicitária. Portanto, qualquer medida que instrumentalize o necessário debate sobre o combate a notícias falsas, que está presente na mídia corporativa brasileira em larga escala, e o coloque a serviço de interesses privados, será levado aos foros adequados, tanto na esfera política quanto jurídica.
>
> Embora o Vaticano tenha deletado suas postagens anteriores e publicado uma nova versão oficial sobre o caso Juan Grabois, atestando que ele é consultor do Papa e veio a Lula trazer não apenas um terço abençoado como também as palavras do Santo Padre, as agências Lupa e Aos Fatos não revisaram adequadamente suas notas, nem se desculparam diante de seus leitores por terem atacado veículos do campo progressista, que já foram advertidos pelo Facebook. Tais agências também serão alvo de ações judiciais, caso não se retratem e revisem suas posições, comunicando seu contratante – o Facebook – sobre a notícia falsa que espalharam.

Então, nós temos aí uma guerra disseminada a título de combater notícias falsas principalmente aos *sites* e blogues progressistas, que utilizam as redes sociais para fazer o contraponto com a grande mídia. E quem faz isso e é utilizado pelo Facebook são exatamente agências da grande mídia.

Queria deixar isso claro e para termos muito cuidado com essa questão de combate a *fake news*, porque muitas vezes, por trás disso, está justamente o combate àqueles que fazem o devido esclarecimento e levam uma posição diferenciada do que fala a grande mídia e as grandes corporações de comunicação.

E, para encerrar, Sr. Presidente, deixar clarinho aqui: o Papa Francisco mandou, sim, um rosário abençoado ao Lula e, mais do que isso, mandou também palavras ao ex-Presidente, o que ficou claro aqui na nota do Vaticano e também na carta de Juan Grabois, que esclareceu e abriu a audiência que teve com o Papa. Gostem ou não, queiram ou não, Papa Francisco tem pelo Brasil uma grande preocupação e pelo Presidente Lula, um grande respeito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Cumprimento V. Exª e ofereço a palavra ao Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Dário Berger, Senadora Gleisi, queria aqui cumprimentá-la pelo pronunciamento, pelos esclarecimentos e dizer que o Papa Francisco, de fato, é um ser humano extraordinário e sabe muito bem onde está uma injustiça sendo cometida e é sempre solidário com o injustiçado. Foi isso que ele fez, é evidente que ele fez.

Lamentavelmente, a grande imprensa não dá um tratamento sério. É um gesto importante para a reflexão nossa, porque, no fundo, eu acho que muitas autoridades no Brasil perderam completamente o senso ou o bom senso e estão numa marcha que está todo mundo vendo. Pergunte a qualquer pessoa: "Venha cá, uma pessoa no Brasil que fosse comprar um apartamento que não comprou, em que nunca entrou, em que nunca morou vai ser presa?" É isso que fizeram com o Presidente Lula. A pessoa que mais fez por todos neste País, como Presidente da República, sofre agora uma grande injustiça.

Mas eu trago comigo um lema, Senadora Gleisi – e concluo com esse comentário elogiando V. Exª e sendo solidário com V. Exª também, porque hoje eu não pude estar aqui, eu estava presidindo uma comissão, e queria me somar a todos os colegas –, e isto vale para a senhora, vale para o Presidente Lula, porque eu sei que você também é cristã, muito religiosa: é melhor sofrer uma injustiça do que praticar uma.

Força, Senadora Gleisi.

Queria, Sr. Presidente, cumprimentar todos os que nos acompanham pela rádio, pela TV Senado.

E o senhor sabe, Senador Dário Berger, é uma coisa impressionante a chegada dessa televisão lá no meu Estado. Lá são duas horas a menos. Lá nós ainda estamos às 5h17 da tarde. São duas horas a menos, mas já deve haver algumas pessoas chegando em casa, depois do trabalho. Na área rural, a TV Senado entra por conta das parabólicas. É impressionante como eles acompanham nos lugares mais distantes.

Outro dia, eu estava andando no Rio Tejo. O Rio Tejo é o rio mais distante que nós temos – ele, o Breu, a Foz do Breu – da capital do Acre. Estou falando de quase 700km de distância no meu Estado, lá no Município de Marechal Thaumaturgo. As pessoas falaram: "Jorge, eu acompanho o seu trabalho [lá eu só sou conhecido como Jorge], acompanho o seu trabalho direto. A gente o vê direto na TV Senado. Aliás, a gente vê muito você e vê a sua luta." E aí eu falei: "Graças a Deus, porque os que moram mais longe podem acompanhar o nosso trabalho aqui."

E aí, reconhecendo a nossa batalha para ver se não estourava essa história do combustível com um preço que, para quem é ribeirinho... Eu andei o Rio Envira, lá em Feijó, subi em um lugar que dá quatro dias de canoa. Fui lá, as pessoas disseram: "Puxa vida, a gente comprou um batelãozinho para viajar duas vezes por ano para a cidade, mandar as nossas mercadorias. Agora, a gente fica com o batelão parado, porque não tem dinheiro para o combustível."

Hoje eu recebi o Prefeito de Porto Walter no meu Município, e o Prefeito falava para mim: "Senador, o programa de transporte escolar [que, no caso do Acre, nesses Municípios de que eu estou falando, é feito por água; não há estrada, as pessoas moram na beira do rio] está agora um absurdo por conta do custo em que ficou do combustível." Quando aqui eram R$3, lá já eram R$7; aqui são R$5, lá são R$10, R$12. É um absurdo. Então, isso danifica a vida das pessoas, paralisa o País. Eu estou me referindo ao preço de gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha, que chega a ser vendido por mais de R$250 na área de fronteira com o Peru, no meu Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, estamos em uma luta, e eu não consigo entender por que o Governo não assume que errou, fazendo o que fizeram na Petrobras. Corrija os erros, anuncie para a população que não vai ficar querendo ganhar dinheiro vendendo a gasolina mais cara do mundo, o óleo diesel mais caro do mundo, o gás de cozinha mais caro do mundo. Anuncie que a Petrobras tem que decidir. Ela não é para crescer ganhando dinheiro, vendendo gasolina. A Petrobras é uma das maiores companhias do mundo de exploração de petróleo, desenvolveu uma tecnologia para o pré-sal. O pré-sal é o nosso passaporte para o futuro.

No pré-sal, ontem, num debate que fazíamos aqui, o Brasil pode ter – os Municípios e os Estados – trilhões de reais. Já foi descoberto; no governo do Presidente Lula, foi desenvolvida tecnologia. Agora, estão entregando o pré-sal para as petrolíferas e botando uma conta que não existe para o brasileiro pagar, para o taxista pagar, para o caminhoneiro pagar, para o mototaxista pagar.

Então, eu queria fazer aqui esse agradecimento a todos os que nos acompanham.

Sr. Presidente, eu não quero me estender, mas eu vim aqui um pouco prestar contas do meu trabalho.

Eu consegui, como membro da Comissão de Orçamento, junto com V. Exª – e foi muito proveitoso aquele período em que trabalhamos; vi o seu empenho para nos ajudar –, apresentar emenda no valor de R$6 milhões, fora das emendas parlamentares, no entendimento da própria comissão. Eu consegui essa ajuda, V. Exª lembra, para os Municípios do Acre.

Para não ser injusto, aloquei os recursos, independentemente do partido dos prefeitos, para os sete Municípios mais antigos do Acre. Refiro-me a Rio Branco, Feijó, Cruzeiro do Sul, Brasileia, Sena Madureira, Tarauacá, e Xapuri.

Desses, há dois Municípios cujos prefeitos são do PT; em Tarauacá, o prefeito é do PSD, Partido do Kassab; Sena Madureira é do PMDB; Cruzeiro do Sul é também do PMDB; Feijó é do PP; Brasileia, já havia dito; e Rio Branco é do PSB.

Ontem liguei e falei com todos os prefeitos – só está faltando falar com a Prefeita de Tarauacá – pedindo que eles apresentem as propostas: Tarauacá, são R$300 mil; Feijó, também R$300 mil; Rio Branco, R$2 milhões; Cruzeiro do Sul, R$300 milhões, para melhoramento das ruas. As ruas dos Municípios estão muito danificadas, e os prefeitos não têm recursos para fazer a sua manutenção. Então, eu apliquei tudo na manutenção urbana. E eles ficaram muito agradecidos.

Estou fazendo aqui esse registro.

Sr. Presidente, outro dia, um jornalista queria fazer uma matéria sobre quais políticos do Acre – somos 11, três Senadores e oito Deputados e Deputadas – que mais empenharam e liberaram emendas de 2015 para cá. V. Exª sabe que a minha labuta é muito grande. Com a minha vivência de ex-Prefeito, ex-Governador, sinto-me na responsabilidade de trabalhar dobrado, mas eu cuido das minhas coisas com zelo, porque eu tenho que ser um Senador que ajuda o Brasil a enfrentar os seus problemas, mas eu tenho que ser um Senador de todo o povo do Acre, até de quem não votou em mim, até daqueles que não gostam do PT, até daqueles que têm críticas. Eu sinto que é assim que a política boa, a ética, a nova política, a boa política tem que acontecer. E eu estou aqui prestando contas.

Graças a Deus, num levantamento oficial feito pelo *Diário Oficial*, com dados, fui o Parlamentar que mais conseguiu empenhar e liberar recursos nesse período a que estou me referindo, 2015, 2016 e 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, fui o campeão de liberação de emendas e recursos para os Municípios do Acre, exclusivamente para os Municípios, são 22 Municípios. E, óbvio, não discriminei nenhum deles. É da oposição? Mas eu tenho uma boa relação com todos os prefeitos, por incrível que pareça, e não há nenhum que me trate mal, não há nenhum que não me trate com acolhimento, com muito respeito, com muita consideração.

E eu fico pensando: por que o Brasil não é assim? Todo mundo tem divergência, mas temos que ser tolerantes uns com os outros, mais compreensivos uns com os outros. Há horas em que acho que está todo mundo meio contaminado, parece que estamos doentes. As pessoas estão se matando nas ruas, os políticos se xingando também nas tribunas. Não precisa xingar ninguém. Podemos cobrar, podemos pedir mudança, podemos até exigir as coisas, mas tolerando também, porque, do outro lado, há outro ser humano.

É esse ambiente que acho que tem que voltar para o Brasil sob pena de seguirmos piorando.

E aí concluo minha fala, Sr. Presidente, apresentando aqui na tribuna do Senado – não sei qual a câmera – a minha nova revista. Eu vou fazer chegar uma no gabinete de V. Exª, Senador Dário Berger. É uma revista na qual presto conta do mandato de Senador, tem 120 páginas e foi feita na gráfica do Senado – e quero agradecer a todos que trabalham na gráfica, a todos que trabalham na área de comunicação do Senado –, mas feito pela minha equipe. Eu contratei uma empresinha de diagramação, do Maxtane, que sempre trabalha comigo. É a quinta revista do meu mandato. E nós fizemos com o trabalho de equipe.

Quero agradecer ao Antônio Alves, ao Marcos Vinicius, à Mariama, que trabalha comigo aqui, que se empenhou tanto nesse trabalho, ao Olímpio, e eu também estou na equipe aqui de texto, de organização. E hoje eu liguei para o meu amigo Sebastião Salgado. A capa da revista é um rio do Acre fotografado pelo Sebastião Salgado, um dos maiores fotógrafos do mundo. E ele doou à revista. Ele vive na Amazônia, vou sempre com ele para as aldeias, está fazendo um trabalho muito bonito, e a revista se chama *Os Desafios do Tempo.*

É uma revista em que eu presto contas. Aqui estão todos os discursos, quantos discursos eu fiz, quantos projetos de lei apresentei, quantas vezes a mídia do Senado divulgou algum trabalho, as comissões de que participei, e faço isso com os Senadores do Acre. Aqui não há denúncia, aqui não há crítica, aqui há os números oficiais. O povo do Acre vai poder ver quem é que estava se esforçando mais e que o Acre precisa muito de todos nós para trabalharmos. E faço aqui um relato de todas as agendas que vivemos.

Fiz também aqui um relato Município a Município, todos eles, botando aqui quanto de emenda consegui liberar, quantos recursos foram empenhados, porque eu acho que, se prestarmos contas do trabalho, se conseguirmos dar transparência para o mandato, ajudamos a trazer de volta o respeito, a confiança das pessoas com a política.

A política tem que ser feita com ética, com honestidade, com sonho. Eu fui Prefeito e Governador. Fizemos tanta coisa boa! Porque o dinheiro rende quando trabalhamos honestamente. O dinheiro chega nos lugares mais distantes, quando trabalhamos com planejamento, com metas estabelecidas, quando andamos, vamos lá, conversamos com as pessoas.

É o que eu sempre fiz. Por isso que eu estou tranquilo! Está chegando agora o período das eleições. Fica todo mundo apavorado querendo montar esquema, esquema de dinheiro de novo. Eu estou vendo um monte de gente comprando gente, tentando montar os esquemas de fechar apoio.

Eu estou tranquilo! Estou andando nas cidades, pedindo obviamente que apreciem a minha pré-candidatura – eu não tenho candidatura oficial ainda, mas pré-candidatura ao Senado, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu não posso disputar outro cargo –, andando nos rios, nos seringais, nas comunidades, nos mercados, como sempre faço – lá eu não sou Senador, sou apenas o Jorge –, e pedindo às pessoas que voltem a sonhar com um Brasil melhor, que voltem a sonhar que o Acre também vai começar uma fase nova, que temos condição de, com compreensão, com amadurecimento, ajudar o Brasil a sair da crise e não piorar, agredindo uns aos outros, atacando todo mundo. Então, para mim não tem...

A revista ficou muito bonita. Ela tem aqui as fotos do Sebastião Salgado e dentro tem uma prestação de contas de trabalho. Eu fiquei sete anos como um dos cabeças do Congresso, por sete anos seguidos o Diap me colocou como um parlamentar, entre Deputados e Senadores, de destaque. Isto é uma coisa rara – para a Região Norte, sete anos seguidos –, é muito difícil. E eu procuro trabalhar aqui, conversar – V. Exª sabe –, para ver como é que ajudamos o Brasil a sair desse atoleiro, dessa crise danada e como é que eu posso ajudar o Acre.

Então, hoje eu estou levando a revista para o Acre. Segunda-feira vou estar na querida Cruzeiro do Sul, devo fazer uma apresentação dela. E, a partir de agora, vou fazer chegar na casa das pessoas como uma maneira de prestar contas do meu mandato de Senador, de pedir compreensão por erros que eu possa ter cometido, porque certamente cometemos muitos erros.

Mas é claro que também é a hora de a gente falar de tudo aquilo que a gente fez ou tentou fazer de bom, porque para mim ser ético é trabalhar pelo bem comum, é a gente procurar servir às pessoas, e não se servir. É aquilo que eu falava ainda há pouco. Aí, quando vem alguém me atacando, eu vejo outros candidatos xingando, eu falo: gente, eu não vou responder. Eu não vou responder. Eu não vou perder tempo com isso. O Brasil já está tão ruim por conta disso, eu prefiro sofrer uma injustiça do que praticar uma.

Então, mais uma vez eu agradeço a todos que me ajudaram. E eu vou fazer chegar ao gabinete de cada Senador e Senadora daqui um exemplar dessa revista. Mas o que eu quero mesmo também é, Município a Município, poder entregar para os colegas Parlamentares, para as autoridades, para as pessoas simples do nosso povo e todas que têm muito carinho por mim, que têm muito respeito por mim, uma prestação de contas do meu mandato de Senador, que esteve, está e, enquanto eu tiver um mandato, estará sempre à disposição do povo do Acre, do meu Estado e também do Brasil.

Acho que neste momento o Brasil, o Acre, precisa de cada um de nós o que temos de melhor, e tudo o que eu quero é poder emprestar a minha experiência, a minha vivência, a minha capacidade de dialogar com todo mundo aqui. Não tenho um inimigo, não tenho um adversário, não tem um Senador aqui com quem eu não tenha uma boa relação. Eu acho que construir isso é bom, porque se isso acontecesse de maneira geral no País, o País estaria muito melhor.

Então, se Deus quiser, com esperança, com fé, com trabalho e com compreensão, nós haveremos de vencer esses tempos de dificuldades.

Que Deus nos ajude a todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Eu quero cumprimentar o Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu vou deixar esse exemplar contigo, Presidente, para V. Exª dar uma olhada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – ... e, rapidamente, colaborar com V. Exª, reafirmando que tudo o que V. Exª falou é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – V. Exª é um dos Senadores mais estimados nesta Casa. E mais empenhado também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – E, na Comissão de Orçamento, não foi só o empenho; o desempenho de V. Exª também foi muito importante. V. Exª sabe que eu tenho pelo senhor admiração, apreço.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É recíproco, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – O líder máximo que eu tinha, que era o Senador Luiz Henrique...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois é, um grande amigo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – ... tinha adoração...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Os senhores são do PMDB, são históricos, mas têm esse reconhecimento comigo, eu fico muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – ... tinha adoração por V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E eu por ele também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – E então é com muito prazer que vejo essa prestação de contas, e eu tenho absoluta certeza de que o Acre vai saber reconhecer, no momento certo, o seu desempenho aqui no Senado Federal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado. Ouvir de V. Exª, Senador de Santa Catarina, do PMDB, colega aqui, essas palavras, me conforta e me estimula a trabalhar ainda mais.

Obrigado, Senador Dário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Parabéns a V. Exª.

E agora, por derradeiro, meu querido amigo Ivo Cassol, que é de Santa Catarina também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – É, mas é rondoniense. O Cassol não vai abrir mão disso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – É, não vai abrir.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É verdade.

É uma alegria cumprimentá-lo, nosso Presidente Senador Dário Berger. É uma satisfação, V. Exª que foi prefeito e me recepcionou em Florianópolis, é uma alegria mais uma vez estar aqui, sob o seu comando.

Também ao Senador Jorge Viana, nosso abraço nessa caminhada que tem pela frente, de nosso Estado vizinho, coirmão, que é o Acre. É uma alegria cumprimentá-lo, Jorge Viana.

Também, ao mesmo tempo, Senadores, eu quero aqui agradecer o carinho especial dos meus amigos, das minhas amigas que estão em casa e que sempre, quando vão à igreja, ou mesmo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

suas residências, sempre têm colocado o meu nome para que Deus possa me iluminar, para que Deus possa me proteger.

Muitas vezes parece que para o homem muitas coisas são impossíveis, mas para Deus nada é impossível.

E por tudo, nosso Presidente Dário, que tem acontecido na minha vida, eu agradeço a Deus. Agradeço a Deus e faço justiça ao agradecer ao povo, especialmente do meu Estado de Rondônia e do Brasil, que indo à igreja ou mesmo em casa e nas suas orações sempre tem orado e pedido para que Deus me proteja e me dê sempre vitória. Não tem dinheiro que pague isso!

Por mais chateado que eu estivesse domingo, por mais chateado que eu estivesse na segunda, na terça, por mais chateado que eu estivesse aqui hoje, V. Exª, Presidente, acompanhou quando usei a tribuna desta Casa, porque meios de comunicação do meu Estado de Rondônia, a exemplo do *Diário da Amazônia* ou do *Madeirão*, que é pago pelo mesmo grupo, que é pago pela mesma família, por esse político que diz que representa o nosso Estado de Rondônia, fizeram um desserviço da maneira que fizeram.

Eu fiz, sim, quando fui Governador, o maior convênio com o Governo Federal, mais de R$500 milhões, com água tratada, R$ 600 milhões. Com água tratada, nós executamos 68%. Naquela época, na campanha de 2010, fizeram denúncias vazias, paralisaram as obras, e, em 2011, nós tiramos a pendência.

Então, se você, amigo de Porto Velho, está sem água, a culpa não é minha não, a culpa é do ex-Governador Confúcio Moura, da equipe junto com ele, que o elegeu e reelegeu governador, que não cumpriu com os compromissos que fez. É como eu disse, o que o ex-Governador tinha que fazer era andar no Estado e pedir perdão.

Dário Berger, Senador Presidente, o senhor foi prefeito. V. Exª imagina um recurso na prefeitura de Florianópolis a fundo achado, sem custo nenhum para a prefeitura, e o Estado perder, a prefeitura perder. Foi isso o que aconteceu.

Em julho de 2011, tiramos as pendências no Tribunal de Contas da água tratada, voltou para o Estado para dar a ordem de serviço, ficou seis anos adormecido em berço esplêndido e não executaram as obras – agora parece que está engatinhando alguma coisa –, por falta de gestão, por falta de competência, por falta de seriedade.

Como se não bastasse isso, há o esgoto sanitário. Licitamos. As empresas queriam que fossem divididos os esgotos sanitários em 19 lotes. Você imagina canalizar o esgoto sanitário e, no meio, uma dessas empresas quebrar? Para onde você iria levar esse esgoto? Para não dizer o restante. É diferente de uma estrada, que você tem mil quilômetros e você divide com 19 empresas. Mas com o esgoto não tem jeito. Se uma empresa quebrar no meio, você perdeu o serviço dos dois lados. Então, a comissão de licitação, a equipe optou por fazer uma licitação só.

Depois, o Tribunal de Contas da União, com um acórdão de 2015, o 610, que foi citado pelo *Diário da Amazônia*, esse jornaleco que não tem moral, nem ele, nem os seus diretores, nem os seus jornalistas, nem o seu proprietário, o político que usa dele, que é o dono, que não tem coragem de falar – eu tenho coragem de falar, ele não tem –, usa o seu jornal dele, usa a televisão, e fez uma campanha: "Você está sem água, o culpado é o Ivo Cassol".

Culpado, meus amigos e minhas amigas de Porto Velho, é esse ladrão que estava no governo, que lotearam a Caerd, colocaram mais de cem funcionários a R$35 mil cada um, e depois deixaram os servidores da Caerd sem receber o salário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esses desonestos e corruptos comandados pela Srª Iacira, que eu denunciei no Ministério Público Federal – e eu tenho a denúncia aqui, está aqui na minha mão; eu denunciei para a Raquel Dodge, em Porto Velho, e espero que tomem providências –, perderam mais de R$600 milhões, não tiveram competência. Para você ter uma ideia, Presidente Dário Berger, foram fazer a licitação e pegaram a cópia do edital da Bahia, lá do interior da Bahia, e botaram o endereço, a linha, o bairro, botaram tudo o que era da Bahia. Me desculpem os baianos, mas, em Rondônia, o Governo do Estado de Rondônia pegou uma RDC e foi cancelado. E havia um subfaturamento de R$209 milhões.

Resultado: *Diário da Amazônia* e Rede TV colocam na mídia, estampam que eu sou o culpado, o ex-governador Ivo Cassol, pela falta de água e esgoto em Porto Velho. Meus amigos de Porto Velho, infelizmente vocês não têm água, não têm esgoto, porque houve um governo e uma equipe desonesta e corrupta, que perdeu o dinheiro, e, além de perder o dinheiro, ainda tentou extorquir propina das empresas, o que eu denunciei aqui, na tribuna desta Casa.

Em vez de esse jornal *Diário da Amazônia*, que está aqui, e a Rede TV fazerem coro, para denunciar os desmandos da Caerd e do Governo, não; atacam a pessoa do Senador Ivo Cassol. E você sabe como eu retribuo, Presidente? Eu retribuo com trabalho, com resultado. Sabe onde eu estive agora à tarde? Meus amigos de Ji-Paraná, estive, agora à tarde, juntamente com o Secretário Carlos Terceiro – a quem chamo de Carlos Primeiro, que é o Secretário de Estado aqui em Brasília – com o Ministro Alexandre Baldy, o nosso Ministro das Cidades.

Desde 2013, foi feito um cadastramento da Prefeitura de Ji-Paraná pelo Governo do Estado para poder ser beneficiada com recurso para fazer o tratamento do esgoto. E aí eu tenho a satisfação de dizer para o povo de Ji-Paraná: é esse trabalho que o Ivo Cassol faz.

Sabe como é que nós começamos? Começamos, lá em 2013, junto com o Aguinaldo Ribeiro, que é o Líder do Governo, nosso Deputado lá da Câmara. Depois, Presidente Dário Berger, com o Gilberto Occhi, que agora é Ministro da Saúde, que também era indicação nossa do PP. Depois, lá estava no Ministério Gilberto Kassab. E, quando ele assumiu lá, disse: "Cassol, eu não tenho como liberar nada para Ji-Paraná, para lugar nenhum, por enquanto, porque aqui há mais pedido do que dinheiro; aqui há mais compromisso do que recurso para poder cumprir." E, mais uma vez, voltou ao Ministério das Cidades para o comando do PP, que faz Base neste Governo Federal do Michel Temer.

Podem xingar Michel Temer se vocês quiserem. Mas eu não vou poder xingar. Eu só posso agradecer o Presidente Michel Temer. Por quê? Porque ele está atendendo ao Partido Progressista, o meu Partido; ele está atendendo ao Ministro Alexandre Baldy; está atendendo ao Senador Ivo Cassol, juntamente com o Deputado Luiz Cláudio, liberando R$175 milhões para Ji-Paraná, o que faz inveja até para Florianópolis, em que há o esgoto tratado. Mas, em Ji-Paraná, nós não temos nada; então, nós precisamos.

Meus amigos de Ji-Paraná, de Rondônia, eu consegui também mais de R$150 milhões para a cidade de Vilhena em vários convênios.

Eu estive há poucos dias, na semana passada, com o Eduardo Japonês – são 90 milhões em caixa ainda. E agora eu tenho a satisfação, neste momento, de avisar ao Prefeito de Ji-Paraná; o Ari Saraiva, que me deu suporte, que trabalhava na Prefeitura como Secretário de Governo; ao Nilton, da PAX, outro amigo Secretário, que faz parte da Administração. Juntamente com esses amigos, estive aqui o tempo inteiro caladinho, calado, sem fazer barulho, porque, agora que a onça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está morta, o que vai aparecer de político para bater fotografia... Não é fácil. Vai aparecer qualquer quantidade.

Eu estou aqui com a síntese do projeto aprovado na mão. Esse projeto está identificado:

> Número do contrato: 0424.393-19
> Programa: 2068 Saneamento Básico – PAC 2
> Ação: Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
> Modalidade: Esgotamento Sanitário.
> Objeto da Etapa: Ampliação do Sistema de Esgoto composto de: 01 estação de tratamento de esgoto com vazão de 486 l/s, 472km de Rede Coletora, 17,5km de Coletores/Interceptores, 26.779 [famílias que vão se beneficiar com as] ligações domiciliares [para serem beneficiadas com o tratamento de esgoto] e 1,6 km de emissário.
> Município Beneficiado [está aqui]: Ji-Paraná/RO
> Data de recebimento [...]

É essa a homologação da síntese do projeto, firmado com o Governo do Estado de Rondônia.

Portanto, está aqui.

Eu quero aqui, em nome do Carlos Terceiro, que nos acompanhou aqui esses dias todos, agradecer ao Ministério das Cidades, ao Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, que, com tantos pedidos que tem dos quatro cantos do País... Porque o recurso não é suficiente para atender todo mundo. É igual cobertor de pobre: ele é pequeno e curto e encolhe, porque o tecido é ruim; ou você cobre os pés ou você cobre o peito. E, graças a Deus, o Ministro – Deputado Federal que ele é –, atendendo às nossas cobranças constantes, nos deu a alegria hoje de liberar esse repasse previsto de R$175.320.372,58.

Portanto, já está homologado. Ao mesmo tempo, o Ministro deu a autorização para, na próxima semana, já começar o Estado a fazer o procedimento licitatório e a contratação.

Portanto, cidade de Ji-Paraná, enquanto alguns maus políticos, enquanto alguns maus meios de comunicação, de *fake news*, como diz o ditado, divulgam a culpa do Ivo Cassol da água tratada e do esgoto lá de Porto Velho, enquanto faltam com a verdade, enquanto não têm coragem de dizer que um bando de bandido roubou o dinheiro e perdeu o resto do dinheiro, enquanto saquearam a Caerd, nomearam um bando de puxa-saco preguiçoso, ganhando dinheiro sem trabalhar, o Senador Ivo Cassol responde com a liberação de 175 milhões do nosso ministério.

Só falta amanhã esse mesmo jornal *Diário da Amazônia,* o *Madeirão*, que é deles também, e a Rede TV dizerem que o chefe deles está com a espingarda armada, com a câmera botando fotografia e dizendo também que foi ele quem fez todo esse trabalho e que está à frente disso. Eu não duvido de mais nada, eu não duvido de mais nada. Vejo tudo isso, meu Presidente Dário Berger, com tristeza, porque não é assim que tinha de estar funcionando.

A união, a integração de todos é importante. Eu ajudei o governo do Estado de Rondônia, independentemente de não ser copartidário, esse tempo todo, mas não pude mais ficar calado depois que ele assinou aquela dívida do Beron, de que falei para V. Exª, que era para ter descontado R$1,2 bilhão dos dois bilhões e pouco.

Eu poderia ter mais cinco minutos para poder fechar? Cinco, mais cinco. (*Pausa.*)

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero aproveitar essa oportunidade, Sr. Presidente, porque, a partir de amanhã, já estarei afastado. Também estou fazendo um tratamento, ia fazer uma cirurgia na vesícula nesta semana – pedra na vesícula –, cancelei por enquanto, mas estou fazendo o tratamento e, portanto, a partir de amanhã, quero dizer aos meus amigos e às minhas amigas que meu pai estará assumindo este cargo de Senador. Meu pai com 82 anos, meu primeiro suplente, então, é com alegria... Com certeza, ele tem muito orgulho do filho, porque sempre fiz e vou continuar fazendo tudo que ele me ensinou, para fazer melhor.

Portanto, Sr. Presidente, para mim é motivo de alegria levar esse recurso para a cidade de Ji-Paraná. Eu dizia para o Carlos Terceiro: pelo amor de Deus, manda um abraço para o Governador Daniel Pereira, e, se houver mais algum remanescente desses incompetentes, desses ladrões, no governo, que ele mande embora e não perca esse dinheiro como perderam o do saneamento básico em Porto Velho. Isso é um absurdo!

Porto Velho hoje está sem água por culpa de quem? Por culpa do *Diário da Amazônia*, por culpa da Rede TV, do seu patrão, que faz parte desse sistema, dos oito anos de governo. Não tiveram competência em botar gente competente. Agora, eles foram bons sabe para quê? Para montar empresa de vistoria veicular. Para isso, foram bons. Foram bons para a Suzana Cristina Brasil, que está lá em Porto velho, montou uma empresa, não pagou os impostos, não pagou nada, abriu outra, e o povo pagando a conta; e foi para Porto velho, continua no grupo. Enfim, uma salada de frutas que só a Polícia Federal e o Ministério Público Federal têm que apurar. Têm que apurar, não pode deixar assim, não. O povo está pagando o pato e está pagando caro.

Portanto, dizer para o povo de Ji-Paraná que retribuo trabalhando 24 horas por dia, sete dias por semana, 30 dias por mês e 365 dias por ano nos quatro cantos do Estado de Rondônia e jamais deixaria que esse projeto de interesse do povo de Ji-Paraná ficasse adormecido. Conseguimos ressuscitar, conseguimos liberar esse recurso e, a partir de segunda-feira, lá em Porto Velho, com a presença do Ministro da Saúde, Gilberto Occhi, com a presença do Ministro Alexandre Baldy, estaremos inaugurando, exatamente, 1.695 casas no Condomínio Morar Melhor, em Porto Velho.

Essas casas começaram lá atrás também, quando também o Aguinaldo Ribeiro, Gilberto Occhi estavam no governo, por interferência deste humilde ex-prefeito, ex-governador e atual Senador do povo, Senador Ivo Cassol.

Só o total, o projeto, 2.512 casas, há uma contrapartida pequena do Estado. É importante. Aqui eu agradeço ao Governador Daniel Pereira. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos entregando 2.695 casas no Condomínio Morar Melhor, e estive junto com o ministro ontem, estive hoje, junto com o Carlos Terceiro, reivindicando que não basta só, Dário Berger, nós entregarmos as casas. Nós precisamos de escola. Nós precisamos de posto de saúde e nós precisamos de creche.

Então, a boa notícia para Porto Velho: segunda-feira, o ministro me garantiu que vai liberar lá em Porto Velho via governo estadual ou via governo municipal – porque a creche é governo municipal; o colégio depende do governo estadual e do municipal –, vai liberar esses recursos para construir essas escolas, para construir essas creches e construir o posto de saúde avançado no meio dessas 1.695 casas, além das outras casas que também já foram entregues...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Presidente, o senhor está sendo generoso hoje, fico feliz com tudo isso, porque é tanta emoção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como disse o Senador Jorge Viana aqui, mostrando serviço, mostrando trabalho, e o povo com certeza...

Então, na segunda-feira, de manhã, às 9h, no projeto do Condomínio Morar Melhor, em Porto Velho, estaremos entregando essas 1.695 casas, com a presença de dois ministros no Estado de Rondônia. Ao mesmo tempo, o Ministro Gilberto Occhi está indo lá para ajudar a manter e salvar o Hospital do Amor, para ajudar a salvar o Hospital do Câncer. Nós precisamos urgentemente que façam o restante que tem na área de oncologia, para que o Hospital do Câncer faça.

Infelizmente, dentro da Secretaria de Saúde, ainda no Estado, há o remanescente do ex-Governador Confúcio Moura, há um esquema podre lá dentro. Tem que botar aqueles cidadãos remanescentes para correr. Por que estão tentando segurar? Eu dizia isso para o Governador Daniel Pereira, na sexta-feira, e ele falou que iria tomar providência, Senador Dário Berger, porque é inaceitável que se inaugure o Hospital do Câncer, no Estado de Rondônia, que se deixe lá só o tratamento. As coisas que não dão dinheiro deixam para o Hospital do Câncer fazer. E o povo no interior fazendo o quê? Fazendo bingo, fazendo leilão, ligado, reunido, para ajudar no tratamento.

Esses remanescentes do Governo Confúcio Moura, esses corruptos e desonestos que estão ainda em alguma secretaria têm que ser mandados embora, Governador Daniel, têm que ser limpados. E esse convênio tem que ser feito diretamente não com empresa terceirizada, que dá 10%, dá 20% para aquele que está simplesmente repassando serviço, mas vai repassar direto para o Hospital de Amor, para o Hospital do Câncer, que não vai dar dinheiro para ninguém. Vai acabar com a mordomia de algum, mas algum desonesto e corrupto que quer mamar às custas de dinheiro público! E com dinheiro da saúde tem que ter respeito, quer dizer, com dinheiro público tem que ter respeito, mas muitas vezes não se tem.

E eu dizia na sexta-feira – e o Governador Daniel Pereira ficou muito preocupado. É verdade, Daniel Pereira, o ex-secretário de saúde, junto com o seu adjunto, se apurar lá dentro, vai virar a podridão que já foi do passado. O secretário saiu, mas ficou o adjunto, e são carne e osso os dois! As coisas pequenas dentro da secretaria são pagas pelo pessoal do financeiro diretamente, sem precisar passar; as coisas maiores, os empresários, os fornecedores e comerciantes são extorquidos – são extorquidos! São obrigados a dar dinheiro.

Quem está aqui denunciando é o Senador da República Ivo Cassol. Eu tenho conhecimento de pessoas que vêm e desabafam comigo. Eu falo: "Por que você não denuncia?". Eles falam: "Está difícil para receber, imagina se eu denunciar?".

Mas isso tem limite e isso tem de acabar. De que maneira tem de acabar? É pegar logo esses procedimentos, que o Hospital de Câncer de Barretos, que é o Hospital de Amor, em Rondônia, do Henrique Prata, passe todo esse serviço, serviço de laboratório, tudo que se tem de fazer que passem para lá, porque assim ninguém vai estar pegando propina, ninguém vai estar pegando dinheiro. É um serviço social que eles fazem.

Mas não querem largar essa teta! Vamos botar sabe o que nesta teta? Vamos botar ácido sulfúrico para ver se corrói essa ganância e pelo menos assim sobra dinheiro para a gente poder fazer as ações e atender esse povo que tanto precisa de um tratamento digno e respeitoso no tratamento de câncer.

E olha, por falar em tratamento de câncer, meu Presidente Dário Berger, eu quero aqui dar os parabéns ao Ministério Público Federal de Uberlândia, Minas Gerais, que ajuizou uma ação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para liberar a comercialização da fosfoetanolamina. Hoje está vindo fosfoetanolamina dos Estados Unidos. Tem tanta gente vendendo farinha por aí como se fosse remédio do câncer! Quantas pessoas eu conheço que estão tomando a fosfoetanolamina e estão boas. Então, parabéns ao Ministério Público Federal, que entrou com essa ação em Uberlândia para que se liberem os comprimidos da fosfoetanolamina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E eu queria fazer um pedido aqui, Sr. Presidente, para encerrar, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal que suspenderam o projeto de lei que nós aprovamos aqui – V. Exª ajudou a aprovar, a Câmara também ajudou a aprovar – liberando o uso...

Gente, pior que a quimioterapia e a radioterapia não existe! Não há nada pior do que a quimioterapia e a radioterapia. A quimioterapia, além de matar as células mortas, ainda mata as vivas. Acaba com a pessoa, mas eu sei que ela dá dinheiro, dá lucro, ela dá lucro! E quem está pagando essa conta é o Governo Federal. Está na hora – eu dizia isso para o Gilberto Occhi, o Ministro – de dar uma canetada!

Então, nós precisamos que o Supremo Tribunal Federal – eu queria aqui fazer um apelo aos 11 Ministros e Ministras – reveja essa suspensão e que libere o uso da fosfoetanolamina, porque, Ministros, Ministras, quem já foi diagnosticado com câncer já está carimbado; infelizmente, já sabe que está com os dias contados. Mais dia, menos dia, pode vir a falecer. As pessoas que estão com câncer se isolam da sociedade, se isolam dos amigos e se isolam da família. Quem está com câncer acaba sendo mutilado.

Vamos dar essa esperança para qualquer cidadão, para qualquer pessoa, para qualquer ser humano que queira ter a oportunidade do tratamento alternativo. Eu queria fazer esse apelo ao Supremo Tribunal Federal, a todos os 11 Ministros, um apelo em nome da sociedade do Brasil, um apelo em nome do povo do Estado de Rondônia, um apelo em nome dessas pessoas que estão diagnosticadas com câncer. Se elas tomarem a fosfoetanolamina, com certeza, vai diminuir muito a despesa com o tratamento de saúde nos hospitais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, eu queria fazer esse pedido, fechando com chave de ouro hoje, com tudo isso, com esse meu afastamento.

Mas quero dizer a vocês que eu vou andar pelos quatro cantos do Estado de Rondônia. O meu futuro político a Deus pertence. Se vocês perguntarem para mim – Dário, às vezes, o pessoal me pergunta: "O que você almeja mais?". Eu já fui prefeito, virei governador, sou Senador. Eu não tenho nenhum projeto do Ivo Cassol. Eu estou à disposição do povo do meu Estado, eu estou à disposição do povo do Estado de Rondônia. Se o povo do Estado de Rondônia achar que o Senador Ivo Cassol tem que cuidar dos negócios dele, eu vou lá cuidar. Se o povo de Rondônia achar que o Ivo Cassol tem que ficar cuidando dos netos, eu vou cuidar dos netos, porque os netos são o maior presente que Deus me deu, depois dos meus filhos. Na época dos filhos, a gente não tinha muito tempo para cuidar deles, e não havia empregada para ficar cuidando. A gente tinha que se virar em quatro, cinco – eu e minha esposa, Ivone. Hoje, eu tenho cinco netos, e agora está vindo, nos próximos dias, a sexta neta, a Selena, da minha filha caçula, Karine. Então, eles são o maior presente que Deus me deu. Mas, se o povo de Rondônia quiser que eu faça isso e, junto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso, quiser que eu vá pescar, eu vou pescar também. Eu gosto disso, eu gosto de uma pescaria. Por que não? Mas e o futebol? O futebol eu também vou continuar jogando, vou continuar jogando bola. Mas também não abro mão de trabalhar. E, se assim o povo do Estado de Rondônia quiser e a justiça entender que o Ivo Cassol, a pessoa do Ivo Cassol pode e poderá ainda ajudar muito o Estado de Rondônia ou ajudar o Brasil, eu estou à disposição.

Eu digo o seguinte: o homem que faz um projeto de poder e, infelizmente, cai na desgraça, fica fora. O homem que faz um projeto de governo e bota Deus no caminho e no comando sempre vai ser vitorioso. É por isto que até agora eu não caí: Deus sempre tem estendido sua mão e, lá do fundo, tem me tirado e me dado a vitória. Continue orando que Deus continua abençoando. Saúde e paz, e do resto a gente corre atrás.

Um abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Bem, esse foi um dos discursos mais longos de V. Exª que eu presenciei.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pelo carinho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Cumprimento V. Exª pelo discurso, pela prestação de contas, pelos recursos que conseguiu para o Estado de Rondônia e pelo desempenho que V. Exª tem à frente do Senado Federal.

Então, V. Exª está de parabéns! Meus cumprimentos!

A partir de amanhã, teremos o suplente de V. Exª aqui.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Meu pai. Meu pai, a partir de amanhã, vai estar aqui presente. É um homem humilde, uma pessoa simples, mas arrojado, determinado, com 82 anos de idade. Ele é meu primeiro suplente. Assumiu aqui em 2011. O Zezinho e toda a equipe do Senado o conhecem. Ele tem um coração do tamanho do Brasil, e sua simplicidade cativou todo mundo.

Ele foi, em Santa Catarina, vereador da cidade de Maravilha; foi Presidente da Câmara na época. De lá, nós fomos embora, em 1977, porque ele não queria mais mexer com política. Aí, ele foi para Rondônia e acabou sendo nomeado prefeito-tampão da cidade de Colorado do Oeste e lá se destacou. Naquela época, estavam ocupando a Amazônia para não entregar a Amazônia. Posteriormente, foi eleito Deputado Estadual. Quando foi Deputado Estadual, ele criou 17 Municípios no Estado de Rondônia – de 52, foram 17 de autoria dele. Depois, ele assumiu o cargo de Deputado Federal. De Deputado Federal, ele veio assumir a suplência junto comigo aqui no Senado Federal.

Eu sei que nós vamos estar muito bem representados com a sua humildade, com a sua simplicidade, com o seu carisma, aquele jeito gostoso. E é como ele disse para mim hoje. Ele falou:

> Filho, eu só tenho que me orgulhar de você. Eu sei que você tem processo, mas nenhum por roubo, nenhum por corrupção; são por enfrentamento. Alguém, quando for falar em algum lugar, vai dizer que pelo menos o Ivo Cassol fez a diferença. Você, no Estado de Rondônia, peitou um esquema podre, corrupto que tinha no Poder Legislativo. Você gravou e denunciou em nível nacional. Você se expôs. Foi de lá que originou boa parte das ações contra você. Ninguém entra em uma briga sem levar um "esfolão". Você é vitorioso, mas você está cheio de arranhão. Olhe para frente, porque Deus é muito maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com certeza, eu vou estar aqui junto contigo e pode ter certeza de que eu vou te dar muito orgulho, como tenho dado para os filhos e para os netos e bisnetos por aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Parabéns a V. Exª.

Não havendo mais Senadores inscritos nem matéria a deliberar, nós vamos ficar por aqui, agradecendo nossos técnicos, nossos cinegrafistas, nossos assessores, agradecendo os Senadores e, em especial, agradecendo os telespectadores da TV Senado. Assim, vamos encerrar os nossos trabalhos de hoje.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 92ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2015, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Recebidos os Memorandos nºs 16 e 17, de 2018, da CMA, comunicando a apreciação dos substitutivos, em caráter terminativo.

Concluída a instrução dos Projetos de Lei da Senado nº 767, de 2015, e nº 206, de 2007, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

São os seguintes os memorandos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

MEMO. nº 16/2018/CMA

Brasília, 12 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de substitutivo a PLS em turno suplementar

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91, combinado com o art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, adotou definitivamente, sem votação, a Emenda nº 2-CMA (Substitutivo), de autoria do Senador Flexa Ribeiro, ao Projeto de Lei do Senado nº 767 de 2015, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para permitir que possa ser exigido seguro ambiental quando for necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)".

Atenciosamente,

SCOM
Fls 25

SENADOR PAULO ROCHA
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70.165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-3284 – cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

MEMO. nº 17/2018/CMA

Brasília, 12 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de substitutivo a PLS em turno suplementar

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91, combinado com o art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, adotou definitivamente, sem votação, a Emenda nº 1-CAE/CMA (Substitutivo), de autoria do Senador Jorge Viana, ao Projeto de Lei do Senado nº 206 de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia".

Atenciosamente,

SENADOR PAULO ROCHA
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

SCOM
Fls 72

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70.165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-3284 – cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2014, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comunicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Expediente do Senador Ciro Nogueira, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, Estados Unidos, no dia 22 de maio de 2018, nos termos do Requerimento nº 287, de 2018.

O Requerimento vai ao Arquivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Discurso encaminhado à publicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quero hoje prestar uma homenagem ao município de Tefé, que, no ano de 1855, logo após o desmembramento do Amazonas da província do Grão-Pará, foi elevado à categoria de cidade.

O município, segundo dados do censo do IBGE de 2016, possui cerca de 62 mil habitantes, que ocupam uma área de 23.704 quilômetros quadrados.

Situada à beira do Rio Tefé, afluente da margem direita do Rio Solimões, a 523 quilômetros de distância de Manaus, Tefé se localiza na região central da Amazônia internacional e, por isso, é carinhosamente referida como "Coração da Amazônia".

Entendo que a referência a "Coração da Amazônia" remete não apenas à localização da cidade, mas também à sua história, tradição, cultura e culinária, que possuem os traços distintivos da Amazônia profunda.

A história de Tefé remete à existência originária de diversas tribos indígenas - como os Tupebas ou Tapibás, que deram nome à cidade -, à presença dos catequizadores jesuítas e às disputas territoriais entre Portugal e Espanha.

Na sua tradição cultural, o artesanato e a culinária locais são muito apreciados.

O artesanato tefeense é reconhecido pelas obras de entalhe em madeira e pelas pinturas que retratam a história do município.

Na culinária, sobressaem delícias, tais como a caldeirada de pirarucu ao molho de castanha e o peixe assado na folha de bananeira, recheado com temperos amazônicos típicos e acompanhado da farinha amarela ovinha de Uarini.

A riqueza cultural da cidade, aliada à abundante beleza natural da região, evidenciam o enorme potencial turístico de Tefé, que, no entanto, ainda é pouco explorado.

Na verdade, a economia do município depende fundamentalmente do comércio, tendo em vista a localização privilegiada de Tefé no corredor fluvial do Rio Amazonas.

Já a agricultura, é composta basicamente de produtos de subsistência, tais como hortaliças e frutas regionais, nas vastas áreas de cultivo da mandioca para produção de farinha.

Tefé, em conjunto com o município Uarini, que dá nome ao famoso produto, produzem a farinha mais valorizada do Estado do Amazonas.

Em realidade, tanto o turismo quanto o comércio e a agricultura de Tefé estão a merecer mais investimentos.

Investimentos capazes de transformar o município, gerando prosperidade e renda para sua população.

O IDH de Tefé é de 0,639, enquanto a média nacional é de 0,754, o que demonstra a necessidade premente de atuação do Estado para impulsionar a economia local e regional.

Na passagem da data comemorativa da emancipação de sua cidade no próximo dia 15, quero saudar a brava gente tefeense, que tem muito amor por sua história, cultura e tradição.

Parabéns, Tefé!

Parabéns cidadãs e cidadãos tefeenses!

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, subo hoje nesta tribuna com o propósito de homenagear brasileiras e brasileiros generosos, que voluntariamente se encarregam de salvar a vida daqueles que sequer conhecem.

São os doadores de sangue – 1,8% de toda a nossa população.

Dia 14 de junho foi instituído Dia Mundial do Doador de Sangue pela Organização Mundial da Saúde.

O objetivo da data, segundo o próprio organismo internacional, é estimular os países-membros a conscientizar suas populações sobre a necessidade de doar sangue com regularidade.

No Brasil, a quantidade proporcional de doadores está dentro dos parâmetros internacionais, de 1%. Está longe, contudo, da meta da OMS: 3% de toda a população.

Para que alcancemos esse marco, é preciso divulgar a importância desse ato de mais profunda humanidade. Com apenas uma doação, um doador pode salvar a vida de até quatro pessoas. São pessoas que passam por cirurgias planejadas e de emergência ou que possuem doenças crônicas graves, como a doença falciforme e a talassemia, por exemplo.

E não são poucos aqueles que dependem do sangue doado.

No Brasil, em média, três milhões e quinhentas mil pessoas realizam transfusões de sangue ao ano.

A situação em geral é mais crítica durante as férias escolares e nos feriados prolongados, quando os estoques de sangue baixam substancialmente.

Por esse motivo, Senhoras e Senhores, é fundamental agradecermos aos doadores, sempre que houver a oportunidade, além de encorajar novas doações de sangue.

Não é preciso muito para fazer parte desse time.

Basta ter entre 16 e 69 anos de idade, mais de 50 quilos, gozar de bom estado de saúde, não ter ingerido bebida alcoólica pelo menos 12 horas antes da doação e não estar em jejum.

No mais, é só se dirigir a um dos pelo menos 500 serviços de coleta do País, tomando cuidado para não ultrapassar o limite de quatro doações anuais, para os homens, e três doações anuais, para as mulheres.

Muito simples. Simples, mas vital.

Meus sinceros agradecimentos, portanto, a todas as doadoras e a todos os doadores de sangue deste País neste 14 de junho. Que a generosidade de vocês sirva de inspiração a todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Inclusão em Ordem do Dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Concluída a instrução das Mensagens nº's 39 e 43, de 2018, as matérias aguardarão deliberação do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Matéria recebida da Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2018

(nº 1.220/2015, na Câmara dos Deputados)

Altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original
  http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1323397&filename=PL-1220-2015

DESPACHO INICIAL: À CAE.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.

Art. 2º A Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 43-A e 67-A:

"Art. 43-A. A entrega do imóvel em até 180 (cento e oitenta) dias corridos da data estipulada contratualmente como data prevista para conclusão do empreendimento, desde que expressamente pactuado, de forma clara e destacada, não dará causa à resolução do contrato por parte do adquirente nem ensejará o pagamento de qualquer penalidade pelo incorporador.

§ 1º Se a entrega do imóvel ultrapassar o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, desde que o adquirente não tenha dado causa ao atraso, poderá ser promovida por este a resolução do contrato, sem prejuízo da devolução da integralidade de todos os valores pagos e da multa estabelecida, em até 60 (sessenta dias) dias corridos contados da resolução,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

corrigidos nos termos do § 8° do art. 67-A desta Lei.

§ 2° Na hipótese de a entrega do imóvel estender-se por prazo superior àquele previsto no *caput* deste artigo, e não se tratar de resolução do contrato, será devida ao adquirente adimplente, por ocasião da entrega da unidade, indenização de 1% (um por cento) do valor efetivamente pago à incorporadora, para cada mês de atraso, *pro rata die*, corrigido monetariamente conforme índice estipulado em contrato.

§ 3° A multa prevista no § 2° deste artigo, referente a mora no cumprimento da obrigação, em hipótese alguma poderá ser cumulada com a multa estabelecida no § 1° deste artigo, que trata da inexecução total da obrigação."

"Art. 67-A. Em caso de desfazimento do contrato, mediante distrato ou resolução por inadimplemento total de obrigação do adquirente, este fará jus à restituição das quantias que houver pago diretamente ao incorporador, atualizadas com base no índice contratualmente estabelecido para a correção monetária das parcelas do preço do imóvel, delas deduzidas, cumulativamente:

I - a integralidade da comissão de corretagem;

II – a pena convencional, que não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) da quantia paga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

§ 1º Para exigir a pena convencional, não é necessário que o incorporador alegue prejuízo.

§ 2º Em função do período em que teve disponibilizada a unidade imobiliária, responde ainda o adquirente, em caso de resolução ou de distrato, sem prejuízo do disposto no *caput* e no § 1º deste artigo, pelos seguintes valores:

I – quantias correspondentes aos impostos reais incidentes sobre o imóvel;

II – cotas de condomínio e contribuições devidas a associações de moradores;

III - valor correspondente à fruição do imóvel, calculado de acordo com critério pactuado no contrato ou, na falta de estipulação, fixado pelo juiz em valor equivalente ao de aluguel de imóvel do mesmo padrão e localidade do objeto do contrato;

IV - demais encargos incidentes sobre o imóvel e despesas previstas no contrato.

§ 3º Os débitos do adquirente correspondentes às deduções de que trata o § 2º deste artigo poderão ser pagos mediante compensação com a quantia a ser restituída.

§ 4º Quando a incorporação estiver submetida ao regime do patrimônio de afetação de que trata a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, o incorporador restituirá os valores pagos pelo adquirente, deduzidos os valores descritos neste artigo e atualizados com base no índice contratualmente estabelecido para a correção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

monetária das parcelas do preço do imóvel, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o habite-se ou documento equivalente expedido pelo órgão público municipal competente, admitindo-se, nessa hipótese, que a pena referida no inciso II do *caput* deste artigo seja estabelecida até o limite de 50% (cinquenta por cento) da quantia paga.

§ 5º Caso a incorporação não esteja submetida ao regime de patrimônio de afetação de que trata a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e após as deduções a que se referem os parágrafos anteriores, se houver remanescente a ser ressarcido ao adquirente, o pagamento será realizado em parcela única, após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do desfazimento do contrato.

§ 6º Caso ocorra a revenda da unidade antes de transcorrido o prazo a que se referem os §§ 4º ou 5º deste artigo, o valor remanescente devido ao adquirente será pago em até 30 (trinta) dias da revenda.

§ 7º O valor remanescente a ser pago ao adquirente nos termos do § 6º deste artigo deve ser atualizado com base no índice contratualmente estabelecido para a correção monetária das parcelas do preço do imóvel.

§ 8º Não incidirá a cláusula penal contratualmente prevista na hipótese de o adquirente que der causa ao desfazimento do contrato encontrar comprador substituto que o sub-rogue nos direitos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obrigações originalmente assumidos, desde que haja a devida anuência do incorporador e a aprovação dos cadastros e da capacidade financeira e econômica do comprador substituto.

§ 9º Os contratos firmados em estandes de vendas e fora da sede do incorporador permitem ao adquirente o exercício do direito de arrependimento, durante o prazo improrrogável de 7 (sete) dias, com a devolução de todos os valores eventualmente antecipados, inclusive a comissão de corretagem.

§ 10. Caberá ao adquirente demonstrar o exercício tempestivo do direito de arrependimento por meio de carta registrada, com aviso de recebimento, considerada a data da postagem como data inicial da contagem do prazo a que se refere o § 9º deste artigo.

§ 11. Transcorrido o prazo de 7 (sete) dias a que se refere o § 9º deste artigo sem que tenha sido exercido o direito de arrependimento, será observada a irretratabilidade do contrato de incorporação imobiliária, conforme disposto no § 2º do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

§ 12. Poderão as partes, em comum acordo, por meio de instrumento específico de distrato, definir condições diferenciadas das previstas nesta Lei.

§ 13. Nas hipóteses de leilão de imóvel objeto de contrato de compra e venda com pagamento parcelado, com ou sem garantia real, de promessa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compra e venda ou de cessão e de compra e venda com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia, realizado o leilão no contexto de execução judicial ou de procedimento extrajudicial, a restituição far-se-á de acordo com os critérios estabelecidos na respectiva lei especial ou com as normas aplicáveis à execução em geral."

Art. 3º A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 32-A. Em caso de resolução contratual por fato imputado ao adquirente, respeitado o disposto no § 2º deste artigo, deverão ser restituídos os valores pagos por ele, atualizados com base no índice contratualmente estabelecido para a correção monetária das parcelas do preço do imóvel, podendo ser descontados dos valores pagos os seguintes itens:

I - os valores correspondentes à eventual fruição do imóvel, até o limite máximo de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado do lote definido em contrato, cujo prazo será contado a partir da data da transmissão da posse do imóvel ao adquirente até sua restituição ao loteador;

II - o montante devido por cláusula penal e despesas administrativas, inclusive arras ou sinal, limitado a um desconto de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato;

III - os encargos moratórios relativos às prestações pagas em atraso pelo adquirente;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7

IV - os débitos de impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, contribuições condominiais, associativas ou outras de igual natureza que sejam a estas equiparadas e tarifas vinculadas ao lote, bem como tributos, custas e emolumentos incidentes sobre a restituição e/ou rescisão;

V - a comissão de corretagem, desde que integrada ao preço do lote.

§ 1º O pagamento da restituição ocorrerá em até 12 (doze) parcelas mensais, com início após o seguinte prazo de carência:

I - em loteamentos com obras em andamento: no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o prazo previsto em contrato para conclusão das obras;

II - em loteamentos com obras concluídas: no prazo máximo de 12 (doze) meses após a formalização da rescisão contratual.

§ 2º Somente será efetuado registro do contrato de nova venda se for comprovado o início da restituição do valor pago pelo vendedor ao titular do registro cancelado na forma e condições pactuadas no distrato, dispensada essa comprovação nos casos em que o adquirente não for localizado ou não tiver se manifestado, nos termos do art. 32 desta Lei.

§ 3º O procedimento previsto neste artigo não se aplica aos contratos e escrituras de compra e venda de lote sob a modalidade de alienação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fiduciária nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997."

"Art. 34. .....

§ 1º .....

§ 2º No prazo de 60 (sessenta) dias, contado da constituição em mora, fica o loteador, na hipótese do *caput* deste artigo, obrigado a alienar o imóvel mediante leilão judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997."(NR)

"Art. 35. Se ocorrer o cancelamento do registro por inadimplemento do contrato, e tiver sido realizado o pagamento de mais de 1/3 (um terço) do preço ajustado, o oficial do registro de imóveis mencionará esse fato e a quantia paga no ato do cancelamento, e somente será efetuado novo registro relativo ao mesmo lote, mediante apresentação do distrato assinado pelas partes e a comprovação do pagamento da parcela única ou da primeira parcela do montante a ser restituído ao adquirente, na forma do art. 32-A desta Lei, ao titular do registro cancelado, ou mediante depósito em dinheiro à sua disposição no registro de imóveis.

.....

§ 3º A obrigação de comprovação prévia de pagamento da parcela única ou da primeira parcela como condição para efetivação de novo registro, prevista no *caput* deste artigo, poderá ser dispensada se as partes convencionarem de modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diverso e de forma expressa no documento de distrato por elas assinado."(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 4.591, de 16 de Dezembro de 1964 - Lei do Condomínio; Lei de Incorporações; Lei de Incorporações Imobiliárias - 4591/64
http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1964;4591
    - parágrafo 2º do artigo 32
- Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 - Lei do Parcelamento do Solo Urbano; Lei Lehmann; Lei do Parcelamento do Solo; Lei do Parcelamento Urbano; Lei do Loteamento e Parcelamento do Solo - 6766/79
http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1979;6766
- Lei nº 9.514, de 20 de Novembro de 1997 - Lei do Sistema de Financiamento Imobiliário - 9514/97
http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9514
- Lei nº 10.931, de 2 de Agosto de 2004 - LEI-10931-2004-08-02 - 10931/04
http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;10931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem do Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 322, de 2018, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2016, sancionado e convertido na Lei nº 13.676, de 2018.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar dos respectivos autógrafos.

É a seguinte mensagem:

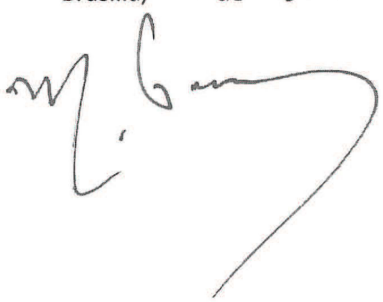
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 322

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelência que acabo de sancionar o projeto de lei que "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, para permitir a defesa oral do pedido de liminar na sessão de julgamento do mandado de segurança". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.676, de 11 de junho de 2018.

Brasília, 11 de junho de 2018.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ofícios do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Invovações e Comunicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Expedientes recebidos de Ministro de Estado:

- Ofício nº 22.958, de 12 de junho de 2018 do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento de Informações nº 821, de 2017, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que visa a instruir Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2015;

- Ofício nº 22.971, de 12 de junho de 2018 do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1008, de 2017, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que visa a instruir Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2017;

- Ofício nº 22.995, de 12 de junho de 2018 do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento de Informações nº 754, de 2017, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que visa a instruir Ofício "S" nº 31, de 2014;

- Ofício nº 23.024, de 12 de junho de 2018 do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.039, de 2017, de autoria do Senador Roberto Rocha.

As respostas foram encaminhadas eletronicamente aos requerentes e disponibilizadas no sítio do Senado Federal.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Os Projetos de Decreto Legislativo e o Ofício "S" retornam à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ofício da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Ofício "S" nº 26, de 2018 (nº 30/2018, na origem), que encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras, realizadas pelo Conselho de Administração.

A matéria vai à CI e à CTFC.

É o seguinte ofício:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S"
Nº 26, DE 2018

Encaminha, em cumprimento do disposto na Lei 13.303/16, art. 23, §2º, combinado com o previsto do Decreto 8.945/16, art. 37, §3º, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras, realizadas pelo Conselho de Administração.

AUTORIA: Petróleo Brasileira S.A. - Petrobrás

DOCUMENTOS:

- Texto do ofício

DESPACHO INICIAL: ÀS CI e CTFC.

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.075861/2018-51
04.02 03.12
(2150/F)

PETROBRAS

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2018

PRESIDENCIA 0030/2018

Excelentíssimo Senhor
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal Anexo 1, 17º andar
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: Análise anual de atendimento das metas e resultados (Lei 13.303/16)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Petróleo Brasileiro S. A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista criada pela Lei 2004/53, com sede na capital do Rio de Janeiro, à Av. República do Chile, 65, inscrita no CNPJ/MF 33.000.167/0001-01, vem pela presente informar ao Congresso Nacional, em cumprimento do disposto na Lei 13.303/16, art. 23, §2º, combinado com o previsto no Decreto 8.945/16, art. 37, § 3º, que o Conselho de Administração desta companhia realizou a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras.

As referidas conclusões encontram-se publicadas no Relato Integrado de 2017, que segue anexo e que também poderá ser acessado em http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/relato-integrado/ .

Sendo o que cabe para este momento, colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos cumprimentos a Vossa Excelência e ao Congresso Nacional.

Atenciosamente,

Ivan de Souza Monteiro
Presidente

Anexo(s): o citado

Presidência do Senado Federal
Recebi o Original
Em: 12/06/18 Hs 15:00
Em mão

Recebido em 12/6/2018
Hora:
Cidelle Gomes Vitor Almeida
Matrícula: 264432 SLSF/SGM

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Av. Henrique Valadares, 28 - 18º andar
CEP 20231 030 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3224-1002 / (21) 3224-1003 / Fax.: (21) 3224-1018

1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SUMÁRIO

3
Mensagem do presidente do Conselho de Administração **03**
Mensagem do presidente da Petrobras **05**

SOBRE O RELATÓRIO
7

MATERIALIDADE
8

SEGURANÇA
9

VISÃO GERAL E MODELO DE NEGÓCIOS
15
Quem somos **16**
Onde estamos **17**
Como geramos valor **18**
Modelo de Negócios **19**

NOSSOS CAPITAIS
20
Humano **21**
Intelectual **27**
Social e de Relacionamento **34**
Natural **43**
Produtivo **50**
Financeiro **54**

CONTEXTO EXTERNO
64

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS
70
Exploração e Produção de Petróleo e Gás **71**
Refino e Gás Natural **78**
Desempenho Financeiro Consolidado **97**

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS
99
Planejamento Estratégico **100**
Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 **103**
Sistema de Gestão: Projeto Evolução **108**

GOVERNANÇA E CONFORMIDADE
109
Governança Corporativa **110**
Ética **117**
Conformidade e Controles Internos **118**

RISCOS E OPORTUNIDADES
122
Gestão de Riscos **123**
Gestão de Crise **125**
Oportunidades **125**

OUTRAS INFORMAÇÕES
127
Anexos **128**
Agradecimento **129**
Glossário **130**
Administração e expediente **132**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



"A forma como fazemos e o impacto que geramos são tão importantes quanto os resultados que alcançamos."

\dministração

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Mensagem do Presidente da Petrobras

Rep
ava
nos
apr
que
(ant
infc
soc
e cc
201

E a
Inte

"Estamos pavimentando uma trajetória consistente para a sustentabilidade da nossa companhia"

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

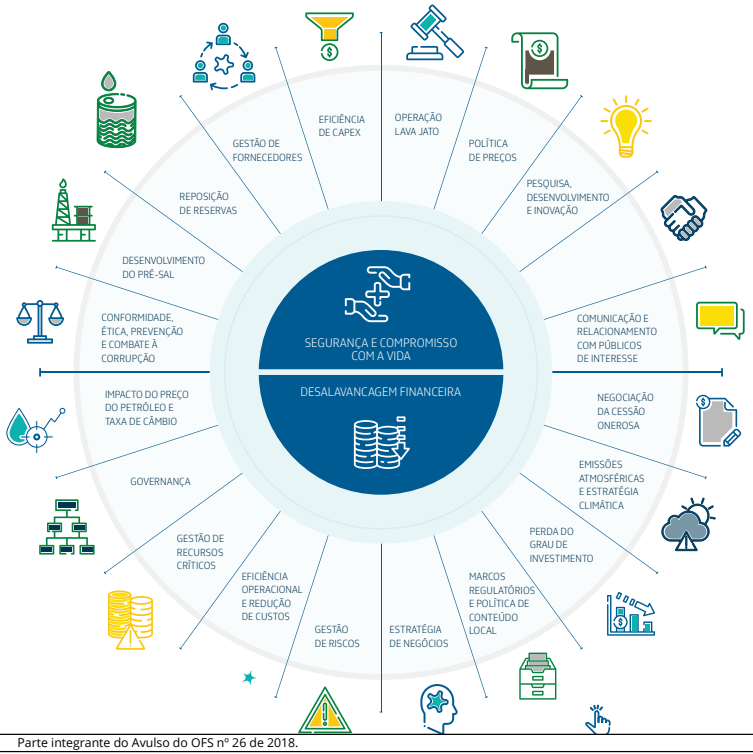
AVISO AO LEITOR

Antes de começar a leitura do Relatório Anual 2017 conheça as funcionalidades de navegação

Sumário
Retornar a última página visitada
Página anterior
Próxima página
Conteúdo adicional no Relatório
Conteúdo adicional em nosso site
Modelo de Negócios
Materialidade

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Os temas segurança, Compromisso com a Vida e desalavancagem financeira estão no topo da lista de temas materiais, em alinhamento ao nosso Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

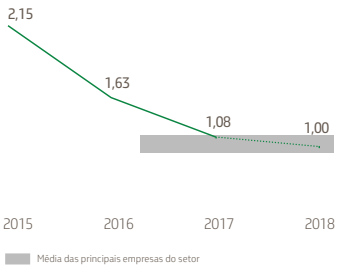


SEGURANÇA

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TAXA DE ACIDENTADOS REGISTRÁVEIS – TAR



19
Macroações
>65
Ações

30
Ações de segurança

21
Ações de meio ambiente

14
Ações de saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA COMPROMISSO COM A VIDA

Aprendizado com a experiência

Entendimento de perigos e riscos

Comprometimento com segurança

Gestão de riscos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES PELA ALTA ADMINISTRAÇÃO



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TREINAMENTOS DE SEGURANÇA



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO DE SMS

ACIDENTES FATAIS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

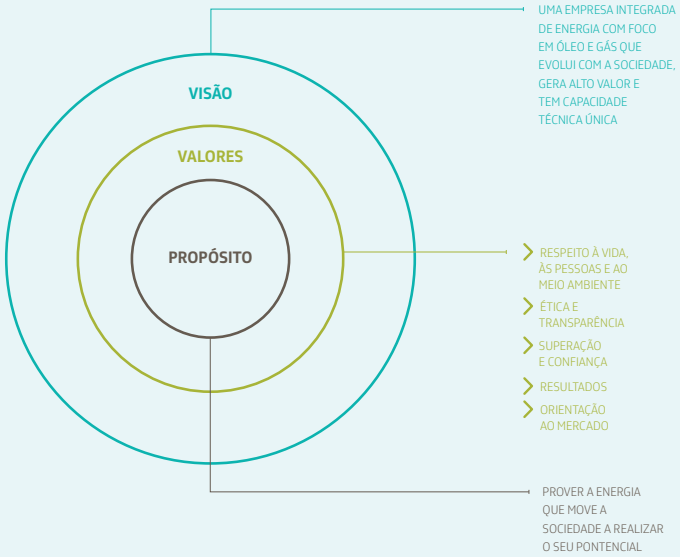


VISÃO GERAL E MODELO DE NEGÓCIOS

Quem somos **16**
Onde estamos **17**
Como geramos valor **18**

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Onde estamos

Líderes da indústria petrolífera no Brasil, também mantemos atividades na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, nos Estados Unidos, no México, na Nigéria, no Paraguai e no Uruguai.

PRINCIPAIS ATIVOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO E REFINO



1 REMAN (ISAAC SABBÁ)
2 LUBNOR (REFINARIA LUBRIFICANTES E DERIVADOS DO NORDESTE)
3 RPCC (POTIGUAR CLARA CAMARÃO)
4 RNEST (ABREU E LIMA)
5 RLAM (LANDULPHO ALVES)
6 REGAP (GABRIEL PASSOS)
7 REDUC (DUQUE DE CAXIAS)
8 RPBC (PRES. BERNARDES)
REVAP (HENRIQUE LAGE)
REPLAN (PAULÍNIA)
RECAP (CAPUAVA)
9 REPAR (PRES. GETÚLIO VARGAS)
SIX (UNIDADE DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO XISTO)
10 REFAP



Página 19 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nosso capital humano é composto por nossos empregados atuando com segurança, capacidade técnica, competência e experiência, ética, responsabilidade e conformidade.

Nosso capital intelectual é composto pela nossa reconhecida capacidade técnica, de desenvolvimento de novas tecnologias e propriedade intelectual.

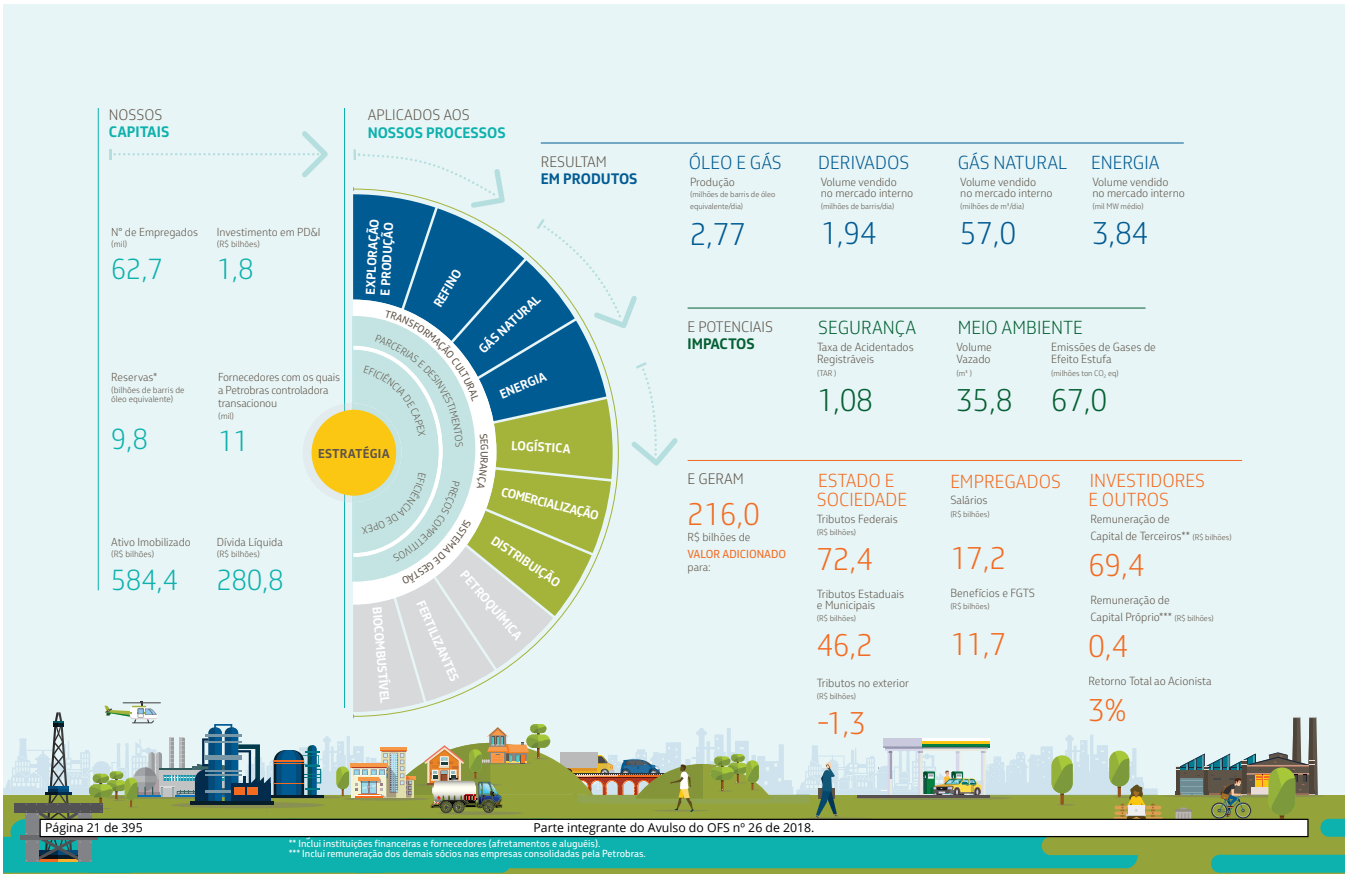
Nosso capital social e de relacionamento é formado pelas interações com nossos públicos de interesse. Estas interações são fortalecidas por meio de nossos canais de diálogo, nossos investimentos sociais e nossas iniciativas de gestão de marca e reputação, que buscam estreitar os vínculos de confiança com a sociedade.

Nosso capital natural é composto pelos recursos ambientais renováveis e não renováveis utilizados em nosso processo produtivo ou impactados por esse, com destaque para as nossas reservas de óleo e gás, além de recursos hídricos, ecossistemas e biodiversidade.

Nosso capital produtivo é composto pelas unidades industriais e por toda a infraestrutura que utilizamos em nossa atividade produtiva, com destaque para plataformas, refinarias e ativos logísticos.

Nosso capital financeiro é composto pelos recursos financeiros disponíveis, sejam estes próprios ou de terceiros, alocados para nossa atividade produtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



** Inclui instituições financeiras e fornecedores (afretamentos e aluguéis).
*** Inclui remuneração dos demais sócios nas empresas consolidadas pela Petrobras.

Página 21 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



NOSSOS CAPITAIS

Humano
21
Intelectual
27
Social e de Relacionamento
34
Natural
43
Produtivo
50
Financeiro
54

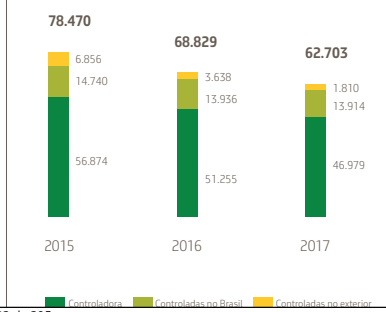
Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

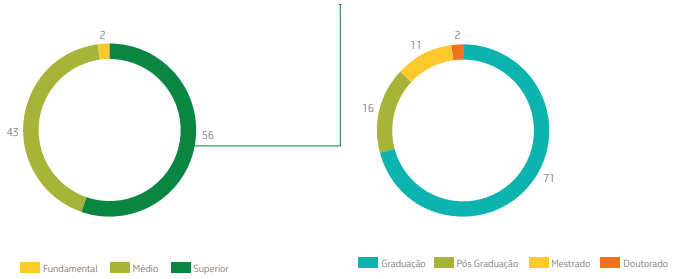
Capital Humano

Nosso capital humano é composto por nossos empregados atuando com segurança, capacidade técnica, competência e experiência, ética, responsabilidade e conformidade.

TOTAL DE EMPREGADOS DO SISTEMA PETROBRAS



ESCOLARIDADE DOS EMPREGADOS DA PETROBRAS CONTROLADORA (%)

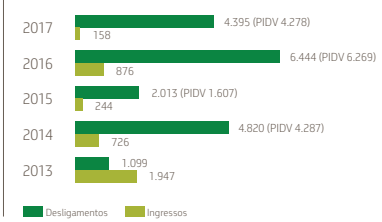


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

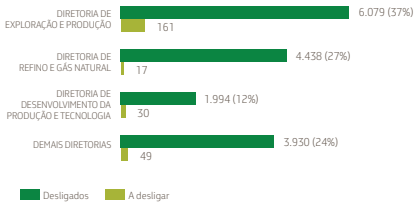
00100.080581/2018-64

ADEQUAÇÃO DO EFETIVO

ROTATIVIDADE Petrobras controladora

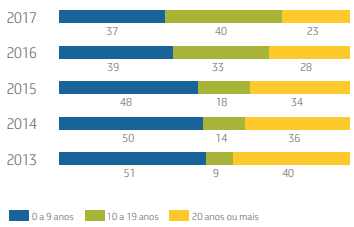


PIDV 2014 e 2016



Os desligamentos por meio dos PIDVs alteraram a distribuição das faixas por tempo de companhia, bem como a pirâmide etária, criando um perfil profissional mais balanceado. Esse novo perfil é importante para o nosso crescimento em termos de recursos pessoais e de gestão do conhecimento.

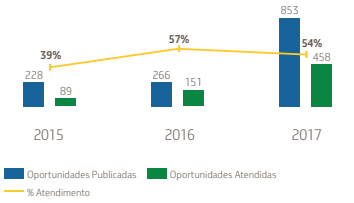
TEMPO DE COMPANHIA Petrobras controladora (%)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OUTRAS INICIATIVAS DE GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

PROGRAMA MOBILIZA (OPORTUNIDADES PUBLICADAS X ATENDIDAS)



Progressão na carreira

RESULTADO DA PESQUISA DE AMBIÊNCIA

RESULTADO DO ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS EMPREGADOS* (% FAVORABILIDADE)



* 2015 e 2017 não houve pesquisa de ambiência. Pesquisa de 2016 realizada no início de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Sucessão gerencial:

Transformação cultural:

Regimes de trabalho:

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

REPACTUAÇÃO DO PLANO PETROS

O Plano Petros do Sistema Petrobras está passando por um processo de equacionamento em função do déficit de R$ 27,3 bilhões (valor apurado em dezembro de 2017). O equacionamento será feito ao longo de 18 anos e deve ser feito por todos os participantes – ativos, aposentados e pensionistas – e também pelas patrocinadoras – Petrobras, Petrobras Distribuidora e Petros –, na mesma proporção das contribuições normais realizadas no período de 2013 a 2015, conforme determinado na legislação.

A parcela da Petrobras para o primeiro ano é estimada em R$ 1,4 bilhão e é decrescente ao longo dos anos. Esse valor já está provisionado em nossas demonstrações financeiras.

Nesse momento existem discussões judiciais sobre o assunto que estão sendo conduzidas pela Fundação Petros de Seguridade Social e acompanhadas pela Petrobras.

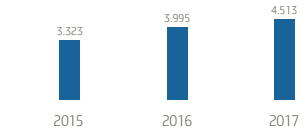
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SEGURANÇA E SAÚDE

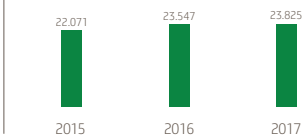


CONTENCIOSO TRABALHISTA

CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS PROVISIONADAS
(R$ MILHÕES)



CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS NÃO PROVISIONADAS
(R$ MILHÕES)



Página 28 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

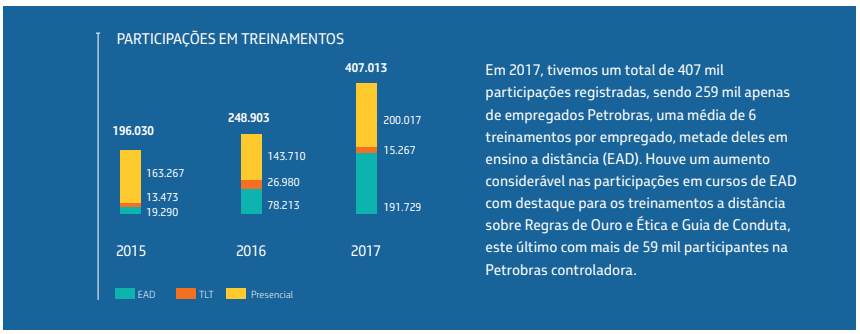
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Capital Intelectual

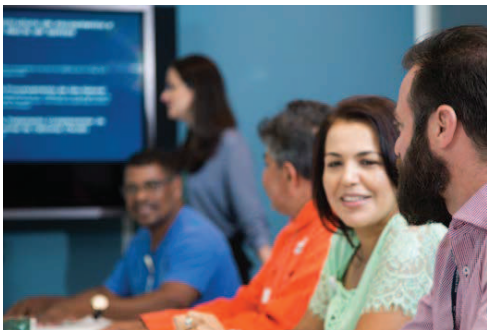
Nosso capital intelectual é composto pela nossa reconhecida capacidade técnica, de desenvolvimento de novas tecnologias e propriedade intelectual.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Em 2017, tivemos um total de 407 mil participações registradas, sendo 259 mil apenas de empregados Petrobras, uma média de 6 treinamentos por empregado, metade deles em ensino a distância (EAD). Houve um aumento considerável nas participações em cursos de EAD com destaque para os treinamentos a distância sobre Regras de Ouro e Ética e Guia de Conduta, este último com mais de 59 mil participantes na Petrobras controladora.





ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONECTE

É a nossa rede de colaboração com o objetivo de estimular o compartilhamento de informações e conhecimentos por meio da criação de comunidades que possibilitam a organização de trabalho em equipes ou a estruturação de projetos.

Mais de **2 milhões** de acessos por cerca de **47 mil pessoas**

COMUNIDADES DE PRÁTICAS

Abordagem organizacional que consiste na formação de grupos de uma mesma área de conhecimento que se reúnem presencialmente ou virtualmente para compartilhar experiências, ideias, práticas e lições aprendidas para a solução de problemas.

23 Comunidades de práticas ativas, com participação de **11.350 empregados**

PROGRAMA MENTOR PETROBRAS

A mentoria é uma relação estruturada de desenvolvimento entre um empregado com mais experiência na empresa e outro menos experiente, com foco no compartilhamento do "conhecimento Petrobras", ou seja, de competências técnicas, cultura, valores e das redes de relacionamento.

26 empregados envolvidos

INVENTÁRIO DO CONHECIMENTO

Ferramenta que permite ao empregado identificar e registrar as atividades e conhecimentos relevantes para promover o compartilhamento do conhecimento.

3.692 inventários

90% realizados no âmbito do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV, sendo um requisito obrigatório do programa

SISTEMA INTEGRADO DE PROCESSOS E PADRONIZAÇÃO (SINPEP)

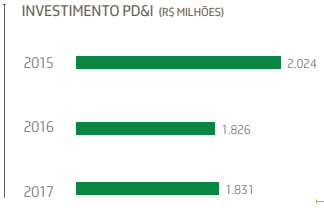
O SINPEP tem por objetivo divulgar nossas políticas, diretrizes e procedimentos, além de fornecer aos empregados um mecanismo de consulta e gerenciamento dos cerca de 38 mil padrões em um sistema único, que apresenta todos os padrões associados aos nossos processos, incluindo nossas políticas.

40 macroprocessos e aproximadamente **1.750 processos mapeados**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO & INOVAÇÃO



Em 2017, mantivemos o mesmo patamar de investimentos de 2016.

TECNOLOGIAS E GANHOS

A partir dos focos tecnológicos, que representam as nossas escolhas estratégicas na vertente tecnologia, é constituída a carteira de projetos de PD&I.

Focos Tecnológicos 2017

- Segurança de processo, integridade e confiabilidade das instalações e equipamentos
- Proteção de valor da companhia nas questões ambientais e sociais
- Abertura de novas fronteiras exploratórias
- Redução do risco das decisões de investimento associado à incerteza de reservatório
- Aumento do fator de recuperação de reservatórios
- Redução do preço de equilíbrio de petróleo e do custo operacional
- Descomissionamento de ativos
- Flexibilidade da cadeia produtiva no *downstream*
- Agregação de valor aos produtos do *downstream*
- Otimização de processos produtivos e uso eficiente de energia
- Integração e otimização da cadeia logística
- Transição para matriz de baixo carbono

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E RESULTADOS

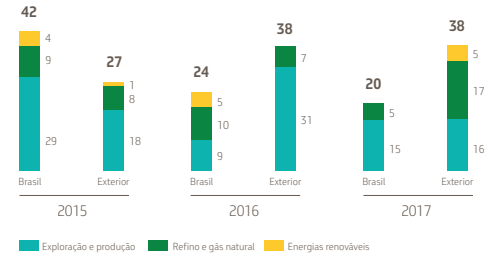
PROJETO	IMPACTO	VALOR AGREGADO
Aplicação do Programa Ícaro	Otimização de injeção de água no Campo de Albacora Leste	Incorporação de **6,56 milhões de barris de óleo equivalente adicionais** às reservas deste campo
Equipamento para avaliação de produtos químicos	Identificação dos produtos que causavam obstrução em umbilicais	Ganho estimado de **US$ 30 milhões**
Bombeio multifásico (bombeamento simultâneo de líquidos e gases)	Aumento de 30% na produção de petróleo de um campo terrestre maduro	Ganhos de **R$ 10 milhões por ano**
Novo inibidor de incrustação	Controle de incrustação nos permutadores de calor do FPSO Cidade de Angra dos Reis, no pré-sal	Ganhos de **U$ 95 milhões por ano**
Injeção de água sem remoção de sulfato na P-58	Aumento de 30% na eficiência operacional na plataforma P-58 pela injeção de água não tratada	**5,5 milhões de barris de óleo adicionais**
Tecnologia de Boca de Sino *Diverless* (BSDL)	Redução da atuação de mergulhadores na interligação de poços	Ganho de **US$ 3,2 milhões** por FPSO
Captador de água de resfriamento feito de mangotes de alívio	Alternativa a tubulações rígidas importadas	Economia de **R$ 4,5 milhões** na P-25
Aplicação do *software Core* (Cronograma de óleos e recursos)	Otimização da gestão de sondas para os campos de Libra e Libra 2	Economia potencial de **R$ 3 milhões**
Sistema Perola, ferramenta para inspeção interna de dutos	Identificação, através de laser, de corrosões internas e alterações na espessura ou geometria de dutos	Redução de custos de **R$ 260 mil** pela aplicação em um forno reformador
Aperfeiçoamento na análise da integridade estrutural de tubulações metálicas, permitindo a revalidação de reparos	Prolongamento do tempo de uso das tubulações metálicas da plataforma PCE-1 por mais três anos, com possibilidade de nova revalidação em 2020	Economia de **R$ 2 milhões**
Revisão dos modelos das ferramentas de planejamento de refino	Melhores decisões de alocação de petróleo	Aumento de receita de **US$ 23 milhões por ano**
Redução nas instabilidades dos escoamentos nas unidades de hidrotratamento	Redução de perdas econômicas devido a limitações de vazão e da qualidade da carga	Estimativa de ganhos de **R$160 milhões por ano**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

PROPRIEDADE INTELECTUAL

DEPÓSITOS DE PATENTES NO BRASIL E NO EXTERIOR



Até o fim de 2017, contamos com um total de 966 patentes ativas no Brasil e 1.712 patentes ativas no exterior.



PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Capital Social e de Relacionamento

Nosso capital social e de relacionamento é formado pelas interações com nossos públicos de interesse. Estas interações são fortalecidas por meio de nossos canais de diálogo, nossos investimentos sociais e nossas iniciativas de gestão de marca e reputação, que buscam estreitar os vínculos de confiança com a sociedade.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INVESTIDORES

CLIENTES

REVENDEDORES

CONSUMIDORES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

FORNECEDORES

PODER PÚBLICO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

PAGAMENTO DE TRIBUTOS[1] (R$ BILHÕES)

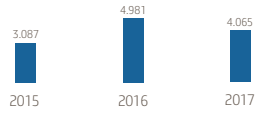
	2015	2016	2017
TRIBUTOS PRÓPRIOS E RETIDOS POR TERCEIROS			
ICMS	40,0	37,3	35,0
PIS/Cofins	23,6	20,9	27,4
Royalties	11,3	9,7	12,4
Participação especial	9,0	4,5	11,0
Cide	3,3	5,1	4,6
Contribuições previdenciárias	4,3	4,6	4,2
Outros impostos e contribuições	7,0	3,8	6,8
TOTAL	**98,5**	**85,9**	**101,4**
TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS			
ICMS substituição tributária	23,3	28,2	28,4
Retenções Lei nº 10.833	6,5	5,9	5,4
Outros impostos e contribuições	6,1	5,6	4,9
TOTAL	**35,9**	**39,7**	**38,7**
TOTAL DE TRIBUTOS PAGOS NO PAÍS	**134,4**	**125,6**	**140,0**

[1] Tributos pagos pela Petrobras controladora, em regime de caixa. O valor adicionado distribuído para o Estado e sociedade, de R$ 117,3 bilhões, apresentado em nosso Modelo de Negócios, considera as obrigações tributárias anuais do Sistema Petrobras no regime de competência.

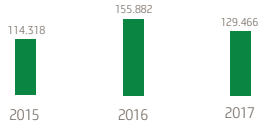
União Federal (incluindo Participações Governamentais): **R$ 75,7 bilhões**
Estados: **R$ 63,4 bilhões**
Municípios: **R$ 0,9 bilhão**

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

CONTINGÊNCIAS FISCAIS PROVISIONADAS (R$ MILHÕES)



CONTINGÊNCIAS FISCAIS NÃO PROVISIONADAS (R$ MILHÕES)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARCEIROS

Statoil

Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC)
e CNODC (subsidiária da CNPC)

Exxon Mobil

Total

British Petroleum (BP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONCORRENTES

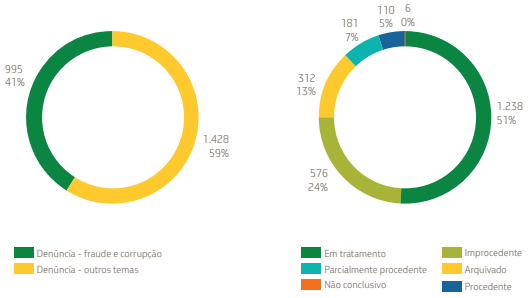


Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OUVIDORIA

DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2017



INVESTIMENTO CULTURAL, ESPORTIVO E SOCIOAMBIENTAL

INVESTIMENTO CULTURAL, ESPORTIVO E SOCIOAMBIENTAL (R$ MILHÕES)



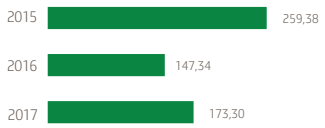
Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

PUBLICIDADE

GASTOS COM PUBLICIDADE[1] (R$ MILHÕES)



[1] Dados referentes a valores de publicidade veiculada em cada um dos anos, contemplando compra de espaços de mídia e produção de materiais publicitários.



REPOSICIONAMENTO DA MARCA

Em 2017, reposicionamos a nossa marca e reformulamos as bases do relacionamento com os públicos de interesse, considerando nosso Planejamento Estratégico e a crise de imagem e reputação que enfrentamos desde 2014.

O novo posicionamento de marca tem como base o nosso atributo diferenciador, reconhecidamente resiliente em pesquisas de imagem e reputação: nossa capacidade técnica única. Ela é representada pela competência e pelo *expertise* do nosso corpo técnico e pelas tecnologias desenvolvidas pela companhia.

O reposicionamento da marca tem sido realizado por meio de campanhas publicitárias, presença nas mídias digitais e divulgações para nossa força de trabalho.

Adicionalmente, para reforçar a transparência e auxiliar na recuperação da nossa imagem e reputação com os públicos de interesse, foram criados dois ambientes digitais específicos:

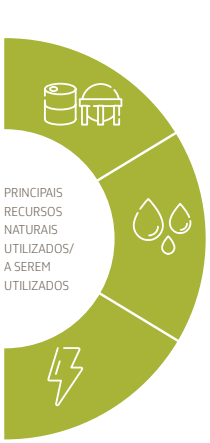
- **https://seguindoemfrente.hotsitespetrobras.com.br**, para informar a sociedade sobre as medidas de gestão e governança adotadas pela companhia.
- **http://transparencia.petrobras.com.br**, para a divulgação de dados institucionais relevantes.

Página 44 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Capital Natural

O capital natural é composto pelos recursos ambientais renováveis e não renováveis utilizados em nosso processo produtivo ou impactados por esse, com destaque para as nossas reservas de óleo e gás, além de recursos hídricos, ecossistemas e biodiversidade.



RESERVAS DE PETRÓLEO, CONDENSADO E GÁS NATURAL*
9,672 bilhões boe em 2016
9,752 bilhões boe em 2017

ÁGUA
191,6 milhões m³ em 2016
177,7 milhões m³ em 2017

ENERGIA
899.487 TJ em 2016
947.645 TJ em 2017

PRINCIPAIS IMPACTOS

EMISSÕES
66,5 milhões ton CO_2 eq em 2016
67,0 milhões ton CO_2 eq em 2017

BIODIVERSIDADE E ECOSSISTEMAS
eventos com impacto confirmado ou provável à fauna, flora ou habitat
43 eventos em 2016
20 eventos em 2017

RESÍDUOS sólidos perigosos gerados nos processos industriais
132 mil ton em 2016
113 mil ton em 2017

EFLUENTES
281,8 milhões m³ em 2016
293,2 milhões m³ em 2017

VAZAMENTOS
51,9 m³ em 2016
35,8 m³ em 2017

* Segundo critério SEC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

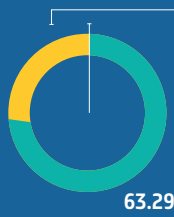
00100.080581/2018-64

RECURSOS UTILIZADOS/A SEREM UTILIZADOS

Considerando exclusivamente os direitos da Petrobras, podemos explorar e produzir petróleo e gás no Brasil em uma **área de 63.290 km²**.

TERRA
31,5%
da área total

MAR
68,5%
da área total

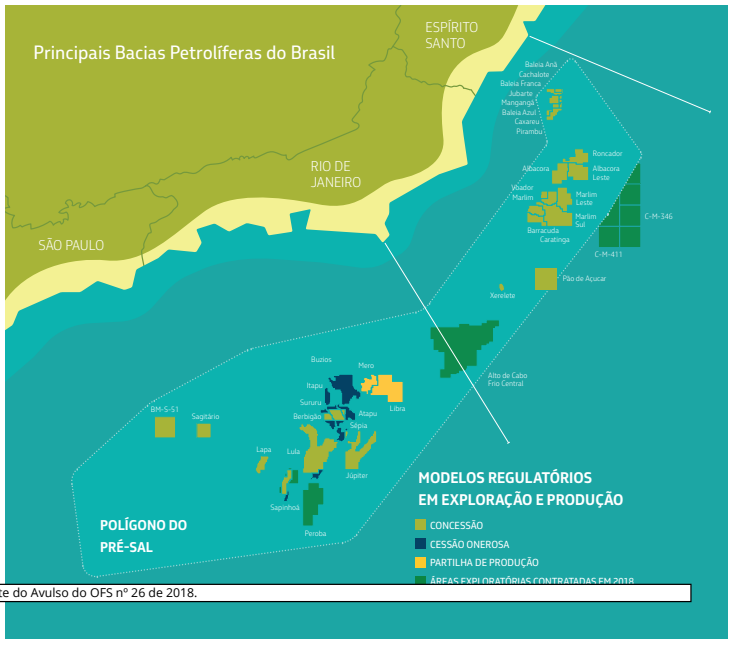


29,1%
ÁREAS DESENVOLVIDAS

70,9%
ÁREAS A SEREM DESENVOLVIDAS
(em fase exploratória)

63.290 km²

Polígono do Pré-sal
O polígono do pré-sal, região na qual novas áreas exploratórias só podem ser outorgadas no regime de partilha de produção, **ocupa uma área de aproximadamente 149 mil km²** (36,8 milhões de acres), nos quais temos **direitos de produção sobre 14% da área total** (**cerca de 21 mil km²**



 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DA CESSÃO ONEROSA

O Contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a Petrobras e a União Federal e regido pela Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, regula a transferência, para a Petrobras, dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas específicas do pré-sal. Tal contrato estabelece cláusulas tais como:

- volume que se pode extrair dessas áreas, até o limite de cinco bilhões de barris de óleo equivalente;
- preço pago pelo Contrato de Cessão Onerosa;
- prazo de vigência do contrato e percentuais de conteúdo local;
- disposições que preveem uma revisão posterior dos seguintes itens: valor, volume máximo, prazo de vigência e percentuais de conteúdo local.

A Petrobras já declarou comercialidade em campos de todos os seis blocos previstos no contrato: Franco (Búzios), Florim (Itapu), Nordeste de Tupi (Sépia), Entorno de Iara (Norte de Berbigão, Sul de Berbigão, Norte de Sururu, Sul de Sururu, Atapu), Sul de Guará (Sul de Sapinhoá) e Sul de Tupi (Sul de Lula).

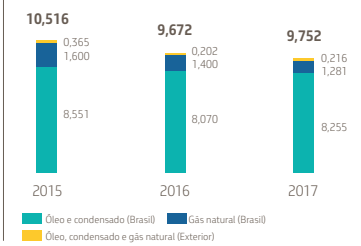
Em novembro de 2017 constituímos uma comissão interna, que é responsável pela negociação da revisão do Contrato de Cessão Onerosa com representantes da União Federal. Em janeiro de 2018 o governo instituiu por meio da Portaria Interministerial nº 15/2018, uma Comissão Interministerial com representantes dos Ministérios de Minas e Energia, da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com a finalidade de concluir os termos da revisão do contrato, no prazo de até 60 dias, prorrogáveis por igual período. O processo de revisão é acompanhado pelo nosso Comitê de Minoritários.

Caso a revisão conclua que os direitos adquiridos alcançam um valor menor do que o inicialmente pago pela Petrobras, a União reembolsará a diferença, em moeda corrente, títulos ou outro meio de pagamento. Se a revisão concluir que os direitos adquiridos resultam em um valor maior do que o inicialmente pago, a companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RESERVAS PROVADAS (BILHÃO BOE)



VARIAÇÃO NAS RESERVAS PROVADAS

(BILHÃO DE BOE)

COMPOSIÇÃO DAS RESERVAS PROVADAS	
a) Reservas Provadas em dezembro de 2016	9,672
b) Apropriações em 2017	1,000
c) Produção do ano de 2017 [1]	-0,920
d) Variação anual (b+c)	0,080
e) Reservas Provadas em dezembro de 2017 (a+d)	**9,752**

[1] Esse volume inclui o volume produzido pelo xisto e não considera a produção dos Testes de Longa Duração (TLD) em blocos exploratórios no Brasil, dado que se referem a áreas exploratórias, sem declaração de comercialidade, portanto ainda sem reservas associadas. Também não considera a produção da Bolívia, uma vez que, de acordo com o artigo 357 da Constituição boliviana (promulgada em 7 de fevereiro de 2009), as reservas não podem ser registradas pelo concessionário.

ÍNDICES DE RESERVAS

ÍNDICE DE REPOSIÇÃO DE RESERVAS (IRR)
109%

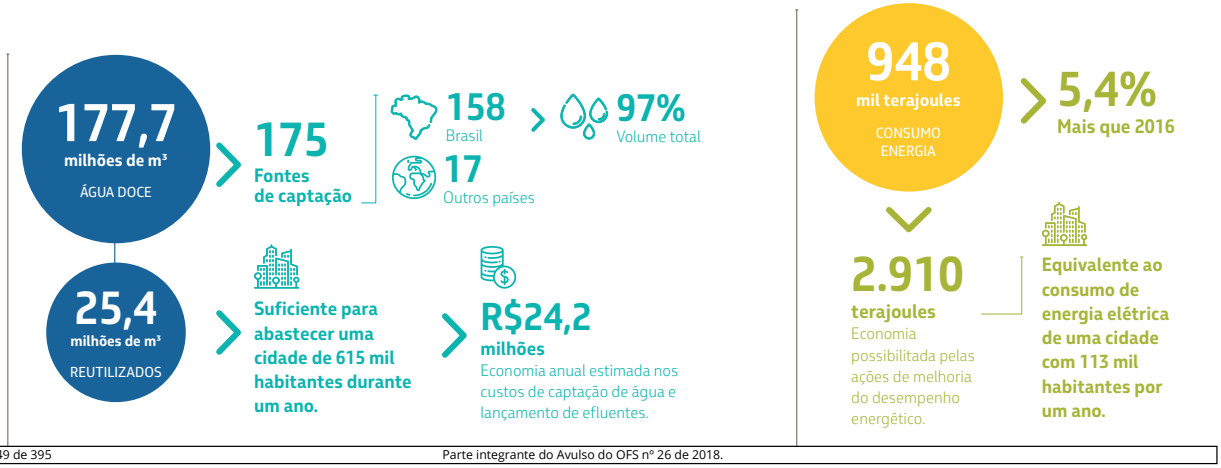
ÍNDICE DE RESERVA/PRODUÇÃO (R/P)
10,6 anos

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO (ID)
53%

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PRINCIPAIS IMPACTOS

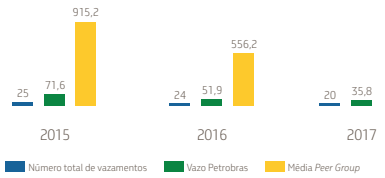
EMISSÃO DE GEE (MILHÕES DE TONELADAS DE CO_2EQ)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

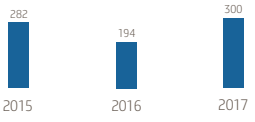
CONTENCIOSO AMBIENTAL

VAZO – VOLUME VAZADO DE PETRÓLEO OU DERIVADOS (m³)

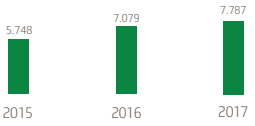


Notas:
a) São computados os vazamentos de volumes superiores a um barril (0,159 m³) que atingiram o meio ambiente.
b) O total de 35,8 m³ equivale a cerca de 225,4 barris.
c) Média *peer group*: dados de volumes vazados extraídos de relatórios de sustentabilidade ou similares publicados pelas empresas que compõem o *peer group* da Petrobras. Até o fechamento deste relatório, não haviam sido divulgados todos os dados a respeito de volumes vazados pelas empresas do *peer group*.

CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS PROVISIONADAS
(R$ MILHÕES)



CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS NÃO PROVISIONADAS
(R$ MILHÕES)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Capital Produtivo

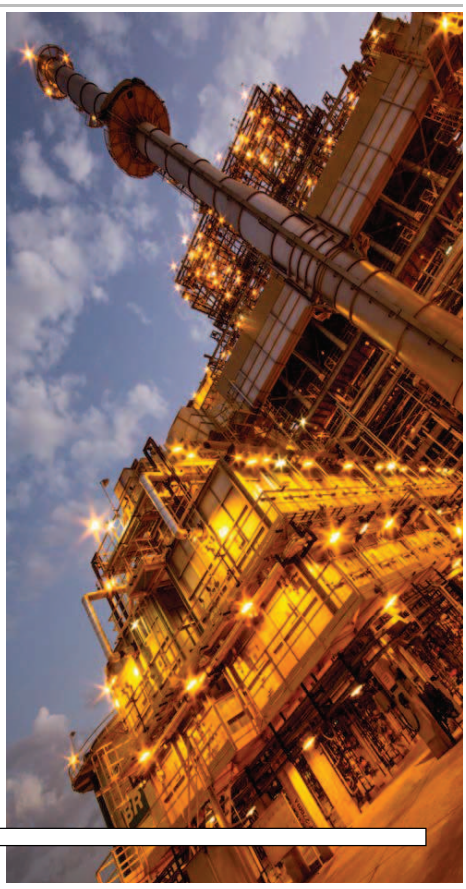
Nosso capital produtivo é composto pelas unidades industriais e por toda a infraestrutura que utilizamos em nossa atividade produtiva, com destaque para plataformas, refinarias e ativos logísticos.

	2015	2016	2017
EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO			
Poços produtores (óleo e gás natural) [1]	10.160	10.045	**7.888**
Sondas flutuantes	45	34	**30**
Plataformas operadas em produção	123	124	**120**
TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO			
Oleodutos (km)	7.517	7.719	**7.719**
Gasodutos de transporte (km)	9.190	9.190	**9.190**
Frota de navios (próprios e afretados) [2]	55	56	**55**
Terminais [2]	49	47	**47**
REFINO			
Refinarias	13	13	**13**
Capacidade nominal instalada (mil barris por dia – bpd)	2.176	2.176	**2.176**
DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL			
Número de postos de serviços	8.176	8.176	**8.277**
Número de bases de distribuição	86	85	**83**
GÁS NATURAL			
Unidades de processamento	23	22	**23**
Brasil	20	20	**20**
Bolívia	3	2	**3**
Capacidade de processamento (milhões m³/dia)	144,80	147,97	**150,80**
Brasil	100,75	106,75	**106,75**
Bolívia	44,05	41,22	**44,05**
Terminais de regaseificação	3	3	**3**
Capacidade de regaseificação (milhões m³/dia) [3]	41	41	**41**

	2015	2016	2017
ENERGIA			
Número de usinas termelétricas	20	20	**20**
Capacidade instalada (mil MW)	6,1	6,1	**6,1**
PETROQUÍMICA			
Participação em empresas	5	5	**5**
Subsidiárias integrais	2	2	**2**
FERTILIZANTES			
Fábricas de fertilizantes	3	3	**3**
Capacidade de produção de ureia (mil ton/ano)	1.852	1.852	**1.852**
Capacidade de produção de amônia (mil ton/ano)	1.406	1.406	**1.406**
BIOCOMBUSTÍVEIS			
Unidades de produção de biodiesel	6	5	**5**
Capacidade de produção de biodiesel (mil m³/ano)	886,4 [4]	902,8 [5]	**1.054** [5]

[1] Inclui informações do exterior, correspondentes à parcela da Petrobras em empresas coligadas.
[2] Inclui apenas os navios e terminais da Transpetro.
[3] A partir de julho de 2017, em face da devolução do navio Golar Spirit, a regaseificação passou a ser feita através de dois navios.
[4] Inclui a unidade de Guamaré.
[5] Inclui a capacidade de Quixadá, que está hibernada.

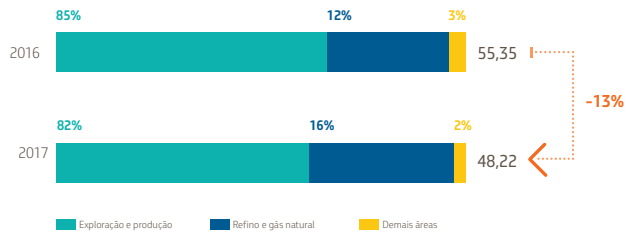
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INVESTIMENTOS

COMPARATIVO DE INVESTIMENTOS TOTAIS (R$ BILHÕES)





Investimentos de **exploração e produção**

R$ 39,65 bilhões

- Desenvolvimento da produção de novos campos de petróleo, prioritariamente no polo pré-sal da Bacia de Santos
- Manutenção da produção em campos antigos
- Atividades exploratórias
- Melhoria da eficiência operacional



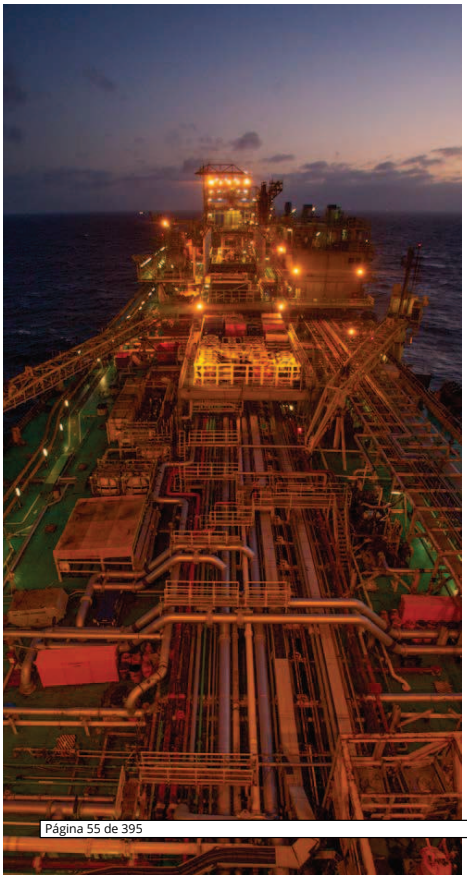
Investimentos de **refino e gás natural**

R$ 7,81 bilhões

- Construção e a ampliação da capacidade de gasodutos e unidades de processamento de gás natural, para atendimento à produção do polo pré-sal da Bacia de Santos
- Manutenção do parque de refino

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



IMPAIRMENT

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

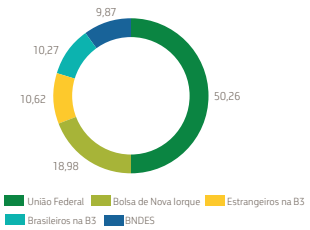
00100.080581/2018-64

Capital Financeiro

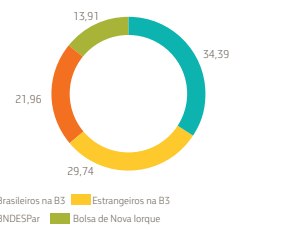
Nosso capital financeiro é composto pelos recursos financeiros disponíveis, sejam estes próprios ou de terceiros, alocados para nossa atividade produtiva.

AÇÕES

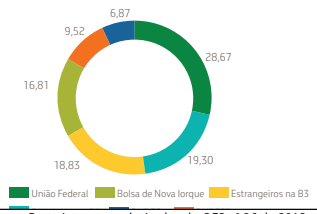
CAPITAL VOTANTE – AÇÕES ORDINÁRIAS (%)



CAPITAL NÃO VOTANTE – AÇÕES PREFERENCIAIS (%)



CAPITAL SOCIAL (%)



O bloco de controle, composto pela União Federal, BNDES, BNDESPar, Caixa Econômica Federal e Fundo de Participação Social detém 63,60% das nossas ações com direito a voto.

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DESEMPENHO DAS AÇÕES DESDE 2015



-0,18%/R$ 16,91

+8,27%/R$ 16,10

+3,18% / R$ 216 Bilhões

+26,86%

DESEMPENHO DOS RECIBOS DESDE 2015



+1,78%/US$ 10,29

+11,58%/US$ 9,83

+1,43% / US$ 66 bilhões

+5,70%

+13,88%

Em janeiro de 2018 o valor das nossas ações ultrapassou nosso valor patrimonial, marca que não era atingida desde janeiro de 2012.

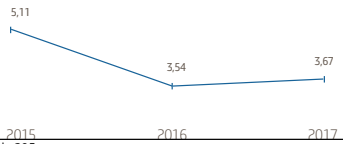
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DÍVIDA

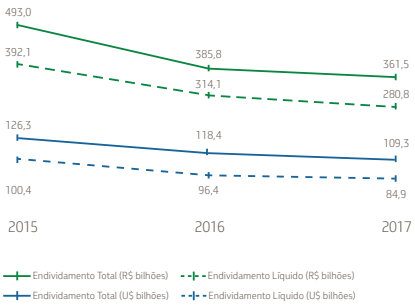
REDUÇÃO DA
ALAVANCAGEM
DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA AJUSTADO

DE **5,1** EM 2015 > PARA **2,5** ATÉ 2018

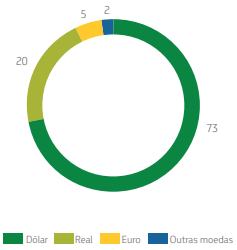
ÍNDICE DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA AJUSTADO (x)



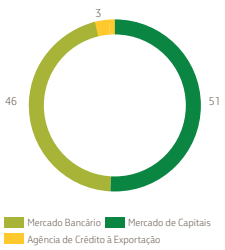
ENDIVIDAMENTO



PERFIL DA DÍVIDA – POR MOEDA (%)



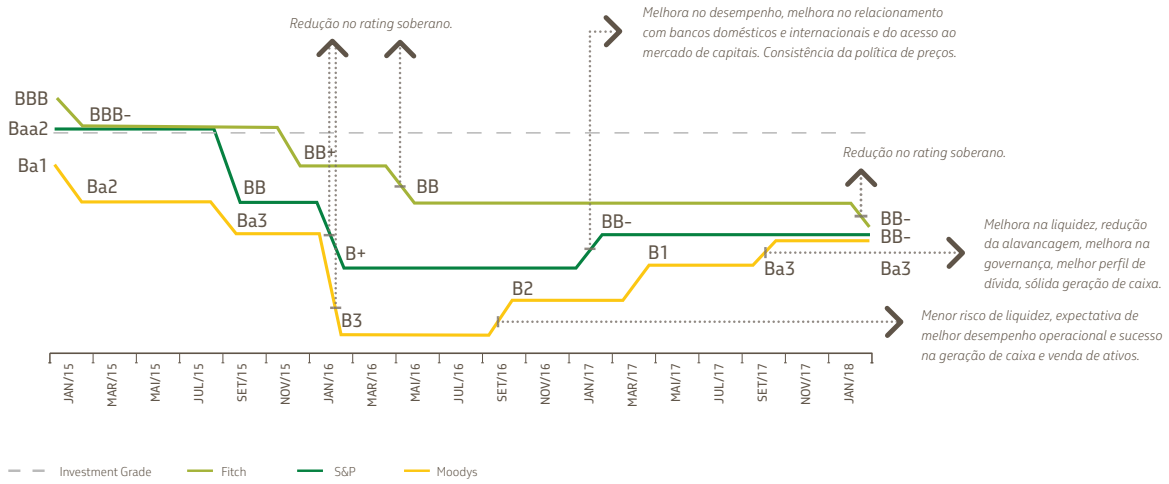
PERFIL DA DÍVIDA – POR CATEGORIA (%)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	2015	2016	2017
Taxa média dos financiamentos (% a.a.)	6,3	6,2	6,1
Prazo médio de vencimento (em anos)	7,14	7,46	8,62
Alavancagem (%)	60	55	51

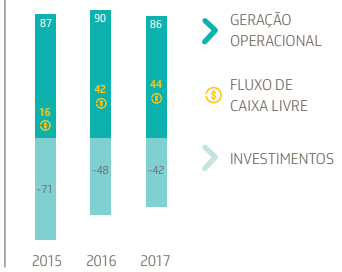
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

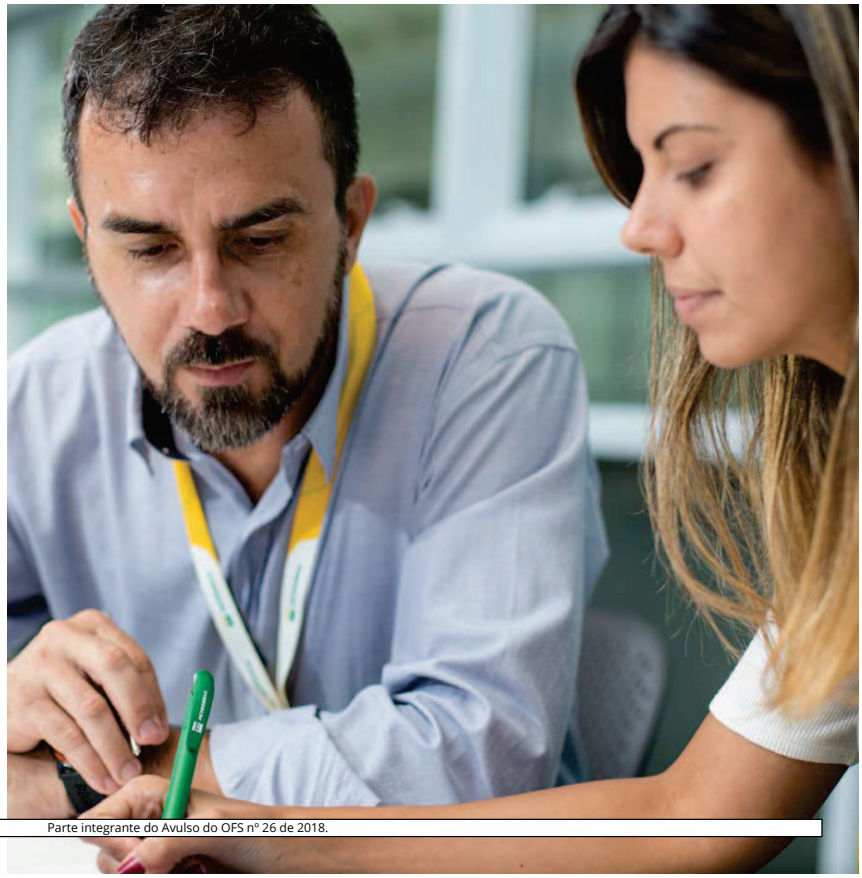


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA LIVRE (R$ BILHÃO)





Página 61 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARCERIAS E DESINVESTIMENTOS

DIVULGAÇÃO DA OPORTUNIDADE (*TEASER*)	Etapa em que é tornada pública a intenção do desinvestimento e os potenciais interessados são convidados a participar do processo competitivo.
INÍCIO DA FASE NÃO VINCULANTE (QUANDO FOR O CASO)	Etapa opcional, realizada para identificar e selecionar os participantes realmente interessados na aquisição que enxergaram maior valor nos ativos/empresas em desinvestimento.
INÍCIO DA FASE VINCULANTE	Etapa em que ocorre a competição para seleção da melhor oferta por parte dos potenciais interessados, de modo a maximizar o valor das vendas.
CONCESSÃO DE EXCLUSIVIDADE PARA NEGOCIAÇÃO (QUANDO FOR O CASO)	Etapa opcional, que ocorre quando é formalmente cencedida exclusividade a um potencial comprador, após a fase vinculante.
APROVAÇÃO DA TRANSAÇÃO PELA ALTA ADMINISTRAÇÃO (DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO) **E ASSINATURA DOS CONTRATOS**	Etapa na qual são assinados os acordos de compra e venda (ou de cessão de direitos) contendo as condições em que a transação deve ocorrer, incluindo as condições precedentes para o fechamento.
FECHAMENTO DA OPERAÇÃO	Etapa onde a transação é concluída com o cumprimento das condições precedentes previstas contratualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DATA DE ASSINATURA	DATA DE FECHAMENTO	TRANSAÇÃO	VALOR NOMINAL[1] (US$ BILHÕES)
TRANSAÇÕES CONCLUÍDAS			
22/07/2016	04/01/2017	Alienação de 100% da Petrobras Chile Distribuición Ltda.	0,5
28/12/2016	03/02/2017	Alienação da totalidade da participação de 45,97% na Guarani S.A	0,2
23/09/2016	04/04/2017	Alineação de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), carregadora de gás natural do sudeste do Brasil	5,2
28/12/2016	15/01/2018	Aliança Estratégica com a empresa francesa Total, incluindo a cessão de 22,5% dos direitos na área de concessão de Iara, e a cessão de direitos de 35%, bem como a operação, na área de concessão do campo de Lapa, no Bloco BM-S-9	2,2
TRANSAÇÕES PENDENTES			
28/12/2016	-	Alienação da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)	0,4
TOTAL			**8,5**

DATA DE ASSINATURA	DATA DE FECHAMENTO	TRANSAÇÃO	VALOR NOMINAL (US$ BILHÕES)
TRANSAÇÕES CONCLUÍDAS			
14/12/2017	22/12/2017	IPO da Petrobras Distribuidora	1,5
16/02/2018	21/02/2018	Venda do total de ações da São Martinho S.A (6,593%)	0,1
TRANSAÇÕES PENDENTES			
28/02/2017	-	Venda de 50% da Termobahia S.A, como parte da Parceria Estratégica com a Total	–[2]
22/11/2017	-	Cessão total da participação da Petrobras no campo de Azulão	0,05
18/12/2017	-	Parceria Estratégica com a Statoil: acordo técnico visando aumentar o volume recuperável de petróleo no campo de Roncador; acordo para compartilhamento de infraestrutura de exportação de gás, e; cessão de 25% de participação no campo de Roncador	2,9
TOTAL			**4,5**

[1] Valores recebidos ou a serem recebidos no fechamento das transações e pagamentos subsequentes;
[2] Valor ainda não anunciado.

RESULTADOS DO PROGRAMA

* Valor revisado após reprovação da alienação da Liquigás pelo Cade.
** Inclui o valor recebido pela alienação da NTS composto de: US$ 2,59 bilhões referente a venda das ações e US$ 1,64 bilhão referente a debêntures conversíveis em ações emitidas pela NTS, com vencimento em 10 anos, para substituição de dívida com a Petrobras Global Trading BV, subsidiária integral da Petrobras.

1. Liquigás Distribuidora S.A:

2. Suape e Citepe:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

IPO DA PETROBRAS DISTRIBUIDORA

A Petrobras Distribuidora, uma de nossas subsidiárias, líder no segmento de distribuição de combustíveis no Brasil e listada no Novo Mercado, o principal segmento de governança entre as empresas abertas na bolsa brasileira, realizou em 15 de dezembro de 2017 sua oferta pública inicial de ações (*Initial Public Offering* – IPO) na B3, com o *ticker* BRDT3.

As ações da Petrobras Distribuidora foram inicialmente negociadas ao preço de R$ 15,00 por ação. O lote principal (oferta base) foi de 291.250.000 ações ordinárias e o lote suplementar de 43.687.500 ações. A oferta inicial de ações atraiu investidores da América Latina, Europa e Estados Unidos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA (%)



DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE INVESTIDOR (%)



O montante total da oferta atingiu o valor de R$ 5.024.062.500,00. O IPO da Petrobras Distribuidora representou a maior abertura de capital na bolsa brasileira desde 2013 e representou a volta da Petrobras Distribuidora ao mercado de capitais.

ANÚNCIOS AO MERCADO EM 2017 E INÍCIO DE 2018 [1]

ESCOPO RESUMIDO DA TRANSAÇÃO	DIVULGAÇÃO DA OPORTUNIDADE (*TEASER*)	INÍCIO DA FASE NÃO VINCULANTE	INÍCIO DA FASE VINCULANTE
Alienação integral da participação acionária nas de empresas da Petrobras no Paraguai (distribuição, gás, operação e logística)	07/07/2017	14/08/2017	26/10/2017
Cessão da totalidade da participação no campo de Maromba, na Bacia de Campos	06/07/2017	-	03/10/2017
Cessão total dos direitos em cinco conjuntos de campos em águas rasas, no Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo	28/07/2017	04/10/2017	-
Cessão total dos direitos nos polos de Pampo e Enchova, em águas rasas, no Rio de Janeiro	28/07/2017	04/10/2017	27/02/2018
Cessão total dos direitos em três conjuntos de campos terrestres (50 concessões), no Rio Grande do Norte e Bahia	28/08/2017	17/11/2017	-
Alienação de 90% da participação acionária na Transportadora Associada de Gás S.A (TAG), subsidiária integral da Petrobras	05/09/2017	23/10/2017	28/12/2017
Alienação total da participação na Araucária Nitrogenados S.A (ANSA) e na Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III)	11/09/2017	27/10/2017	19/12/2017
Cessão total dos direitos em cinco conjuntos de campos terrestres (totalizando 19 concessões), no Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe	22/09/2017	-	-
Alienação de 100% de participação na Petrobras Oil & Gas B.V. (POGBV), detentora dos ativos de exploração e produção na África	07/11/2017	17/11/2017	-
Alienação de 100% das ações detidas pela Petrobras Biocombustíveis na empresa BS BIOS	14/12/2017	05/02/2018	-
Alienação total da Refinaria de Pasadena, localizada no Texas, EUA	06/02/2018	-	-

[1] Informações atualizadas até 28 de fevereiro de 2018.

Página 64 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

FLUXO DE CAIXA

R$ BILHÃO



* R$ 4,9 bilhões referem-se ao IPO da Petrobras Distribuidora.

** Inclui variação do saldo de títulos públicos federais e time deposits acima de 90 dias, investimentos em títulos em valores mobiliários, dividendos pagos a acionistas não controladores, participação de acionistas não controladores e variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

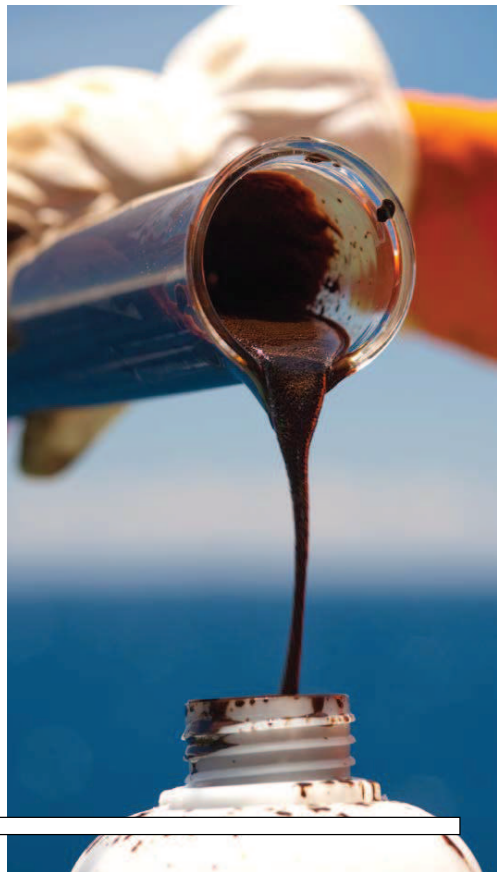


CONTEXTO EXTERNO

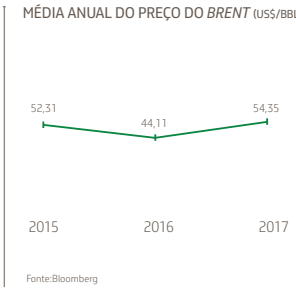
Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO (*BRENT*)



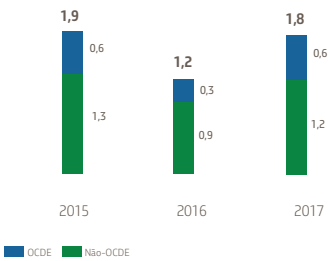
MÉDIA ANUAL DO PREÇO DO *BRENT* (US$/BBL)



Fonte: Bloomberg

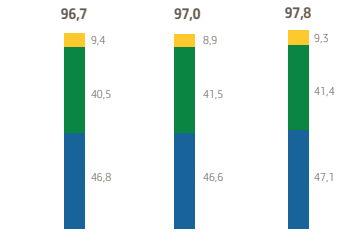
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INCREMENTO DA DEMANDA MUNDIAL DE PETRÓLEO (MILHÕES BPD)



Fonte: IHS

EVOLUÇÃO DA OFERTA MUNDIAL DE PETRÓLEO (MILHÕES BPD)

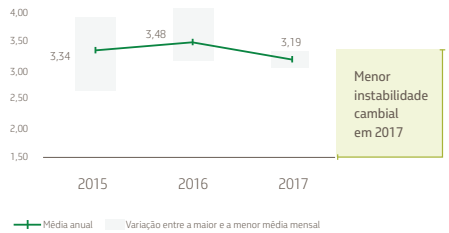


Fonte: IHS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ECONOMIA BRASILEIRA

TAXA DE CÂMBIO (BRL/USD)



Fonte: Banco Central do Brasil

REGULAÇÃO

Conteúdo Local:

Direito de preferência da Petrobras:

Tributário:

Leilões: Conselho Nacional de Política Energética (

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CALENDÁRIO PLURIANUAL DE RODADAS DE LICITAÇÕES APROVADO PELO CNPE

2018 2019

15ª RODADA
Concessão
29 de março

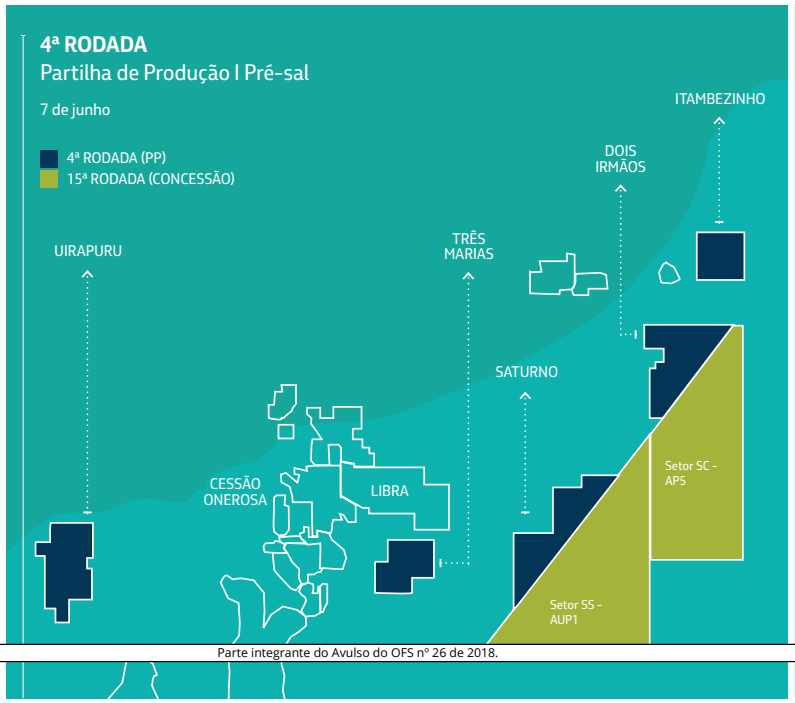


BACIAS TERRESTRES
4 PARNAÍBA
7 PARANÁ

BACIAS MARÍTIMAS
1 CEARÁ
2 POTIGUAR
3 SERGIPE & ALAGOAS
5 CAMPOS
6 SANTOS

4ª RODADA
Partilha de Produção I Pré-sal
7 de junho

4ª RODADA (PP)
15ª RODADA (CONCESSÃO)



16ª RODADA
Concessão

5ª RODADA
Partilha de Produção

6ª RODADA
Concessão de Áreas Maduras

Página 70 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

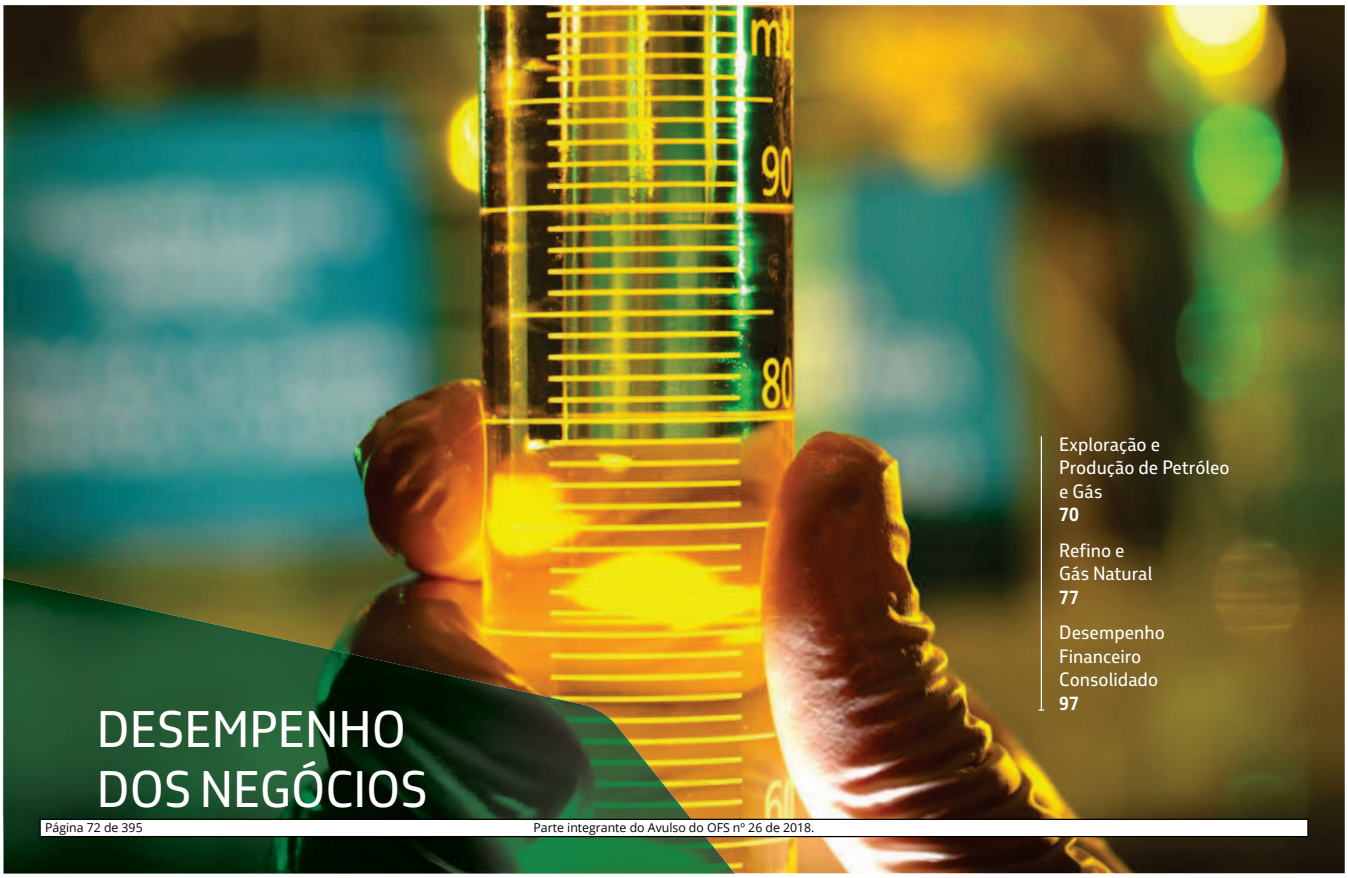
Gás Natural:

Biocombustíveis:



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64



DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Exploração e Produção de Petróleo e Gás **70**

Refino e Gás Natural **77**

Desempenho Financeiro Consolidado **97**

Página 72 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

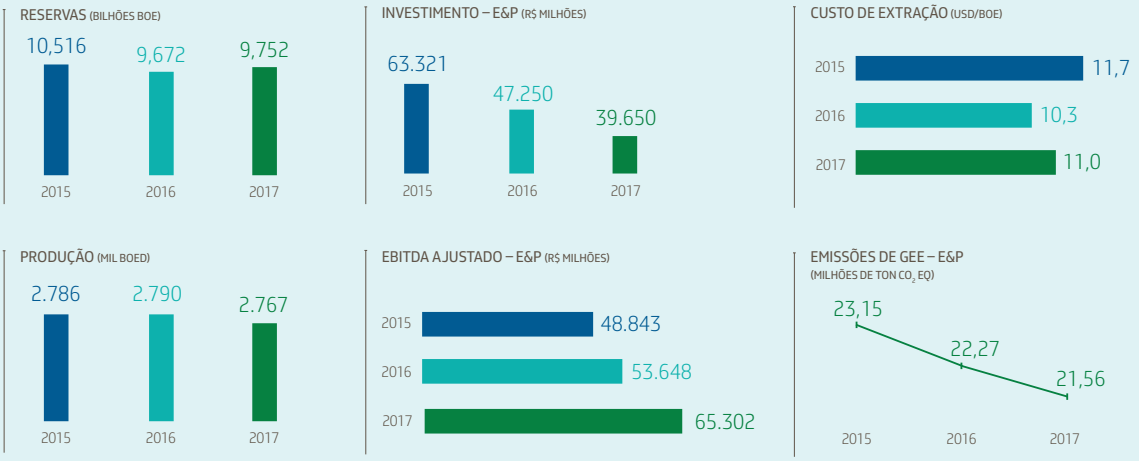
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DO SEGMENTO – DESTAQUES 2017



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INDICADORES DE PERFORMANCE





Nota:
cada segmento, conforme definido em nossas demosntrações financeiras.

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO

EXPLORAÇÃO › DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO › PRODUÇÃO

Somos líderes mundiais de produção em profundas e ultraprofundas. Em 2017, produzimos 28,7% da produção global nessa classe de ativos[3]. Nossas atividades concentram-se em reservatórios de petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Brasil, que representaram, em 2017, 87% de toda a nossa produção e contabilizaram de nossas reservas provadas em 31 de dezembro de 2017. Atuamos também em campos maduros em águas rasas e em campos terrestres. Fora do Brasil, atuamos na América do Sul, Golfo do México e África Ocidental.

EXPLORAÇÃO › DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO › PRODUÇÃO

A cadeia da indústria de óleo e gás inicia-se na fase exploratória, com a contratação de blocos exploratórios, seja por meio de leilões realizados por governos, seja por compras de outras empresas. A partir da , processamento, interpretação de dados geológicos e geofísicos e perfuração de poços, chega-se à descoberta de uma jazida de petróleo, gás ou ambos. Após a descoberta, a jazida passa por um processo de avaliação, onde são estimados os volumes de hidrocarbonetos tecnicamente recuperáveis daquela área.

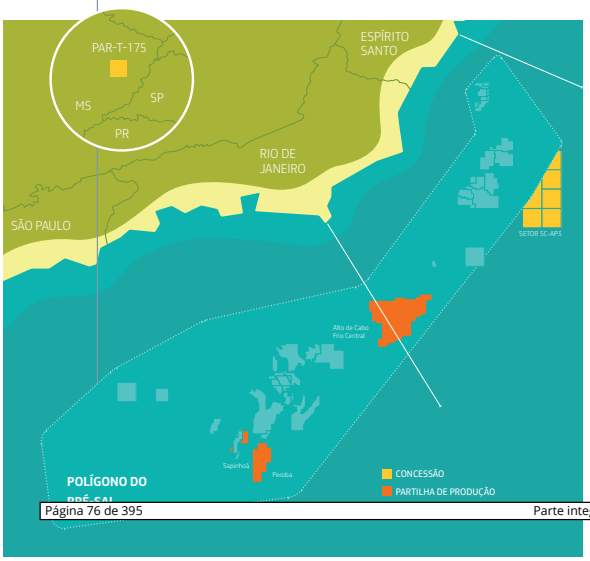
Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos 135 blocos exploratórios, nos quais 28 descobertas de petróleo e/ou gás estavam sob processo de avaliação. Além destas, outras três descobertas encontravam-se em avaliação nas áreas de produção. Na tabela, a seguir, detalhamos nossos ativos exploratórios:

	ÁREA EXPLORATÓRIA (km²)	BLOCOS EXPLORATÓRIOS	PLANOS DE AVALIAÇÃO	POÇOS PERFURADOS	ÍNDICE DE SUCESSO (%)
BRASIL	**63.753**	**123**	**28**	**8**	**88**
EXTERIOR	**13.684**	**12**	**3**	**1**	**0**
América do Sul	13.451	2	1	1	0
América do Norte	233	10	0	0	-
África	-	-	2	0	-
TOTAL	**77.437**	**135**	**31**	**9**	**78**

[3] De acordo com dados da IHS Markit (E&P Portfolio Tool)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEILÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP)



	BLOCOS EXPLORATÓRIOS	PARCERIAS	BÔNUS R$ MILHÕES	ÓLEO LUCRO (%)	ÁREA ADQUIRIDA (mil Km²)
14ª RODADA (CONCESSÃO)					
	6 *offshore*	50% Petrobras 50% ExxonMobil	1800	-	3,6
	1 *onshore*	100% Petrobras	2	-	2,9
2ª RODADA (PARTILHA DE PRODUÇÃO)					
	Entorno de Sapinhoá	45% Petrobras 30% Shell 25% Repsol	90	80	0,2
3ª RODADA (PARTILHA DE PRODUÇÃO)					
	Peroba	40% Petrobras 40% BP 20% CNODC	800	76,96	1,1
	Alto de Cabo Frio Central	50% Petrobras 50% BP	250	75,86	3,7
TOTAL	**10 blocos (9 *offshore* e 1 *onshore*)**	-	**2.942**	-	**11,4**

Página 76 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

PRINCIPAL DESCOBERTA EM 2017

PAÍS	BACIA	BLOCO	ÁREA (km²)	LÂMINA D'ÁGUA (m)	PARCELA PETROBRAS (%)
Brasil	Campos	Marlim Sul	24,3	1.107	100

DECLARAÇÕES DE COMERCIALIDADE EM 2017

PAÍS	CAMPO	BACIA	VOLUME RECUPERÁVEL (MILHÕES BOE)	QUALIDADE DO ÓLEO (° API)	PARCELA PETROBRAS (%)
Brasil	Canário da Terra, Canário da Terra Sul e Guriatã Sul	Recôncavo	0,892	38	100
Brasil	Mero	Santos	3.300	29	40

ÁREA DE LIBRA E CAMPO DE MERO

Primeiro bloco no regime de partilha de produção no Brasil, Libra é um dos maiores projetos de exploração e produção *offshore* do mundo e é conduzido por um consórcio (Consórcio de Libra), liderado pela Petrobras (40%), em parceria com a Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC Limited (10%). O consórcio conta ainda com a participação da companhia estatal Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) como gestora do contrato.

Desde a assinatura do Contrato de Partilha de Produção, em 2013, já foram perfurados 12 poços na área de Libra, sendo que um deles (3-BRSA-1339A-RJS) alcançou, em teste, o recorde histórico nacional de produtividade.

Em novembro de 2017, em nome do Consórcio, anunciamos a declaração de comercialidade na porção noroeste do bloco de Libra, que passou a se chamar Campo de Mero. Essa foi a primeira declaração de comercialidade na área de Libra e marca o início da fase de desenvolvimento da produção.

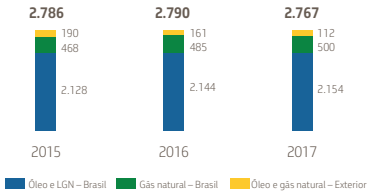
Os primeiros sistemas de produção definitivos estão previstos para entrar em operação em 2021 (Mero 1) e 2022 (Mero 2). Atualmente estão previstos quatro sistemas de produção para esse campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EXPLORAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO PRODUÇÃO

EXPLORAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO PRODUÇÃO

PRODUÇÃO (MIL BOED)



RECORDES DE PRODUÇÃO EM 2017

Produção total de óleo e gás no Brasil:
2,65
milhões de boed

Produção de petróleo no Brasil:
2,15
milhões de bpd

Produção própria de gás natural no Brasil:
79,6
milhões m³/d

Índice de utilização de gás associado:
95,55
%

Página 78 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

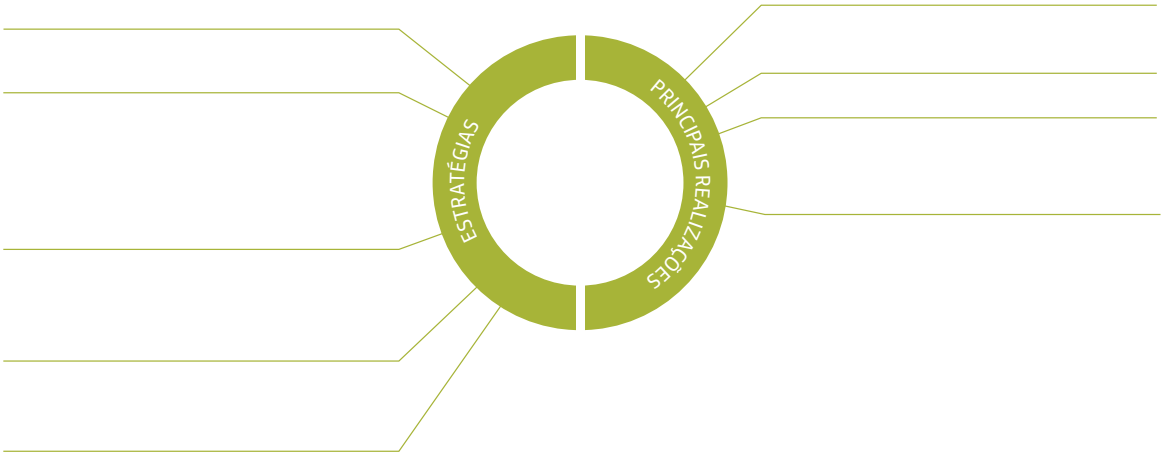
No Brasil, nossa produção média de petróleo atingiu, pelo quarto ano consecutivo, um recorde histórico: 2,15 milhões de barris por dia (bpd), 0,4% acima do resultado do ano anterior. Cumprimos, pelo terceiro ano seguido, nossa meta de produção, confirmando a previsibilidade de nossas projeções.

PROVÍNCIA PETROLÍFERA DE URUCU

Descoberta em 1986, a Província Petrolífera de Urucu detém a maior reserva provada terrestre de petróleo e gás natural do Brasil. Apesar dos desafios de logística e operação na Amazônia, o custo de extração de petróleo e gás natural de Urucu está entre os menores do Brasil. Em 2017, Urucu produziu, diariamente, em média, 36,18 mil barris de petróleo de ótima qualidade, incluindo 1.083 toneladas de gás de cozinha (GLP). Com isso, nossa operação na unidade operacional da área de Exploração e Produção no Amazonas alcançou um índice de eficiência da produção de 94,3%, o melhor do país. Obteve ainda o melhor índice de utilização do gás associado da companhia, de 97,40%. E o volume de vazamento de óleo e derivados foi zero, pelo quinto ano consecutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

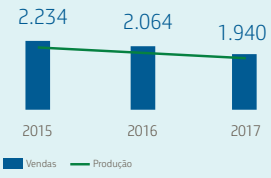
PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DO SEGMENTO – DESTAQUES 2017



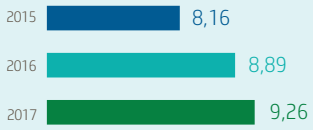
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INDICADORES DE PERFORMANCE

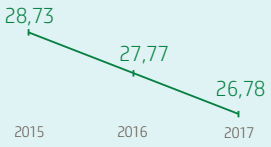
VENDAS NO MERCADO INTERNO E PRODUÇÃO DE DERIVADOS (MIL BBL/DIA)



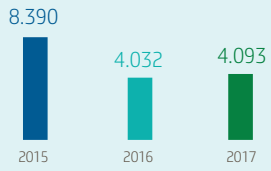
CUSTO DE REFINO (R$/BBL)



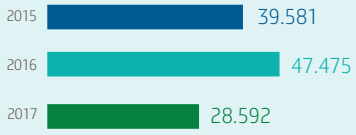
EMISSÕES DE GEE – ABASTECIMENTO (MILHÕES DE TON CO_2 EQ)

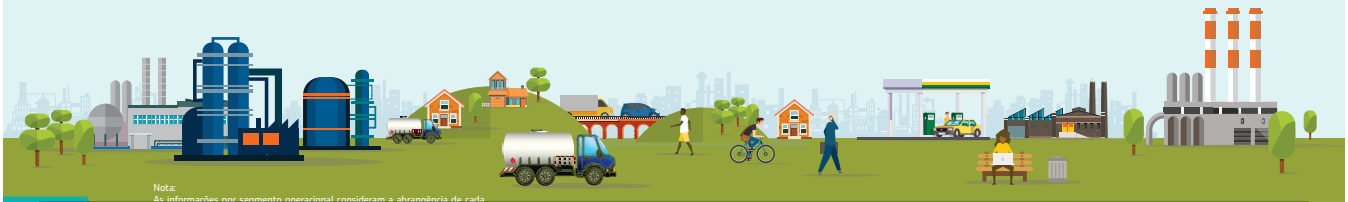


INVESTIMENTO – ABASTECIMENTO (R$ MILHÕES)



EBITDA AJUSTADO – ABASTECIMENTO (R$ MILHÕES)

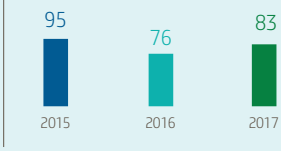




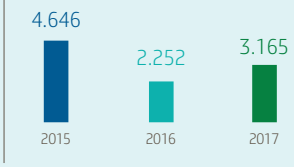
Nota:
As informações por segmento operacional consideram a abrangência de cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DEMANDA DE GÁS NATURAL (MILHÕES M³/DIA)



GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (MW MÉDIO)



EMISSÕES DE GEE – GÁS E ENERGIA
(MILHÕES DE TON CO_2 EQ)

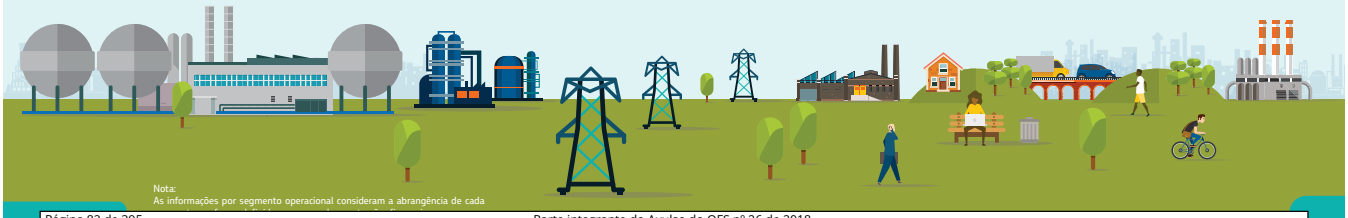


INVESTIMENTO – GÁS E ENERGIA (R$ MILHÕES)



EBITDA AJUSTADO – GÁS E ENERGIA (R$ MILHÕES)





Nota:
As informações por segmento operacional consideram a abrangência de cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DERIVADOS DE PETRÓLEO

CADEIA DOS DERIVADOS LÍQUIDOS

REFINO › LOGÍSTICA › COMERCIALIZAÇÃO › DISTRIBUIÇÃO ›



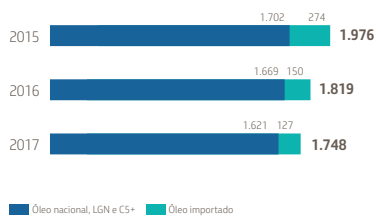
Página 83 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

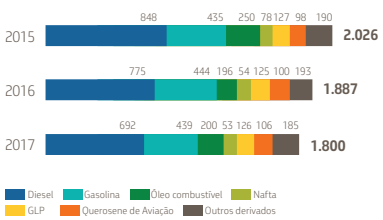
00100.080581/2018-64

REFINO LOGÍSTICA COMERCIALIZAÇÃO DISTRIBUIÇÃO

CARGA PROCESSADA (MIL BBL/DIA)



PRODUÇÃO DE DERIVADOS (MIL BBL/DIA)



EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO

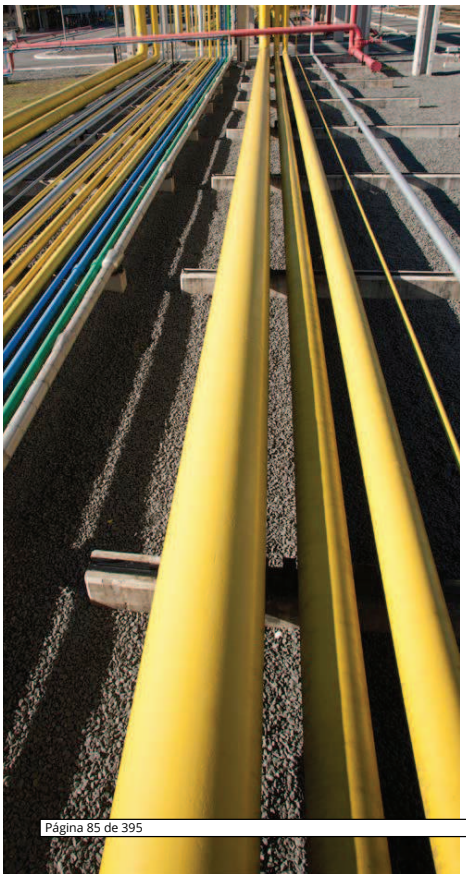
Refinaria Abreu e Lima

A Refinaria Abreu e Lima, localizada em Ipojuca, Pernambuco, tem previsão de operação de dois conjuntos de unidades de processamento, conhecidos como trens de refino. Desde 2016, o primeiro trem de refino tem capacidade de processar até 100 mil bbl/dia de óleo. Em 2017, retomamos as obras da unidade de abatimento de emissões de enxofre (SNOX), com previsão de partida em 2018, quando passaremos a operar à plena carga. Para a conclusão do segundo trem, priorizaremos o estabelecimento de parceria, conforme nosso Plano de Negócios e Gestão.

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)

Aprovamos, em 2016, a reavaliação do projeto do Comperj, localizado no município de Itaboraí, no Rio de Janeiro, para dar continuidade à implantação das unidades de utilidades e infraestruturas associadas à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), na qual ocorrerá o processamento do gás natural proveniente do polo pré-sal da Bacia de Santos. A conclusão do trem de refino depende do estabelecimento de parceria, conforme previsto em nosso Plano de Negócios e Gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



VOLUME MOVIMENTADO
EM TERMINAIS E OLEODUTOS
(MILHÕES DE M³)

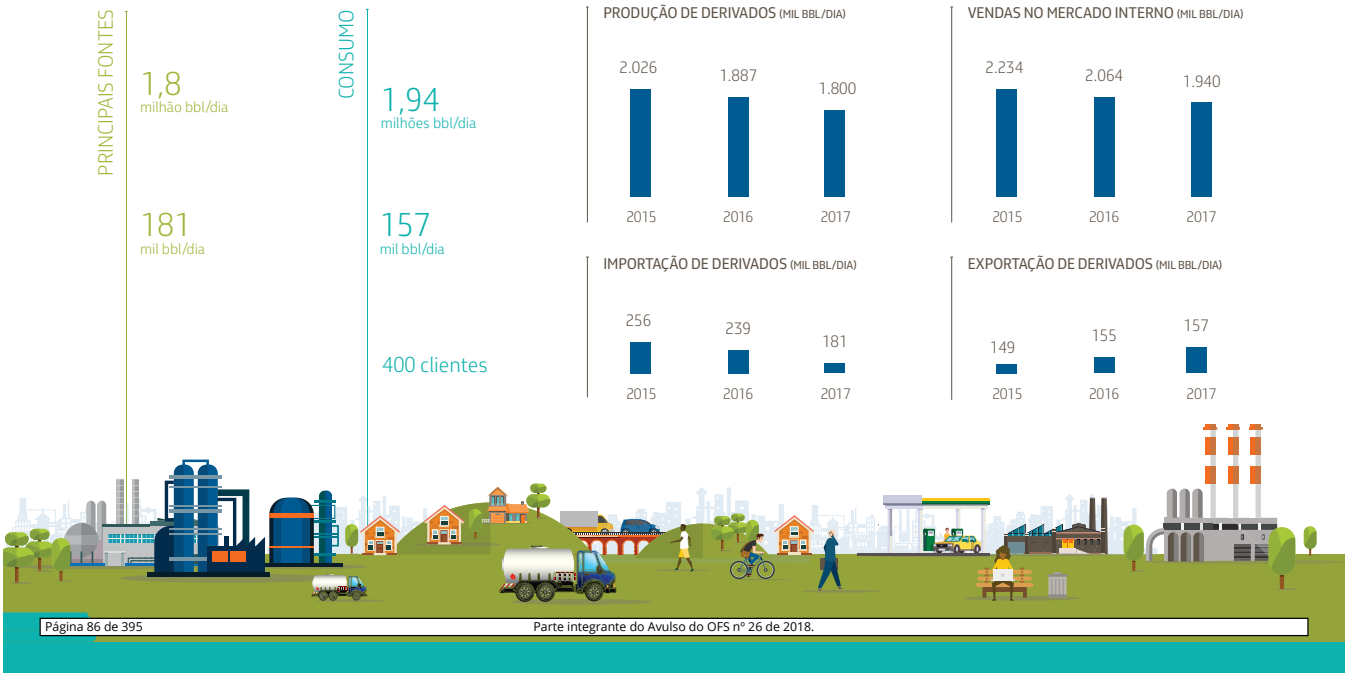


Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

PROCESSAMENTO LOGÍSTICA COMERCIALIZAÇÃO DISTRIBUIÇÃO

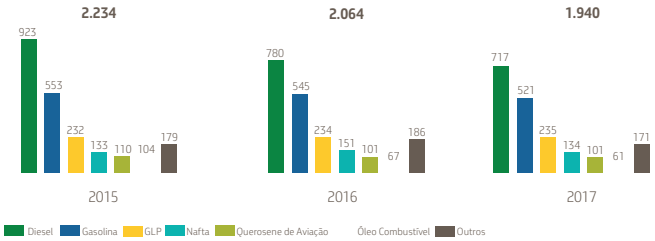


Página 86 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

REFINO LOGÍSTICA COMERCIALIZAÇÃO DISTRIBUIÇÃO

VOLUME DE VENDA DE DERIVADOS NO MERCADO INTERNO, POR PRODUTO E TOTAL NO ANO (MIL BBL/DIA)



DIESEL

GLP

QUEROSENE DE AVIAÇÃO

GASOLINA

NAFTA

ÓLEO COMBUSTÍVEL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

POLÍTICA DE PREÇOS

Diesel e Gasolina

Em junho de 2017, revisamos a política de preços de diesel e gasolina comercializados em nossas refinarias, anunciada em outubro de 2016, visando a aumentar a frequência de ajustes nos preços.

Passamos a realizar ajustes nos preços, a qualquer momento, inclusive diariamente, desde que os reajustes acumulados por produto estejam, na média Brasil, dentro de uma faixa determinada (-7% a +7%), respeitando a margem estabelecida pelo Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP), comitê composto pelo presidente da empresa, pelo diretor de Refino e Gás Natural e pelo diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores. Além disso, qualquer alteração fora dessa faixa deve ser autorizada pelo GEMP.

A revisão da política aprovada permite maior aderência dos preços do mercado doméstico ao mercado internacional no curto prazo e nos possibilita competir de maneira mais ágil e eficiente.

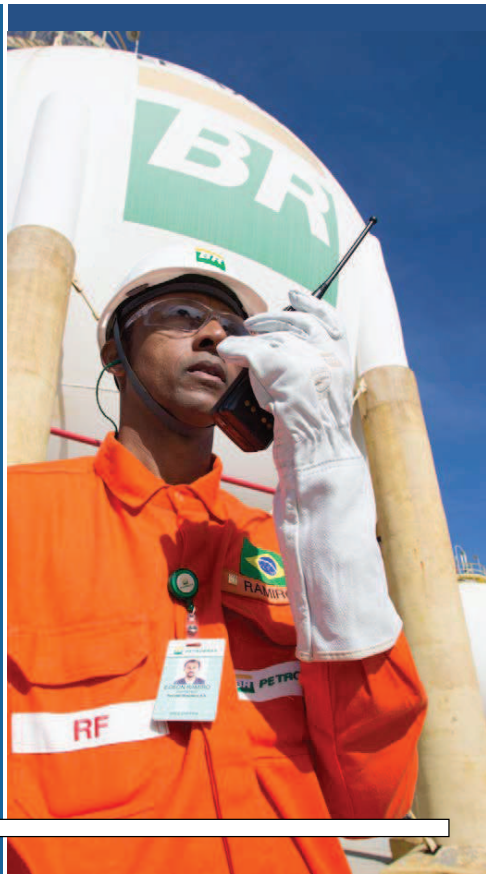
Os princípios da política de preços, aprovada em outubro de 2016, permanecem inalterados, levando em consideração o preço de paridade internacional, margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação no mercado.

Em 2017, anunciamos ajustes de preços de venda nas refinarias, totalizando aumentos de 7,7% para a gasolina e de 11,2% para o diesel em comparação aos preços de 31 de dezembro de 2016.

Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

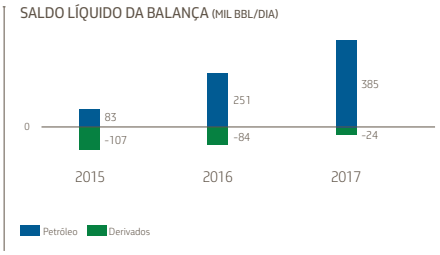
Em junho de 2017, aprovamos uma política de preços para o gás liquefeito de petróleo comercializado nas refinarias e destinado ao uso residencial em botijões de até 13 kg (GLP P13). Essa política previa reajustes mensais calculados pela média das cotações do butano e do propano no mercado europeu no mês anterior, acrescido de margem de 5%.

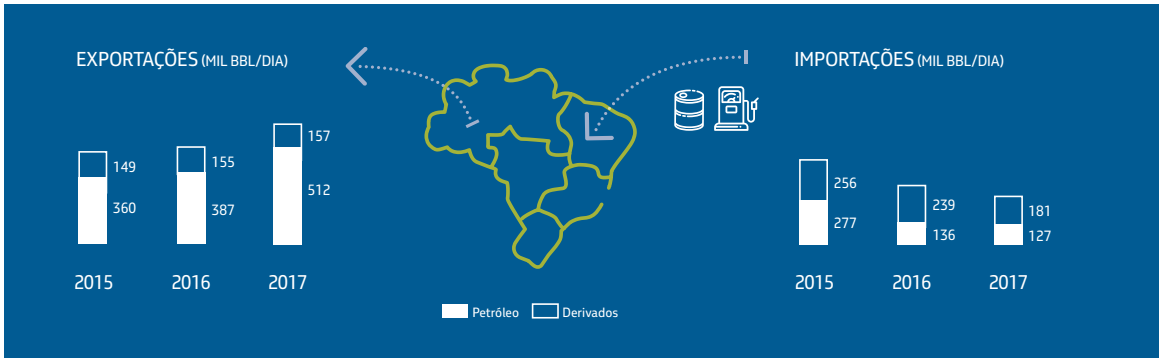
Em janeiro de 2018, nossa Diretoria Executiva aprovou uma revisão da política de preços de GLP P13 com o objetivo de suavizar os repasses da volatilidade dos preços ocorridos no mercado internacional para o preço doméstico. Desta forma, os reajustes passaram a ser praticados trimestralmente com base na média das cotações do butano e do propano no mercado europeu apuradas em períodos crescentes que chegarão a 12 meses a partir do 4º trimestre de 2018. Permaneceu vigente o acréscimo da margem de 5%. Adicionalmente foi instituído um mecanismo de compensação que permitirá comparar os preços praticados segundo esta nova política e os preços que seriam praticados de acordo com a política anterior. As diferenças acumuladas em um ano, ajustadas pela taxa Selic, serão compensadas por meio de uma parcela fixa acrescida ou deduzida aos preços praticados no ano seguinte.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

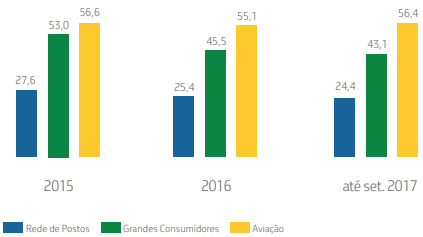




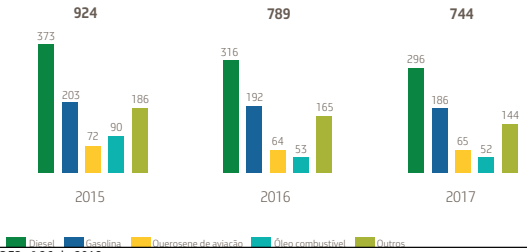
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

REFINO LOGÍSTICA COMERCIALIZAÇÃO DISTRIBUIÇÃO

MARKET SHARE POR SEGMENTO (%)



VOLUME DE VENDA DE DERIVADOS NO MERCADO INTERNO, POR PRODUTO E TOTAL NO ANO (MIL BBL/DIA)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GÁS NATURAL

CADEIA DE GÁS NATURAL

PROCESSAMENTO › LOGÍSTICA › COMERCIALIZAÇÃO › DISTRIBUIÇÃO

PROCESSAMENTO › LOGÍSTICA › COMERCIALIZAÇÃO › DISTRIBUIÇÃO

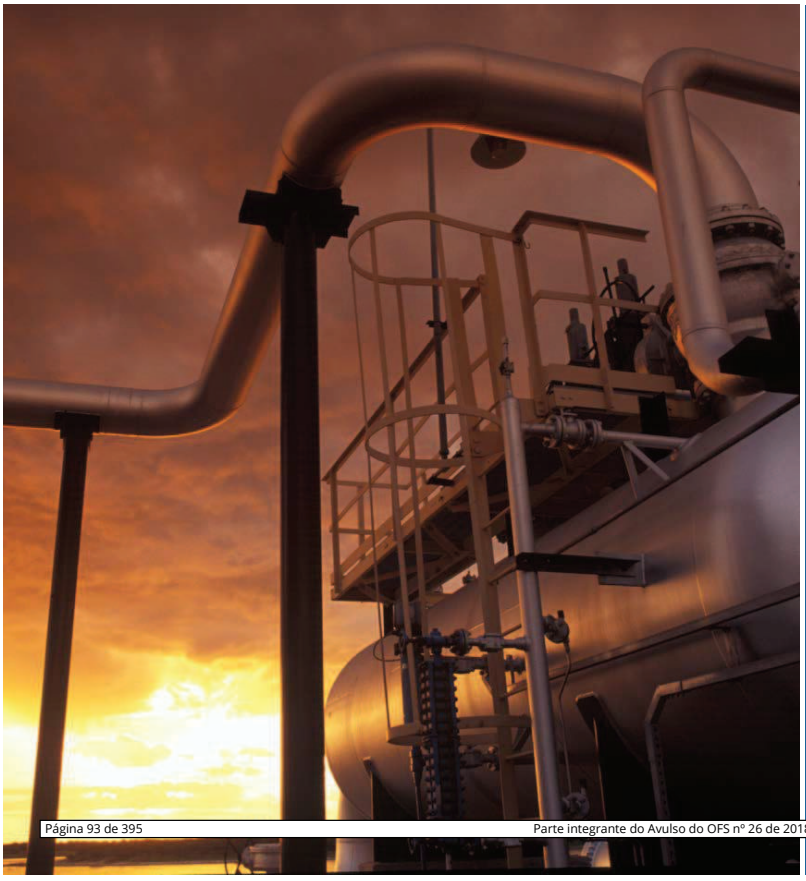
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOSSA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL NO BRASIL

Empresa	EXTENSÃO DO GASODUTO (km)	NOSSA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (%)
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A (TBG)	2.593	51 (via Logigás)
Transportadora Associada de Gás S.A (TAG)	4.504	100
Nova Transportadora do Sudeste S.A (NTS)	2.043	10
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A (TSB)	50	25 (via Logigás)
TOTAL	**9.190**	-

A partir do segundo trimestre de 2017, com a alienação de 90% das ações da NTS para a Brookfield Infraestructure Partners e suas afiliadas, passamos a considerar como gastos operacionais as tarifas pelos serviços de transporte nesses gasodutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



O GÁS QUE VEM DO PRÉ-SAL

Para escoar o gás natural proveniente de nossa produção do polo pré-sal da Bacia de Santos, além de utilizar parte da infraestrutura já existente, investimos na construção de rotas de escoamento integradas às unidades de processamento, que buscam otimizar o aproveitamento do gás natural.

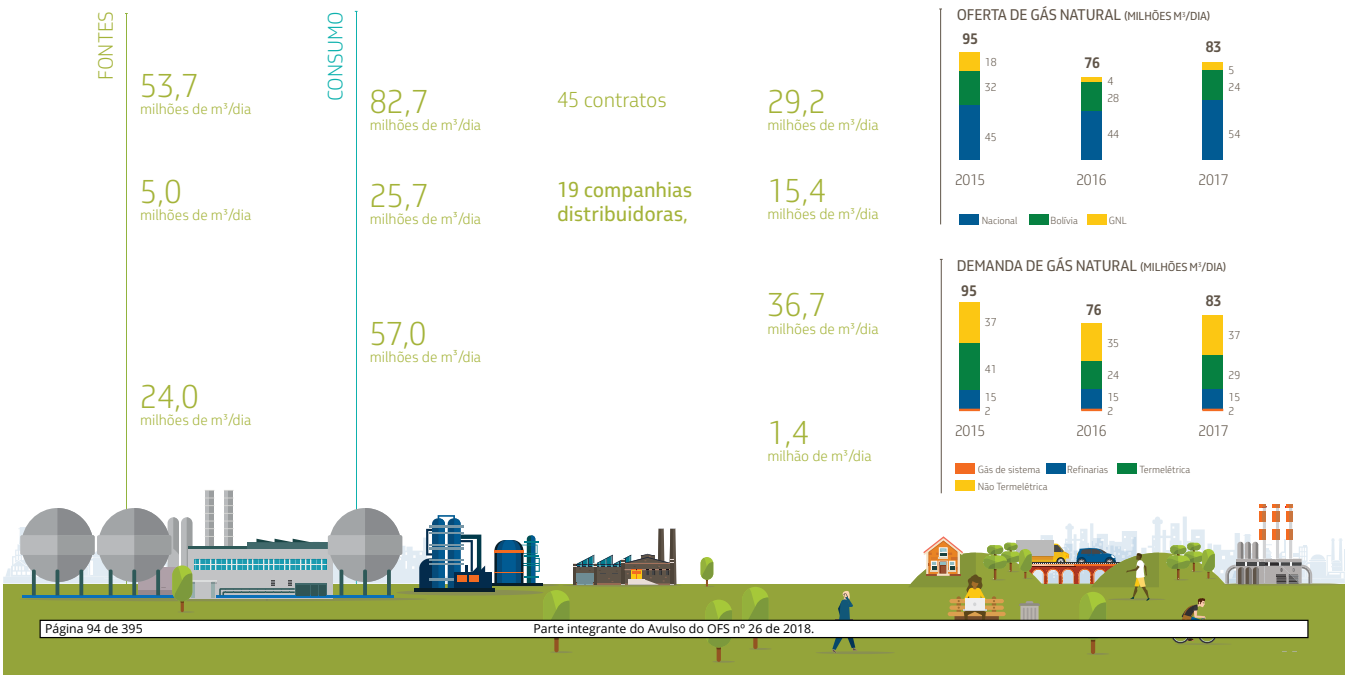
Rota 1: gasoduto com 359 km composto por dois trechos: o trecho Lula-Plataforma de Mexilhão e o trecho que liga a plataforma de Mexilhão até a Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato, na cidade de Caraguatatuba (SP), com capacidade para escoar até 10 milhões m³/dia de gás produzido no pré-sal da Bacia de Santos.

Rota 2: gasoduto que interliga o pré-sal da Bacia de Santos ao Ativo de Processamento de Cabiúnas, na cidade de Macaé (RJ), com 401 km e capacidade inicial para escoar 13 milhões de m³/dia, posteriormente aumentada para 16,0 milhões m³/dia, com a implantação de unidade de tratamento complementar no Ativo de Processamento de Cabiúnas. Essa unidade complementar viabilizará o escoamento desse adicional para processamento nas unidades da Rota 3 no Comperj, quando concluídas.

Rota 3: gasoduto que interligará o pré-sal à Unidade de Processamento de Gás Natural localizada no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí (RJ), para o escoamento de até 18 milhões de m³/dia. Esse gasoduto terá 355 km de extensão, dos quais 307 km estarão no mar e 48 km, em terra. A Unidade de Processamento de Gás Natural terá duas unidades com capacidade total de processar 21 milhões de m³/dia de gás natural, o que incrementará a oferta de gás natural, GLP e gasolina natural (C5+) ao mercado. O início de operação da Rota 3 está previsto para 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROCESSAMENTO › LOGÍSTICA › COMERCIALIZAÇÃO › DISTRIBUIÇÃO



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROCESSAMENTO › LOGÍSTICA › COMERCIALIZAÇÃO › DISTRIBUIÇÃO ›

DISTRIBUIDORAS DE GÁS NATURAL

VOLUME DE GÁS NATURAL COMERCIALIZADO E NÚMERO DE CLIENTES

	2015	2016	2017
BRASIL[1]			
Número de clientes (milhares)	298	351	402
Volume (milhões de m³/d)	29	21	24
URUGUAI			
Número de clientes (milhares)	59	59	59
Volume (milhões de m³/d)	0,16	0,18	0,16

[1] Distribuidoras com participação da Gaspetro



Página 95 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ENERGIA ELÉTRICA

VENDAS E GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	2015	2016	2017
Vendas de energia elétrica (ACL) – MW médio	858	835	788
Vendas de energia elétrica (ACR) – MW médio	3.160	3.172	3.058
Geração de energia elétrica – MW médio	4.646	2.252	3.165

As vendas de energia elétrica no ACR reduziram em 114 MW médios, devido ao término dos contratos do 15º Leilão de Energia Existente, categoria de leilões destinados a atender as distribuidoras a partir de energia proveniente de empreendimentos em operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OUTROS SEGMENTOS

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS NO SETOR PETROQUÍMICO

EMPRESA	PRODUTO	PARTICIPAÇÃO (%)
Braskem S.A	Eteno, polietileno, polipropileno e PVC	36,2
Deten Química S.A	Matéria-prima para detergentes: linear alquilbenzeno (LAB), ácido linear alquilbenzeno sulfônico (LAS), alquilados pesados (ALP)	27,88
Metanor S.A/Copenor S.A	Metanol, formol e hexamina	34,54
Fábrica Carioca de Catalisadores	Catalisadores e aditivos	50
Petrocoque S.A	Coque calcinado de petróleo	50
Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape)	Ácido tereftálico purificado (PTA)	100
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)	Resina PET (polietileno tereftalato) e filamentos de poliéster	100

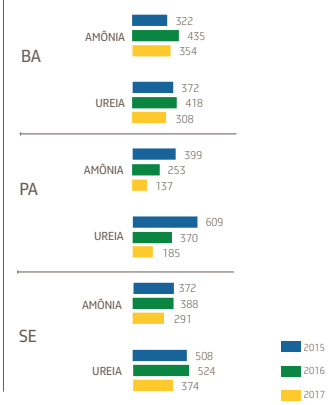
Encontra-se em negociação a revisão dos termos e condições do Acordo de Acionistas da Braskem S.A, visando a aprimorar a governança corporativa dessa empresa e, em conjunto com as demais estratégias do negócio, criar valor para todos os seus acionistas. As tratativas com a Odebrecht S.A evoluíram para estudos com objetivo de realizar uma reorganização societária com a unificação das espécies de ações da Braskem. Esses estudos, no entanto, ainda se encontram em fase preliminar.

Em fevereiro de 2018, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a operação de alienação da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e da Companhia Integrada Textil de Pernambuco (Citepe), subsidiárias integrais da Petrobras, para a empresa Alpek, mediante assinatura de Acordo em Controle de Concentrações (ACC).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES (MIL TONELADAS)

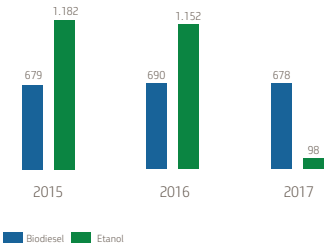


ATIVOS DE BIOCOMBUSTÍVEIS

	PARTICIPAÇÃO	CAPACIDADE/ANO
CANDEIAS		
Produção de Biodiesel	100%	217 mil m³
MONTES CLAROS		
Produção de Biodiesel	100%	152 mil m³
QUIXADÁ[1]		
Produção de Biodiesel	100%	109 mil m³
BSBIOS MARIALVA		
Produção de Biodiesel	50%	288 mil m³
BSBIOS PASSOFUNDO		
Produção de Biodiesel	50%	288 mil m³
PROJETO BELÉM		
Cultivo e Esmagamento de Palma	50%	42 mil ha
BIOÓLEO		
Processamento e Refino de óleos vegetais	50%	Extração 130 mil t/ano grãos Refino 54 mil t/ano óleo
BAMBUÍ		
Produção de Etanol	8,4%	211 mil m³

[1] A usina de Quixadá teve suas operações encerradas em novembro de 2016 e encontra-se hibernada.

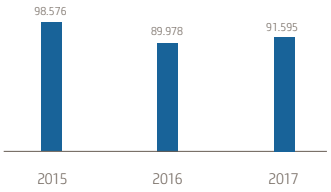
PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS (MIL M³)



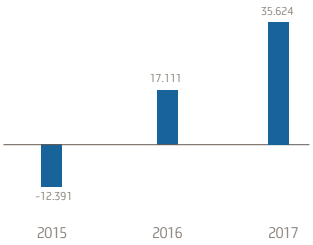
Considera 100% do volume das coligadas; Etanol considera soma de anidro e hidratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

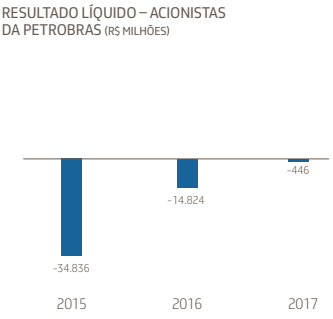
LUCRO BRUTO (R$ MILHÕES)



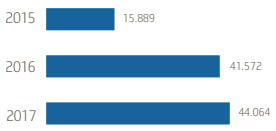
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL (R$ MILHÕES)



RESULTADO LÍQUIDO – ACIONISTAS DA PETROBRAS (R$ MILHÕES)



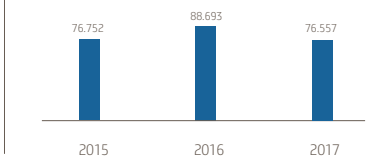
FLUXO DE CAIXA LIVRE (R$ MILHÕES)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EBITDA AJUSTADO

EBITDA AJUSTADO (R$ MILHÕES)



RECONCILIAÇÃO DO EBITDA AJUSTADO (R$ MILHÕES)

	2017	2016	2017 x 2016 (%)
Lucro líquido (Prejuízo)	377	(13.045)	103
Resultado Financeiro Líquido	31.599	27.185	16
Imposto de renda e contribuição social	5.797	2.342	148
Depreciação, depleção e amortização	42.478	48.543	(12)
EBITDA	80.251	65.025	23
Resultado de participações em investimentos	(2.149)	629	(442)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos – *Impairment*	3.862	20.297	(81)
Realização de ajustes acumulados de conversão – CTA	116	3.693	(97)
Resultado com alienações/baixas de ativos [1]	(5.523)	(951)	(481)
EBITDA AJUSTADO	76.557	88.693	(14)
Margem do Ebitda ajustado (%)	27	31	(4)

[1] Inclui as contas de resultado com alienações e baixas de ativos e ganhos/perdas da remensuração – participações societárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

Planejamento Estratégico **101**

Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 **104**

Sistema de Gestão: Projeto Evolução **109**

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INCERTEZAS E CENÁRIOS DE LONGO PRAZO

CORRENTEZA

Um mundo de grande crescimento econômico, mas ainda com muitos conflitos sociais e por recursos. Apresenta distintas trajetórias para as matrizes energéticas dos países desenvolvidos e emergentes.

CARDUME

Questões locais dominam a agenda política. Mudanças nos valores da sociedade impulsionam transformações importantes na mobilidade em grandes áreas urbanas. Cada região busca suas próprias soluções para descarbonizar sua matriz energética.

CORAL

A transição energética ganha força com a maior percepção dos riscos das mudanças climáticas. Acordos globais vinculantes, inovações orientadas ao meio ambiente e mudanças de comportamento da sociedade interagem propiciando a transição.

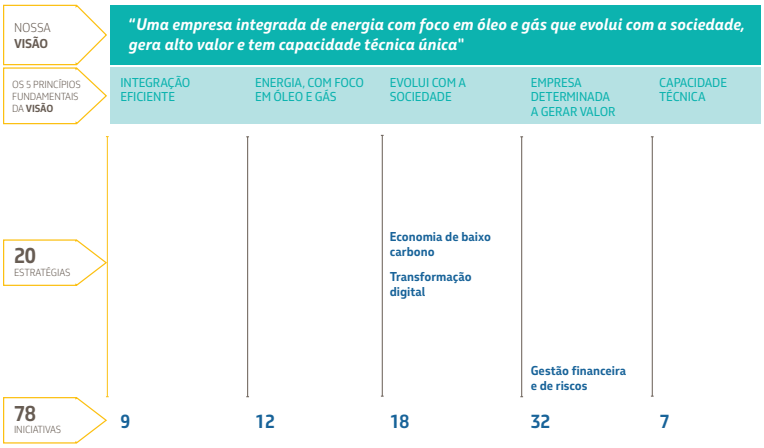
Página 102 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

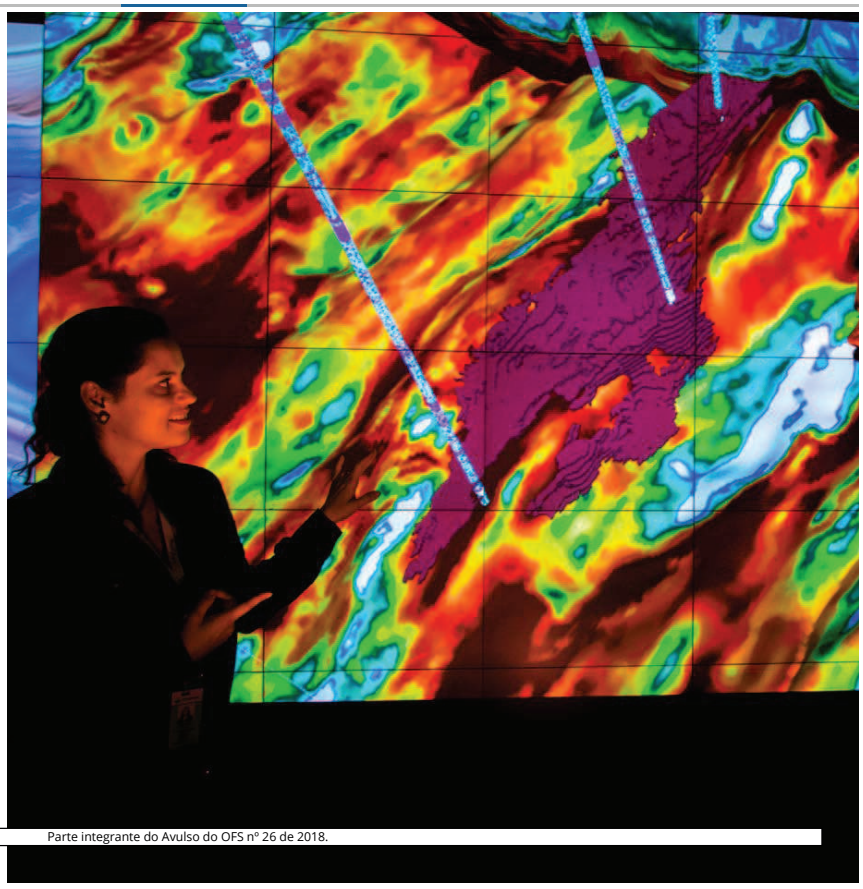
MONITORAMENTO ESTRATÉGICO

MAPA INTEGRADO VISÃO E ESTRATÉGIAS



Conforme expresso no Mapa Integrado, nosso conjunto de estratégias suporta os cinco princípios fundamentais da nossa Visão: integração eficiente; energia, com foco em óleo e gás; evolui com a sociedade; empresa determinada a gerar valor; e capacidade técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SEGURANÇA

ANTECIPADA EM **2 ANOS**

1,0 EM **2018**

TAXA DE ACIDENTADOS REGISTRÁVEIS (TAR)

FINANCEIRA

MANTIDA

2,5 EM **2018**

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA AJUSTADO

TAXA DE ACIDENTADOS REGISTRÁVEIS (TAR)

REALIZADO	REALIZADO		
2,2	1,1	>	1,0
2015	2017		em 2018

REDUÇÃO DE **50%**

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA AJUSTADO

REALIZADO	REALIZADO		
5,1	3,7	>	2,5
2015	2017		em 2018

REDUÇÃO DE **28%**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.

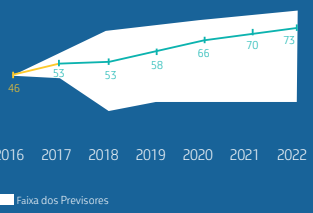
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

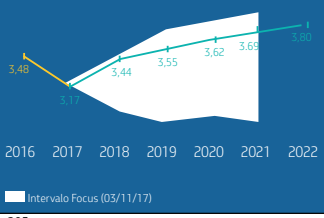
PREMISSAS DO PNG 2018-2022

Dentre as principais premissas que impactam os nossos negócios estão o preço do petróleo *Brent* e a taxa de câmbio. Em nosso PNG 2018-2022 consideramos os seguintes valores para essas variáveis:

PREÇOS DO *BRENT* (US$/BARRIL)



TAXA DE CÂMBIO NOMINAL (R$/US$)



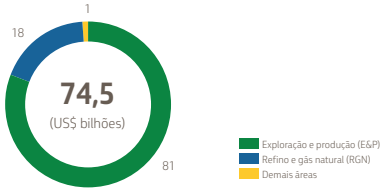


Preços competitivos:

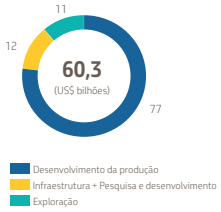
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eficiência de investimentos (capex):

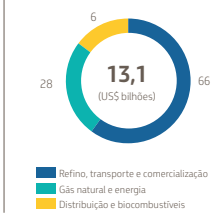
INVESTIMENTOS 2018-2022 (%)



INVESTIMENTOS 2018-2022 **E&P** (%)



INVESTIMENTOS 2018-2022 **RGN** (%)

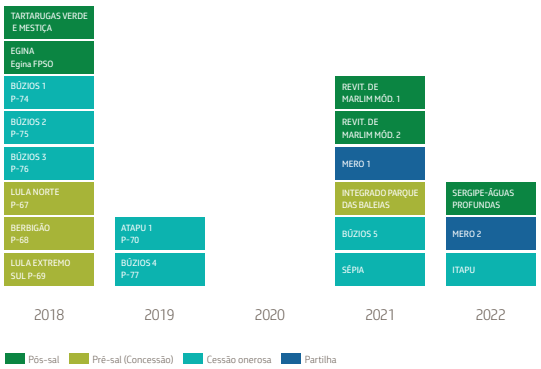




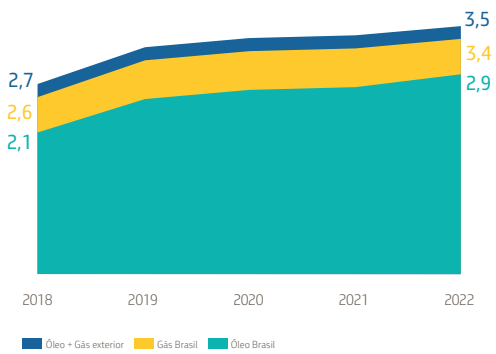
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CURVA DE PRODUÇÃO DE ÓLEO, LÍQUIDO DE GÁS NATURAL E GÁS NATURAL

ENTRADA EM PRODUÇÃO DE 19 NOVOS SISTEMAS ATÉ 2022



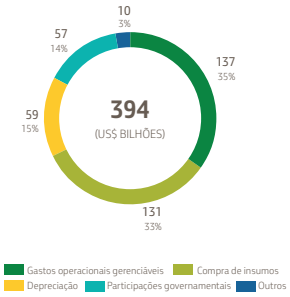
PRODUÇÃO DE ÓLEO, LGN E GÁS
(MILHÕES DE BOED)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

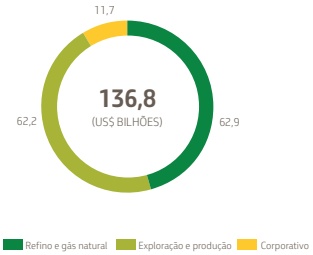
Eficiência dos gastos operacionais (opex):

OPEX 2018-2022 (US$ BILHÕES)

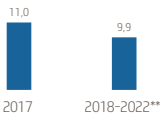


Parcerias e desinvestimentos:

GASTOS OPERACIONAIS GERENCIÁVEIS 2018-2022 (US$ BILHÕES)



CUSTO DE EXTRAÇÃO (US$/BBL)

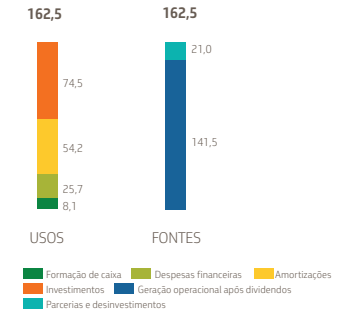


CUSTO DE REFINO* (US$/BBL)



* Brasil ** Média do PNG 2018-2022

FONTES E USOS 2018-2022 (US$ BILHÕES)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

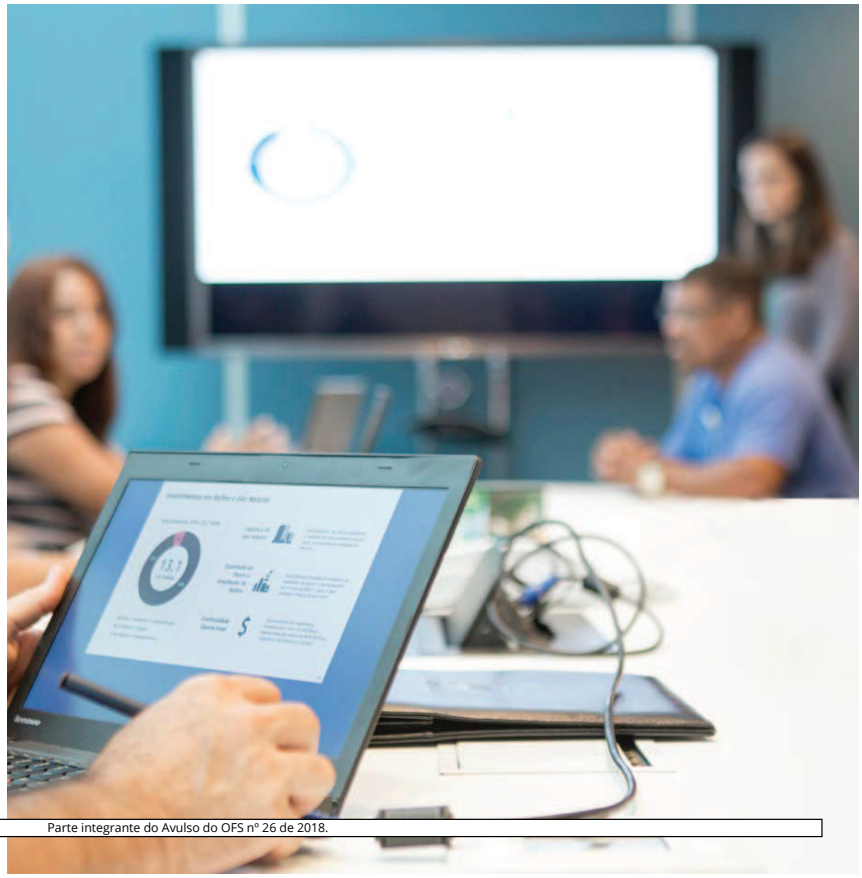


Governança Corporativa **111**
Ética **118**
Conformidade e Controles Internos **119**

GOVERNANÇA E CONFORMIDADE

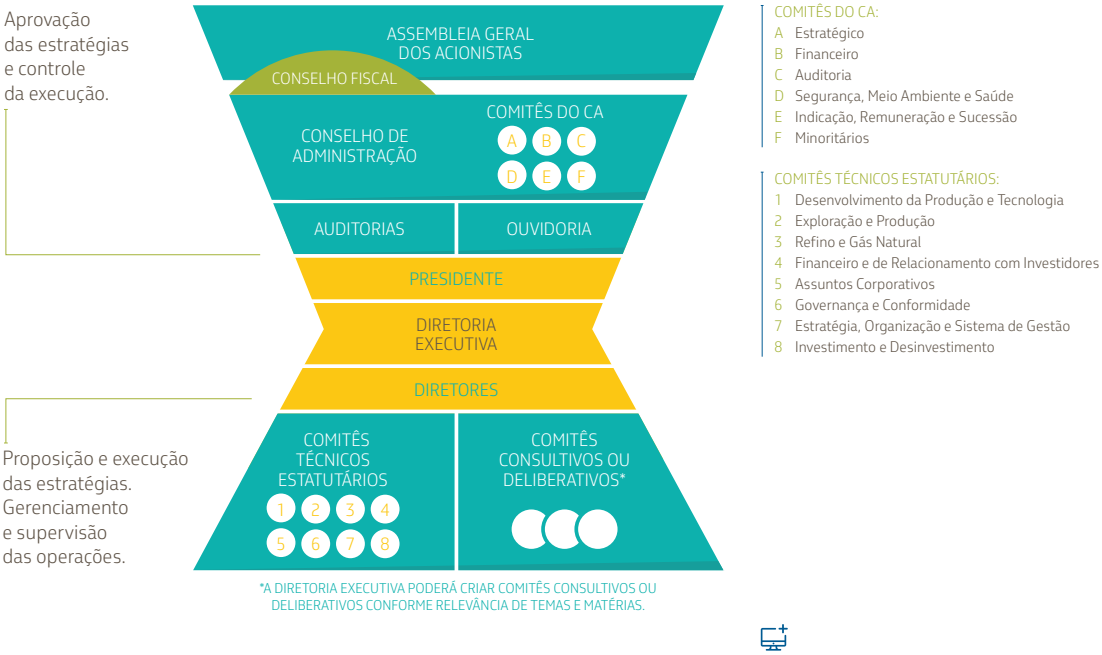
Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



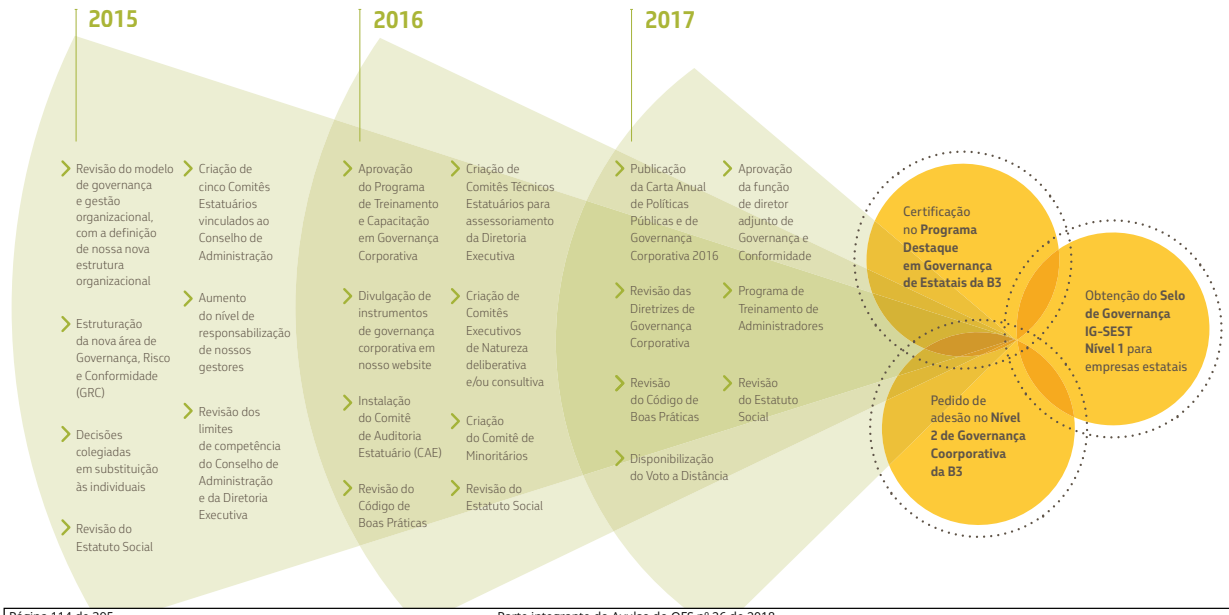
Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PRINCIPAIS MELHORIAS DA NOSSA GOVERNANÇA



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RECONHECIMENTO DOS NOSSOS AVANÇOS

PROGRAMA "SIMPLIFICA PETROBRAS"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



LAVA JATO

Não toleramos qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados e fornecedores. Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na Operação Lava Jato. Por esse motivo, atuamos como assistentes de acusação e parte interessada em 49 ações penais propostas em decorrência da Operação Lava Jato. Aguardamos deferimento da habilitação em mais duas ações. As ações têm como objeto imputações de crimes de organização criminosa, corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitações, atos ilegais de improbidade administrativa, entre outros.

Continuamos a acompanhar as investigações e a colaborar efetivamente com os trabalhos das autoridades competentes para a elucidação dos fatos.

Apresentamos às autoridades competentes os resultados das averiguações de não conformidades feitas por comissões internas instauradas para apurar possíveis irregularidades em contratos com prestadores de serviços.

Para determinadas empresas investigadas pela Operação Lava Jato contamos, desde 2014, com medidas cautelares de bloqueio que as impedem de participar de novas licitações e de celebrar novos contratos conosco. Caso a caso, esses bloqueios podem ser levantados na medida em que o fornecedor coopere com as investigações das autoridades e passe pelo processo de *Due Diligence* de Integridade, que compreende a verificação da existência e aplicação de um programa de integridade efetivo, com base nos parâmetros previstos no artigo 42 do Decreto nº 8.420/15.

Temos tomado as medidas necessárias para recuperar os danos sofridos em função desses atos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa. Para isso, ingressamos, até dezembro de 2017, em 15 ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, incluindo pedido de indenização por danos morais. Além disso, à medida que as investigações resultem em acordos de leniência com as empresas investigadas ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, podemos ter direito a receber uma parte deles. Deste modo, já retornaram para o nosso caixa, a título de ressarcimento de danos, previstos em acordos de leniência e acordos de colaboração, **R$ 1.475.586.737,78** até dezembro de 2017.

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

AÇÃO COLETIVA (*CLASS ACTION*) E PROCESSOS RELACIONADOS

Outros processos relacionados

Ação coletiva movida por Fundação de investidores na Holanda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



No **Código de Ética,** apresentamos os princípios éticos (o respeito à vida e a todos os seres humanos, a integridade, a verdade, a honestidade, a justiça, a equidade, a lealdade institucional, a responsabilidade, o zelo, o mérito, a transparência, a legalidade, a impessoalidade e a coerência entre o discurso e a prática) e os compromissos de conduta que devem ser seguidos pelos integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como pelos nossos empregados, estagiários e prestadores de serviços.



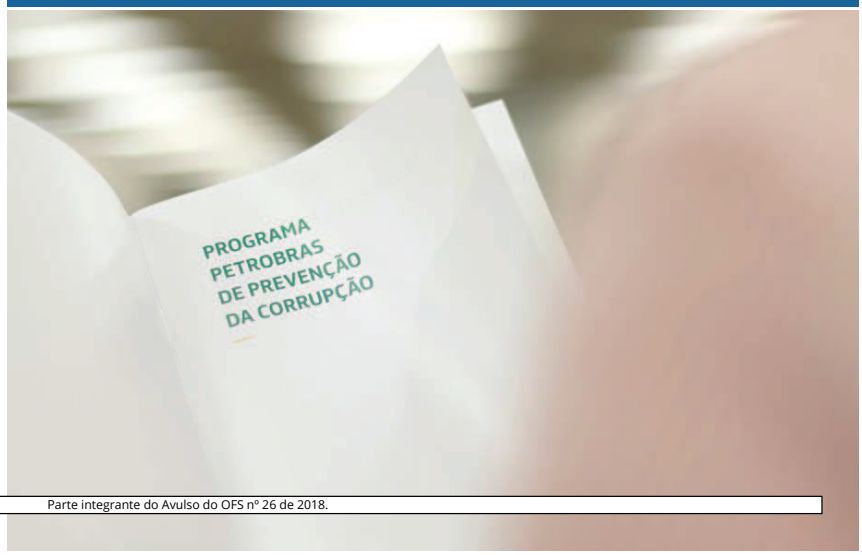
O **Guia de Conduta** destina-se ao mesmo público, e traz desdobramentos dos princípios do Código de Ética, com orientações de comportamento em situações da vida profissional ou em decorrência dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

PROGRAMA PETROBRAS DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (PPPC)

- O PPPC é movido por ações contínuas de prevenção, detecção e correção de atos de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.
- Destinado aos nossos diversos públicos de interesse, como clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público, empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.
- O programa é aprimorado continuamente e está aderente às melhores práticas de mercado e às legislações anticorrupção, sobretudo à Lei nº 12.846/2013; ao Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), lei federal norte-americana de 1977; e ao UK Bribery Act, lei britânica de combate e prevenção à corrupção de 2010.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INICIATIVA	DEFINIÇÃO	MELHORIAS 2017
Background Check de Integridade (BCI)	Sumário de informações sobre integridade de candidatos a funções gerenciais e da alta administração para subsidiar o gestor antes da tomada de decisão.	Requisitos adicionais de integridade passaram a ser obrigatórios após a inclusão da Política de Indicação de membros dos conselhos e de executivos no Estatuto Social, avaliados por meio do processo de BCI.
Due Diligence de Integridade (DDI)	Análise de integridade da contraparte que permite conhecer e avaliar os riscos de integridade aos quais podemos estar expostos em nossos relacionamentos.	Foi ampliada para outros públicos de relacionamento, como clientes, entidades patrocinadas e empresas interessadas em processos de desinvestimento de ativos e/ou participações societárias, em parcerias estratégicas e operacionais, além dos fornecedores de bens e serviços, que vinham sendo analisados desde 2015.
Comitê de Correição	Criado para reforçar nosso sistema de consequências, orientar, uniformizar e acompanhar a aplicação de sanções disciplinares em casos relacionados à fraude ou corrupção.	Aprimoramento do processo de avaliação do comitê por meio de matriz que captura a experiência acumulada da análise de casos.
Canal de Denúncias	Canal independente, que proporciona confidencialidade ao denunciante, sigilo e integridade das informações, rastreabilidade dos processos e tratamento da totalidade das denúncias.	Revisão de processos de tratamento e monitoramento das denúncias de fraude e corrupção protocoladas e encaminhadas pelo canal de denúncias terceirizado para posterior apuração interna.
Atitude Compromisso com a Conformidade	Requisito constante da avaliação de resultados de todos os empregados, com o objetivo de avaliar a capacidade de realizar as atividades com foco na prevenção de não conformidades, com respeito às normas, procedimentos, regulamentos e leis, no intuito de fortalecer o ambiente interno de controle, nossa imagem e reputação e combater desvios relativos à fraude e à corrupção.	Apenas os empregados que tiverem concluído, nos prazos estabelecidos, os treinamentos obrigatórios em conformidade e ética poderão ser avaliados como atendendo a atitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

CONTROLES INTERNOS

A administração constatou que nossas ações foram capazes de remediar, em todos os aspectos relevantes, todas as deficiências significativas identificadas em exercícios anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64



RISCOS E OPORTUNIDADES

Gestão de Riscos
123

Gestão de Crise
125

Oportunidades

125

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

AGRUPAMENTOS DE **RISCO**

ESTRATÉGICO
Riscos que podem comprometer os objetivos estratégicos e/ou a realização do Plano de Negócios e Gestão.

NEGÓCIOS
Riscos relativos aos negócios da companhia, de acordo com sua cadeia de valor, específicos de uma empresa integrada de petróleo (exploração e produção, refino, distribuição, gás natural, transporte etc.)

FINANCEIRO
Riscos de mercado, de crédito e de liquidez, que podem prejudicar o fluxo de caixa e os relatórios financeiros.

CONFORMIDADE
Riscos relacionados ao cumprimento das leis e dos regulamentos do nosso Código de Ética, Guia de Conduta e outros documentos relacionados.

OPERACIONAL
Reúne riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GESTÃO DE RISCOS NO PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO

PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
MUDANÇAS RELEVANTES NAS CONDIÇÕES DE MERCADO Como volatilidade de preços de petróleo e gás natural, venda de produtos e margens	· Monitoramento contínuo da evolução do cenário externo e da atuação nos nossos diversos públicos de interesse; · Robusto processo de planejamento e de gestão de carteira; · Aprimoramento da eficiência das operações.
ATRASO NA CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMAS	· Habilitação dos fornecedores segundo a nova sistemática, estabelecida pelo Programa de Gestão da Base de Fornecedores, o que garante maior segurança para as contratações; · Desenvolvimento da base de fornecedores buscando ampliar a competitividade dos seus processos de contratação; · Fomento, por meio das instituições das quais faz parte, da construção de um ambiente de negócios que favoreça a viabilização de projetos que estimulem a atividade da indústria do petróleo no Brasil e consequentemente de toda a cadeia produtiva.
REALIZAÇÃO DE PARCERIAS E DESINVESTIMENTOS	· Análise contínua da carteira de parcerias e desinvestimentos, buscando adequá-la às nossas necessidades e às oportunidades do mercado; · Identificação abrangente de riscos e elaboração de planos de ação para incrementar as chances de sucesso dos projetos de parcerias e desinvestimentos.
PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS	· Gestão da carteira de contingências com matriz de riscos e controles internos dos processos e rotinas; · Práticas de governança para análise e revisão por colegiado para causas relevantes; · Normativos e padrões internos para os processos de trabalho em todas as etapas do processo; · Criação de grupos de trabalho para processos relevantes com foco em aprimoramento das teses, acompanhamento diferenciado dos processos e tratamento da causa raiz; · Análise jurídica prévia a tomada de decisão, o que gera insumos para a definição de procedimentos mais robustos e com menor risco de questionamento em juízo.
GRANDES ACIDENTES/ INTEGRIDADE DE ATIVOS	· Contínuos programas de inspeções e manutenções das nossas instalações e de treinamentos da nossa força de trabalho para o correto cumprimento dos requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.

POLÍTICA DE *HEDGE*

Mantemos, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, evitando utilizar derivativos para proteger sistematicamente operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo seja atender nossas necessidades operacionais. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do plano de negócios, a execução de estratégia de proteção ocasional pode ser aplicável. As operações com derivativos realizadas, em 2017, tiveram como objetivo exclusivo a proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo.

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parcerias Estratégicas:

Recomposição do portfólio exploratório:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Revisão da cessão onerosa:

Economia de Baixo Carbono:

Transformação digital:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



OUTRAS INFORMAÇÕES

Anexos
128
Agradecimento
129
Glossário
130
Administração e Expediente
132

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS QUE NÃO SEJAM DE AUDITORIA EXTERNA PELO AUDITOR INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM 381/2003

SERVIÇOS	R$ MILHÕES
Auditoria Contábil	19.214
Auditoria SOX	3.627
Serviços adicionais relacionados à auditoria	1.178
Auditoria Tributária	833
TOTAL DOS SERVIÇOS	**24.852**

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	PAGAMENTOS COM VENCIMENTO POR PERÍODO			
	Total	2018	2019 -2022	2023 em diante
ITENS DO BALANÇO PATRIMONIAL[1]				
Obrigações de dívida[2]	360.724	23.160	155.081	182.483
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	759	84	242	433
Provisão de desmantelamento[3]	47.347	3.133	5.525	38.690
Total dos itens do balanço patrimonial	**408.830**	**26.377**	**160.848**	**221.606**
OUTROS COMPROMISSOS CONTRATUAIS				
Gás natural *ship or pay*[4]	23.182	4.678	18.504	-
Serviços contratados	189.907	66.090	53.060	70.757
Compromisso de compra de gás natural[4]	26.066	4.616	21.450	-
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens	304.398	27.844	83.505	193.049
Compromissos de compra	29.782	21.944	7.777	61
Total de outros compromissos	**573.335**	**125.172**	**184.296**	**263.867**
TOTAL	**982.165**	**151.549**	**345.143**	**485.473**

[1] Exceto o valor de R$ 121.916 milhões relativos às nossas obrigações com pensões e benefícios médicos, que são parcialmente financiados por R$ 49.704 milhões em ativos do plano. As informações sobre planos de benefícios pós-aposentadoria dos empregados, incluindo um calendário de vencimento esperado das responsabilidades com pensões e benefícios médicos, encontram-se na nota explicativa 22 de nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

[2] Inclui juros devidos, dívida de curto prazo e dívida de longo prazo (parte circulante e não circulante). Informações sobre os nossos pagamentos futuros do principal e dos juros (não descontados) para os próximos anos encontram-se na nota explicativa 33.6 de nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.

[3] Inclui R$ 563 milhões classificados como passivos mantidos para a venda.

[4] O atual contrato de importação está previsto para terminar, inicialmente, em 31 de dezembro de 2019, sendo automaticamente prorrogado até que todo o volume máximo contratado seja retirado pela Petrobras, o que indica sua extensão, no mínimo, até abril de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DIRETORIA EXECUTIVA



Diretor Executivo de Assuntos Corporativos
EBERALDO DE ALMEIDA NETO

Diretor Adjunto de Governança e Conformidade
PAULO JOSÉ ALVES

Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia
HUGO REPSOLD JÚNIOR

Diretor Executivo de Refino e Gás Natural
JORGE CELESTINO RAMOS

Presidente
PEDRO PARENTE

Diretora Executiva de Exploração e Produção
SOLANGE DA SILVA GUEDES

Diretor Executivo de Governança e Conformidade
JOÃO ADALBERTO ELEK JUNIOR

Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores
IVAN DE SOUZA MONTEIRO

Diretor Executivo de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão
NELSON LUIZ COSTA SILVA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSELHO FISCAL



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luiz Nelson Guedes de Carvalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COORDENAÇÃO GERAL, PRODUÇÃO E EDIÇÃO

ENDEREÇO

SITE NA INTERNET

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS

ATENDIMENTO AOS INVESTIDORES

BANCOS DEPOSITÁRIOS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SUMÁRIO

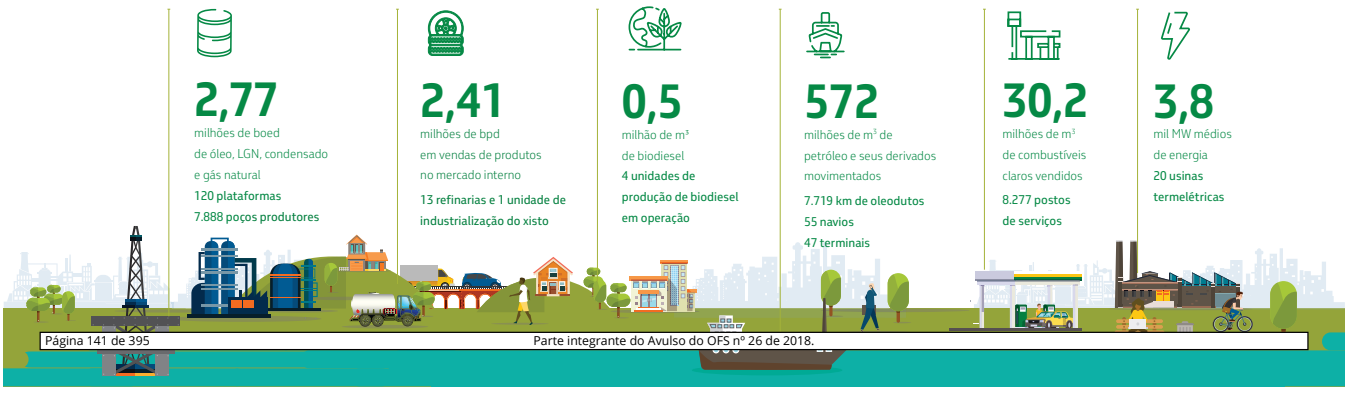
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Mensagem do Presidente

Pedro F
Presider

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	2013	2014	2015	2016	2017
MEIO AMBIENTE					
Vazamentos de óleo e derivados (m^3)	187,5	69,5	71,6	51,9	**35,8**
Consumo de energia (terajoule – TJ)	1.050.949	1.155.220	1.115.185	899.487	**947.645**
Emissões de gases de efeito estufa (milhões de toneladas de CO_2 equivalente)*	74,2	80,4	78,2	66,5	**67,0**
Emissões diretas de dióxido de carbono – CO_2 (milhões de toneladas)*	67,8	75,1	73,0	61,8	**62,7**
Emissões diretas de metano – CH_4 (mil toneladas)*	159	154	150	145	**131**
Emissões diretas de óxido nitroso – N_2O (toneladas)*	2.085	2.294	2.332	1.820	**1.761**
Emissões atmosféricas – NO_x (mil toneladas)*	252,17	298,51	267,12	234,52	**283,90**
Emissões atmosféricas – SO_x (mil toneladas)*	128,37	126,08	120,04	130,69	**135,61**
Emissões atmosféricas – CO (mil toneladas)*	173,60	180,47	191,12	170,67	**157,67**
Emissões atmosféricas - Compostos Orgânicos Voláteis - COV (mil toneladas)*	249,63	234,56	230,16	234,67	**263,41**
Material particulado (mil toneladas)*	17,47	21,62	19,18	15,24	**15,51**
Retirada de água doce (milhões de m^3)*	193,6	206,5	213,3	191,6	**177,7**
Descartes de efluentes hídricos (milhões de m^3)*	230,6	254,8	277,1	281,8	**293,2**
SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL					
Fatalidades (inclui empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços)	4	10	16	3	**6**
Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA)	0,75	0,72	0,76	0,59	**0,58**
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	–	–	2,15	1,63	**1,08**
CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE					
Investimentos em projetos socioambientais (R$ milhões)**	–	405	271	120	**60**
Investimentos em projetos sociais (R$ milhões)**	391	–	–	–	**–**
Investimentos em projetos ambientais (R$ milhões)**	104	–	–	–	**–**
Investimentos em projetos culturais (R$ milhões)	203	194	139	71	**61**
Investimentos em projetos esportivos (R$ milhões)	81	94	86	50	**21**
OPERAÇÕES					
Reservas provadas de óleo, condensado e gás natural (bilhões de barris de óleo equivalente - boe)***	13,1	13,1	10,5	9,7	**9,8**
Produção total de óleo, LGN, condensado e gás natural sem liquefeito (mil barris de óleo equivalente por dia - boed)	2.540	2.669	2.786	2.790	**2.767**
Produção de óleo, LGN e condensado (mil barris/dia - bpd)	2.060	2.150	2.227	2.224	**2.217**
Produção de gás natural sem liquefeito (milhões m^3/dia)	77,4	83,7	89,8	90,8	**87,9**
Volume de vendas no mercado interno (mil bpd)	2.883	3.003	2.789	2.509	**2.413**
Volume de vendas no mercado externo (mil bpd)	909	964	1.056	972	**914**
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS					
Receita de vendas (R$ milhões)	304.890	337.260	321.638	282.589	**283.695**
Lucro bruto (R$ milhões)	69.895	80.437	98.576	89.978	**91.595**
Lucro operacional (R$ milhões)	34.364	(21.322)	(12.391)	17.111	**35.624**
Ebitda ajustado (R$ milhões)	59.132	59.883	76.752	88.693	**76.557**
Lucro líquido (prejuízo) – acionistas Petrobras (R$ milhões)	23.570	(21.587)	(34.836)	(14.824)	**(446)**
Lucro líquido (prejuízo básico e diluído) por ação (R$)	1,81	(1,65)	(2,67)	(1,14)	**(0,03)**
Fluxo de caixa livre (R$ milhões)	–	(19.554)	15.889	41.572	**44.064**
Dívida líquida (R$ milhões)	221.563	282.089	392.136	314.120	**280.752**
Dívida líquida/Ebitda	3,75	4,71	5,11	3,54	**3,67**

* As possíveis alterações em informações numéricas históricas referentes a publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.

** Até 2013, possuíamos programas separados para a área ambiental e social. A partir de 2014, os projetos sociais e ambientais foram agrupados em projetos socioambientais, passando a integrar o nosso Programa Petrobras Socioambiental.

*** Segundo critério SEC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de começar a leitura
do Sustentabilidade 2017
conheça as funcionalidades
de navegação

Sumário

Retornar à última página visitada

Página anterior

Próxima página

Conteúdo adicional no documento

Conteúdo adicional em nosso site

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Reconhecemos profundas transformações em curso nos mercados de energia, associadas à inovação e aos valores e comportamentos da sociedade. Nossa nova estratégia tem como objetivo nos permitir evoluir com a sociedade e atender a seus requisitos mais ambiciosos em relação à mudança do clima.

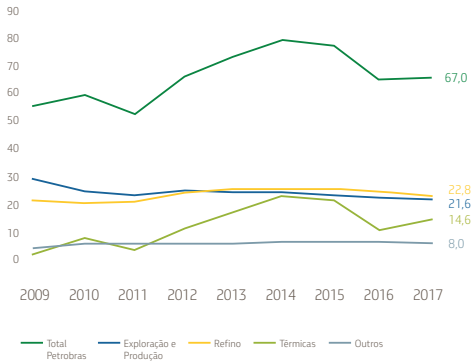
PREPARAR A COMPANHIA PARA UM FUTURO BASEADO EM UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO



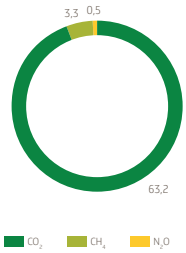
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DESEMPENHO OPERACIONAL E GASES DE EFEITO ESTUFA

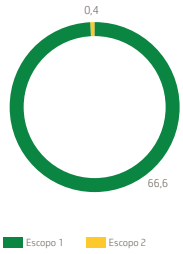
HISTÓRICO DE EMISSÕES GEE (MILHÕES DE t CO_2e)



GEE SEGREGADO POR GÁS
(MILHÕES DE t CO_2e)
2017



GEE POR ESCOPO
(MILHÕES DE t CO_2e)
2017



a) Emissões relativas às operações de exploração e produção, refino, fabricação de fertilizantes, petroquímica, geração de energia elétrica, transporte terrestre (dutoviário e rodoviário) e marítimo, bem como às atividades de distribuição no Brasil, na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, nos Estados Unidos, no México, no Paraguai, no Peru e no Uruguai.

b) O inventário de emissões atmosféricas é elaborado segundo as orientações do GHG Protocol, desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI) e pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). A abordagem do inventário segue a metodologia fonte a fonte, ou seja, o inventário total é o resultado da soma das emissões de cada fonte de emissão. Os cálculos das emissões de GEE se baseiam em referências internacionais, como o API Compendium, o AP-42 (US EPA) e o Protocolo de Gases de Efeito Estufa do GHG Protocol.

c) As emissões de CO_2 e foram calculadas com base nos valores de Potencial de Aquecimento Global (GWP) do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (AR4). Nos relatórios anteriores, tais emissões foram calculadas considerando os valores de GWP (Global Warming Potential – Potencial de Aquecimento Global) do Segundo Relatório de Avaliação do IPCC (SAR); logo, podem ser observadas alterações nos dados de anos anteriores.

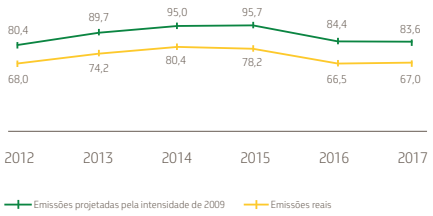
d) Demais possíveis alterações em informações numéricas históricas, referentes a publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade, devem-se a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.

e) Escopo 1 – emissões diretas; Escopo 2 – emissões Indiretas relativas a operações; Escopo 3 – emissões indiretas pelo uso dos produtos (classificação de acordo com o GHG Protocol).

f) No ano de 2017, a atividade de refino foi responsável por cerca de 85% das emissões de GEE do segmento de Abastecimento, já a atividade de geração de energia elétrica (térmicas) correspondeu a cerca de 81% das emissões do segmento de Gás e Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EMISSÕES EVITADAS (MILHÕES DE t CO_2e)



Destacamos, também, em 2017, a reinjeção de 2,5 milhões de toneladas de CO_2 separado do gás produzido nos nossos campos de pré-sal na Bacia de Santos, totalizando 7 milhões de toneladas de CO_2 desde 2008, incluindo um conjunto de tecnologias premiadas pela Offshore Technology Conference (OTC).

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DE NOSSOS PRODUTOS (ESCOPO 3) (t CO_2e)



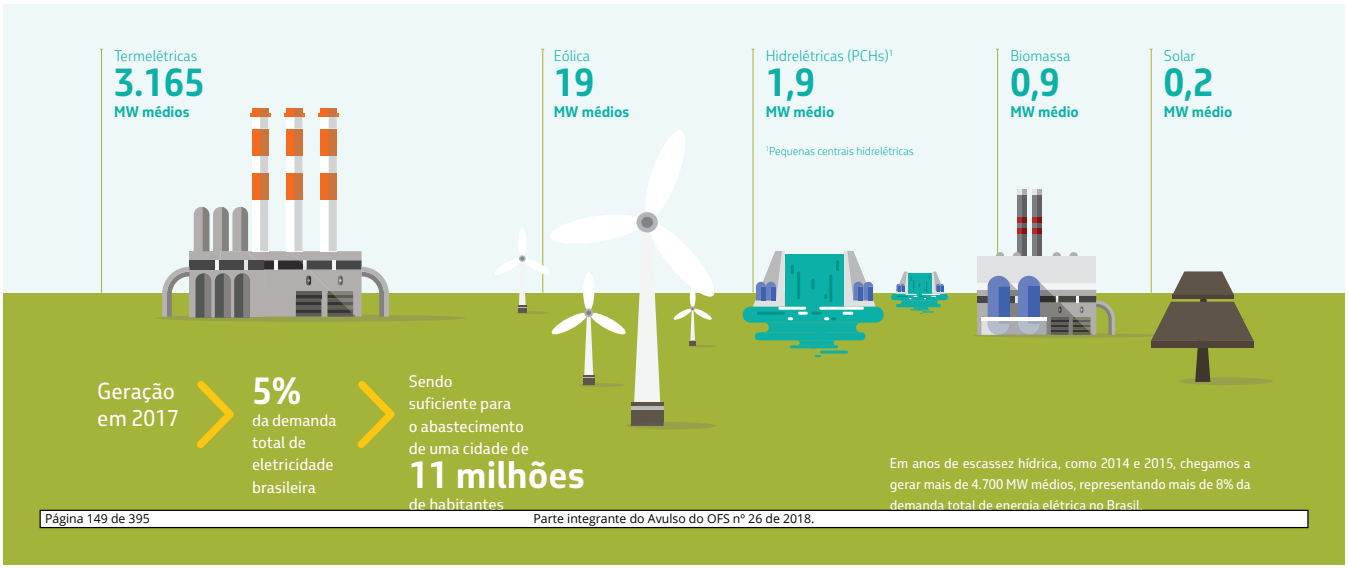
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PREPARAÇÃO DOS PROCESSOS DECISÓRIOS PARA A TRANSIÇÃO

Para mitigar esses riscos, desenvolvemos, em nosso centro de pesquisas, um modelo para avaliação de impactos físicos sobre as operações. No prazo de vida útil de nossos ativos, a magnitude desses impactos encontra-se dentro dos parâmetros de segurança já considerados em nossos projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

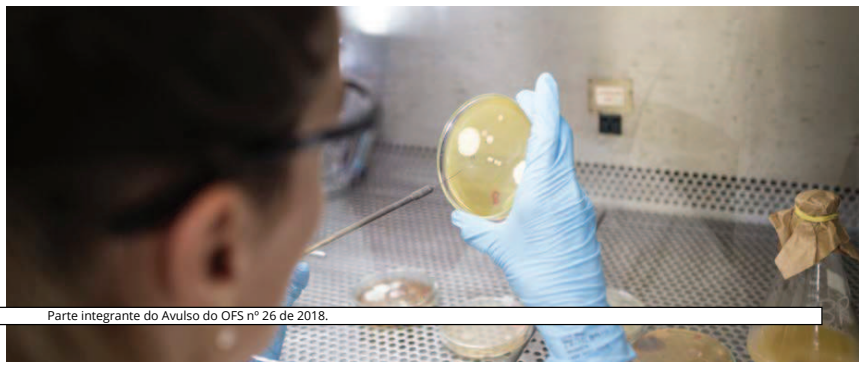
NEGÓCIOS E INOVAÇÃO EM BAIXO CARBONO



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

CLASSIFICAÇÃO	R$ MILHÕES
Biocombustíveis de 1ª Geração	5,4
Biocombustíveis Avançados	11,1
Bioprodutos	3,0
Energia de Resíduos	10,5
Energia Hidrelétrica	1,0
Energia Termelétrica	2,8
Energias Alternativas	0,3
Energia Eólica	5,7
Energia Solar	5,7
Veículos Elétricos Híbridos	6,9
TOTAL	**52,4**



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TRANSPARÊNCIA E ENGAJAMENTO

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, patrocinamos 12 projetos de conservação de áreas naturais, reconversão produtiva e recuperação de áreas degradadas e formações vegetais dos biomas. Tais projetos são desenvolvidos em localidades estratégicas, representativas dos principais biomas brasileiros, e contribuem para a conservação e fixação de estoques de carbono em biomassa vegetal total. Ressalte-se que as emissões de CO_2 relativas à fixação de carbono em biomassa são adicionais à curva de emissões evitadas de nossas operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CONSUMO DE ENERGIA

CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DO SISTEMA PETROBRAS (EM TJ)

	2015	2016	2017
CONSUMO DE ENERGIA			
Óleo diesel	79.648	57.672	61.948
Óleo combustível	59.415	75.342	51.106
Gás natural	719.597	550.027	641.530
Gás combustível	124.596	100.560	86.150
Gás residual	17.990	11.488	16.612
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	1.254	147	1.130
Coque	69.161	61.755	67.715
Outros	(3.114)	(3.066)	8
Vapor importado	28.256	26.870	1.852
Energia elétrica importada	18.382	18.693	19.593
TOTAL DE ENERGIA	1.115.185	899.487	947.645

a) A energia elétrica e o vapor são contabilizados com base no equivalente térmico teórico (0,0036 TJ = 1 MWh).
b) O volume de gás natural e de combustíveis líquidos queimados em tocha, em 2017, totalizou 77,5 mil TJ e não é considerado no cálculo do consumo de energia.
c) Outros inclui vapor e eletricidade exportados.

As ações de melhoria do desempenho energético nos possibilitaram uma economia de 2.910 terajoules no ano (TJ/a), ou 1.355 boe/d, equivalente ao consumo de energia elétrica de uma cidade com 113 mil habitantes por um ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Página 155 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)

2016 1,63

2017 1,08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EVENTOS E CAMPANHAS DE SMS



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SAÚDE

A análise do perfil epidemiológico de nossos empregados considera informações do monitoramento dos principais agravos de saúde, doenças crônicas, doenças de notificação compulsória, acidentes, características individuais, tais como pressão arterial, colesterol, glicose e triglicerídeos, índice de massa corporal, além dos hábitos de vida referentes à prática de atividade física, ao uso de álcool e tabaco, hábitos alimentares e regularidade do sono.

Os resultados encontrados contribuem para a implantação e/ou a manutenção de ações e programas de promoção de atividades físicas, da alimentação saudável, de prevenção de problemas relacionados ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, de gestão da ergonomia e de saúde do viajante.

INDICADOR	2015	2016	2017	2018 (META)
Taxa de acidentados registráveis (TAR)	2,15	1,63	**1,08**	**1,0**
Taxa de ocorrências registráveis (TOR)	4,39	3.30	**2,76**	–
Taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFCA)	0,76	0,59	**0,58**	–
Taxa de incidência de acidente do trabalho (Tiat)	13,88	12,64	**11,20**	–
Taxa de incidência de doença ocupacional (Tido)	0,02	0,00	**0,02**	–
Média de dias perdidos por empregado relacionados ao trabalho	0,22	0,19	**0,23**	–
Percentual de tempo perdido (PTP) (%)	2,47	2,47	**2,40**	**2,40**

Identidade dos indicadores:

. TAR: número de acidentados registráveis por milhão de homens-hora de exposição ao risco. Inclui casos típicos de lesões sem afastamento (excluindo casos de primeiros socorros), de lesões com afastamento, casos de doenças ocupacionais e acidentados fatais.

. TOR: número de acidentados registráveis por milhão de homens-hora de exposição ao risco. Inclui casos típicos de lesões sem afastamento (incluindo casos de primeiros socorros), de lesões com afastamento, casos de doenças ocupacionais e acidentados fatais.

. TFCA: número de acidentados com afastamento do trabalho decorrente de acidentes típicos ou de casos de doença ocupacional por milhão de homens-hora de exposição ao risco.

. TIAT: número total de casos de acidente de trabalho típico ou de trajeto, por 1.000 empregados.

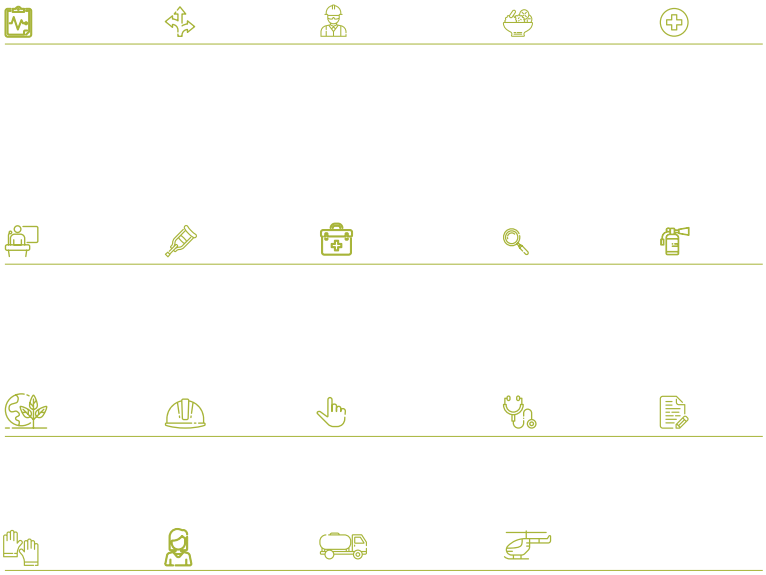
. TIDO: número total de casos novos de doenças ocupacionais, por 1.000 empregados.

. Média de dias perdidos por empregado, relacionados ao trabalho: número de dias perdidos por empregado. Dados referentes aos afastamentos por causas de saúde relacionados ao trabalho – acidente e doença. São considerados para o cálculo os dias civis desde o dia seguinte ao da lesão até o dia anterior ao do retorno.

. PTP: Percentual de Tempo Perdido. O PTP é calculado pela fórmula PTP = total de horas perdidas/total de horas planejadas X 100. Para o cálculo das horas não trabalhadas, consideram-se todas as horas de todas as licenças médicas e odontológicas por acidente e doença, ocupacional e não ocupacional, independentemente do número de dias da licença. Para o cálculo das horas planejadas, considera-se o tempo planejado de trabalho (horas planejadas para serem efetivamente trabalhadas, de acordo com o previsto no regime e Plano de Horário de Trabalho – PHT), no período.

As taxas relacionadas à segurança no trabalho (TAR,TOR, TFCA) incluem empregados próprios e de empresas contratados. As taxas relacionadas à saúde (TIAT, TIDO, Média de dias perdidos e PTP) incluem apenas empregados próprios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IMPACTOS EM SAÚDE E SEGURANÇA RELACIONADOS A PRODUTOS E SERVIÇOS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	TEOR / PETROBRAS	LIMITE MÁXIMO DA ESPECIFICAÇÃO NACIONAL
GASOLINA	Benzeno médio **0,49%**	1%
	Enxofre médio **< 34 ppm**	50 ppm
ÓLEO DIESEL S-10	Enxofre médio **5 ppm**	10 ppm
ÓLEO COMBUSTÍVEL	OCA1 Enxofre médio **0,65%**	2,0%
COMBUSTÍVEL MARÍTIMO-BUNKER	Enxofre médio inferior a **1%**	3,5% * * limite nacional e internacional



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOSSOS **RECURSOS HUMANOS**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

ALINHADOS AOS **PROCESSOS, PROGRAMAS E PROJETOS** DE RH

PROVER SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM GESTÃO DE PESSOAS, DE FORMA PROATIVA E INTEGRADA, QUE AGREGUEM VALOR AOS NOSSOS RESULTADOS

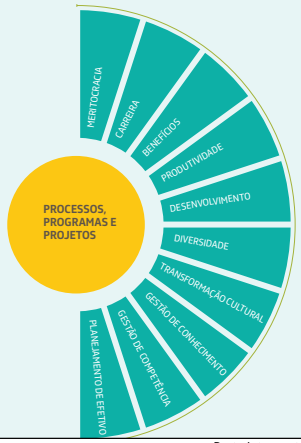
RESULTAM EM **CAPITAL HUMANO**

COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E EXPERIÊNCIA
das pessoas e suas motivações para inovar

QUE CONTRIBUEM **PARA APLICAÇÃO DOS DEMAIS RECURSOS** AOS PROCESSOS DA COMPANHIA

- INTELECTUAL
- PRODUTIVO
- FINANCEIRO
- RELACIONAMENTO

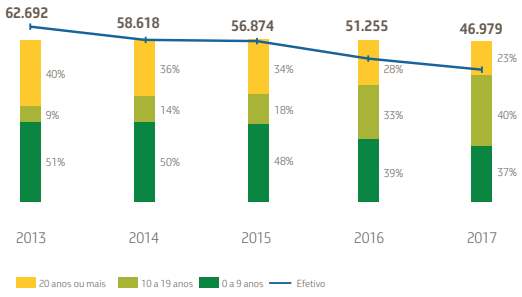
GERANDO **RESULTADOS E VALOR** PARA OS EMPREGADOS E PARA A EMPRESA



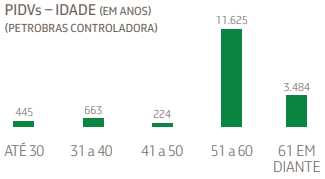
- PROGRAMA DE ESTÁGIO EDUCACIONAL PETROBRAS
- SUCESSÃO GERENCIAL
- TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
- TRILHAS DE DESENVOLVIMENTO
- TUTORIA
- GESTÃO DE DESEMPENHO
- MOBILIZA
- PLANEJAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (PLAFORT)
- PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CARGOS (PCAC)
- CLIMA ORGANIZACIONAL
- PLANO DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO (PIDV)
- PETROS
- ACORDO COLETIVO DE TRABALHO
- ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE (AMS)
- AVANÇO DE NÍVEL E PROMOÇÃO
- BENEFÍCIO FARMÁCIA
- MENTORIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

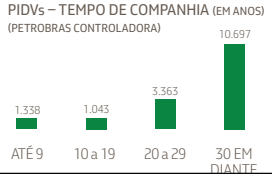
EVOLUÇÃO DO EFETIVO E TEMPO DE COMPANHIA (PETROBRAS CONTROLADORA)



PIDVs – IDADE (EM ANOS)
(PETROBRAS CONTROLADORA)



PIDVs – TEMPO DE COMPANHIA (EM ANOS)
(PETROBRAS CONTROLADORA)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PERFIL DO NOSSO EFETIVO POR GÊNERO E NÍVEL DOS CARGOS PETROBRAS CONTROLADORA (%)

	2015	2016	2017
NÍVEL MÉDIO			
Feminino	4.433	3.809	3.331
%	8	7	7
Masculino	30.566	26.792	23.969
%	54	52	51
TOTAL	34.999	30.601	**27.300**
%	62	59	58
NÍVEL SUPERIOR			
Feminino	4.697	4.487	4.280
%	8	9	9
Masculino	17.178	16.167	15.399
%	30	32	33
TOTAL	21.875	20.654	19.679
%	38	41	42
TOTAL	56.874	51.255	**46.979**

EVOLUÇÃO DAS FUNÇÕES GERENCIAIS E DE ESPECIALISTAS POR GÊNERO PETROBRAS CONTROLADORA (%)

	2015	2016	2017
FUNÇÃO ESPECIALISTA[1]			
Feminino	348	300	248
%	19	19	18
Masculino	1.499	1.290	1.140
%	81	81	82
TOTAL	1.847	1.590	**1.388**
FUNÇÃO SUPERVISÃO			
Feminino	189	176	187
%	8	8	8
Masculino	2.226	2.150	2.077
%	92	92	92
TOTAL	2.415	2.326	**2.264**
FUNÇÃO GERENCIAL			
Feminino	1.169	856	852
%	18	17	18
Masculino	5.202	4.066	3.980
%	82	83	82
TOTAL	6.371	4.922	**4.832**
TOTAL	10.633	8.838	**8.484**

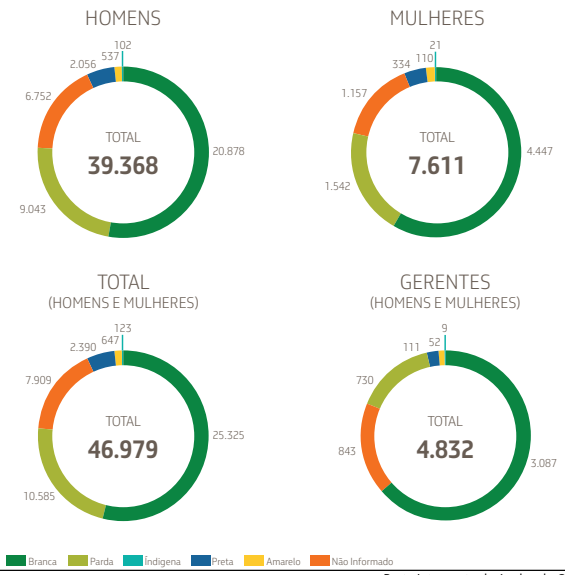
PERFIL DO NOSSO EFETIVO POR REGIÃO
PETROBRAS CONTROLADORA

	2015	2016	2017
REGIÃO DE TRABALHO			
Sudeste	40.326	36.883	34.456
Nordeste	12.344	10.565	8.963
Sul	2.740	2.529	2.397
Norte	1.214	1.078	986
Centro-Oeste	250	200	177
TOTAL	56.874	51.255	46.979

[1] A função especialista é composta pelas seguintes funções: consultor, consultor sênior e consultor master.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL POR GÊNERO EM NÚMERO DE EMPREGADOS
(PETROBRAS CONTROLADORA)





ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



9 integrantes

CONSELHO FISCAL



5 integrantes

DIRETORIA EXECUTIVA



8 integrantes

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2007, revisamos o Plano de Classificação e Avalição de Cargos (PCAC), de modo a atualizar a estrutura de cargos e salários, considerando o mercado de óleo e gás, e com o objetivo de prestar sustentação aos processos de gestão de pessoas.

A partir de 2007, o PCAC passou a contemplar três categorias de cargos por carreira (júnior, pleno e sênior), tanto para o nível médio, quanto para o nível superior. A estrutura salarial apresenta quatro grupos de cargos de nível médio, com 31 níveis salariais em suas carreiras, e dois grupos de cargos de nível superior, com 25 ou 27 níveis salariais. O percentual de incremento na remuneração entre níveis salariais é constante: 3,8%.

RAZÃO DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS (PETROBRAS CONTROLADORA)

		2017	
	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
UNIDADES OPERACIONAIS RELEVANTES			
Diretoria Executiva de Exploração e Produção (DE&P)	Com função	0,82	0,93
	Sem função	0,77	0,90
Diretoria Executiva de Refino e Gás Natural (DRGN)	Com função	0,75	0,89
	Sem função	0,78	0,91
Demais Diretorias	Com função	0,90	0,93
	Sem função	0,85	0,92
PETROBRAS		**0,76**	**0,89**

a) Enquadramos as áreas diretamente relacionadas ao nosso negócio principal em "Unidades Operacionais Relevantes": área de exploração e produção e área de refino e gás natural (RGN). As demais unidades operacionais e as unidades administrativas integram o item "demais diretorias".

b) Média das remunerações de mulheres dividida pela média das remunerações de homens, no caso de cada grupo.

c) Possuímos tabela salarial com diversos níveis de salário básico, todos aplicáveis tanto a homens, quanto a mulheres. Porém, para o cálculo da remuneração, são considerados os salários básicos e adicionais, como vale-transporte, auxílio-creche etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ACORDO COLETIVO E AVANÇOS SOCIAIS

- ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE (AMS)
- PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
- BENEFÍCIO EDUCACIONAL DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ A UNIVERSIDADE PARA FILHOS E ENTEADOS DE EMPREGADOS
- BENEFÍCIO DE AFASTAMENTO DO ACORDO COLETIVO
- COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA
- BENEFÍCIO FARMÁCIA
- PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL DEDICADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TANTO PARA EMPREGADOS ATIVOS, QUANTO PARA SEUS DEPENDENTES
- PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO EMPREGADO ACIDENTADO NO TRABALHO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TREINAMENTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANÁLISE DE DESEMPENHO

26 Mentorias

168 Aprendizados por observação

25 Rodízios técnicos

29 Rodízios gerenciais

23 Comunidades de Prática ativas, nas quais participam

103 Lições aprendidas, boas práticas e alertas técnicos

168 Tutorias

2.585 Treinamentos no local de trabalho

89 Encontros técnicos

3.692 Inventários do conhecimento
90% no âmbito do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV

11.350 Empregados envolvidos

EMPREGADOS AVALIADOS POR GÊNERO E NÍVEL EM 2017 (PETROBRAS CONTROLADORA)

NÍVEL	FUNÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
NÍVEL MÉDIO	Sem função	2.694	20.158	**23.122**
	Com função	343	3.220	**3.563**
Total de avaliados de nível médio		3.037	23.378	**26.685**
Total de empregados de nível médio		3.331	23.969	**27.300**
NÍVEL SUPERIOR	Sem função	3.180	10.861	**14.041**
	Com função	945	3.995	**4.940**
Total de avaliados de nível superior		4.125	14.856	**18.981**
Total de empregados de nível superior		4.280	15.399	**19.679**
OUTROS	Sem função	70	200	**270**
	Com função	30	52	**82**
Outros - Total		100	252	**352**

a) Outros são, por exemplo, os avaliados requisitados, conselheiros e ocupantes de funções com contratos especiais.
b) Alguns empregados inscritos no PIDV não foram avaliados.

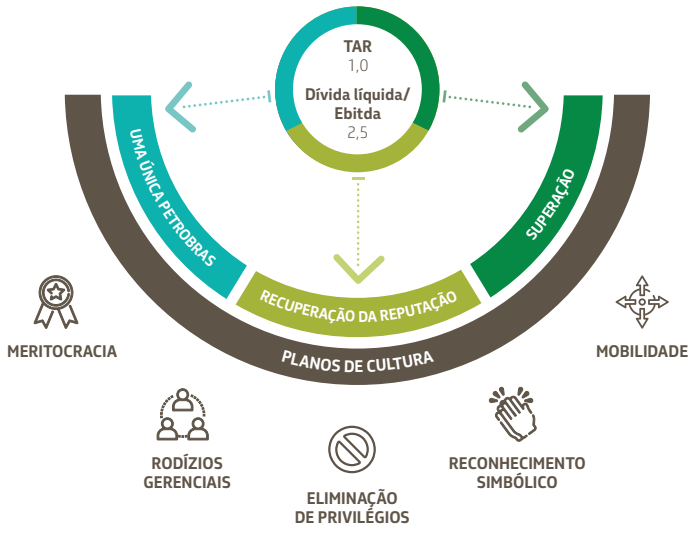
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TRANSFORMAÇÃO CULTURAL

GESTÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL DA PETROBRAS



FASES DO PROJETO

0 **PRÉ-PROJETO** 2016
- Definição dos comportamentos para a virada (diretoria e gerências executivas)

1 **CULTURA PARA A VIRADA** 2016/2017
- Plano de Virada
- Desenhado pelos diretores
- Enriquecido pelos executivos
- Aprovado e alinhado com todos
- Executado impecavelmente

2 **CULTURA PARA PROSPERIDADE** 2017/2018
- Plano de Cultura
- Baseado nos imperativos estratégicos
- Embasado em pesquisas estruturadas
- Aprovado em todas as Instâncias
- Transferência de *know-how*
- Execução para a excelência

3 **CULTURA PARA A PERENIDADE** 2018/2019
- Manter a consciência ativa
- Planos de cultura por unidade do negócio
- Preparar líderes para perenizar
- Planos de cultura por unidade do negócio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64



Dessa forma, o projeto de gestão cultural deve implementar uma cultura forte e perene que suporte os desafios inerentes às nossas estratégias para fazer as mudanças necessárias no curto, médio e longo prazos, garantindo a nossa sustentabilidade e a boa reputação.

Página 175 de 395 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CÓDIGO DE ÉTICA:

- Respeito à vida e a todos os seres humanos
- Equidade
- Não discriminação
- Respeito às diferenças
- Respeito e promoção da diversidade e combate a todas as formas de preconceito
- Igualdade de oportunidades para todos os empregados
- Relações de trabalho justas
- Garantia de saúde e segurança no trabalho
- Promoção da educação e capacitação
- Direito à livre associação
- Não utilização de trabalho infantil, forçado ou compulsório por parte dos fornecedores e sua cadeia produtiva
- Manutenção de ouvidorias com canais formais para críticas e denúncias
- Respeito à propriedade intelectual
- Contribuição para a preservação do meio ambiente, biodiversidade e uso sustentável da água

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DE RISCOS SOCIAIS E TEMAS RELACIONADOS A DIREITOS HUMANOS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RISCOS SOCIAIS EM PROJETOS DE INVESTIMENTO

DIVERSIDADE E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DISSEMINAÇÃO DE CONTEÚDOS SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE, EM ESPECIAL NOS AMBIENTES DE TRABALHO.

RECONHECIMENTO DE DIREITOS CIVIS AOS PARCEIROS DE MESMO SEXO COM INCLUSÃO NA ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE (AMS) DA PETROBRAS E NO FUNDO DE PENSÃO DA PETROBRAS (PETROS).

PESQUISA INTERNA PARA CONHECER A EVOLUÇÃO DAS CARREIRAS EM NOSSA COMPANHIA, SOB OS ASPECTOS DE COR/RAÇA E GÊNERO.

IMPLEMENTAÇÃO DE 24 SALAS DE APOIO À AMAMENTAÇÃO, DISTRIBUÍDAS EM NOSSAS UNIDADES EM TODO O BRASIL.

ADEQUAÇÃO DOS UNIFORMES FEMININOS.

EQUIPARAÇÃO DOS VALORES DE REEMBOLSO DO AUXÍLIO CRECHE PARA OS EMPREGADOS PAIS AOS VALORES RECEBIDOS PELAS EMPREGADAS MÃES.

AMPLIAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE PARA 180 DIAS, CONCESSÃO DE PERÍODO ADICIONAL DESSA LICENÇA PARA AS EMPREGADAS GESTANTES QUE TIVEREM PARTO PREMATURO E PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PATERNIDADE PARA 20 DIAS.

PROMOÇÃO DE DEBATE COM A EQUIPE DO FILME "COMO NOSSOS PAIS" E A NOSSA FORÇA DE TRABALHO SOBRE OS LUGARES OCUPADOS PELAS MULHERES NA SOCIEDADE ATUAL A PARTIR DA EXIBIÇÃO DO LONGA METRAGEM, QUE CONTOU COM NOSSO PATROCÍNIO NA SUA PRODUÇÃO POR MEIO DO PROGRAMA PETROBRAS CULTURAL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

FORNECEDORES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DENÚNCIAS SOBRE DISCRIMINAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



Berço das Águas

PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NOS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

O Programa Petrobras Socioambiental promove os direitos humanos estabelecendo como públicos prioritários do programa: Mulheres, Negros, Pessoas com Deficiência, Povos e Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas, Crianças e Adolescentes e Juventude. O programa também considera os seguintes temas transversais no processo de análise e seleção de projetos: Equidade de Gênero, Igualdade Racial e Inclusão de Pessoas com Deficiência.

Para mais informações sobre o Programa Petrobras Socioambiental, veja Investimento Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA PETROBRAS DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (PPPC)

TREINAMENTO SOBRE POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

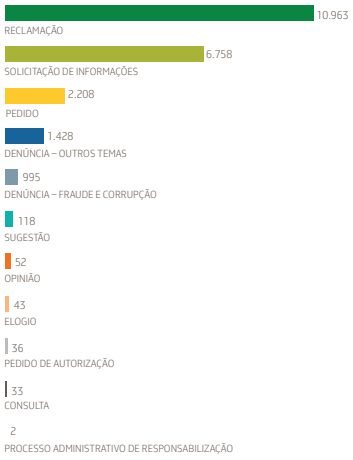
DELEGAÇÃO DE AUTORIDADE

PREVENÇÃO A CONFLITOS DE INTERESSE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TRANSPARÊNCIA

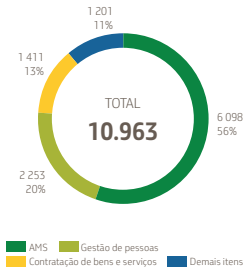
TOTAL DE DEMANDAS RECEBIDAS EM 2017



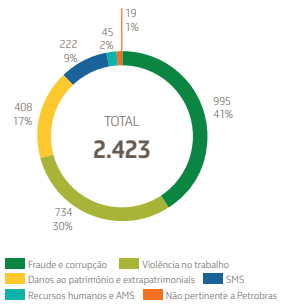
TOTAL
22.636

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

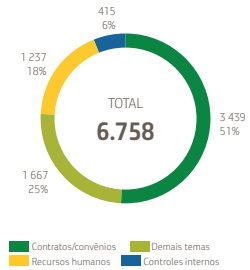
RECLAMAÇÕES RECEBIDAS EM 2017



DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2017



SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO RECEBIDAS EM 2017

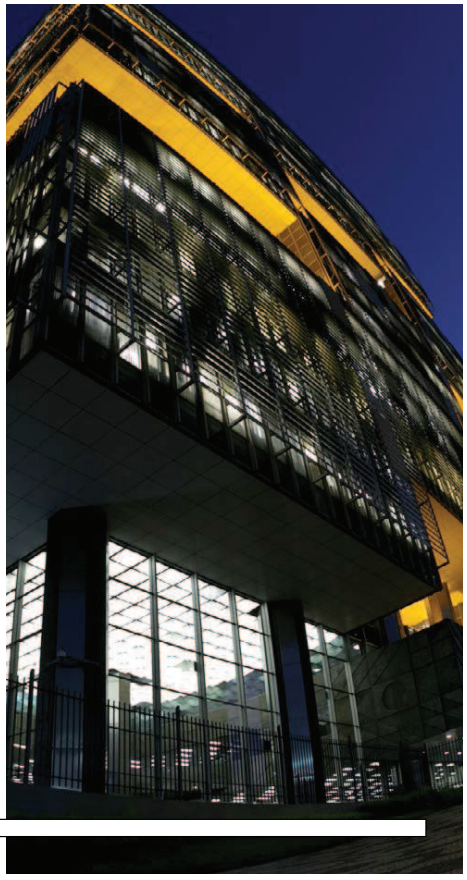


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OPERAÇÃO LAVA JATO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

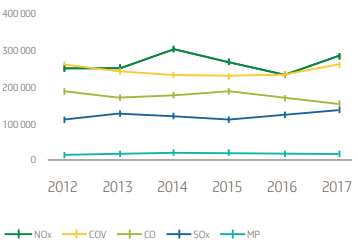


MEIO AMBIENTE

Emissões atmosféricas e qualidade do ar **54**
Biodiversidade **56**
Gestão de recursos hídricos **61**
Gestão de resíduos **66**
Prontidão para resposta a vazamentos **69**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

HISTÓRICO DE EMISSÕES DOS POLUENTES REGULADOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS (TONELADAS)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



HIDROCARBONETOS NÃO APROVEITADOS (MILHÕES DE METROS CÚBICOS)

	2015	2016	2017
DESTINAÇÃO			
Queimados em tocha	2.894	2.998	**2.922**
Dissipados na atmosfera	72,0	60,3	**49,34**

a) Consideramos os registros de volume de gás queimado em tocha para as atividades de exploração e produção; refino; produção de fertilizantes; tratamento de gás e transporte.

b) Consideramos registros de gás liberado diretamente para a atmosfera por meio de eventos de ventilação e despressurização.

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



TIPO DE ÁREA PROTEGIDA

	ÁREA EXTERNA	ÁREA INTERNA	TOTAL GERAL
Áreas de Preservação Permanente (APP)	53	423	**476**
Cavidade Natural [1]	2	5	**7**
Reserva Legal	1	4	**5**
Sítio Arqueológico	109	56	**165**
Terras Indígenas	5	2	**7**
Território Quilombola	3	6	**9**
Unidades de Conservação	228	92	**320**
TOTAL	**401**	**588**	**989**

[1] Cavidade natural subterrânea é todo e qualquer espaço subterrâneo acessível pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, furna ou buraco, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e a flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que tenham sido formados por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou tipo de rocha encaixante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, patrocinamos iniciativas voluntárias distribuídas por diversos biomas brasileiros.

Um exemplo é o projeto Semeando Sustentabilidade que, com o objetivo de promover ações de conservação e recuperação de áreas degradadas, trabalhou nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Rio Crespo, em Rondônia, produzindo 320 mil mudas de espécies florestais e frutíferas para reflorestar áreas degradadas com base em modelos experimentais de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Ao longo do ano, foi viabilizado o Cadastro Ambiental Rural de 270 propriedades, recuperados 51 hectares e feita a manutenção de outros 69 hectares recuperados em períodos anteriores. Como resultado, foram estabelecidos corredores ecológicos e realizados estudos sobre quantificação de estoque de carbono na biomassa vegetal viva acima e abaixo do solo, demonstrando a contribuição das ações ambientais do projeto para fixar o carbono e evitar a emissão de gases de efeito estufa.

Para mais informações sobre o Programa Petrobras Socioambiental, veja Investimento Social



Semeando Sustentabilidade

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NÚMERO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS – LISTA NACIONAL	
Vulnerável	148
Em perigo	59
Criticamente em perigo	33

NÚMERO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS – LISTA INTERNACIONAL (IUCN)	
Vulnerável	125
Em perigo	50
Criticamente em perigo	18


Projeto Baleia Jubarte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

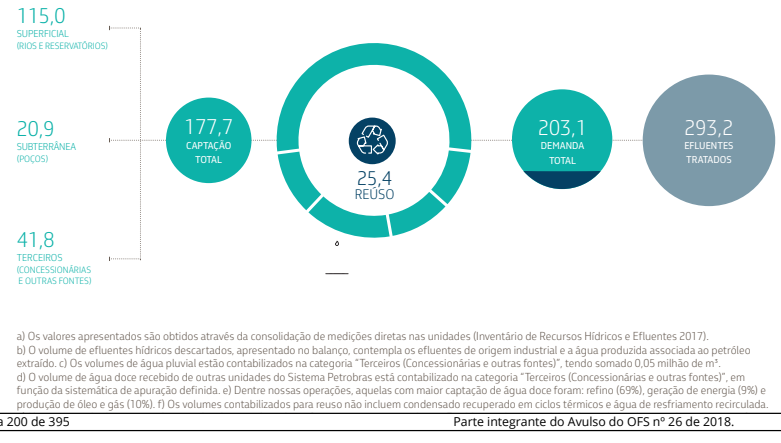
ACESSO À ÁGUA E IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS ENGAJAMENTO



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

TECNOLOGIA



a) Os valores apresentados são obtidos através da consolidação de medições diretas nas unidades (Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2017).
b) O volume de efluentes hídricos descartados, apresentado no balanço, contempla os efluentes de origem industrial e a água produzida associada ao petróleo extraído. c) Os volumes de água pluvial estão contabilizados na categoria "Terceiros (Concessionárias e outras fontes)", tendo somado 0,05 milhão de m³.
d) O volume de água doce recebido de outras unidades do Sistema Petrobras está contabilizado na categoria "Terceiros (Concessionárias e outras fontes)", em função da sistemática de apuração definida. e) Dentre nossas operações, aquelas com maior captação de água doce foram: refino (69%), geração de energia (9%) e produção de óleo e gás (10%). f) Os volumes contabilizados para reuso não incluem condensado recuperado em ciclos térmicos e água de resfriamento recirculada.



 Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VOLUME TOTAL DE ÁGUA REUSADA

	2015	2016	2017
Água reusada (milhões de m³)	23,6	24,8	**25,4**
Reúso em relação ao total de água doce utilizada (%)	10	11,5	**12,5**

a) A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2017.
b) A atividade de refino responde por aproximadamente 98,5% do volume total de água reusada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DESCARTE TOTAL DE EFLUENTES PELO SISTEMA PETROBRAS POR DESTINAÇÃO

DESTINO	2015	2016	2017
CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS			
Volume descartado (milhões de m³)	270,7	274,8	**285,1**
Volume descartado (%)	97,7	97,5	**97,3**
CORPOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS			
Volume descartado (milhões de m³)	3,2	1,1	**0,4**
Volume descartado (%)	1,15	0,4	**0,1**
CONCESSIONÁRIAS DE ABASTECIMENTO OU EMPRESAS TERCEIRIZADAS			
Volume descartado (milhões de m³)	3,2	5,8	**7,7**
Volume descartado (%)	1,15	2,1	**2,6**
TOTAIS			
Volume descartado (milhões de m³)	277,1	281,8	**293,2**
Volume descartado (%)	100	100	**100**

a) A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2017.
b) A partir de 2017 a consolidação do volume de efluente hídrico descartado não considera efluentes sanitários, que no ano somaram 3,82 milhões de m³.



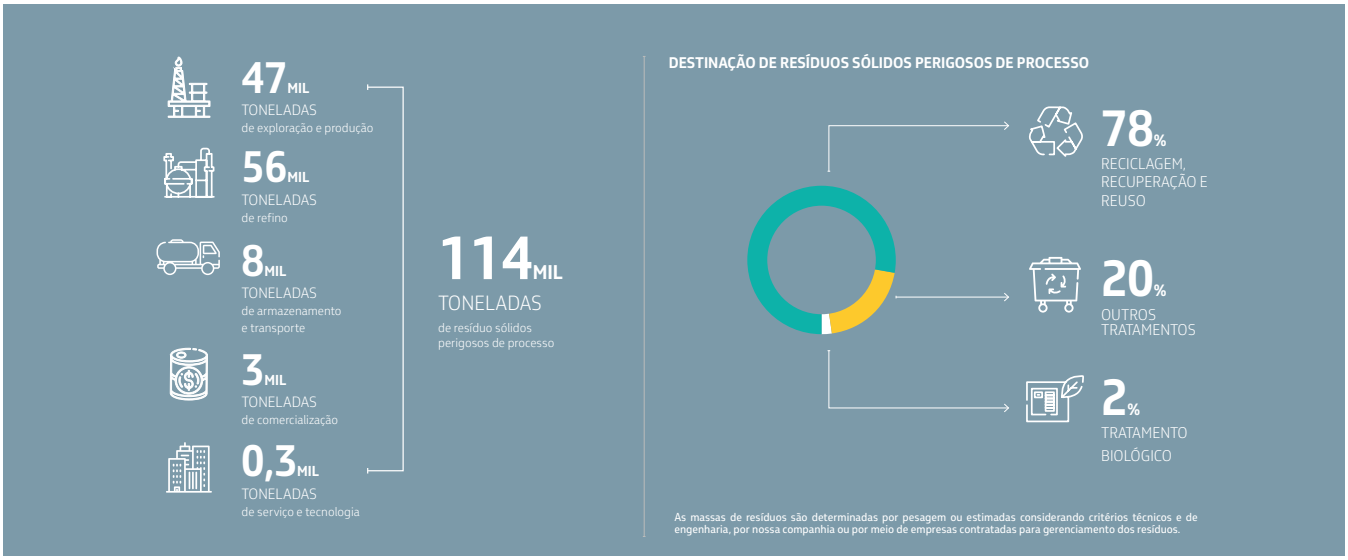
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO SISTEMA PETROBRAS (%)

DESTINAÇÃO	RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS	RESÍDUOS SÓLIDOS NÃO PERIGOSOS
Reúso como combustível	31	5
Recuperação, reciclagem e reúso (excetuando o anterior)	47	36
Tratamento biológico	2	14
Incineração	2	3
Disposição em aterro	10	37
Outros[1]	8	5
TOTAL	**100**	**100**

[1]Resíduos devolvidos aos fornecedores submetidos a tecnologias não convencionais de destinação ou a mais de um tipo de tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Reciclagem
94% dos papéis
85% das madeiras
100% das sucatas
83% dos vidros
87% dos plásticos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS (TONELADAS)

	2017
Resíduos perigosos transportados	114
Resíduos perigosos importados	0
Resíduos perigosos exportados	0
Resíduos perigosos tratados	114

PRODUTO	PESO (TON)
Materiais não-renováveis utilizados	
Baldes, latas, recipientes metálicos ou cilindros de gás (vazios) contaminados	0,2
Bombonas plásticas contaminadas com resíduo oleoso	0,2
Embalagens plásticas contaminadas com óleo	40,6
Tambores metálicos (200 l) vazios contaminados	494
Materiais renováveis utilizados	
Pallets	124,8
TOTAL	659,8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VAZO (VOLUME VAZADO DE PETRÓLEO E DERIVADOS EM M³)

	2017
Número total de vazamentos em 2017 acima de 1 bbl	20
Volume total de vazamentos em 2017 acima de 1 bbl	35,84
Volume médio vazado por outras empresas do setor de óleo e gás em 2016	556,17

a) São computados os vazamentos de volumes superiores a um barril (0,159 m3) que atingiram o meio ambiente. b) O total de 35,84 m³ equivale a cerca de 225,4 barris. c) Média peer group: dados de volumes vazados extraídos de relatórios de sustentabilidade ou similares publicados pelas empresas que compõem o peer group da Petrobras. Até o fechamento deste relatório, não haviam sido divulgados todos os dados a respeito de volumes vazados pelas empresas no peer group da Petrobras.

CARACTERÍSTICAS DAS OCORRÊNCIAS POR VOLUME DE VAZAMENTOS (%)

	2017
PAÍS ONDE OCORREU O VAZAMENTO	
Brasil	100
Outros	0
PRODUTO VAZADO	
Derivados	15
Petróleo	85
AMBIENTE ATINGIDO	
Mar	30
Solo	70
CAUSA DOS ACIDENTES	
Falha no revestimento do poço	10
Falha durante a manutenção	5
Falha em válvula	15
Rompimento de duto ou tubo	45
Tombamento de veículos	10
Transbordamento de tanque	5
Outros	10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SOCIEDADE E RELACIONAMENTO

Relacionamento com públicos de interesse
71
Gestão de fornecedores
79
Investimento social
82

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PESQUISAS DE MONITORAMENTO

PESQUISA	COMO FUNCIONA	PERIODICIDADE
Sistema de Monitoramento da Imagem Corporativa (Sismico)	Integra e consolida informações provenientes de pesquisas quantitativas junto à opinião pública e a diversos públicos de interesse. As informações levantadas geram um conjunto de indicadores de imagem que, combinados, compõem nosso indicador geral de imagem.	Anual
RepTrak™	O estudo permite avaliar a nossa reputação junto à opinião pública em comparação com outras empresas, com base em sete dimensões: Desempenho Financeiro, Produtos e Serviços, Liderança e Gestão, Cidadania, Ambiente de Trabalho, Governança e Ética e Inovação.	Anual
Pesquisa Trimestral de Imagem	Tem abrangência e escopo mais simplificados que os do Sismico Opinião Pública e tem o objetivo de acompanhar, de modo mais frequente, alguns indicadores de imagem críticos.	Trimestral
Avaliação Interna das Ações de Conformidade	Pesquisa quantitativa com empregados da controladora e de 19 subsidiárias.	Anual
Avaliação da Comunicação Interna do PE-PNG	Pesquisa quantitativa com nossos empregados, com o objetivo de avaliar aspectos da comunicação interna do Plano Estratégico e do Plano de Negócios e Gestão.	Anual, podendo variar em função da divulgação de edições do PE/PNG

TEMA	DESCRIÇÃO
Lucratividade e Endividamento	Necessidade de fortalecer percepções acerca dos nossos resultados e sobre as medidas e estratégias com foco em voltar a crescer no futuro;
Segurança Operacional e Meio Ambiente	Necessidade de aumentar o grau de envolvimento do público com esses temas, sobretudo em função da métrica estabelecida no PE/PNG;
Gestão	Oportunidade de melhorar as percepções de nossa qualidade administrativa;
Transparência	Necessidade de aumentar a percepção de nossa transparência, em função da intensa exposição negativa vivenciada por nós desde 2014, em função da Operação Lava Jato e de seus desdobramentos;
Parcerias e Desinvestimentos	Necessidade de ampliar o entendimento sobre as nossas estratégias e impactos no negócio, com foco em minimizar dissonâncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PÚBLICO INTERNO



IMPRENSA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



COMUNIDADES

EXEMPLOS DE TÓPICOS E PREOCUPAÇÕES LEVANTADAS

Riscos das operações e treinamentos sobre evacuação em casos de acidentes, aprimoramento da comunicação sobre ruídos, odores e segurança das operações industriais para comunidades.
Exclusão de navegação e pesca de 500 metros em torno das plataformas, imposta por norma da Marinha do Brasil.
Melhoria de infraestrutura urbana e serviços: saúde, saneamento básico, agricultura, vias de acesso, pontos de fornecimento de água, obras e reformas em equipamentos públicos.
Apoio para cooperativismo, empreendedorismo, organização comunitária e associativismo.
Manutenção dos programas sociais, ambientais e retomada dos investimentos.
Geração de trabalho e renda, oportunidades de emprego e empregabilidade, incluindo contratação de mão-de-obra local por meio de empresas prestadoras de serviço.

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs)

INVESTIDORES

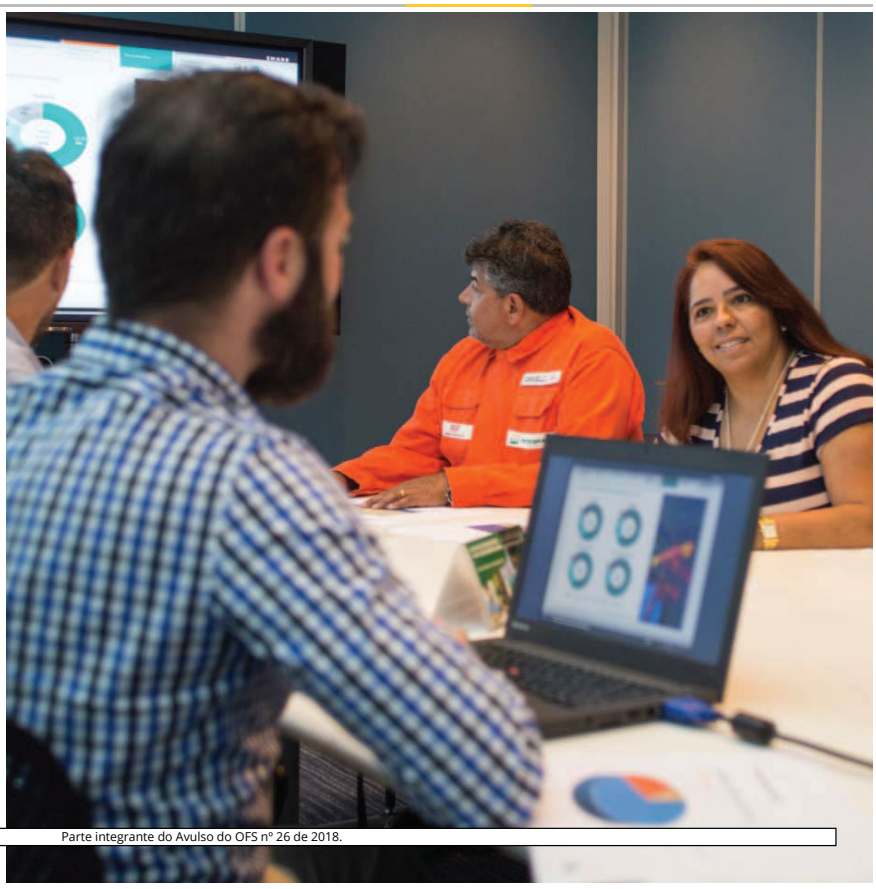
COMUNIDADE CIENTÍFICA E ACADÊMICA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INICIATIVAS EXTERNAS E PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES

PRINCIPAIS INICIATIVAS E ASSOCIAÇÕES	AMBIENTAL	SOCIAL	TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA
Pacto Global da ONU e Comitê Brasileiro do Pacto Global	✓	✓	✓
Extractive Industries Transparency Initiative (EITI)			✓
World Economic Forum (WEF)	✓	✓	✓
International Association of Oil and Gas Producers (IOGP)	✓	✓	✓
Associação Global do Setor de Óleo e Gás para questões sociais e ambientais (IPIECA)	✓	✓	✓
Associação Regional de Empresas do Setor de Petróleo, Gás, Biocombustíveis da América Latina e Caribe (ARPEL)	✓	✓	
Oil and Gas Climate Initiative (OGCI)	✓		
Carbon Sequestration Leadership Forum (CSLF)	✓		
Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)	✓	✓	✓
Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Instituto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO)		✓	
Princípios de Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres		✓	
Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres		✓	
Empresa Amiga da Criança – Fundação Abrinq		✓	
Programa Destaque em Governança de Estatais – B3			✓
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	✓	✓	
Comissão Permanente para Questão de Gênero do Ministério de Minas e Energia		✓	
Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção			✓
Comissão Nacional Permanente do Benzeno e Comissões Estaduais do Benzeno	✓		
Rede de Recursos Hídricos da Indústria – Confederação Nacional da Indústria	✓		
Conselho Empresarial de Meio Ambiente da FIRJAN	✓		
World Water Council – WWC e Seção Brasil do Conselho Mundial da Água	✓		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VOLUME COMERCIALIZADO

2017

EMPRESA	NÚMERO DE FORNECEDORES COM COMPROMISSOS CELEBRADOS EM 2017	CONTRATOS CELEBRADOS EM 2017	PEDIDOS AVULSOS CELEBRADOS EM 2017	MONTANTE DE TRANSAÇÕES (R$ MILHÕES)
Petrobras controladora	11 mil	3 mil	120 mil	**41.000**
Petrobras Biocombustível	0,7 mil	0,4 mil	2 mil	**785**
Petrobras Distribuidora	12,6 mil	3,4 mil	125 mil	**35.600**
Transpetro	4 mil	0,6 mil	49 mil	**2.031**

Os fornecedores relacionados a transporte não foram incluídos no indicador.

PERFIL DAS NOSSAS CONTRATAÇÕES (%)

2017

EMPRESA	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS ATÉ R$ 100 MIL	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS ENTRE R$ 100 MIL E R$ 1 MILHÃO	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS ENTRE R$ 1 MILHÃO E R$ 100 MILHÕES	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS SUPERIORES A R$ 100 MILHÕES
Petrobras controladora	71,94	15,46	11,99	**0,61**
Petrobras Biocombustível	78,72	11,32	9,82	**0,14**
Petrobras Distribuidora	88,97	5,63	4,77	**0,63**
Transpetro	76,97	16,15	6,88	-

FORNECEDORES PETROBRAS

PRINCIPAIS TIPOS DE FORNECEDORES

Petrobras controladora

Afretamento de plataformas de produção, afretamento de sondas, serviços de poços, engenharia, aquisição, construção e instalação (Engineering, Procurement, Construction and Installation – EPCI), operações submarinas, linhas flexíveis, válvulas, tubos, afretamento aéreo, afretamento de navios e embarcações especiais, produtos químicos e catalisadores, serviços de geofísica, engenharia, aquisição e construção (Engineering, Procurement and Construction – EPC) e manutenção de equipamentos.

Petrobras Distribuidora

Aquisição de combustíveis e biocombustíveis, aditivos, óleos básicos, embalagens, insumos de produção e prestadores de serviços correlatos à área industrial da Petrobras Distribuidora. Adicionalmente, na parte de Transporte: serviços de transporte rodoviário, cabotagem, fluvial e rodo-fluvial, utilizados na movimentação dos combustíveis e lubrificantes distribuídos pela Petrobras Distribuidora.

Transpetro

Serviços operacionais, de manutenção da infraestrutura logística, de inspeção, de integridade de dutos, de docagem e serviços complementares, como os de transporte.

Petrobras Biocombustível

Óleos vegetais (de soja, de algodão, de palma e óleos e gorduras residuais), gorduras animais (de bovinos, suínos e aves) e metanol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CADASTRO E EXIGÊNCIAS DE FORNECEDORES

IMPACTO NA CADEIA DE FORNECEDORES

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INVESTIMENTOS EM PROJETOS EM 2017

	(R$ MILHÕES)
Socioambientais	60
Culturais	61
Esportivos	21
Total	142

Atualmente, o Programa Petrobras Socioambiental tem foco em seis linhas de atuação e selecionamos projetos de âmbito nacional, regional e local.

Biodiversidade

Florestas e Clima

Educação

Água

Direitos da Criança e do Adolescente

Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.


CORAL VIVO


MANTAS

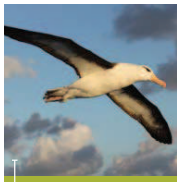

BALEIA JUBARTE


GOLFINHO ROTADOR


TONINHA


MEROS


TAMAR


ALBATROZ


MANATI E
VIVA O PEIXE
BOI MARINHO


PINÍPEDES DO SUL


LONTRA


MAMÍFEROS
AQUÁTICOS
DA AMAZÔNIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETOS DA LINHA ÁGUA





DE OLHO NA ÁGUA



RENASCENDO



OPARÁ
ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO



SEMEANDO ÁGUA



TECENDO AS ÁGUAS



PLANTANDO ÁGUAS



TARAMANDAHY

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Projeto Guapiaçu Grande Vida

PROJETOS DA LINHA FLORESTA E CLIMA	PRINCIPAIS OBJETIVOS
Raízes do Purus	Atuar na manutenção florestal e conservação da biodiversidade no Amazonas, mediante uso sustentável dos recursos naturais de seis Terras Indígenas e dos povos Apurinã, Jamamadi, Paumari e Deni do Rio Xeruã.
Viveiro Cidadão	Restaurar Ecossistemas na região da Zona da Mata Rondoniense em áreas de preservação permanente (APP) e de reservas legais.
Poço de Carbono Juruena	Consolidar modelos alternativos de uso e ocupação do solo com Sistema Agroflorestal e extrativismo de produtos florestais não madeireiros (MT).
Pacto das Águas	Promover o uso sustentável da sociobiodiversidade, com povos indígenas e comunidades tradicionais de duas Terras Indígenas, como estratégia de mitigação da mudança climática pela conservação da floresta em pé no Noroeste de Mato Grosso.
No Clima da Caatinga	Contribuir para a conservação da caatinga e proteção dos recursos hídricos das florestas no Ceará e Piauí e da espécie tatu-bola.
CO_2 Manguezal	Reflorestar áreas da Mata Atlântica e bosques de mangue, por meio do cultivo e manejo de espécies arbóreas características, nas Baías de Todos os Santos e do Iguape, na Bahia.
Uruçu Capixaba	Trabalhar na restauração florestal, além de proteção da Melipona capixaba, espécie de abelha endêmica da região do Espírito Santo, de grande importância para polinização, com redução do risco de extinção.
Guapiaçu	Fortalecer o ecossistema da bacia Guapi-Macacu, com ações de restauração florestal e monitoramento da qualidade da água na Reserva Ecológica de Guapiaçu, no estado do Rio de Janeiro.
Verde Novo	Promover a restauração florestal das bacias dos rios do Peixe e Camanducaia, com ampliação da capacidade produtiva de mudas de árvores nativas, plantio de mudas para a restauração de áreas degradadas, e sensibilização ambiental, em Minas Gerais e São Paulo.
Ar, Água e Terra	Realizar a conversão produtiva de áreas degradadas e conservação da biodiversidade em sete aldeias Guarani do Rio Grande do Sul, contribuindo para proteção e uso sustentável dos biomas e para o desenvolvimento das comunidades indígenas.
Agroflorestar	Atuar na recuperação e conservação ambiental, no desenvolvimento sustentável de comunidades quilombolas, famílias agricultoras tradicionais, aldeias indígenas, e na educação ambiental para estudantes de escolas públicas do Vale do Ribeira (PR e SP).
Berço das Águas	Elaborar e implementar Planos de Gestão Territorial e Ambiental das terras indígenas na sub-bacia do rio Juruena, Mato Grosso, com ações voltadas à segurança alimentar, conservação da biodiversidade e monitoramento dos territórios, fortalecendo a cultura e promovendo intercâmbios entre povos, além de desenvolver estratégias para a gestão dos recursos hídricos.

Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há mais de 35 anos, implementamos iniciativas para a preservação da biodiversidade marinha. Essencial nessa trajetória, o Projeto Tamar atingiu a marca de 35 milhões de filhotes de tartarugas marinhas protegidos, fato importante para comemorarmos a possível recuperação das populações de quatro das cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil . Pesquisas desenvolvidas pelo projeto em alto-mar resultaram na descoberta de quatro espécies de peixes até então desconhecidas no mundo. O projeto ainda conta com um amplo banco de dados informatizado, o Sitamar, que reúne todas as informações científicas produzidas pelo Tamar no Brasil, fornecendo para outras instituições informações acerca de ocorrência, distribuição, desovas e outras referentes ao monitoramento de tartarugas marinhas na costa brasileira.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ATUAÇÃO COM COMUNIDADES LOCAIS

Os projetos Conectora de Oportunidades, Centro de Esporte e Educação e Educ atuam no município de Duque de Caxias, no entorno da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), envolvendo cerca de 1.200 participantes diretos.

- **Centro de Esporte e Educação** – promoção da inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio da educação e do esporte para a formação de cidadania.
- **Conectora de Oportunidades** – promoção do desenvolvimento profissional e aperfeiçoamento na gestão de micro e pequenos empreendimentos.
- **EDUC** – Ações integradas de conscientização e capacitação de jovens e lideranças para a disseminação de conceitos e de práticas socioambientais.

Os projetos Rede em Ação e Mãos à Arte atuarão em sete municípios, no entorno da Refinaria Gabriel Passos (Regap), envolvendo cerca de 1.100 participantes diretos.

- **Rede em Ação** – prevenção à violência intrafamiliar e promoção dos direitos da criança e do adolescente.
- **Mãos à Arte** – consolidação de uma rede de instituições empreendedoras de artesanato, utilizando a educação para o trabalho.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 26 de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VOLUNTARIADO

PROJETOS CULTURAIS E ESPORTIVOS


Grupo Galpão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INTRODUÇÃO

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA PETROBRAS

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Petrobras e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações constantes , assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

possibilitem concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas , tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, materialidade e apresentação das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2017 e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas e sobre os processos associados às informações materiais de sustentabilidade divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2017, em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ALCANCE E LIMITAÇÕES

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes

.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2017 da Petrobras, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Padrão

e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.









ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PETROBRAS

Demonstrações Financeiras 2017

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e Relatório do Auditor Independente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ÍNDICE
PETROBRAS

BALANÇO PATRIMONIAL 3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO 4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES 5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 8
NOTAS EXPLICATIVAS 9
1. A companhia e suas operações 9
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras 9
3. "Operação Lava Jato" e seus reflexos na companhia 10
4. Sumário das principais práticas contábeis 14
5. Estimativas e julgamentos relevantes 25
6. Novas normas e interpretações 31
7. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários 35
8. Contas a receber 36
9. Estoques 39
10. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias 39
11. Investimentos 46
12. Imobilizado 50
13. Intangível 53
14. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*) 55
15. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás 64
16. Fornecedores 66
17. Financiamentos 66
18. Arrendamentos mercantis 70
19. Partes relacionadas 70
20. Provisões para desmantelamento de áreas 77
21. Tributos 77
22. Benefícios concedidos a empregados 86
23. Patrimônio líquido 96
24. Receita de vendas 98
25. Outras despesas líquidas 99
26. Custos e Despesas por natureza 100
27. Resultado financeiro líquido 101
28. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa 101
29. Informações por segmento 102
30. Processos judiciais e contingências 105
31. Compromisso de compra de gás natural 116
32. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo 116
33. Gerenciamento de riscos 116
34. Valor justo dos ativos e passivos financeiros 123
35. Eventos subsequentes 124
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada) 126
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA 143
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES 154
PARECER DO CONSELHO FISCAL 155
RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO 156

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BALANÇO PATRIMONIAL
PETROBRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo		Consolidado		Controladora	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7.1	74.494	69.108	1.305	6.267
Títulos e valores mobiliários	7.2	6.237	2.556	3.531	2.487
Contas a receber, líquidas	8	16.446	15.543	34.239	31.073
Estoques	9	28.081	27.622	23.165	23.500
Imposto de renda e contribuição social	21.1	1.584	1.961	669	786
Impostos e contribuições	21.1	6.478	6.192	5.514	5.064
Adiantamento a fornecedores		258	540	173	361
Outros ativos		4.739	3.716	3.767	3.466
		138.317	127.238	72.363	73.004
Ativos classificados como mantidos para venda	10.2	17.592	18.669	9.520	8.260
		155.909	145.907	81.883	81.264
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	8	17.120	14.832	15.211	10.262
Títulos e valores mobiliários	7.2	211	293	204	286
Depósitos judiciais	30.2	18.465	13.032	17.085	11.735
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.5	11.373	14.038	--	4.873
Impostos e contribuições	21.1	10.171	10.236	8.999	9.326
Adiantamento a fornecedores		3.413	3.742	502	510
Outros ativos		10.202	10.378	8.815	9.106
		70.955	66.551	50.816	46.098
Investimentos	11	12.554	9.948	149.356	121.191
Imobilizado	12	584.357	571.876	435.536	424.771
Intangível	13	7.740	10.663	6.264	8.764
		675.606	659.038	641.972	600.824
		831.515	804.945	723.855	682.088

Passivo		Consolidado		Controladora	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Circulante					
Fornecedores	16	19.077	18.781	22.179	24.384
Financiamentos	17	23.160	31.796	74.724	62.058
Arrendamentos mercantis financeiros	18	84	59	1.261	1.091
Imposto de renda e contribuição social	21.1	990	412	243	--
Impostos e contribuições	21.1	15.046	11.826	14.485	11.219
Salários, férias, encargos e participações		4.331	7.159	3.662	6.158
Planos de pensão e saúde	22	2.791	2.672	2.657	2.533
Provisão para processos judiciais	30.1	7.463	--	6.397	--
Outras contas e despesas a pagar		8.298	6.857	6.105	5.818
		81.240	79.562	131.713	113.261
Passivos associados a ativos mantidos para venda	10.2	1.295	1.605	606	170
		82.535	81.167	132.319	113.431
Não Circulante					
Financiamentos	17	337.564	353.193	193.393	206.421
Arrendamentos mercantis financeiros	18	675	736	4.108	4.975
Imposto de renda e contribuição social	21.2	2.219	--	2.169	--
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.5	3.956	856	2.762	--
Planos de pensão e saúde	22	69.421	69.996	64.519	64.903
Provisão para processos judiciais	30.1	15.778	11.052	12.680	8.391
Provisão para desmantelamento de áreas	20	46.785	33.412	45.677	32.615
Outras contas e despesas a pagar		2.973	1.790	2.243	1.122
		479.371	471.035	327.551	318.427
		561.906	552.202	459.870	431.858
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	23.1	205.432	205.432	205.432	205.432
Transações de capital		2.457	1.035	2.673	1.251
Reservas de lucros		77.364	77.800	77.148	77.584
Outros resultados abrangentes	23.4	(21.268)	(34.037)	(21.268)	(34.037)
Atribuído aos acionistas da controladora		263.985	250.230	263.985	250.230
Atribuído aos acionistas não controladores		5.624	2.513	-	-
		269.609	252.743	263.985	250.230
		831.515	804.945	723.855	682.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PETROBRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita de vendas	24	283.695	282.589	227.964	223.067
Custo dos produtos e serviços vendidos		(192.100)	(192.611)	(156.109)	(153.725)
Lucro bruto		91.595	89.978	71.855	69.342
Receitas (despesas)					
Vendas		(14.510)	(13.825)	(18.490)	(17.023)
Gerais e administrativas		(9.314)	(11.482)	(6.465)	(8.242)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	15	(2.563)	(6.056)	(2.199)	(5.533)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(1.831)	(1.826)	(1.828)	(1.823)
Tributárias		(5.921)	(2.456)	(4.657)	(1.305)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	14	(3.862)	(20.297)	(3.220)	(11.119)
Outras despesas líquidas	25	(17.970)	(16.925)	(14.731)	(9.707)
		(55.971)	(72.867)	(51.590)	(54.752)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		35.624	17.111	20.265	14.590
Resultado financeiro líquido	27	(31.599)	(27.185)	(21.860)	(25.704)
Receitas financeiras		3.337	3.638	2.917	2.418
Despesas financeiras		(23.612)	(24.176)	(17.521)	(18.967)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(11.324)	(6.647)	(7.256)	(9.155)
Resultado de participações em investidas	11	2.149	(629)	6.714	(4.576)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		6.174	(10.703)	5.119	(15.690)
Imposto de renda e contribuição social	21.6	(5.797)	(2.342)	(5.565)	866
Lucro (Prejuízo) do exercício		**377**	**(13.045)**	**(446)**	**(14.824)**
Atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras		(446)	(14.824)	(446)	(14.824)
Acionistas não controladores		823	1.779	–	–
Lucro (Prejuízo) do exercício		**377**	**(13.045)**	**(446)**	**(14.824)**
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ON e PN (em R$)	23.6	(0,03)	(1,14)	(0,03)	(1,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PETROBRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (prejuízo) do exercício	377	(13.045)	(446)	(14.824)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	6.199	(17.449)	5.458	(15.510)
Imposto diferido	(887)	3.485	(850)	3.219
	5.312	(13.964)	4.608	(12.291)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	(3)	(12)	536	(1.679)
Itens que poderão ser reclassificados para resultado:				
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - exportações				
Reconhecidos no patrimônio líquido	(2.073)	40.327	(2.208)	36.607
Transferidos para o resultado	10.067	9.935	8.282	8.994
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.718)	(17.089)	(2.065)	(15.504)
	5.276	33.173	4.009	30.097
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - demais operações				
Reconhecidos no patrimônio líquido	(17)	30	–	–
	(17)	30	–	–
Resultados não realizados em títulos disponíveis para a venda				
Reconhecidos no patrimônio líquido	49	–	41	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14)	–	(14)	–
	35	–	27	–
Ajustes acumulados de conversão em investidas (*)				
Reconhecidos no patrimônio líquido	1.782	(15.585)	1.854	(11.209)
Transferidos para o resultado	116	3.693	–	–
	1.898	(11.892)	1.854	(11.209)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas				
Reconhecidos no patrimônio líquido	418	1.285	1.745	4.391
Transferidos para o resultado	69	–	–	–
	487	1.285	1.745	4.391
Outros resultados abrangentes	**12.988**	**8.620**	**12.779**	**9.309**
Resultado abrangente total	**13.365**	**(4.425)**	**12.333**	**(5.515)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras	12.333	(5.520)	12.333	(5.515)
Acionistas não controladores	1.032	1.095	–	–
Resultado abrangente total	**13.365**	**(4.425)**	**12.333**	**(5.515)**

(*) Inclui, no Consolidado, efeito credor de R$ 79 (efeito de R$ 1.063, devedor, em 31 de dezembro de 2016), referente a coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PETROBRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	377	(13.045)	(446)	(14.824)
				–
Ajustes para:				
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	8.705	8.001	7.991	7.409
Resultado de participações em investidas	(2.149)	629	(6.714)	4.576
Depreciação, depleção e amortização	42.478	48.543	32.159	37.150
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	3.862	20.297	3.220	11.119
Ajuste a valor de mercado dos estoques	211	1.320	–	–
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	2.271	3.843	1.306	1.072
Baixa de poços secos	893	4.364	561	3.940
Resultado com alienações e baixas de ativos	(4.825)	(951)	(4.564)	(1.399)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	30.653	27.854	20.943	25.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	1.452	(3.280)	4.071	(1.010)
Realização do ajuste acumulado de conversão e outros resultados abrangentes	185	3.693	–	–
Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas	1.339	(2.591)	1.272	(2.601)
Ganho na remensuração de investimento retido com perda de controle	(698)	–	(698)	–
Provisão para acordo da ação coletiva consolidada (*Class Action*)	11.198	–	9.599	–
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(3.140)	397	(26.711)	(22.470)
Estoques	(1.130)	(2.010)	(82)	515
Depósitos Judiciais	(5.383)	(3.357)	(5.351)	(3.145)
Outros ativos	(723)	(1.214)	(990)	(2.961)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(160)	(4.154)	(2.695)	(3.302)
Impostos, taxas e contribuições	9.455	3.216	7.715	539
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.544)	(1.284)	(1.429)	–
Planos de pensão e de saúde	(2.944)	(2.634)	(2.793)	(2.465)
Outros passivos	(2.916)	2.072	(3.062)	(486)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	86.467	89.709	33.302	37.261
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(43.614)	(49.289)	(29.977)	(33.512)
Adições em investimentos	(239)	(455)	(26.783)	(26.782)
Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos)	9.907	7.231	8.303	4.304
Resgate (investimentos) em títulos e valores mobiliários (*)	(2.722)	842	(2.475)	(1.652)
Dividendos recebidos (**)	1.450	1.607	6.040	3.859
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(35.218)	(40.064)	(44.892)	(53.783)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Participação de acionistas não controladores	69	122	–	–
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:				
Captações	86.467	64.786	114.008	105.886
Amortizações de principal	(115.091)	(105.832)	(98.907)	(91.877)
Amortizações de juros (**)	(22.295)	(25.563)	(13.379)	(7.773)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	(538)	(239)	–	–
Recebimentos pela venda de participações, sem perda de controle	4.906	–	4.906	–
Recursos líquidos utilizados pelas atividades de financiamentos	(46.482)	(66.726)	6.628	6.236
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	619	(11.656)	–	–
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	5.386	(28.737)	(4.962)	(10.286)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	69.108	97.845	6.267	16.553
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**74.494**	**69.108**	**1.305**	**6.267**

(*) Na Controladora, inclui valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP.

(**) A companhia classifica dividendos/juros recebidos e juros pagos como fluxo de caixa das atividades de investimentos e fluxo de caixa das atividades de financiamento, respectivamente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PETROBRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Outros resultados abrangentes				Reservas de lucros							
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Ajuste acumulado de conversão	Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	*Hedge* de fluxo de caixa de exportação	Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controla-dores	Total do patrimônio líquido consolidado
	205.432	237	33.785	(14.800)	(58.291)	(4.028)	16.524	4.503	1.393	69.976	–	254.731	3.199	257.930
Saldo em 1º de janeiro de 2016	205.432	237				(43.334)				92.396	–	254.731	3.199	257.930
Realização de custo atribuído						(12)					12	–		–
Transações de capital		1.014										1.014	(1.363)	(349)
Lucro (Prejuízo) do exercício											(14.824)	(14.824)	1.779	(13.045)
Outros resultados abrangentes			(11.209)	(13.958)	33.173	1.303						9.309	(689)	8.620
Destinações:														
Absorção do prejuízo com reservas										(14.812)	14.812	–		–
Dividendos												–	(413)	(413)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	205.432	1.251	22.576	(28.758)	(25.118)	(2.737)	16.524	4.503	1.393	55.164	–	250.230	2.513	252.743
	205.432	1.251				(34.037)				77.584	–	250.230	2.513	252.743
	205.432	1.251	22.576	(28.758)	(25.118)	(2.737)	16.524	4.503	1.393	55.164	–	250.230	2.513	252.743
Saldo em 1º de janeiro de 2017	205.432	1.251				(34.037)				77.584	–	250.230	2.513	252.743
Realização de custo atribuído						(10)					10	–		–
Transações de capital		1.422										1.422	2.577	3.999
Lucro (Prejuízo) do exercício											(446)	(446)	823	377
Outros resultados abrangentes			1.854	5.147	5.276	502						12.779	209	12.988
Destinações:														
Absorção do prejuízo com reservas										(436)	436	–		–
Dividendos												–	(498)	(498)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	205.432	2.673	24.430	(23.611)	(19.842)	(2.245)	16.524	4.503	1.393	54.728	–	263.985	5.624	269.609
	205.432	2.673				(21.268)				77.148	–	263.985	5.624	269.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PETROBRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	378.852	373.081	320.584	307.808
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.271)	(3.843)	(1.306)	(1.072)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	34.753	49.476	31.235	36.710
	411.334	418.714	350.513	343.446
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas e produtos para revenda	(64.102)	(65.864)	(43.470)	(42.210)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(68.389)	(72.846)	(65.289)	(56.412)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(22.193)	(19.766)	(20.474)	(17.880)
Perdas no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(3.862)	(20.297)	(3.220)	(11.119)
Ajuste a valor de mercado dos estoques	(211)	(1.320)	–	–
	(158.757)	(180.093)	(132.453)	(127.621)
Valor adicionado bruto	**252.577**	**238.621**	**218.060**	**215.825**
Depreciação, depleção e amortização	(42.478)	(48.543)	(32.159)	(37.150)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**210.099**	**190.078**	**185.901**	**178.675**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	2.149	(629)	6.714	(4.576)
Receitas financeiras	3.337	3.638	2.917	2.418
Aluguéis, *royalties* e outros	429	358	893	860
	5.915	3.367	10.524	(1.298)
Valor adicionado a distribuir	**216.014**	**193.445**	**196.425**	**177.377**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	16.673	18.685	12.726	14.445
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	487	–	393	–
	17.160	18.685	13.119	14.445
Benefícios				
Vantagens (**)	332	4.629	(51)	4.313
Plano de aposentadoria e pensão	5.117	5.069	4.880	4.304
Plano de saúde	5.013	4.821	4.428	4.359
	10.462	14.519	9.257	12.976
FGTS	1.244	1.273	1.077	1.118
	28.866	34.477	23.453	28.539
Tributos				
Federais (*)	72.411	50.141	66.407	44.449
Estaduais	45.608	49.565	27.160	31.352
Municipais	576	690	202	301
No exterior (*) (***)	(1.282)	5.351	–	–
	117.313	105.747	93.769	76.102
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	41.249	36.819	29.384	32.605
Despesas de aluguéis e afretamento	28.209	29.447	50.265	54.955
	69.458	66.266	79.649	87.560
Acionistas				
Resultado dos acionistas não controladores	823	1.779	–	–
Lucros Retidos (Prejuízos absorvidos)	(446)	(14.824)	(446)	(14.824)
	377	(13.045)	(446)	(14.824)
Valor adicionado distribuído	**216.014**	**193.445**	**196.425**	**177.377**

(*) Inclui participações governamentais.
(**) Em 2017, inclui R$ 757 (R$ 35 em 2016) referente a reversão de gastos com Plano de Incentivo ao Desligamento voluntário - PIDV.
(***) Em 2017, inclui R$ 2.740 (R$ 348 em 2016) referente imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais da PIBBV.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, doravante denominada "Petrobras" ou "companhia", é uma sociedade de economia mista, sob controle da União com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas de direito privado - em geral - e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e por seu Estatuto Social.

A companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias integrais e de suas controladas, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

A Petrobras poderá ter suas atividades, desde que condizentes com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal, conforme previsto no art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

No exercício da prerrogativa de que trata o parágrafo acima, a União somente poderá orientar a companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, como aqueles relativos à comercialização de combustíveis, bem como outras atividades correlatas, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I – estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II – tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

Além disso, na hipótese de a Petrobras ser orientada pela União a perseguir o interesse público que justificou a sua criação em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, o Comitê Financeiro e o Comitê de Minoritários, em suas atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, avaliarão e mensurarão, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da companhia, a diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida pela companhia. Nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a companhia por essa diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Controladora foram preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na nota explicativa 5.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 14 de março de 2018, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras e de suas controladas no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. A moeda funcional da maior parte das controladas que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, que atuam em ambiente econômico estável com moeda funcional distinta da Controladora são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3. "Operação Lava Jato" e seus reflexos na companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à companhia, o referido esquema consistia em um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como "membros do cartel". A companhia não realizou qualquer pagamento indevido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também impuseram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Determinados ex-executivos da Petrobras foram presos, denunciados e em alguns casos condenados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros de nossos ex-executivos e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (*Property, Plant and Equipment*), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a companhia reconheceu uma baixa no montante de R$ 6.194 (R$ 4.788 na Controladora) de gastos capitalizados, referente a valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

A Petrobras prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas abaixo deveriam ser ajustadas, a companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

3.1. Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.

2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos ou ao cartel.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do cartel, a companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente os valores específicos de pagamentos indevidos ou o percentual sobre o contrato citados nos depoimentos prestados em colaborações premiadas, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

A nota explicativa 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, apresenta a abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais.

A companhia tem monitorado continuamente as investigações da "Operação Lava Jato", para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados em 2014, efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

3.2. Resposta da companhia às questões descobertas nas investigações em curso

Continuamos acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Transparência , e Controladoria Geral da União para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados. Já atendemos centenas de pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores.

Também cooperamos plenamente com a investigação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), que investiga, desde novembro de 2014, potenciais violações a leis norte-americanas em decorrência das informações apuradas no âmbito da "Operação Lava Jato", assim como o U.S. Department of Justice (DoJ).

Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na "Operação Lava Jato" pelo Ministério Público Federal e pelo juiz competente para julgar os processos criminais relacionados ao caso. A nossa posição de vítima foi reconhecida também em decisões do Supremo Tribunal Federal. Por esse motivo, ingressamos em 45 ações penais como assistentes de acusação e em outras quatro como parte interessada, bem como renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente aos nossos investidores e ao público em geral.

Não toleramos qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo, desde 2015, temos tomado diversas medidas como resposta às ocorrências reveladas na "Operação Lava Jato".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

No processo de fortalecimento dos mecanismos internos de integridade para prevenir, detectar e sanar desvios de fraudes, irregularidades e atos ilícitos, a companhia continua implementando medidas para aprimorar fortalecer sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (*compliance*), com intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas à estratégia da companhia e em conformidade com as exigências de novos regramentos de governança. Desta forma, em 2016, entre outras medidas, aprovamos a nossa política de Conformidade Corporativa, realizamos treinamentos para nossos empregados e administradores sobre prevenção a corrupção e revisamos a iniciativa "Agentes de *Compliance*", para adequá-la à nossa nova estrutura. Em 2017, criamos a função de Diretor Adjunto de Governança e Conformidade, revisamos o Código de Boas Práticas, publicamos a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2016, criamos o Programa de Treinamento para Administradores e mantivemos o procedimento de *Due Dilligence* de integridade sobre nossos fornecedores (aproximadamente 15 mil avaliações foram concluídas até 2017), bem como a avaliação de *Background Check* de integridade realizada antes da tomada de decisão para a designação de pessoas para posições-chave na companhia. Adicionalmente, revisamos o estatuto social da Petrobras, ampliando as funções do comitê de minoritários, dando mais transparência aos processos de revisão de transações com partes relacionadas e de indicação de membros da alta administração e estabelecendo limites para os investimentos de interesse público. O processo contínuo de fortalecimento das práticas de governança na companhia resultou na certificação da Petrobras pela B3 no programa Destaque em Governança das Estatais e obtenção da nota máxima no índice de governança IG-SEST para empresas estatais do Ministério do Planejamento, e possibilitou a apresentação pela companhia de requerimento de adesão ao nível 2 de governança da B3."

Continua em andamento a investigação interna realizada por dois escritórios independentes contratados em outubro de 2014, que tem como interlocutor um Comitê Especial que responde diretamente ao Conselho de Administração da companhia. O Comitê é composto pelo nosso diretor de Governança e Conformidade, João Adalberto Elek Junior, e por outros dois representantes independentes e com notório conhecimento técnico: a brasileira Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, reconhecida internacionalmente como jurista com vasta experiência na análise de questões complexas, e o alemão Andreas Pohlmann, Chief Compliance Officer da Siemens AG de 2007 a 2010, que atua nas áreas de conformidade e governança corporativa.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

Com esse objetivo, ingressamos em 15 ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, ajuizadas pelo Ministério Público Federal pela União Federal, incluindo pedido de indenização por danos morais.

À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras despesas líquidas quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Nesse sentido, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Petrobras já reconheceu o ressarcimento de gastos referentes à "Operação Lava Jato" no montante acumulado de R$ 1.476 (sendo R$ 661 até 31 de dezembro de 2016).

3.3. Investigações envolvendo a companhia

A Petrobras não é um dos alvos das investigações da "Operação Lava Jato" e é reconhecida formalmente pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 21 de novembro de 2014, a Petrobras recebeu uma intimação (*subpoena*) da *Securities and Exchange Commission (SEC)* requerendo documentos relativos à companhia sobre, dentre outros itens, Operação Lava Jato e qualquer acusação relacionada à violação da Lei de Prática de Corrupção no Exterior (*U.S. Foreign Corrupt Practices Act*). O Departamento de Justiça dos EUA (U.S. Department of Justice - DoJ) está conduzindo um procedimento semelhante. A companhia tem atendido às solicitações oriundas de ambas as investigações e pretende continuar contribuindo, atuando em conjunto com os escritórios de advocacia brasileiro e norte-americano contratados para realizar uma investigação interna independente. As investigações da SEC e DoJ podem ocasionar em penalidades cíveis ou criminais, pagamento de multas ou outra reparação financeira, determinações ou ordens judiciais quanto a condutas futuras ou outras penalidades.

Considerando que apurações da SEC e do DoJ permanecem em curso até a presente data, não é possível estimar a duração, o alcance ou os resultados dessas apurações. Dessa forma, a companhia não é capaz de fazer uma estimativa confiável sobre eventuais valores e a probabilidade de penalidades que possam ser exigidos.

Em 15 de dezembro de 2015, foi editada a Portaria de Inquérito Civil nº 01/2015, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurando Inquérito Civil para apuração de potenciais danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários, tendo a Petrobras como Representada. A companhia vem prestando todas as informações pertinentes.

3.4. Ações judiciais envolvendo a companhia

A nota explicativa 30 representa informações sobre ações coletivas (*class actions*) e outros processos judiciais da companhia.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Petrobras, e das suas controladas, operações controladas em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

O controle é obtido quando a Petrobras possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela companhia. A nota explicativa 11 apresenta as empresas consolidadas, juntamente com os demais investimentos diretos, sem incluir as participações em entidades estruturadas.

Entidades estruturadas são entidades desenhadas de modo que os direitos de voto, ou similares, não sejam o fator dominante para determinar quem controla a entidade.

Em 31 de dezembro de 2017, a Petrobras controla e consolida as seguintes entidades estruturadas:

Entidades estruturadas consolidadas	País	Principal segmento de atuação
Charter Development LLC – CDC	E.U.A	E&P
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	Brasil	Abast
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras	Brasil	Corporativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações integrais de ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo, bem como eliminação entre o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada.

4.2. Informações por segmento de negócio

As informações por segmento de negócio da companhia são elaboradas com base em informações financeiras disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que podem ser alocados em bases razoáveis, sendo apresentadas por atividades de negócio utilizadas pela Diretoria Executiva para tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros e as transferências entre os segmentos de negócio, sendo estas valoradas por preços internos de transferência definidos entre os segmentos e com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado.

Os segmentos da companhia são os seguintes:

a) Exploração e Produção (E&P): abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural, atuando, também, de forma associada com outras empresas em parcerias.

b) Abastecimento: contempla as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados e petróleo, no Brasil e no exterior, exportação de etanol, extração e processamento de xisto, além das participações em empresas do setor petroquímico no Brasil.

c) Gás e Energia: engloba as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no Brasil e no exterior ou importado, de transporte e comercialização de GNL (gás natural liquefeito), de geração e comercialização de energia elétrica, assim como as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoelétricas no Brasil, além de ser responsável pelos negócios com fertilizantes.

d) Biocombustível: contempla as atividades de produção de biodiesel e seus co-produtos e as atividades de etanol, através de participações acionárias, da produção e da comercialização de etanol, açúcar e o excedente de energia elétrica, gerado a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

e) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, etanol e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora S.A., assim como por operações de distribuição de derivados no exterior (América do Sul).

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos aos demais segmentos, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

A nota explicativa 29 apresenta a demonstração do resultado e o ativo por segmento de negócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.3. Instrumentos financeiros

4.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.3.2. Títulos e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários compreendem investimentos em títulos de dívida e patrimônio. Inicialmente mensurados ao valor justo, esses instrumentos são classificados e subsequentemente mensurados conforme abaixo:

- Valor justo por meio do resultado: incluem títulos adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. Mensurados ao valor justo, cujas alterações são reconhecidas no resultado como receitas (despesas) financeiras.

- Mantidos até o vencimento: incluem títulos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

- Disponíveis para venda: incluem títulos não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em outra categoria. Mensurados ao valor justo cujas alterações são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para resultado do exercício quando o instrumento é desreconhecido ou realizado.

4.3.3. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método dos juros efetivos, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos tidos como créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

A companhia reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e que gera(m) um impacto na estimativa de fluxos de caixa futuro, o qual pode ser confiavelmente estimado. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas no resultado como despesa de vendas.

4.3.4. Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Trocas entre a companhia e o credor de instrumentos de dívida com termos substancialmente diferentes são contabilizadas como extinção do instrumento financeiro original e como reconhecimento de novo instrumento financeiro. De forma similar, modificações substanciais dos termos do instrumento financeiro existente ou parte dele são contabilizadas como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de novo passivo financeiro.

Os termos do instrumento financeiro são substancialmente modificados se o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer comissões pagas (líquidas de quaisquer comissões recebidas) e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescentes do instrumento financeiro original.

Modificações não substanciais no instrumento financeiro não afetam o resultado no momento em que ocorrem, sendo alterada prospectivamente a taxa efetiva de juros do instrumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo.

Ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de *hedge (hedge accounting).*

4.3.6. Contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa

A companhia aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para determinadas transações.

As relações de *hedge* de fluxos de caixa se referem a *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, que possam afetar o resultado.

Em tais *hedge*s, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos de proteção é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido afetar o resultado do período. A parcela não eficaz é registrada no resultado financeiro do período.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é liquidado antecipadamente, quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge* ou quando a Administração decide revogar a designação de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting),* o ganho ou perda acumulado permanece reconhecido no patrimônio líquido. A reclassificação do ganho ou perda para o resultado é realizada quando a transação prevista ocorre. Quando não se espera que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado.

Adicionalmente, quando um instrumento financeiro designado como instrumento de *hedge* vence ou é liquidado, a companhia pode substituí-lo por outro instrumento financeiro, de maneira a garantir a continuidade da relação de hedge. Similarmente, quando uma transação designada como objeto de proteção ocorre, a companhia pode designar o instrumento financeiro que protegia essa transação como instrumento de *hedge* em uma nova relação de *hedge*.

4.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreende, principalmente, petróleo bruto, intermediários e derivados de petróleo, assim como gás natural, gás natural liquefeito (GNL), fertilizantes e biocombustíveis, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

Os estoques de petróleo e GNL podem ser comercializados em estado bruto, assim como consumidos no processo de produção de seus derivados e/ou utilizados para geração de energia, respectivamente.

Os intermediários são formados por correntes de produtos que já passaram por pelo menos uma unidade de processamento, mas ainda necessitam ser processados, tratados ou convertidos para serem disponibilizados para venda.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os estoques incluem as importações em andamento, que são demonstradas ao custo de aquisição.

4.5. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 4.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de exploração e produção, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e controlada. Apenas as operações em conjunto constituídas por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo MEP. Para as demais operações em conjunto, a companhia reconhece seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

As demonstrações financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Petrobras. Os dividendos recebidos desses investimentos societários são reconhecidos como redução do valor dos respectivos investimentos.

4.6. Combinação de negócios e *goodwill*

O método de aquisição é aplicado para as transações em que ocorre a obtenção de controle. Combinações de negócios de entidades sob controle comum são contabilizadas pelo custo.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo, com limitadas exceções.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo montante cuja soma: (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) e no caso de combinação de negócios realizada em estágios, do valor justo da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; excede o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando tal somatório for inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultam em alteração de controle não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido, incluindo custos de transação diretamente relacionados, e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

4.7. Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural

Os gastos incorridos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos, conforme a seguir:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Gastos relacionados com atividades de geologia e geofísica são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos;.

- Valores relacionados à obtenção de direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural são inicialmente capitalizados no ativo intangível. Quando as viabilidades técnica e comercial da produção de óleo e gás podem ser demonstradas, tais direitos e concessões são reclassificados para o ativo imobilizado;

- Custos exploratórios diretamente associados à perfuração de poços, inclusive os equipamentos e instalações, são inicialmente capitalizados no ativo imobilizado até que sejam constatadas ou não reservas provadas relativas ao poço. Em determinados casos, reservas são identificadas, porém as mesmas não podem ser classificadas como provadas quando a perfuração é finalizada. Nestes casos, os custos anteriores e posteriores à perfuração do poço continuam a ser capitalizados desde que o volume de reservas descobertos justifique sua conclusão como poço produtor e estudos das reservas e da viabilidade econômica e operacional do empreendimento estiverem em curso. Uma comissão interna de executivos técnicos da companhia revisa mensalmente as condições de cada poço, levando-se em consideração os dados de geologia, geofísica e engenharia, condições econômicas, métodos operacionais e regulamentações governamentais. Na nota explicativa 5.1, há maiores informações sobre o cálculo das reservas provadas de petróleo e gás da companhia;

- Poços exploratórios secos ou sem viabilidade econômica e os demais custos vinculados às reservas não comerciais são reconhecidos como despesa no período, quando identificados como tal, por uma comissão interna de executivos técnicos da companhia; e

- Todos os custos incorridos com o esforço de desenvolver a produção de uma área declarada comercial (com reservas provadas e economicamente viáveis) são capitalizados no ativo imobilizado. Incluem-se nessa categoria os custos com poços de desenvolvimento; com a construção de plataformas e plantas de processamento de gás; com a construção de equipamentos e facilidades necessárias à extração, manipulação, armazenagem, processamento ou tratamento do petróleo e gás; e com a construção dos sistemas de escoamento do óleo e gás (dutos), estocagem e descarte dos resíduos.

4.8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de *ativos (impairment)*.

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, das unidades marítimas de produção e dos navios são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média dos empréstimos vigentes durante o período, aplicada sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo método das unidades produzidas dos respectivos ativos. A companhia cessa a capitalização dos encargos financeiros dos ativos qualificáveis cujo desenvolvimento esteja concluído. Geralmente, a capitalização dos juros é suspensa, entre outros motivos, quando os ativos qualificáveis não recebem investimentos significativos por período igual ou superior a 12 meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os ativos depreciados pelo método das unidades produzidas são aqueles relacionados diretamente à produção de petróleo e gás, cuja vida útil é igual ou maior do que a vida do campo (tempo de exaustão das reservas).

Os ativos depreciados pelo método linear são: (i) aqueles vinculados diretamente à produção de óleo e gás, cuja vida útil é inferior à vida útil do campo (tempo de exaustão da reserva); (ii) as plataformas móveis; e (iii) os demais bens não relacionados diretamente à produção de petróleo e gás.

A taxa de depleção dos bens depreciados pelo método de unidades produzidas é calculada com base na produção mensal do respectivo campo produtor em relação a sua respectiva reserva provada desenvolvida.

Direitos e concessões, como o bônus de assinatura são amortizados de acordo com o método das unidades produzidas, considerando o volume de produção mensal em relação às reservas provadas totais de cada campo produtor da área a que o bônus de assinatura se refere.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.1. As vidas úteis estimadas são revisadas anualmente

4.9. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos em contratos de concessão para exploração de petróleo ou gás natural e partilha de produção, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, *softwares* e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill),* decorrente de aquisição de negócio, que nas demonstrações financeiras individuais, é apresentado no Investimento.

Os direitos e concessões correspondentes aos bônus de assinatura das concessões são reclassificados para o ativo imobilizado no momento em que as viabilidades técnica e comercial da produção de óleo e gás são demonstradas, e, enquanto estão no ativo intangível, não são amortizados, sendo os demais intangíveis de vida útil definida, amortizados linearmente pela vida útil estimada. Caso o bônus de assinatura envolva uma área na qual poderão ser realizadas atividades exploratórias em diferentes localidades, o valor do intangível a ser reclassificado para imobilizado quando as viabilidades técnica e comercial da produção de óleo e gás forem demonstradas para uma localidade específica será equivalente à proporção entre o volume total de óleo e gás esperado em um reservatório nessa localidade (*oil in place VOIP*) e o volume de óleo e gás esperado em todos os reservatórios da área.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente.

4.10. Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangível – *Impairment*

A companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGCs).

Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (campos ou polos) e aqueles que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se as sinergias do sistema Petrobras e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

4.11. Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto – *Impairment*

A companhia avalia os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto quando há indicativos de não recuperação do valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, é comparado com o seu valor recuperável.

Geralmente, o valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado, proporcional à participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da coligada ou empreendimento controlado em conjunto, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições.

A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é permitida.

4.12. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base utilizada pela companhia nos ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Quando a companhia é arrendadora do bem, constitui-se um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas quando incorridos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.13. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos não circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

A companhia tem em vigor um plano de desinvestimento e está avaliando oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da companhia.

Para a companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Estes ativos e seus passivos associados devem ser mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Os ativos e passivos relacionados são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

4.14. Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da companhia.

Tais obrigações são passíveis de registro após as declarações de comercialidade dos campos de produção de petróleo e gás natural.

Os gastos com desmantelamento de áreas reconhecidos no ativo imobilizado são amortizados nas mesmas bases que os ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. As estimativas de gastos com desmantelamento de área são revisadas anualmente, no mínimo.

4.15. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.16. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período que está sendo reportado aplicando-se as alíquotas vigentes nesse período.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4.17. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.18. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.19. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de: i) variações de valor justo envolvendo ativos financeiros disponíveis para venda, ii) parcelas eficazes de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedges* de fluxo de caixa, iii) remensurações em planos de benefício definido e, iv) ajustes acumulados de conversão.

4.20. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão satisfeitas.

4.21. Reconhecimento de receitas de vendas

A receita de produtos, que compreende, entre outros, petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis, energia elétrica, é reconhecida quando satisfeitas todas as seguintes condições:

- a companhia tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda;

- a companhia não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais bens; o valor da receita possa ser confiavelmente mensurado, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas;

- for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a companhia; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

- as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos ou serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

5.1. Reservas de petróleo e gás natural

As reservas de petróleo e gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço, dados de pressão e dados de amostras de fluidos de perfuração. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas, nos testes de recuperabilidade dos ativos (impairment), nos cálculos de provisões para desmantelamento de áreas e para definir exportações altamente prováveis que são objeto de hedge de fluxo de caixa.

A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e geologia dos reservatórios, bem como alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da companhia ou na capacidade de produção.

A companhia apura as reservas de acordo com os critérios SEC (Securities and Exchange Commission) e ANP/SPE (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP/Society of Petroleum Engineers-SPE). As principais diferenças entre os critérios ANP/SPE e SEC são: preços de venda, sendo que no critério ANP/SPE utiliza-se os preços de projeção da empresa, enquanto que para o critério SEC deve ser considerado o preço médio do primeiro dia útil dos últimos 12 meses; e a permissão da ANP de considerar volumes além do prazo de concessão, para o critério ANP/SPE. No critério SEC, são estimadas apenas as reservas provadas, enquanto no critério ANP/SPE são estimadas as reservas provadas e não provadas.

De acordo com a definição estabelecida pela SEC, reservas provadas de petróleo e gás são as quantidades de petróleo e gás que, por meio da análise de dados de geociência e engenharia, podem ser estimadas com razoável certeza de serem economicamente viáveis a partir de uma determinada data, de reservatórios conhecidos, e sob condições econômicas, métodos operacionais e regulamentação governamental existentes. As reservas provadas são subdivididas em desenvolvidas e não desenvolvidas.

Reservas provadas desenvolvidas são aquelas às quais é possível esperar a recuperação: (i) por meio de poços existentes, com equipamentos e métodos operacionais existentes, ou nas quais o custo do equipamento necessário é relativamente menor quando comparado ao custo de um novo poço; e (ii) por meio do equipamento e infraestrutura de extração instalados, em operação no momento da estimativa de reserva, caso a extração se dê por meios que não envolvam um poço.

Embora a companhia entenda que as reservas provadas serão produzidas, as quantidades e os prazos de recuperação podem ser afetados por diversos fatores, que incluem a conclusão de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e alterações significativas nos níveis de preço de petróleo e gás natural no longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Outras informações sobre reservas são apresentadas nas informações complementares sobre atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

a) Impacto das reservas de petróleo e gás natural na depreciação, depleção e amortização

Depreciação, depleção e amortização são mensuradas com base em estimativas de reservas elaboradas por profissionais especializados da companhia, de acordo com as definições estabelecidas pela SEC. Revisões das reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas impactam de forma prospectiva os valores da depreciação, depleção e amortização reconhecidos nos resultados e os valores contábeis dos ativos de petróleo e gás natural.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, uma redução na estimativa de reservas provadas aumentaria, prospectivamente, o valor periódico de despesas com depreciação/depleção/amortização, enquanto um incremento das reservas resultaria, prospectivamente, em redução no valor periódico de despesas com depreciação/depleção/amortização.

Outras informações sobre depreciação e depleção são apresentadas nas notas explicativas 4.8 e 12.

b) Impacto das reservas de petróleo e gás natural no teste de *impairment*

Os ativos vinculados à exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Para avaliar a recuperabilidade de tais ativos, a companhia utiliza o valor em uso, conforme nota explicativa 4.10. Em geral, as análises baseiam-se em reservas provadas e reservas prováveis de acordo com os critérios estabelecidos pela ANP/SPE.

c) Impacto das reservas de petróleo e gás natural nas estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas

A estimativa do momento de realização dos custos com obrigações de desmantelamento de áreas terrestres ou marítimas ao final das operações em locais de produção é baseada no prazo de exaustão das reservas provadas de acordo com os critérios estabelecidos pela ANP/SPE.

Assim, revisões de prazo de exaustão das reservas podem afetar a provisão de custos com obrigações de desmantelamento de áreas.

d) Impacto nas exportações altamente prováveis que são objeto de *hedge* de fluxo de caixa

O cálculo das "exportações futuras altamente prováveis" tem como base as exportações previstas no Plano de Negócio e Gestão (PNG) e no Plano Estratégico (PE) e que derivam das estimativas das reservas provadas e prováveis. Revisões de tais reservas podem impactar as expectativas em relação às exportações futuras e, consequentemente, as designações de relações de *hedge*. Por exemplo, uma designação de relação de *hedge* deve ser revogada se as exportações futuras que serviram de base para tal designação deixaram de ser consideradas altamente prováveis. Nesse caso, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido em função dessa relação de *hedge* deve ser reclassificado para o resultado quando a exportação futura ocorrer. Quando não se espera mais que a exportação futura venha a ocorrer, o ganho ou a perda acumulado no patrimônio é imediatamente transferido para o resultado do período.

5.2. Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

Os testes de *impairment* envolvem incertezas relacionadas principalmente às premissas-chave: preço médio do *Brent* e taxa média de câmbio (Real/Dólar) cujas estimativas são relevantes para praticamente todos os segmentos de negócio da companhia. Um número significativo de variáveis interdependentes para determinação do valor em uso, cuja aplicação nos testes de *impairment* envolve um alto grau de complexidade, deriva destas estimativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os mercados de petróleo e gás natural têm um histórico de volatilidade de preços significativa e, embora, ocasionalmente, possa haver quedas expressivas, os preços, a longo prazo, tendem a continuar sendo ditados pela oferta de mercado e fundamentos de demanda.

As projeções relacionadas às premissas-chave derivam do plano de negócios e gestão para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico para os anos subsequentes. Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas. Testes estatísticos, como *backtesting* e *feedback*, também são efetuados para aprimorar continuamente as técnicas de previsão da companhia.

O modelo de previsão de preços da companhia é baseado em uma relação não linear entre as variáveis que visam representar os fundamentos de oferta e demanda do mercado. Este modelo também considera o impacto das decisões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), custos da indústria, capacidade ociosa, produção de óleo e gás prevista por firmas especializadas e a relação entre o preço do petróleo e a taxa de câmbio do dólar norte-americano.

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização em certos ativos ou UGCs, uma vez que, por exemplo, o preço do *Brent* impacta diretamente as receitas de vendas e margens de refino da companhia, enquanto a taxa de câmbio do Dólar norte-americano frente ao Real impacta essencialmente os investimentos e despesas operacionais.

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de *impairment*.

Reduções nos preços futuros de petróleo e gás natural, que sejam consideradas tendência de longo prazo, bem como efeitos negativos decorrentes de mudanças significativas no volume de reservas, na curva de produção esperada, nos custos de extração ou nas taxas de desconto, bem como decisões sobre investimentos que resultam no adiamento ou interrupção de projetos podem ser indícios da necessidade de realização de testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*).

O valor recuperável de determinados ativos não excede substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas, conforme nota explicativa 14.1.1.

5.3. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGCs envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Tais alterações podem acontecer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais que podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs. As definições adotadas foram as seguintes:

a) UGCs do segmento de Exploração e Produção:

i. Campo ou polo de produção de petróleo e gás: composto por um conjunto de ativos vinculados à exploração e ao desenvolvimento da produção de um campo ou de um polo (conjunto de dois ou mais campos) no Brasil ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2017, os campos de Guriatã e Guriatã Sul foram considerados uma mesma UGC, o polo Guriatã, uma vez que ambos os campos compartilham o mesmo reservatório, fato que também ocorreu com os campos Canário da Terra e Canário da Terra Sul, que formaram o polo Canário da Terra. Assim, em 31 de dezembro de 2017, o segmento de Exploração e Produção possuía 40 áreas tratadas na forma de polos e que englobam 179 campos. Adicionalmente, em 30 de novembro de 2017, a companhia apresentou à ANP a declaração de comercialidade do campo de Mero, considerado como uma UGC em 31 de dezembro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As sondas de perfuração não estão associadas a nenhuma UGC e são testadas individualmente para fins de recuperabilidade.

b) UGCs do segmento de Abastecimento:

i. UGC Abastecimento: conjunto de ativos que compõe as refinarias, terminais e dutos, bem como os ativos logísticos operados pela Transpetro, com a operação combinada e centralizada dos ativos logísticos e de refino, tendo como objetivo comum o atendimento do mercado ao menor custo global e, sobretudo, a preservação do valor estratégico do conjunto de ativos no longo prazo. O planejamento operacional é feito de forma centralizada e os ativos não são geridos, medidos ou avaliados pelo seu resultado econômico-financeiro individual isolado. As refinarias não têm autonomia para escolher o petróleo a ser processado, o *mix* de derivados a produzir, os mercados para onde destiná-los, que parcela será exportada, que intermediários serão recebidos e os preços de vendas dos produtos. As decisões operacionais são analisadas através de um modelo integrado de planejamento operacional para o atendimento do mercado, considerando todas as opções de produção, importação, exportação, logística e estoques e buscando maximizar o desempenho global da companhia. A decisão sobre novos investimentos não se baseia na avaliação individual do ativo onde o projeto será instalado, mas sim no resultado adicional para a UGC como um todo. O modelo em que se baseia todo o planejamento, usado nos estudos de viabilidade técnica e econômica de novos investimentos em refino e logística, busca alocar um determinado tipo petróleo, ou mix de derivados, definir o atendimento de mercados (área de influência), objetivando os melhores resultados para o sistema integrado. Os dutos e terminais são partes complementares e interdependentes dos ativos de refino, com o objetivo comum de atendimento ao mercado;

ii. UGC Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): ativos em construção da Refinaria Trem 1 – Comperj. Em 2014, a companhia optou por postergar este projeto por um extenso período de tempo;

iii. UGC 2º trem de refino RNEST: ativos em construção do segundo trem de refino da Refinaria Abreu e Lima e da infraestrutura associada. Em 2014, a companhia optou por postergar este projeto por um extenso período de tempo;

iv. UGC Petroquímica: compreendia os ativos das plantas petroquímicas das empresas PetroquímicaSuape e Citepe. Em dezembro de 2016, os ativos deixaram de compor uma UGC e foram reclassificados para o ativo não circulante mantido para venda, em função da aprovação venda dos ativos dessas duas empresas pela companhia;

v. UGC Transporte: a unidade geradora de caixa desse segmento é definida pelos ativos da frota de navios da Transpetro. Em dezembro de 2017, a Administração da Transpetro decidiu pela hibernação por tempo indeterminado de três navios em construção da classe PANAMAX (EI-512, EI-513 e EI-514) e, como consequência, estes ativos deixaram de pertencer à UGC Transporte e tiveram seus valores recuperáveis testados isoladamente;

vi. UGC Comboios-Hidrovia: compreende o conjunto de embarcações (comboios) em construção do projeto Hidrovia (transporte de etanol ao longo do Rio Tietê). Em 2016, foram removidos da UGC Transportes em função da postergação do projeto por um extenso período de tempo;

vii. UGC SIX: planta de processamento de xisto; e

viii. Demais UGCs: compreendem ativos no exterior avaliados ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

c) UGCs do segmento de Gás e Energia:

i. UGC Gás Natural: conjunto de ativos que compõe a malha comercial do gás natural (gasodutos), unidades de processamento de gás natural (UPGN) e conjunto de ativos de fertilizantes e nitrogenados (plantas industriais. Considerando a baixa perspectiva de sucesso na alienação de determinadas plantas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fertilizantes e a decisão da Administração de dar continuidade ao posicionamento estratégico definido no Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 aprovado em dezembro de 2017 de sair desse negócio, todas as fábricas que ainda faziam parte da UGC Gás Natural foram retiradas e passaram a ter suas recuperabilidades testadas isoladamente;

ii. UGC Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN III): planta de Fertilizantes Nitrogenados III, cuja construção encontra-se paralisada e a data de entrada em operação postergada desde 2014;

iii. UGC Energia: conjunto de ativos que compõe o portfólio de usinas termoelétricas (UTE).

iv. Demais UGCs: compreendem ativos no exterior avaliados ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

d) UGC do segmento de Distribuição: conjunto de ativos de distribuição, relacionados, principalmente, às atividades operacionais da Petrobras Distribuidora S.A.

e) UGC do segmento de Biocombustível

i. UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõe as usinas de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e

ii. UGC Quixadá: compreende os ativos da Usina de Biodiesel Quixadá-CE. Em setembro de 2016, foi excluída da UGC Biodiesel em função da decisão pelo encerramento de suas operações.

Os investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 4.10 e 14.

5.4. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capita*) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 22.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

5.5. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 30.

5.6. Estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas

A companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final das operações em locais de produção. As obrigações mais significativas de remoção de ativos envolvem a remoção e descarte das instalações em alto mar (*offshore)* de produção de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados.

Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

A companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

Outras informações sobre desmantelamento de áreas são apresentadas nas notas explicativas 4.14 e 20.

5.7. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros que são: i) preço do petróleo do tipo *brent*; ii) taxa de câmbio; iii) resultado financeiro líquido.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 21.5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5.8. Contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa de exportação

O cálculo das "exportações futuras altamente prováveis" tem como base as exportações previstas no Plano de Negócio e Gestão (PNG) e Plano Estratégico (PE) correntes, representando uma parcela dos valores projetados para a receita de exportação em médio e longo prazos. O valor considerado altamente provável é obtido considerando-se a incerteza futura acerca do preço do petróleo, produção de óleo e demanda por produtos em um modelo de otimização das operações e investimentos da companhia, e utilizando-se como teto um percentual histórico de volume exportado em relação à produção total de óleo. Os valores das exportações futuras são recalculados a cada alteração de premissa na projeção do PNG e do PE. A metodologia utilizada para seu cálculo, bem como os seus respectivos parâmetros, é reavaliada pelo menos uma vez ao ano.

Outras informações e análises de sensibilidades da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa de exportação são divulgadas na nota explicativa 33.2.

5.9. Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 3, a companhia realizou baixas contábeis de R$ 6.194 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a companhia desenvolveu uma metodologia descrita na nota explicativa 3. A Petrobras admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Entretanto, como já discutido, a companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

5.10. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

As perdas referentes a créditos de liquidação duvidosa são constituídas considerando evidências objetivas de perdas que, entre outras, incluem: casos de dificuldades financeiras significativas do emitente ou obrigado, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial. Outras informações sobre perdas em crédito de liquidação duvidosas são apresentadas na nota explicativa 8.

6. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

6.1. International Accounting Standards Board (IASB)

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard* 9 – *Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and* Measurement.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de *hedge* e divulgação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conforme permitido pelo IFRS 9, a companhia não pretende reapresentar os períodos anteriores em relação a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. As diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 serão reconhecidas nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018. Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* geralmente devem ser aplicados de forma prospectiva.

Em 1º de janeiro de 2018, as mudanças trazidas pelo IFRS 9 quanto a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, não impactaram materialmente o Patrimônio Líquido da companhia.

A seguir são apresentadas cada uma das principais mudanças trazidas com os requerimentos do IFRS 9.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

Modificação de fluxo de caixa contratual de ativos e passivos financeiros

O IFRS 9 estabelece que se um ativo ou passivo financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas.

Para mensuração das perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes de curto prazo, a companhia optou pela adoção do expediente prático da matriz de provisões por vencimentos.

Contabilidade de *hedge*

O IFRS 9 estabelece novos requerimentos referentes a contabilidade de *hedge*, que incluem, entre outros, a proibição da descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*, alterações na mensuração da efetividade do *hedge*, tornando requerida a consideração do valor do dinheiro no tempo, e expansão dos requerimentos de divulgação.

As relações de *hedge* de fluxo de caixa das exportações futuras altamente prováveis para fins de IAS 39 podem ser consideradas como relações de proteções para fins do IFRS 9, uma vez que também se qualificam para contabilização de *hedge* de acordo com o novo pronunciamento.

O IFRS 9 não altera os princípios gerais para contabilização do *hedge* de fluxo de caixa.

IFRS 15 - Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 15 - Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substitui uma série de pronunciamentos e intepretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 – *Revenue*.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações finanaceiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou, quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os requerimentos do IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Especificamente o novo pronunciamento traz um modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento: (i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A companhia pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

As principais mudanças nas práticas contábeis da companhia em função da adoção do IFRS 15, alteraram apenas a forma como certas receitas de contratos com clientes eram apresentadas na demonstração de resultados, e não afetaram o lucro líquido da companhia. Em 2017, esta reclassificação seria equivalente a uma redução de 1,7% da receita. Tais mudanças são apresentadas a seguir:

Atuação da companhia como agente

De acordo com as práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2017, a companhia considera que atuava como principal em algumas transações, de maneira que apresenta separadamente as receitas dessas vendas, o custo do produto vendido e as despesas de vendas. No entanto, segundo os requerimentos contidos no IFRS 15, a companhia atua como agente, pois não chega a obter o controle dos bens ou serviços que são subsequentemente vendidos ao cliente. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2018, as receitas dessas operações continuarão a serem apresentadas na mesma linha na demonstração de resultados, mas líquidas do custo do produto vendido e despesas de vendas.

Receitas de direitos não exercidos (*breakage*)

De acordo com as práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2017, a companhia considera como receitas de penalidades, apresentadas na linha de "Outras despesas líquidas" na demonstração de resultados, as receitas oriundas de direitos não exercidos por clientes em certos contratos de *take or pay e ship or pay* . No entanto, segundo os requerimentos contidos no IFRS 15, as receitas oriundas de direitos não exercidos por clientes devem ser consideradas como receitas de vendas e serão apresentadas como tal a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRIC 22 – Foreign Currency Transactions and Advance Consideration

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC Interpretation 22 - Foreign Currency Transactions and Advance Consideration (IFRIC 22), emitido pelo IASB.

O IFRIC 22 se aplica à transação em moeda estrangeira (ou parte dela) que resulta no reconhecimento de ativo não monetário ou passivo não monetário, decorrente de pagamento ou recebimento antecipado (adiantamento), antes que seja reconhecido o ativo, a despesa ou a receita relacionada ao adiantamento. O IFRIC 22 esclarece que a data da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do ativo, da despesa ou da receita relacionada ao adiantamento é a mesma utilizada no reconhecimento inicial do adiantamento.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 22, a companhia aplicará os requerimentos prospectivamente a partir da sua entrada em vigor. A companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRIC 22.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 – *Leases* (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e intepretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 - Operating Leases – Incentives; e SIC-27 - Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 - *Agriculture* mantidos por arrendatário;
- Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*;
- Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e
- Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 - *Intangible Assets* para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Consequentemente, a companhia espera que ocorra um aumento nos saldos de seus ativos e passivos totais, quando da adoção inicial do IFRS 16.

A partir da adoção inicial do IFRS 16, a companhia deixará de reconhecer despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantil operacional e passará a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial (se aplicável) apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. A despesa financeira poderá ser objeto de capitalização, conforme previsto no IAS 23 – *Borrowing Costs*, e a variação cambial poderá ser parcial ou integralmente diferida no patrimônio líquido, caso os passivos financeiros sejam designados como instrumentos de *hedge*, conforme previsto no IFRS 9.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

Para avaliar o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa, bem como sua aplicação nos contratos existentes, a companhia iniciou um projeto de implementação desta IFRS. No atual estágio do projeto, ainda não é possível determinar os efeitos quantitativos da adoção desse pronunciamento. Estas avaliações, quando razoavelmente estimadas, poderão implicar na necessidade da companhia negociar, em determinados contratos de dívida com BNDES e outras instituições financeiras, cláusulas relacionadas ao nível de endividamento (*covenants*).

6.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2017, bem como os IFRS equivalentes:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers	1º de janeiro de 2018
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	IFRS 9 – Financial Instruments	1º de janeiro de 2018
ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento	IFRIC 22 – Foreign Currency Transactions and Advance Consideration	1º de janeiro de 2018
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019

As disposições transitórias e os efeitos esperados de adoção inicial referentes a cada pronunciamento ou intepretação do CPC listado acima são os mesmos que foram apresentados para o respectivo IFRS no item 6.1.

7. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

7.1. Caixa e bancos

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	5.193	1.926	8	17
Aplicações financeiras de curto prazo				
- No País				
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	3.889	3.845	1.050	849
Outros fundos de investimentos	57	427	10	1
	3.946	4.272	1.060	850
- No exterior				
Time deposits	20.632	10.053	–	–
Auto Invest e contas remuneradas	37.337	31.875	237	5.400
Títulos do Tesouro Americano	–	17.004	–	–
Outras aplicações financeiras	7.386	3.978	–	–
	65.355	62.910	237	5.400
Total das aplicações financeiras de curto prazo	69.301	67.182	1.297	6.250
Total de caixa e equivalentes de caixa	**74.494**	**69.108**	**1.305**	**6.267**

As principais aplicações de caixa em 2017 foram para cumprimento do serviço da dívida, incluindo pré-pagamentos, no total de R$ 137.386, além de financiamento dos investimentos nos segmentos de negócio no montante de R$ 43.614. Essas aplicações foram substancialmente proporcionadas por uma geração de caixa operacional de R$ 86.467, captações de R$ 86.467 e recebimentos pela venda de ativos e de participações de R$ 14.813.

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

7.2. Títulos e valores mobiliários

			Consolidado		Controladora	
			31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
	País	Exterior	Total	País	Total	Total
Para negociação	3.531	–	3.531	2.556	3.531	2.487
Disponíveis para venda	505	2.015	2.520	1	42	1
Mantidos até o vencimento	397	–	397	292	162	285
Total	**4.433**	**2.015**	**6.448**	**2.849**	**3.735**	**2.773**
Circulante	4.222	2.015	6.237	2.556	3.531	2.487
Não circulante	211	–	211	293	204	286

Os títulos classificados como para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os títulos classificados como disponíveis para venda referem-se basicamente, no país, ao montante equivalente a 24 milhões de ações ordinárias emitidas pela São Martinho em substituição e na proporção das ações que a Petrobras Biocombustível S.A.(PBIO) detinha na Nova Fronteira, conforme nota explicativa 10.3 e no exterior, referem-se a títulos do tesouro britânico (GBP 475 milhões) com vencimento em março de 2018.

8. Contas a receber

8.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Terceiros	23.138	19.972	9.898	7.585
Partes relacionadas				
Investidas (nota explicativa 19.7)	1.752	1.809	14.874	20.304
Aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC-NP (nota explicativa 19.4)	–	–	14.222	11.301
Recebíveis do setor elétrico (nota explicativa 8.4) (*)	17.362	16.042	13.467	5.995
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal (nota explicativa 19.8)	829	875	829	875
Arrendamento mercantil financeiro	1.818	3.986	–	–
Recebíveis por desinvestimento na Nova Transportadora do Sudeste (nota explicativa 10.1)	2.885	–	2.885	–
Outras	5.449	5.373	2.109	2.951
	53.233	48.057	58.284	49.011
Perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(19.667)	(17.682)	(8.834)	(7.676)
Total	**33.566**	**30.375**	**49.450**	**41.335**
Circulante	16.446	15.543	34.239	31.073
Não circulante	17.120	14.832	15.211	10.262

(*) Inclui o valor de R$ 795 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 817 em 31 de dezembro de 2016) referente a arrendamento mercantil financeiro a receber com empresa AME. O aumento do saldo da controladora deve-se à reestruturação da BR Distribuidora conforme nota explicativa 10.3

8.2. Contas a receber vencidos - Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Até 3 meses	1.972	1.313	1.465	609
De 3 a 6 meses	171	218	101	90
De 6 a 12 meses	275	1.339	146	412
Acima de 12 meses	11.819	8.637	4.540	4.332
Total	**14.237**	**11.507**	**6.252**	**5.443**

8.3. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa – PCLD

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldo inicial	17.682	14.274	7.676	6.514
Adições	2.697	4.532	1.384	1.400
Baixas	(349)	(28)	(147)	–
Reversões	(428)	(595)	(79)	(238)
Ajuste Acumulado de Conversão	65	(501)	–	–
Saldo final	**19.667**	**17.682**	**8.834**	**7.676**
Circulante	6.842	6.551	4.632	4.414
Não circulante	12.825	11.131	4.202	3.262

A partir de 1º de janeiro de 2018, o reconhecimento da provisão será com base nas perdas de crédito esperadas (IFRS 9) e não mais no modelo que se baseia nas perdas de crédito incorridas (IAS 39), conforme descrito na nota explicativa 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

8.3.1. Provisão de Recebíveis – Sonda Vitória 10.000

Em 22 de maio de 2017, a Drill Ship International BV – DSI BV, controlada da PIB BV, rescindiu o contrato de arrendamento financeiro ("CLC") do navio sonda Vitória 10.000 celebrado com a Deep Black Drilling LLP – DBD, empresa integrante do grupo Schahin. Em 19 de julho de 2017, foi publicada decisão judicial que reconheceu esta rescisão. Na mesma data, a Schahin interpôs recurso requerendo a concessão de efeito suspensivo, o qual foi indeferido por meio de decisão publicada em 28 de julho de 2017.

Considerando esta situação, onde houve a rescisão do CLC e se configurou para fins legais o direito de retomada do navio sonda pela DSI, a companhia avaliou o valor em uso do navio sonda, baseando-se na projeção dos fluxos de caixa oriundos do uso deste ativo em projetos no Sistema Petrobras, em comparação ao contas a receber relativo ao CLC em 30 de junho de 2017. Desta forma, foi reconhecida uma perda de R$ 818 registrada em outras despesas líquidas no segundo trimestre de 2017.

Em 9 de agosto de 2017, medidas foram adotadas para restabelecer a posse do navio sonda, o que efetivamente ocorreu em 16 de agosto de 2017. Como resultado, a companhia desreconheceu o contas a receber relativo ao arrendamento financeiro e reconheceu o navio sonda como um equipamento em Ativo Imobilizado, no montante de R$ 1.224, e uma perda adicional de R$ 76, referente ao complemento do faturamento do CLC e cobrança de multa contratual até a retomada do navio sonda, reconhecida no terceiro trimestre de 2017.

8.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

								Consolidado
	31.12.2016	Faturamentos	Recebimentos	Transferências(*)	Baixas	Constituição de PCLD, líquida de reversão	Atualização Monetária	31.12.2017
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)								
Eletrobras Distribuição Amazonas - AME-D	8.065	789	(1.752)	1.300	–	(889)	967	8.480
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	1.201	–	(68)	–	–	–	111	1.244
Outros	313	151	(160)	–	(55)	80	37	366
Subtotal	**9.579**	**940**	**(1.980)**	**1.300**	**(55)**	**(809)**	**1.115**	**10.090**
Terceiros								
Cia de Gás do Amazonas - Cigás	468	2.533	(1.251)	(1.300)		(8)	25	467
Centrais Elétricas do Pará - Celpa	–	336	(413)		(25)	111	–	9
Outros	15	670	(627)		(61)	25	6	28
Subtotal	**483**	**3.539**	**(2.291)**	**(1.300)**	**(86)**	**128**	**31**	**504**
Contas a receber líquido	**10.062**	**4.479**	**(4.271)**	**–**	**(141)**	**(681)**	**1.146**	**10.594**
Contas a receber - Sistema Eletrobras	16.042	940	(1.980)	1.300	(55)		1.115	17.362
(-) PCLD	(6.463)					(809)		(7.272)
Subtotal	**9.579**	**940**	**(1.980)**	**1.300**	**(55)**	**(809)**	**1.115**	**10.090**
Contas a receber - Terceiros	1.683	3.539	(2.291)	(1.300)	(86)		31	1.576
(-) PCLD	(1.200)					128		(1.072)
Subtotal	**483**	**3.539**	**(2.291)**	**(1.300)**	**(86)**	**128**	**31**	**504**
Total de contas a receber	17.725	4.479	(4.271)	–	(141)	–	1.146	18.938
(-) PCLD	(7.663)	–	–	–	–	(681)	–	(8.344)
Contas a receber líquido	**10.062**	**4.479**	**(4.271)**	**–**	**(141)**	**(681)**	**1.146**	**10.594**

(*) Transferência de recebíveis vencidos da Cigás para AME-D, conforme previsto no contrato comercial de compra e venda de gás natural (contratos *upstream* e *downstream*) entre Petrobras, Cigás e AME-D.

O Sistema Petrobras fornece óleo combustível e gás natural, entre outros produtos, para usinas de geração termoelétrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIE) que compõem o Sistema Isolado de energia na região norte do país (Isolados e Manaus). Este sistema corresponde ao serviço público de distribuição de energia elétrica que, em sua configuração normal, não está ainda em condições de ter a totalidade de sua demanda de energia elétrica atendida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O custo do fornecimento de combustíveis líquidos e gás natural para os Sistemas Isolados e Manaus compõe o custo total de geração desses sistemas que é apenas parcialmente pago pelos consumidores locais (até o limite do custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada), sendo a maior parte reembolsada pela da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), uma das rubricas do Fundo setorial CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

Os marcos legais da CCC e do Fundo CDE passaram por algumas alterações nos últimos anos, merecendo destaque a MP 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 e a MP 735/2016, convertida na Lei 13.360/2016.

Essas alterações legais aliadas a processos fiscalizatórios movidos pela ANEEL contra o gestor do Fundo, e contra os beneficiários da CCC (concessionárias do grupo Eletrobras) causaram instabilidades e reduções nos reembolsos da CCC a partir do ano de 2013, situação que gerou deficiência de caixa nas concessionárias do grupo Eletrobras, que por sua vez passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos ao Sistema Petrobras pelo fornecimento de combustíveis líquidos e gás natural para geração de energia elétrica, aumentando suas inadimplências, notadamente da concessionária Eletrobras Distribuição Amazonas (AME-D).

A fim de regularizar esta situação, a companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIE, empresas privadas e controladas da Eletrobras e, em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos de confissão de dívida (CCD), no montante de R$ 8.601, abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC, para pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais R$ 7.380 possuíam garantia real por penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A amortização da dívida estabelecida nos CCDs ocorre em duas etapas, sendo a primeira com amortização de 15% do valor repactuado, nos primeiros 36 meses, e os 85% restantes em 84 parcelas que começam a vencer a partir de janeiro de 2018. Com isso, é esperada a partir de 2018 uma redução progressiva de contas a receber do setor elétrico, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2017 em função da característica do fluxo de amortização pactuado . O Grupo Eletrobras tem cumprido com os pagamentos dos CCDs assinados em 2014 mesmo que com atrasos intermitentes.

Considerando principalmente a reestruturação do Setor e os efeitos previstos na Resolução Normativa nº 679/15 publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), esperava-se uma redução da inadimplência, o que de fato não ocorreu.

Assim, a companhia vem adotando medidas visando reduzir a referida inadimplência, com destaque para:

- cobrança judicial de créditos inadimplidos pelas empresas do Sistema Eletrobras, pelo fornecimento de gás natural, óleo combustível e outros combustíveis líquidos;

- suspensão de fornecimento de óleo combustível e outros combustíveis líquidos a prazo;

- inscrição pela BR Distribuidora de controladas da Eletrobras no Cadastro de Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN); e

- Inscrição pela Petrobras da AME no cadastro de inadimplentes da ANEEL no período de abril de 2016 a maio de 2017. A partir de maio de 2017, a ANEEL excluiu tal débito do cadastro, com o argumento de que a compra de combustível não configura dívida intrassetorial, o que foi contestado administrativamente pela Petrobras junto ao Regulador, que por sua vez indeferiu o pedido da Petrobras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a companhia reconheceu PCLD de R$ 681 (constituição de R$ 1.242 em 31 de dezembro de 2016), líquida de reversão, principalmente em função de inadimplências parciais relativas a fornecimento de gás natural, parcialmente compensadas pelos recebimentos de valores vencidos da CELPA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Adicionalmente, negociações entre a companhia e a Eletrobras encontram-se em curso para o equacionamento da dívida com o Sistema Eletrobras. A Petrobras está em avaliação de eventuais impactos decorrentes da 170ª Assembleia Geral de Extraordinária da Eletrobras de 8 de fevereiro de 2018 que endereçou temas como desverticalização do segmento e privatização das distribuidoras controladas.

9. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Petróleo	12.065	11.485	10.197	9.961
Derivados de petróleo	9.309	8.634	7.347	7.091
Intermediários	2.027	2.281	2.027	2.281
Gás Natural e GNL (*)	222	435	66	310
Biocombustíveis	572	686	64	74
Fertilizantes	83	85	80	66
Total de produtos	24.278	23.606	19.781	19.783
Materiais, suprimentos e outros	3.803	4.053	3.384	3.755
Total	**28.081**	**27.659**	**23.165**	**23.538**
Circulante	28.081	27.622	23.165	23.500
Não circulante	-	37	-	38

(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, para ajuste ao seu valor realizável líquido, no montante de R$ 4 (R$ 92 em 31 de dezembro de 2016), sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados. O montante acumulado da provisão reconhecido no resultado do exercício, como custo dos produtos e serviços vendidos, foi de R$ 211 (R$ 1.320 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia possuía um volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R$ 13.454 (R$ 6.449 em 31 de dezembro de 2016), conforme nota explicativa 22.1. O valor dessa garantia foi revisado e atualizado no terceiro trimestre de 2017 para refletir o aumento dos compromissos atualizados no TCF.

10. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

A companhia tem em vigor um programa de parcerias e desinvestimentos e avalia oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais, legais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos seus negócios. O programa de parcerias e desinvestimentos é uma iniciativa importante do Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 (PNG 2018-2022) e para o biênio 2017-2018 a meta é atingir o valor de US$ 21 bilhões, a qual permitirá, em conjunto com as demais iniciativas listadas do Plano, ter um indicador financeiro (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) declinante e convergente para 2,5 em dezembro de 2018.

Em 7 de dezembro de 2016, o Tribunal de Contas da União (TCU) proferiu medida cautelar impedindo a Petrobras de iniciar novos projetos de desinvestimentos e concluir os projetos em andamento, exceto para transações que estavam em fase final, até decisão de mérito sobre a sistemática para desinvestimentos da companhia.

A companhia revisou sua sistemática de desinvestimentos e, em 15 de março de 2017, o TCU revogou a referida cautelar e autorizou a companhia a prosseguir com seu programa de desinvestimento conforme a metodologia revisada.

Neste sentido, em 30 de março de 2017, a Diretoria Executiva da companhia aprovou a construção de sua nova carteira de desinvestimento, composta por projetos que, desde o início, seguem os procedimentos conforme sistemática de desinvestimentos revisada e aprovada pelo TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.1. Vendas de ativos

Venda dos ativos de distribuição no Chile

Em 22 de julho de 2016, foi assinado com a Southern Cross Group o contrato de compra e venda (*Sale and Purchase Agreement – SPA*) de 100% da Petrobras Chile Distribución Ltda (PCD), empresa do segmento de distribuição, detida através da Petrobras Caribe Ltda.

Em 4 de janeiro de 2017, a operação de venda da Petrobras Chile Distribución ("PCD") foi concluída, resultando na entrada de caixa de US$ 470 milhões, dos quais US$ 90 milhões foram oriundos da distribuição de dividendos líquidos de impostos da PCD, ocorrida em 09 de dezembro de 2016, e os demais US$ 380 milhões através de pagamento pela Southern Cross, tendo sido apurado um ganho de R$ 2, reconhecido em outras despesas líquidas, considerando *impairment* de R$ 266 em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, em decorrência desta operação, foi reclassificada para resultado, como outras despesas líquidas, a perda de R$ 248, oriunda da depreciação cambial do peso chileno frente ao dólar, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, conforme nota explicativa 23.4.

Venda de Participação na Nova Transportadora do Sudeste e reestruturações societárias previstas

Em 22 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da companhia aprovou a venda de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), empresa do segmento de gás e energia, para a Brookfield Infrastructure Partners (BIP) e suas afiliadas, por meio de um Fundo de Investimento em Participações (FIP), cujos demais cotistas são British Columbia Investment Management Corporation (BCIMC), CIC Capital Corporation (subsidiária integral da China Investment Corporation - CIC) e GIC Private Limited (GIC). A venda das ações ocorreu após reestruturação societária em que a NTS passou a concentrar os ativos de transporte do Sudeste, exceto os ativos do Espirito Santo.

A reestruturação societária da NTS contemplou um aumento de capital realizado pela Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) no valor de R$ 2.310, correspondente a ativos (líquidos) de transporte de gás do Sudeste. Posteriormente, a TAG teve seu capital reduzido em R$ 2.600 com a entrega da totalidade das ações da NTS para a Petrobras. Esta reestruturação não modificou as condições contratuais previstas nos contratos de transporte de gás relacionados aos ativos envolvidos na transação.

Em 4 de abril de 2017, após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato de compra e venda, a operação foi concluída por US$ 5,08 bilhões, com o recebimento, nesta mesma data, de US$ 4,23 bilhões, sendo US$ 2,59 bilhões referente à venda das ações, dos quais US$ 109 milhões foram destinados a uma *Escrow Account* como garantia para pagamento de gastos com remediações de dutos e US$ 1,64 bilhão referente a debêntures conversíveis em ações emitidas pela NTS, com vencimento em 10 anos, para substituição de dívida com a Petrobras Global Trading B.V. ("PGT"). O restante referente à venda de ações, no valor de US$ 850 milhões, será pago no quinto ano, com juros anuais a uma taxa fixa, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

Na data de conclusão da operação foi apurado um ganho de R$ 6.977, incluindo o ganho na remensuração a valor justo da parcela de participação acionária remanescente (10%), no valor de R$ 698, reconhecido em outras despesas líquidas.

Em 10 de outubro 2017, houve pagamento do ajuste de preço final no valor de R$ 63, conforme previsto contratualmente, totalizando um ganho na operação de R$ 7.040.

Venda da Guarani

Em 28 de dezembro de 2016, a Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO) alienou a totalidade de sua participação na Guarani S.A., empresa do segmento de biocombustível, correspondente a 45,97% de seu capital, para Tereos Participations S.A., empresa do grupo francês Tereos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 3 de fevereiro de 2017, a operação de venda foi concluída com o pagamento de US$ 203 milhões pela Tereos Participations S.A., após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato. Em 2016, foram registradas perdas referentes ao investimento na Guarani no montante de R$ 578.

Adicionalmente, em decorrência desta operação, foi reclassificado para resultado, como outras despesas líquidas, um ganho de R$ 132, oriundo da apreciação cambial do metical moçambicano frente ao real, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, conforme nota explicativa 23.4, compensado pela reclassificação do saldo de R$ 69 referente a *hedge* de fluxo de caixa.

Aprovação da venda da Liquigás

Em 17 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da Liquigás Distribuidora S.A., empresa do segmento de abastecimento, para a Companhia Ultragaz S.A., subsidiária da Ultrapar Participações S.A. Em janeiro de 2017, a operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Ultrapar e da Petrobras, pelo valor de R$ 2.666.

Em 30 de junho de 2017, a Superintendência-Geral (SG) do CADE publicou despacho declarando complexo o Ato de Concentração e determinou diligências adicionais a serem executadas. Em 28 de agosto de 2017, encerrou-se a fase de análise da operação pela referida SG, onde foram apresentadas preocupações concorrenciais nessa operação, razão pela qual a SG submeteu sua recomendação de reprovação dessa operação ao Tribunal do CADE.

Neste sentido, levando-se em consideração a necessidade de cumprimento de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE, os ativos e passivos correspondentes objetos da transação mantiveram-se classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017.

Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE decidiu, por maioria de seus membros, pela reprovação da alienação da Liquigás para a Ultragaz S.A. A referida decisão constitui hipótese de rescisão do contrato de compra e venda da Liquigás, aplicando-se à Companhia Ultragaz S.A. multa, em favor da Petrobras, no valor total de R$ 286, devida a partir da data da publicação da decisão no Diário Oficial da União, cuja liquidação financeira ocorreu em 13 de março de 2018..

Venda da PetroquímicaSuape e da Citepe

Em 28 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a assinatura do contrato de compra e venda das ações da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), empresa do segmento de abastecimento, para o Grupo Petrotemex S.A. de C.V. e para a Dak Americas Exterior S.L, subsidiárias da Alpek , S.A.B. de C.V. (Alpek) pelo valor de US$ 385 milhões, sujeito a ajustes de capital de giro, dívida líquida e impostos a recuperar, que serão pagos na data do fechamento da operação. A Alpek é uma empresa mexicana do Grupo Alfa, S.A.B. de C.V. (Alfa), de capital aberto.

Em 21 de fevereiro de 2017, a operação foi aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo Alfa e em 27 de março de 2017 na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Petrobras.

A Superintendência-Geral (SG) do CADE analisou o processo e em 10 de outubro de 2017 e publicou despacho declarando complexo o Ato de Concentração, determinando a realização de algumas diligências. Em 15 de dezembro de 2017, a SG concluiu o parecer sobre a operação, recomendando ao Tribunal do CADE a sua aprovação, condicionada à celebração de Acordo em Controle de Concentrações (ACC).

Em 31 de dezembro de 2017, considerando a necessidade de cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo aprovação do Tribunal do CADE, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação continuam classificados como mantidos para venda.

Em 07 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE aprovou a operação de alienação da PetroquímicaSuape e da Citepe para a empresa Alpek. Além dessa aprovação, a conclusão da transação ainda está sujeita ao cumprimento de outras condições precedentes usuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aliança Estratégica entre Petrobras e a Total

Em 21 de dezembro de 2016, a companhia e a empresa Total assinaram um Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*), em conexão com a Aliança Estratégica estabelecida no Memorando de Entendimentos firmado em 24 de outubro de 2016. Desta forma, certos ativos do segmento de E&P foram classificados como mantidos para venda na data base de 31 de dezembro de 2016, em função do compartilhamento de gestão em participações, conforme apresentado a seguir:

- cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total, na área da concessão denominada Iara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, que estão sujeitos a acordos de unitização com a área denominada Entorno de Iara, sob regime de cessão onerosa, na qual a Petrobras detém 100% de participação), no Bloco BM-S-11. A companhia permanece como operadora do Bloco;

- cessão de direitos de 35% da Petrobras para a Total, assim como a operação, na área da concessão do campo de Lapa, no Bloco BM-S-9, ficando a Petrobras com 10%; e

- venda de 50% de participação detida pela Petrobras na Termobahia para a Total, incluindo as térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, localizadas na Bahia. Em 31 de dezembro de 2016, a companhia reconheceu uma perda por *impairment* de R$156.

Em 28 de fevereiro de 2017, a Petrobras e a Total assinaram os contratos de compra e venda relacionados aos referidos ativos no valor de US$ 1,675 bilhão à vista pelos ativos e serviços, sujeito a ajuste de preço, além de pagamentos contingentes no valor de US$ 150 milhões, associado ao volume produzido no campo de Lapa. Adicionalmente, será disponibilizado pela Total, uma linha de crédito de longo prazo no valor de US$ 400 milhões que poderá ser acionada para financiar os investimentos da Petrobras nos campos da área de Iara.

Os contratos acima se somam a outros acordos já firmados em 21 de dezembro de 2016, que são: (i) carta que concede à Petrobras a opção de aquisição de 20% de participação no bloco 2 da área de Perdido Foldbelt, no setor mexicano do Golfo do México, assumindo apenas as obrigações futuras proporcionais à sua participação; (ii) carta de intenção para estudos exploratórios conjuntos nas áreas exploratórias da Margem Equatorial, e na Bacia de Santos; e (iii) acordo de parceria tecnológica nas áreas de petrofísica digital, processamento geológico e sistemas de produção submarinos.

Em 31 de dezembro de 2017, as conclusões das operações estavam sujeitas às aprovações dos órgãos reguladores competentes e ao potencial exercício do direito de preferência dos atuais parceiros na área de Iara, além de outras condições precedentes. Desta forma, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação permaneceram classificados como mantidos para venda.

Em 15 de janeiro de 2018, diante do cumprimento das condições precedentes relativas às cessões de direitos, a Petrobras e a Total concluíram as transações referentes à cessão de direitos de 35% da Petrobras para a Total, assim como a operação, do campo de Lapa no bloco BM-S-9A, no pré-sal da Bacia de Santos, além da Cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total da área de Iara, que contém os campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, no bloco BM-S-11A, no pré-sal da Bacia de Santos.

O valor pago nessas transações totaliza US$ 1,95 bilhão, incluindo ajustes de preço no fechamento da operação. Este valor não contempla a linha de crédito e os pagamentos contingentes.

A conclusão da parceria na Termobahia continua sujeita às aprovações dos órgãos reguladores competentes e ao cumprimento de condições precedentes usuais.

Oferta pública de ações da Petrobras Distribuidora (BR)

O Conselho de Administração da Petrobras, em reunião de 11 de julho de 2017, aprovou a abertura de capital da BR por meio de oferta pública secundária de ações ordinárias, com a pretensão de aderir, durante esse processo, ao segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, nível mais elevado de governança corporativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em função deste novo cenário, em 5 de setembro de 2017, a Assembleia Geral de Acionistas (AGE) da BR aprovou a reforma do seu Estatuto Social, considerando as exigências da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016, além de contemplar as regras legais relativas às companhias abertas e ao regulamento do Novo Mercado.

Com isso, a Petrobras protocolou, junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o pedido de registro de companhia aberta para a BR, bem como o pedido de registro de distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da BR. Além disso, foi solicitada à B3 a adesão da BR ao Novo Mercado.

Em 14 de dezembro de 2017, a CVM deferiu o registro da oferta pública de distribuição secundária de ações da BR ("Oferta") que foi realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Prospecto definitivo da oferta envolveu a alienação de 291.250.000 ações ordinárias ("Lote Base"), pelo preço de R$ 15,00 (quinze reais) por ação, perfazendo um montante de R$ 4.368, com a possibilidade de acréscimo de um lote suplementar de 43.687.500 ações, nas mesmas condições e aos mesmos preços de emissão inicialmente ofertados ("Lote Suplementar").

Em 22 de dezembro de 2017, a Oferta foi encerrada com a distribuição secundária de 334.937.500 ações ordinárias, incluindo as ações do Lote Suplementar, perfazendo um total de R$ 5.023, equivalente a 28,75% do capital da BR. Considerando o custo contábil do investimento proporcional ao percentual de ações alienadas e os custos com a transação, o resultado final para a Petrobras foi de R$ 2.399 (R$ 1.597, líquido de impostos), que foi registrado no patrimônio líquido como contribuição adicional ao capital (APIC), uma vez que a Petrobras manteve o controle da BR, conforme nota explicativa 23.2.

	Lote Base	Lote Suplementar	Total
% de participação alienado	25,00%	3,75%	28,75%
Quantidade de ações	291.250.000	43.687.500	334.937.500
Valor de ações conforme oferta (em reais)	15,00	15,00	15,00
Valor da oferta	4.368	655	5.023
Custo contábil do investimento	(2.180)	(327)	(2.507)
Custos com a transação	(102)	(15)	(117)
Impacto Contábil no Patrimônio Líquido	**2.086**	**313**	**2.399**

Cessão de Direitos do Campo de Azulão

Em 22 de novembro de 2017, a companhia assinou, com a Parnaíba Gás Natural S.A., subsidiária da empresa Eneva S.A., o contrato de cessão da totalidade de sua participação no Campo de Azulão (Concessão BA-3), localizado no estado do Amazonas. O valor total da transação é de US$ 54,5 milhões e será pago na data do fechamento da operação.

A conclusão dessa operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pela ANP. Desta forma, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação continuam classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017.

Parceria Estratégica entre Petrobras e Statoil

Em 18 de dezembro de 2017, a companhia e a empresa norueguesa Statoil assinaram contratos relacionados aos ativos da parceria estratégica, em continuidade ao Acordo Preliminar ("Heads of Agreement" ou "HoA"), firmado e divulgado em 29 de setembro de 2017. Os principais contratos assinados são:

- Strategic Alliance Agreement ("SAA") - acordo que descreve todos os documentos e iniciativas relacionadas à Parceria Estratégica abrangendo todas as iniciativas negociadas;

- Sale and Purchase Agreement ("SPA") - cessão de 25% da participação da Petrobras no campo de Roncador para a Statoil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Strategic Technical Alliance Agreement ("STAA") - acordo estratégico de cooperação técnica visando a maximização do valor do ativo e com foco em aumentar o volume recuperável de petróleo (fator de recuperação), incluindo a extensão da vida útil do campo;

- Gas Term Sheet - Statoil poderá contratar uma determinada capacidade de processamento de gás natural no terminal de Cabiúnas (TECAB) para o desenvolvimento da área do BM-C-33, onde as companhias já são parceiras, sendo a Statoil a operadora da área.

A Parceria Estratégica tem entre seus objetivos aproveitar a experiência da Statoil no gerenciamento de campos maduros no Mar do Norte, aplicando esse conhecimento para o aumento do fator de recuperação do Campo de Roncador. Com esse objetivo, as empresas assinaram o STAA para cooperação técnica e o desenvolvimento em conjunto de projetos para o aumento do fator de recuperação, controle de custos, e aplicação de novas tecnologias.

O contrato SPA prevê a cessão de 25% de participação no campo de Roncador pelo valor total de US$ 2,9 bilhões, sendo US$ 2,35 bilhões no fechamento da operação e o restante em pagamentos contingentes relacionados aos investimentos dos projetos que visam o aumento do fator de recuperação do campo, limitados a US$ 550 milhões. Na data da assinatura dos contratos, a Statoil realizou um adiantamento no valor de US$ 117,50 milhões referente a esta aquisição. Os ativos e passivos referentes a essa transação foram classificados como mantidos para venda, resultando no reconhecimento de perdas por *impairment* em 31 de dezembro de 2017, conforme nota explicativa 14.1.

Em 13 de março de 2018, o CADE aprovou sem restrições o processo de venda permanecendo ainda a necessidade de cumprimento das demais condições precedentes, incluindo a aprovação da ANP.

10.2. Ativos classificados como mantidos para venda

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

					Consolidado	
					31.12.2017	31.12.2016
	E&P	Distribuição	Abastecimento	Gás & Energia	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda						
Caixa e Equivalentes de Caixa	–	–	26	–	26	355
Contas a receber	4	–	536	–	540	667
Estoques	–	–	423	–	423	560
Investimentos	–	–	17	–	17	1.233
Imobilizado	14.301	2	944	315	15.562	14.409
Outros	–	–	1.024	–	1.024	1.445
Total	**14.305**	**2**	**2.970**	**315**	**17.592**	**18.669**
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda						
Fornecedores	95	–	239	–	334	440
Financiamentos	–	–	–	–	–	45
Provisão para desmantelamento de área	563	–	–	–	563	170
Outros	–	–	398	–	398	950
Total	**658**	**–**	**637**	**–**	**1.295**	**1.605**

Em 31 de dezembro de 2017, os valores referem-se, principalmente, aos ativos e passivos transferidos pela aprovação da venda, da Liquigás, PetroquímicaSuape e Citepe, cessão de direitos das áreas de concessão denominadas Iara e Lapa e Térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, 25% no campo de Roncador e a totalidade na participação no campo de Azulão. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos transferidos após aprovação de venda também compreendiam Petrobras Chile Distribución Ltda (PCD), Nova Transportadora do Sudeste, Guarani e Nova Fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10.3. Outras reestruturações societárias

Reestruturação da Petrobras Distribuidora (BR)

Em 25 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a reestruturação societária de sua subsidiária Petrobras Distribuidora S.A. (BR), com a realização das seguintes operações:

- aporte de capital da Petrobras na BR no valor aproximadamente de R$ 6.313, efetuado em 31 de agosto de 2017 para o pré-pagamento de dívidas contraídas anteriormente pela BR e garantidas pela Petrobras (nota explicativa 11.2) ; e

- cisão parcial da BR com incorporação da parcela cindida na Downstream Participações Ltda. ("Downstream"), subsidiária cujo capital social pertence integralmente à Petrobras. A parcela cindida contempla os recebíveis detidos pela BR decorrentes de Contratos de Confissão de Dívida (CCDs) com o Sistema Eletrobras que possuem garantias reais e os recebíveis com outras sociedades do Sistema Petrobras, em montante aproximado ao do aporte acima descrito. A parcela cindida foi incorporada pela Downstream em 31 de agosto 2017.

Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia

Em 15 de dezembro de 2016, a Petrobras celebrou um acordo de incorporação e outras avenças com o grupo São Martinho S.A. (São Martinho), por meio de sua subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), empresa do segmento de biocombustíveis. O acordo previa que a participação de 49% detida pela PBIO na Nova Fronteira Bioenergia S.A. fosse incorporada pela São Martinho.

Em 23 de fevereiro de 2017, a operação foi concluída com o recebimento pela PBIO de 24.000.000 de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho, representando 6,593% das ações totais desta companhia. Estas ações foram classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, conforme nota explicativa 7.

Em 27 de dezembro de 2017, foi deliberado em Assembléia Geral Extraordinaria (AGE) da PBIO, a autorização da venda das ações da São Martinho em bloco de ações (modalidade *block trade*).

Em 16 de fevereiro de 2018, a PBIO alienou, por meio de leilão na B3, os 24.000.000 de ações da São Martinho S.A., ao preço de R$ 18,51 (dezoito reais e cinquenta e um centavos) por ação, encerrando com essa venda sua participação no capital social total da São Martinho S.A. A liquidação da operação ocorreu em 21 de fevereiro de 2018.

Incorporação da Downstream

Em 07 de novembro de 2017, a AGE da Petrobras aprovou a incorporação da Downstream Participações Ltda na Petrobras com a sua consequente extinção, sem aumento do capital social da Petrobras.

10.4 Fluxos de caixa advindos de venda de participação com perda de controle

Conforme apresentado na nota explicativa 10.1, dentre outras transações no escopo do programa de parcerias e desinvestimentos, a companhia realizou, em 2017, vendas de participações societárias que resultaram em perdas de controle em certas subsidiárias. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa advindos dessas transações:

	Valor recebido	Caixa e equivalentes de caixa de controladas com perda de controle	Fluxo de caixa líquido
NTS	7.917	282	7.635
Petrobras Chile Distribución	1.556	328	1.228
Total	**9.473**	**610**	**8.863**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Investimentos

11.1. Investimentos diretos (Controladora)

	Principal segmento de atuação	% de participação direta da Petrobras	% no Capital votante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	País
Empresas Consolidadas						
Subsidiárias e controladas						
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV (i)	E&P	100,00	100,00	89.713	8.202	Holanda
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	Distribuição	71,25	71,25	8.826	1.151	Brasil
Petrobras International Braspetro - PIB BV (i) (ii)	Diversos (iii)	100,00	100,00	27.116	(5.429)	Holanda
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	Abastecimento	100,00	100,00	4.227	121	Brasil
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	E&P	100,00	100,00	3.934	789	Brasil
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	Gás e Energia	100,00	100,00	12.457	2.334	Brasil
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	Gás e Energia	51,00	51,00	1.953	257	Brasil
Petrobras Biocombustível S.A.	Biocombustível	100,00	100,00	1.490	159	Brasil
Petrobras Logística de Gás - Logigás	Gás e Energia	100,00	100,00	621	312	Brasil
Liquigás Distribuidora S.A.	Abastecimento	100,00	100,00	971	106	Brasil
Araucária Nitrogenados S.A.	Gás e Energia	100,00	100,00	175	(485)	Brasil
Termomacaé Ltda.	Gás e Energia	100,00	100,00	86	(600)	Brasil
Braspetro Oil Services Company - Brasoil (i)	Corporativo	100,00	100,00	581	29	Ilhas Cayman
Breitener Energética S.A.	Gás e Energia	93,66	93,66	726	45	Brasil
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A. - CITEPE	Abastecimento	100,00	100,00	269	(177)	Brasil
Termobahia S.A.	Gás e Energia	98,85	98,85	614	61	Brasil
Companhia Petroquímica de Pernambuco S.A. - PetroquímicaSuape	Abastecimento	100,00	100,00	(9)	(84)	Brasil
Baixada Santista Energia S.A.	Gás e Energia	100,00	100,00	324	96	Brasil
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	Gás e Energia	99,91	99,91	94	13	Brasil
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	E&P	99,20	99,20	150	43	Brasil
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	Corporativo	100,00	100,00	37	3	Brasil
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	Gás e Energia	99,99	99,99	10	-	Brasil
5283 Participações Ltda.	Corporativo	100,00	100,00	1	-	Brasil
PDET Offshore S.A.	Corporativo	100,00	100,00	(169)	(171)	Brasil
Operações em conjunto						
Fábrica Carioca de Catalizadores S.A. - FCC	Abastecimento	50,00	50,00	256	69	Brasil
Ibiritermo S.A.	Gás e Energia	50,00	50,00	187	39	Brasil
Empreendimentos controlados em conjunto						
Logum Logística S.A.	Abastecimento	17,14	17,14	1.043	(150)	Brasil
Cia Energética Manauara S.A.	Gás e Energia	40,00	40,00	129	7	Brasil
Petrocoque S.A. Indústria e Comércio	Abastecimento	50,00	50,00	184	60	Brasil
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Abastecimento	33,20	33,20	179	106	Brasil
Brasympe Energia S.A.	Gás e Energia	20,00	20,00	84	5	Brasil
Brentech Energia S.A.	Gás e Energia	30,00	30,00	87	2	Brasil
Metanol do Nordeste S.A. - Metanor	Abastecimento	34,54	34,54	28	5	Brasil
Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00	49,00	44	5	Brasil
Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00	49,00	42	4	Brasil
Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	49,00	49,00	40	3	Brasil
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Gás e Energia	51,00	51,00	39	3	Brasil
Companhia de Coque Calcinado de Petróleo S.A. - Coquepar	Abastecimento	45,00	45,00	(6)	(9)	Brasil
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOS	Biocombustível	50,00	50,00	-	-	Brasil
Coligadas						
Sete Brasil Participações S.A. (iv)	E&P	5,00	5,00	(22.460)	(258)	Brasil
Fundo de Investimento em Participações de Sondas - FIP Sondas	E&P	4,59	4,59	(1)	(2)	Brasil
Braskem S.A. (v)	Abastecimento	36,20	47,03	7.779	3.697	Brasil
UEG Araucária Ltda.	Gás e Energia	20,00	20,00	522	(50)	Brasil
Deten Química S.A.	Abastecimento	27,88	27,88	393	60	Brasil
Energética SUAPE II	Gás e Energia	20,00	20,00	324	122	Brasil
Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP	Gás e Energia	20,00	20,00	109	1	Brasil
Nitroclor Ltda.	Abastecimento	38,80	38,80	1	-	Brasil
Bioenergética Britarumã S.A.	Gás e Energia	30,00	30,00	-	-	Brasil
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	Gás e Energia	10,00	10,00	3.943	1.381	Brasil

(i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.
(ii) Participação de 0,0034% da 5283 Participações Ltda.
(iii) Atuação internacional nos segmentos de E&P, Refino, Gás&Energia e Distribuição.
(iv) As obrigações da companhia estão limitadas aos investimentos realizados na Sete Brasil Participações S.A., portanto, embora o patrimônio líquido da empresa esteja negativo, não há provisão para perda constituída.
(v) Informações relativas a 30.09.2017, últimas disponibilizadas ao mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais investidas da PNBV, constituídas com o propósito de construção e aluguel de equipamentos e plataformas para os consórcios espelho no Brasil, todas com sede na Holanda são: Tupi BV (65%), Guará BV (45%), Agri Development BV (90%), Libra (40%), Papa Terra BV (62,5%). Nestas empresas a participação é igual ao capital votante. Cabe ainda informar que as empresas Tupi BV e Guará BV, possuem 100% de participação nas empresas Iara BV e Lapa BV, respectivamente.

A PIB BV tem como principais controladas: Petrobras Global Trading B.V. - PGT (100%, sediada na Holanda) que atua basicamente na comercialização de petróleo, derivados de petróleo, biocombustíveis e gás natural líquido (GNL), assim como concessão e obtenção de empréstimos como parte de suas operações financeiras no âmbito do Sistema Petrobras; Petrobras Global Finance B.V. - PGF (100%, sediada na Holanda), que tem por objetivo principal efetuar captações de recursos no mercado internacional através de emissão de *bonds* e empréstimos para repassar às empresas do Sistema Petrobras; Petrobras America Inc. – PAI (100%, sediada nos Estados Unidos) com atividades de E&P e refino (Pasadena). Destaca-se também a coligada Petrobras Oil & Gas B.V. – PO&G (50%, sediada na Holanda), joint venture para exploração e produção de petróleo e gás em países na África.

A Gaspetro é uma empresa com participação em diversas distribuidoras de gás no Brasil, controlada da Petrobras (51%), que desempenham, mediante concessão, serviços de distribuição de gás natural canalizado.

11.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2016	Aportes de capital	Reorganizações, redução de capital e outros	Resultado de participação em investimentos (*)	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.12.2017
Controladas								
PNBV	68.167	9.261	80	8.045	1.540	–	–	87.093
PIB BV	20.076	10.345	–	(5.525)	410	(16)	–	25.290
TAG	8.494	4.015	(842)	1.082	–	1.275	(1.677)	12.347
BR Distribuidora	7.294	6.313	(8.846)	1.019	–	401	(195)	5.986
Transpetro	3.879	–	–	124	18	134	(53)	4.102
PB-LOG	3.348	–	–	649	–	–	(1.060)	2.937
PBIO	1.350	38	–	160	(132)	74	–	1.490
Logigás	1.190	–	(523)	312	–	3	(361)	621
Gaspetro	952	–	–	122	–	–	(80)	994
Termomacaé Ltda	705	–	–	(599)	–	–	(20)	86
Breitener	633	–	–	48	–	–	(3)	678
Araucária Nitrogenados	194	529	–	(556)	–	8	–	175
Downstream (vide nota 10.3)	3	–	(59)	56	–	–	–	–
Outras Controladas	805	1	169	118	(1)	(11)	(41)	1.041
Operações em conjunto	233	–	–	54	–	–	(64)	223
Empreendimentos controlados em conjunto	314	210	3	(206)	–	4	(61)	264
Coligadas								
Nova Transportadora do Sudeste - NTS (**)	–	–	1.150	138	–	–	(194)	1.094
Demais coligadas	3.535	–	(177)	1.507	19	410	(378)	4.916
Subsidiárias, controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligadas	**121.172**	**30.712**	**(9.045)**	**6.548**	**1.854**	**2.282**	**(4.187)**	**149.337**
Outros investimentos	19	–	–	–	–	–	–	19
Total dos Investimentos	**121.191**	**30.712**	**(9.045)**	**6.548**	**1.854**	**2.282**	**(4.187)**	**149.356**
Provisão para perda em controladas				(86)				
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda				251				
Resultado de participações em investimentos e outros resultados abrangentes				**6.714**				

(*) Inclui lucros não realizados de transações entre empresas.
(**) Investimento remanescente de 10% na NTS (R$ 452), que inclui remensuração a valor justo (R$ 698).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os aportes de capital foram realizados, principalmente, para pagamento de dívida (PIB BV), cumprimento de projetos de investimento (PNBV) e, pagamento de empréstimo junto ao BNDES (TAG), além da reestruturação societária da BR Distribuidora, descrita na nota explicativa 10.3.

11.3. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Saldo em 31.12.2016	Aportes de capital	Reorganizações, redução de capital e outros	Resultado de participação em investimentos	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 31.12.2017
Empreendimentos controlados em Conjunto								
Petrobras Oil & Gas B.V. - PO&G	4.654	–	–	425	63	–	(478)	4.664
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	1.076	–	–	255	–	–	(191)	1.140
Compañia Mega S.A. - MEGA	115	–	–	81	4	–	(37)	163
Setor Petroquímico	83			26	–		(14)	95
Demais empresas	337	322	(9)	(258)	–	5	(51)	346
Coligadas								–
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	–	–	1.150	138			(194)	1.094
Setor Petroquímico	3.464	–	(177)	1.478	19	410	(361)	4.833
Demais empresas	169	–	(10)	41	(7)	–	(35)	158
Outros Investimentos	50	13	(2)	–	–	–	–	61
Total dos Investimentos	**9.948**	**335**	**952**	**2.186**	**79**	**415**	**(1.361)**	**12.554**
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda				(37)				
Resultado de participação em investimentos				**2.149**				

11.4. Investimentos em coligadas com ações negociadas em bolsas

	Lote de mil ações			Cotação em bolsa de valores (R$ por ação)		Valor de mercado	
Empresa	**31.12.2017**	**31.12.2016**	**Tipo**	**31.12.2017**	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**
Coligada							
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	43,50	29,99	9.241	6.371
Braskem S.A.	75.762	75.762	PNA	42,87	34,25	3.248	2.595
						12.489	**8.966**

Em 18 julho de 2017, a Petrobras iniciou tratativas com a Odebrecht S.A. para promover a revisão dos termos e condições do Acordo de Acionistas da Braskem S.A., celebrado em 08 de fevereiro de 2010, com o objetivo de aprimorar a governança corporativa da Braskem e o relacionamento societário entre as partes, visando à criação de valor para todos os acionistas. As tratativas evoluíram para estudos, que ainda se encontram em fase preliminar, com objetivo de realizar uma reorganização societária com a unificação das espécies de ações da Braskem.

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização na venda de um lote representativo de ações.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem, estão sendo apresentadas na nota explicativa 14, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

11.5. Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da companhia é de R$ 5.624 (R$ 2.513 em 2016), dos quais, principalmente, R$ 2.620 são atribuíveis aos acionistas não controladores da BR Distribuidora, R$ 957 da Gaspetro S.A. (R$ 917 em 2016), R$ 251 da TBG (R$ 213 em 2016) e R$ 940 das Entidades Estruturadas (R$ 570 em 2016).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir estão apresentadas suas informações contábeis sumarizadas:

	Gaspetro		Entidades estruturadas[*]		TBG		BR Distribuidora
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Ativo circulante	263	269	2.407	2.429	463	1.073	10.703
Ativo realizável a longo prazo	246	275	3.658	5.452	2	2	6.754
Investimentos	1.343	1.279	–	–	–	–	35
Imobilizado	3	3	–	277	1.964	2.087	5.816
Outros ativos não circulantes	295	304	–	–	11	9	453
	2.150	**2.130**	**6.065**	**8.158**	**2.440**	**3.171**	**23.761**
Passivo circulante	78	150	749	1.657	821	1.284	4.413
Passivo não circulante	119	109	4.374	5.931	1.107	1.228	10.523
Patrimônio líquido	1.953	1.871	942	570	512	659	8.825
	2.150	**2.130**	**6.065**	**8.158**	**2.440**	**3.171**	**23.761**
Receita operacional líquida	356	334	–	–	1.332	1.476	84.567
Lucro líquido do exercício	238	252	338	1.002	542	847	1.151
Caixa e equivalentes de caixa gerado (utilizado) no exercício	48	3	181	40	228	652	(172)

[*] Inclui Charter Development LLC - CDC, Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI S.A.. Em 31 dezembro de 2016, inclui também a PDET Offshore S.A., a qual passou a ser controlada.

A Petrobras Distribuidora (BR) é uma empresa que atua, basicamente, na distribuição, transporte, comércio, beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo, de outros combustíveis e de todas as formas de energia, controlada da Petrobras, a qual possui 71,25% de participação. Vide nota 10.1 para informações sobre a oferta pública de ações da BR realizada em dezembro de 2017.

A TBG é uma empresa que atua no transporte de gás natural, através do gasoduto Bolívia –Brasil e controlada da Logigás S.A., que possui 51 % de participação nesta companhia.

11.6. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país e exterior, cujas atividades estão relacionadas a empresas petroquímicas, distribuidoras de gás, biocombustíveis, termoelétricas, refinarias e outras. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	2017							
	Empreendimentos controlados em conjunto			Coligadas	Empreendimentos controlados em conjunto			Coligadas
	País	PO&G	Outras empresas no exterior	No país	País	PO&G	Outras empresas no exterior	No país
Ativo Circulante	3.104	2.068	237	18.952	3.311	2.722	497	16.992
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.659	236	4	4.810	1.818	115	67	5.369
Imobilizado	2.968	12.261	25	30.904	2.826	10.767	60	30.452
Outros ativos não circulantes	2.397	1	–	3.240	2.346	4	–	3.121
	10.128	**14.566**	**266**	**57.906**	**10.301**	**13.608**	**624**	**55.934**
Passivo Circulante	3.324	914	96	19.758	3.997	1.273	273	14.002
Passivo não Circulante	2.114	7.268	2	53.498	1.627	5.928	3	60.663
Patrimônio Líquido	4.690	6.384	168	(14.522)	4.677	6.407	348	(15.609)
Participação dos Acionistas não Controladores	–	–	–	(828)	–	–	–	(3.122)
	10.128	**14.566**	**266**	**57.906**	**10.301**	**13.608**	**624**	**55.934**
Receita Operacional Líquida	10.244	1.780	463	50.421	9.411	2.688	1.156	49.407
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	510	869	83	4.274	647	219	237	(4.510)
Percentual de Participação - %	20 a 83%	50%	34 a 50%	5 a 49%	20 a 83%	50%	34 a 50%	5 a 49%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Imobilizado

12.1. Por tipo de ativos

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens(*)	Ativos em construção(**)	Gastos c/exploração e desenvolvimento (campos produtores de petróleo e gás)(***)	Consolidado Total	Controladora Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**23.821**	**288.539**	**146.861**	**170.610**	**629.831**	**442.439**
Adições	361	3.223	41.337	720	45.641	33.657
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	–	–	–	3.113	3.113	2.868
Juros capitalizados	–	–	5.982	–	5.982	4.470
Baixas	(210)	(465)	(4.689)	(153)	(5.517)	(5.210)
Transferências (****)	1.479	16.645	(55.069)	20.570	(16.375)	(5.516)
Depreciação, amortização e depleção	(1.479)	(26.102)	–	(20.422)	(48.003)	(36.742)
Impairment - constituição	(1.036)	(12.652)	(1.510)	(6.357)	(21.555)	(13.709)
Impairment - reversão	–	2.511	–	584	3.095	2.514
Ajuste acumulado de conversão	(180)	(15.128)	(7.210)	(1.818)	(24.336)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**22.756**	**256.571**	**125.702**	**166.847**	**571.876**	**424.771**
Custo	32.589	415.663	125.702	262.886	836.840	624.946
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(9.833)	(159.092)	–	(96.039)	(264.964)	(200.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**22.756**	**256.571**	**125.702**	**166.847**	**571.876**	**424.771**
Adições	6	3.720	35.232	98	39.056	26.930
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	–	–	–	14.617	14.617	14.366
Juros capitalizados	–	–	6.299	–	6.299	4.593
Baixas	(47)	(19)	(1.745)	(113)	(1.924)	(1.708)
Transferências (****)	1.007	10.406	(24.259)	9.766	(3.080)	546
Depreciação, amortização e depleção	(1.393)	(23.383)	–	(17.115)	(41.891)	(31.793)
Impairment - constituição	(470)	(3.041)	(1.842)	(2.895)	(8.248)	(6.516)
Impairment - reversão	169	2.698	536	2.247	5.650	4.347
Ajuste acumulado de conversão	20	1.156	733	93	2.002	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**22.048**	**248.108**	**140.656**	**173.545**	**584.357**	**435.536**
Custo	32.795	425.419	140.656	286.112	884.982	664.479
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(10.747)	(177.311)	–	(112.567)	(300.625)	(228.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**22.048**	**248.108**	**140.656**	**173.545**	**584.357**	**435.536**
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31)		Método da unidade produzida		

(*) Composto por plataformas, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos, direito de uso e outras instalações de operação, armazenagem e produção, contemplando ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.
(**) Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 29.
(***) Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados a exploração e produção.
(****) Inclui transferências para ativos classificados como mantidos para venda.

Os investimentos realizados pela companhia no exercício de 2017 foram destinados, principalmente, para o desenvolvimento da produção de campos de petróleo e gás natural, prioritariamente no polo pré-sal da Bacia de Santos, com destaque para os campos de Lula, Búzios, Atapu e área de Libra. No E&P, também foram realizados investimentos na manutenção de produção de campos maduros e na melhoria da eficiência operacional da produção, principalmente em ativos da Bacia de Campos. Em relação à infraestrutura de escoamento e tratamento de gás natural, foram realizados investimentos na construção e ampliação da capacidade de gasodutos (Rotas 1, 2 e 3) e unidades de processamento de gás natural, visando a atender à produção do polo pré-sal da Bacia de Santos.

Em 2017, destacamos a entrada em operação das plataformas (FPSOs) Pioneiro de Libra, no campo de Mero, e a P-66 , no campo de Lula Sul, além da interligação de novos poços aos FPSOs Cidade de Saquarema, Cidade de Maricá e Cidade de Itaguaí, no pré-sal da Bacia de Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em adição aos compromissos anteriormente divulgados e em linha com os investimentos definidos no Plano Estratégico e o Plano de Negócios e Gestão da companhia, em 2017, a companhia celebrou contratos para aquisição e construção de ativo imobilizado, com destaque para a conclusão de projeto de conversão do casco da P-76 no montante de R$ 1.644 e o de o suprimento de dutos flexíveis de produção, *gas-lift* e injeção de água para diversos projetos do Pré-Sal no montante de R$ 1.970, com vigências até março de 2018 e maio de 2022, respectivamente.

O imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R$ 390 e de R$ 5.969, respectivamente (R$ 407 e R$ 6.004 em 31 de dezembro de 2016).

12.2. Abertura por tempo de vida útil estimada – Consolidado

		Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens	
Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.2017
até 5 anos	13.287	(9.583)	3.704
6 - 10 anos	38.347	(22.629)	15.718
11 - 15 anos	4.561	(2.343)	2.218
16 - 20 anos	128.882	(48.167)	80.715
21 - 25 anos	62.451	(20.304)	42.147
25 - 30 anos	46.258	(12.887)	33.371
30 anos em diante	79.492	(21.951)	57.541
Método da Unidade Produzida	83.783	(50.194)	33.589
	457.061	**(188.058)**	**269.003**
Edificações e benfeitorias	31.642	(10.747)	20.895
Equipamentos e outros bens	425.419	(177.311)	248.108

12.3. Direito de exploração de petróleo - Cessão Onerosa

A Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 anos, renováveis por mais cinco anos, sob determinadas condições. Em contrapartida, a Petrobras pagou à União o montante de R$ 74.808, que em 31 de dezembro de 2017, encontra-se registrado no Ativo Imobilizado da companhia.

A Petrobras já declarou comercialidade em campos de todos os seis blocos previstos no Contrato: Franco (Búzios), Florim (Itapu), Nordeste de Tupi (Sépia), Entorno de Iara (Norte de Berbigão, Sul de Berbigão, Norte de Sururu, Sul de Sururu, Atapu), Sul de Guará (Sul de Sapinhoá) e Sul de Tupi (Sul de Lula).

O Contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área, são iniciados os procedimentos de revisão, os quais devem estar baseados em laudos técnicos de certificadores independentes, contratados pela Petrobras e pela ANP.

Caso a revisão conclua que os direitos adquiridos alcançam um valor maior do que o inicialmente pago, a companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos. Se a revisão concluir que os direitos adquiridos resultam em um valor menor do que o inicialmente pago pela companhia, a União reembolsará a diferença em moeda corrente, títulos ou outro meio de pagamento, sujeito às leis orçamentárias.

Para a referida revisão, estão sendo considerados os custos realizados na fase de exploração e as previsões de custo e de produção estimadas para o desenvolvimento. Como previsto no Contrato, para a conclusão do processo de revisão, poderão ser renegociados: (i) Valor do Contrato; (ii) Volume Máximo de barris a serem produzidos; (iii) Prazo de Vigência; e (iv) Percentuais mínimos de Conteúdo Local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Com o volume de informações adquiridas através da perfuração de mais de 50 poços e de testes de produção de longa duração, e com o amplo conhecimento da camada pré-sal da Bacia de Santos, foi possível caracterizar a existência de volumes excedentes aos 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo contratados originalmente.

Em novembro de 2017, a companhia constituiu uma comissão interna responsável pela negociação da revisão do Contrato com representantes da União Federal, com representantes das diretorias de Exploração e Produção e Financeira e de Relacionamento com Investidores.

Em janeiro de 2018, a União Federal instituiu, via Portaria Interministerial 15/2018, a Comissão Interministerial com a finalidade de negociar e concluir os termos da revisão do Contrato, no prazo de até 60 dias, prorrogáveis por igual período.

Com a instituição das comissões e a disponibilização dos laudos contratados pela Petrobras e pela ANP, encontram-se em andamento as negociações relativas à revisão do contrato. Até o momento, não há definições sobre o resultado da revisão.

A Petrobras considera que a existência de volumes excedentes nas áreas sob Cessão Onerosa constitui oportunidade para ambas as partes, Governo e a companhia, construírem um acordo relacionado ao ressarcimento à Petrobras no processo de revisão do Contrato. Visando embasar uma eventual negociação relacionada ao pagamento na forma de direitos sobre os volumes excedentes, a Petrobras está complementando sua avaliação acerca desses volumes através de opinião de certificadora independente.

O processo de revisão do Contrato está sendo acompanhado pelo Comitê de Acionistas Minoritários, composto por dois conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários e por um membro externo independente com notório saber na área de análise técnico financeira de projetos de investimento, emitindo opinião que respalde decisões do Conselho de Administração a respeito desse tema.

12.4. Devolução à ANP de campos de petróleo e gás natural, operados pela Petrobras

Os seguintes campos foram devolvidos à ANP durante o exercício de 2017: Mosquito, Siri e Saíra. Estas devoluções devem-se principalmente a inviabilidade econômica dos campos. No entanto, em função de perdas no valor de recuperação reconhecidas em exercícios anteriores para esses ativos, o valor das baixas foi R$ 240 mil.

Em 2016, os campos de Tiziu, Japuaçu, Rio Joanes, parte de Golfinho e parte de Tambuatá foram devolvidos à ANP também principalmente em função da inviabilidade econômica dos campos. Em adição às perdas no valor de recuperação reconhecidas em exercícios anteriores para esses ativos, a companhia reconheceu, em 2016, R$ 12 como outras despesas, líquidas referentes às respectivas baixas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Intangível

13.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
		Softwares				
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Desenvol-vidos interna-mente	Ágio *(goodwill)*	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	**9.516**	**308**	**1.131**	**1.117**	**12.072**	**9.133**
Adições	39	53	204	–	296	208
Juros capitalizados	–	–	14	–	14	14
Baixas	(523)	–	(4)	–	(527)	(177)
Transferências	(44)	(15)	(1)	(332)	(392)	(7)
Amortização	(78)	(120)	(342)	–	(540)	(407)
Impairment - constituição	(7)	–	–	–	(7)	–
Ajuste acumulado de conversão	(178)	(4)	(4)	(67)	(253)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**8.725**	**222**	**998**	**718**	**10.663**	**8.764**
Custo	9.367	1.587	3.941	718	15.613	12.459
Amortização acumulada	(642)	(1.365)	(2.943)	–	(4.950)	(3.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**8.725**	**222**	**998**	**718**	**10.663**	**8.764**
Adições	3.035	51	194	–	3.280	3.145
Juros capitalizados	–	–	14	–	14	14
Baixas	(256)	–	(8)	–	(264)	(34)
Transferências	(5.376)	5	–	–	(5.371)	(5.257)
Amortização	(64)	(91)	(323)	–	(478)	(366)
Impairment - constituição	(108)	(1)	–	–	(109)	(2)
Ajuste acumulado de conversão	3	–	–	2	5	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**5.959**	**186**	**875**	**720**	**7.740**	**6.264**
Custo	6.637	1.638	4.055	720	13.050	10.266
Amortização acumulada	(678)	(1.452)	(3.180)	–	(5.310)	(4.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**5.959**	**186**	**875**	**720**	**7.740**	**6.264**
Tempo de vida útil estimado em anos	(*)	5	5	Indefinida		

(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

Durante o ano de 2017, a companhia participou de rodadas de licitações realizadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) efetuando as seguintes aquisições:

- Em 27 de setembro de 2017, aquisição de sete blocos na 14ª Rodada de Licitações no Regime de Concessão, sendo seis marítimos e um terrestre. A companhia será a operadora nos sete blocos. Nos blocos marítimos, a Petrobras terá 50% de participação, em parceria com a ExxonMobil que detém os outros 50%. No bloco terrestre, a Petrobras deterá 100% de participação. O valor total do bônus de assinatura pago pela companhia foi de R$ 1.798. Os contratos foram assinados no dia 29 de janeiro de 2018.

- Em 27 de outubro de 2017, aquisição de três blocos marítimos nas 2ª e 3ª Rodadas de Licitações no regime de Partilha de Produção, em parceria com a Shell, British Petroleum (BP), Repsol, CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda. O valor total do bônus de assinatura pago pela companhia foi de R$ 1.140. Os contratos foram assinados no dia 31 de janeiro de 2018.

Em função da constatação das viabilidades técnico e comercial da porção noroeste do bloco de Libra, gerando a declaração de comercialidade do Campo de Mero, houve a transferência de parte do valor do bônus de assinatura no montante de R$ 5.240, do ativo intangível para o ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia não apurou perda na avaliação de recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

13.2. Devolução à ANP de áreas na fase de exploração de petróleo e gás natural

No exercício de 2017, os direitos sobre os blocos exploratórios devolvidos para a ANP totalizaram R$ 10 (R$ 27 em 2016), localizados nas áreas abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Área	Em fase exploratória	
	Exclusivo	Parceria
Bacia de Sergipe-Alagoas	1	
Bacia de Jequitinhonha		1

13.3. Direito de exploração de petróleo - Partilha de Produção

O Consórcio Libra, composto pela Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%), CNODC (10%), CNOOC (10%) e Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo (PPSA), na condição de gestora, celebrou o Contrato de Partilha de Produção no dia 2 de dezembro de 2013 com a União Federal, através do Ministério de Minas e Energia – MME, após a 1ª rodada de licitação do pré-sal realizada em outubro de 2013 pela ANP.

Nos termos do contrato de partilha de produção Libra P1, foram outorgados ao consórcio direitos e obrigações para explorar uma área estratégica do pré-sal chamada de bloco de Libra, que compreende uma área de cerca de 1.550 km^2, localizado em águas ultra profundas da Bacia de Santos. Este foi o primeiro contrato de partilha de produção de petróleo e gás celebrado no Brasil, com prazo de duração de 35 anos e não sujeito a renovação ou prorrogação.

Um bônus de assinatura no valor de R$ 15 bilhões foi pago em parcela única, dos quais R$ 6 bilhões couberam à companhia, referente à sua participação de 40% no consórcio, registrado inicialmente como Direitos e Concessões.

Dentro da fase inicial de exploração (quatro anos), o programa exploratório mínimo (PEM) foi concluído em 2017 quando foi realizado o Teste de Longa Duração (TLD). Além do TLD, o PEM também incluía uma aquisição sísmica 3D para todo o bloco e a perfuração de dois poços exploratórios.

O TLD foi realizado pela unidade de produção do tipo Floating Production Storage and Offloading, FPSO Pioneiro de Libra, que continua produzindo no mesmo poço após a Declaração de Comercialidade, através de um Sistema de Produção Antecipada e está planejada para o segundo semestre de 2018 sua mudança de locação e início de produção em outro poço. Em janeiro de 2018 foi realizado o primeiro carregamento de óleo oriundo de Libra pela companhia.

Em 30 de novembro de 2017, foi apresentada à ANP a Declaração de Comercialidade da área Noroeste do Bloco, o que confirma o potencial da área e a possibilidade de desenvolver o Campo de petróleo em condições econômicas. Ao todo, foram perfurados doze poços em toda área do Bloco Libra, sendo 9 na área Noroeste. Com a declaração de comercialidade, a área Noroeste de Libra passou a ser chamada de Campo de Mero. Os resultados da perfuração confirmaram a existência de reservatórios de carbonato com óleo de espessura de até 410 metros que mostram elevada porosidade e permeabilidade. Os testes de produção confirmaram a elevada produtividade e qualidade do óleo desses reservatórios. Em função da declaração de comercialidade, o montante de R$ 5.240, referente à parcela do bônus de assinatura da área Noroeste, foi reclassificado para o Ativo Imobilizado.

Em dezembro de 2017, a companhia contratou o afretamento do primeiro sistema definitivo de produção da área noroeste, o FPSO do MERO 1, que terá capacidade de produzir 180 mil barris de óleo por dia e processar 12 milhões de m^3 de gás, com entrada em operação prevista para 2021.

O Consórcio obteve do Ministério de Minas e Energia a prorrogação da Fase de Exploração por mais 27 meses para as áreas Central e Sudeste do bloco, onde serão realizados novos estudos para avaliar melhor a comercialidade dessa área.

13.4. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo intangível inclui contratos de concessão de distribuição de gás natural canalizado no Brasil, no total de R$ 565 (R$ 578 em 2016), com prazos de vencimento entre 2029 e 2043, podendo ser prorrogado. As concessões preveem a distribuição para os setores industrial, residencial, comercial, veicular, climatização, transportes e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A remuneração pela prestação desses serviços consiste, basicamente, na combinação de custos e despesas operacionais e remuneração do capital investido. As tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído estão sujeitas a reajustes e revisões periódicas com o órgão regulador estadual.

Ao final das concessões, os contratos preveem indenização à companhia dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizadas com o objetivo de determinar o valor.

Em 02 de fevereiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Espírito Santo, a Lei 10.493/2016 que reconhece a extinção/nulidade do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado, por aplicação do disposto no art. 43 da Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. A referida Lei prevê a realização de licitação da concessão ou a criação de empresa estatal estadual para assumir os serviços, cabendo à Concessionária a indenização nos termos da Lei, a qual foi contestada judicialmente pela companhia.

Diante disso, em 12 de agosto de 2016, a companhia assinou Memorando de Entendimentos com o Governo do Estado do Espírito Santo visando avaliar a criação de empresa estatal estadual para prestação de serviço público de distribuição de gás natural canalizado. As avaliações encontram-se em andamento na data de 31 de dezembro de 2017.

A companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois até o presente momento, o valor contábil existente em 31 de dezembro de 2017 no valor de R$ 270 (R$ 274 em 31 de dezembro de 2016) está garantido pela indenização prevista na referida Lei.

14. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

A companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente, ou quando existir um indicativo de desvalorização. Em 2017, perdas e reversões de perdas na recuperabilidade dos ativos foram reconhecidas principalmente no quarto trimestre, decorrentes da gestão de seu portfólio e atualização das premissas econômicas de médio e longo prazo da companhia, no âmbito do novo Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 (PNG 2018-2022), que foi concluído e aprovado no quarto trimestre de 2017.

A melhora na percepção de risco do mercado brasileiro, que resultou em redução nas taxas de desconto, em conjunto com a maior eficiência operacional em certos campos de E&P, acarretou na reversão de perdas reconhecidas em períodos anteriores quando da realização dos testes na data base de 31 de dezembro de 2017, com destaque para a UGC Polo Norte, situado na Bacia de Campos.

Perdas na recuperabilidade de certos ativos no escopo do plano de desinvestimentos e parcerias da companhia foram reconhecidas, com destaque para os equipamentos vinculados à atividade de exploração e produção e a parcela vendida do Campo de Roncador, localizado na Bacia de Campos. Os maiores custos com aquisição de matéria prima e a redução da margem de refino, previstos no PNG 2018-2022, se refletiram em perdas na recuperabilidade na UGC do 2º trem da refinaria Abreu e Lima (RNEST).

Adicionalmente, a continuidade das obras nas utilidades do Trem 1 do Comperj, que também atenderão à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e a decisão da Administração de hibernar as construções dos cascos referentes a três navios do projeto PANAMAX que ocasionou a retirada desses ativos da UGC de Transporte no quarto trimestre de 2017, também acarretaram na necessidade de reconhecimento de perdas por desvalorização desses ativos. Além disso, foram reconhecidas perdas referentes a fábricas de fertilizantes que, em função da baixa perspectiva de sucesso na alienação e da decisão da Administração de dar continuidade ao posicionamento estratégico de sair desse negócio, definido no Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, foram retiradas da UGC de Gás Natural no quarto trimestre de 2017.

A seguir está apresentado o total de perda na redução ao valor recuperável dos ativos, líquida de reversão, por natureza de ativo ou UGC, reconhecido no resultado do exercício:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

					Consolidado
Ativo ou UGC, por natureza (*)	Valor contábil líquido	Valor recuperável (**)	Perda por desvalorização (***)	Segmento	Comentários
					2017
Investimentos, Imobilizado e Intangível					
Campos de produção de óleo e gás no Brasil (diversas UGCs)	39.119	53.160	(2.824)	Exploração e Produção, Brasil	Ver item (a1)
Conjunto de navios da Transpetro	5.554	5.565	(11)	Abastecimento, Brasil	Ver item (b1)
2º trem de refinaria Abreu e Lima - RNEST	5.677	4.170	1.507	Abastecimento, Brasil	Ver item (c1)
Fábricas de Fertilizantes	1.337	-	1.337	Gás e Energia, Brasil	Ver item (d)
Equipamentos e instalações vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços	1.190	12	1.178	Exploração e Produção, Brasil	Ver item (e1)
Campos de produção de óleo e gás no exterior (diversas UGCs)	710	296	414	Exploração e Produção, Exterior	Ver item (f)
Navios Panamax - Transpetro	364	-	364	Abastecimento, Brasil	Ver item (g)
Araucária	226	-	226	Gás e Energia, Brasil	Ver item (h1)
Comperj	167	-	167	Abastecimento, Brasil	Ver item (i1)
Conecta e DGM	122	-	122	Distribuição, Exterior	Ver item (j)
Outros	610	380	230	Diversos	
			2.710		
Ativos mantidos para venda					
Campos de produção de óleo e gás Roncador	10.465	9.151	1.314	Exploração e Produção, Brasil	Ver item 14.2
Outros	1.049	1.211	(162)	Diversos	
Total			**3.862**		
					2016
Investimentos, Imobilizado e Intangível					
Campos de produção de óleo e gás no Brasil (diversas UGCs)	41.584	34.855	7.381	Exploração e Produção, Brasil	Ver item (a2)
Equipamentos e instalações vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços	2.980	208	2.772	Exploração e Produção, Brasil	Ver item (e2)
2º trem de refinaria Abreu e Lima - RNEST	8.077	5.546	2.531	Abastecimento, Brasil	Ver item (c2)
Complexo Petroquímico Suape	3.569	1.558	2.011	Abastecimento, Brasil	Ver item (k)
Comperj	1.315	-	1.315	Abastecimento, Brasil	Ver item (i2)
Conjunto de Navios da Transpetro	5.822	5.024	798	Abastecimento, Brasil	Ver item (b2)
UFN III	1.699	1.202	497	Gás e Energia, Brasil	Ver item (l)
Araucária	638	185	453	Gás e Energia, Brasil	Ver item (h2)
Outros	2.099	1.390	709	Diversos	
			18.467		
Ativos mantidos para venda					
Complexo Petroquímico Suape	2.689	1.255	1.434	Abastecimento, Brasil	Ver item 14.2
Petrobras Chile Distribución	1.773	1.507	266	Distribuição, Exterior	Ver item 14.2
Térmicas Celso Furtado e Rômulo Almeida	394	238	156	Abastecimento, Brasil	Ver item 14.2
Outros	315	341	(26)	Diversos	
Total			**20.297**		

(*) Os valores contábeis líquidos e valores recuperáveis apresentados referem-se apenas aos ativos ou UGCs que sofreram perdas por *impairment* ou reversões.
(**) O valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, com exceção para os ativos de equipamentos e instalações vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços e ativos mantidos para venda, para os quais o valor recuperável utilizado para teste é o valor justo.
(***) Valores entre parênteses referem-se a reversões de perdas por *impairment*.

14.1. Imobilizado e Intangível

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis, testados individualmente ou agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC, a companhia considerou as seguintes projeções:

- vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando a política de manutenção da companhia;
- premissas e orçamentos aprovados pela Administração da companhia para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e
- taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital - WACC*) pós-imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Informações sobre as premissas-chave para os testes de recuperabilidade de ativos e as definições das UGCs são apresentadas na nota explicativa 5.2 e 5.3, respectivamente, e envolvem julgamentos e avaliação por parte da Administração com base em seu modelo de negócio e gestão.

As estimativas das premissas-chave nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso das UGCs em 2017 foram:

	2018	2019	2020	2021	2022	Longo prazo Média
Brent médio em termos reais (US$/barril)	53	58	66	70	73	71
Taxa média de câmbio em termos reais - R$/US$ (a preços de 2017)	3,44	3,47	3,47	3,46	3,49	3,40

Em 2016, as projeções utilizadas nos testes de *impairment* foram:

	2017	2018	2019	2020	2021	Longo prazo Média
Brent médio em termos reais (US$/barril)	48	56	68	71	71	70
Taxa média de câmbio em termos reais - R$/US$ (a preços de 2016)	3,46	3,54	3,48	3,42	3,38	3,36

Informações sobre as principais perdas no valor de recuperação em ativos imobilizados ou intangíveis são apresentadas a seguir:

a1) Campos de produção de óleo e gás no Brasil – 2017

As nossas avaliações dos ativos vinculados a campos de produção de óleo e gás no Brasil, sob o regime de concessão, resultaram no reconhecimento de uma reversão líquida de provisão no valor de R$ 2.824. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e, taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7.6% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de exploração e produção. O montante deve-se principalmente a:

- Reversões de perdas no montante de R$ 5.627, relacionadas, predominantemente, às UGCs de Polo Norte (R$ 2.961), Espadarte (R$ 406), Papa Terra (396), Polo Uruguá (R$ 325), Pampo (R$ 296) , Polo Fazenda Alegre (R$ 146), Polo Cidade de São Mateus (R$ 142), Riachuelo (R$ 131), Polo Fazenda Imbé (R$ 91), Fazenda Bálsamo (R$ 83), Polo de Peroá (R$ 80), Polo São Mateus (R$ 62) e Riacho da Forquilha (R$ 58), devido à redução da taxa de desconto, revisão de escopo do projeto de revitalização de campos maduros e aprovação do novo Repetro com redução dos gastos de desembolso de tributos federais e estaduais decorrentes da nacionalização de equipamentos; e

- Perdas no montante de R$ 2.803, relacionadas, predominantemente, às UGCs de Piranema (R$ 737), Salgo (R$ 339), Polo Ceará Mar (R$ 309), Polo Cvit (R$ 204), Polo Miranga (R$ 190), Polo Fazenda Belém (R$ 159), Frade (R$ 131), Dom João (R$ 87) e Candeias (R$ 60), devido, principalmente, ao aumento da provisão para desmantelamento de áreas, decorrente da alteração na carteira de investimentos, com a consequente antecipação do encerramento da produção econômica de alguns campos, bem como a redução da taxa de desconto adotada para ajuste a valor presente da obrigação futura de abandono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

a2) Campos de produção de óleo e gás no Brasil – 2016

As nossas avaliações dos ativos vinculados a campos de produção de óleo e gás no Brasil, sob o regime de concessão, resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de R$ 7.381. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante, que deriva da metodologia do WACC para o setor de Exploração e Produção, de 9,1% a.a. em dezembro. Essas perdas estão relacionadas, predominantemente, aos campos de Polo Norte (R$ 3.823), Polo Ceará Mar (R$ 693), Guaricema (R$ 415), Bijupirá e Salema (R$ 317), Dourado (R$ 284), Maromba (R$ 281), Trilha (R$ 228), Papa-Terra (R$ 234), Pampo (R$ 216), Frade (R$ 213), Polo Uruguá (R$ 196), Badejo (R$ 183), Bicudo (R$ 160), Riachuelo (R$146), Fazenda Bálsamo (R$ 135) e Polo Água Grande (R$ 101), devido à apreciação do real frente ao dólar norte-americano, revisão de premissas de preço, revisão anual de reservas, revisão anual da provisão de desmantelamento de áreas, bem como o aumento da taxa de desconto, decorrente, principalmente, do maior prêmio de risco para o Brasil. Adicionalmente, há uma reversão da provisão do Polo Centro Sul (R$ 1.347) ocorrida no terceiro trimestre, devido a maiores estimativas de reservas e produção conforme replanejamento das operações de campos, prevista no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, que considerou a desmobilização de uma unidade, com a substituição por uma nova planta de processamento em uma unidade existente com maiores custos operacionais, acarretando em redução significativa da projeção de custos operacionais.

b1) Conjunto de navios da Transpetro – 2017

Em nossas avaliações do conjunto de navios da Transpetro foram identificadas reversões de perdas por *impairment* de R$ 11. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia aprovadas no PNG 2018-2022, incluindo as entradas e saídas de navios em operação ou em construção; e taxas de descontos pós-imposto em moeda constante que variam entre 4,11% a.a. e 9,19% a.a., derivadas da metodologia WACC para o setor de transporte, considerando a estrutura de endividamento e respectivo benefício fiscal.

b2) Conjunto de navios da Transpetro – 2016

Em nossas avaliações do conjunto de navios da Transpetro foram identificadas perdas por desvalorização de R$ 798. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxas de descontos pós-imposto em moeda constante que variam entre 4,53% a.a. e 9,97% a.a., derivadas da metodologia WACC para o setor de transporte, considerando a estrutura de endividamento e respectivo benefício fiscal. Essas perdas foram reconhecidas no terceiro e quarto trimestre de 2016. As perdas do terceiro trimestre devem-se, principalmente, a (i) retirada do conjunto de embarcações (comboios) do projeto hidrovias da UGC Transporte em função de cancelamentos e postergações e (ii) aumento da taxa de desconto. No quarto trimestre as perdas decorreram, principalmente, de (i) novo aumento da taxa de desconto, que acumulou um ponto percentual de aumento em 2016, e (ii) início da construção de cinco navios Aframax na UGC de Transporte, após garantida a financiabilidade dos projetos e evitando possíveis contingências oriundas de rescisões contratuais.

c1) 2º trem de refino da RNEST – 2017

As nossas avaliações dos ativos de refino do 2º Trem da RNEST resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de R$ 1.507. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,7% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de refino e considera a inclusão de um prêmio de risco específico para os projetos postergados. Essas perdas decorreram, principalmente: i) maior custo de aquisição de matéria-prima e ii) redução da margem de refino, previstos no PNG 2018-2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

c2) 2º trem de refino da RNEST – 2016

As nossas avaliações dos ativos de refino do 2º Trem da RNEST resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de R$ 2.531. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 8,7% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de refino e considera a inclusão de um prêmio de risco específico para os projetos postergados. Essas perdas decorreram, principalmente: (i) do aumento da taxa de desconto; e, (ii) postergação da expectativa de entrada de caixa do projeto para 2023 considerando a conclusão da obra com recursos próprios, prevista no PNG 2017-2021.

d) Fábricas de Fertilizantes – 2017

A Administração, considerando a baixa perspectiva de sucesso na alienação de determinadas plantas, decidiu dar continuidade ao posicionamento estratégico de sair desse negócio. Como consequência, estes ativos passaram a ter suas recuperabilidades testadas isoladamente e não é possível estimar fluxos de caixa futuros decorrente do uso dessas plantas no horizonte do PNG 2018-2022, resultando no reconhecimento de perdas por desvalorização no montante de R$ 1.337 em 31 de dezembro de 2017, correspondendo ao valor contábil líquido total desses ativos.

e1) Equipamentos e instalações vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços no Brasil – 2017

Nas nossas avaliações dos ativos que atuam na produção e perfuração dos poços, não vinculados diretamente aos campos de produção de óleo e gás, foram identificadas perdas líquidas por desvalorização de R$ 1.178, decorrentes principalmente de: i) estimativa de valor justo inferior ao valor contábil líquido de compressores e sistemas de remoção de CO2, associados ao projeto das plataformas P-72 e P-73, que não puderam ser aproveitados em outros projetos da companhia e serão destinados à venda (R$ 413); ii) desmobilização e encerramento das operações da Balsa Guindaste e de Lançamento BGL-1 (R$ 370); e iii) hibernação de instalações e equipamentos do Estaleiro Inhaúma, que estão fora do escopo inicial do projeto de implantação do Terminal Logístico Inhaúma (R$ 407).

e2) Equipamentos e instalações vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços no Brasil – 2016

Nas nossas avaliações dos ativos que atuam na produção e perfuração dos poços, não vinculados diretamente aos campos de produção de óleo e gás, foram identificadas perdas por desvalorização de R$ 2.772. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 9,9% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de equipamentos e serviços da indústria de óleo e gás. Essas perdas foram reconhecidas, principalmente, em função de incertezas sobre a continuidade da construção dos cascos das FPSOs P-71, P-72 e P-73, no montante de R$ 1.925, referente ao saldo destes ativos, conforme nota explicativa 14.4.

f) Campos de produção de óleo e gás no Exterior (diversas UGCs) – 2017

As nossas avaliações dos ativos vinculados a campos de produção de óleo e gás no Exterior, sob o regime de concessão, resultaram no reconhecimento de uma perda no valor de R$ 414. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e, taxa de desconto pós-imposto em moeda constante, que deriva da metodologia do WACC para o setor de exploração e produção, específicas para cada país: nos EUA de 5,7% a.a. (5,5% a.a. em 2016). Esta perda está relacionada, principalmente, ao campo de Hadrian South, nos Estados Unidos, devido à decisão da parada de produção e abandono permanente do campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

g) Navios Panamax – Transpetro - 2017

Em dezembro de 2017, a Administração da Transpetro decidiu pela hibernação por tempo indeterminado de três navios em construção da classe PANAMAX (EI-512, EI-513 e EI-514) e, como consequência, estes ativos deixaram de pertencer à UGC Transporte e foram testados isoladamente. Com a hibernação, não é possível estimar fluxos de caixa futuros decorrente do uso dos navios no horizonte do PNG 2018-2022, resultando no reconhecimento de perdas por desvalorização no montante de R$ 364 em 31 de dezembro de 2017, correspondendo ao valor contábil líquido total desses ativos.

h1) Araucária – 2017

Em 2017, foram verificados indicativos de desvalorização de alguns ativos decorrentes da deterioração das condições previstas para o mercado, tais como aumento nos custos de produção e redução nos volumes e preços de vendas, que resultaram em estimativa de fluxos de caixa negativos. Os fluxos de caixa futuros consideraram as premissas e orçamentos da companhia e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 6,6% a.a., que deriva da metodologia WACC para o setor de fertilizantes. Dessa forma, a companhia reconheceu perdas por *impairment* de R$ 226, principalmente no segundo trimestre de 2017.

h2) Araucária – 2016

A avaliação de recuperabilidade dos ativos da Araucária Nitrogenados S.A. resultou em uma perda de R$ 453. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,8% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de fertilizantes. Essas perdas decorreram, principalmente, de: (i) aumento da taxa de desconto; (ii) apreciação do real frente ao dólar norte-americano; e (iii) aumento da projeção dos custos de produção.

i1) Comperj – 2017

No último plano de negócios aprovado pela Administração – PNG 2018-2022, a decisão sobre a retomada das obras referente ao Trem 1 permanece condicionada a identificação de parceiros para a sua continuidade. Como às obras inerentes as utilidades do Trem 1 da refinaria também atenderão à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), estas permanecem em andamento, pois fazem parte da infraestrutura conjunta necessária para o escoamento e processamento do gás natural do polo pré-sal da Bacia de Santos. Porém, em função da interdependência entre a referida infraestrutura e o Trem 1, perdas adicionais foram reconhecidas em 31 de dezembro de 2017, totalizando o montante de R$ 167 como perda por *impairment* referente ao projeto em 2017.

i2) Comperj – 2016

Diante da reavaliação do projeto no segundo trimestre de 2016, que manteve suas unidades referentes ao Trem 1 postergadas até dezembro de 2020, com esforços em busca de parceiros para dar continuidade aos investimentos, a companhia reconheceu uma perda por *impairment* referente ao saldo remanescente do projeto. No entanto, as obras inerentes às utilidades do Trem 1 da refinaria que também atenderão à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), permanecem em andamento, pois fazem parte da infraestrutura conjunta necessária para o escoamento e processamento do gás natural do polo pré-sal da Bacia de Santos. Porém, em função da interdependência entre a referida infraestrutura e o Trem 1, perdas adicionais foram reconhecidas em 31 de dezembro de 2016, totalizando o montante de R$ 1.315 como perda por *impairment* referente ao projeto em 2016.

j) Conecta e DGM – 2017

Considerando o atual cenário de preços e contratos de fornecimento de gás natural no Uruguai, foram reconhecidas perdas por *impairment* no montante de R$ 122, registrados no Ativo Intangível e Imobilizado, associadas à concessão de distribuição de gás natural da Conecta e DGM, subsidiárias no Uruguai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

k) Complexo Petroquímico Suape – 2016

A avaliação de recuperabilidade dos ativos da companhia Integrada Têxtil de Pernambuco S.A. -– CITEPE e companhia Petroquímica de Pernambuco S.A. – PetroquímicaSuape resultou em uma provisão para perda de R$ 2.011. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos das companhias; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,5% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor petroquímico. Este resultado está relacionado, principalmente, à redução das projeções de mercado e apreciação do real frente ao dólar norte-americano. Em dezembro de 2016, em decorrência da aprovação da alienação do Complexo Petroquímico Suape, foi reconhecida uma perda adicional, conforme nota 14.2.

l) UFN III – 2016

As nossas avaliações da Unidade de Fertilizantes e Nitrogenados III, situada em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, resultaram no reconhecimento de perdas por desvalorização no valor de R$ 497. Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia; e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 8,3% a.a., que deriva da metodologia do WACC para o setor de fertilizantes e considera a inclusão de um prêmio de risco específico para os projetos postergados. Essas perdas decorreram, principalmente, de: (i) aumento da taxa de desconto; e (ii) apreciação do real frente ao dólar norte-americano.

14.1.1 Valores contábeis de ativos próximos aos seus valores recuperáveis

Conforme descrito na nota 4.10, o montante de perda por redução ao valor recuperável tem como base a diferença entre o valor contábil do ativo ou UGC e seu respectivo valor recuperável. A tabela a seguir contém informações sobre os ativos ou UGCs que apresentaram valores recuperáveis estimados próximos aos seus valores contábeis e, com isso, estariam mais suscetíveis ao reconhecimento de perdas por *impairment* no futuro, em função de alterações significativas nas premissas:

		Consolidado 31.12.2017		
Ativos próximos aos seus valores recuperáveis	Segmento	Valor Contábil	Valor recuperável	Sensibilidade (*)
Campos de produção de óleo e gás no Brasil (3 UGCs)	E&P	556	584	(31)

(*) Perda estimada por *impairment*, considerando uma redução de 10% no valor recuperável das UGCs.

14.2. Ativos classificados como mantidos para venda

Em 31 de dezembro 2017, em decorrência da aprovação da Administração da companhia para alienação de investimentos no decorrer de 2017, conforme nota explicativa 10, a companhia reconheceu perdas no montante de R$ 1.152, refletindo principalmente, a cessão de 25% de participação no campo de Roncador.

Esta transação faz parte da parceria estratégica com a Statoil para o compartilhamento de tecnologia e aumento prospectivo do fator de recuperação do campo, de forma alinhada com o Plano de Negócios e Gestão da companhia. Em função da diferença entre o valor da oferta e o valor contábil do ativo, a companhia reconheceu uma perda no montante de R$ 1.314.

Em 2016, em decorrência da aprovação da Administração da companhia para alienação de investimentos a companhia reconheceu perdas de R$ 1.935, principalmente em função dos desinvestimentos do Complexo Petroquímico Suape (R$ 1.434), da subsidiária Petrobras Chile Distribución (R$ 266) e das Térmicas Romulo Almeida e Celso Furtado (R$ 156).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.3. Investimento em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (incluindo ágio)

Nas avaliações de recuperabilidade dos investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto, incluindo ágio, foi utilizado o método do valor em uso, a partir de projeções que consideraram: (i) horizonte de projeção do intervalo de 5 a 12 anos, com perpetuidade sem crescimento; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da companhia; e (iii) taxa de desconto pré-imposto, que deriva do WACC ou CAPM, conforme metodologia de aplicação.

A seguir, são apresentados os principais investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto em 31 de dezembro de 2017, que contemplam ágio:

Investimento	Segmento	% Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Valor recuperável	Valor contábil
Braskem S.A. (*)	Abastecimento	9,6	18.895	4.791
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	Gás e Energia	5,9	1.715	943

(*) Taxa de desconto da Braskem adotada é o CAPM do segmento petroquímico, uma vez que o valor em uso considera os fluxos futuros de dividendos.

14.3.1. Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores (Braskem S.A.)

A Braskem S.A. é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Com base nas cotações de mercado no Brasil, em 31 de dezembro de 2017, a participação da Petrobras nas ações ordinárias (47% do total) e nas ações preferenciais (22% do total) da Braskem S.A., foi avaliada em R$ 12.489, conforme descrito na nota explicativa 11.4. Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 3% das ações ordinárias dessa investida são de titularidade de não signatários do Acordo de Acionistas e sua negociação é extremamente limitada.

Considerando a relação operacional entre a Petrobras e a Braskem S.A., o teste de recuperabilidade do investimento nessa coligada foi realizado com base em seu valor em uso, proporcional à participação da companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem S.A., representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições da investida. As avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por *impairment*.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem S.A., foram:

- taxa de câmbio média estimada de R$ 3,44 para US$ 1,00 em 2018 (convergindo para R$ 3,40 a longo prazo);
- brent médio de US$ 53 em 2018, alcançando US$ 71 a longo prazo;
- projeção de preços das matérias-primas e petroquímicos refletindo as tendências internacionais;
- evolução das vendas de produtos petroquímicos, estimada com base no crescimento do Produto Interno Bruto – PIB (brasileiro e global); e
- redução na margem EBITDA, acompanhando o ciclo de crescimento da indústria petroquímica nos próximos anos, com redução no longo prazo.

14.3.2. Perdas em Investimentos

Em 2017, a companhia reconheceu em resultado de participações em investimento, no resultado do exercício perdas líquidas por desvalorização no total de R$ 64, principalmente atribuíveis às investidas Logum, Belém Bioenergia Brasil (BBB) e Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 2016, a companhia reconheceu em resultado de participações em investimento, no resultado do exercício perdas por desvalorização no total de R$ 594, principalmente atribuíveis às investidas no segmento de Biocombustível, com destaque para as vendas aprovadas das investidas Guarani S.A. (R$ 578) e Nova Fronteira S.A. (R$ 100).

14.4. Construção de cascos de plataformas pelos estaleiros Ecovix e Enseada

A companhia possuía contratos com os fornecedores Ecovix-Engevix Construções Oceânicas S.A. (Ecovix) e Enseada Indústria Naval S.A (Enseada) para os serviços de fornecimento de oito cascos para FPSOs Replicantes (P-66 a P-73) e para o serviço de conversão dos cascos de quatro FPSOs (P-74 a P-77), respectivamente.

No último trimestre de 2015, face às dificuldades financeiras enfrentadas pelos fornecedores e considerando a importância estratégica dos referidos ativos para seu Plano de Negócios, a companhia implantou uma sistemática de conta vinculada para esses contratos de construção, no intuito de permitir a continuidade da execução das obras.

A referida sistemática envolvia o adiantamento de recursos para a realização de pagamentos por parte dos estaleiros, restritos ao escopo dos contratos e limitados a seu saldo total. Os valores aportados seriam compensados com os serviços e equipamentos a serem prestados ou adquiridos e reembolso do saldo remanescente no encerramento das contas vinculadas. Essa estratégia demonstrou-se eficaz, pois os projetos apresentaram evolução física relevante até o terceiro trimestre de 2016, viabilizando a entrega do casco da plataforma P-67 para o integrador (na China), a retomada das obras do casco da plataforma P-69 também na China, e o avanço nas obras do casco da P-68 no Estaleiro Rio Grande, além do avanço nas atividades prioritárias para conclusão de escopo mínimo nos cascos das plataformas P-74 e P-76, com entrega das unidades aos integradores chineses e o condicionamento dos mesmos para instalação das estruturas acima dos cascos (*topsides*).

Ao longo do terceiro trimestre de 2016, a Petrobras reavaliou a evolução dos projetos dos cascos e a continuidade das contas vinculadas, concluindo que a estratégia financeira adotada, que inicialmente alcançou o objetivo de impedir a descontinuidade das obras, não se demonstrava mais eficiente.

Em função das incertezas sobre a continuidade da construção dos cascos FPSOs P-71, P-72 e P-73 diante de atrasos significativos nestes projetos, a companhia reconheceu, no terceiro trimestre de 2016, provisão para perda na recuperabilidade desses ativos (*impairment*) no montante de R$ 1.925, conforme destacado na nota explicativa 14.1.

Adicionalmente, no escopo dos contratos de construção das doze FPSOs e com base no julgamento da Administração, a companhia reconheceu em 2016, provisão para perdas no resultado em outras despesas líquidas, no montante de R$ 2.353, referente ao saldo remanescente dos adiantamentos a fornecedores concedidos no escopo das contas vinculadas, (R$ 1.256) e a assunção de dívidas e obrigações (R$ 1.097), originalmente à cargo da Ecovix e Enseada reservando-se o direito de cobrar esses valores nas esferas apropriadas.

A Petrobras também reconheceu em 2016, baixas dos investimentos em direito de uso e benfeitorias realizados no estaleiro Rio Grande, no montante de R$ 505, assim como de outros investimentos relacionados aos projetos das FPSOs P-71, P72 e P73 no valor de R$ 480.

Após a reestruturação dos contratos originais e o acesso aos cascos das plataformas, os projetos de construção dos FPSOs apresentaram progresso relevante. As plataformas P-67 a P-69 e P-74 a P-76 estão previstas para entrar em operação em 2018, e as plataformas P-70 e P-77 no primeiro semestre de 2019. A plataforma P-66 encontra-se em operação desde maio de 2017. Esse cenário consolida a eficácia da estratégia da companhia para a continuidade da execução das obras das FPSOs, sem impacto negativo na sua curva de produção futura.

Os efeitos das negociações com os estaleiros estão detalhados abaixo.

14.4.1. Negociações com Ecovix

A partir do terceiro trimestre de 2016 a Petrobras reavaliou a sistemática da conta vinculada implementada para garantir o acesso aos cascos das plataformas P-66 a P-73, concluindo sobre a necessidade de reconhecer uma provisão para perda no resultado no montante de R$ 375.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 9 de dezembro de 2016, através de suas investidas TUPI BV e Petrobras Netherlands BV, a Petrobras assinou com a Ecovix resilições dos contratos de EPC assinados em 2010 para construção de oito cascos dos FPSOs replicantes. Desta forma, a Petrobras assumiu obrigações, originalmente a cargo da Ecovix, como solução mais adequada aos interesses do Sistema Petrobras: assegurar o rápido acesso aos cascos da P-66 a P-70 e o cumprimento das metas de produção do PNG 2017-2021. Essas obrigações foram registradas nas demonstrações financeiras em 2016 com um impacto no resultado em outras despesas líquidas de R$ 764.

Com a assinatura desses acordos, a Petrobras realizou, durante o 4º trimestre de 2016, estudos sobre as opções mais adequadas para a destinação dos bens e investimentos adquiridos/incorridos para a construção dos cascos da P-71, P-72 e P-73. Como consequência dessas avaliações, foi identificada a necessidade de se efetuar baixas contábeis de investimentos no montante de R$ 480, com impacto em outras despesas líquidas. Em 2017, em função de reavaliação sobre a utilização de bens adquiridos para as plataformas P-72 e P-73, a Petrobras reconheceu perdas no valor de R$ 413, conforme nota explicativa 14.1.

As negociações com a Ecovix resultaram, ainda, na transferência do direito de uso do Estaleiro Rio Grande (ERG) da Petrobras para a contratada através de contrato de arrendamento financeiro assinado entre as partes. Considerando a situação econômica da Ecovix, a companhia avaliou que os investimentos em direito de uso e benfeitorias realizadas no estaleiro, que em 31 de dezembro de 2016 totalizavam R$ 505 e foram reclassificados para recebíveis em função do contrato de arrendamento, não seriam recuperados, razão pela qual reconheceu, no 4º trimestre de 2016, provisão para perda pelo valor total.

14.4.2. Negociações com Enseada

Com a sistemática da conta vinculada, a companhia eliminou qualquer risco de acesso aos cascos das plataformas P-74 a P-77. Em 2016, a PNBV realizou adiantamentos no total de R$ 881 mediante esta sistemática para pagamento de obrigações, originalmente de responsabilidade da Enseada, relativas aos cascos destas plataformas. Em função das evidencias de perda de recuperabilidade desses adiantamentos, tendo em vista a situação econômica da contratada, a Petrobras reconheceu provisão para perdas na totalidade deste valor, com o consequente impacto em outras despesas líquidas.

Como parte da estratégia para assegurar a conclusão das obras dos cascos das FPSOs P-75 e P-77, a Petrobras aprovou a sub-rogação do contrato existente entre Enseada e o estaleiro chinês COSCO (Dalian) Shipyard Co., Ltd à sua subsidiária Petrobras Netherlands B.V. (PNBV), implicando no reconhecimento de uma obrigação de pagamento referente a dívidas já existentes no escopo do contrato, para a qual a companhia reconheceu, no 3º trimestre de 2016, uma provisão no montante de R$ 333 em outras despesas líquidas.

Adicionalmente, em 2016, a companhia também avaliou a recuperabilidade das benfeitorias realizadas no Estaleiro Inhaúma para a realização dos serviços de conversão dos cascos das FPSOs P-74 a P-77, bem como o direito de uso deste estaleiro, não identificando, à época, a necessidade de redução ao valor recuperável destes ativos em função da utilização do espaço como centro logístico, principalmente voltado para os projetos da Bacia de Santos. Em 2017, com a revisão do escopo inicial de implantação do Terminal Logístico, houve o reconhecimento de perdas líquidas por desvalorização, no montante de R$ 407, conforme nota explicativa 14.1.

15. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados a atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado	
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo (*)	**31.12.2017**	**31.12.2016**
Imobilizado		
Saldo inicial	16.728	20.310
Adições	2.543	3.543
Baixas	(345)	(3.603)
Transferências	(3.974)	(3.304)
Ajustes acumulados de conversão	5	(218)
Saldo final	14.957	16.728
Intangível	4.599	7.288
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	**19.556**	**24.016**

(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Novos bônus pagos e declarações de comercialidade ocorridos em 2017 são detalhados na nota explicativa 13.1.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
Custos exploratórios reconhecidos no resultado	**Jan-Dez/2017**	**Jan-Dez/2016**
Despesas com geologia e geofísica	1.154	1.292
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	893	4.364
Penalidades contratuais de conteúdo local	486	162
Outras despesas exploratórias	30	238
Total das despesas	**2.563**	**6.056**
Caixa utilizado nas atividades		
Operacionais	1.185	1.529
Investimentos	5.776	3.778
Total	**6.961**	**5.307**

No exercício de 2017, a Petrobras reconheceu provisão de R$ 486 (R$ 162 no exercício de 2016), decorrentes de potenciais penalidades contratuais pelo não atendimento aos percentuais mínimos exigidos de conteúdo local para 118 blocos com fase exploratória encerrada.

15.1. Tempo de capitalização

O quadro a seguir apresenta os custos e o número de poços exploratórios capitalizados por tempo de existência, considerando a data de conclusão das atividades de perfuração. Demonstra, ainda, o número de projetos para os quais os custos de poços exploratórios estejam capitalizados por prazo superior a um ano:

	Consolidado	
Custos exploratórios capitalizados por tempo de existência (*)	**2017**	**2016**
Custos de prospecção capitalizados até um ano	367	2.628
Custos de prospecção capitalizados acima de um ano	14.590	14.100
Saldo final	**14.957**	**16.728**
Número de projetos com custos de prospecção capitalizados acima de um ano	54	57

		Número de
	2017	**poços**
2016	1.046	4
2015	2.933	19
2014	3.819	19
2013	1.971	11
2012 e anos anteriores	4.821	27
Saldo Total	**14.590**	**80**

(*) Não contempla os custos para obtenção de direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural.

Do total de R$ 14.590 para 54 projetos que incluem poços em andamento por mais de um ano desde a conclusão das atividades de perfuração, R$ 13.772 referem-se a poços localizados em áreas em que há atividades de perfuração já em andamento ou firmemente planejadas para o futuro próximo, cujo "Plano de Avaliação" foi submetido à aprovação da ANP, e R$ 818 foram incorridos em custos referentes às atividades necessárias à avaliação das reservas e o possível desenvolvimento das mesmas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Terceiros no país	12.144	10.690	9.651	9.000
Terceiros no exterior	4.564	6.580	2.934	3.268
Partes relacionadas	2.369	1.511	9.594	12.116
Saldo total no Passivo Circulante	**19.077**	**18.781**	**22.179**	**24.384**

17. Financiamentos

Em linha com o Plano de Negócios e Gestão da companhia, os empréstimos e financiamentos vêm se destinando, principalmente, à liquidação de dívidas antigas e ao gerenciamento de passivos, visando melhoria no perfil da dívida e maior adequação aos prazos de maturação de investimentos de longo prazo, viabilizando assim o uso do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelas parcerias e desinvestimentos como principais fontes de recursos da carteira de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de dívida (*covenants*) atendidas em 31 de dezembro de 2017 com destaque para: (i) apresentação das demonstrações financeiras no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esse períodos em 30 e 60 dias, dependendo do contrato; (ii) cláusula de Negative Pledge/Permitted Liens, onde a Petrobras e suas subsidiárias materiais se comprometem a não criar gravames sobre seus ativos para garantia de dívidas além dos permitidos; (iii) cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios incluindo (mas não limitado) as leis ambientais; (iv) cláusulas em contratos de financiamento que exigem que tanto o tomador quanto o garantidor conduzam seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e às leis antilavagem de dinheiro e que instituam e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento; (v) cláusulas em contratos de financiamento que restringem relações com entidades ou mesmo países sancionados principalmente pelos Estados Unidos (incluindo, mas não limitado ao Office of Foreign Assets Control -OFAC) Departamento de Estado e Departamento de Comércio), pela União Europeia e pelas Nações Unidas; e (vi) cláusulas relacionadas ao nível de endividamento em determinados contratos de dívidas com o BNDES.

17.1. Pré-pagamento de dívida bancária e novos financiamentos

Em 2017, a companhia captou R$ 86.467, destacando-se: (i) diversas ofertas de títulos no mercado de capitais internacional (*Global Notes*) com vencimentos em 2022, 2025, 2027, 2028 e 2044, no valor de R$ 32.574 (US$ 10.218 milhões); (ii) emissão de debêntures no mercado de capitais doméstico com vencimentos em 2022 e 2024 no valor de R$ 4.989; e (iii) captações no mercado bancário nacional e internacional, com vencimentos de aproximadamente 5 anos em média, no valor total de R$ 41.645.

Adicionalmente, a companhia liquidou diversos empréstimos e financiamentos no valor total de R$ 137.386, destacando-se: (i) a recompra e/ou resgate de R$ 24.356 (US$ 7.569 milhões) de títulos no mercado de capitais internacional, com vencimentos entre 2018 e 2021, com o pagamento de prêmio aos detentores dos títulos que entregaram seus papéis na operação no valor de R$ 1.067; (ii) o pré-pagamento de R$ 52.000 de empréstimos no mercado bancário nacional e internacional ; (iii) o pré-pagamento de R$ 2.963 de financiamentos com agências de crédito à exportação; e (iv) pré-pagamento de R$ 9.531 de financiamentos junto ao BNDES.

A companhia ainda realizou operações de trocas de dívidas que não envolveram liquidações financeiras, destacando-se: (i) troca de R$ 21.217 (US$ 6.768 milhões) em títulos no mercado de capitais internacional com vencimentos entre 2019 e 2021 para novos títulos no valor de R$ R$ 23.815 (US$ 7.597 milhões) e com vencimentos em 2025 e 2028; e (ii) alongamento de dívidas no mercado bancário nacional e internacional cujos vencimentos ocorreriam entre 2018 e 2020, no valor total de R$ 13.577 (US$ 4.257 milhões), para novas dívidas, nos mesmos valores, com vencimentos entre 2020 e 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.2. Movimentação dos saldos dos financiamentos

					Consolidado	Controladora
	Agência de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	Total	Total
Circulante e Não Circulante						
No País						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	–	106.909	7.666	74	114.649	94.005
Ajuste acumulado de conversão	–	(342)	–	–	(342)	–
Adições de Financiamentos	–	1.635	–	–	1.635	45.051
Amortizações de Principal	–	(4.993)	(519)	(6)	(5.518)	(48.261)
Amortizações de Juros	–	(9.833)	(796)	(6)	(10.635)	(6.933)
Encargos incorridos no período (*)	–	10.566	653	54	11.273	10.205
Variações monetárias e cambiais	–	(4.472)	383	5	(4.084)	(2.987)
Pré-pagamentos	–	(22.456)	–	–	(22.456)	(12.572)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	–	(45)	–	–	(45)	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**–**	**76.969**	**7.387**	**121**	**84.477**	**78.508**
No Exterior						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	22.773	135.277	217.365	2.583	377.998	204.348
Ajuste acumulado de conversão	(2.819)	(18.532)	(33.930)	(321)	(55.602)	–
Adições de Financiamentos	1.019	29.169	33.450	–	63.638	60.794
Amortizações de Principal	(2.892)	(18.834)	(21.434)	(387)	(43.547)	(26.454)
Amortizações de Juros	(435)	(3.314)	(10.411)	(91)	(14.251)	(5.783)
Encargos incorridos no período (*)	559	3.858	10.334	69	14.820	7.996
Variações monetárias e cambiais	(759)	(3.993)	(1.782)	(86)	(6.620)	(33.377)
Pré-pagamentos	–	(2.569)	(32.259)	–	(34.828)	(17.553)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	–	(6)	(1.090)	–	(1.096)	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**17.446**	**121.056**	**160.243**	**1.767**	**300.512**	**189.971**
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	**17.446**	**198.025**	**167.630**	**1.888**	**384.989**	**268.479**
Circulante					31.796	62.058
Não Circulante					353.193	206.421
Circulante e Não Ciculante						
No País						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	–	76.969	7.387	121	84.477	78.508
Ajuste acumulado de conversão	–	50	–	–	50	–
Adições de Financiamentos	–	16.658	4.989	–	21.647	66.573
Amortizações de Principal	–	(6.704)	(535)	(8)	(7.247)	(50.662)
Amortizações de Juros	–	(6.677)	(642)	(5)	(7.324)	(4.977)
Encargos incorridos no período (*)	–	6.715	593	18	7.326	6.998
Variações monetárias e cambiais	–	80	278	(2)	356	43
Pré-pagamentos	–	(26.739)	–	–	(26.739)	(19.031)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	**–**	**60.352**	**12.070**	**124**	**72.546**	**77.452**
No Exterior						
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	17.446	121.056	160.243	1.767	300.512	189.971
Ajuste acumulado de conversão	129	545	2.861	14	3.549	–
Adições de Financiamentos	727	26.341	32.574	391	60.033	47.435
Amortizações de Principal	(2.914)	(10.365)	(3.048)	(151)	(16.478)	(30.276)
Amortizações de Juros	(399)	(4.110)	(9.022)	(46)	(13.577)	(1.390)
Encargos incorridos no período (*)	523	4.661	10.249	65	15.498	8.902
Variações monetárias e cambiais	33	429	2.975	2	3.439	2.368
Pré-pagamentos	(3.403)	(35.137)	(25.111)	(1.147)	(64.798)	(26.345)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	**12.142**	**103.420**	**171.721**	**895**	**288.178**	**190.665**
Saldo total em 31 de dezembro de 2017	**12.142**	**163.772**	**183.791**	**1.019**	**360.724**	**268.117**
Circulante					23.160	74.724
Não Circulante					337.564	193.393

(*) Incluem apropriações de ágios, deságios e custos de transações associados.

A partir de 1º de janeiro de 2018, modificações de fluxo de caixa contratual passam a ser tratadas segundo os termos do IFRS 9, conforme nota explicativa 6.1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.3. Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

							Consolidado
Movimentação dos financiamentos	Saldo em 31.12.2016	Captações	Amortizações (*)	Encargos incorridos	Variações Monetárias e Cambiais	Ajuste Acumulado de Conversão	Saldo em 31.12.2017
Financiamentos	384.989	81.680	(136.163)	22.824	3.795	3.599	360.724
Conciliação com a Demonstração do Fluxo de Caixa							
Mantidos para venda		5.200	(49)				
Aquisição de imobilizado a prazo		(413)					
Despesas com reestruturação de dívida			(1.067)				
Depósitos vinculados a financiamentos			(171)				
Movimentação de arrendamento financeiro			64				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		**86.467**	**(137.386)**				

(*) Inclui amortização de principal, juros e pré-pagamento.

17.4. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

								Consolidado
Vencimento em	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 anos em diante	Total (*)	Valor justo
Financiamentos em Reais (R$):	4.828	9.192	13.573	10.099	15.377	18.060	71.129	61.194
Indexados a taxas flutuantes	2.553	7.723	12.167	8.708	14.123	14.011	59.285	
Indexados a taxas fixas	2.275	1.469	1.406	1.391	1.254	4.049	11.844	
Taxa média dos Financiamentos	6,6%	6,6%	6,8%	7,3%	6,8%	5,9%	6,6%	
Financiamentos em Dólares (US$):	16.948	9.308	17.294	28.833	41.586	148.291	262.260	294.307
Indexados a taxas flutuantes	12.878	5.176	12.962	10.427	31.555	43.442	116.440	
Indexados a taxas fixas	4.070	4.132	4.332	18.406	10.031	104.849	145.820	
Taxa média dos Financiamentos	5,4%	5,8%	5,8%	5,7%	5,6%	6,5%	6,1%	
Financiamentos em R$ indexados ao US$:	281	271	271	271	260	–	1.354	1.292
Indexados a taxas flutuantes	65	64	64	64	53	–	310	
Indexados a taxas fixas	216	207	207	207	207	–	1.044	
Taxa média dos Financiamentos	3,8%	3,7%	3,6%	3,3%	2,6%		3,6%	
Financiamentos em Libras (£):	206	–	–	–	–	7.678	7.884	8.568
Indexados a taxas fixas	206	–	–	–	–	7.678	7.884	
Taxa média dos Financiamentos	6,2%	–	–	–	–	6,3%	6,3%	
Financiamentos em Ienes (¥):	302	–	–	–	–	–	302	322
Indexados a taxas flutuantes	302	–	–	–	–	–	302	
Taxa média dos Financiamentos	0,4%	–	–	–	–	–	0,4%	
Financiamentos em Euro (€):	573	2.652	758	2.965	2.371	8.454	17.773	20.075
Indexados a taxas flutuantes	4	–	602	–	–	–	606	
Indexados a taxas fixas	569	2.652	156	2.965	2.371	8.454	17.167	
Taxa média dos Financiamentos	4,3%	4,3%	4,5%	4,6%	4,8%	4,6%	4,5%	
Financiamentos Outras Moedas:	22	–	–	–	–	–	22	22
Indexados a taxas fixas	22	–	–	–	–	–	22	
Taxa média dos Financiamentos	14,0%	–	–	–	–	–	14,0%	
Total em 31 de dezembro de 2017	**23.160**	**21.423**	**31.896**	**42.168**	**59.594**	**182.483**	**360.724**	**385.780**
Taxa média dos financiamentos	5,6%	5,9%	5,9%	5,9%	5,7%	6,4%	6,1%	
Total em 31 de dezembro de 2016	**31.796**	**36.557**	**68.112**	**53.165**	**61.198**	**134.161**	**384.989**	**387.077**
Taxa média dos financiamentos	6,1%	6,0%	5,9%	5,9%	5,4%	6,4%	6,2%	

(*) Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 8,62 anos (7,46 anos em 31 de dezembro de 2016).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R$ 179.451 (R$ 151.582 em 31 de dezembro de 2016); e

- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R$ 206.329 (R$ 235.495 em 31 de dezembro de 2016).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 33.2.

17.5. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 6,16 % a.a. em 2017 (5,80 % a.a. em 2016).

17.6. Linhas de Crédito

						Valor
Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Contratado	Utilizado	Saldo
No exterior (Valores em US$ milhões)						
Petrobras	China Development Bank	04/12/2017	14/12/2019	5.000	3.000	2.000
PGT BV	CHINA EXIM	24/10/2016	Indefinido	1.000	-	1.000
Total				**6.000**	**3.000**	**3.000**
No país						
PNBV	BNDES	03/09/2013	26/03/2018	9.878	2.726	7.152
Transpetro	BNDES	07/11/2008	12/08/2041	1.763	567	1.196
Transpetro	Banco do Brasil	09/07/2010	10/04/2038	78	33	45
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	-	329
Total				**12.048**	**3.326**	**8.722**

17.7. Garantias

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, existem financiamentos concedidos por instrumentos específicos, que contam com garantias reais. Adicionalmente, os contratos de financiamento obtidos junto ao China Development Bank (CDB) também possuem garantias reais, conforme nota explicativa 19.5.

Os empréstimos obtidos por entidades estruturadas estão garantidas pelos próprios projetos, bem como por penhor de direitos creditórios.

Os financiamentos junto ao mercado de capitais, que correspondem a títulos emitidos pela companhia, não possuem garantias reais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Arrendamentos mercantis

18.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

	Consolidado					Controladora	
	Recebimentos			Pagamentos		Pagamentos	
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente
2018	407	(227)	180	172	(88)	84	1.261
2019 - 2022	1.592	(730)	862	489	(247)	242	2.903
2023 em diante	1.993	(422)	1.571	1.283	(850)	433	1.205
Em 31 de dezembro de 2017 (*)	**3.992**	**(1.379)**	**2.613**	**1.944**	**(1.185)**	**759**	**5.369**
Circulante			180			84	1.261
Não circulante			2.433			675	4.108
Em 31 de dezembro de 2017 (*)			**2.613**			**759**	**5.369**
Circulante			297			59	1.091
Não circulante			4.506			736	4.975
Em 31 de dezembro de 2016			**4.803**			**795**	**6.066**

(*) Rescisão do contrato de arrendamento financeiro do navio sonda Vitória 10.000, conforme nota explicativa 8.3.1.

18.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

	Consolidado	Controladora
2018	27.844	50.235
2019	20.814	41.312
2020	20.602	40.635
2021	21.646	41.491
2022	20.443	39.689
2023 em diante	193.049	271.944
Em 31 de dezembro de 2017	**304.398**	**485.306**
Em 31 de dezembro de 2016	**315.865**	**527.410**

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R$ 174.336 no Consolidado e R$ 174.332 na Controladora (R$ 161.884 no Consolidado e R$ 161.882 na Controladora, em 2016).

No exercício de 2017, a companhia reconheceu despesas com arrendamento mercantil operacional no montante de R$ 32.674 no Consolidado e R$ 48.825 na Controladora (R$ 34.438 no Consolidado e R$ 53.228 na Controladora em 2016).

As operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme nota explicativa 6.1.

19. Partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, que também se aplica às demais Sociedades do Sistema Petrobras, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Esta política orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

Priorização dos interesses da companhia independente da contraparte no negócio;

Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da companhia;

Condução de transações sem conflito de interesses e em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e

Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente

As transações que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na política e celebradas com coligadas, União, incluindo suas autarquias, fundações e empresas controladas, e com a Fundação Petros, são previamente aprovadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), com reporte mensal destas análises ao Conselho de Administração.

Transações com sociedades controladas por pessoal chave da administração, ou membro próximo de sua família, também são previamente aprovadas pelo CAE e reportadas mensalmente para ao Conselho de Administração, independente do valor da transação.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas empresas e entidades, que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, deverão ser precedidas de avaliação pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Comitê de Minoritários e deverá ser aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros eleitos do Conselho de Administração.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber, principalmente por vendas	11.776	–	11.776	10.031	–	10.031
Dividendos a receber	1.161	–	1.161	3.045	–	3.045
Operações de mútuo	–	34	34	–	225	225
Adiantamento para aumento de capital	–	–	–	–	3.882	3.882
Valores vinculados à construção de gasoduto	–	845	845	–	1.126	1.126
Arrendamentos mercantis financeiros	103	–	103	98	914	1.012
Outras operações	491	466	957	558	425	983
Ativos mantidos para venda	820	–	820	702	–	702
Total	**14.351**	**1.345**	**15.696**	**14.434**	**6.572**	**21.006**
Passivo						
Arrendamentos mercantis financeiros	(1.242)	(3.592)	(4.834)	(1.096)	(4.452)	(5.548)
Operações de mútuo	–	(3.315)	(3.315)	–	(28.903)	(28.903)
Pré pagamento de exportação	(37.373)	(112.835)	(150.208)	(28.115)	(101.011)	(129.126)
Fornecedores	(9.525)	–	(9.525)	(12.116)	–	(12.116)
Compras de petróleo, derivados e outras	(5.001)	–	(5.001)	(6.373)	–	(6.373)
Afretamento de plataformas	(3.927)	–	(3.927)	(5.282)	–	(5.282)
Adiantamento de clientes	(597)	–	(597)	(461)	–	(461)
Outros	–	–	–	–	–	–
Outras operações	(69)	(439)	(508)	–	–	–
Passivos mantidos para venda	(44)	–	(44)	–	–	–
Total	**(48.253)**	**(120.181)**	**(168.434)**	**(41.327)**	**(134.366)**	**(175.693)**

	2017	2016
Resultado		
Receitas, principalmente de vendas	134.264	129.260
Variações monetárias e cambiais líquidas	(4.405)	(7.595)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(10.297)	(11.970)
Total	**119.562**	**109.695**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.2. Transações comerciais com Empresas do Sistema (controladora)

	Resultado		31.12.2017			31.12.2016				
	2017	2016	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Total	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Total	Passivo Total
Controladas (*)										
BR	69.573	75.343	1.566	–	1.566	2.259	(307)	–	(307)	(211)
PIB BV	23.871	11.272	6.213	117	6.330	4.395	(37.921)	(116.151)	(154.072)	(158.760)
Gaspetro	7.565	6.341	847	106	953	849	(372)	–	(372)	(291)
PNBV	2.199	2.717	1.799	13	1.812	1.880	(4.281)	–	(4.281)	(5.891)
Transpetro	916	955	792	219	1.011	1.169	(1.216)	–	(1.216)	(1.093)
Logigás	32	(115)	304	845	1.149	1.368	(238)	–	(238)	(205)
Termoelétricas	(162)	(209)	54	32	86	322	(204)	(808)	(1.012)	(1.103)
Fundo de Investimento Imobiliário	(190)	(260)	98	–	98	66	(255)	(1.228)	(1.483)	(1.723)
TAG	205	(554)	612	–	612	5.942	(1.068)	–	(1.068)	(1.938)
PDET Off Shore (**)	(100)	(114)	–	–	–	–	(397)	(440)	(837)	(888)
Outras Controladas	2.788	2.282	1.712	11	1.723	2.272	(679)	–	(679)	(1.634)
	106.697	**97.658**	**13.997**	**1.343**	**15.340**	**20.522**	**(46.938)**	**(118.627)**	**(165.565)**	**(173.737)**
Entidades estruturadas										
CDMPI	(310)	(250)	–	–	–	–	(447)	(1.115)	(1.562)	(1.876)
	(310)	**(250)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(447)**	**(1.115)**	**(1.562)**	**(1.876)**
Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto										
Empresas do Setor Petroquímico	12.782	12.251	172	–	172	412	(34)	–	(34)	(72)
Outras Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	393	36	182	2	184	72	(834)	(439)	(1.273)	(8)
	13.175	12.287	354	2	356	484	(868)	(439)	(1.307)	(80)
Total	**119.562**	**109.695**	**14.351**	**1.345**	**15.696**	**21.006**	**(48.253)**	**(120.181)**	**(168.434)**	**(175.693)**

(*) Inclui suas controladas e negócios em conjunto.
(**) Em 23 de agosto de 2017, a Petrobras adquiriu ações da PDET Offshore S.A., que deixou de ser uma Entidade Estruturada para ser uma controlada com 100% de participação.

19.3. Taxas anuais de operações de mútuo

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
De 5,01% a 7%	–	77	(3.315)	(28.903)
De 7,01% a 9%	–	100	–	–
Acima de 9,01%	34	48	–	–
Total	**34**	**225**	**(3.315)**	**(28.903)**

19.4. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados (FIDC-NP)

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por controladas do Sistema Petrobras. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Contas a receber, líquidas	14.222	11.301
Cessões de direitos creditórios	(25.499)	(23.121)
	2017	2016
Receita Financeira FIDC-NP	1.179	1.018
Despesa Financeira FIDC-NP	(1.965)	(2.680)
Resultado financeiro	(786)	(1.662)

19.5. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

						31.12.2017	31.12.2016
Data de Vencimento das Operações	PGF (*)	PGT (**)	PNBV	TAG	Outros	Total	Total
2017	–	–	–	–	–	–	6.374
2018	918	–	316	–	546	1.780	20.935
2019	7.883	–	–	–	43	7.926	45.463
2020	5.723	4.962	1.237	–	3.575	15.497	41.270
2021	21.361	–	579	–	782	22.722	47.950
2022	12.306	18.765	3.308	3.878	1.895	40.152	9.008
2023 em diante	124.321	39.062	10.522	–	1.407	175.312	116.870
Total	**172.512**	**62.789**	**15.962**	**3.878**	**8.248**	**263.389**	**287.870**

(*) Petrobras Global Finance B.V., controlada da PIB BV.
(**) Petrobras Global Trading B.V., controlada da PIB BV.

A PGT, subsidiária integral da Petrobras, presta garantia real em três operações de financiamento que a Petrobras obteve junto ao China Development Bank (CDB), com vencimentos em 2019, 2026 e 2027, por meio da colateralidade de seus recebíveis futuros das vendas de petróleo bruto, originadas das exportações da Petrobras, para compradores específicos (no máximo 400.000 bbl/d até 2019, máximo 300.000 bbl/d de 2020 até 2026 e 100.000 bbl/d em 2027), sendo o valor da garantia limitado ao saldo devedor da dívida, que em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 35.775 (US$ 10.815 milhões), e em 31 de dezembro de 2016 era R$ 30.011 (US$ 9.208 milhões).

Destaque-se que em 30 de janeiro de 2018, foi liquidado o saldo de US$ 2,8 bilhões do financiamento que vencia em 2019, conforme nota explicativa 35.1. Com a liquidação do financiamento com vencimento em 2019, a colateralidade de recebíveis futuros das vendas de petróleo bruto passa a ser no máximo 200.000 bbl/dia até 2019, máximo 300.00 bbl/d de 2020 até 2026 e 100.000 bbl/d em 2027.

Em linha com o Plano de Negócios e Gestão da companhia, o alongamento dos prazos de garantia está associado à melhoria do perfil da dívida, conforme nota explicativa 17.

19.6. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2017, uma controlada da PIB BV mantinha recursos investidos diretamente ou por meio de fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas da PGF, da controlada PDET e de entidades estruturadas consolidadas relacionados principalmente aos projetos CDMPI e Charter, equivalentes a R$ 4.675 (R$ 10.389, em 31 de dezembro de 2016).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.7. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

					Consolidado	
	2017		31.12.2017	2016		31.12.2016
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas						
Distribuidoras estaduais de gás natural	7.040	971	468	6.088	803	226
Empresas do setor petroquímico	12.273	194	53	12.337	426	88
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	(2.043)	587	2.286	1.624	580	1.245
Subtotal	**17.270**	**1.752**	**2.807**	**20.049**	**1.809**	**1.559**
Entidades governamentais						
Títulos públicos federais	488	5.631	–	454	3.628	–
Bancos controlados pela União Federal	(4.678)	19.317	40.986	(10.740)	13.408	64.727
Setor elétrico (nota explicativa 8.4)	2.055	17.362	1	3.359	16.042	8
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	4	829	–	18	875	–
Outros	705	149	716	687	1.326	1.081
Subtotal	**(1.426)**	**43.288**	**41.703**	**(6.222)**	**35.279**	**65.816**
Planos de Pensão	1	226	311	1	158	324
Total	**15.845**	**45.266**	**44.821**	**13.828**	**37.246**	**67.699**
Receitas, principalmente de vendas	23.995			23.067		
Compras e serviços	(5.105)			(309)		
Variações monetárias e cambiais líquidas	759			(1.035)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(3.804)			(7.895)		
Ativo circulante		8.347			9.979	
Ativo não circulante		36.919			27.267	
Passivo circulante			5.109			13.157
Passivo não circulante			39.712			54.542
Total	**15.845**	**45.266**	**44.821**	**13.828**	**37.246**	**67.699**

Em adição às transações acima apresentadas, a Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo.

Vide nota explicativa 12.3 para maiores informações sobre o Contrato de Cessão Onerosa.

19.8. Contas petróleo e álcool – União Federal

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta atualizado monetariamente é de R$ 829 (R$ 875 em 31 de dezembro de 2016) e poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória nº 2.181, de 24 de agosto de 2001, ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo à União Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

Visando concluir o encontro de contas com a União, a Petrobras prestou todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para dirimir as divergências ainda existentes entre as partes.

Considerando-se esgotado o processo de negociação entre as partes, na esfera administrativa, a administração da companhia decidiu pela cobrança judicial do referido crédito, para liquidação do saldo da conta petróleo e álcool, tendo, para isto, ajuizado ação em julho de 2011.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na sentença judicial de 28 de outubro de 2016, o Juiz acolheu a manifestação do perito judicial afastando a compensação do crédito requerido pela União relacionado à suposta dívida da extinta Petrobras Comércio Internacional S.A. - Interbrás.

Em 18 de julho de 2017, a União ingressou com recurso de apelação que se encontra pendente de julgamento do Tribunal Regional Federal.

19.9. Remuneração da administração da companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Petrobras relativas aos meses de dezembro de 2017 e 2016 foram as seguintes:

	Expresso em reais	
Remuneração do empregado	**Dez/2017**	**Dez/2016**
Menor remuneração	3.131,40	3.078,15
Remuneração média	18.151,73	17.707,71
Maior remuneração	99.490,61	92.203,64
Remuneração do dirigente da Petrobras (maior)	116.761,20	116.761,20

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Petrobras Controladora são apresentadas a seguir:

	2017			2016		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares)	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares e suplentes)	Total
Salários e benefícios	12,2	0,9	13,1	11,8	1,2	13,0
Encargos sociais	3,5	0,1	3,6	3,4	0,3	3,7
Previdência complementar	1,0	-	1,0	1,0	-	1,0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	0,7	-	0,7
Remuneração total	**16,7**	**1,0**	**17,7**	**16,9**	**1,5**	**18,4**
Número de membros - média no período (*)	7,92	9,00	16,92	7,67	11,00	18,67
Número de membros remunerados - média no período (**)	7,92	5,75	13,67	7,67	9,33	17,00

(*) Corresponde à média do período do número de membros apurados mensalmente.
(**) Corresponde à média do período do número de membros remunerados apurados mensalmente.

No exercício de 2017, a despesa consolidada com a remuneração total de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou R$ 77,4 (R$ 81,4 em 2016).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os membros do Conselho de Administração que participarem do Comitê de Auditoria Estatutário renunciam à remuneração de Conselheiro de Administração, conforme estabelece o art. 38, § 8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e os mesmos fizeram jus a uma remuneração total de R$ 302 mil no período de abril a dezembro de 2017 (R$ 362 mil, considerando os encargos sociais).

A Assembleia Geral Ordinária da Petrobras, realizada em 27 de abril de 2017, fixou os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Provisões para desmantelamento de áreas

	Consolidado		Controladora	
Passivo não circulante	**31.12.2017**	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**
Saldo inicial	33.412	35.728	32.615	34.641
Revisão de provisão	13.522	(1.785)	13.272	(2.029)
Transferências referentes a passivos mantidos para venda	(379)	(60)	(379)	323
Utilização por pagamentos	(2.265)	(2.606)	(2.183)	(2.600)
Atualização de juros	2.418	2.290	2.352	2.280
Outros	77	(155)	–	–
Saldo final	**46.785**	**33.412**	**45.677**	**32.615**

A companhia revisa anualmente, com data base em 31 de dezembro, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de petróleo e gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando houver indicativo de mudanças em suas premissas.

Em 2017, a revisão da provisão no montante de R$ 13.522 refletiu principalmente a redução da taxa de desconto ajustada ao risco de 7,42% a.a. em 2016 para 5,11% a.a. em 2017, devido à melhora na percepção risco de mercado no país, bem como pela antecipação do cronograma de abandono em alguns projetos.

21. Tributos

21.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Consolidado					Controladora	
	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	Ativo Circulante	
	31.12.2017	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2017**	**31.12.2016**
No país							
Tributos sobre o lucro	1.464	1.938	130	364	-	669	786
Programas de regularização de débitos federais (*)	–	–	753	–	2.219	–	–
	1.464	**1.938**	**883**	**364**	**2.219**	**669**	**786**
No exterior	120	23	107	48	–	–	–
Total	**1.584**	**1.961**	**990**	**412**	**2.219**	**669**	**786**

(*) Detalhamento na nota explicativa 21.2.

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Consolidado Passivo não circulante*	
	31.12.2017	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	3.089	3.156	2.338	2.202	3.377	3.513	–	–
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido	2.711	2.314	7.548	7.374	2.711	1.509	–	–
CIDE	47	71	–	–	344	386	–	–
Participação especial/Royalties	–	–	–	–	5.311	4.015	–	–
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	–	–	–	–	520	1.584	–	–
Programas de regularização de débitos federais (**)	–	–	–	–	2.144	90	–	–
Outros	566	540	237	623	545	621	284	65
Total no país	6.413	6.081	10.123	10.199	14.952	11.718	284	65
Impostos no exterior	65	111	48	37	94	108	–	–
Total	**6.478**	**6.192**	**10.171**	**10.236**	**15.046**	**11.826**	**284**	**65**

(*) Os valores de demais impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outras contas e despesas a pagar".
(**) Inclui valor de R$ 6, referente REFIS de exercícios anteriores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.2. Programas de regularização de débitos federais

Em 2017, foram instituídos programas de regularização tributária de débitos que possibilitaram à companhia a quitação de débitos beneficiando-se de reduções de juros, multas e encargos legais, bem como da utilização de créditos de prejuízo fiscal, observando as obrigações impostas por cada programa, permitindo assim o encerramento de relevantes disputas judiciais (vide nota explicativa 30) com redução de débitos de natureza tributária e não tributária no total de R$ 38.136, junto a Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazendo Nacional (PGFN) e de autarquias e fundações públicas federais, conforme demonstrado a seguir:

Medida Provisória	Convertida em Lei	Programas	Débitos Existentes	Benefício de Redução	Valor a ser pago, após benefício
766	-	Instituiu o Programa de Regularização Tributária (PRT) (*)	1.660	-	1.660
783	13.496	Instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	7.259	3.285	3.974
780	13.494	Instituiu o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD)	1.076	358	718
795	13.586	Regularização de IRRF sobre remessas ao exterior para pagamento de afretamento de embarcações	28.141	26.418	1.723
			38.136	30.061	8.075

(*) Benefício de quitação de 80% dos débitos com créditos de prejuízo fiscal

A seguir está apresentada a movimentação das obrigações da companhia referentes aos programas de regularização de débitos federais:

			Consolidado			
		Pagamento				
	Adesão com benefícios	Caixa	Prejuízo Fiscal	Total	Atualização Monetária	31.12.2017
PRT						
IRPJ/CSLL	1.061	(212)	(342)	(554)	-	507
Outros tributos	599	(120)	(479)	(599)	-	-
	1.660	**(332)**	**(821)**	**(1.153)**	**-**	**507**
PERT						
IRPJ/CSLL*	3.739	(1.344)	-	(1.344)	66	2.461
Outros tributos	235	(109)	-	(109)	5	131
	3.974	**(1.453)**	**-**	**(1.453)**	**71**	**2.592**
PRD						
Participações especiais e royalties	718	(430)	-	(430)	-	288
Lei nº 13.586/17						
IRRF	1.723	-	-	-	-	1.723
Total	**8.075**	**(2.215)**	**(821)**	**(3.036)**	**71**	**5.110**
Circulante						2.891
Não Circulante						2.219

* Redução pelo reprocessamento das parcelas vincendas no valor de R$ 776 conforme Lei nº 13.496/17.

Os saldos relativos aos programas de regularização de débitos federais apresentam os prazos de vencimento a seguir:

						Consolidado	
	2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023	TOTAL
PRT	507	-	-	-	-	-	507
PERT	392	199	199	199	199	1.404	2.592
PRD	288	-	-	-	-	-	288
LEI 13.586/17	1.723	-	-	-	-	-	1.723
TOTAL	**2.910**	**199**	**199**	**199**	**199**	**1.404**	**5.110**

21.2.1. Programa de Regularização Tributária (PRT)

O PRT permitiu a inclusão de débitos de natureza tributária e não tributária, junto à RFB e PGFN, vencidos até 30 de novembro de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia incluiu neste programa processos na esfera administrativa no montante de R$ 1.660, relativos a pedidos de compensação não homologados de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e de outros tributos federais, cujas expectativas de perdas, em sua maioria, eram consideradas como prováveis.

A companhia avaliou as opções do programa e decidiu pelo pagamento dos débitos tributários no montante de R$ 1.660, sendo R$ 332 em espécie e R$ 1.328 com o benefício da utilização de créditos de prejuízo fiscal, dos quais R$ 821 já foram compensados até 31 de dezembro de 2017 e para o restante, no valor de R$ 507, tem-se a expectativa de compensação nos próximos 12 meses, tão logo seja publicada a regulamentação da consolidação do PRT pela RFB.

Com a adesão ao PRT, em maio de 2017, houve a reversão de processos judiciais provisionados no montante de R$ 1.560 e o impacto negativo no resultado foi de R$ 264, líquido de efeitos fiscais, conforme apresentado na nota 21.2.5.

21.2.2. Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

O PERT permitiu a inclusão de débitos de natureza tributária e não tributária, junto à RFB e à PGFN, vencidos até 30 de abril de 2017, constituídos ou não, em discussão administrativa ou judicial.

A companhia incluiu inicialmente neste programa o processo judicial de R$ 6.541, relacionado ao auto de infração da RFB sobre a dedutibilidade integral das obrigações assumidas pela companhia em 2008 nos Termos de Compromissos Financeiros (TCF), celebrados com a Petros e entidades representantes dos empregados, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A obrigação assumida por intermédio do TCF representou contrapartida às adesões feitas aos participantes do Plano Petros à repactuação para a alteração de benefícios do plano e ao encerramento de litígios existentes na época.

A sentença publicada em maio e confirmada em junho de 2017 reconheceu a dedutibilidade na base de cálculo IRPJ e da CSLL, porém, limitada a 20% da folha de salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes vinculados ao Plano. Após análise dos fundamentos das referidas decisões, a companhia alterou a expectativa de perda de parte deste processo para provável.

Considerando que este processo tramitava no âmbito da PGFN, não havendo assim a possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal, a companhia avaliou as demais opções do programa e decidiu pela resolução deste processo judicial de R$ 6.541, com benefício de redução de juros, multas e encargos legais, com pagamento de R$ 4.356, sendo R$ 1.344 até 31 de dezembro de 2017, e o restante em 145 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas de juros, a partir de janeiro de 2018 .

Contudo, com a adesão realizada em agosto de 2017 e posterior publicação da Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017 ampliando os percentuais de descontos, houve a necessidade de atualização do processo judicial e reprocessamento do valor das parcelas vincendas, conforme previsto na Portaria PGFN nº 1.032, de 25 de outubro de 2017, o que significou uma economia adicional de aproximadamente R$ 779 e redução das parcelas mensais, para um valor total de R$ 2.295, sujeito à atualização pela taxa SELIC.

Originalmente, o prazo de adesão ao programa encerraria em 31 de agosto de 2017. Contudo, a Medida Provisória nº 807, de 31 de outubro de 2017, prorrogou esse prazo até 14 de novembro de 2017. Desse modo, a companhia incluiu débitos administrados pela RFB que tiveram decisões desfavoráveis no período com alteração de sua expectativa de perda para provável, no montante de R$ 718, que após os benefícios de reduções serão liquidados no montante de R$ 394, cuja modalidade de adesão foi preponderantemente à vista, com pagamento de R$ 325 até janeiro de 2018 e o saldo remanescente em 141 parcelas, cujos processos são relacionados a:

- Benefício fiscal de redução integral das alíquotas do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na importação de equipamentos necessários à instalação das unidades geradoras de energia elétrica da Termorio S.A., atualmente incorporada na Petrobras, no montante de R$ 330. Após os descontos, o valor é reduzido para R$ 150.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Aproveitamento de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL da Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP), atualmente incorporada na Petrobras, no montante de R$ 120. Após os descontos, o valor é reduzido para R$ 63.

- Contribuições destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional, além de programas de integração social (PIS) e de financiamento da seguridade Social (COFINS) no montante de R$ 80. Após os descontos, o valor é reduzido para R$ 60.

- Débitos relativos a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS e IPI de controladas (BR e Transpetro) no montante de R$ 188. Após os descontos, o valor é reduzido para R$ 121.

Dessa forma, o impacto negativo no resultado de 2017 foi de R$ 5.905, conforme nota 21.2.5. Este impacto considera a adesão líquida dos efeitos fiscais no valor de R$ 3.582, reversão de processos judiciais provisionados no montante de R$ 35 e a revisão do procedimento adotado pela Petrobras para os exercícios de 2012 a 2017, que não gera efeito sobre o caixa, mas apenas sobre o saldo de prejuízo fiscal no valor de R$ 2.287, além da atualização monetária de R$71..

21.2.3. Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD)

O PRD abrange débitos de natureza não tributária junto a autarquias e fundações públicas federais, vencidos até 25 de outubro de 2017, constituídos ou não, em discussão administrativa ou judicial, incluindo débitos objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos.

A companhia incluiu neste programa débitos relativos a participações especiais e royalties incidentes sobre a produção de petróleo e gás natural, cujas expectativas de perda estavam classificadas como prováveis, em virtude de decisões judiciais ocorridas em agosto de 2017, acolhendo os argumentos da Agência Nacional de Petróleo (ANP) nos processos em discussão.

A companhia avaliou as opções do programa e decidiu pela resolução desses processos, no total de R$ 1.076, com os benefícios de redução de juros, multas e encargos legais, com pagamento de R$ 718, sendo R$ 430 pagos no quarto trimestre de 2017 e R$ 288 em janeiro de 2018, sujeito à atualização pela taxa SELIC.

Com a adesão ao PRD impacto negativo no resultado foi de R$ 519, líquido de efeitos fiscais, conforme apresentado na nota 21.2.5.

21.2.4. Programa de Parcelamento instituído pelo art. 3º da Lei nº 13.586/17

Conforme apresentado na nota explicativa 21.2, a Lei nº 13.586 de 28 de dezembro de 2017, originária da Medida Provisória (MO) nº 795/17, dispôs sobre o tratamento tributário de várias questões relevantes inerentes às atividades de exploração e produção de petróleo ou de gás natural. Adicionalmente, a Lei instituiu o programa de parcelamento por meio do pagamento do IRRF sobre remessas ao exterior referentes a contratos de afretamento de embarcações que excederam aos percentuais legais, possibilitando assim a regularização de fatos geradores ocorridos no período de 2008 a 2014.

A decisão de adesão ao programa foi baseada nos benefícios econômicos, uma vez que a manutenção das discussões implicaria em esforço financeiro para oferecimento de garantias judiciais, e a possibilidade de encerramento de discussões administrativas e judiciais de IRRF relativo aos exercícios de 2008 a 2013, no montante de R$ 28.141, além do exercício de 2014, não autuado. A companhia realizará o pagamento de R$ 1.723 em 12 parcelas de R$ 144, sendo a primeira paga em 31 de janeiro de 2018 e as demais no último dia útil dos meses subsequentes, acrescidas de juros atualizados pela taxa SELIC.

Com a adesão a esse parcelamento, o impacto negativo no resultado de 2017, inteiramente reconhecido em seu quarto trimestre, foi de R$1.137, líquido de efeitos fiscais, conforme apresentado na nota 21.2.5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.2.5. Efeitos dos programas no resultado do exercício

	Consolidado				
	PRT (*)	PERT	PRD	Lei nº 13.586/17	Total
Custo dos produtos e serviços vendidos	–	–	(412)	–	(412)
Despesa tributária	(544)	(1.169)	(80)	(1.048)	(2.841)
Resultado financeiro	(802)	(990)	(226)	(675)	(2.693)
IRPJ/CSLL - principal do auto de infração	(314)	(1.815)	–	–	(2.129)
Total da adesão com redução	(1.660)	(3.974)	(718)	(1.723)	(8.075)
Efeito de PIS/COFINS sobre valor da anistia	–	(222)	(21)	–	(243)
IRPJ/CSLL - beneficio fiscal por dedutibilidade, líquido	(164)	614	220	586	1.256
Outras despesas operacionais - reversão de provisão(*)	1.560	35	–	–	1.595
Adesão Líquida com efeitos fiscais	(264)	(3.547)	(519)	(1.137)	(5.467)
IRPJ/CSLL - reversão do prejuízo fiscal (2012 a 2017)	–	(2.287)	–	–	(2.287)
Efeito total na adesão	**(264)**	**(5.834)**	**(519)**	**(1.137)**	**(7.754)**
Atualização monetária	–	(71)	–	–	(71)
Efeito total no resultado	**(264)**	**(5.905)**	**(519)**	**(1.137)**	**(7.825)**

(*) Parte da provisão no valor de R$ 627 foi registrada em 1T-2017.

21.3. Programas de anistias estaduais

Em 2017, a Petrobras aderiu a programas de anistias estaduais para pagamento à vista de débitos de ICMS administrados pelos estados do Amazonas, Ceará, Minas Gerais e Pernambuco, com redução de 100% de multa e juros. Consequentemente, a companhia reconheceu como despesas tributárias o total de R$ 376.

21.4. Legislação Tributária

21.4.1. Federal

Em 28 de dezembro de 2017, a Medida Provisória (MP) 795 de 17 de agosto de 2017 foi convertida em Lei nº 13.586, e veio dispor sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural e instituir o regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

A aprovação do novo modelo de tributação do setor conferiu maior estabilidade e segurança jurídica às empresas, possibilitando maiores investimentos e redução de litígios. A seguir estão relacionados os principais temas abordados nessa lei:

- Dedutibilidade, para fins da determinação do lucro real (IRPJ) e da base de cálculo da CSLL, das despesas relativas à exploração e produção de petróleo e gás natural integral e imediatamente no exercício em que incorridas, e dos gastos associados à formação de ativos para o desenvolvimento da produção, por meio de exaustão acelerada, a ser apurada multiplicando-se a quota de 2,5 vezes sobre a taxa calculada pelo método das unidades produzidas, revogando-se o art. 12 do Decreto-Lei nº 62/1966, que assegurava a dedução imediata dos investimentos relacionados à exploração e produção de petróleo e gás natural;

- Previsão de exclusão, na determinação do lucro real (IRPJ) e na base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica controladora domiciliada no país, até 31/12/2019, da parcela do lucro auferido no exterior, por controlada, direta ou indireta, ou coligada, correspondente às atividades de afretamento por tempo ou casco nu, arrendamento mercantil operacional, aluguel, empréstimo de bens ou prestação de serviços diretamente relacionados às fases de exploração e de produção de petróleo e gás natural, no território brasileiro;

- Criação do Repetro-Sped com validade até 31/12/2040, aprimorando o regime especial destinado às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural, por meio de previsões constantes na Lei nº 13.586/2017 em conjunto com o Decreto nº 9.128, de 17 de agosto de 2017, cuja principal alteração foi a previsão de desoneração dos bens permanentes e não mais apenas para bens admitidos temporariamente. Além disso, o Repetro-Sped trouxe outros importantes avanços, tais como: i) possibilidade de migração dos bens amparados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

pelo antigo regime para o novo, sem o pagamento da carga tributária federal no processo de nacionalização; ii) ampliação da possibilidade de utilização do regime para os equipamentos de poços; iii) desoneração de tributos federais para insumos adquiridos pelos fornecedores nacionais, estendida inclusive aos fabricantes-intermediários; e iv) maior aderência e racionalidade em relação às operações da indústria, minimizando riscos de descumprimento do regime;

- Novas regras quanto à tributação pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre as remessas ao exterior para pagamento de afretamento de embarcações, e regularização dos fatos geradores de IRRF anteriores a 2014.

Conforme descrito na nota explicativa 21.2.4, a Lei também instituiu o programa de parcelamento de IRRF sobre remessas ao exterior para pagamento de contratos de afretamento realizadas até 2014, possibilitando a regularização de disputas judiciais entre a indústria e o fisco sobre essa matéria.

Adicionalmente, em julho de 2017 foi publicado o Decreto nº 9.101/2017 majorando as alíquotas de PIS e COFINS sobre o faturamento de gasolina e óleo diesel. Esses valores são integralmente considerados no preço de realização dos combustíveis, contribuindo para o crescimento significativo do montante destas contribuições recolhido em 2017.

Por outro lado, deve-se destacar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro de 2017, que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, por não compor faturamento ou receita bruta.

Resolução nº 703/17

A Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis (ANP) publicou em 26 de setembro de 2017 a Resolução nº 703 estabelecendo os novos critérios para a fixação do preço de referência a ser utilizado na apuração das participações governamentais, sendo o novo cálculo aplicado a partir de 1º de janeiro de 2018 de forma gradual até 2022, partindo-se de um percentual de 20% conforme as novas regras. O cálculo das participações governamentais passará a ter como base o chamado Preço de Referência do Petróleo, que leva em consideração suas diferentes características em cada área exploratória.

21.4.2. Estadual

ICMS na Extração e Taxa de Fiscalização das Atividades de Exploração de Petróleo e Gás Natural

Em 30 de dezembro de 2015, o Estado do Rio de Janeiro publicou novas Leis que instituíram tributos que elevaram, a partir de março de 2016, a carga tributária incidente sobre todo setor petrolífero, conforme destacado a seguir:

- Lei nº 7.182 - criou a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Petróleo e Gás (TFPG) que incide sobre barril de petróleo ou unidade equivalente de gás natural extraído no Estado; e

- Lei nº 7.183 - estabeleceu a cobrança de ICMS sobre as operações de circulação de petróleo, desde os poços de extração.

A companhia entende que não são juridicamente sustentáveis as obrigações decorrentes dessas leis, tendo por este motivo apoiado iniciativas da ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás - junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em ambas as ações propostas pela ABEP, a Procuradoria Geral da República manifestou-se favoravelmente, opinando pela concessão das liminares em favor da Indústria para afastar as obrigações trazidas nas leis e, ainda, pela legitimidade processual da Associação.

Como não houve decisão pelo STF dos pedidos de liminar formalizados nas referidas ações da ABEP, a companhia optou por ingressar com ações individuais no Judiciário fluminense contra as referidas leis, tendo obtido em dezembro de 2016 decisões liminares que suspenderam a exigibilidade desses tributos, as quais permanecem válidas até a presente data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

REPETRO-SPED aplicável ao ICMS

Com a instituição do REPETRO-SPED a partir da MP 795/2017, posteriormente convertida na Lei nº. 13.586, de 28 de dezembro de 2017, fez-se necessária a edição de novo Convênio pelo CONFAZ com o objetivo de autorizar os Estados a concederem os incentivos fiscais aplicáveis ao ICMS, em conformidade com o novo modelo de regime especial para as atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural aprovado no âmbito federal.

Nesse contexto, em 17 de janeiro de 2018 foi publicado o Convênio ICMS nº. 03/2018, ratificado em âmbito nacional por meio do Ato Declaratório CONFAZ nº. 03, de 1º de fevereiro de 2018, pelo qual os Estados foram autorizados a reduzir a base de cálculo do ICMS na importação ou na venda, no mercado nacional, de bens permanentes, assim como a isentar o ICMS na importação de bens temporários. Além disso, foi prevista a isenção do ICMS para a migração entre regimes de bens admitidos anteriormente a 31/12/2017, além da isenção na transferência de beneficiários.

Até o presente momento, apenas os Estados do Rio de Janeiro, através do Decreto Executivo nº. 46.233, de 5 de fevereiro de 2018, e de São Paulo, através do Decreto Executivo nº. 63.208, de 8 de fevereiro de 2018, introduziram em suas ordens normativas internas, os incentivos autorizados pelo Convênio ICMS nº. 03/2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Imobilizado									Consolidado	Controladora
	Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	Outros [1]	Empréstimos, contas a receber / pagar e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Benefícios concedidos a empregados	Outros	Total	Total
Em 1º de janeiro de 2016	**(40.310)**	**5.043**	**29.727**	**(1.366)**	**3.092**	**20.365**	**1.379**	**4.681**	**(27)**	**22.584**	**15.156**
Reconhecido no resultado do exercício	3.792	(2.161)	(1.192)	108	663	(362)	19	1.731	682	3.280	1.010
Reconhecido no patrimônio líquido [4]	-	-	(17.089)	992	-	(10)	-	3.485	-	(12.622)	(11.305)
Ajuste acumulado de conversão	-	(77)	47	-	5	(190)	-	(13)	(43)	(271)	-
Outros [2]	-	250	(47)	(28)	(84)	(119)	-	(77)	316	211	12
Em 31 de dezembro de 2016	**(36.518)**	**3.055**	**11.446**	**(294)**	**3.676**	**19.684**	**1.398**	**9.807**	**928**	**13.182**	**4.873**
Reconhecido no resultado do período [3]	1.148	(4.108)	(3.569)	(200)	3.671	888	434	-	446	(1.290)	(4.070)
Reconhecido no patrimônio líquido [4]	-	-	(2.718)	-	-	(223)	-	(892)	28	(3.805)	(2.827)
Ajuste acumulado de conversão	-	10	-	-	-	88	-	-	-	98	-
Utilização de créditos tributários	-	-	-	-	-	(873)	-	-	-	(873)	(841)
Outros	-	(598)	(51)	64	(67)	386	51	(31)	351	105	103
Em 31 de dezembro de 2017	**(35.370)**	**(1.641)**	**5.108**	**(430)**	**7.280**	**19.950**	**1.883**	**8.884**	**1.753**	**7.417**	**(2.762)**

Impostos diferidos ativos	14.038	4.873
Impostos diferidos passivos	(856)	-
Em 31 de dezembro de 2016	**13.182**	**4.873**

Impostos diferidos ativos	11.373	-
Impostos diferidos passivos	(3.956)	(2.762)
Em 31 de dezembro de 2017	**7.417**	**(2.762)**

[1] Inclui, principalmente, ajustes de perda no valor de recuperação de ativos e juros capitalizados.
[2] Inclui R$ 249 transferido para Passivos associados a ativos mantidos para venda, pela venda das controladas Liquigás, PESA e NTS.
[3] Não inclui R$ 162 referentes ao IR diferido de empresas transferidas para ativos mantidos para venda.
[4] Os valores reconhecidos como empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos, referem-se ao efeito tributário sobre a variação cambial registrada em outros resultados abrangentes (*hedge* de fluxo de caixa), conforme nota explicativa 33.2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes, suportada pelas premissas do Plano de Negócios e Gestão – 2018-2022, que tem como principais metas a reestruturação dos negócios, a continuidade do programa de desinvestimentos, a desmobilização de ativos e a redução de gastos operacionais.

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no PNG.

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos			
	Consolidado		Controladora	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
2018	2.259	(1.229)	–	–
2019	1.333	319	–	–
2020	1.313	399	–	248
2021	1.537	2.851	–	2.514
2022	1.649	80	–	–
2023 em diante	3.282	1.536	–	–
Parcela registrada contabilmente	**11.373**	**3.956**	**–**	**2.762**
País	1.691	–	–	–
Exterior	8.799	–	–	–
Parcela não registrada contabilmente	**10.490**	**–**	**–**	**–**
Total	**21.863**	**3.956**	**–**	**2.762**

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia possuía créditos tributários no exterior não registrados no montante de R$ 8.799 (R$ 8.252 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás e refino nos Estados Unidos no valor de R$ 7.837 (R$ 7.416 em 31 de dezembro de 2016) e na Espanha no valor de R$ 959 (R$ 834 em 2016).

O quadro a seguir demonstra os prazos máximos para aproveitamento dos créditos tributários não registrados no exterior:

Ano	Créditos tributários não registrados
2020	138
2021	502
2022	19
2023	183
2024	119
2025	19
2026	375
2027	430
2028	487
2029	537
2030 em diante	5.990
Total	**8.799**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.6. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (prejuízo do período) antes dos impostos	6.174	(10.703)	5.119	(15.690)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(2.099)	3.639	(1.740)	5.335
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	2.154	(391)	–	–
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior (*)	(227)	(1.089)	(227)	(1.089)
Incentivos fiscais	541	171	13	18
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(475)	(913)	–	–
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas (**)	(1.513)	(3.242)	358	(2.749)
Adesão aos programas de regularização de tributos federais (***)	(4.415)	–	(4.231)	–
Outros	237	(517)	263	(649)
Imposto de renda e contribuição social	**(5.797)**	**(2.342)**	**(5.564)**	**866**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.452)	3.280	(4.071)	1.010
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.345)	(5.622)	(1.494)	(144)
Total	**(5.797)**	**(2.342)**	**(5.565)**	**866**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	93,9%	(21,9)%	108,7%	5,5%

(*) Imposto de renda e contribuição social no país, referentes aos lucros auferidos nos períodos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.
(**) Inclui equivalência patrimonial e despesa com plano de saúde.
(***) Refere-se a "IRPJ/CSLL - principal do auto de infração" e "IRPJ/CSLL - reversão do prejuízo fiscal (2012 a 2017)", conforme nota explicativa 21.2.

22. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Passivo				
Plano de pensão Petros	35.487	35.040	33.559	33.191
Plano de pensão Petros 2	861	955	687	778
Plano de saúde AMS	35.732	36.549	32.930	33.467
Outros planos	132	124	–	–
	72.212	**72.668**	**67.176**	**67.436**
Circulante	2.791	2.672	2.657	2.533
Não Circulante	69.421	69.996	64.519	64.903
	72.212	**72.668**	**67.176**	**67.436**

22.1. Planos Petros e Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Fundação Petros possui Comitês específicos para análise e deliberação acerca do gerenciamento de riscos aos quais a Fundação está exposta e Programa de Integridade contra atos lesivos, ambos criados em 2017, com propósito de aprimorar sua governança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Petrobras Distribuidora - BR. O plano está fechado aos empregados admitidos desde setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Fundação Petros é procedida em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos do TCF, Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela companhia e a Fundação Petros para cobrir obrigações do plano, totalizavam R$ 12.307 (R$ 11.902 na Controladora). Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a companhia possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R$ 13.454, revisado e atualizado no 3° trimestre de 2017 para refletir o aumento dos compromissos assumidos no TCF.

Para o exercício de 2018, as contribuições esperadas para o plano somam R$ 728 (R$ 692 na Controladora) e o pagamento de juros sobre os TCFs, R$ 735 (R$ 710 na Controladora).

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2017, é de 12,51 anos (13,06 anos em 31 de dezembro de 2016).

Plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

Em 26 de maio de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petros aprovou as demonstrações contábeis do exercício de 2016 com um déficit acumulado de R$ 26,7 bilhões (R$ 22,6 bilhões de déficit até o exercício de 2015) para o Plano Petros Sistema Petrobras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

O déficit apurado pela Fundação Petros vem sendo calculado anualmente por atuário independente e já se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras da Petrobras, de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 19 de junho de 2017, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) publicou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Fundação Petros estabelecendo prazos para implementação do plano de equacionamento do déficit acumulado em 2015.

Em 12 de setembro de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petros aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), no valor total do déficit registrado em 2015, de R$ 22,6 bilhões. Esse montante, atualizado até dezembro de 2017 é de R$ 27,3 bilhões.

O PED foi apreciado pelo Conselho de Administração da Petrobras e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Com isso, contribuições extras por parte dos participantes e patrocinadoras começarão em março de 2018.

Conforme as Leis Complementares 108/2001 e 109/2001, bem como a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC 26/2008, o déficit deverá ser equacionado paritariamente entre as patrocinadoras (Petrobras, Petrobras Distribuidora e Fundação Petros) e os participantes e assistidos do PPSP. Sendo assim, caberá à Petrobras um valor total de R$ 12,8 bilhões e à Distribuidora, R$ 0,9 bilhão.

O desembolso pelas patrocinadoras será decrescente ao longo de 18 anos, e é estimado, no primeiro ano, em R$ 1,4 bilhão para a Petrobras e R$ 89 para a BR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As contribuições extraordinárias dos participantes durante a fase laborativa e assistida foram consideradas na avaliação atuarial de 2017 sendo redutora do valor presente da obrigação, no montante de R$ 13,7 bilhões, enquanto as contribuições extraordinárias da Patrocinadora reduzirão a obrigação atuarial no momento do desembolso, sem representar impacto no resultado.

Cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

Em 15 de fevereiro de 2018, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) autorizou a cisão do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), prevista para o dia 31 de março de 2018, com a divisão em dois planos independentes: PPSP - Repactuados (PPSP-R) e PPSP - Não Repactuados (PPSP-NR).

A cisão teve origem nos processos de repactuação das regras do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), ocorridos nos anos de 2006-2007 e 2012, quando os participantes tiveram a opção de escolher entre a alteração ou não das regras de reajuste do seu benefício. Neste processo, cerca de 75% dos participantes do plano aceitaram mudar a forma de reajuste e passaram a ter a correção de seu benefício vinculada apenas à inflação (variação do IPCA). E os demais, que não repactuaram, continuaram com o benefício atrelado aos reajustes de salário dos trabalhadores ativos da Petrobras e demais patrocinadoras do plano.

A Fundação Petros realizará estudos para avaliar possíveis impactos da cisão, especialmente, sobre o plano de equacionamento do déficit acumulado pelo PPSP em 2015 que já se encontra em andamento, com o início das cobranças previsto para março de 2018. O resultado da análise poderá acarretar, para 2019, numa revisão do plano de equacionamento.

Reconciliação entre os critérios CNPC e CVM

A reconciliação das informações financeiras do Plano Petros reconhecidas pela Fundação Petros, de acordo as regras CNPC, e pela patrocinadora Petrobras, de acordo com as regras do CPC 33, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Déficit acumulado de acordo com o CNPC - Fundação Petros	**3.998**	**26.688**
Contribuições extraordinárias (PED) dos patrocinadores	13.355	-
Ajuste no valor dos ativos do plano	12.187	11.870
Contribuições normais dos patrocinadores	9.359	10.001
Hipóteses financeiras (taxa de juros e inflação)	5.055	3.200
Metodologia de cálculo	(9.273)	(17.507)
Outros	806	788
Passivo atuarial líquido de acordo com a CVM - Patrocinadora	**35.487**	**35.040**

Os principais itens de conciliação são:

- Contribuições dos patrocinadores (normais e extraordinárias) - A Fundação Petros considera o fluxo futuro das contribuições patronais dos participantes assistidos, descontado a valor presente, enquanto a Petrobras só as considera na medida em que são realizadas.

- Ajuste no valor dos ativos do Plano - A Fundação Petros reconhece como ativo o contas a receber decorrente do TCF assinado com a Petrobras.

- Hipóteses financeiras - A principal diferença está na definição da taxa real de juros: meta atuarial para Fundação Petros (Previc) e curva futura de NTN para Petrobras (CVM), conforme detalhado na nota 5.4.

- Metodologia de cálculo - Determina como serão acumuladas as reservas necessárias ao custeio dos benefícios e a velocidade com que serão constituídas. A Petrobras utiliza o método de crédito unitário projetado, que apresenta um ritmo de capitalização mais acelerado em relação ao método utilizado na Fundação Petros, que considera o método agregado de capitalização ortodoxa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras, Petrobras Distribuidora - BR, Stratura Asfaltos, Termobahia, Termomacaé, Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. – TBG, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Biocombustível e Araucária Nitrogenados. O Plano Petros 2 está aberto para novas adesões, sem o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2017, a contribuição da companhia para parcela de contribuição definida totalizou R$ 936 (R$ 809 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras, para 2018, são de R$ 922 (R$ 793 na Controladora), referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2017, é de 43,53 anos (43,20 anos em 31 de dezembro de 2016).

22.2. Outros planos

A companhia também patrocina outros planos de pensão e saúde no país e no exterior. A maioria desses planos possui saldos de passivos atuariais superiores aos ativos garantidores e os ativos são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares que são regidas pelas regulamentações locais.

O passivo atuarial associado à subsidiária Liquigás está classificado como passivo associado a ativo mantido para venda conforme apresentado na nota explicativa 10.2.

22.3. Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Fundação Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de cinco anos, que são revisadas anualmente. O modelo de ALM – *Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2018 a 2022 são de: 45% a 75% em renda fixa, 10% a 35% em renda variável, 4% a 8% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes e 0% a 5% em investimentos estruturados. Enquanto os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 65% a 90% em renda fixa, 5% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 5% em investimentos estruturados e de 0% a 2% em investimentos no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

	Consolidado					
				2017		2016
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total(*)	%
Recebíveis	–	3.769	3.769	8	4.257	8
Renda fixa	22.107	6.626	28.733	58	23.068	46
Títulos privados	–	390	390		202	
Títulos públicos	22.107	201	22.308		19.618	
Fundos de renda fixa	–	6.005	6.005		3.213	
Outros investimentos	–	30	30		35	
Renda variável	9.518	943	10.461	21	15.179	30
Ações à vista	9.518	–	9.518		14.644	
Outros investimentos	–	943	943		535	
Investimentos Estruturados	–	1.235	1.235	2	2.381	5
Fundos de Private Equity	–	1.017	1.017		2.074	
Fundos de Venture Capital	–	47	47		51	
Fundos Imobiliários	–	171	171		256	
Imóveis	–	3.456	3.456	7	3.719	7
	31.625	**16.029**	**47.654**	**96**	**48.604**	**96**
Empréstimos a participantes	–	2.050	2.050	4	2.057	4
	31.625	**18.079**	**49.704**	**100**	**50.661**	**100**

(*) Valores reapresentados para melhor comparabilidade com o exercício atual.

Em 31 de dezembro de 2017, os investimentos incluem debêntures, no valor de R$ 105, além ações ordinárias e preferenciais, no valor de R$ 47 e de R$ 67, respectivamente, todos emitidos por empresas do Sistema Petrobras, e imóveis alugados pela companhia no valor de R$ 1.312.

Os ativos de empréstimos concedidos a participantes são avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor de mercado.

Em 2017, a companhia aprimorou o modelo de supervisão sobre a Fundação Petros com destaque para: melhorias dos controles internos quanto ao acompanhamento sobre a análise da carteira de investimentos e criação de comitês específicos com finalidade de assessoria técnica aos membros indicados pela patrocinadora aos Conselhos Deliberativos e Fiscal, em conformidade com a Resolução n°9 de 10 de maio de 2016 da CGPAR que estabelece atividades que devem ser desempenhadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da companhia sobre o Fundo de Pensão em que ela patrocina.

22.4. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras, Petrobras Distribuidora - BR, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Biocombustível, Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. – TBG e Termobahia mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes, sendo a participação financeira da companhia na proporção de 70% (setenta por cento) e os 30% (trinta por cento) restantes pelos beneficiários, nas formas previstas no acordo coletivo de trabalho.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2017, é de 22,08 anos (22,04 anos em 31 de dezembro de 2016).

Resoluções CGPAR

Em 18 de janeiro de 2018, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), através das Resoluções CGPAR n° 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

A companhia tem até 48 meses para adequação do seu plano de saúde AMS às novas regras e está avaliando os impactos que a implementação da Resolução CGPAR n° 23 poderá causar, dentre eles, uma provável redução no passivo atuarial, tendo em vista a mudança da regra de participação da empresa no custeio do plano, que passará a respeitar limite paritário, entre a companhia e os participantes.

22.5. Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de outros planos foram agregadas, uma vez que o total de ativos e obrigações destes planos não são significativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

	Consolidado									
	2017					2016				
	Planos de pensão		Plano de saúde - AMS	Outros planos	Total	Planos de pensão		Plano de saúde - AMS	Outros planos	Total
	Petros	Petros 2				Petros	Petros 2			
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	84.318	2.211	36.549	251	123.329	70.952	1.160	26.369	556	99.037
Custo dos juros:					-					
· Com termo de compromisso financeiro	1.038	-	-	-	1.038	1.506	-	-	-	1.506
· Atuarial	7.825	235	3.900	28	11.988	8.560	166	3.792	28	12.546
Custo do serviço	288	143	510	14	955	288	74	446	64	872
Contribuições de participantes	217	-	-	1	218	321	-	-	1	322
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(6.084)	(110)	(1.489)	(9)	(7.692)	(4.649)	(57)	(1.224)	(7)	(5.937)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – experiência(*)	(8.796)	195	(1.659)	21	(10.239)	(4.735)	(42)	(2.716)	5	(7.488)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses demográficas	71	(96)	(200)	(28)	(253)	260	(20)	(138)	5	107
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses financeiras	4.091	357	(1.879)	21	2.590	11.815	930	10.020	44	22.809
Outros	-	-	-	(18)	(18)	-	-	-	(445)	(445)
Obrigação atuarial no fim do exercício	**82.968**	**2.935**	**35.732**	**281**	**121.916**	**84.318**	**2.211**	**36.549**	**251**	**123.329**
Movimentação no valor justo dos ativos do plano										
Ativos do plano no início do exercício	49.278	1.256	-	127	50.661	47.767	883	-	213	48.863
Receita de juros	5.136	132	-	8	5.276	6.788	125	-	10	6.923
Contribuições pagas pela empresa	733	-	1.489	10	2.232	672	-	1.224	32	1.928
Contribuições de participantes	217	-	-	1	218	321	-	-	1	322
Termo de compromisso financeiro pago pela empresa	712	-	-	-	712	706	-	-	-	706
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(6.084)	(110)	(1.489)	(9)	(7.692)	(4.649)	(57)	(1.224)	(7)	(5.937)
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros	(2.511)	796	-	12	(1.703)	(2.327)	305	-	1	(2.021)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(123)	(123)
Ativos do plano no fim do exercício	**47.481**	**2.074**	**-**	**149**	**49.704**	**49.278**	**1.256**	**-**	**127**	**50.661**
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações	82.968	2.935	35.732	281	121.916	84.318	2.211	36.549	251	123.329
(-) Valor justo dos ativos do plano	(47.481)	(2.074)	-	(149)	(49.704)	(49.278)	(1.256)	-	(127)	(50.661)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	**35.487**	**861**	**35.732**	**132**	**72.212**	**35.040**	**955**	**36.549**	**124**	**72.668**
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo em 1º de janeiro	35.040	955	36.549	124	72.668	23.185	277	26.369	343	50.174
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.123)	(340)	(3.738)	2	(6.199)	9.667	563	7.166	53	17.449
(+) Custos incorridos no exercício	4.015	246	4.410	34	8.705	3.566	115	4.238	82	8.001
(-) Pagamento de contribuições	(733)	-	(1.489)	(10)	(2.232)	(672)	-	(1.224)	(32)	(1.928)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(712)	-	-	-	(712)	(706)	-	-	-	(706)
Outros	-	-	-	(18)	(18)	-	-	-	(322)	(322)
Saldo em 31 de dezembro	**35.487**	**861**	**35.732**	**132**	**72.212**	**35.040**	**955**	**36.549**	**124**	**72.668**

(*) Inclui efeito das contribuições extraordinárias dos participantes em função do equacionamento do déficit com o plano de pensão Petros conforme nota explicativa 22.1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Componentes do benefício definido

	Consolidado				
	Planos de pensão		Saúde	Outros	
	Petros	Petros 2	AMS	Planos	Total
					2017
Custo do serviço	288	143	510	14	955
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	3.727	103	3.900	20	7.750
Custo Líquido do exercício	**4.015**	**246**	**4.410**	**34**	**8.705**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	755	129	841	2	1.727
Diretamente no resultado	331	77	426	28	862
Relativa aos assistidos	2.929	40	3.143	4	6.116
Custo Líquido do exercício	**4.015**	**246**	**4.410**	**34**	**8.705**
					2016
Custo do serviço	288	74	446	64	872
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	3.278	41	3.792	18	7.129
Custo líquido do exercício	**3.566**	**115**	**4.238**	**82**	**8.001**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	888	61	995	5	1.949
Diretamente no resultado	446	38	539	72	1.095
Relativa aos assistidos	2.232	16	2.704	5	4.957
Custo líquido do exercício	**3.566**	**115**	**4.238**	**82**	**8.001**

c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 p.p. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(8.739)	10.741	(4.194)	5.188	5.581	(4.564)
Custo do serviço e juros	(209)	259	(200)	238	704	(564)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Principais premissas atuariais adotadas no cálculo

	2017	2016
Taxa de desconto (Real)	5,35% [1] / 5,45% [2] / 5,41% [3]	5,74% [1] / 5,69% [2] / 5,72% [3]
Inflação (IPCA)	3,96% [1] [2] [3] [4]	4,87% [1] [2] [3]
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação)	9,52% [1] / 9,63% [2] / 9,59% [3]	10,89% [1] / 10,84% [2] / 10,87% [3]
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,19% [1] [5] / 2,53% [2] [5]	1,53% [1] [5] / 2,58% [2] [5]
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	5,19% [1] [5] / 6,59% [2] [5]	6,47% [1] [5] / 7,57% [2] [5]
Taxa de rotatividade do plano de saúde	0,498% a.a [6]	0,597% a.a [6]
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	11,3% a 4,5%a.a [7]	13,91% a 4,00%a.a [7]
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [1] [3] AT-2000 Feminina suavizada em 10% [2]	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [1] [3] AT-2000 Feminina suavizada em 10% [2]
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana [1] [3] Grupo americana desagravada em 40% [2]	TASA 1927 [1] [3] / LIGHT fraca [2]
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina [1] [3] IAPB 1957 Forte [2]	AT-49 Masculina agravada em 10% [1] [3] IAPB 1957 Forte [2]
Idade de entrada na aposentadoria	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos [8]	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos [8]

[1] Plano Petros Sistema Petrobras.
[2] Plano Petros 2.
[3] Plano AMS.
[4] Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 3,96 % para 2018 e atingindo 4,50 % de 2025 em diante.
[5] Taxa de crescimento salarial apenas da patrocinadora Petrobras, baseado no plano de cargos e salários.
[6] Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.
[7] Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo. Refere-se apenas a taxa da patrocinadora Petrobras.
[8] Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e regras do plano.

e) Perfil de vencimento da obrigação

	Consolidado 2017				
	Plano de pensão		Saúde	Outros	
	Petros	Petros 2	AMS	planos	Total
Até 1 ano	4.944	105	1.334	5	6.388
De 1 a 2 anos	4.782	102	1.386	3	6.273
De 2 a 3 anos	4.637	100	1.428	4	6.169
De 3 a 4 anos	4.512	98	1.467	4	6.081
Acima de 4 anos	64.093	2.530	30.117	265	97.005
Total	**82.968**	**2.935**	**35.732**	**281**	**121.916**

22.6. Outros planos de contribuição definida

A Petrobras, por meio de suas controladas no país e no exterior, também patrocina outros planos de aposentadoria de contribuição definida aos empregados. As contribuições pagas no exercício de 2017, reconhecidas no resultado, totalizaram R$ 8.

22.7. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

O montante a ser distribuído aos empregados a título de PLR é calculado com base em seis indicadores corporativos cujas metas são definidas a cada ano pela Diretoria Executiva da companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração durante a revisão do Plano de Negócios e Gestão – PNG. Os indicadores são:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Limite de volume de petróleo e derivados vazado;
- Custo unitário de extração sem participação governamental-Brasil;
- Produção de óleo e LGN-Brasil;
- Carga fresca processada-Brasil;
- Eficiência das Operações com Navio; e
- Atendimento à programação de entrega de gás natural.

O percentual de atingimento das metas individuais deste conjunto de indicadores leva a um percentual de cumprimento global de metas, utilizado como base na definição do percentual do lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras a ser distribuído aos empregados. Entretanto, caso a empresa não tenha lucro e todas as metas sejam alcançadas, o valor a ser pago individualmente será de metade da remuneração mensal do empregado acrescido de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior, conforme acordo de metodologia para definição e pagamento de PLR no Sistema Petrobras assinado com os sindicatos e válido até março de 2019.

As empresas Liquigás, FCC e Ibiritermo possuem metodologia específica para cálculo de PLR, negociada com os seus respectivos sindicatos, por meio de convenção coletiva de trabalho, distinta do acordo de PLR das demais empresas do Sistema Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia apurou prejuízo consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras antes do provisionamento da PLR, porém, todas as metas estabelecidas pela Administração para 2017 foram alcançadas e, conforme previsto no ACT, a companhia provisionou a PLR equivalente à metade da remuneração mensal dos empregados, conforme quadro a seguir:

	2017		
	PLR	Efeito fiscal IRPJ e CSLL (34%)	Efeito Líquido
PLR estabelecida no ACT da Petrobras e Controladas	(455)	155	(300)
PLR Liquigás, FCC e Ibiritermo	(32)	11	(21)
	(487)	**166**	**(321)**

22.8. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

A companhia implementou alguns programas de incentivo ao desligamento voluntário no período de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

	Inscritos	Desligados	Desistentes	Empregados Ativos
Petrobras (PIDV 2014 e 2016)	19.499	(16.441)	(2.801)	257
Petrobras Distribuidora (PIDV BR 2014, 2015 e 2016)	2.163	(1.678)	(468)	17
Total	**21.662**	**(18.119)**	**(3.269)**	**274**

A movimentação da provisão em 31 de dezembro de 2017 está representada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Saldo inicial	2.644	777
Inscritos no PIDV da Petrobras e BR 2016	–	4.117
Revisão de provisão (desistências / atualização)	(757)	(35)
Utilização por desligamento	(1.775)	(2.215)
Saldo final	**112**	**2.644**
Circulante	112	2.644
Não circulante	–	–

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado no valor de R$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

23.2. Transações de capital

23.2.1. Gastos com emissão de ações

Custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de ações, líquidos de impostos.

23.2.2. Mudança de participação em controladas

Diferenças entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários. Em 2017 a principal mudança de participação em controlada refere-se à BR Distribuidora, com efeito de R$ 1.597, líquido de imposto de impostos, cuja operação foi relatada na nota explicativa 10.1.

23.3. Reservas de lucros

23.3.1. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

23.3.2. Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

23.3.3. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

A parcela do resultado referente à subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM) não foi destinada para reserva de incentivos fiscais em função da ausência de lucro. Entretanto, a constituição de reserva de incentivo com esta parcela ocorrerá em períodos subsequentes, conforme previsto na Lei 12.973/14, em seu capítulo I.

O montante acumulado de subvenção de investimentos proveniente dos resultados dos exercícios de 2014 a 2017, a ser utilizado para constituição de reserva de incentivo em períodos subsequentes é de R$ 129.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

23.3.4. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de prejuízos acumulados será obrigatoriamente absorvido pela reserva de retenção de lucros, no montante de R$ 436.

23.4. Outros Resultados Abrangentes

No exercício de 2017 foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, principalmente os seguintes efeitos:

- ajuste acumulado de conversão credor, no montante de R$ 1.782, decorrente da tradução das demonstrações financeiras de controladas no exterior em moeda funcional diferente do real. Adicionalmente, motivada pela venda da totalidade de sua participação na Petrobras Chile Distribución Ltda e Guarani S.A., conforme nota explicativa 10.1, a companhia transferiu o montante de R$ 116 para outras despesas líquidas, referente aos efeitos cambiais acumulados desde a data de aquisição destes investimentos até a data de sua alienação.

- ganhos atuarias com planos de benefícios definidos no montante de R$ 5.312, líquido de imposto;

- *hedge* de fluxo de caixa de exportações, aumentando o patrimônio líquido no período de R$ 5.276, líquido de impostos e do efeito de reclassificação de parte da variação cambial para resultado, totalizando em 31 de dezembro de 2017 o valor de R$ 19.843, líquido de impostos, conforme nota explicativa 33.2.

23.5. Dividendos

O Estatuto Social determina que os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da companhia. Uma vez que a companhia proponha remuneração aos acionistas, as ações preferenciais têm prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos de capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, considerando a inexistência de lucro, não foi proposto pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração.

23.6. Resultado por ação

	Consolidado e Controladora					
	2017			2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações	(254)	(192)	(446)	(8.458)	(6.366)	(14.824)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R$ por ação)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(1,14)	(1,14)	(1,14)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os resultados apurados do prejuízo básico e diluído apresentam o mesmo valor por ação em virtude da Petrobras não possuir ações potenciais.

24. Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas	362.577	357.366	306.796	296.101
Encargos de vendas (*)	(78.882)	(74.777)	(78.832)	(73.034)
Receita de vendas (**)	**283.695**	**282.589**	**227.964**	**223.067**
Diesel	79.993	88.750	62.711	74.471
Gasolina automotiva	53.534	56.540	39.052	43.540
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	12.786	10.669	11.109	8.966
Querosene de aviação (QAV)	10.003	8.931	10.426	9.288
Nafta	8.410	8.500	8.410	8.500
Óleo combustível (incluindo bunker)	4.447	4.068	4.536	3.634
Outros derivados de petróleo	12.053	11.676	10.607	10.074
Subtotal de derivados	181.226	189.134	146.851	158.473
Gás natural	16.539	13.801	15.932	13.204
Etanol, nitrogenados e renováveis	12.388	13.024	10.896	10.881
Eletricidade	11.578	6.773	11.486	6.705
Serviços e outros	2.920	2.838	3.541	4.414
Mercado interno	**224.651**	**225.570**	**188.706**	**193.677**
Exportações	41.724	28.910	39.258	29.390
Vendas no exterior (***)	17.320	28.109	–	–
Mercado externo	**59.044**	**57.019**	**39.258**	**29.390**
Receitas de vendas (**)	**283.695**	**282.589**	**227.964**	**223.067**

(*) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.
(**) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota explicativa 29.
(***) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações. Em 2016, incluía vendas da PESA.

A receita de vendas foi superior à do período de 2016, devido ao crescimento da receita no mercado externo, influenciado pelo aumento da comercialização de petróleo, em razão da sua maior disponibilização devido à retração das vendas de derivados, em decorrência da maior colocação por importadores no mercado doméstico, bem como pelos maiores preços de petróleo e de derivados, acompanhando a elevação das cotações internacionais, compensados, em parte, pela redução das receitas com atividades no exterior, devido ao desinvestimento na Petrobras Argentina S.A. (PESA) e na Petrobras Chile Distribución Ltda (PCD).

A redução da receita no mercado interno deve-se à retração do volume de vendas de derivados e redução dos preços de diesel e gasolina, em função da colocação desses produtos por importadores, compensadas, em parte, pelo maior preço médio de realização dos demais derivados, destacando os reajustes de preços do GLP e do QAV, refletindo o aumento das cotações internacionais.

Adicionalmente, contribuíram o aumento da receita de energia elétrica, pelos maiores despachos termelétricos com elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em função da piora nas condições hidrológicas e maior volume de comercialização de gás natural, para atender o aumento dos despachos termelétricos, com preços mais elevados.

No exercício de 2017, não houve clientes que representassem 10% do total de vendas da companhia isoladamente. Em 2016 dois clientes terceiros representaram aproximadamente este percentual, com receitas de R$ 30.156 e R$ 26.743, impactando principalmente o segmento de abastecimento.

Destacamos que a partir de 1º de janeiro de 2018 o reconhecimento de receitas tem como base normativa o IFRS 15, conforme nota explicativa 6.1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Outras despesas líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para acordo da ação coletiva consolidada (*Class Action*)	(11.198)	-	(9.599)	-
Plano de pensão e saúde (inativos)	(6.116)	(4.956)	(5.710)	(4.722)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(5.100)	(6.560)	(4.718)	(6.460)
(Perdas) / Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(2.835)	(4.817)	(2.159)	(2.725)
PCLD/perdas sobre outros recebíveis	(1.382)	(2.225)	(383)	(148)
Relações institucionais e projetos culturais	(828)	(879)	(654)	(775)
Participação nos lucros ou resultados	(487)	-	(393)	-
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(224)	(281)	(221)	(276)
Despesas operacionais c/ termelétricas	(214)	(337)	(292)	(332)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	(116)	(3.693)	-	-
Provisão para assunção de dívidas de fornecedores com subcontratadas	-	(333)	-	-
Subvenções e assistências governamentais	292	587	46	122
Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	698	-	698	-
Gastos (reversões) com PIDV	757	(4.082)	613	(3.647)
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	814	432	732	430
Resultado relacionado a desmantelamento de áreas	1.093	4.864	1.093	4.886
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	1.189	1.988	1.189	1.988
Contratos de *Ship/Take or Pay*	1.737	949	1.666	956
Resultado com alienações e baixas de ativos (*)	4.825	951	4.565	1.399
Outros	(875)	1.467	(1.204)	(403)
Total	**(17.970)**	**(16.925)**	**(14.731)**	**(9.707)**

(*) Inclui áreas devolvidas e projetos cancelados e o ganho no desinvestimento da NTS, no segundo trimestre de 2017, conforme nota explicativa 10.1, bem como R$ 972 de perdas de materiais decorrentes de reavaliação da carteira de projetos, reconhecidos, principalmente, no terceiro trimestre de 2017.

Outras despesas operacionais superiores ao exercício anterior, com destaque para:

- acordo para encerramento da ação coletiva consolidada (*class action)* em curso nos Estados Unidos;
- menor resultado positivo relacionado com desmantelamento de áreas;
- aumento da despesa com planos de pensão e saúde com assistidos, em função dos juros sobre um maior saldo de obrigação atuarial líquida.

Esses efeitos foram compensados por:

- reversão de parte da provisão para o PIDV, decorrente da desistência de alguns participantes no exercício de 2017, comparada à constituição de provisão no ano anterior;
- menor efeito da realização de ajustes acumulados de conversão - CTA -, decorrentes de desinvestimentos de ativos, principalmente o da PESA, no 3º trimestre de 2016 (R$ 3.627), proveniente da depreciação cambial, anteriormente reconhecida no patrimônio líquido;
- maior ganho na alienação/baixa de ativos com destaque para a venda da participação na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) – nota explicativa 10.1; e
- maior ressarcimento de recursos recuperados pela Operação Lava Jato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

26. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	Jan-Dez/2017	Jan-Dez/2016	Jan-Dez/2017	Jan-Dez/2016
Matérias-primas e produtos para revenda	(64.102)	(65.864)	(43.470)	(42.210)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(60.894)	(52.308)	(61.977)	(58.332)
Depreciação, depleção e amortização	(42.478)	(48.543)	(32.159)	(37.150)
Gastos com pessoal	(28.866)	(34.477)	(23.452)	(28.539)
Participação governamental	(25.241)	(16.688)	(25.168)	(15.888)
Provisão para acordo da ação coletiva consolidada (*Class Action*)	(11.198)	–	(9.599)	0
Tributárias (*)	(5.921)	(2.456)	(4.657)	(1.305)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(5.100)	(6.560)	(4.718)	(6.460)
Reversão/(perda) no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(3.862)	(20.297)	(3.220)	(11.119)
(Perdas)/ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(2.835)	(4.817)	(2.159)	(2.725)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.271)	(3.843)	(1.306)	(1.072)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(893)	(4.364)	(561)	(3.940)
Relações institucionais e projetos culturais	(828)	(879)	(654)	(775)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(224)	(281)	(221)	(276)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	(116)	(3.693)	–	–
Provisão para assunção de dívidas de fornecedores com subcontratadas	–	(333)	–	–
Variação dos estoques	421	(1.458)	(373)	(515)
Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	698	–	698	–
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	814	432	732	430
Resultado com alienações e baixas de ativos (**)	4.825	951	4.565	1.399
Total	**(248.071)**	**(265.478)**	**(207.699)**	**(208.477)**
Na Demonstração do Resultado				
Custo dos produtos e serviços vendidos	(192.100)	(192.611)	(156.109)	(153.725)
Despesas com vendas	(14.510)	(13.825)	(18.490)	(17.023)
Despesas gerais e administrativas	(9.314)	(11.482)	(6.465)	(8.242)
Tributárias (*)	(5.921)	(2.456)	(4.657)	(1.305)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(2.563)	(6.056)	(2.199)	(5.533)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.831)	(1.826)	(1.828)	(1.823)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(3.862)	(20.297)	(3.220)	(11.119)
Outras despesas líquidas	(17.970)	(16.925)	(14.731)	(9.707)
Total	**(248.071)**	**(265.478)**	**(207.699)**	**(208.477)**

(*) Inclui os efeitos do Programa de Regularização Tributária (PRT) e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no valor de R$ 2.568, reconhecidos, principalmente, no segundo trimestre de 2017.
(**) Inclui áreas devolvidas e projetos cancelados e o ganho no desinvestimento da NTS, conforme nota explicativa 10.1.

Custo dos produtos vendidos inferior a 2016, refletindo:

- menores gastos com importações de petróleo e derivados devido à maior participação do óleo nacional processado nas refinarias e à redução do volume de vendas de derivados no mercado interno;
- menores gastos com importações de gás natural em função da maior participação do gás nacional no *mix* das vendas;
- redução dos custos associados às atividades no exterior em função, principalmente, do desinvestimento na Petrobras Argentina S.A. (PESA) e na Petrobras Chile Distribución Ltda (PCD);
- menor depreciação influenciada pelo efeito das provisões de *impairment* de ativos, ocorridas em 2016;
- maiores gastos com participações governamentais, influenciados pelo aumento das cotações internacionais das *commodities*, bem como pelo aumento da produção do campo de Lula, que tem maior alíquota efetiva de Participação Especial; e
- maiores gastos de energia elétrica, em função do aumento do PLD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As despesas de vendas foram superiores a 2016, com destaque para aumento dos gastos logísticos pela utilização dos gasodutos, em função do pagamento de tarifas a terceiros, a partir da venda da NTS (R$ 2.082), menor provisão para créditos de liquidação duvidosa, em grande parte de recebíveis do setor elétrico e efeito do desinvestimento da PESA e da PCD.

As despesas gerais e administrativas refletem os menores gastos com pessoal, principalmente, pelo impacto dos desligamentos de funcionários (PIDV 2014 e 2016), e com serviços administrativos prestados por terceiros.

27. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesa com endividamentos	(23.570)	(26.955)	(16.619)	(20.523)
Variações cambiais e monetárias sobre endividamento líquido (*)	(13.184)	(8.971)	(8.269)	(10.550)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	1.850	1.894	638	664
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(34.904)	(34.032)	(24.250)	(30.409)
Encargos financeiros capitalizados	6.313	5.996	4.607	4.484
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	(212)	(375)	12	(66)
Resultado com títulos e valores mobiliários	76	21	1.199	1.046
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(2.432)	(2.296)	(2.365)	(2.285)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(2.011)	979	(2.076)	68
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	1.571	2.522	1.013	1.458
Resultado financeiro líquido	**(31.599)**	**(27.185)**	**(21.860)**	**(25.704)**
Receitas	3.337	3.638	2.917	2.418
Despesas	(23.612)	(24.176)	(17.521)	(18.967)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(11.324)	(6.647)	(7.256)	(9.155)
Total	**(31.599)**	**(27.185)**	**(21.860)**	**(25.704)**

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

As despesas financeiras líquidas foram superiores em 2017, principalmente por:

- maior variação cambial líquida, devido à depreciação do dólar frente libra e euro, e apreciação do dólar em relação ao real, apurados sobre a exposição cambial líquida da companhia;
- encargos decorrentes da adesão aos Programas de Regularização de Débitos Federais no período (nota explicativa 21); e
- redução nas despesas com financiamentos, em função de pré-pagamentos (nota explicativa 17).

28. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Valores pagos e recebidos durante o período				
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.729	3.297	2.640	2.828
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Aquisição de imobilizado a prazo	427	417	–	–
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	277	296	277	355
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	14.617	3.113	14.367	2.868
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	1.004	464	916	390
Pré pagamento de exportação	–	–	22.384	26.429

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

29. Informações por segmento

As informações segmentadas refletem a estrutura de avaliação da alta administração em relação ao desempenho e à alocação de recursos aos negócios.

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 31.12.2017

	E&P	Abasteci-mento	Gás & Energia	Bio-combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	25.056	41.912	5.992	213	9.795	90.878	(17.937)	155.909
Não circulante	453.344	127.015	55.391	413	10.451	30.676	(1.684)	675.606
Realizável a longo prazo	25.206	11.014	7.924	12	3.553	24.772	(1.526)	70.955
Investimentos	4.727	4.937	2.747	108	16	19	–	12.554
Imobilizado	418.421	110.488	43.767	293	6.158	5.388	(158)	584.357
Em operação	302.308	96.652	34.999	280	5.300	4.320	(158)	443.701
Em construção	116.113	13.836	8.768	13	858	1.068	–	140.656
Intangível	4.990	576	953	–	724	497	–	7.740
Ativo	**478.400**	**168.927**	**61.383**	**626**	**20.246**	**121.554**	**(19.621)**	**831.515**

Ativo Consolidado por Segmento de Negócio - 31.12.2016

	E&P	Abasteci-mento	Gás & Energia	Bio-combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	18.262	40.609	11.707	1.319	9.906	81.262	(17.158)	145.907
Não circulante	438.332	130.750	51.808	380	10.398	28.795	(1.425)	659.038
Realizável a longo prazo	24.870	10.793	6.539	12	3.314	22.285	(1.262)	66.551
Investimentos	4.722	3.597	1.520	43	47	19	–	9.948
Imobilizado	401.057	115.745	42.675	325	6.308	5.929	(163)	571.876
Em operação	295.656	101.520	38.659	315	5.389	4.798	(163)	446.174
Em construção	105.401	14.225	4.016	10	919	1.131	–	125.702
Intangível	7.683	615	1.074	–	729	562	–	10.663
Ativo	**456.594**	**171.359**	**63.515**	**1.699**	**20.304**	**110.057**	**(18.583)**	**804.945**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - 31.12.2017

	E&P	Abasteci-mento	Gás & Energia	Bio-combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	134.737	214.067	39.549	682	88.050	–	(193.390)	283.695
Intersegmentos	130.195	51.549	9.672	644	1.330	–	(193.390)	–
Terceiros	4.542	162.518	29.877	38	86.720	–	–	283.695
Custo dos produtos vendidos	(89.222)	(184.469)	(28.118)	(706)	(81.451)	–	191.866	(192.100)
Lucro bruto	45.515	29.598	11.431	(24)	6.599	–	(1.524)	91.595
Despesas	(11.969)	(11.548)	(2.158)	(72)	(4.047)	(26.408)	231	(55.971)
Vendas	(397)	(5.526)	(5.745)	(6)	(3.180)	86	258	(14.510)
Gerais e administrativas	(1.049)	(1.461)	(529)	(72)	(874)	(5.328)	(1)	(9.314)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(2.563)	–	–	–	–	–	–	(2.563)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.066)	(40)	(83)	–	(2)	(640)	–	(1.831)
Tributárias	(1.633)	(651)	(827)	(21)	(132)	(2.657)	–	(5.921)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	142	(2.297)	(1.684)	(23)	–	–	–	(3.862)
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.403)	(1.573)	6.710	50	141	(17.869)	(26)	(17.970)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	33.546	18.050	9.273	(96)	2.552	(26.408)	(1.293)	35.624
Resultado financeiro líquido	–	–	–	–	–	(31.599)	–	(31.599)
Resultado de participações em investimentos	440	1.411	374	(85)	8	1	–	2.149
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	33.986	19.461	9.647	(181)	2.560	(58.006)	(1.293)	6.174
Imposto de renda e contribuição social	(11.406)	(6.137)	(3.154)	33	(867)	15.294	440	(5.797)
Lucro líquido (prejuízo)	**22.580**	**13.324**	**6.493**	**(148)**	**1.693**	**(42.712)**	**(853)**	**377**
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	22.453	13.510	6.113	(148)	1.663	(43.184)	(853)	(446)
Acionistas não controladores	127	(186)	380	–	30	472	–	823
Lucro líquido (prejuízo)	**22.580**	**13.324**	**6.493**	**(148)**	**1.693**	**(42.712)**	**(853)**	**377**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração Consolidada do Resultado por Segmento de Negócio - 31.12.2016

	E&P	Abasteci-mento	Gás & Energia	Bio-combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	116.033	217.181	32.809	839	97.101	–	(181.374)	282.589
Intersegmentos	110.946	59.522	8.638	807	1.461	–	(181.374)	–
Terceiros	5.087	157.659	24.171	32	95.640	–	–	282.589
Custo dos produtos vendidos	(86.186)	(167.686)	(23.829)	(919)	(89.563)	–	175.572	(192.611)
Lucro bruto	29.847	49.495	8.980	(80)	7.538	–	(5.802)	89.978
Despesas	(23.086)	(18.376)	(4.894)	(212)	(7.246)	(19.357)	304	(72.867)
Vendas	(510)	(6.430)	(2.651)	(6)	(4.590)	29	333	(13.825)
Gerais e administrativas	(1.216)	(1.535)	(716)	(83)	(937)	(6.994)	(1)	(11.482)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(6.056)	–	–	–	–	–	–	(6.056)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(696)	(199)	(62)	(2)	(1)	(866)	–	(1.826)
Tributárias	(295)	(342)	(762)	(10)	(103)	(944)	–	(2.456)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(10.700)	(8.090)	(1.217)	(24)	(266)	–	–	(20.297)
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.613)	(1.780)	514	(87)	(1.349)	(10.582)	(28)	(16.925)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	6.761	31.119	4.086	(292)	292	(19.357)	(5.498)	17.111
Resultado financeiro líquido	–	–	–	–	–	(27.185)	–	(27.185)
Resultado de participações em investimentos	97	(176)	282	(862)	30	–	–	(629)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	6.858	30.943	4.368	(1.154)	322	(46.542)	(5.498)	(10.703)
Imposto de renda e contribuição social	(2.299)	(10.581)	(1.389)	99	(99)	10.058	1.869	(2.342)
Lucro líquido (prejuízo)	**4.559**	**20.362**	**2.979**	**(1.055)**	**223**	**(36.484)**	**(3.629)**	**(13.045)**
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	4.762	20.594	2.557	(1.055)	220	(38.273)	(3.629)	(14.824)
Acionistas não controladores	(203)	(232)	422	–	3	1.789	–	1.779
Lucro líquido (prejuízo)	**4.559**	**20.362**	**2.979**	**(1.055)**	**223**	**(36.484)**	**(3.629)**	**(13.045)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia apresentou um maior lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos (lucro operacional), devido às maiores exportações líquidas de petróleo e derivados a preços mais elevados, à redução dos gastos com pessoal, ao ganho com a venda da NTS e ao menor *impairment*. Por outo lado, a celebração do acordo para encerramento da *Class Action* e a adesão aos Programas de Regularização de Débitos Federais, que foram importantes para eliminar riscos e incertezas, atenuaram o aumento do lucro. A maioria dos segmentos de negócios da companhia contribuiu para o crescimento do lucro operacional no período.

O segmento de Exploração e Produção (E&P) teve crescimento do lucro bruto decorrente do aumento das cotações do *Brent* somada a uma redução dos custos com depreciação, tendo sido parcialmente compensado pelos maiores gastos com participações governamentais. Esta melhora no desempenho operacional aliada à reversão de *impairment* e aos menores gastos com ociosidade de equipamentos resultaram em crescimento significativo do lucro operacional.

As operações do segmento de Abastecimento apresentaram menor lucro bruto decorreu da redução das margens de comercialização, principalmente de diesel e gasolina, da valorização do *Brent* e de óleos nacionais, e da queda do volume de vendas de derivados no mercado interno. O lucro operacional também apresentou queda, embora tenha havido menores despesas de vendas, com PIDV e com *impairment* de ativos.

Em relação ao segmento de Gás e Energia, o maior lucro bruto decorreu do aumento das vendas de gás natural, maiores preços de venda e do aumento da participação do gás nacional no total ofertado. Estes fatores, aliados ao reconhecimento do ganho com a venda da NTS resultaram em aumento do lucro operacional, parcialmente compensado pelo maior *impairment.*

No segmento de Distribuição o decréscimo no lucro bruto refletiu a queda no volume de vendas e *market share*, em função, principalmente, do menor volume vendido às térmicas, além do maior avanço dos *players* regionais, compensado parcialmente pelo aumento nas margens de comercialização. Já o lucro operacional apresentou crescimento, refletindo, principalmente, menores perdas com créditos de liquidação duvidosa, com processos judiciais, bem como com reversão de gastos com PIDV provisionados em 2016.

30. Processos judiciais e contingências

30.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; e (iii) ações de terceirizados.

- Processos fiscais, incluindo: (i) não homologação de compensações de tributos federais; (ii) demandas relacionadas ao recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação; e (iii) aproveitamento de créditos de ICMS na importação de plataformas.

- Processos cíveis referentes a: (i) acordo em negociação para encerrar a ação coletiva consolidada perante a Corte Federal de Nova Iorque; (ii) cobrança de royalties sobre a atividade de extração de xisto; (iii) reclamação por descumprimento contratual relacionado à construção de plataforma; (iv) indenização decorrente de ação de desapropriação de área para constituição de servidão de passagem; (v) cobrança de *royalties* e participações governamentais sobre produção de gás; e (vi) multas aplicadas pela ANP relativas a sistemas de medição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
Passivo circulante e não circulante	**31.12.2017**	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**
Processos trabalhistas	4.513	3.995	4.020	3.594
Processos fiscais	4.065	4.981	2.581	3.241
Processos cíveis	14.362	1.873	12.190	1.377
Processos ambientais	300	194	286	179
Outros processos	1	9	–	–
Total	**23.241**	**11.052**	**19.077**	**8.391**
Passivo circulante	7.463	–	6.397	–
Passivo não circulante	15.778	11.052	12.680	8.391

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**
Saldo inicial	11.052	8.776	8.391	7.282
Adição, líquido de reversão	12.726	3.462	10.982	1.630
Utilização	(1.448)	(2.213)	(1.072)	(1.615)
Atualização de juros	909	1.211	776	1.094
Outros	2	(184)	–	–
Saldo final	**23.241**	**11.052**	**19.077**	**8.391**

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

No exercício de 2017, as principais movimentações na provisão para processos judiciais ocorreram principalmente pelo acordo da ação coletiva provisionado no quarto trimestre e por decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à companhia, que resultaram na alteração da expectativa de perda para provável, bem como pela atualização monetária do saldo provisionado, conforme apresentado a seguir:

30.1.2. Processos trabalhistas

A provisão para processos trabalhistas aumentou R$ 518 em função de análise de decisões ocorridas no período sobre diversas reclamações trabalhistas, além de atualização monetária do saldo provisionado, compensado parcialmente pela reversão de provisão da ação coletiva do SINDIPETRO/NF sobre diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados, em virtude de êxito na ação rescisória no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

30.1.3. Processos fiscais

A provisão para processos fiscais reduziu R$ 916, principalmente refletindo a reversão da provisão, constituída em 2016, para processos judiciais e administrativos relacionados a não homologação de compensações de tributos federais, em virtude da adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT), conforme nota explicativa 21.2.1.

Adicionalmente, de janeiro a setembro de 2017, ocorreram provisões que foram integralmente constituídas, em virtude de decisões desfavoráveis, e revertidas devido à adesão a programas de regularização de tributos, conforme os principais processos a seguir:

- não homologação de compensações de tributos federais, conforme nota explicativa 21.2.1 de adesão ao PRT;
- dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos ao Plano Petros, benefício fiscal de redução de alíquotas de II e IPI na importação de equipamentos e aproveitamento de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL, conforme nota explicativa 21.2.2 de adesão ao PERT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

30.1.4. Processos cíveis

A provisão para processos cíveis aumentou R$ 12.489 principalmente em função da assinatura do Acordo da Ação Coletiva pela Petrobras (juntamente com sua subsidiária PGF) no montante de R$ 11.198, conforme nota explicativa 30.4.1, análise de decisões ocorridas no período a respeito da cobrança de *royalties* e participações governamentais sobre produção de gás no campo de Urucu, de multas aplicadas pela ANP relativas a sistemas de medição e de diversos outros processos, bem como pela atualização monetária do saldo provisionado.

Adicionalmente, em 2017, ocorreram provisões que foram integralmente constituídas, em virtude de acordos realizados e decisões desfavoráveis, revertidas devido ao pagamento e adesão a programas de regularização de tributos, além de cumprimento de pagamento por decisão arbitral desfavorável, conforme a seguir:

- ações individuais propostas perante a corte federal de Nova Iorque, conforme nota explicativa 30.4.1;
- diferença de participação especial e *royalties* incidentes sobre a produção de petróleo e gás, conforme nota explicativa 21.2.3 de adesão ao PRD; e
- decisão arbitral proferida pela Câmara de Comércio Internacional contra a PNBV no montante de R$ 425, relativa à construção da plataforma P-62.

30.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
Ativo não circulante	**31.12.2017**	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**
Fiscais	10.922	5.875	10.052	5.013
Cíveis	2.947	3.588	2.842	3.483
Trabalhistas	3.998	3.277	3.637	2.989
Ambientais	581	275	554	250
Outros	17	17	–	–
Total	**18.465**	**13.032**	**17.085**	**11.735**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	**31.12.2016**	**31.12.2017**	**31.12.2016**
Saldo inicial	13.032	9.758	11.735	8.590
Adição, líquido de reversão	5.155	3.232	5.044	2.946
Utilização	(441)	(499)	(343)	(389)
Atualização de juros	721	635	649	588
Outros	(2)	(94)	–	–
Saldo final	**18.465**	**13.032**	**17.085**	**11.735**

Em 2017, a companhia realizou depósitos judiciais no montante de R$ 5.155 decorrentes, em grande parte, da decisão desfavorável proferida pelo Tribunal Regional Federal do RJ em outubro de 2017, ao entender que as remessas para pagamento de afretamento, no período de 1999 a 2002, estariam sujeitas ao IRRF, conforme nota explicativa 30.3.

30.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado	
Natureza	**31.12.2017**	**31.12.2016**
Fiscais	129.466	155.882
Trabalhistas	23.825	23.547
Cíveis - Gerais	31.825	29.491
Cíveis - Ambientais	7.787	7.079
Outras	–	4
Total	**192.903**	**216.003**

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	**Estimativa**	
	31.12.2017	**31.12.2016**
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil		
1) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e PIS/COFINS-importação sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações.		
Situação atual: Em outubro de 2017, o Tribunal Regional Federal do RJ proferiu decisão desfavorável à companhia ao entender que as remessas para pagamento de afretamento, no período de 1999 a 2002, estariam sujeitas ao IRRF, cujo débito atualizado em setembro de 2017 é de R$ 8,8 bilhões. A discussão jurídica trata da legalidade de ato normativo da Receita Federal que garante alíquota zero para as referidas remessas. A companhia ratifica a classificação da perda como possível em virtude de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia nos Tribunais Superiores e buscará assegurar a defesa de seus direitos. A companhia aderiu ao programa de pagamento e parcelamento instituído pela Lei nº 13.586/17, possibilitando o encerramento de discussões administrativas e judiciais de IRRF relativo aos exercícios de 2008 a 2013, incluindo a autuação fiscal recebida pela companhia no dia 2 de janeiro de 2018 relativo ao exercício de 2013, conforme nota explicativa 21.2.4. Os demais processos envolvendo CIDE e PIS/COFINS encontram-se em fase administrativa e judicial diversas e são classificados como possível em função de haver previsão legal em linha com o entendimento da Companhia, incluindo a autuação fiscal recebida pela companhia no dia 2 de janeiro de 2018.	43.141	50.446
2) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL.		
Situação atual: Em 2017, a companhia recebeu novo auto de infração relacionado à não adição de lucro de controladas no exterior, que somado às demais questões deste assunto, envolvem processos em fase administrativa e judicial diversas, permanecendo como perda possível face ao fato de haver manifestações favoráveis ao entendimento da Companhia nos Tribunais Superiores.	13.191	10.088
3) Pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	11.977	11.000
4) Incidência da contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente a empregados.		
Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa, incluindo novo auto de infração recebido pela companhia.	5.097	3.431
5) Cobrança da CIDE-Combustível em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo.		
Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial em fases distintas.	2.224	2.137
6) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos como incentivo à repactuação do Plano Petros (ativos e inativos) e serviço passado.		
Situação atual: A sentença publicada em maio e confirmada em junho de 2017 reconheceu a dedutibilidade na base de cálculo IRPJ e da CSLL, porém, limitada a 20% da folha de salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes vinculados ao Plano. Após análise dos fundamentos das referidas decisões, a companhia alterou a expectativa de perda deste processo para provável. As demais questões remanescentes deste item, cujo fundamento jurídico é distinto, permanecem como expectativa de perda possível e encontram-se em fase administrativa e judicial diversas.	2.028	7.675
7) Dedução imediata da base de cálculo do IRPJ e CSLL de gastos com desenvolvimento da produção de petróleo.		
Situação atual: Revisão da expectativa de perda para remota, em virtude do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ter proferido por unanimidade, decisões favoráveis à companhia em processo administrativo.	–	20.549
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de SP.		
8) Cobrança de ICMS por falta de emissão de nota fiscal na movimentação da sonda para o bloco exploratório e no retorno desta embarcação, bem como cobrança decorrente do desenquadramento da admissão temporária pelo fato de o desembaraço aduaneiro da importação da sonda ter sido realizado no Estado do RJ e não no Estado de SP.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase judicial. Em relação ao processo de falta de emissão de nota fiscal na movimentação da sonda, houve decisão definitiva favorável à companhia, motivo pelo qual o valor deste item foi reduzido.	2.518	5.551
9) Aplicação de diferimento de ICMS nas operações de venda de Biodiesel B100, bem como uso da alíquota de 7% em operações interestaduais de venda de Biodiesel B100 com os Estados do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e com o Estado do ES.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa.	2.933	2.718
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, BA e AL.		
10) Exigência de ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN e C5+ com emissão de documento fiscal não aceito pela fiscalização, bem como questionamento do direito ao aproveitamento do crédito.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	4.519	4.412
Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Linhares, Vila Velha e Vitória.		
11) Cobrança do imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN), em favor de alguns municípios do Estado do ES sob o argumento de que o serviço fora executado em seus "respectivos territórios marítimos".		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	4.050	3.642

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, SP, PR, RO e MG.		
12) Cobrança de diferenças de alíquotas de ICMS decorrente de vendas de QAV para empresas aéreas no mercado interno e outros questionamentos decorrentes da utilização de benefício fiscal de ICMS.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial.	3.595	4.189
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do PR, AM, BA, ES, PA, PE e PB.		
13) Incidência de ICMS sobre diferenças no controle de estoques físico e fiscal.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	3.227	2.739
Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do RJ, SP, ES, BA, PE, MG, RS, AL e SE.		
14) Apropriação de crédito de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado.		
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.	3.287	1.598
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, RN, AL, AM, PA, BA, GO, MA, SP e PE.		
15) Crédito de ICMS não estornado em razão de saídas isentas ou não tributadas promovidas por terceiros em operações subsequentes.		
Situação atual: A questão envolve processos que se encontram na esfera administrativa e judicial diversas.	3.404	2.459
Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC.		
16) Cobrança do ICMS referente à importação de gás natural proveniente da Bolívia, sob a alegação de serem esses Estados os destinatários finais (consumidores) do gás importado.		
Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no Supremo Tribunal Federal.	2.817	2.696
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de SP, CE, PB, RJ, BA e PA e AL.		
17) Cobrança e creditamento de ICMS em operações de consumo interno de óleo bunker e óleo diesel marítimo destinados a embarcações afretadas.		
Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados, sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa e outras na esfera judicial.	1.912	1.846
Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do AM, BA, RS e RJ.		
18) Cobrança de ICMS pelos Estados em razão de controvérsia quanto à formação da base de cálculo nas operações interestaduais e internas de transferências entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte.		
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa e outros na esfera judicial.	1.481	1.143
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do RJ, SP, SE e BA.		
19) Aproveitamento de créditos de ICMS na aquisição de brocas e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.		
Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.	1.696	1.321
Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de MG, MT, GO, RJ, PA, CE, BA, PR, SE, AL, RN, SP e PR.		
20) Apropriação de crédito de ICMS sobre a aquisição de mercadorias (produtos em geral) que, no entendimento da fiscalização, se enquadrariam no conceito de material de uso e consumo, sendo indevido o creditamento do imposto.		
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	941	1.111
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de PE.		
21) Cobrança de ICMS sobre as vendas interestaduais de gás natural com destino às distribuidoras localizadas em seu Estado. A fiscalização entende que as operações seriam de transferência, uma vez que as atividades realizadas no city-gate são de industrialização, caracterizando-o como um estabelecimento e consequentemente exigindo a diferença entre o imposto incidente na operação de venda e de transferência.		
Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.	1.108	1.018
22) Processos diversos de natureza fiscal	14.320	14.113
Total de processos de natureza fiscal	**129.466**	**155.882**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa	
	31.12.2017	31.12.2016
Autor: SINDIPETRO dos Estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PE, PB, SE, AL, RN, CE, PI, PR, SC e RS.		
1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).		
Situação atual: Aguarda-se julgamento de incidente de recurso repetitivo pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, o qual determinou a suspensão do julgamento do dissídio coletivo de natureza jurídica, instaurado pela Companhia, até o julgamento do mencionado incidente. Diante do precedente desfavorável na Seção de Dissídios Individuais e de decisão favorável na Seção de Dissídios Coletivos, ambos no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, a Companhia entende que a melhor expectativa para as demandas é de perda possível.	14.940	14.286
Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF.		
2) O Autor objetiva a condenação da companhia a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a companhia seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobreaviso e o intervalo interjornada de 11 horas, sob pena de multa diária.		
Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho para julgamento do recurso de revista do reclamante.	1.286	1.203
Autor: SINDIPETROS dos Estados do ES, RJ, MG, BA, SP, PR, CE, PI, SC, AL, SE e RS.		
3) Ações coletivas que objetivam diferenças salariais decorrentes de pretendida alteração do critério de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados, considerando proporção superior à instituída pela Lei nº 605/49, que é de 1/6.		
Situação atual: O Tribunal Superior do Trabalho (TST) uniformizou, em todas as suas turmas, entendimento acerca dos reflexos do Repouso Semanal Remunerado em sentido favorável à tese da companhia, sendo que há processos individuais e coletivos julgados favoravelmente aos autores antes da referida uniformização, cuja estimativa é retratada neste item. Todavia, duas dessas ações coletivas (SINDIPETRO/MG e SINDIPETRO/NF) tiveram suas decisões rescindidas pelo TST, por força de ações rescisórias propostas pela companhia, em sessões de julgamento em 26/09/2017 e 20/02/2018, respectivamente, razão pela qual, diante da remota possibilidade de reversão das decisões do TST firmadas nas rescisórias, as expectativas de perdas dessas duas ações coletivas foram alteradas de possível para remota.	403	1.016
4) Processos diversos de natureza Trabalhista	7.196	7.042
Total de processos de natureza trabalhista	**23.825**	**23.547**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	
	31.12.2017	31.12.2016
Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP.		
1) Processos que discutem a determinação da ANP de: unificar os campos de Lula e Cernambi no Consórcio BM-S-11, unificar os Campos de Baúna e Piracaba, unificar os Campos de Tartaruga Verde e Mestiça; e unificar os Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, gerando assim impactos no recolhimento das participações especiais (PE).		
Situação atual: A lista envolve processos judiciais e arbitrais. No caso dos campos de Lula/Cernambi e Baúna/Piracaba, os valores das supostas diferenças de participações especiais foram depositados judicialmente, porém com a cassação da liminar favorável, atualmente as diferenças têm sido pagas diretamente para a ANP até que seja reformada a decisão judicial correspondente. No caso da unificação dos Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, o STJ concluiu seu julgamento no sentido de que é o tribunal arbitral quem deve avaliar se o caso é arbitrável, ou não. No processo referente à unificação de Tartaruga Verde e Mestiça, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região entendeu pela competência do Tribunal Arbitral, autorizando o prosseguimento da arbitragem. Desse modo, atualmente, estão suspensas as arbitragens de Lula e Cernambi e Baúna e Piracaba, ao passo que o Poder Judiciário declarou a inexistência de óbice ao prosseguimento das arbitragens relativas ao Parque das Baleias e aos Campos de Tartaruga Verde e Mestiça. A alteração de valor se refere a atualização monetária e ao acréscimo das participações governamentais dos Campos do Parque das Baleias, cuja cobrança está suspensa por força de decisão arbitral/judicial.	8.711	6.493
2) Processos administrativos que discutem diferença de participação especial e royalties em vários campos, destacando a divergência na interpretação da aplicação dos preços do petróleo utilizados para o cálculo das participações governamentais no campo de Lula. A linha também inclui discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades no cumprimento de normas aplicáveis à indústria do petróleo.		
Situação atual: Em agosto de 2017, a companhia obteve decisão judicial desfavorável em um dos processos de multa ANP, o que motivou a alteração da expectativa de perda para provável de parte dos processos relativos ao item. Em contrapartida, um processo envolvendo campo de Lula foi transferido para perda remota em virtude de decisão favorável na esfera administrativa. As demais questões remanescentes envolvem processos em fase administrativa e judicial em diversas fases.	5.410	5.437
Autor: Diversos autores no país e EIG Management Company nos Estados Unidos.		
3) Arbitragens no país e ação judicial nos Estados Unidos relativos à Sete Brasil Participações S.A. ("Sete")		
Situação atual: As arbitragens estão em diversos estágios, sem que tenha sido proferida sentença em qualquer delas. A ação judicial proposta pela EIG e afiliadas alega que a Companhia teria praticado fraude ao induzir os autores a investir na "Sete", através de comunicações que teriam deixado de revelar o suposto esquema de corrupção envolvendo a Petrobras e a "Sete". A Corte Distrital de Colúmbia, EUA, acolheu em parte a defesa preliminar da Petrobras (motion to dismiss). A Petrobras recorreu da parte em que foi vencida na decisão e, o processo atualmente está suspenso em primeira instância, em virtude da interposição do recurso. No dia 30 de outubro, a Petrobras apresentou uma resposta às contrarrazões da EIG ao recurso.	7.036	5.358
Autor: Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.		
4) Ação de indenização na qual busca ressarcimento pelos danos causados por uma suposta conduta anticoncorrencial na venda de gasolina, diesel e GLP no mercado interno.		
Situação atual: A questão envolve processo em fase judicial. Em julgamento recente o Poder Judiciário reconheceu a inexistência de direito à indenização por parte da Refinaria de Manguinhos. A decisão do Poder Judiciário acompanha o entendimento anteriormente manifestado pelo CADE, refletindo na expectativa do processo que foi alterada para remota.	-	1.875
Autor: Vantage Deepwater Company e Vantage Deepwater Drilling Inc.		
5) Arbitragem nos Estados Unidos sobre rescisão unilateral de contrato de prestação de serviço de perfuração vinculado ao navio-sonda Titanium Explorer.		
Situação atual: Foram realizadas audiências para oitiva de testemunhas e alegações finais das partes. A decisão do tribunal arbitral é esperada para o primeiro trimestre de 2018.	1.323	1.304
6) Processos diversos de natureza cível	9.345	9.024
Total de processos de natureza cível	**31.825**	**29.491**

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa	
	31.12.2017	31.12.2016
Autor: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná, AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, IAP - Instituto Ambiental do Paraná e IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.		
1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnia e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16 de julho de 2000.		
Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a companhia, ré, interpuseram recursos de apelação.	3.115	2.786
Autor: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Ministério Público Federal.		
2) Processos administrativos decorrentes de multas ambientais relacionadas a operação de exploração e produção (upstream) impugnadas em virtude de divergência quanto à interpretação e aplicação de normas pelo IBAMA, bem como uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal por suposto dano ambiental em virtude do afundamento acidental da Plataforma P-36.		
Situação atual: Quanto às multas, algumas aguardam julgamento de defesa e recurso na esfera administrativa e outras já estão sendo discutidas judicialmente. E no que toca à ação civil pública, a companhia recorreu da sentença que lhe foi desfavorável no juízo de primeiro grau e acompanha o trâmite do recurso em julgamento pelo Tribunal Regional Federal.	1.469	1.439
3) Processos diversos de natureza ambiental	3.203	2.854
Total de processos de natureza ambiental	**7.787**	**7.079**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

30.4. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

30.4.1. Ação coletiva nos Estados Unidos e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class actions*) foram propostas contra a companhia, Petrobras International Finance Company S.A. ("PifCo"), Petrobras Global Finance BV ("PGF," e coletivamente com a Companhia e PifCo, a "Petrobras"), certos subscritores de ofertas públicas de títulos de dívida feitas pelos Réus da Petrobras (os "Subscritores"), entre outros réus (os "Réus"), perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos (United States District Court for the Southern District of New York, "SDNY" ou a "Corte Distrital"). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015 ("Ação Coletiva Consolidada" ou "Ação Coletiva"). A Corte designou um autor líder, Universities Superannuation Scheme Limited ("USS"), em 4 de março de 2015.

Em resumo, na Ação Coletiva Consolidada, foram apresentados pedidos com base no United States Securities Exchange Act de 1934 (o "Exchange Act") e no United States Securities Act de 1933 (o "Securities Act"), sob a alegação de que a companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na United States Securities and Exchange Commission (a "SEC"), teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações financeiras e as políticas anticorrupção, em função de denúncias de corrupção com relação a determinados contratos, o que teria supostamente elevado de maneira artificial o preço dos valores mobiliários da Petrobras.

Adicionalmente à Ação Coletiva Consolidada, trinta e três ações foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte, e uma ação foi proposta na Corte Federal para o Distrito Leste da Pennsylvania, nos Estados Unidos (United States District Court for the Eastern District of Pennsylvania, coletivamente as "Ações Individuais"), com alegações similares àquelas apresentadas na Ação Coletiva Consolidada.

Entre agosto de 2015 e Dezembro de 2015, a companhia e determinados réus apresentaram *Motion to Dismiss* requerendo a extinção sumária de pedidos feitos na Ação Coletiva Consolidada e em determinadas Ações Individuais. Alguns pedidos foram extintos de forma definitiva, e outros foram extintos, mas com permissão para que fossem formulados novamente. Portanto, as ações continuaram contra a companhia e outros réus em relação a determinados pedidos. Após a fase de *Motion to Dimiss*, a petição inicial que passou a ser considerada para fins de julgamento, na Ação Coletiva Consolidada, foi a quarta petição consolidada, apresentada em 30 de novembro de 2015 pelos autores USS, Employees' Retirement System of the State of Hawaii ("Hawaii"), North Carolina Department of State Treasurer ("North Carolina", coletivamente "Autores Principais"), e um outro autor cujos pedidos foram posteriormente extintos.

O Juiz determinou que a audiência de julgamento da Ação Coletiva e das Ações Individuais começaria no dia 19 de setembro de 2016, tendo determinado, também, que quaisquer Ações Individuais apresentadas perante a Corte Distrital após 31 de dezembro de 2015 seriam suspensas para todos os efeitos até o encerramento do julgamento das ações consolidadas. Seis das Ações Individuais foram suspensas como resultado desta decisão.

Em 2 de fevereiro de 2016, o Juiz acolheu o pedido dos Autores Principais para certificação de classe, certificando uma classe de investidores cujos pleitos se baseiam no Securities Act representada por Hawaii e North Carolina (a "Classe do Securities Act"), e uma classe dos investidores cujos pleitos se baseiam no Exchange Act, representada por USS (a "Classe do Exchange Act"). A Classe do Securities Act foi definida, em grande parte, como todos os adquirentes de valores mobiliários emitidos por Petrobras, PifCo e/ou PGF, em transações nos Estados Unidos, diretamente em, nos termos de e/ou rastreáveis a ofertas públicas de 15 de maio de 2013 e 11 de março de 2014, e que sofreram prejuízos. A Classe do Exchange Act foi definida, em grande parte, como todos os adquirentes de valores mobiliários da Petrobras, da PifCo e/ou da PGF, entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Securities Exchange) ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos, e que sofreram prejuízos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 15 de junho de 2016, a Corte Federal de Apelações (United States Court of Appeals for the Second Circuit, a "Corte de Apelações") admitiu recurso da Petrobras e (outros réus) contra a decisão da Corte Distrital que certificou as classes da Ação Coletiva. A Petrobras (e outros réus) requereram ao Juiz que suspendesse os processos perante a Corte Distrital. Em 24 de junho de 2016, o Juiz negou o pedido de suspensão, e, em 27 de junho de 2016, as partes apresentaram seus pedidos de julgamento sumário da causa. A Petrobras (e outros réus), então, solicitaram à Corte de Apelações a suspensão de todos os processos. Em 2 de agosto de 2016, a Corte de Apelações acolheu o pedido de suspensão de todos os processos perante a Corte Distrital, enquanto o recurso estivesse pendente de julgamento.

Entre 21 de outubro de 2016 e 13 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou acordos para encerrar vinte e uma Ações Individuais (as "Ações Individuais Encerradas"), deixando treze Ações Individuais pendentes (seis das quais estavam suspensas desde o ajuizamento) (as "Ações Individuais Pendentes"). Os termos dos acordos das Ações Individuais Encerradas são sigilosos e a Petrobras nega todas as alegações de prática de atos contrários à legislação. Os acordos têm por objetivo eliminar incertezas, ônus e custos associados à continuidade dessas disputas.

Para refletir os acordos celebrados nas Ações Individuais Encerradas, assim como as negociações em estágio avançado com outros autores de ações individuais, a companhia reconheceu R$ 1.476 no resultado (R$ 261 em 2017 e RS 1.215 em 2016).

Em 7 de julho de 2017, a Corte de Apelações anulou, em parte, a decisão de certificação de classes da Ação Coletiva e determinou que a Corte Distrital reavaliasse o tema.

A Corte de Apelações acolheu parcialmente o recurso da Petrobras (e outros réus), ao rejeitar alguns aspectos da decisão da Corte Distrital e confirmar outros. Dentre outras questões, a Corte de Apelações entendeu que o Juiz deveria ter considerado a necessidade de prova de localização das transações nos Estados Unidos através de evidências comuns aos membros da classe e, caso negativo, se questões coletivas prevaleceriam sobre questões individuais. O efeito da decisão da Corte de Apelações é a anulação das classes certificadas pela Corte Distrital, enquanto pendente a reavaliação do tema em primeira instância.

Em 21 de julho de 2017, a Petrobras (e outros réus) interpuseram recurso para o órgão colegiado superior da Corte de Apelações, impugnando os aspectos da decisão da Corte de Apelações que confirmaram a decisão da Corte Distrital, o qual foi rejeitado em 24 de agosto de 2017.

Em 1º de novembro de 2017, a Petrobras (e outros réus) apresentaram recurso à Suprema Corte contra a decisão da Corte de Apelações referente à certificação de classe. Em 3 de novembro de 2017, a Corte de Apelações acatou o pedido de suspensão do processo apresentado pela Petrobras em 30 de agosto de 2017.

Ao final de dezembro de 2017, a companhia assinou um acordo para encerrar a Ação Coletiva Consolidada, ainda sujeito à aprovação judicial (o "Acordo da Ação Coletiva").

O Acordo da Ação Coletiva tem por objetivo encerrar todas as demandas atualmente em curso e que poderiam ser propostas por adquirentes de valores mobiliários da Petrobras nos Estados Unidos ou por adquirentes de valores mobiliários da Petrobras listados para transações ou que foram liquidados por meio da Depository Trust Company nos Estados Unidos, inclusive as Ações Individuais Pendentes. Nos termos do Acordo da Ação Coletiva, para fins do acordo apenas, as partes concordaram com a certificação de uma nova classe definida como todos os indivíduos que (i) durante o período entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015 (o "Período da Classe") adquiriram valores mobiliários da Petrobras, incluindo valores emitidos por PifCo e/ou PGF, na Bolsa de Valores de Nova Iorque ou nos termos de outras Transações Cobertas; e/ou (ii) adquiriram valores mobiliários emitidos por Petrobras, PifCo e/ou PGF em Transações Cobertas, diretamente em, nos termos de e/ou rastreáveis à oferta pública de 13 de maio de 2013 registrada nos Estados Unidos e/ou à oferta pública de 10 de março de 2014 registrada nos Estados Unidos, antes que a Petrobras tornasse disponível aos detentores de seus valores mobiliários uma declaração financeira cobrindo um período de pelo menos doze meses a partir da data efetiva das ofertas (11 de agosto de 2014 para a oferta pública de 13 de maio de 2013, e 15 de maio de 2015 para a oferta pública de 10 de março de 2014).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Transações Cobertas foram definidas como (i) qualquer transação relacionada a valores mobiliários da Petrobras listados para transações na Bolsa de Valores de Nova Iorque; (ii) qualquer transação relacionada a valores mobiliários da Petrobras que foram liquidados por meio do sistema de registro da Depository Trust Company; ou (iii) qualquer transação relacionada a valores mobiliários da Petrobras que de outra forma se qualifique como "doméstica" nos termos da decisão da Suprema Corte em Morrison v. National Australia Bank, 561 U.S. 247 (2010). Aquisições de valores mobiliários da Petrobras na B3 estão excluídas da definição de Transações Cobertas.

Caso seja aprovado, o Acordo da Ação Coletiva elimina o risco de um julgamento desfavorável, que, conforme anteriormente reportado pela Petrobras, poderia causar um efeito material adverso à companhia e a sua situação financeira, bem como elimina incertezas, ônus e custos associados à continuidade dessa disputa.

No Acordo da Ação Coletiva, a Petrobras (juntamente com sua subsidiária PGF) concordou em pagar US$ 2.950 milhões (R$ 9.759), em duas parcelas de US$ 983 milhões (R$ 3.252) e uma última parcela de US$ 983 milhões (R$ 3.255). A primeira parcela do acordo foi paga em 1º de março de 2018. A segunda parcela será paga em até dez dias da aprovação final do Acordo da Ação Coletiva. A terceira parcela será paga (i) em até seis meses da aprovação final, ou (ii) em 15 de janeiro de 2019, o que acontecer por último. Desta forma, a companhia reconheceu no resultado do quarto trimestre de 2017, em outras despesas líquidas, o valor de R$ 11.198 considerando impostos (*gross up*) da parcela referente à Petrobras.

Em 16 de janeiro de 2018, a Suprema Corte dos Estados Unidos acolheu um pedido consensual das partes para postergar a análise do recurso da Petrobras enquanto estiver pendente a aprovação final do Acordo da Ação Coletiva.

O Acordo da Ação Coletiva foi apresentado à Corte Distrital para aprovação preliminar. Em 23 de fevereiro de 2018, foi realizada audiência perante a Corte Distrital, tendo o juiz decidido favoravelmente à aprovação preliminar no dia 28 de fevereiro de 2018. Os potenciais membros da classe serão notificados e terão a oportunidade de aderir ou não ao acordo e apresentar eventuais objeções que serão apreciadas pela Corte Distrital.

Após a notificação e o período para objeções, a Corte Distrital conduzirá uma audiência, em 4 de junho de 2018, para decidir sobre a aprovação final do Acordo da Ação Coletiva. Caso a aprovação final não seja concedida pela Corte Distrital, ou se o acordo não se tornar final por outras razões, a companhia retornará à posição em que estava antes do Acordo da Ação Coletiva e, dependendo do resultado da disputa subsequente, a companhia pode ser obrigada a pagar quantias substanciais, que podem ter um efeito material adverso à sua condição financeira, seus resultados operacionais consolidados ou seu caixa consolidado para um período de declaração específico.

Algumas pessoas físicas estão buscando medidas no Brasil contra a Petrobras para anular e/ou suspender o Acordo da Ação Coletiva. Até o momento, nenhuma medida adversa foi tomada contra o referido acordo.

Se o Acordo da Ação Coletiva for aprovado de forma definitiva, os autores das Ações Individuais Pendentes serão elegíveis a participar do acordo. Estes autores também terão a opção de não aderir ao Acordo da Ação Coletiva e, se o fizerem, tais ações continuarão.

As Ações Individuais Pendentes envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, o cronograma definido pela corte, o tempo das decisões judiciais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes, a decisão da corte em questões chave, e análises de peritos. Ressalvado o disposto acima, a companhia não é capaz de determinar neste momento se os autores das Ações Individuais Pendentes vão decidir participar do Acordo da Ação Coletiva ou de fazer uma estimativa confiável de eventuais perdas, se houver, com as Ações Individuais Pendentes se os autores decidirem não aderir ao Acordo da Ação Coletiva.

A companhia pretende se defender firmemente nessas ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

30.4.2. Ação coletiva movida por Fundação de investidores na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Rotterdam, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e suas subsidiárias, Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV) e, Petrobras Global Finance B.V. (PGF), e empreendimento controlado em conjunto Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G) e alguns ex-gestores da Petrobras.

A Fundação alega que representa um grupo não identificado de investidores e requer declaração judicial de que os réus teriam atuado ilegalmente em relação a investidores que adquiriram ações ou valores mobiliários emitidos por Petrobras e PGF fora dos EUA antes de 28 de julho de 2015, em conexão com os alegados atos ilegais, afirmando que a suposta perda financeira desses investidores se relacionaria com fatos revelados pela Operação Lava-Jato e por supostas informações financeiras falsas divulgadas pela companhia.

Petrobras, PGF, PIB BV e PO&G apresentaram petição ao juízo no dia 3 de maio de 2017, comparecendo ao processo e indicando os seus advogados.

Em 23 de agosto de 2017, foi realizada audiência, na Corte Distrital de Rotterdam, para estabelecer o cronograma do processo. Foram definidas, então, as datas das próximas etapas da ação coletiva:(i) apresentação pelas rés de defesas preliminares (novembro de 2017), (ii) a resposta escrita da Fundação (março de 2018) e (iii) realização de audiência acerca dessas manifestações das partes (28 de junho de 2018). O tribunal apresentará sua decisão sobre os temas acima em setembro de 2018. A Petrobras (e outros réus) apresentaram defesas preliminares em 29 de novembro de 2017.

A demanda diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: a legitimidade da Fundação para representar os investidores, as leis aplicáveis ao caso, a produção de provas na posse de terceiros, análises periciais, cronograma a ser definido pela Corte e decisões judiciais sobre questões-chave do processo. Não é possível prever no momento se a empresa será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações, eis que essa análise dependerá do resultado desses procedimentos, bem como se e quais investidores poderiam apresentar pedidos indenizatórios.

Além disso, as alegações feitas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades. Todos estes elementos fazem com que o possível impacto dos pedidos da Fundação seja altamente incerto na atual fase do processo. Independentemente disso, a Petrobras acredita ter sido vítima do sistema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato, bem como busca demonstrar e provar essa condição também perante as autoridades holandesas.

Tendo em vista as incertezas presentes no momento, não é possível realizar qualquer avaliação segura a respeito de eventuais riscos relacionados a este litígio. A Fundação não tem direito a reclamar quaisquer perdas e danos e, caso estes sejam reconhecidos, deverão ser fixados em processos específicos posteriores a serem ajuizados pelos próprios investidores ou em nome dos mesmos, a menos que um acordo seja celebrado incluindo esses investidores.

A Petrobras e suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e irão se defender firmemente na ação em referência.

30.4.3. Outros processos relacionados iniciados por investidores

A companhia também é parte em arbitragens e processos judiciais no Brasil, os quais estão atualmente em suas etapas iniciais. Esses processos foram propostos por investidores que compraram ações na B3 e alegam prejuízos decorrentes dos atos revelados pela Operação Lava Jato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

30.5. Contingências Ativas

30.5.1. Recuperação de PIS e COFINS

A companhia ajuizou ações ordinárias contra a União referentes à recuperação dos valores recolhidos a título de PIS/COFINS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98, nos períodos compreendidos entre:

i) PIS: fevereiro de 1999 e novembro de 2002; e

ii) COFINS: fevereiro de 1999 a janeiro de 2004.

Todas as ações foram julgadas procedentes e têm o mérito transitado em julgado. O pedido de restituição dos valores requer a prévia homologação pelo Juízo dos laudos de liquidação e posteriormente a execução judicial do direito. Em 2017, para a maior parcela a ser recuperada, houve a publicação de laudo de liquidação favorável à Petrobras. O processo ainda aguarda a homologação pelo Juízo.

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia possui registrados em outros ativos realizáveis a longo prazo, atualizado monetariamente, o montante de R$ 3.212 (R$ 3.193 em 31 de dezembro de 2016) referente a PIS e COFINS.

31. Compromisso de compra de gás natural

O Contrato GSA (Gas Supply Agreement) entre Petrobras e Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos – YPFB possui vigência inicial até 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, conforme dispositivo contratual, após 31 de dezembro de 2019, o GSA será automaticamente prorrogado até que todo o volume contratado seja entregue.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2017, a quantidade contratada do GSA para os anos de 2018 e 2019 é de aproximadamente 22 bilhões de m³ de gás natural equivalente a 30,08 milhões de m³ por dia, que corresponde a um valor total estimado de US$ 3,42 bilhões.

Em 1º de janeiro de 2018, o dispositivo contratual referente à prorrogação anteriormente mencionado indica uma extensão do GSA até abril de 2022, na base de 30,08 milhões de m³ por dia, representando um valor total adicional estimado de US$ 3,40 bilhões.

32. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de R$ 7.295 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R$ 2.904 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R$ 2.665 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R$ 239 referem-se a garantias bancárias.

33. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa. Na companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela companhia em 31 de dezembro de 2017, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

			Posição patrimonial consolidada		
	Valor nocional		Valor Justo Posição Ativa (Passiva)		Vencimento
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	
Derivativos não designados como *Hedge*					
Contratos Futuros (*)	(15.561)	(1.866)	(323)	(25)	
Compra/Petróleo e Derivados	43.862	88.303	–	–	2018
Venda/Petróleo e Derivados	(59.423)	(90.169)	–	–	2018
Contratos de Opções (*)	–	120	–	–	
Compra/Petróleo e Derivados	–	–	–	–	2018
Venda/Petróleo e Derivados	–	120	–	–	2018
Contratos a Termo			–	1	
Compra/Câmbio (BRL/USD) (**)	US$ 55	–	1	–	2018
Venda/Câmbio (BRL/USD) (**)	US$ 78	US$ 15	(1)	1	2018
SWAP			346	–	
Câmbio - *cross currency swap* (**)	GBP 700	–	305	–	2026
Câmbio - *cross currency swap* (**)	GBP 600	–	41	–	2034
Derivativos designados como *Hedge*					
SWAP			–	(34)	
Juros - *Libor*/taxa fixa (**)	US$ 0	US$ 371	–	(34)	–
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			**23**	**(58)**	

(*) Valor nocional em mil bbl
(**) Valores em US$ representam milhões de dólares e valores em GBP representam milhões de libras.

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do exercício (*)		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no patrimônio líquido (**)		Garantias dadas (recebidas) como colaterais	
	2017	2016	2017	2016	31.12.2017	31.12.2016
Derivativos de *commodities*	(470)	(169)	(30)	–	679	180
Derivativos de moeda	286	(181)	–	21	(166)	–
Derivativos de juros	(28)	(24)	13	9	–	–
	(212)	(374)	(17)	30	513	180
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações (***)	(10.067)	(9.935)	7.994	50.262	–	–
Total	**(10.279)**	**(10.309)**	**7.977**	**50.292**	**513**	**180**

(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período.
(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no exercício.
(***) Utilizando instrumentos financeiros não derivativos, conforme nota explicativa 33.2.

A análise de sensibilidade do valor dos instrumentos financeiros derivativos com relação aos diferentes tipos de risco de mercado em 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:

		Consolidado		
Operações	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Derivativos não designados como *Hedge*				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	–	(793)	(1.585)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	(1)	18	36
		(1)	(775)	(1.549)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Preços de Petróleo e Derivados: valor justo em 31/Dez/2017 / Real x Dólar - valorização do real em 1,8%. Fonte: Focus e Bloomberg

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

33.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços, à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do plano de negócios, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável. As operações com derivativos realizadas em 2017 tiveram como objetivo exclusivo a proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo.

33.2. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras prevê que a companhia pratique, por princípio, uma gestão integrada de riscos cujo foco não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis benefícios oriundos da diversificação dos negócios.

Para gerir o risco de variação cambial, a companhia considera conjuntamente todos os fluxos de caixa de suas operações. Isso se aplica especialmente ao risco de variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, para o qual, em situações que não sejam de curtíssimo prazo, a companhia avalia de forma integrada não apenas os seus fluxos de caixa futuros denominados em dólares norte-americanos, como também os fluxos de caixa denominados em reais, mas que sofrem influência da moeda norte-americana, tais como as vendas de diesel e gasolina no mercado interno.

Nesse sentido, a gestão de riscos financeiros envolve, preferencialmente, a adoção de ações estruturais, ou seja, utilizando proteções naturais, muitas vezes derivadas dos negócios da Petrobras.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos, como ocorre no caso da libra esterlina, por exemplo.

No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

a) *Hedge* de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

Considerando a relação de proteção natural descrita anteriormente, a companhia designa relações de *hedge* entre as variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações em dólares norte-americanos (instrumentos de proteção), de forma que os efeitos cambiais de ambos sejam reconhecidos ao mesmo momento na demonstração de resultado.

Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de dívidas (instrumentos financeiros não derivativos), bem como de contratos de câmbio a termo, foram designados como instrumentos de proteção. Os derivativos vencidos no decorrer do período foram substituídos por dívidas nas relações de *hedge* para os quais haviam sido designados.

As relações de *hedge* individuais foram estabelecidas na proporção de um para um, ou seja, as "exportações futuras altamente prováveis" de cada mês e as proporções dos fluxos de caixa dos endividamentos, utilizadas em cada relação e *hedge* individual, possuem o mesmo valor em dólares norte-americanos. A companhia considera como "exportações futuras altamente prováveis" apenas uma parte do total de suas exportações previstas.

Caso as exportações cujas variações cambiais foram designadas em relação de *hedge* deixem de ser consideradas altamente prováveis, mas continuem previstas, a relação de *hedge* é revogada e a variação cambial acumulada até a data da revogação é mantida no patrimônio líquido, sendo reclassificado para o resultado no momento em que as exportações ocorrerem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Também podem ocorrer situações em que as exportações cujas variações cambiais foram designadas em relação de *hedge* deixem de ser previstas. Nestes casos, a variação cambial, referente às proporções dos fluxos de caixa das dívidas que excederem o total das exportações que ainda sejam consideradas previstas, acumulada no patrimônio líquido até a data da revisão na previsão, é reclassificada imediatamente para o resultado.

Adicionalmente, quando um instrumento financeiro designado como instrumento de *hedge* vence ou é liquidado, a companhia pode substituí-lo por outro instrumento financeiro, de maneira a garantir a continuidade da relação de *hedge*. Similarmente, quando uma transação designada como objeto de proteção ocorre, a companhia pode designar o instrumento financeiro que protegia essa transação como instrumento de *hedge* em uma nova relação de *hedge*.

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2017, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R$/US$ de 3,3080, são apresentados a seguir:

				Valor de referência (a valor presente) dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2017	
Instrumento de *hedge*	**Objeto de *hedge***	**Tipo de risco protegido**	**Período de proteção**	**US$ milhões**	**R$**
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos	Variações cambiais de parte das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa *Spot* R$ x US$	Janeiro de 2018 a Dezembro de 2027	58.400	193.189

Movimentação do valor de referência (principal e juros)	**US$ milhões**	**R$**
Designação em 31 de dezembro de 2016	61.763	201.293
Novas designações, revogações e redesignações	21.129	68.252
Realização por exportações	(3.986)	(12.703)
Amortização de endividamento	(20.506)	(65.726)
Variação Cambial	–	2.073
Valor em 31 de dezembro de 2017	**58.400**	**193.189**

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 65,8% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2017, a ser realizada pelas exportações:

	Variação cambial	**Efeito tributário**	**Total**
Saldo em 1° de janeiro de 2016	(88.320)	30.028	(58.292)
Reconhecido no patrimônio líquido	40.327	(13.711)	26.616
Transferido para resultado por realização	8.819	(2.998)	5.821
Transferido para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas/realizadas	1.116	(379)	737
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(38.058)**	**12.940**	**(25.118)**
Reconhecido no patrimônio líquido	(2.073)	705	(1.368)
Transferido para resultado por realização	10.059	(3.420)	6.639
Transferido para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas/realizadas	8	(3)	5
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(30.064)**	**10.222**	**(19.842)**

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2017-2021, não indica a necessidade de reclassificação de variação cambial do patrimônio líquido para o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada a seguir:

								Consolidado
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total
Expectativa de realização	(10.495)	(7.227)	(5.828)	(4.977)	(5.658)	(3.016)	(644)	7.781	(30.064)

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento IFRS 9, que contém novos requerimentos para a aplicação da contabilidade de *hedge*. A nota explicativa 6, traz maiores informações sobre os efeitos do IFRS 9 na companhia.

b) Contratos de *swap* – Libra esterlina x Dólar

Em 2017, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap*, com o objetivo de se proteger da exposição em libras esterlinas versus dólar, devido à emissão de *bonds*; no valor nocional total de GBP 1300 milhões, sendo GBP 700 milhões com vencimento em dezembro de 2026 e GBP 600 milhões com vencimento em janeiro de 2034. A companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

					Consolidado
Instrumentos	Exposição em 31.12.2017	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	12.513		(219)	3.128	6.257
Passivos*	(209.910)	Dólar / Real	3.680	(52.478)	(104.955)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	193.189		(3.387)	48.297	96.595
	(4.208)		74	(1.053)	(2.103)
Passivos	(316)	Iene / Dólar	1	(79)	(158)
	(316)		1	(79)	(158)
Ativos	11	Euro / Real	–	3	6
Passivos	(87)		2	(22)	(44)
	(76)		2	(19)	(38)
Ativos	20.866	Euro / Dólar	(169)	5.217	10.433
Passivos	(35.038)		284	(8.760)	(17.519)
	(14.172)		115	(3.543)	(7.086)
Ativos	7	Libra / Real	–	2	4
Passivos	(76)		3	(19)	(38)
	(69)		3	(17)	(34)
Ativos	10.616	Libra / Dólar	(167)	2.654	5.308
Passivos	(15.931)		251	(3.983)	(7.966)
Derivativo - *cross currency swap*	5.813		(92)	1.453	2.907
	498		(8)	124	249
Total	**(18.343)**		**187**	**(4.587)**	**(9.170)**

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - valorização do real em 1,8% / Iene x Dólar - desvalorização do iene em 0,4% / Euro x Dólar - desvalorização do euro em 0,8% / Libra x Dólar - desvalorização da libra em 1,6% / Real x Euro - valorização do real em 2,6% / Real x Libra - valorização do real em 3,3%. Fonte: Focus e Bloomberg
(**) Inclui provisão da *Class Action* (nota explicativa 30.4).

33.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em função de situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

33.4. Gestão de Capital

A gestão de capital da companhia tem como objetivo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. As principais fontes de recursos da empresa têm sido sua geração operacional de caixa e os desinvestimentos.

Conforme o Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, não há necessidade de novas captações líquidas no horizonte do plano. Contudo, a empresa continuará avaliando oportunidades de *funding* objetivando operações de gerenciamento de passivos, visando à melhora do perfil de amortização e à redução do custo da dívida, mantendo um perfil de endividamento adequado aos prazos de maturação dos seus investimentos. Em 2017,o endividamento bruto recuou 6%, principalmente em decorrência da amortização de dívidas. O endividamento líquido reduziu 11% e o prazo médio de vencimento da dívida ficou em 8,62 anos (7,46 anos em 31 dezembro de 2016).

O endividamento líquido é calculado através da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa, dos títulos públicos federais e títulos governamentais dos EUA, Alemanha e Inglaterra e time deposits com vencimento superior a três meses. O EBITDA ajustado é o lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda/contribuição social, depreciação/amortização, participação em investimentos, perda no valor recuperável de ativos (*impairment*), resultado com alienação e baixas de ativos. Tais medidas não são definidas segundo as normas internacionais de contabilidade - IFRS e não devem ser consideradas isoladamente ou em substituição às métricas de lucro, endividamento e geração de caixa operacional em IFRS, tampouco ser base de comparação com os indicadores de outras empresas.

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Endividamento total	361.483	385.784
Caixa e equivalentes de Caixa	74.494	69.108
Títulos públicos federais e *time deposits* (vencimento superior a 3 meses)	6.237	2.556
Endividamento líquido	280.752	314.120
EBITDA ajustado	76.557	88.693
Índice de endividamento líquido/EBITDA ajustado	3,67	3,54

O índice apurado em 31 de dezembro de 2017 reflete um acréscimo de 0,46 p.p. pelo impacto do acordo da *Class Action*.

O plano de parcerias e desinvestimentos para o biênio 2017-2018, no valor total de US$ 21 bilhões, faz parte do planejamento financeiro da companhia que visa à redução da alavancagem mensurada através do índice de endividamento líquido/LTM EBITDA ajustado para 2,5 em 2018, preservação do caixa e concentração nos investimentos prioritários, notadamente de produção de óleo e gás no Brasil em áreas de elevada produtividade e retorno.

Entretanto, essa carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações dependerá das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da companhia, não atendendo, por estes motivos as condições de classificação para ativos mantidos para venda, conforme definido na nota explicativa 4.13.

33.5. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias, na aplicação de excedentes de caixa e na definição de contrapartes em operações de derivativos, sendo distribuído entre os principais bancos internacionais classificados como "grau de Investimento" pelas principais classificadoras internacionais de riscos e os bancos brasileiros com classificação mínima de risco A2/F2.

33.5.1. Qualidade do crédito de ativos financeiros

a) Contas a receber de clientes

A maior parte dos clientes da Petrobras não possui classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Desta forma, as comissões de crédito avaliam a qualidade do crédito levando em consideração, entre outros aspectos, o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Petrobras, sua situação financeira, assim definindo limites de crédito, os quais são regularmente monitorados.

b) Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida por agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores Mobiliários [*]	
	2017	2016	2017	2016
AAA	–	17.004	–	–
AA	2.488	24	2.015	–
A	49.169	37.064	–	–
BBB	2.650	138	–	–
BB	11.797	9.107	–	–
B	12	32	–	–
AAA.br	417	1.217	–	2.848
AA.br	2.707	4.463	–	1
A.br	4.097	–	–	–
BB.br	1.050	–	3.843	–
Outras classificações	107	59	–	–
	74.494	**69.108**	**5.858**	**2.849**

[*] Não inclui valor de ações, compostos principalmente pelas ações da São Martinho, classificadas como mantidos para venda conforme nota explicativa 7.

33.6. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa adequado para dar segurança à continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em condições adversas de mercado; bem como através do alongamento do prazo médio de vencimento das dívidas, da ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade dos mercados doméstico e internacional, desenvolvendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento (novos produtos de captação de recursos e em novos mercados), além da utilização de recursos oriundos do programa de desinvestimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

							Consolidado	
Vencimento	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	31.12.2017	31.12.2016
Principal	18.275	21.732	32.581	42.761	60.148	190.135	365.632	390.227
Juros	20.029	19.336	17.858	15.820	13.233	114.611	200.887	190.352
Total	**38.304**	**41.068**	**50.439**	**58.581**	**73.381**	**304.746**	**566.519**	**580.579**

33.7. Seguros

Para proteção do seu patrimônio a Petrobras transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autosseguro com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. Para os seguros contratados, a companhia também assume parcela de seu risco, através de franquias que podem chegar ao montante equivalente a US$ 180 milhões.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2017 podem ser assim demonstradas:

		Importância segurada	
Ativo	Tipos de cobertura	Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio, riscos operacionais e riscos de engenharia	513.905	350.187
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	11.661	1.449
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	113.265	20.445
Total em 31 de dezembro de 2017		**638.831**	**372.081**
Total em 31 de dezembro de 2016		**643.493**	**388.876**

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, automóveis e da malha de dutos no Brasil.

34. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Valor justo medido com base em			
	Nível I	Nível II	Nível III	Total do valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	6.051	–	–	6.051
Derivativos de Moeda Estrangeira	–	346	–	346
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**6.051**	**346**	**–**	**6.397**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.557**	**1**	**–**	**2.558**
Passivos				
Derivativos de *commodities*	(323)	–	–	(323)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(323)**	**–**	**–**	**(323)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(25)**	**(34)**	**–**	**(59)**

Não há transferências relevantes entre os níveis.

O valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 17.1.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

35. Eventos subsequentes

35.1. Segunda parcela da venda de participação no Bloco Exploratório BM-S-8

Em 28 de julho de 2016, a Petrobras realizou a venda do total de sua participação (equivalente a 66%) no bloco exploratório BM-S-8 onde está localizada a área de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, para a Statoil Brasil Óleo e Gás LTDA, pelo valor de US$ 2,5 bilhões.

A primeira parcela de US$ 1,25 bilhão, correspondente a 50% do valor da transação, foi recebida em 22 de novembro de 2016. O restante do valor refere-se a duas parcelas contingentes.

Em 2 de Fevereiro de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União o extrato do Contrato de Partilha de Produção de Norte de Carcará celebrado entre Statoil, Petrogal e Exxon com a União, sendo esta publicação uma das condições precedentes previstas contratualmente para o recebimento da segunda parcela, no valor de US$ 300 milhões, que deverá ocorrer ainda no primeiro trimestre de 2018. A terceira parcela, no valor de US$ 950 milhões, permanece contingente, na dependência da ocorrência de eventos futuros relativos à celebração do Acordo de Individualização da Produção.

35.2. Mediação Extrajudicial com a Sete Brasil

Em 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou os principais termos para um possível acordo, no âmbito do procedimento da mediação extrajudicial em curso com a Sete Brasil Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Sete Brasil”).

A celebração de acordo entre Petrobras e Sete Brasil está condicionada à apresentação pela Sete Brasil de operador de sondas de classe internacional e com experiência em águas profundas, em conformidade com os critérios de aprovação da Petrobras. O referido acordo está condicionado também ao êxito na negociação e aprovação, pelos órgãos competentes de ambas as empresas, dos termos e condições finais dos documentos necessários à implementação do acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

NOTAS EXPLICATIVAS
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

35.3. Contratação de Linha de Crédito

Em 07 de março de 2018, a Petrobras assinou, com um sindicato de 17 bancos, uma linha de crédito compromissada (*revolving credit facility- RCF*) no valor de US$ 4,35 bilhões, com vencimento em março de 2023. Através do instrumento, a companhia poderá efetuar saques até o mês anterior ao vencimento. A linha tem um custo 0,51% a.a. pela manutenção do limite junto aos bancos. Em caso de saque, o custo da linha está fixado em Libor 6M + 1,7% a.a., caso a classificação de risco da companhia (*rating*) no momento do saque seja inferior ao grau de investimento, e Libor 6M + 1,3% a.a., caso a companhia tenha classificação de grau de investimento na data do saque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanço Social (não auditado)

	Consolidado	
1- Base de Cálculo	**2017**	**2016**
Receita de vendas Consolidada (RL)	283.695	282.589
Lucro (Prejuízo) antes da participação no lucro e impostos consolidados (RO)	6.174	(10.703)
Folha de pagamento bruta consolidada (FPB) (i)	27.164	33.309

		% sobre			% sobre	
2- Indicadores Sociais Internos	**Valor**	**FPB**	**RL**	**Valor**	**FPB**	**RL**
Alimentação	1.039	3,82	0,37	1.095	3,29	0,39
Encargos sociais compulsórios	5.633	20,74	1,99	5.867	17,61	2,08
Previdência privada	2.451	9,02	0,86	2.349	7,05	0,83
Saúde	2.030	7,47	0,72	1.750	5,25	0,62
Segurança e saúde no trabalho	183	0,67	0,06	177	0,53	0,06
Educação	283	1,04	0,10	271	0,81	0,10
Cultura	1	–	–	1	–	–
Capacitação e desenvolvimento profissional	141	0,52	0,05	146	0,44	0,05
Creches ou auxílio-creche	70	0,26	0,02	72	0,22	0,03
Participação nos lucros ou resultados	487	1,79	0,17	–	–	–
Outros	67	0,25	0,02	74	0,22	0,03
Total - Indicadores sociais internos	**12.385**	**45,59**	**4,37**	**11.802**	**35,43**	**4,18**

		% sobre			% sobre	
3- Indicadores Sociais Externos	**Valor**	**RO**	**RL**	**Valor**	**RO**	**RL**
Socioambiental	60	0,97	0,02	120	(1,12)	0,04
Cultural	61	0,99	0,02	71	(0,66)	0,03
Esportivo	21	0,34	0,01	50	(0,47)	0,02
Total de investimentos para a sociedade	142	2,30	0,05	241	(2,25)	0,09
Tributos (excluídos encargos sociais)	117.313	1.900,11	41,35	104.403	(975,46)	36,95
Total - Indicadores sociais externos	**117.455**	**1.902,41**	**41,40**	**104.644**	**(977,71)**	**37,03**

		% sobre			% sobre	
4- Indicadores Ambientais	**Valor**	**RO**	**RL**	**Valor**	**RO**	**RL**
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.522	40,85	0,89	3.011	(28,13)	1,07
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa (I):	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%		

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado	
5- Indicadores do Corpo Funcional	**2017**	**2016**
Número de empregados(as) ao final do período	62.703	68.829
Número de admissões durante o período (II)	1.047	2.108
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços (III)	117.201	117.555
Número de estagiários(as) (IV)	987	765
Número de empregados(as) acima de 45 anos (V)	24.082	27.123
Número de mulheres que trabalham na empresa (V)	10.411	12.030
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres (V)	15,4%	14,5%
Número de negros(as) que trabalham na empresa (VI)	17.491	18.193
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as) (VII)	22,2%	20,8%
Número de empregados com deficiência (VIII)	342	441

6- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2017**			**Metas 2018**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (IX)	31,8			-		
Número total de acidentes de trabalho (X)	1.322			1.210		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (XI)	na empresa 94.297	no Procon 144	na Justiça 101	na empresa 6.828	no Procon -	na Justiça 4
Percentual de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (XII)	na empresa 80,5%	no Procon 14,6%	na Justiça 19,8%	na empresa 98,%	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	Em 2017:		216.014	Em 2016:		193.445
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	54% governo	14% colaboradores(as)	0%	55% governo	18% colaboradores(as)	0%
	acionistas	32% terceiros	0% retido	acionistas	34% terceiros	-7% retido

7 - Outras Informações

(i) Composta por salários, vantagens, FGTS, INSS e demais benefícios a empregados.

I. O Limite de Alerta para resíduos em 2017 foi de 179,5 mil toneladas e o valor realizado no período foi de aproximadamente 112 mil toneladas.

II. Informações do Sistema Petrobras, que inclui admissões por processo seletivo público no Brasil e outras modalidades de ingresso, tanto no Brasil, como nas empreas controladas no exterior.

III. Em dezembro de 2015, na Petrobras Controladora esse dado passou a abranger apenas os empregados de empresas prestadoras de serviços que trabalham nas instalações da Petrobras.

IV. Informações relativas aos estagiários da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Breitener Energética, Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui, Citepe, Gas Brasiliano, Suape, TBG, Termobahia e Termomacaé. As demais controladas não possuem programas de estágio.

V. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liquigás, Araucária, Breitener Energética, Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui, Citepe, Gas Brasiliano, Suape, Stratura, TBG, Termobahia, Termomacaé e Petrobras Biocombustível.

VI. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liquigás, Araucária, Breitener Energética, Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui, Citepe, Gas Brasiliano, Suape, Stratura, TBG, Termobahia e Petrobras Biocombustível que se autodeclararam negros (pretos e pardos). Por questões culturais de alguns países, esta informação não tem como ser obtida e consolidada para todas as empresas no exterior.

VII. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 22,2% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras (cor parda e preta). Não temos em nossos controles a raça/cor autodeclarados dos cedidos para a Petrobras Holding (requisitados), não sendo possível incluí-los na contagem de negros em cargos de chefia. Por questões culturais de alguns países, esta informação não tem como ser obtida e consolidada para todas as empresas no exterior.

VIII. Dados obtidos por meio dos registros internos de saúde a partir da análise médica durante os exames ocupacionais dos empregados que se autodeclaram portadores de deficiência ou reabilitados pelo INSS. Informações de 2017 abrangem apenas a Petrobras Controladora.

IX. Informações da Petrobras Controladora.

X. Refere-se ao número de acidentados. Não há meta específica para o número total de acidente de trabalho. O número apresentado para 2018 foi estimado com base no Limite de Alerta estabelecido para o indicador TOR e no HHER (Homens-Hora de Exposição ao Risco) projetado para o ano. Adicionalmente, há como Métrica de Topo o indicador TAR (Taxa de Acidentados Registráveis) fixada em 1,08 para 2017, com limite de alerta em 1,00 em 2018.

XI. As informações "na empresa", "no Procon" e "na Justiça" incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas em 2017 pela Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Liquigás. A previsão "na empresa" para 2018 inclui apenas Petrobras Controladora e Liquigás. Não há previsão "no Procon" para 2018. A previsão "na Justiça" inclui apenas Petrobras Controladora.

XII. As informações "na empresa", "no Procon" e "na Justiça" incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas em 2017 pela Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Liquigás. A previsão "na empresa" refere-se Petrobras Controladora e Liquigás. Não há previsão "no Procon" e "na Justiça" para 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Informações complementares sobre Interesse Público – Lei 13.303/16 (não auditado)

Em 29 de junho de 2017, a companhia publicou a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2016, apresentando as principais informações relativas a compromissos com a consecução de objetivos de políticas públicas, as quais resumimos a seguir:

I – PPT – Programa Prioritário de Termeletricidade

O Programa, instituído pelo Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000, visou à implantação de usinas termelétricas. Estas usinas, integrantes do Programa Prioritário de Termeletricidade, fazem jus a suprimento de gás natural por um prazo de até 20 anos, com preço pré-estabelecido e reajustado pela inflação americana. O suprimento de gás para o programa, em 2017, gerou receitas de aproximadamente R$ 1.121 e custos de R$ 2.314, resultado este custeado pelo orçamento da companhia. Em 31 de dezembro de 2017, a companhia possuía três usinas integrantes deste programa, das quais, uma teve seu contrato resilido em 2018.

II– CONPET – Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural

O Programa, instituído por meio do Decreto de 18 de julho de 1991, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Participamos também do Programa Brasileiro de Etiquetagem, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que visa estimular a produção e a utilização de aparelhos que utilizam gás. Em 2017, os custos associados ao CONPET, custeados pelo orçamento da companhia foram considerados imateriais.

III – PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

O Programa, instituído por meio do Decreto nuº 4.945, de 19 de dezembro de 2003, visa fomentar a participação da indústria nacional de bens e serviços, de forma competitiva e sustentável, na implantação de projetos de petróleo e gás no Brasil e no exterior. Em 2017, o projeto foi descontinuado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Informações complementares sobre atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural (não auditado)

Estas informações adicionais sobre as atividades de exploração e produção de petróleo e gás da companhia foram elaboradas em conformidade com o Tópico de Codificação 932 – Atividades de Extração - Petróleo e Gás, emitido pela Securities and Exchange Commission (SEC). Os itens (a) a (c) contêm informações sobre custos históricos, referentes aos custos incorridos em exploração, aquisição e desenvolvimento de áreas, custos capitalizados e resultados das operações. Os itens (d) e (e) contêm informações sobre o volume de reservas provadas estimadas líquidas, a mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados relativos às reservas provadas e mudanças das estimativas dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados.

A companhia, em 31 de dezembro de 2017, mantém atividades no Brasil, na América do Sul, que inclui Argentina, Colômbia e Bolívia; na América do Norte, que inclui o México e os Estados Unidos da América; além da Turquia (outros). As informações apresentadas relativas a investidas por equivalência patrimonial se referem às operações da Petrobras Oil and Gas B.V. (PO&G) na África, com destaque para Nigéria. Contudo, somente nos países Brasil, Estados Unidos da América, Nigéria e Argentina, a companhia registra reservas.

a) Custos capitalizados relativos às atividades de produção de petróleo e gás

A companhia aplica o método dos esforços bem sucedidos na contabilização dos gastos com exploração e desenvolvimento de petróleo e gás natural, conforme nota explicativa 4.7. Adicionalmente, as práticas contábeis adotadas para reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos imobilizados e intangíveis são descritas nas notas explicativas 4.8 e 4.9.

A tabela a seguir apresenta o resumo dos custos capitalizados referentes às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, juntamente com as correspondentes depreciação, depleção e amortização acumuladas, e provisões para abandono:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado							
		Exterior						
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2017								
Reservas de petróleo e gás não provadas	19.195	361	–	–	–	361	19.556	–
Reservas de petróleo e gás provadas	318.214	366	15.401	–	–	15.767	333.980	10.369
Equipamentos de suporte	284.558	2.005	267	–	1.298	3.570	288.128	19
Custos capitalizados brutos	621.966	2.732	15.668	–	1.298	19.698	641.664	10.388
Depreciação, Depleção e Amortização	(209.213)	(1.666)	(7.334)	–	(39)	(9.040)	(218.253)	(4.257)
Custos capitalizados, líquidos	**412.753**	**1.065**	**8.334**	**–**	**1.259**	**10.658**	**423.411**	**6.131**
31 de dezembro de 2016								
Reservas de petróleo e gás não provadas	22.741	376	899	–	–	1.275	24.016	–
Reservas de petróleo e gás provadas	284.439	288	13.896	–	–	14.184	298.623	9.162
Equipamentos de suporte	272.926	1.541	228	–	13	1.782	274.708	20
Custos capitalizados brutos	580.106	2.205	15.023	–	13	17.241	597.347	9.182
Depreciação, Depleção e Amortização	(181.213)	(1.134)	(6.247)	–	(13)	(7.394)	(188.607)	(3.796)
Custos capitalizados, líquidos	**398.893**	**1.071**	**8.776**	**–**	**–**	**9.847**	**408.740**	**5.386**
31 de dezembro de 2015								
Reservas de petróleo e gás não provadas	26.239	520	1.547	–	–	2.067	28.306	–
Reservas de petróleo e gás provadas	276.544	7.872	16.037	–	–	23.909	300.453	11.318
Equipamentos de suporte	276.972	4.164	256	–	16	4.436	281.408	345
Custos capitalizados brutos	579.755	12.556	17.840	–	16	30.412	610.167	11.663
Depreciação, Depleção e Amortização	(159.173)	(7.955)	(6.146)	–	(16)	(14.117)	(173.290)	(5.006)
Custos capitalizados, líquidos	**420.582**	**4.601**	**11.694**	**–**	**–**	**16.295**	**436.877**	**6.657**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Custos incorridos na aquisição, exploração e desenvolvimento de campos de petróleo e gás

Os custos incorridos incluem valores reconhecidos no resultado e capitalizados, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado							
		Exterior						Investidas por Equivalência Patrimonial
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	
31 de dezembro de 2017								
Custos de aquisição de áreas								
Provadas	–	–	–	–	–	–	–	–
Não provadas	2.932	–	–	–	–	–	2.932	–
Custos de exploração	3.905	106	14	–	–	121	4.026	12
Custos de desenvolvimento	36.898	75	734	–	–	809	37.707	939
Total	**43.735**	**181**	**748**	**–**	**–**	**930**	**44.665**	**951**
31 de dezembro de 2016								
Custos de aquisição de áreas								
Provadas	–	347	–	–	–	347	347	–
Não provadas	–	–	–	–	–	–	–	–
Custos de exploração	5.127	155	21	–	4	180	5.307	16
Custos de desenvolvimento	42.342	622	523	–	–	1.145	43.487	1.374
Total	**47.469**	**1.124**	**544**	**–**	**4**	**1.672**	**49.141**	**1.390**
31 de dezembro de 2015								
Custos de aquisição de áreas								
Provadas	–	–	–	–	–	–	–	–
Não provadas	–	–	–	–	–	–	–	–
Custos de exploração	9.989	179	275	–	–	454	10.443	34
Custos de desenvolvimento	47.906	1.486	1.310	–	–	2.796	50.702	1.420
Total	**57.895**	**1.665**	**1.585**	**–**	**–**	**3.250**	**61.145**	**1.454**

c) Resultados das atividades de produção de petróleo e gás

Os resultados das operações da companhia referentes às atividades de produção de petróleo e gás natural para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 são apresentados na tabela a seguir. A companhia transfere substancialmente toda a sua produção nacional de petróleo bruto e gás natural para o seu segmento de Abastecimento no Brasil. Os preços de transferência calculados através da metodologia adotada pela companhia podem não ser indicativos do preço que a companhia poderia conseguir pelo produto se o mesmo fosse comercializado em um mercado à vista não regulado. Além disso, os preços calculados através dessa metodologia também podem não ser indicativos dos preços futuros a serem realizados pela companhia. Os preços adotados para gás natural são aqueles contratados com terceiros.

Os custos de produção são os custos de extração incorridos para operar e manter poços produtivos e os correspondentes equipamentos e instalações, que incluem custos de mão-de-obra, de materiais, suprimentos, combustível consumido nas operações e o custo de operação de unidades de processamento de gás natural.

As despesas de exploração incluem os custos de atividades geológicas e geofísicas e de projetos sem viabilidade econômica. As despesas de depreciação, depleção e amortização referem-se aos ativos empregados nas atividades de exploração e de desenvolvimento. De acordo com o Tópico de Codificação 932 da SEC – Atividades de Extração - Petróleo e Gás Natural, o imposto de renda se baseia nas alíquotas nominais, considerando as deduções permitidas. Despesas e receitas financeiras não foram contempladas nos resultados a seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado							
		Exterior						
	Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Outros	Total	Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
31 de dezembro de 2017								
Receitas operacionais líquidas								
Vendas a terceiros	1.538	687	2.317	–	–	3.004	4.542	1.423
Intersegmentos	130.194	1	–	–	–	1	130.195	–
	131.732	688	2.317	–	–	3.005	134.737	1.423
Custos de produção	(57.160)	(228)	(520)	–	–	(748)	(57.908)	(164)
Despesas de exploração	(2.199)	(119)	(245)	–	–	(364)	(2.563)	5
Depreciação, depleção e amortização	(30.220)	(141)	(963)	–	(25)	(1.129)	(31.349)	(394)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	556	(43)	(371)	–	–	(414)	142	–
Outras despesas operacionais líquidas	(8.174)	(40)	(410)	–	(889)	(1.339)	(9.513)	(61)
Resultados antes dos impostos	34.535	117	(192)	–	(914)	(989)	33.546	809
Imposto de renda e contribuição social	(11.742)	(40)	65	–	311	336	(11.406)	(316)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	**22.793**	**77**	**(127)**	**–**	**(603)**	**(653)**	**22.140**	**493**
31 de dezembro de 2016								
Receitas operacionais líquidas								
Vendas a terceiros	2.363	776	1.948	–	–	2.724	5.087	1.165
Intersegmentos	109.101	1.845	–	–	–	1.845	110.946	96
	111.464	2.621	1.948	–	–	4.569	116.033	1.261
Custos de produção	(48.162)	(1.119)	(464)	–	–	(1.583)	(49.745)	(171)
Despesas de exploração	(5.533)	(115)	(404)	–	(4)	(523)	(6.056)	(13)
Depreciação, depleção e amortização	(34.958)	(349)	(1.150)	–	–	(1.499)	(36.457)	(520)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	(10.134)	(418)	(148)	–	–	(566)	(10.700)	–
Outras despesas operacionais líquidas	(5.425)	(347)	(634)	–	77	(904)	(6.329)	(84)
Resultados antes dos impostos	7.252	273	(852)	–	73	(506)	6.746	473
Imposto de renda e contribuição social	(2.466)	(162)	(1)	–	45	(118)	(2.584)	(330)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	**4.786**	**111**	**(853)**	**–**	**118**	**(624)**	**4.162**	**143**
31 de dezembro de 2015								
Receitas operacionais líquidas								
Vendas a terceiros	2.076	1.002	1.949	–	–	2.951	5.027	1.853
Intersegmentos	108.846	3.225	–	–	–	3.225	112.071	62
	110.922	4.227	1.949	–	–	6.176	117.098	1.915
Custos de produção	(53.863)	(1.853)	(629)	–	–	(2.482)	(56.345)	(698)
Despesas de exploração	(5.262)	(66)	(1.139)	–	–	(1.205)	(6.467)	(110)
Depreciação, depleção e amortização	(24.735)	(1.005)	(823)	–	–	(1.828)	(26.563)	(624)
Impairment dos ativos de produção de petróleo	(35.739)	(796)	(1.757)	–	–	(2.553)	(38.292)	(1.077)
Outras despesas operacionais líquidas	(6.581)	182	(352)	–	(618)	(788)	(7.369)	(166)
Resultados antes dos impostos	(15.258)	689	(2.751)	–	(618)	(2.680)	(17.938)	(760)
Imposto de renda e contribuição social	5.188	(261)	5	–	53	(203)	4.985	(286)
Resultados das operações (líquidos de custos fixos corporativos e de juros)	**(10.070)**	**428**	**(2.746)**	**–**	**(565)**	**(2.883)**	**(12.953)**	**(1.046)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Informações sobre reservas

Conforme apresentado na nota explicativa 5.1, as reservas provadas de petróleo e gás natural são os volumes de petróleo e gás natural que, mediante análise de dados geocientíficos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, economicamente recuperáveis de reservatórios conhecidos e com as condições econômicas, técnicas operacionais e normas governamentais existentes, até o vencimento dos contratos que preveem o direito de operação, salvo se evidências deem certeza razoável da renovação. O projeto de extração dos hidrocarbonetos deve ter sido iniciado ou o operador deve ter razoável certeza de que o projeto será iniciado dentro de um prazo razoável. Estas estimativas de reservas de petróleo e gás natural requerem um elevado nível de julgamento e complexidade, e influenciam diferentes itens das Demonstrações Financeiras da companhia.

As reservas provadas líquidas de petróleo e gás natural estimadas pela companhia e as correspondentes movimentações para os exercícios de 2017, 2016 e 2015 estão apresentadas no quadro a seguir. As reservas provadas foram estimadas por profissionais de geoengenharia especialistas da companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela Securities and Exchange Commission.

Reservas desenvolvidas de petróleo e gás são reservas de qualquer categoria passíveis de serem recuperadas: (i) através de poços, equipamentos e métodos operacionais existentes ou em que o custo dos equipamentos necessários é relativamente menor comparado com o custo de um novo poço; e (ii) através de equipamentos de extração instalados e infraestrutura em operação no momento da estimativa das reservas, caso a extração seja feita por meios que não incluam um poço.

Em alguns casos, há a necessidade de novos investimentos substanciais em poços adicionais e equipamentos para recuperação dessas reservas provadas, que são chamadas de reservas não desenvolvidas. Devido às incertezas inerentes e aos dados limitados sobre reservatórios, as estimativas das reservas estão sujeitas a alterações à medida que se obtém conhecimento de novas informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os quadros a seguir apresentam um resumo das movimentações anuais nas reservas provadas de óleo (em milhões de barris):

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Consolidado

		Exterior					
	Óleo no Brasil (*)	América do Sul	América do Norte	África	Total de Óleo no Exterior	Óleo Sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2014	10.850,9	66,5	119,9	–	186,5	7,9	11.045,1
Revisão de estimativas anteriores	(1.968,9)	(3,5)	(18,1)	–	(21,6)	0,1	(1.990,4)
Extensões e descobertas	407,1	4,8	–	–	4,8	–	411,9
Recuperação melhorada	0,4	0,7	–	–	0,7	–	1,1
Vendas de reservas	(2,3)	(4,5)	–	–	(4,5)	–	(6,8)
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(743,1)	(11,7)	(11,2)	–	(22,8)	(1,0)	(767,0)
Reservas em 31.12.2015	**8.544,1**	**52,3**	**90,6**	**–**	**142,9**	**6,9**	**8.693,9**
Revisão de estimativas anteriores	179,5	0,1	17,9	–	18,0	0,8	198,4
Extensões e descobertas	87,8	–	–	–	–	–	87,8
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	(46,6)	–	–	(46,6)	–	(46,6)
Aquisição de reservas	–	0,7	–	–	0,7	–	0,7
Produção no ano	(748,5)	(5,7)	(12,1)	–	(17,8)	(0,9)	(767,2)
Reservas em 31.12.2016	**8.063,0**	**0,8**	**96,4**	**–**	**97,3**	**6,8**	**8.167,1**
Revisão de estimativas anteriores	649,3	0,3	31,4	–	31,7	0,2	681,1
Extensões e descobertas	69,1	0,3	–	–	0,3	–	69,4
Recuperação melhorada	212,7	–	–	–	–	–	212,7
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(744,6)	(0,2)	(13,2)	–	(13,4)	(1,0)	(759,0)
Reservas em 31.12.2017	**8.249,4**	**1,2**	**114,6**	**–**	**115,8**	**6,0**	**8.371,3**

(*) Em 2017, inclui o valor de 263,7 milhões de barris referente a ativos mantidos para venda.
A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.
Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Investidas por Equivalência Patrimonial

		Exterior					
	Óleo no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de Óleo no Exterior	Óleo Sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2014	–	18,0	–	54,1	72,1	–	72,1
Revisão de estimativas anteriores	–	(2,2)	–	5,2	3,1	–	3,1
Recuperação melhorada	–	–	–	16,2	16,2	–	16,2
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	–	(1,2)	–	(9,7)	(10,9)	–	(10,9)
Reservas em 31.12.2015	**–**	**14,6**	**–**	**65,8**	**80,4**	**–**	**80,4**
Revisão de estimativas anteriores	–	–	–	11,9	11,9	–	11,9
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	(14,1)	–	–	(14,1)	–	(14,1)
Produção no ano	–	(0,5)	–	(8,7)	(9,2)	–	(9,2)
Reservas em 31.12.2016	**–**	**–**	**–**	**69,0**	**69,0**	**–**	**69,0**
Revisão de estimativas anteriores	–	–	–	2,6	2,6	–	2,6
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	–	–	–	(8,2)	(8,2)	–	(8,2)
Reservas em 31.12.2017	**–**	**–**	**–**	**63,4**	**63,4**	**–**	**63,4**

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os quadros a seguir apresentam um resumo das movimentações anuais de reservas provadas de gás natural (em bilhões de pés cúbicos):

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Consolidado

		Exterior					
	Gás natural no Brasil (*)	América do Sul	América do Norte	África	Total de Gás natural no Exterior	Gás Sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2014	11.170,3	730,8	180,0	0,0	910,8	10,6	12.091,5
Revisão de estimativas anteriores	(1.178,3)	16,8	(17,0)	–	(0,2)	0,2	(1.178,3)
Extensões e descobertas	417,6	74,6	–	–	74,6	–	492,2
Recuperação melhorada	0,2	27,7	–	–	27,7	–	27,9
Vendas de reservas	(1,3)	(90,2)	–	–	(90,2)	–	(91,5)
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(820,8)	(79,2)	(24,5)	–	(103,7)	(1,4)	(925,9)
Reservas em 31.12.2015	**9.587,7**	**680,5**	**138,5**	**–**	**819,1**	**9,3**	**10.416,1**
Revisão de estimativas anteriores	(476,2)	22,9	(19,3)	–	3,6	1,2	(471,4)
Extensões e descobertas	92,1	–	–	–	–	–	92,1
Recuperação melhorada	0,1	–	–	–	–	–	0,1
Vendas de reservas	–	(631,9)	–	–	(631,9)	–	(631,9)
Aquisição de reservas	–	93,3	–	–	93,3	–	93,3
Produção no ano	(809,7)	(50,9)	(32,1)	–	(82,9)	(1,4)	(894,0)
Reservas em 31.12.2016	**8.394,0**	**113,9**	**87,2**	**–**	**201,1**	**9,2**	**8.604,3**
Revisão de estimativas anteriores	(81,5)	19,5	(24,9)	–	(5,5)	0,1	(86,9)
Extensões e descobertas	37,4	41,0	–	–	41,0	–	78,4
Recuperação melhorada	204,2	–	–	–	–	–	204,2
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(877,9)	(14,2)	(21,3)	–	(35,5)	(1,2)	(914,6)
Reservas em 31.12.2017	**7.676,1**	**160,2**	**40,9**	**–**	**201,1**	**8,1**	**7.885,3**

(*) Em 2017, inclui o valor de 173,7 bilhões de pés cúbicos referente a ativos mantidos para venda.
A produção de gás natural apresentada nesta tabela é o volume extraído de nossas reservas provadas, incluindo gás combustível consumido nas operações e excluindo gás reinjetado. Nossas reservas provadas de gás divulgadas incluem volumes de gás combustível, que representam 33% de nossa reserva provada total de gás natural em 2017.
A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.
Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Investidas por Equivalência Patrimonial

		Exterior					
	Gás natural no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de Gás natural no Exterior	Gás Sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2014	–	27,6	–	19,3	46,9	–	46,9
Revisão de estimativas anteriores	–	(10,4)	–	(2,7)	(13,1)	–	(13,1)
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	–	(0,3)	–	–	(0,3)	–	(0,3)
Reservas em 31.12.2015	**–**	**16,9**	**–**	**16,6**	**33,5**	**–**	**33,5**
Revisão de estimativas anteriores	–	–	–	(4,1)	(4,1)	–	(4,1)
Vendas de reservas	–	(16,8)	–	–	(16,8)	–	(16,8)
Produção no ano	–	(0,1)	–	–	(0,1)	–	(0,1)
Reservas em 31.12.2016	**–**	**(0,0)**	**–**	**12,5**	**12,5**	**–**	**12,5**
Revisão de estimativas anteriores	–	–	–	5,7	5,7	–	5,7
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	–	–	–	(0,9)	(0,9)	–	(0,9)
Reservas em 31.12.2017	**–**	**–**	**–**	**17,3**	**17,3**	**–**	**17,3**

A produção de gás natural apresentada nesta tabela é o volume extraído de nossas reservas provadas, incluindo gás combustível consumido nas operações e excluindo gás reinjetado. Nossas reservas provadas de gás divulgadas incluem volumes de gás combustível, que representam 100% de nossa reserva provada total de gás natural em 2017.
Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

As tabelas abaixo resumem as informações sobre as mudanças nas reservas provadas de óleo e gás, em milhões de barris de óleo equivalente, das nossas entidades consolidadas e investidas por equivalência patrimonial para 2017, 2016 e 2015:

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Consolidado

		Exterior					
	Óleo equivalente no Brasil (*)	América do Sul	América do Norte	África	Total de óleo equivalente no Exterior	Óleo equivalente sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2014	12.712,6	188,3	150,1	–	338,3	9,6	13.060,7
Revisão de estimativas anteriores	(2.165,3)	(0,7)	(20,9)	–	(21,6)	0,1	(2.187,1)
Extensões e descobertas	476,7	17,2	–	–	17,2	–	494,0
Recuperação melhorada	0,4	5,3	–	–	5,3	–	5,8
Vendas de reservas	(2,5)	(19,5)	–	–	(19,5)	–	(22,0)
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(879,9)	(24,9)	(15,3)	–	(40,2)	(1,3)	(921,3)
Reservas em 31.12.2015	**10.142,1**	**165,7**	**113,7**	**–**	**279,4**	**8,5**	**10.430,0**
Revisão de estimativas anteriores	100,2	3,9	14,7	–	18,6	1,0	119,8
Extensões e descobertas	103,2	–	–	–	–	–	103,2
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	(151,9)	–	–	(151,9)	–	(151,9)
Aquisição de reservas	–	16,3	–	–	16,3	–	16,3
Produção no ano	(883,4)	(14,2)	(17,4)	–	(31,6)	(1,2)	(916,2)
Reservas em 31.12.2016	**9.462,0**	**19,8**	**111,0**	**–**	**130,8**	**8,3**	**9.601,1**
Revisão de estimativas anteriores	635,7	3,5	27,2	–	30,7	0,2	666,6
Extensões e descobertas	75,4	7,1	–	–	7,1	–	82,5
Recuperação melhorada	246,7	–	–	–	–	–	246,7
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(891,0)	(2,6)	(16,7)	–	(19,3)	(1,2)	(911,4)
Reservas em 31.12.2017	**9.528,8**	**27,9**	**121,5**	**–**	**149,3**	**7,4**	**9.685,5**

(*) Em 2017, inclui o valor de 292,7 milhões de barris de óleo equivalente referente a ativos mantidos para venda.
A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.
Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Investidas por Equivalência Patrimonial

		Exterior					
	Óleo equivalente no Brasil	América do Sul	América do Norte	África	Total de óleo equivalente no Exterior	Óleo equivalente sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2014	–	22,6	–	57,3	79,9	–	79,9
Revisão de estimativas anteriores	–	(3,9)	–	4,8	0,9	–	0,9
Recuperação melhorada	–	–	–	16,2	16,2	–	16,2
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	–	(1,3)	–	(9,7)	(11,0)	–	(11,0)
Reservas em 31.12.2015	**–**	**17,4**	**–**	**68,6**	**86,0**	**–**	**86,0**
Revisão de estimativas anteriores	–	–	–	11,2	11,2	–	11,2
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	(16,9)	–	–	(16,9)	–	(16,9)
Produção no ano	–	(0,5)	–	(8,7)	(9,2)	–	(9,2)
Reservas em 31.12.2016	**–**	**0,0**	**–**	**71,1**	**71,1**	**–**	**71,1**
Revisão de estimativas anteriores	–	–	–	3,5	3,5	–	3,5
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	–	–	–	(8,3)	(8,3)	–	(8,3)
Reservas em 31.12.2017	**–**	**–**	**–**	**66,3**	**66,3**	**–**	**66,3**

Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas - Consolidado e Investidas por Equivalência Patrimonial

		Exterior					
	Óleo equivalente no Brasil (*)	América do Sul	América do Norte	África	Total de óleo equivalente no Exterior	Óleo equivalente sintético no Brasil	Total de todos os produtos
Reservas em 31.12.2014	12.712,6	211,0	150,1	57,3	418,4	9,6	13.140,6
Revisão de estimativas anteriores	(2.165,3)	(4,6)	(20,9)	4,8	(20,8)	0,1	(2.186,2)
Extensões e descobertas	476,7	17,2	–	–	17,2	–	493,9
Recuperação melhorada	0,4	5,3	–	16,2	21,5	–	21,9
Vendas de reservas	(2,5)	(19,5)	–	–	(19,5)	–	(22,0)
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(879,9)	(26,2)	(15,3)	(9,7)	(51,2)	(1,3)	(932,3)
Reservas em 31.12.2015	**10.142,1**	**183,1**	**113,7**	**68,6**	**365,4**	**8,5**	**10.516,0**
Revisão de estimativas anteriores	100,2	3,9	14,7	11,2	29,8	1,0	131,0
Extensões e descobertas	103,2	–	–	–	–	–	103,2
Recuperação melhorada	–	–	–	–	–	–	–
Vendas de reservas	–	(168,8)	–	–	(168,8)	–	(168,8)
Aquisição de reservas	–	16,3	–	–	16,3	–	16,3
Produção no ano	(883,4)	(14,7)	(17,4)	(8,7)	(40,8)	(1,2)	(925,4)
Reservas em 31.12.2016	**9.462,0**	**19,8**	**111,0**	**71,1**	**201,8**	**8,3**	**9.672,2**
Revisão de estimativas anteriores	635,7	3,5	27,2	3,5	34,3	0,2	670,1
Extensões e descobertas	75,4	7,1	–	–	7,1	–	82,5
Recuperação melhorada	246,7	–	–	–	–	–	246,7
Vendas de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Aquisição de reservas	–	–	–	–	–	–	–
Produção no ano	(891,0)	(2,6)	(16,7)	(8,3)	(27,7)	(1,2)	(919,8)
Reservas em 31.12.2017	**9.528,8**	**27,9**	**121,5**	**66,3**	**215,6**	**7,4**	**9.751,7**

(*) Em 2017, inclui o valor de 292,7 milhões de barris de óleo equivalente referente a ativos mantidos para venda.
A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.
Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos

Em 2017, incorporamos 670,1 milhões de boe de reservas provadas por revisões de estimativas anteriores, sendo 355,4 milhões de boe devido a revisões de economicidade, principalmente em função do aumento do preço, e 314,7 milhões de boe devido a revisões técnicas, principalmente em função de melhor resposta de reservatórios dos sistemas de produção em operação no pré-sal, na Bacia de Santos e de Campos, ambas no Brasil.

Adicionalmente, incorporamos 246,7 milhões de boe em nossas reservas provadas resultante de respostas positivas do mecanismo de recuperação suplementar (injeção de água), e acrescentamos 82,5 milhões de boe em nossas reservas provadas devido a extensões e descobertas, principalmente na Bacia de Santos.

Considerando uma produção de 919,8 milhões de boe em 2017, a reserva provada total da companhia resultou em 9.751,7 milhões de boe.

Em 2016, incorporamos 103 milhões de boe de reservas provadas por extensões e descobertas no Brasil (Bacia de Santos), e acrescentamos 131 milhões de boe de nossas reservas provadas devido a revisões de estimativas anteriores, em função de perfurações de novos poços de desenvolvimento da produção e melhor resposta de reservatórios tanto em terra, como no pós-sal *offshore*, no Brasil e nos EUA, além de resultados positivos nas respostas dos reservatórios, nos mecanismos de recuperação (injeção de água) e na eficiência operacional dos sistemas de produção em operação, bem como as crescentes atividades de perfuração e atividades de *tie-back*, no pré-sal, na Bacia de Santos e de Campos, ambas no Brasil.

Reduzimos 169 milhões de boe de nossas reservas provadas devido às vendas de minerais in situ e aumentamos 16 milhões de boe em nossas reservas provadas devido à compra de minerais in situ, resultando em um efeito líquido de uma queda de 153 milhões de boe em nossas reservas provadas. O resultado líquido dessas adições e alienações, excluindo a produção, foi um aumento de 81 milhões de boe para nossas reservas provadas em 2016. Considerando uma produção de 925 milhões de boe em 2016, a nossa reserva provada reduziu 844 milhões de boe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 2015, nossas reservas provadas diminuíram 2.186 milhões de boe devido a revisões de estimativas anteriores, principalmente em razão da queda dos preços do petróleo durante o exercício fiscal de 2015, e diminuíram 22 milhões de boe devido às vendas de reservas provadas. Esta redução foi parcialmente compensada pela incorporação de 494 milhões de boe de reservas provadas das descobertas de novas acumulações e extensões no Brasil, especificamente nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, e na Argentina, na Bacia de Neuquina, e a incorporação de 22 milhões de boe devido a uma melhor recuperação. O resultado líquido (excluindo a produção) foi uma diminuição de 1.692 milhões de boe em nossas reservas provadas em 2015. Considerando-se uma produção de 932 mmboe em 2015, a nossa redução líquida de reservas provadas foi 2.625 milhões de boe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os quadros a seguir apresentam os volumes de reservas provadas desenvolvidas e das não desenvolvidas, líquidas:

	2017				2016				2015			
	Óleo Bruto (milhões de barris)	Óleo Sintético (milhões de barris)	Gás Natural (bilhões de pés cúbicos)	Gás Sintético (bilhões de pés cúbicos)	Óleo Bruto (milhões de barris)	Óleo Sintético (milhões de barris)	Gás Natural (bilhões de pés cúbicos)	Gás Sintético (bilhões de pés cúbicos)	Óleo Bruto (milhões de barris)	Óleo Sintético (milhões de barris)	Gás Natural (bilhões de pés cúbicos)	Gás Sintético (bilhões de pés cúbicos)
Reservas provadas desenvolvidas, líquidas:												
Entidades Consolidadas												
Brasil [*]	4.282,2	6,0	4.515,9	8,1	4.250,1	6,8	5.034,2	9,2	4.266,5	6,9	5.320,5	9,3
América do Sul	0,7	–	56,7	–	0,5	–	33,7	–	39,7	–	366,3	–
América do Norte	72,1	–	24,2	–	79,6	–	83,6	–	53,6	–	122,5	–
Exterior	72,8	–	80,9	–	80,1	–	117,3	–	93,4	–	488,8	–
Total Entidades Consolidadas	4.355,0	6,0	4.596,8	8,1	4.330,2	6,8	5.151,5	9,2	4.359,8	6,9	5.809,3	9,3
Investidas por Equivalência Patrimonial												
América do Sul	–	–	–	–	–	–	–	–	6,6	–	8,0	–
África	29,6	–	9,3	–	32,5	–	8,6	–	28,0	–	10,4	–
Exterior	29,6	–	9,3	–	32,5	–	8,6	–	34,7	–	18,4	–
Total Investidas por Equivalência Patrimonial	29,6	–	9,3	–	32,5	–	8,6	–	34,7	–	18,4	–
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	4.384,6	6,0	4.606,0	8,1	4.362,7	6,8	5.160,1	9,2	4.394,5	6,9	5.827,7	9,3
Reservas provadas não desenvolvidas, líquidas:												
Entidades Consolidadas												
Brasil [**]	3.967,2	–	3.160,2	–	3.812,9	–	3.359,7	–	4.277,7	–	4.267,2	–
América do Sul	0,5	–	103,5	–	0,3	–	80,2	–	12,5	–	314,2	–
América do Norte	42,6	–	16,7	–	16,8	–	3,6	–	37,0	–	16,0	–
Exterior	43,0	–	120,2	–	17,1	–	83,8	–	49,5	–	330,3	–
Total Entidades Consolidadas	4.010,2	–	3.280,5	–	3.830,0	–	3.443,6	–	4.327,2	–	4.597,5	–
Investidas por Equivalência Patrimonial												
América do Sul	–	–	–	–	–	–	–	–	7,9	–	8,9	–
África	33,8	–	8,0	–	36,5	–	3,9	–	37,8	–	6,2	–
Exterior	33,8	–	8,0	–	36,5	–	3,9	–	45,7	–	15,1	–
Total Investidas por Equivalência Patrimonial	33,8	–	8,0	–	36,5	–	3,9	–	45,7	–	15,1	–
Total Entidades Consolidadas e não Consolidadas	4.044,0	–	3.288,5	–	3.866,5	–	3.447,5	–	4.372,9	–	4.612,6	–

[*] Em 2017, inclui o valor de 191,9 milhões de barris de óleo e 131,8 bilhões de pés cúbicos de gás natural referente a ativos mantidos para venda.
[**] Em 2017, inclui o valor de 71,9 milhões de barris de óleo e 41,9 bilhões de pés cúbicos de gás natural referente a ativos mantidos para venda.
A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.
Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

e) Mensuração padronizada dos fluxos de caixa futuros descontados líquidos relacionados a volumes provados de petróleo e gás e correspondentes movimentações

A mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados, referentes às reservas provadas de petróleo e gás natural mencionadas anteriormente, é feita em conformidade com o Tópico de Codificação 932 da SEC – Atividades de Extração - Petróleo e Gás Natural.

As estimativas de futuras entradas de caixa da produção são calculadas pela aplicação do preço médio durante o período de 12 meses anterior à data de fechamento, determinado como uma média aritmética não ponderada do primeiro preço de cada mês dentro desse período, a menos que os preços sejam definidos por acordos contratuais, excluindo indexadores baseados em condições futuras. As variações nos preços futuros se limitam às variações previstas em contratos existentes no fim de cada exercício. Os custos futuros de desenvolvimento e produção correspondem aos dispêndios futuros estimados necessários para desenvolver e extrair as reservas provadas estimadas no fim do exercício com base em indicações de custo no fim do exercício, tendo como premissa a continuidade das condições econômicas no fim do exercício. A estimativa de imposto de renda futuro é calculada utilizando as alíquotas oficiais em vigor no fim do exercício. No Brasil, em conjunto com o imposto de renda, inclui-se contribuições sociais futuras. Os valores apresentados como despesas futuras de imposto de renda incluem deduções permitidas, às quais se aplica as alíquotas oficiais. Os fluxos de caixa futuros descontados líquidos são calculados utilizando fatores de desconto de 10%, aplicados ao meio do ano. Esse fluxo de caixa futuro descontado requer estimativas de quando os dispêndios futuros serão incorridos e de quando as reservas serão extraídas, ano a ano.

A avaliação determinada pelo Tópico de Codificação 932 da SEC requer a adoção de premissas em relação ao momento de ocorrência e ao valor dos custos de desenvolvimento e produção futuros. Os cálculos são feitos no dia 31 de dezembro de cada exercício e não devem ser utilizados como indicativos dos fluxos de caixa futuros da Petrobras ou do valor das suas reservas de petróleo e gás natural.

As informações relativas à mensuração padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados são apresentadas originalmente em dólar norte-americano no Form 20-F da SEC e foram convertidas para o real para apresentação nestas Demonstrações financeiras. Desta forma, visando manter a consistência com os critérios utilizados na mensuração das estimativas de futuras entradas de caixa, conforme descrito anteriormente, a taxa de câmbio utilizada para conversão de cada um dos períodos decorre da cotação média do dólar norte-americano durante o período de 12 meses anterior à data de fechamento, determinada como uma média aritmética não ponderada da cotação do primeiro dia útil de cada mês dentro desse período. As variações cambiais decorrentes desta conversão são demonstradas como ajuste acumulado de conversão nas tabelas de movimentação dos fluxos, conforme a seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Fluxos de caixa líquidos futuros descontados:

	Consolidado					
				Exterior		
	Brasil (**)	América do Sul	América do Norte	Total no Exterior	Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2017						
Fluxos de caixa futuros	1.400.992	2.912	17.107	20.019	1.421.011	11.127
Custos de produção futuros	(679.781)	(1.314)	(7.311)	(8.625)	(688.406)	(2.734)
Custos de desenvolvimento futuros	(149.113)	(469)	(2.071)	(2.540)	(151.653)	(1.671)
Despesa futura de imposto de renda	(201.304)	(284)	(273)	(558)	(201.862)	(1.082)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	370.794	844	7.452	8.296	379.090	5.640
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados (*)	(167.574)	(441)	(2.256)	(2.697)	(170.271)	(1.513)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	**203.220**	**404**	**5.196**	**5.599**	**208.819**	**4.127**
Em 31 de dezembro de 2016						
Fluxos de caixa futuros	1.260.888	2.116	13.437	15.553	1.276.441	10.407
Custos de produção futuros	(738.852)	(843)	(7.597)	(8.440)	(747.292)	(3.839)
Custos de desenvolvimento futuros	(149.444)	(425)	(1.875)	(2.300)	(151.744)	(2.481)
Despesa futura de imposto de renda	(163.121)	(229)	(141)	(370)	(163.491)	(808)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	209.471	619	3.824	4.443	213.914	3.279
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados (*)	(88.016)	(274)	(898)	(1.172)	(89.188)	(1.221)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	**121.455**	**345**	**2.926**	**3.271**	**124.726**	**2.058**
Em 31 de dezembro de 2015						
Fluxos de caixa futuros	1.524.183	21.563	15.560	37.123	1.561.306	12.995
Custos de produção futuros	(844.332)	(10.434)	(8.847)	(19.281)	(863.613)	(4.629)
Custos de desenvolvimento futuros	(215.751)	(3.481)	(3.272)	(6.753)	(222.504)	(4.050)
Despesa futura de imposto de renda	(202.433)	(1.736)	(76)	(1.812)	(204.245)	(1.151)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	261.667	5.912	3.365	9.277	270.944	3.165
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados (*)	(120.677)	(1.939)	(488)	(2.427)	(123.104)	(1.480)
Fluxos de caixa líquidos futuros padronizados descontados	**140.990**	**3.973**	**2.877**	**6.850**	**147.840**	**1.685**

(*) Capitalização semestral
(**) Inclui o valor de R$ 5.649 referente a ativos classificados como mantidos para venda em 2017.
A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Movimentação dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados:

	Consolidado					
				Exterior		
	Brasil(**)	América do Sul	América do Norte	Total no Exterior	Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
Saldo em 1º de janeiro de 2017	121.455	346	2.925	3.271	124.726	2.058
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(74.716)	(192)	(1.798)	(1.990)	(76.706)	(832)
Custos de desenvolvimento incorridos	36.898	75	734	809	37.707	939
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	–	–	–	–	–	–
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	13.360	221	–	221	13.581	–
Revisões de estimativas anteriores de volumes	26.369	119	1.413	1.533	27.902	161
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	160.586	9	2.345	2.354	162.940	1.575
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(50.665)	(98)	(461)	(559)	(51.224)	(80)
Acréscimo de desconto	12.145	45	242	287	12.433	186
Variação líquida de imposto de renda	(29.474)	(58)	(6)	(64)	(29.538)	(293)
Outros - não especificados	–	(29)	79	50	50	608
Ajuste acumulado de conversão	(12.738)	(33)	(280)	(313)	(13.051)	(197)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**203.220**	**404**	**5.196**	**5.599**	**208.819**	**4.127**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Não Auditada)
PETROBRAS
(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado					
		Exterior				
	Brasil	América do Sul	América do Norte	Total	Total	Investidas por Equivalência Patrimonial
Saldo em 1º de janeiro de 2016	140.990	3.973	2.877	6.850	147.840	1.685
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(63.242)	(1.238)	(1.524)	(2.762)	(66.004)	(733)
Custos de desenvolvimento incorridos	42.342	622	523	1.145	43.487	1.374
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	–	(3.860)	–	(3.860)	(3.860)	(189)
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	4.353	–	1.709	1.709	6.062	236
Revisões de estimativas anteriores de volumes	4.225	–	785	785	5.010	854
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(95.372)	–	(2.681)	(2.681)	(98.053)	(1.682)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	32.372	–	814	814	33.186	(65)
Acréscimo de desconto	14.099	572	290	862	14.961	184
Variação líquida de imposto de renda	31.044	–	(4)	(4)	31.040	217
Outros - não especificados	–	(2)	(66)	(68)	(68)	59
Ajuste acumulado de conversão	10.644	279	202	481	11.125	118
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**121.455**	**346**	**2.925**	**3.271**	**124.726**	**2.058**

	Consolidado					
		Exterior				
	Brasil	América do Sul	América do Norte			Investidas por Equivalência Patrimonial
Saldo em 1º de janeiro de 2015	406.613	2.532	7.739	10.271	416.884	3.025
Vendas e transferências de petróleo e gás líquidas do custo de produção	(57.037)	(1.845)	(1.329)	(3.174)	(60.211)	(818)
Custos de desenvolvimento incorridos	47.906	1.486	1.310	2.796	50.702	1.420
Variação líquida em decorrência de compras e vendas de minerais	(113)	(191)	–	(191)	(304)	–
Variação líquida em decorrência de extensões, descobertas e melhorias, menos custos relacionados	21.499	1.068	–	1.068	22.567	1.606
Revisões de estimativas anteriores de volumes	(97.550)	6	(2.161)	(2.155)	(99.705)	441
Variação líquida dos preços, preços de transferências e custos de produção	(610.081)	499	(9.258)	(8.759)	(618.840)	(5.728)
Variação nos custos futuros estimados de desenvolvimento	(22.904)	(1.221)	1.775	554	(22.350)	(399)
Acréscimo de desconto	40.661	517	1.035	1.552	42.213	429
Variação líquida de imposto de renda	226.167	220	305	525	226.692	1.110
Outros - não especificados	–	(133)	303	170	170	599
Ajuste acumulado de conversão	185.829	1.035	3.158	4.193	190.022	–
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**140.990**	**3.973**	**2.877**	**6.850**	**147.840**	**1.685**

(**) Inclui o valor de R$ 5.649 referente a ativos classificados como mantidos para venda em 2017.
A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição deste país proíbe divulgação e registro de suas reservas.
Aparentes diferenças na soma de parcelas são frutos de arredondamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA
PETROBRAS
Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ NELSON GUEDES DE CARVALHO
PRESIDENTE

PEDRO PULLEN PARENTE
CONSELHEIRO

JERÔNIMO ANTUNES
CONSELHEIRO

SEGEN FARID ESTEFEN
CONSELHEIRO

GUILHERME AFFONSO FERREIRA
CONSELHEIRO

DURVAL JOSÉ SOLEDADE SANTOS
CONSELHEIRO

BETANIA RODRIGUES COUTINHO
CONSELHEIRA

FRANCISCO PETROS OLIVEIRA LIMA PAPATHANASIADIS
CONSELHEIRO

MARCELO MESQUITA DE SIQUEIRA FILHO
CONSELHEIRO

DIRETORIA EXECUTIVA

PEDRO PULLEN PARENTE
PRESIDENTE

IVAN DE SOUZA MONTEIRO
DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES

HUGO REPSOLD JÚNIOR
DIRETOR EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E TECNOLOGIA

NELSON LUIZ COSTA SILVA
DIRETOR EXECUTIVO DE ESTRATÉGIA, ORGANIZAÇÃO E SISTEMA DE GESTÃO

EBERALDO DE ALMEIDA NETO
DIRETOR EXECUTIVO DE ASSUNTOS CORPORATIVOS

JORGE CELESTINO RAMOS
DIRETOR EXECUTIVO DE REFINO E GÁS NATURAL

SOLANGE DA SILVA GUEDES
DIRETORA EXECUTIVA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

JOÃO ADALBERTO ELEK JUNIOR
DIRETOR EXECUTIVO DE GOVERNANÇA E CONFORMIDADE

RODRIGO ARAUJO ALVES
CONTADOR-CRC-RJ-115.881/O-3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - "Operação Lava Jato" e seus reflexos na companhia

Conforme Nota Explicativa nº 3 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em conexão com os processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Lava Jato" e seus desdobramentos, a Companhia, por meio de uma investigação independente e considerando seu conhecimento e informação disponível, reconheceu em 2014, uma baixa no montante de R$ 6.194 milhões (R$ 4.788 milhões na Controladora), referente a estimativa de gastos capitalizados de forma indevida, os quais foram pagos adicionalmente pela Companhia na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. A referida estimativa considerou premissas que, desde então, vem sendo monitoradas pela Companhia na medida em que a investigação avança e novos fatos surjam. Dessas premissas, as mais significativas foram: (i) período de contrato e pagamentos realizados a empresas envolvidas; (ii) nome das empresas e das pessoas envolvidas, bem como relacionamentos diretos e indiretos com essas; e (iii) percentual adotado sobre os contratos para realização dos pagamentos indevidos. Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função do acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento pela Companhia, que podem alterar as premissas que resultaram no reconhecimento da baixa referente a gastos capitalizados de forma indevida nas demonstrações contábeis, bem como impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e no valor da equivalência patrimonial das demonstrações contábeis individuais.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das informações relacionadas às investigações em andamento pela Companhia, testando a integridade das informações do canal de denúncias, tratamento destas denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes. Com base em testes, avaliamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração e por escritórios de advocacia independentes e avaliamos se a posição da Companhia sobre a estimativa e premissas adotadas se mantêm adequadas. Nossos especialistas em *forensic* nos auxiliaram a avaliar o escopo, inclusive completude e abrangência da investigação independente, notadamente no que diz respeito aos projetos avaliados como de maior exposição ao risco de associação com atos ilícitos objeto da Lava Jato e na avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, seleção de aspectos de maior criticidade para execução de procedimentos adicionais, acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação e utilização de informações relevantes oriundas das delações e acordos de leniência homologados visando avaliar a adequação da estimativa referente a gastos capitalizados de forma indevida. Com base nas evidências obtidas por meio dos

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo de gastos capitalizados de forma indevida, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2 - Processos judiciais e Contingências	
Conforme Nota Explicativa nº 30.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A avaliação da classificação de perda pela Companhia é suportada por critérios e premissas que envolvem elevado grau de complexidade e que são influenciadas por teses e/ou julgamentos resultantes de interpretação quanto a aspectos legais complexos e por vezes controversos de matéria jurídica em variadas instâncias e diferentes cortes judiciais. Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função do reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes requerer que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores envolvidos, a probabilidade de saída de recursos e a existência de uma obrigação presente dos processos judiciais dos quais a Companhia é parte envolvida, bem como impactar o valor destes passivos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e no valor da equivalência patrimonial das demonstrações contábeis individuais.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes. Avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, incluindo a adesão aos diversos programas de regularização tributária. Avaliamos as informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação com os consultores jurídicos internos e externos e demais documentos produzidos pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo das provisões para contingências, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3 - Redução ao valor recuperável dos ativos	
Conforme Nota Explicativa nº 14 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
A avaliação quanto a redução ao valor recuperável do ativo (“impairment”) imobilizado e dos ativos intangíveis, bem como a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos relacionadas a premissas, tais como: (i) preço médio do *Brent* e taxa média de câmbio (Real/Dólar) cujas estimativas são relevantes para praticamente todos os segmentos de negócio da companhia; (ii) estimativas de recuperação das reservas de petróleo e gás; (iii) definição das taxas de desconto e taxa de câmbio. Devido ao grau de complexidade adotado na avaliação da definição e revisão das unidades geradoras de caixa para fins de testes de redução ao valor recuperável dos ativos, e o nível de incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa, as estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, bem como a complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação da redução ao valor recuperável e da estimativa das reservas de petróleo e gás. Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram o entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Avaliamos a razoabilidade da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e a metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de valorização dos ativos e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, como o preço futuro do petróleo e gás natural, o crescimento econômico projetado, a inflação projetada no modelo e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas. No que tange à determinação da estimativa de recuperação das reservas de petróleo e gás, comparamos o estudo efetuado por especialista externo contratado pela Companhia com os totais de Reservas utilizados, bem como verificamos a movimentação das reservas no exercício com base em informações de produção internas e externas. Verificamos o valor recuperável dos ativos com o valor registrado de ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação de perdas por valor recuperável de seus ativos para cada UGC. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

4 - Benefícios concedidos a empregados	
Conforme Nota Explicativa nº 22 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
A Companhia patrocina planos de pensão e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados. O passivo atuarial é determinado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método de crédito unitário projetado, com referência em premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Devido ao alto grau de julgamento por parte da Companhia para determinação das estimativas, bem como geração dos dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, que pode impactar o valor destes passivos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e no valor da equivalência patrimonial das demonstrações contábeis individuais, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados ao processo de mensuração e divulgação do passivo atuarial. Realizamos procedimentos sobre as informações das bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações, com base em amostragem, bem como obtivemos informações sobre a competência técnica e experiência do atuário independente responsável pelo cálculo atuarial. Com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do cálculo do passivo atuarial e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, como: taxa de desconto, crescimento salarial, rotatividade do plano de pensão e saúde, tábua de mortalidade e invalidez e custos médicos. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos a estimativa do valor justo dos ativos relacionados. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do passivo atuarial, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do passivo atuarial, bem como

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5 - Contas a receber do setor elétrico	
Conforme Nota Explicativa nº 8.4 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
A Companhia fornece óleo combustível e gás natural, entre outros produtos, para usinas de geração termoelétrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIE) que compõem o sistema isolado de energia na região norte do país. Parte significativa do valor utilizado na liquidação financeira das contas a receber da Companhia provém do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis. Contudo, foram impostas restrições legais que reduziram os valores ressarcidos pelo referido fundo, o que acarretou um aumento da inadimplência das empresas que operam neste setor. Devido às circunstâncias supracitadas, à relevância do saldo das contas a receber, bem como ao grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil das perdas em crédito de liquidação duvidosa, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração e reconhecimento contábil relacionado ao saldo das contas a receber do setor elétrico. Realizamos procedimentos para verificar a perda por redução ao valor recuperável do contas a receber do setor elétrico, com base em amostragem realizamos confirmação de saldo com as empresas do setor elétrico, analisamos os contratos de confissão de dívida, bem como a avaliamos o estágio atual das negociações entre a Companhia, Eletrobrás e Governo Federal. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo do contas a receber do setor elétrico, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6 - Contabilidade de *Hedge* de fluxo de caixa	
Conforme Notas Explicativas nº 4.3.6 e 33.2 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para determinadas transações. As relações de *hedge* de fluxos de caixa se referem a *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, que possam afetar o resultado. Em tais *hedges*, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos de proteção é reconhecida em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido afetar o resultado do período. A parcela não eficaz é registrada no resultado financeiro do período. Devido à relevância dos instrumentos financeiros protegidos e critérios significativos utilizados pela Companhia para determinação das exportações futuras consideradas como altamente prováveis e das perdas e ganhos cambiais registrados, que pode impactar o valor apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, analisamos os critérios usados pela Companhia para definir a parcela das exportações futuras consideradas "altamente prováveis", bem como avaliamos as premissas utilizadas na aplicação da contabilidade de hedge de fluxo de caixa. Adicionalmente, realizamos procedimentos de recálculo da variação cambial e avaliamos os testes de eficácia prospectivos e retrospectivos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a contabilidade de hedge de fluxos de caixa, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

7 - Provisões para desmantelamento de áreas	
Conforme Nota Explicativa nº 20 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Como consequência das suas operações, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. Estimar os custos associados ao desmantelamento de áreas envolve julgamentos significativos, uma vez que: (i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; (ii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas quanto às práticas de	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração e reconhecimento contábil da provisão para desmantelamento de áreas. Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas utilizadas

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça
KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

remoção e restauração e aos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e (iii) as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança. Devido à relevância da provisão para desmantelamento de áreas e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações contábeis, que pode impactar o valor destes passivos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	no cálculo desta estimativa, principalmente a natureza e a composição dos gastos futuros previstos para o desmantelamento de áreas, taxas de inflação, de desconto e de risco, e as informações de mercado que suportam as taxas aplicadas. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o saldo das provisões para desmantelamento de áreas, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de março de 2017, que não conteve modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro (“RMF”).

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual e o Relatório ao Mercado Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
PETROBRAS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da lei ou do estatuto social e que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Petrobras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Petrobras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018.

Pedro Pullen Parente
Presidente

Ivan de Souza Monteiro
Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores

Hugo Repsold Júnior
Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia

Nelson Luiz Costa Silva
Diretor Executivo de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão

Eberaldo de Almeida Neto
Diretor Executivo de Assuntos Corporativos

Jorge Celestino Ramos
Diretor Executivo de Refino e Gás Natural

Solange da Silva Guedes
Diretora Executiva de Exploração e Produção

João Adalberto Elek Junior
Diretor Executivo de Governança e Conformidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARECER DO CONSELHO FISCAL
PETROBRAS

O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PETROBRAS: I- o Relatório Anual- Exercício de 2017; e II- o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia, e nas informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes, de 14.03.2018, o Conselho Fiscal, com votos contrários dos Conselheiros Fiscais Reginaldo Ferreira Alexandre e Walter Luís Bernardes Albertoni, opina que os documentos apresentados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas da PETROBRAS.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018.

Marisete Fátima Dadald Pereira
Presidente

Adriano Pereira de Paula
Conselheiro

Eduardo Cesar Pasa
Conselheiro

Walter Luis Bernardes Albertoni
Conselheiro

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

Antonio Roberto da Silva
Assessor Técnico
CRC/RJ-055019/0-5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
PETROBRAS
(Exercício Social 2017)

Aos Conselheiros de Administração da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") é um órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Companhia"), regido pela Instrução CVM nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis, inclusive a Sarbanes-Oxley Act ("SOx") e regras emitidas pela Securities and Exchange Commission ("SEC") e pela Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE"), possuindo Regimento Interno próprio ("Regimento").

O Comitê de Auditoria Estatutário tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções, atuando principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis individuais e consolidadas (doravante, "demonstrações contábeis"); (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e dos Auditores Internos.

No cumprimento de suas responsabilidades, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis da Companhia sejam completas e exatas e estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é a responsabilidade da Administração e dos auditores independentes. No cumprimento de suas responsabilidades descritas em seu Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

O Comitê de Auditoria é composto pelos seguintes Conselheiros de Administração: Jerônimo Antunes (Presidente do Comitê), Marcelo Mesquita de Siqueira Filho e Durval José Soledade Santos, sendo o Conselheiro Jerônimo Antunes o especialista financeiro e de contabilidade societária do CAE, conforme previsto nas legislações brasileira e norte-americana.

Importa destacar que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e no artigo 31-C, §2º, da Instrução CVM nº 308 de 14/05/1999, alterada pela Instrução CVM nº 509 de 16/11/2011, bem como aos critérios de independência exigidos pela legislação norte-americana no que são aplicáveis à Petrobras e, também pelos critérios do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

2. Atribuições e Responsabilidades

2.1 Administração da Companhia

A Administração da Companhia é responsável: (i) pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam coletar dados na elaboração das demonstrações contábeis, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, além das emitidas pelo IASB, dos atos normativos pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e, por ser listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque, das normas estabelecidas pela SEC e pela SOx; (ii) por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, e (iii) pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, a níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2.2 Auditoria Interna

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, é supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria Estatutário, e responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia da Petrobras.

2.3 Auditoria Independente

Desde maio de 2017, a KPMG é responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis anuais publicadas e pela revisão das informações trimestrais (ITRs) arquivadas na CVM, emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentam a sua opinião independente a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), além da aderência às normas da CVM, preceitos da legislação societária brasileira e regulamentação norte-americana aplicável à Petrobras.

2.4 Conformidade e Controles Internos

A atual Diretoria de Governança e Conformidade ("DGC") começou a atuar em 2015 com a missão de assegurar a conformidade de processos e mitigar riscos, dentre eles os de fraude e de corrupção, garantindo a aderência a leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos.

A Gerência Executiva de Conformidade, que faz parte da DGC, tem a atribuição de planejar, orientar, coordenar e avaliar atividades de controle, conformidade e redução de riscos de fraude e de corrupção, reportando à Alta Administração as ações e os resultados de conformidade em todo o Sistema Petrobras. A investigação e apuração de denúncias é atribuição da Gerência Geral de Apuração de Denúncias (APD), cujo porte e atribuições foram aprovados pelo Conselho de Administração em 26/07/2017.

Desde a criação, no final de 2014, da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade ("DGRC" – atual Diretoria de Governança e Conformidade, "DGC"), inúmeras ações foram implementadas na Petrobras com o objetivo de garantir a conformidade de processos e diminuição de riscos, além de assegurar a aderência a leis, normas, padrões e regulamentos, internos e externos à Companhia. Nesse sentido, ao longo de 2017, destacam-se, como importantes medidas de aprimoramento de governança e controles, assim como prêmios externos de reconhecimento destas, as seguintes:

1) a criação da função não estatutária de Diretor Adjunto de Governança e Conformidade em 12/06/2017: esta medida foi mais um avanço no sistema de governança da companhia, dado que o Diretor Adjunto pode concentrar seu foco de atuação em ações internas, especialmente aquelas ligadas a demandas de controles internos, governança corporativa e governança societária, assim como prevenção e investigação;

2) a publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, em 29/06/2017, em atendimento à Lei 13.303/16, ao Decreto 8.945/16 e ao Programa Destaque em Governança de Estatais da B3. Esta carta é destinada ao público em geral e reúne, de forma sintética, as principais informações relativas a compromissos com o alcance de objetivos de políticas públicas, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, dados econômico-financeiros, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da companhia;

3) a obtenção da Certificação no Programa Destaque em Governança de Estatais concedida pela B3 (antiga BM&FBovespa), em 08/08/2017;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) o Prêmio de "Conselho de Administração", concedido em 14/09/2017, na 3a edição do "Prêmio Empresas Mais", que se trata de uma parceria do Grupo Estado com a Fundação Instituto de Administração (FIA) e a agência classificadora de risco Austin Rating, no qual a Petrobras foi escolhida como vencedora no quesito Conselho de Administração, que integra o item Governança Corporativa. O "Empresas Mais" analisa uma base de dados de 1.500 empresas e leva em consideração o desempenho econômico dos negócios e também iniciativas em governança corporativa;

5) adesão ao segmento especial de listagem Nível 2 de Governança Corporativa da B3 em 26/10/2017, com suas respectivas alterações estatutárias para esta adesão aprovadas pela Assembleia de Acionistas em 15/12/2017;

6) em 10/11/2017, a obtenção de nota máxima em Indicador de Governança ("IG-SEST"), elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, com os resultados apurados em seu 1º Relatório de Avaliação, em que a companhia obteve nota 10,0 e atingiu o Nível 1 de governança; e

7) Troféu Transparência 2017, outorgado pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) pela qualidade das demonstrações contábeis da Petrobras de 2016.

2.5 Gestão e Monitoramento de Riscos

A Gerência Executiva de Riscos Empresariais, vinculada à Diretoria de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão, é a responsável por fortalecer a visão integrada dos riscos empresariais do Sistema Petrobras, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos relevantes, em articulação com as diversas áreas e empresas do Sistema Petrobras.

2.6 Governança

A Gerência Executiva de Governança é vinculada à Diretoria Adjunta de Governança e Conformidade, sendo responsável por assegurar o cumprimento dos modelos de governança corporativa da Petrobras e de governança societária do Sistema Petrobras, bem como garantir a gestão do processo decisório da Petrobras e do planejamento, avaliação de desempenho e otimização societária das empresas do Sistema Petrobras;

2.7 Ouvidoria e Canal de Denúncias

A Ouvidoria-Geral é vinculada ao Conselho de Administração da Petrobras, atuando com independência, isenção e confidencialidade. É responsável pela apresentação e gestão de reclamações e denúncias recebidas e tratadas, bem como das solicitações feitas ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); prestando contas de suas atividades ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria Estatutário, e à Diretoria Executiva da Petrobras.

A Ouvidoria-Geral é um canal direto entre os diversos públicos de interesse da Petrobras e a Alta Administração. O recebimento das denúncias, inclusive anônimas, é feito através do Canal de Denúncias, que é estruturado por um sistema contratado, da empresa denominada "Contato Seguro", garantindo a confidencialidade e sigilo necessários.

2.8 Transações com Partes Relacionadas

Cabe ao Comitê de Auditoria Estatutário avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, bem como revisar, trimestralmente, o sumário das transações com partes relacionadas da Petrobras envolvendo seus Diretores Executivos, Conselheiros, bem como o cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, e, por afinidade, até o segundo grau de tais administradores, e companhias que empreguem quaisquer de seus Diretores Executivos e Conselheiros, além de qualquer outra relação com partes relacionadas que seja relevante, conforme definido pela CVM e pela SEC.

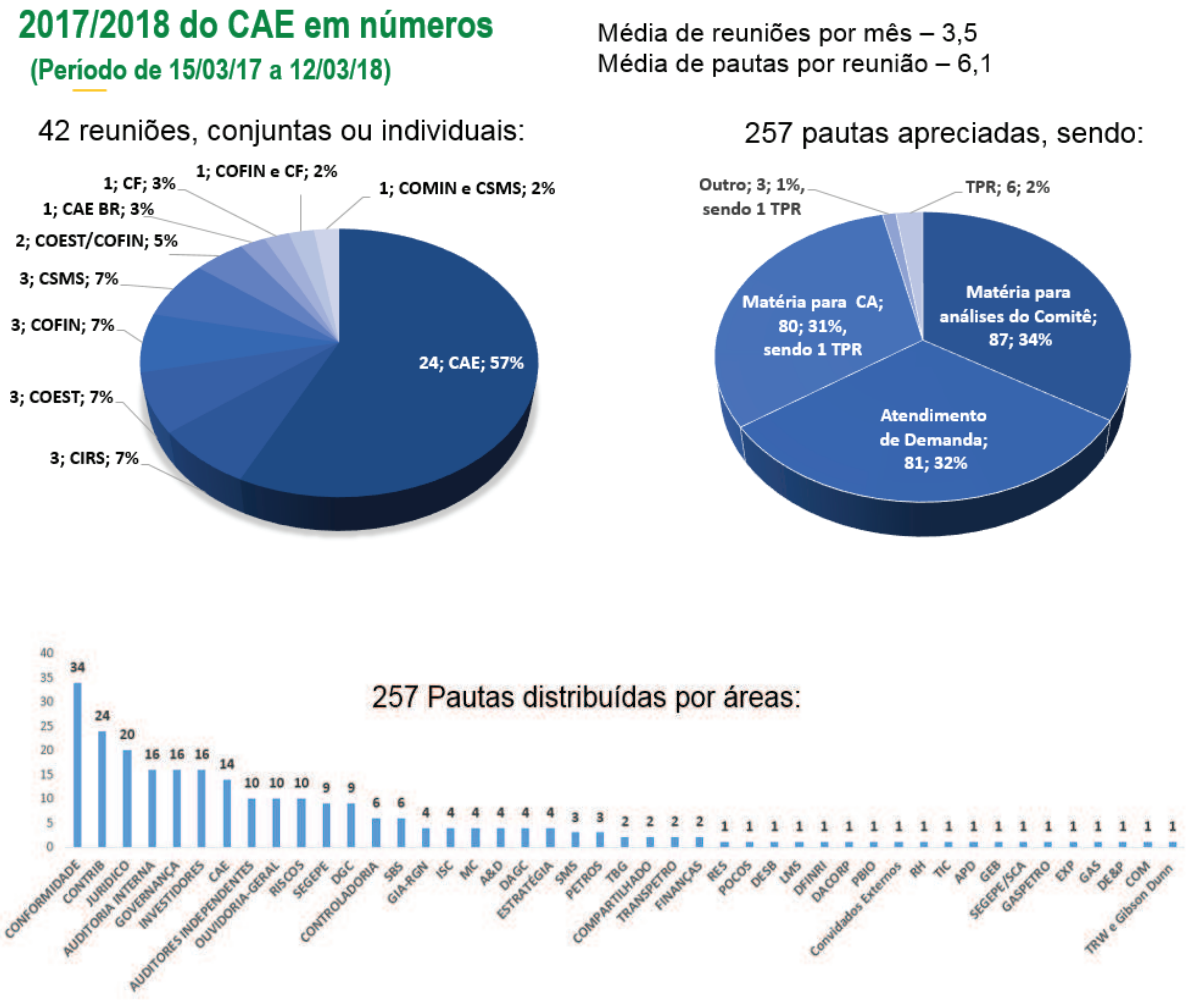
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
PETROBRAS
(Exercício Social 2017)

A partir de 15/12/2016, com a aprovação pelo Conselho de Administração da revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras, o Regimento Interno do CAE foi alterado para que o Comitê, além da avaliação e monitoramento das transações com partes relacionadas, analise previamente aquelas que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM 480 de 07/12/2009, nos termos da revisão da citada política.

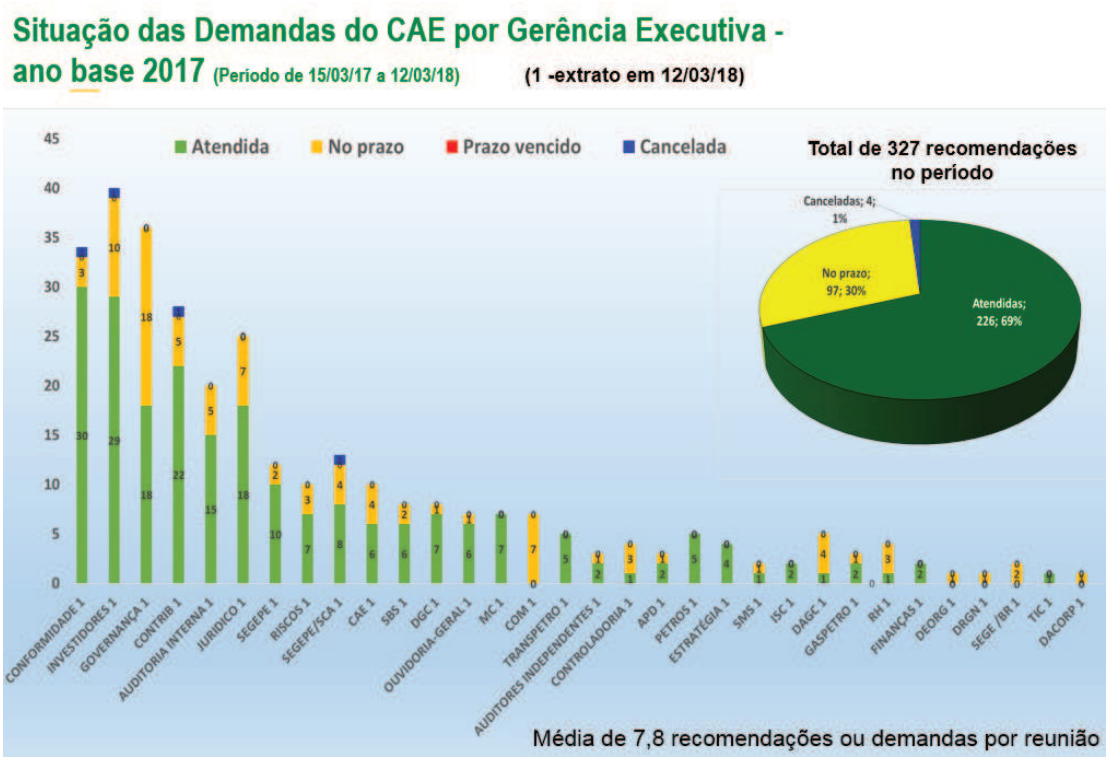
3. Resumo das atividades em 2017/2018

No período de 15 de março de 2017 (primeira reunião ordinária do CAE após apreciação das Demonstrações Contábeis de 2016) a 12 de março de 2018 (reunião ordinária do CAE, conjunta com Comitê Financeiro e com o Conselho Fiscal – para apreciação das Demonstrações Contábeis de 2017), o Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobras realizou 42 reuniões, que contemplaram 257 pautas, envolvendo Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais, Membros do Comitê Especial de Investigação, Diretores Executivos, Gerentes Executivos, Ouvidor-Geral, Auditores Internos, Auditores Independentes, Advogados Internos e Externos e membros de Comitês de Auditoria de empresas do Sistema Petrobras, assim segregadas:



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
PETROBRAS
(Exercício Social 2017)



O CAE elaborou o Calendário Anual de Pautas do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício social de 2018, contemplando as pautas e respectivas áreas que dão cumprimento às obrigações regimentais deste Comitê. Este calendário permite, de forma antecipada, o planejamento e a elaboração das matérias a serem apreciadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que devem ser encaminhadas pelas áreas com, no mínimo 7 (sete) dias de antecedência da data da reunião, salvo autorização específica do Presidente deste Comitê, conforme previsto no item 6, alínea 6.3, do Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 28/02/2018. O Calendário Anual de Pautas do Comitê de Auditoria Estatutário foi encaminhado formalmente para as áreas responsáveis em 05/02/2018.

3.1 Auditoria Independente

Foram apreciadas 10 pautas em 10 reuniões, contemplando, dentre outros assuntos, (i) o planejamento e a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis trimestrais e anual do exercício social de 2017, (ii) conhecer a natureza, época e extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados e a materialidade adotada, (iii) a análise de riscos de auditoria por eles efetuadas, (iv) as deficiências significativas identificadas na avaliação dos riscos dos controles internos, (v) os pontos de atenção identificados e (vi) as conclusões dos seus exames de auditoria. Também foram obtidas informações para assegurar a independência dos auditores e a inexistência de conflitos de interesses em outros trabalhos que não os de auditoria das demonstrações contábeis.

Adicionalmente, foram debatidos com os auditores independentes os denominados Principais Assuntos de Auditoria, apontados no Relatório dos Auditores Independentes, a saber: (i) "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia; (ii) processos judiciais e contingências; (iii) redução do valor recuperável dos ativos; (iv) benefícios concedidos aos empregados; (v) contas a receber do setor elétrico; (vi) contabilidade de Hedge de fluxo de caixa; e (vii) provisões para desmantelamento de áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.2 Contabilidade e Tributário

Foram apreciadas 24 pautas ao longo de 14 reuniões, tendo como objeto as demonstrações contábeis trimestrais e anual do exercício social de 2017, abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e das notas explicativas às demonstrações contábeis. Essas pautas envolveram, além da Auditoria Independente, também as seguintes áreas: Jurídico, Conformidade (Controles Internos) e Auditoria Interna.

Os possíveis efeitos contábeis nas demonstrações financeiras de 31.12.2017 e subsequentes, das alterações decorrentes dos novos pronunciamentos IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 15 – Receitas de Contrato com Clientes (ambos com adoção a partir de 1o de janeiro de 2018) e IFRS 16 – Arrendamentos Mercantis (adoção a partir de 1o de janeiro de 2019), foram analisadas e debatidas pelo CAE com os responsáveis pela Contabilidade e Tributário.

3.3 Auditoria Interna

Destaca-se que, desde setembro/2016, o Gerente Executivo da Auditoria Interna participa como convidado permanente de todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário.

Foram realizadas 16 pautas de responsabilidade da Auditoria Interna, em 11 reuniões em que o Comitê de Auditoria Estatutário tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fez o acompanhamento de providências saneadoras adotadas pela Administração. Essas pautas abordaram os relatórios trimestrais e anual dos trabalhos da Auditoria Interna (RAINT), o Plano de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), as ações necessárias para o processo em curso visando a Certificação de Qualidade (Quality Assessment) da Auditoria Interna, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (The Institute of Internal Auditors – IIA), além da evolução dos testes dos controles SOx na Petrobras e em suas principais subsidiárias.

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna, o CAE determinou que, após o encerramento de cada um dos seus trabalhos, a Auditoria Interna solicite avaliação formal compulsória do Gerente Executivo ou do Gerente Geral, responsável pela área auditada, conforme as questões previamente acordadas com este Comitê, como uma forma de manter um canal independente das Gerências Executivas auditadas diretamente com o CAE, para relato de eventuais críticas e/ou elogios sobre os trabalhos da Auditoria Interna.

Essas avaliações são de acesso confidencial e exclusivo da área que assessora o Comitê em suas atividades, por delegação do CAE, e os resultados são periodicamente consolidados e encaminhados para os membros do CAE, com feedback consolidado e periódico para a Auditoria Interna, sem identificação das opiniões individuais dos avaliadores. Para as avaliações que, a juízo dos membros do CAE, demandarem elucidações e/ou complementos de informações, ou ainda, arbitramento de eventuais conflitos de opiniões, os avaliadores são convidados para participar de reuniões privativas apenas com os membros do CAE, para posterior análises e debates com o Gerente Executivo da Auditoria Interna.

A prática de avaliação dos trabalhos da Auditoria Interna é um dos itens previstos no Programa de Certificação de Qualidade do Instituto dos Auditores Internos (The Institute of Internal Auditors), que visa à melhoria contínua da gestão dos processos desta área para atender as expectativas dos clientes internos da Petrobras e entregar serviços que adicionem valor para seu processo e para a Companhia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.4 Conformidade e Sistemas de Controles Internos

Foram apresentadas 34 pautas em 16 reuniões, tendo sido objeto de acompanhamento e recomendações, dentre outros, os seguintes temas: (i) plano de ação referente aos pontos de atenção e remediação das deficiências significativas reportadas no Formulário de Referência de 2017 – exercício social de 2016 - arquivado na CVM (correspondentes às "Material Weaknesses" reportadas no Form 20-F de 2017 – exercício social de 2016 - arquivadas na SEC), com acompanhamento rigoroso e em períodos mensais e/ou semanais do CAE; (ii) sistema de controles internos; (iii) riscos SOx/CVM; (iv) processo de Due Diligence de Integridade; e (v) Relatórios trimestrais de Atividades da Gerência Executiva de Conformidade (mais recentemente transformados em "Relatório de Atividades das Gerências Executivas Conformidade (CONF), Governança (Governança) e Apuração de Denúncias (APD)".

3.5 Gestão e Monitoramento de Riscos

Foram debatidas 10 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos, ao longo de 9 reuniões, com envolvimento de outras áreas da Companhia, tais como: Relacionamento com Investidores, Governança, Conformidade (Controles Internos) e Contabilidade e Tributário. Essas pautas abordaram, dentre outros, os seguintes assuntos: (i) governança para riscos tributários; (ii) matriz de gestão de riscos de fraude e corrupção; (iii) inventário dos riscos SOx/CVM, (iv) processo de revisão e atualização dos fatores de risco constantes nos Formulário de Referência e Form 20-F; (v) mapa de riscos estratégicos, riscos trabalhistas e apetite a riscos; e (vi) medidas mitigadoras para cada um dos fatores de riscos da matriz de gestão de riscos de fraude abordadas em pautas mensais no Comitê.

3.6 Governança

Foram debatidas 16 pautas de Governança, ao longo de 12 reuniões, com envolvimento de outras áreas da Companhia (como: Jurídico, GIA-RGN, GIA-E&P, dentre outras), para apreciação de temas como: panorama das empresas do Sistema Petrobras; Carta Anual Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2016; aplicação da matriz de limites de atuação da Petrobras aos processos de baixas de créditos de natureza tributária; alteração da tabela de limites de competência e delegação de competências; revisão da Tabela Referencial Societária (TRS) para os administradores indicados nas empresas do Sistema Petrobras; proposta de criação de CAE Único para as empresas do Sistema Petrobras, em atendimento à Lei 13.303/16 e ao Decreto 8.945/16; plano para adequação à Instrução CVM nº 586/17 e ao Código Brasileiro de Governança Corporativa; e revisão do Regimento Interno do CAE.

3.7 Ouvidoria-Geral e Canal de Denúncias

Relacionadas especificamente à Ouvidoria-Geral e Canal de Denúncias foram abordadas 10 pautas em 9 reuniões realizadas, onde foram apresentadas em detalhes as denúncias de muito alto e alto risco e os relatórios trimestrais contemplando todas as atividades, denúncias e providências tomadas, bem como a revisão da Política e Diretrizes da Função Ouvidoria na Petrobras. Cabe destacar que o reporte trimestral da Ouvidoria-Geral ao CAE, das denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia único da Petrobras, com capítulo dedicado ao detalhamento das denúncias de fraude e corrupção, tem como escopo atender ao disposto no artigo 24, §2º da Lei nº 13.303/2016.

3.8 Transações com Partes Relacionadas

Realizadas 14 reuniões, com apreciação de 16 pautas sobre transações com partes relacionadas, incluindo a revisão da Política de Partes Relacionadas e, conforme atribuição 5.1, "n", do Regimento Interno do Comitê, a análise prévia das transações com partes relacionadas que atendam aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração. Em atendimento à esse requisito, o CAE teve 10 pautas (do total de 16) de análise prévia de transações com partes relacionadas, cujo processo foi sendo aperfeiçoado e hoje conta com certificações relativas à comutatividade e isonomia da transação, assinada pela Gerência (responsável pela transação) e pela Gerência Executiva de Investidores, garantindo que as transações seguiram os mesmos procedimentos que norteiam as transações realizadas com terceiros que não são partes relacionadas e que foram celebradas em observância às condições de mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.9 Outras Atividades

O Comitê de Auditoria Estatutário se reuniu com os principais executivos da Companhia e das suas principais sociedades controladas, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias do negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações. O CAE apreciou também pautas sobre: (i) atualização semestral sobre as atividades da Gerência Executiva Inteligência e Segurança Corporativa, área da Companhia responsável pelas atividades normativas e de execução de inteligência, investigação, segurança empresarial, segurança da informação e segurança patrimonial; (ii) premissas atuariais da Petrobras e da Fundação Petros, com os atuários e auditores independentes; (iii) apreciação das demonstrações contábeis, atividades e melhorias dos controles internos e da governança em andamento da Fundação Petros; e (iv) acompanhamento da implementação pelas áreas responsáveis na Petrobras das recomendações do Comitê Especial de Investigação (com pautas bimestrais com a presença da EY - Ernst & Young e do escritório TRW - Trench, Rossi e Watanabe Advogados e Gibson Dunn), totalizando 121 pautas referentes às outras atividades.

Dentre outras atividades do CAE, pode-se citar a realização de reuniões conjuntas com o Comitê Financeiro, sobre as Demonstrações Contábeis, com o Conselho Fiscal, onde foram abordados temas contábeis como impairment e hedge accounting; e com o Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, onde foram tratados assuntos ligados aos indicadores de SMS; relato integrado, processo de submissão ao DJSI – Dow Jones Sustainability Index, ISE Bovespa, relatórios de auditorias internas de SMS e relatos de acidentes graves e com fatalidade na Companhia.

O CAE realizou também reuniões conjuntas com o Comitê Estratégico e com o Comitê Financeiro, nas quais foram apreciadas pautas como "Acompanhamento da Carteira de Projetos de Desinvestimentos", "Equacionamento do Déficit do Plano Petros Sistema Petrobras (PPSP)", "Estatuto da Petrobras: a Definição de Interesse Público", "Acordo com o Ministério das Finanças da República de Angola para Regularização Fiscal" e "Planos de Ação das Gerências Executivas Marketing e Comercialização, Aquisições e Desinvestimentos, Suprimento de Bens e Serviços, Estratégia, Comunicação, Controladoria e Finanças".

Buscando melhoria contínua e a excelência dos processos, ferramentas e atividades do Comitê de Auditoria Estatutário, pelo terceiro ano consecutivo, o Comitê realizou uma autoavaliação de maturidade do CAE, cujo resultado será apresentado ao Conselho de Administração da Petrobras.

4. Comunicações do Comitê de Auditoria

4.1 Conselho de Administração

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta mensalmente, em reuniões do Conselho de Administração, os assuntos tratados em suas reuniões, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia, bem como os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos, dos Auditores Independentes, das Transações com Partes Relacionadas, das Gerências Executivas de Conformidade (Controles Internos), Governança, Riscos Empresariais e da Ouvidoria-Geral, além daquelas relativas ao Canal de Denúncias.

Adicionalmente, o CAE emite recomendações específicas ao Conselho de Administração sobre pautas submetidas para deliberação desse colegiado, como parte de suas atribuições estatutárias, além de apresentar os relatórios resumidos e detalhados das suas atividades anuais, sendo que o relatório resumido é divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

4.2 Alta Administração - Diretoria Executiva e Gerentes Executivos

Em todas as reuniões realizadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes Executivos ou Gerentes Gerais das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Além disso, as Diretorias, Gerências Executivas e Gerências Gerais submetem pautas ao CAE, no que for pertinente às atribuições deste Comitê, referentes a matérias que serão encaminhadas para apreciação e deliberação final do Conselho de Administração, de modo que o Comitê possa analisá-las e emitir sua recomendação ao Conselho.

4.3 Gerências Executivas e Gerências Gerais

Durante as reuniões, nas pautas apreciadas, sempre que necessário, os membros do Comitê emitem recomendações/solicitações para as Gerências Executivas e/ou Gerências Gerais responsáveis, que são formalizadas por e-mail com cópia para as respectivas Diretorias Executivas, com uma média de 7,8 recomendações/solicitações por reunião. Em função disso, o Comitê implantou um processo de controle das recomendações/solicitações, e os status destas são mensalmente reportados aos membros do CAE. As recomendações não atendidas dentro do prazo são encaminhadas para o monitoramento e controle da Auditoria Interna, e assim permanecem até o completo atendimento pela gerência responsável.

5. Recomendações à Diretoria Executiva

Dentre outras recomendações, o Comitê de Auditoria Estatutário recomendou à Diretoria Executiva que incluísse em suas reuniões ordinárias o acompanhamento do andamento das providências para eliminar as deficiências significativas ("Material Weaknesses") dos controles internos apontadas no exercício social findo em 31/12/2016, bem como monitorasse eventuais novos obstáculos identificados, envidando esforços para antecipação dos prazos de conclusão do respectivo tratamento; e que providenciasse os recursos necessários para a implantação dos seguintes Planos de Ação e políticas destacados a seguir:

- Plano de Remediação/eliminação das referidas deficiências significativas ("Material Weaknesses");

- Harmonização de políticas corporativas entre a holding e as empresas subsidiárias integrais e empresas controladas, no que se refere às políticas, padrões de atuação e avaliação de Ouvidoria-Geral, Auditoria Interna, SMS, Recursos Humanos, Conformidade, Riscos, Jurídico e Tecnologia de Informação;

- Complementação e Implantação do Plano de Trabalho de Revisão da Metodologia de Classificação do Contencioso Judicial e Administrativo, executado conjuntamente pelo Jurídico, Contabilidade e Tributário, Auditoria Interna e Riscos Empresariais, com seu respectivo desdobramento para a Fundação Petros e para as demais empresas do Sistema Petrobras;

- Revisão do Sistema de Integridade da Petrobras, aperfeiçoando o processo de investigação de denúncias de fraude, corrupção, nepotismo, conflito de interesses e CIA – Comissão Interna de Apuração, promovendo a melhoria contínua, sem prejuízo às melhores práticas e disposições de órgãos reguladores locais e internacionais, implantando melhorias de processo, de tecnologia e em treinamento de pessoas, com ações a serem implementadas de acordo com o cronograma atualizado, principalmente àquelas que dependiam de aprovação do Conselho de Administração, como o 1) Monitoramento contínuo de e-mail; 2) Análise de evolução patrimonial; e 3) Mudanças no Comitê de Correição.

- Implantação das recomendações advindas do Comitê Especial de Investigação, com esforço de antecipação dos prazos;

- Sistematização do processo (definindo-se atribuições, fluxo de informações, calendário de reuniões, revisão do calendário anual de pautas do CAE e outros requisitos necessários) para atendimento pleno ao Ofício Circular nº 575/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que regula as atribuições das empresas estatais federais, enquanto patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários, na supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), abordando as responsabilidades do Conselho de Administração em relação à realização de auditorias nas EFPC e as responsabilidades da Diretoria Executiva em relação ao plano de ação para correção das não conformidades apontadas nas auditorias, dentre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
PETROBRAS
(Exercício Social 2017)

O Comitê de Auditoria Estatutário julga que os temas destacados em "Recomendações" acima, assim como todas as dezenas de outras recomendações formuladas ao longo do período coberto por este relatório de atividades do CAE – cujos Planos de Ação encontram-se concluídos ou em andamento – foram cercados de procedimentos mitigatórios satisfatórios visando minimizar eventuais riscos de controles internos que pudessem impactar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2017.

6. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 ("Demonstrações Contábeis Anuais de 2017").

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE - anteriormente aqui descritos de forma sumarizada - assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Petrobras e pela KPMG Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31/12/2017, no "Relatório Anual 2017 e Sustentabilidade 2017", que compõem o "Relato Integrado 2017", recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

_____
Jerônimo Antunes
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário
Especialista financeiro e de contabilidade societária

_____
Durval José Soledade Santos
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

_____
Marcelo Mesquita de Siqueira Filho
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projetos de Lei do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2018

Altera a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, para estender a preferência na aquisição de produtos para a merenda escolar aos produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária.

AUTORIA: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

DESPACHO: Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, para estender a preferência na aquisição de produtos para a merenda escolar aos produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária.

SF/18643.35773-84

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º e 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** .....

.....

V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente por produtores rurais e suas cooperativas que operem sob regime de economia solidária, pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades remanescentes de quilombos;

..... " (NR)

"**Art. 14.** Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente dos produtores rurais e de suas cooperativas que operem sob regime de economia solidária, bem como da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades remanescentes de quilombos.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por finalidade contribuir para o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos das instituições públicas e filantrópicas de educação básica durante a jornada escolar, de forma a favorecer a melhoria da aprendizagem e do rendimento nos estudos.

SF/18643.35773-84

O PNAE tem seu fundamento no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, que dispõe sobre o dever do Estado de atender os estudantes da educação básica pública por meio de programas suplementares, entre os quais, o de alimentação.

Com origens na década de 1950, o programa de alimentação escolar da União teve diferentes formas e denominações. Durante muito tempo foi executado de forma centralizada. A partir de 1994, o PNAE passou a ser desenvolvido mediante a transferência de recursos aos entes federados, que assumem a responsabilidade de adquirir os alimentos e proceder à complementação financeira para a melhoria do cardápio. Os recursos federais são transferidos conforme o número de matrículas, com distintas ponderações segundo a etapa educacional e a modalidade do ensino.

Outros importantes aperfeiçoamentos foram feitos no PNAE ao longo dos anos, como a transferência automática dos recursos (sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos do gênero), o incentivo à formação de hábitos alimentares saudáveis e a previsão de funcionamento, em cada ente federado, dos Conselhos de Alimentação Escolar para o acompanhamento e a fiscalização social do programa.

Com a edição da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, incentivou-se a aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local e "preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos". Assim, pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pela União devem ser usados para adquirir gêneros alimentícios nesse segmento de produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ocorre que não se pode negar atenção à importância para a sustentabilidade advinda da economia solidária, que opera por meio de organizações que se estruturam na forma de autogestão, promovendo a solidariedade e a justiça dentro dos sistemas produtivos, tendo como agentes as cooperativas, associações e bancos, entre outros.

Estender aos produtores rurais e suas cooperativas que trabalham em regime de economia solidária o incentivo da preferência na aquisição de gêneros alimentícios diversificados e produzidos em âmbito local representa maior alinhamento com as ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, um dos núcleos da formulação das diretrizes da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Portanto, em vista do alcance social deste projeto, solicitamos o apoio parlamentar para a sua transformação em lei.

Sala das Sessões,

Senador OTTO ALENCAR

SF/18643.35773-84

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
    - inciso VII do artigo 208
- urn:lex:br:federal:lei:2009;11947
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;11947
    - artigo 2º
    - artigo 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2018

Altera a Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para dispor sobre o fundo de investimento específico.

AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DESPACHO: Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lindbergh Farias

SF/18638.87246-90

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para dispor sobre o fundo de investimento específico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 42.** .....

.....

§ 3º Nas licitações relativas aos excedentes das áreas da cessão onerosa de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, a integralidade do valor do bônus de assinatura será destinada pelo contratado diretamente ao fundo de que trata o art. 55. (NR)"

"**Art. 55.** A União participará, como cotista única, de fundo de investimento específico.

Parágrafo único. O fundo de investimento de que trata o *caput*:

I – será constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

II – será composto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a) pelos recursos de que trata o § 3º do art. 42;

b) pelos resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;

c) por doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas. (NR)"

SF/18638.87246-90

"**Art. 56.**.....

§ 1º Os recursos do fundo de investimento serão aplicados na seguinte proporção:

I – 50% (cinquenta por cento) para ações e serviços de educação, observado o disposto nos arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II – 50% (cinquenta por cento) para ações e serviços de saúde, observado o disposto no Capítulo II da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 2º Os recursos do fundo de investimento serão transferidos exclusivamente aos Estados, Distrito Federal e Municípios e serão movimentados, até a sua destinação final, em contas específicas mantidas em instituição financeira oficial federal.

§ 3º Os critérios de distribuição dos recursos do fundo de investimento para os entes da federação serão definidos em ato do Poder Executivo, observada a média ponderada entre:

I – o Índice de Desenvolvimento Humano das unidades da federação, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

II – a capacidade instalada das unidades da federação para o desenvolvimento de ações e serviços nas áreas de educação e de saúde;

III – os critérios de rateio dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios;

§ 4º Dentre os recursos destinados pelo fundo de investimento aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, somente 50% (cinquenta por cento) poderão ser contabilizados para fins de cumprimento dos arts. 6º a 11 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e do art. 212 da Constituição Federal.

§ 5º Os entes da federação poderão destinar até 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos do fundo de investimento para pagamento de despesas com pessoal nas áreas de saúde e de educação.

§ 6º A política de investimentos será definida pelo comitê de gestão financeira do fundo de investimento.

§ 7º O comitê de que trata o § 6º:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I – terá sua composição, vinculação e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo, assegurada representação paritária entre membros da sociedade civil e do poder público, representado este por autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

II – definirá o montante total de recursos a serem transferidos mensalmente aos entes da federação;

III – remeterá ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, com periodicidade anual, relatórios do desempenho do fundo;

§ 8º Aos membros do comitê de que trata o § 6º não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 9º As despesas relativas à operacionalização do comitê de que trata o § 6º serão custeadas pelo próprio fundo e limitadas a 0,1% (um décimo por cento) de suas receitas.

§ 10. A integridade do comitê de que trata o § 6º será assegurada mediante a implementação de instrumentos e processos baseados em boas práticas de governança e de gerenciamento de risco, definidos em ato do Poder Executivo.

§ 11. O fundo de investimento responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio.

§ 12. A dissolução do fundo de investimento dar-se-á na forma de seu estatuto, e seus recursos serão destinados ao FS.

§ 13. Sobre as operações de crédito, câmbio e seguro e sobre rendimentos e lucros do fundo de investimento não incidirá qualquer imposto ou contribuição social de competência da União.

§ 14. O fundo de investimento deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido no seu estatuto. (NR)"

"**Art. 65-A.** O fundo de investimento de que trata o art. 55 será constituído no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Lei."

Art. 2º O Poder Público concederá às pessoas físicas e jurídicas a dedução do cálculo do imposto de renda, a partir do ano-calendário subsequente ao da publicação desta Lei, dos valores correspondentes às doações efetuadas ao fundo de investimento de que trata o art. 55 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, observado o disposto nos arts. 3º e 4º desta Lei.

Art. 3º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

SF/18638.87246-90
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"**Art. 13.**.....

§ 2° .....

.....

II – as efetuadas ao fundo de investimento de que trata o art. 55 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

..... (NR)"

SF/18638.87246-90

Art. 4º A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 12.** .....

.....

VIII - .....;

IX – as doações feitas ao fundo de investimento de que trata o art. 55 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV e IX não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

..... (NR)"

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A descoberta do Pré-Sal inspirou na população brasileira a esperança de finalmente reverter o histórico quadro de carências e desigualdades. Essa esperança tem sólidos fundamentos, tendo em vista tratar-se da maior descoberta mundial dos últimos cinquenta anos na indústria do petróleo – estima-se haver aproximadamente 100 bilhões de barris nos campos do Pré-Sal, o que colocaria o Brasil entre os maiores produtores mundiais.

Passados mais de dez anos de sua descoberta, a exploração do Pré-Sal já é uma realidade. Atualmente, são produzidos mais de 1,76 milhão de barris de óleo equivalente por dia, o que corresponde a aproximadamente 67% da produção nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não obstante esses fatos, deve-se reconhecer que as carências e desigualdades persistem, sobretudo nas áreas de saúde e de educação. A recente adoção do denominado "Novo Regime Fiscal", instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, tornou ainda mais difícil transformar as receitas do Pré-Sal em benefícios diretos para a população, em razão da impossibilidade de crescimento real das despesas públicas.

SF/18638.87246-90

Diante desse contexto, impõe-se a criação de um novo instituto que permita que receitas extraordinárias do Pré-Sal efetivamente sejam aplicadas na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Ganha relevo, nesse contexto, a licitação do direito de exploração do excedente da cessão onerosa de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, estimada para ser realizada até o final deste ano. Segundo estimativas divulgadas pelo Jornal "Valor Econômico", espera-se uma receita extraordinária de aproximadamente R$ 130 bilhões, correspondente ao valor do denominado bônus de assinatura.

Com o objetivo de superar o entrave criado pelo "Novo Regime Fiscal" e possibilitar que essas receitas extraordinárias do Pré-Sal sejam revertidas diretamente em benefício da sociedade, apresentamos o presente Projeto de Lei, que destina o valor correspondente ao bônus de assinatura das licitações relativas aos excedentes da cessão onerosa a um fundo privado, gerido por um comitê de representação paritária entre membros da sociedade civil e do poder público. De acordo com a proposição, os recursos deverão ser destinados exclusivamente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para que sejam aplicados nas áreas de educação e de saúde.

Ressaltamos que a presente medida trata apenas de uma pequena parcela de receitas extraordinárias do Pré-Sal, o que preserva a sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas.

Certos da relevância da proposta, contamos com o decisivo apoio dos nobres Pares no sentido de sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **LINDBERGH FARIAS**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
  - artigo 212
- Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - Teto dos Gastos Públicos - 95/16
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2016;95
- urn:lex:br:federal:lei.complementar:2012;141
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2012;141
- Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964 - Lei da Reforma Bancária; Lei do Sistema Financeiro Nacional - 4595/64
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1964;4595
  - inciso XXII do artigo 4º
- Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9249/95
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9249
- Lei nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9250/95
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9250
- urn:lex:br:federal:lei:1996;9394
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394
  - artigo 70
  - artigo 71
- Lei nº 12.276, de 30 de Junho de 2010 - LEI-12276-2010-06-30 - 12276/10
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12276
- Lei nº 12.351, de 22 de Dezembro de 2010 - Lei do Pré-Sal - 12351/10
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12351
  - artigo 55

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2018

Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sôbre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2018

SF/18391.50810-95

Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sôbre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Para a verificação do rendimento escolar de estudante incluído no regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, ou por motivo de gestação, puerpério ou lactação, nos termos da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, os estabelecimentos de ensino deverão adotar, preferencialmente, formas de avaliação adaptadas à situação excepcional do estudante, privilegiando o uso de instrumentos e atividades não presenciais.

Parágrafo único. As avaliações presenciais só poderão ser exigidas quando demonstrada a possibilidade de comparecimento do estudante incluído no regime de exercícios domiciliares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, assegura tratamento excepcional aos alunos de qualquer nível de ensino que, por motivo de saúde, fiquem impossibilitados de comparecer às aulas durante períodos de tempo prolongados. Por meio da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, esse regime foi estendido às estudantes gestantes, a partir do oitavo mês de gestação, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

período de três meses. Já se discute no Congresso Nacional a extensão desse regime a todo o período do puerpério e da amamentação em livre demanda, que caracteriza o período da licença-maternidade, hoje de seis meses. Há, também, proposição de minha autoria (Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2016) que visa a ampliar esse benefício para estudantes adotantes, pelo período de 120 dias.

SF/18391.50810-95

A presente proposição vem somar-se às iniciativas de aperfeiçoamento do regime de exercícios domiciliares, na medida em que pretende assegurar aos estudantes nele incluídos que as avaliações de rendimento sejam compatíveis com sua situação excepcional. Muitos estudantes em tratamento de saúde ou licença-maternidade, hoje, acabam submetidos a processos de avaliação presencial que desconsideram as dificuldades que enfrentam para se fazerem presentes nos estabelecimentos de ensino, em data e hora marcadas sem qualquer preocupação com suas circunstâncias peculiares.

Sabemos que as instituições educacionais não podem abrir mão da aferição da aprendizagem e da verificação do rendimento desses alunos. No entanto, julgamos que as formas de avaliação a serem adotadas devem, sempre que possível, privilegiar instrumentos não presenciais, apoiados pelo uso das tecnologias de informação e comunicação tão disseminadas nos dias atuais.

Esse é o propósito do projeto de lei que ora apresentamos. Temos certeza de que sua aprovação trará benefícios expressivos para aqueles alunos acometidos por doenças graves e tratamentos prolongados de saúde, bem como alunas gestantes e nutrizes, garantindo-lhes o direito à educação, com respeito a suas circunstâncias específicas.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;1044
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;1044
- urn:lex:br:federal:lei:1975;6202
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1975;6202

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, DE 2018

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a fabricação, a comercialização, a distribuição e a importação dos produtos que especifica que contenham bisfenol A (BPA).

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

DESPACHO: Às Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2018

SF/18866.21857-57

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a fabricação, a comercialização, a distribuição e a importação dos produtos que especifica que contenham bisfenol A (BPA).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 5º do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"**Art 5º** .....

.....

Parágrafo único. Ficam proibidas a fabricação, a comercialização, a distribuição e a importação dos produtos indicados no inciso II do *caput* que contenham a substância bisfenol A (BPA)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O bisfenol A, também conhecido como BPA, é um composto industrial empregado na produção de policarbonato (componente das garrafas plásticas) e de polímeros sintéticos (como as resinas epóxi), que são empregados no revestimento interno e externo de latas de alimentos.

Como ocorre com outros tipos de componentes dos recipientes utilizados na indústria alimentícia, o bisfenol A pode contaminar alimentos ou bebidas, notadamente quando a embalagem é submetida a aumento de temperatura ou a pressão mecânica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segundo pesquisas, o consumo de alimentos e bebidas contaminados pelo bisfenol A pode representar riscos à saúde da população. Embora não sejam conclusivos, há indícios de que a ingestão desse composto pode ser a causa de vários problemas de saúde, havendo inclusive forte possibilidade de acometimento fetal. Dentre os efeitos tóxicos atribuídos à substância, destacam-se transtornos como anormalidades no desenvolvimento de órgãos sexuais internos, infertilidade, endometriose e câncer.

SF/18866.21857-57

Pelo temor de que o bisfenol A seja mais tóxico aos lactentes e às crianças pequenas, alguns países, inclusive o Brasil, optaram por proibir a importação e fabricação de mamadeiras feitos com esse material. Com efeito, por meio da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 41, de 16 de setembro de 2011, a Agência Nacional de vigilância Sanitária (ANVISA) proibiu a fabricação e importação de mamadeiras que contenham a substância bisfenol A.

Apesar desse avanço normativo, acreditamos que a medida é insuficiente, pois não tem nenhum efeito sobre a proteção à saúde de crianças maiores, adolescentes, gestantes, adultos e idosos. Cremos que seja necessário ampliar o escopo da proibição do uso do bisfenol A no País, pois julgamos não ser prudente deixar a população exposta a um composto cujas evidências científicas sobre segurança toxicológica ainda não são conclusivas.

Por esses motivos, apresentamos projeto de lei para proibir a utilização do bisfenol A na fabricação de embalagens e de utensílios destinados a entrar em contato com alimentos e bebidas.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;986
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;986
    - artigo 5º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2018

Dispõe sobre a bioconstrução no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

DESPACHO: Às Comissões de Meio Ambiente; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última decisão terminativa

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Dispõe sobre a bioconstrução no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

SF/18272.25433-40

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Dê-se ao § 1º do art. 1 e ao art. 73 da Lei nº 11.977, de 2009 a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

§ 1º .....

.....

VII – técnicas de bioconstrução: tecnologias de impacto ambiental reduzido na construção de moradias, por meio do emprego de técnicas de arquitetura adequadas ao clima, segundo padrões de eficiência energética, ao tratamento adequado de resíduos e ao uso de matérias-primas locais que promovam o aproveitamento dos conhecimentos e dos saberes gerados pelas comunidades beneficiadas." (NR)

"Art. 73. .....

.....

§ 1º Na ausência de legislação municipal ou estadual acerca de condições de acessibilidade que estabeleça regra específica, será assegurado que, do total de unidades habitacionais construídas no âmbito do PMCMV em cada Município, no mínimo, 3% (três por cento) sejam adaptadas ao uso por pessoas com deficiência

§ 2º No âmbito do PMCMV, deverão ser empregadas técnicas de bioconstrução em, no mínimo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/18272.25433-40

I – 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais construídas em cada Município com recursos do FGTS;

II – 10% (dez por cento) das demais unidades habitacionais construídas em cada Município, incluídos os subprogramas voltados a famílias organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos e municípios com população de até 50 mil habitantes, não integrantes de regiões metropolitanas das capitais estaduais, para famílias incluídas na faixa de renda de entrada do programa.

§ 3º No âmbito do PMCMV, as unidades habitacionais subsidiadas com recursos do FGTS que empreguem técnicas de bioconstrução contarão com subsídio governamental adicional de 10% (dez por cento) em relação àquelas construídas com técnicas convencionais." (NR)

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida já ajudou a realizar o sonho da casa própria para milhões de famílias brasileiras, contribuindo para a redução do déficit habitacional quantitativo em todo o País.

Contudo, o Programa privilegia materiais e sistemas construtivos convencionais, deixando de apropriar-se dos conhecimentos e dos saberes gerados pelas próprias comunidades locais beneficiadas, especialmente no que se refere a técnicas de bioconstrução, como, por exemplo, adobe, taipa, solocimento, ferrocimento e bambu.

O uso dessas técnicas pode reduzir custos, especialmente nas localidades em que o transporte de materiais tradicionais, como areia, cimento e tijolos, é mais caro. Além disso, as obras serão executadas com menor impacto sobre o meio ambiente e com maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

SF/18272.25433-40

engajamento da comunidade beneficiada, gerando reflexos positivos para as gerações atual e futuras.

A presente proposição tem por objetivo ampliar os benefícios econômicos, ambientais e sociais do Minha Casa Minha Vida, por meio do incentivo ao emprego de técnicas de bioconstrução na realização dos empreendimentos no âmbito do Programa, visando à promoção do desenvolvimento sustentável, estímulo à pesquisa e construção de novas tecnologias e conceitos de habitação.

A necessidade de se modificar o radical quadro de déficit habitacional tornou-se ainda mais premente após o quadro dramático do desabamento de edifício no Largo do Paiçandu, em São Paulo-SP, e a presente proposta, enquanto resultado da sugestão de movimentos da sociedade civil, notadamente da Universidade de Permacultura (associação educacional, criada em março de 2015, e dedicada a fomentar o tripé do ensino, pesquisa e extensão em permacultura, bioconstrução e ecovilas no Brasil), possui enorme potencial de solução, já que permite a construção de um volume maior de unidades habitacionais a um custo bastante competitivo, racionalizado os gastos públicos nas políticas habitacionais.

Assim, solicito aos meus colegas, senadoras e senadores, que analisem e aprovem este projeto, com o objetivo de assegurar o acesso a habitação popular para milhões de brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

REDE – AP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009 - Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida - 11977/09
http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;11977
    - artigo 73

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projeto de Resolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 30, DE 2018

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras.

AUTORIA: Senador Pedro Chaves (PRB/MS), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rodrigues Palma (PR/MT), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wellington Fagundes (PR/MT)

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1

SENADO FEDERAL
Gabinete do *Senador PEDRO CHAVES*

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 30, DE 2018

CCJ e CDH
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora.
Em 13/06/18

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras.

Parágrafo único. A Frente reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência e necessidade, reunir-se em qualquer outro local.

Art. 2º A Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras é um órgão político de caráter suprapartidário e tem por finalidade:

I – reunir as Senadoras e os Senadores que têm preocupação especial com a segurança pública nas fronteiras do País;

II – acompanhar políticas públicas e proposições legislativas relativas às fronteiras;

III – subsidiar, com pareceres, informações técnicas e dados estatísticos, as iniciativas legislativas de interesse da sociedade no que concerne à segurança das fronteiras;

IV – promover amplo debate, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade, sobre desenvolvimento, ocupação e fiscalização da faixa de fronteira;

V – incentivar os investimentos na faixa de fronteira;

SF/18263.28159-09
Página: 1/3 13/06/2018 10:14:57
10ded994457e64443b2a37c6b663e8d3a7c4e7b9

Gabinete do Senador PEDRO CHAVES
Senado Federal – Anexo I – Térreo
70.165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-296
Fax: (61) 3303-192

Recebido em 13/06/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do *Senador PEDRO CHAVES*

SF/18263.28159-09

VI – realizar intercâmbio com órgãos legislativos de outros países, visando à elaboração de estudos e pesquisas sobre segurança de fronteiras.

Art. 2º A Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras reger-se-á por regulamento próprio, aprovado por seus membros, observado o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 3º A Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras será integrada, inicialmente, pelas Senadoras e pelos Senadores que assinarem a ata da sua instalação, podendo a ela aderir, posteriormente, outros membros do Senado Federal.

Art. 4º O Senado Federal prestará colaboração às atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil possui 15.719 km de fronteiras terrestres e 7.367 km de fronteiras marítimas.

A faixa de 150 km em torno das fronteiras terrestres é denominada "faixa de fronteira".

Trata-se de região pouco povoada, pouco desenvolvida e pouco lembrada pelo Estado, mas que é palco de crimes como tráfico de armas de fogo e drogas, biopirataria, contrabando e descaminho.

Pela Constituição, compete à polícia federal exercer a função de polícia de fronteiras, mas ela, sozinha, não tem como controlar e fiscalizar toda sua extensão.

As Forças Armadas também têm um importante papel na proteção das nossas fronteiras, por meio dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs) e do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).

Página: 2/3 13/06/2018 10:14:57
10ded994457e64443b2a37c6b663e8d3a7c4e7b9

Gabinete do Senador PEDRO CHAVES
Senado Federal – Anexo I – Térreo
70.165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-296
Fax: (61) 3303-192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do *Senador PEDRO CHAVES*

Mas só isso não basta. Chegou a hora de o Senado Federal participar mais ativamente da busca de soluções para o desenvolvimento e a vigilância das nossas fronteiras.

Assim, este Projeto de Resolução propõe a criação de uma frente parlamentar, no âmbito do Senado, para que esta Casa possa se debruçar com mais afinco sobre o tema.

Em face do exposto, solicito o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2018.

Senador PEDRO CHAVES

SF/18263.28159-09
Página: 3/3 13/06/2018 10:14:57
10ded994457e64443b2a37c6b663e8d3a7c4e7b9

Gabinete do Senador PEDRO CHAVES
Senado Federal – Anexo I – Térreo
70.165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-296
Fax: (61) 3303-192

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1

SENADO FEDERAL
Gabinete do *Senador PEDRO CHAVES*

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018. Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras.

SENADOR(A)	ASSINATURA
WELLINGTON FAGUNDES	
1 JOSÉ MEDEIROS	
2 LASIER	
3 Waldemir Moka	
4 FERNANDO BEZERRA COELHO	
5 HUMBERTO COSTA	
6 ALVARO DIAS	
7 Rodrigues Palma	
8 JOSÉ AGRIPINO	
9 EDUARDO LOPES	
10 EDUARDO BRAGA	
11 ACIR	
12 Simone	

Gabinete do Senador PEDRO CHAVES
Senado Federal – Anexo I – Térreo
70.165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-2969
Fax: (61) 3303-1926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2

SENADO FEDERAL
Gabinete do *Senador PEDRO CHAVES*

13	ROMERO JUCÁ	
14	Rose de Freitas	
15	Flexa Ribeiro	
16	ÂNGELA PORTELA	
17		
18	Ana Amélia (PP/RS)	
19	RANDOLFE RODRIGUES	
20	Dani Alcolumbre	
21	TV CASSOL	
22	CAPIBERIBE	
23	GLEISI HOFFMANN	
24		
25	VALDIR RAUPP	
26		
27		

Gabinete do Senador PEDRO CHAVES
Senado Federal – Anexo I – Térreo
70 165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-2969
Fax: (61) 3303-1926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
- Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70
  http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 364, DE 2018

Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para cumprir Missão Oficial de visita á Argentina, no período de 17 a 19 de junho de 2018. Comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do país no período de 17 a 19 de junho de 2018.

AUTORIA: Senador Eunício Oliveira (MDB/CE)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovado
Em 13/6/2018

REQUERIMENTO 364 **, DE 2018**

Nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença dos trabalhos desta Casa para cumprir Missão Oficial de visita à Argentina, no período de 17 a 19 de junho de 2018.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, minha ausência do País no período de 17 a 19 de junho de 2018.

Atenciosamente,

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 12/06/2018
Hora 13:49
Patrícia Nóbrega - Mat. 187[illegible]
SGM - Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 369, DE 2018

Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de familiares do Presidente da Câmara de Vereadores de Itacoatiara, vereador Bosco Rodrigues; bem como a apresentação de condolências á família.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RQS
00369/2018

SF/18205.71428-27 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de familiares do Presidente da Câmara de Itacoatiara, vereador Bosco Rodrigues**,** vítimas de acidente automobilístico, ocorrido no último domingo, 10 de junho de 2018, bem como a apresentação de condolências ao Presidente Bosco Rodrigues, Avenida Parque, 1452 - Do Iracy, Itacoatiara - AM, CEP: 69101-053.

JUSTIFICAÇÃO

É com profundo sentimento que apresento esta mensagem de pesar ao vereador Bosco Rodrigues, que perdeu, no último domingo (10), sua mãe, sua irmã e seu sobrinho, Valdira Rodrigues, Simonildes Rodrigues e Kalilo Rodrigues, respectivamente.

A tragédia aconteceu entre um táxi, que transportava os familiares do vereador, e um micro-ônibus. Ao desviar de um buraco na via, o micro-ônibus colidiu com o carro, matando os ocupantes do táxi, na altura do km 103 da rodovia AM-010, que liga Manaus aos municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara. Segundo relatos dos bombeiros, pelo menos 21 pessoas ficaram feridas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidente Bosco Rodrigues, receba minhas condolências por essa terrível tragédia, uma grande perda no seio familiar

Sala das Sessões, 12 de junho de 2018.

Senadora Vanessa Grazziotin
(PCdoB - AM)

SF/18205.71428-27 (LexEdit)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Término de prazo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Encerrou-se em 12 de junho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 26, de 2018.

Não foram apresentadas emendas.

O Projeto vai à CCJ, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que *institui o novo Regimento Interno do Senado Federal.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Mensagem nº 33/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 33, de 2018 - João Almino de Souza Filho (Equador)

Indicação do Senhor João Almino de Souza Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Matéria **MSF 33/2018** Início Votação **13/06/2018 15:02:24** Término Votação **13/06/2018 15:46:12**

Sessão **92º Sessão Deliberativa Extraordinária** Data Sessão **13/06/2018 13:03:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
MDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PODE	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PDT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTC	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
MDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PROS	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
MDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PODE	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSD	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
MDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PRB	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO

Emissão 13/06/2018 15:46:16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 33, de 2018 - João Almino de Souza Filho (Equador)

Indicação do Senhor João Almino de Souza Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Matéria **MSF 33/2018** Início Votação **13/06/2018 15:02:24** Término Votação **13/06/2018 15:46:12**

Sessão **92º Sessão Deliberativa Extraordinária** Data Sessão **13/06/2018 13:03:00**

MDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PR	MT	Rodrigues Palma	SECRETO
PODE	RJ	Romário	SECRETO
MDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
MDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
MDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
MDB	MG	Zeze Perrella	SECRETO

Presidente: Eunício Oliveira

SIM:46 **NÃO:**4 **ABST.:** 1 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**51

Primeiro-Secretario

Emissão 13/06/2018 15:46:16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 43/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 43, de 2018 - Pompeu Andreucci Neto (Espanha e Andorra)

Indicação do Senhor Pompeu Andreucci Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Matéria **MSF 43/2018** Início Votação **13/06/2018 15:50:02** Término Votação **13/06/2018 16:50:48**

Sessão **92º Sessão Deliberativa Extraordinária** Data Sessão **13/06/2018 13:03:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
MDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SECRETO
MDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PROS	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PODE	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSD	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
MDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSD	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PR	MT	Rodrigues Palma	SECRETO
PODE	RJ	Romário	SECRETO
MDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
PODE	ES	Rose de Freitas	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO

Emissão 13/06/2018 16:50:51

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 43, de 2018 - Pompeu Andreucci Neto (Espanha e Andorra)

Indicação do Senhor Pompeu Andreucci Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Matéria **MSF 43/2018** Início Votação **13/06/2018 15:50:02** Término Votação **13/06/2018 16:50:48**

Sessão **92º Sessão Deliberativa Extraordinária** Data Sessão **13/06/2018 13:03:00**

MDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: José Pimentel

SIM: 42 **NÃO:** 1 **ABST.:** 1 **PRESIDENTE:** 0 **TOTAL:** 44

Primeiro-Secretario

Emissão 13/06/2018 16:50:51

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Projeto de Resolução nº 16/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

(*) PARECER Nº 116, DE 2018 – PLEN/SF

Aprovado.
Promulgação
Em 13/06/18

Redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 2018.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 2018, que *consolida e ratifica as alterações promovidas na estrutura administrativa do Senado Federal*.

Senado Federal, em 13 de junho de 2018.

Antonio Carlos Valadares

José Pimentel, Relator

Eunício Oliveira, Presidente

(*) O anexo ao parecer encontra-se publicado, em suplemento, ao presente Diário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimento nº 366/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 366, DE 2018

Requer, nos termos do art. 279, inciso II, do RISF, que o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014, seja reexaminado pela Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

AUTORIA: Senador Romero Jucá (MDB/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2018 - PLEN

SF/18761.24870-43

Nos termos do art. 279, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o **Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014**, que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico", seja reexaminado pela Comissão de Assuntos Sociais - CAS, tendo em vista a existência de Consulta da CAS à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, acerca dos limites constitucionais, legais e do processo legislativo na apreciação de proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a regulamentação de profissões ou de atividades ocupacionais.

Sala das Sessões,

Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimento nº 367/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 367, DE 2018

Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2017, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais- CAS.

AUTORIA: Senador Romero Jucá (MDB/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Governo

SF/18492.92087-60

REQUERIMENTO Nº , DE 2018.

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 46 de 2017, que "*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos*", seja apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Sala das Sessões, em

Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimento nº 368/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 368, DE 2018

Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2017, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além da comissão constante do despacho inicial.

AUTORIA: Senador Romero Jucá (MDB/RR)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

SF/18937.98338-72

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2017, que "dá nova redação ao § 2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974" seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requerimento nº 365/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 365, DE 2018

Requer, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2017, com o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2015, por regularem matéria correlata.

AUTORIA: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RQS
00365/2018

Aprovado
13/06/18

REQUERIMENTO Nº 365 , DE 2018

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno, a tramitação conjunta do **Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2017**, que *altera as leis nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever o uso de fotografia de identificação com elemento tradicional que exprima a identidade do indivíduo,* com o **Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2015**, por regularem matéria correlata.

Sala das Sessões, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 40, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 112, de 2014, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy
RELATOR: Senadora Maria do Carmo Alves

13 de Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2014 (nº 2949/2011, na Casa de origem), do Deputado Antonio Brito e da Deputada Benedita da Silva, que *altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*.

SF/18846.66200-35

Relatora: Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 112, de 2014, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

A proposição atribui à instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que deverá prevalecer na estrutura administrativa e nas ações inerentes ao referido sistema.

A matéria foi distribuída para a análise da CAS e, na sequência, será examinada pelo Plenário desta Casa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre matéria que envolva a assistência social, o que torna regimental o exame do PLC nº 112, de 2014.

O projeto tem sua origem no relatório final da Subcomissão Especial destinada a acompanhar e discutir o Suas, de autoria do Deputado Antonio Brito, aprovado em dezembro de 2011. Referida subcomissão foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

criada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados com o objetivo de identificar avanços e oportunidades de melhoria para a consolidação do sistema socioassistencial e, ao final dos trabalhos, apontou a necessidade de fortalecimento da marca do Suas.

SF/18846.66200-35

Uma boa marca tem o poder de comunicar aquilo que é essencial em um serviço ou um produto lançado no mercado, criando no seu público alvo a necessidade de consumir um ou outro. Na administração pública não é tão diferente: o desenvolvimento de uma marca própria possibilita a valorização da ação estatal, que passa a ser mais conhecida e, dessa forma, mais usufruída pelo público.

Realmente, a elaboração de uma identidade visual para o Suas tem o mérito de facilitar o acesso do cidadão a toda a rede de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social. Não importa onde o usuário esteja: ele reconhecerá a marca da assistência social nas entidades e organizações integrantes do sistema e saberá que ali poderá contar com o atendimento que precisa.

Trata-se, ainda, de imprimir maior transparência às políticas públicas implementadas pelo Estado e, assim, de ampliar as condições para o exercício de direitos assegurados pela legislação brasileira.

III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2014.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

mn2018-02574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4 Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CAS, 13/06/2018 às 09h - 23ª, Extraordinária

Comissão de Assuntos Sociais

MDB			
TITULARES		**SUPLENTES**	
HÉLIO JOSÉ		1. GARIBALDI ALVES FILHO	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. VALDIR RAUPP	
MARTA SUPLICY	PRESENTE	3. ROMERO JUCÁ	
ELMANO FÉRRER		4. EDISON LOBÃO	
AIRTON SANDOVAL	PRESENTE	5. ROSE DE FREITAS	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
ÂNGELA PORTELA		1. FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN	
PAULO PAIM	PRESENTE	3. JOSÉ PIMENTEL	
PAULO ROCHA	PRESENTE	4. JORGE VIANA	
REGINA SOUSA	PRESENTE	5. LINDBERGH FARIAS	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
DALIRIO BEBER		1. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
EDUARDO AMORIM		2. RICARDO FERRAÇO	
RONALDO CAIADO		3. JOSÉ AGRIPINO	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	4. WILDER MORAIS	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
SÉRGIO PETECÃO		1. OTTO ALENCAR	PRESENTE
ANA AMÉLIA	PRESENTE	2. CIRO NOGUEIRA	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	**SUPLENTES**
LÍDICE DA MATA	1. ROMÁRIO
RANDOLFE RODRIGUES	2. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	**SUPLENTES**
RODRIGUES PALMA	1. ARMANDO MONTEIRO
VICENTINHO ALVES	2. EDUARDO LOPES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 112/2014)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2014, DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTONIO BRITO E DA DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

13 de Junho de 2018

Senadora MARTA SUPLICY

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 50, DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão n° 49, de 2017, que Revogação da Lei 8313/1991 (Lei Rouanet) com redução de impostos na mesma proporção.

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa
RELATOR: Senadora Marta Suplicy

13 de Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

PARECER Nº , DE 2018

SF/18351.95176-07

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 49, de 2017, do Programa e-Cidadania, que prevê a *revogação da Lei nº 8.313/91 (Lei Rouanet) com redução de impostos na mesma proporção*.

Relatora: Senadora **MARTA SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 49, de 2017, do Programa e-Cidadania, que propõe seja revogada a Lei nº 8.313, de 1991, (Lei Rouanet) com redução de impostos na mesma proporção.

A referida sugestão é decorrente da Ideia Legislativa nº 89.939, que alcançou, no período de 12/09/2017 a 14/09/2017, apoiamento superior a 20.000 manifestações individuais.

Segundo o autor da SUG, "por meio da Lei Rouanet, R$ 11,1 bilhões (entre 2005 e 2015) foram destinados para projetos escolhidos pelo governo quando deveriam estar no bolso dos trabalhadores. A lei e seus mecanismos (Pronac, FNC, Ficart e incentivos fiscais) devem ser revogados e os impostos reduzidos na mesma proporção".

II – ANÁLISE

Por força do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, em conjunto com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH analisar as ideias

Ala Senador Dinarte Mariz – Gabinete 1 – Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6510 – marta.suplicy@senadora.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.





SF/18351.95176-07

legislativas recebidas por meio do portal e-Cidadania que obtiverem apoio de 20.000 cidadãos em quatro meses. É o caso da Sugestão ora em análise.

No Brasil, a criação de leis de incentivo à cultura remonta à década de oitenta, com a edição da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney, instituída logo após a separação dos Ministérios da Cultura e da Educação.

A partir dessa lei, as empresas passaram a poder financiar, por meio de renúncia fiscal, ações realizadas por produtores artísticos, que deviam ter registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural (CNPC), gerido pelo Ministério da Cultura (MinC) e a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. Após recebido o aporte de recursos, a título de doação ou patrocínio, a entidade cultural deveria prestar contas à Receita Federal e ao Ministério da Cultura sobre a sua aplicação.

Durante o governo do Presidente Fernando Collor, a Lei Sarney, bem como outros incentivos fiscais em vigor destinados à cultura, foram extintos e, em seu lugar, foi instituída a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, em referência ao então Secretário de Cultura, Sr. Sérgio Paulo Rouanet.

Essa nova lei introduziu três formas possíveis de incentivo à cultura no país: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e o Incentivo a Projetos Culturais por meio de renúncia fiscal, o mecenato. Saiu o produtor como elemento central e em seu lugar entrou o projeto cultural, que passou a ser analisado pelo Ministério da Cultura como passível de captação de recursos aptos à renúncia fiscal.

A edição das leis de incentivo transformou a produção cultural no Brasil. A precursora Lei Sarney trouxe as primeiras experiências, aprimoradas pela Lei Rouanet que a sucedeu.

Nos seus mais de 20 anos de vigência, a Lei Rouanet promoveu uma verdadeira revolução na produção cultural do País. Estudiosos, especialistas e profissionais do setor concordam que a indústria



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

SF/18351.95176-07

cultural brasileira de hoje é incomparável com a que existia antes da edição dessa lei.

Todavia, eles também acreditam que já é necessária a instituição de um novo marco regulatório, que corrija as distorções e aprimore as conquistas da lei em vigor.

Diversos estudos, realizados por especialistas, reconhecem os resultados positivos do mecanismo de incentivo da Lei Rouanet. De acordo com tais pesquisas, é inegável que se produziu extraordinária massa de estímulos para a população, provavelmente influenciando em alguma medida os processos de transformações sociais e econômicas que o Brasil experimenta nos últimos anos. Prova disso é que todas as principais instituições culturais brasileiras se mantêm parcial ou totalmente apoiadas em recursos do benefício fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Também toda a conjuntura das artes cênicas e de exposições de artes, festas literárias, desfiles carnavalescos, festivais de inverno, concertos de música erudita e instrumental, edição de livros de arte, festejos tradicionais – para citar os mais notórios segmentos – são basicamente dependentes da renúncia fiscal.

Contudo, os especialistas consideram que o mecanismo do benefício fiscal já dá sinais de esgotamento. Há muito que fazer no campo de uma distribuição mais republicana desses recursos, criando-se estímulos e regras que favoreçam uma repartição mais equitativa com relação à distribuição dos recursos pelas regiões brasileiras.

No final do ano de 2014, a Câmara dos Deputados aprovou e encaminhou para o Senado Federal projeto de lei que visa à instituição do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (PROCULTURA), novo marco regulatório, que irá substituir a Lei Rouanet.

Identificada nesta Casa como Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, a proposição foi distribuída para a apreciação das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Econômicos (CAE); e de Educação, Cultura e Esporte (CE). Atualmente a matéria encontra-se sob análise da CCJ.

Ala Senador Dinarte Mariz – Gabinete 1 – Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6510 – marta.suplicy@senadora.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

SF/18351.95176-07

Os profissionais envolvidos com o setor cultural defendem a implementação do Procultura. Para eles, o Procultura vem aprimorar a presença do Estado no financiamento à cultura e representa um salto quantitativo e qualitativo no financiamento cultural do País em relação à Lei Rouanet.

Dessa forma, no Procultura repousam as expectativas do setor cultural como o mecanismo de incentivo à cultura dos próximos anos. E, por essa razão, ao invés de revogar e simplesmente extinguir a Lei de Incentivo à Cultura atualmente vigente, conforme proposto pela Sugestão em epígrafe, cabe ao Senadores e Senadoras apreciar a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados, no sentido de identificar os aspectos que ainda necessitam ser aprimorados. Enfim, dar a contribuição final para a construção do novo marco legal, que não apenas substitua, mas modernize e aprimore os aspectos da Lei em vigor que, nos últimos anos, mesmo que com distorções e problemas, foi a grande ferramenta dinamizadora da produção cultural do País.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** da Sugestão nº 49, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

Ala Senador Dinarte Mariz – Gabinete 1 – Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6510 – marta.suplicy@senadora.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



6 Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CDH, 13/06/2018 às 12h - 56ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

MDB			
TITULARES		**SUPLENTES**	
FERNANDO BEZERRA COELHO		1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
MARTA SUPLICY	PRESENTE	2. VAGO	
HÉLIO JOSÉ	PRESENTE	3. VAGO	
VAGO		4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
ÂNGELA PORTELA		1. GLEISI HOFFMANN	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS	
PAULO PAIM	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	PRESENTE
REGINA SOUSA	PRESENTE	4. JORGE VIANA	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	**SUPLENTES**
EDUARDO AMORIM	1. VAGO
JOSÉ MEDEIROS	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
CIRO NOGUEIRA		1. SÉRGIO PETECÃO	
ANA AMÉLIA	PRESENTE	2. KÁTIA ABREU	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
JOÃO CAPIBERIBE		1. LÍDICE DA MATA	
ROMÁRIO	PRESENTE	2. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
MAGNO MALTA		1. RODRIGUES PALMA	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		2. PEDRO CHAVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
JOSÉ PIMENTEL
GLADSON CAMELI
OTTO ALENCAR
WELLINGTON FAGUNDES
GARIBALDI ALVES FILHO



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 49/2017)

NA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA MARTA SUPLICY, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA REJEIÇÃO DA SUGESTÃO.

13 de Junho de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 50, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 39, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor
RELATOR: Senador Antonio Anastasia

13 de Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

RELATÓRIO Nº , DE 2018

SF/18830.65071-60

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 39, de 2018 (nº 263/2018, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.*

RELATOR: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da China e, cumulativamente na Mongólia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, tendo nascido em 17 de dezembro de 1959, em Porto Alegre/RS. Graduou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983, no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1984. Em 1986 completou a Pós-graduação em Administração na École Nationale

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/18830.65071-60

d'Administration em Paris, França, e foi aprovado, em 2004, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco (CAD) com a tese "Multifuncionalidade e preocupações não comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC".

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1985, Segundo-Secretário em 1989 e Primeiro-Secretário em 1997. Foi promovido a Conselheiro, em 2001, a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe em 2013, todos por merecimento.

Na Secretaria de Estado exerceu, entre outras, as seguintes funções: Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania II (2000-01); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2001-2003); Coordenador Nacional para o Mercosul (2015 e 2017); Diretor do Departamento Econômico (2011-2015) e Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe (2015). Chefiou a delegação brasileira a inúmeras reuniões internacionais.

Em missões no Exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra (2003-08) e na Delegação do Brasil junto à OMC (2008-11), entre outros postos. Entre 2016 e 2018 foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Entre as obras que publicou destacam-se: "Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006; "Taxation and Representation in the WTO", *in* Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law; "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC" *in* Benjamim, Daniela Arruda (org.) *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem de Rio Branco (Brasil, Comendador); Ordem do Mérito Militar (Brasil, Cavaleiro), Ordem do Mérito Naval (Brasil, Oficial); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil. Recebeu, também o Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, do Instituto Rio Branco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/18830.65071-60

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Popular da China. O documento apresentado dá notícia da localização geográfica daquele país, bem como oferece amplo leque de outras informações.

Segundo o documento, a China conta com uma população de cerca de 1,37 bilhão de pessoas e uma área total de 9.561.000 km2. Seu Produto Interno Bruto (PIB) somou US$ 12 trilhões e o PIB *per capita* foi de US$ 8.643, em dados de 2017. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,738, ocupando a 90ª posição entre 188 países. Trata-se do país mais populoso do mundo e com o terceiro maior território.

As relações bilaterais iniciaram-se em 1974, tendo sido elevadas à condição de Parceria Estratégica em 1993, passando a contar com arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Conversação e Cooperação (COSBAN). É o principal órgão decisório do plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC). Em 2012, foi estabelecida Parceria Estratégica Global entre os dois países, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de chanceleres, para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral.

Com três Consulados-Gerais na China, em Cantão, Hong Kong e Shangai, o Brasil instalou, em 2015, *Visa Centers* em Pequim, Xangai e Cantão, que contribuem para acelerar a tramitação de pedidos de vistos por meio da terceirização de tarefas mais burocráticas do processo. A comunidade brasileira na China é estimada em 16.160 nacionais.

No que diz respeito à política externa chinesa, cinco eixos a orientam: a relação com Estados Unidos, Rússia e União Europeia; relação com países vizinhos; fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento; relações com organismos e foros multilaterais e a diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil.

O Brasil e a China cooperam no âmbito do agrupamento BRICS desde 2008, onde se destaca a criação do novo banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Outros âmbitos de cooperação são o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa – Fórum de Macau; o Foro CELAC-China e o BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, criado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto.

No campo do comércio a China é, desde 2009, o principal parceiro do Brasil. A corrente de comércio alcançou US$ 74,8 bilhões no ano passado, com superávit brasileiro de US$ 20,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, o intercâmbio cresceu 9% em relação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, o Brasil é o nono parceiro comercial da China, com participação de 2,1% na corrente de comércio daquele país.

O Brasil exporta para a China principalmente soja, minério de ferro e petróleo e os componentes eletroeletrônicos representam 21% das importações totais oriundas da China.

No tocante aos investimentos, é crescente a presença chinesa no Brasil. De pouco mais de US$ 300 milhões, em 2014, o estoque de investimentos superava, em 2014, US$ 12 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil. Os investimentos chineses dirigiram-se, em 2017, às áreas de energia renovável, saneamento, telecomunicações, agronegócio, serviços, aproveitamento energético, serviços de TI, infraestrutura portuária, investimento bancário e financeiro.

A Mongólia conta com população de 3,06 milhões de habitantes e tem área de 1.566.500 km2. Seu PIB é de US$ 11,1 bilhões e o IDH é de 0,675 (108º lugar no ranking). O Brasil e a Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores.

A Mongólia dispõe de reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas principalmente por empresas chinesas. Possui, ademais, uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US$ 5,6 milhões em 2017, ano em que a Mongólia foi o 28º parceiro do Brasil no continente asiático. Nos últimos três anos, os produtos manufaturados predominaram nas vendas brasileiras e também assumiram participação majoritária nas compras provenientes do mercado mongol.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Mongólia são pneus novos, máquinas para terraplanagem, produtos de confeitaria sem

SF/18830.65071-60

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cacau, tabaco manufaturado. E importa compostos aminados de funções oxigenadas, cobertores e mantas, compostos de função carboxiamida e insumos para medicamentos.

A população brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de apenas dez habitantes.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

SF/18830.65071-60

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal 7

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 39/2018 - PAULO M. - CHINA

Início da votação: 13/06/2018 10:23:48 Fim da votação: 13/06/2018 12:31:57

TITULARES		SUPLENTES	
MDB		**MDB**	
EDISON LOBÃO		1. AIRTON SANDOVAL	**votou**
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	**votou**
ROBERTO REQUIÃO		3. HÉLIO JOSÉ	**votou**
ROMERO JUCÁ		4. MARTA SUPLICY	**votou**
FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,**	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	
KÁTIA ABREU		2. JOSÉ PIMENTEL	
JORGE VIANA	**votou**	3. PAULO PAIM	
LINDBERGH FARIAS		4. HUMBERTO COSTA	
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		**Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)**	
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER		2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERRAÇO		3. FLEXA RIBEIRO	**votou**
JOSÉ AGRIPINO	**votou**	4. TASSO JEREISSATI	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		**Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)**	
LASIER MARTINS	**votou**	1. JOSÉ MEDEIROS	
ANA AMÉLIA	**votou**	2. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,		**Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,**	
CRISTOVAM BUARQUE	**votou**	1. VANESSA GRAZZIOTIN	
RUDSON LEITE		2. RANDOLFE RODRIGUES	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		**Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)**	
FERNANDO COLLOR		1. WELLINGTON FAGUNDES	**votou**
PEDRO CHAVES	**votou**	2. ARMANDO MONTEIRO	

Votação:

TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Fernando Collor
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 13/06/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 39/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E, CUMULATIVAMENTE, NA MONGÓLIA, COM 14 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

13 de Junho de 2018

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 51, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 43, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor
RELATOR: Senador Cristovam Buarque

13 de Junho de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 43, de 2018 (Mensagem nº 280/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra*.

SF/18197.95864-18

Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. POMPEU ADREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. POMPEU ANDREUCCI NETO é filho de Durval Anchieta Andreucci e Clarice Andreucci e nasceu em São Paulo-SP, em 16 de março de 1964. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1986. Ainda na seara acadêmica, em 2009 tornou-se Mestre em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Políticas Públicas Internacionais pela *Paul H. Nitze School of Advanced International Studies* da *Johns Hopkins University*, em Washington-DC.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1989. Ascendeu a Primeiro-Secretário, em 2000. A Conselheiro, em 2005; a Ministro de Segunda Classe, em 2009; e a Ministro de Primeira Classe, em 2016. Todas as promoções por merecimento.

SF/18197.95864-18

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de 1992-94 Diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro da Secretaria de Controle Interno, de 1992 a 1994; Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, entre 2000 e 2003; Assessor Especial e Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2003 e 2006; Assessor Diplomático e Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República, de 2011 a 2016; e Chefe do Cerimonial da Presidência da República, de 2016 até o presente.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Terceiro e Segundo-Secretário no Escritório Financeiro em Nova York, de 1994 a 1997; Segundo-Secretário na Embaixada em Montevidéu, de 1997 a 2000; e Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, entre 2006 e 2011.

O diplomata indicado fez jus às seguintes condecorações: Oficial da Ordem de Rio-Branco (2005); Medalha Mérito Tamandaré (2011); Grande Oficial da Ordem de Rio-Branco (2012); Medalha da Vitória (2012); Medalha Cívica Regente Feijó (2012); Ordem do Mérito Militar (2014); Ordem do Mérito Naval (2015); Ordem do Mérito Aeronáutico (2015); Grã-Cruz da Ordem de Rio-Branco (2017); e Grande Oficial da Ordem do Mérito da Defesa (2017).

Ainda em seu currículo, a menção às diversas obras publicadas pelo diplomata:

- A Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores: Desafios e Perspectivas Ante uma Herança Weberiana;
- Itaipu Binacional – Origens e Conseqüências de uma Crise;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- *La Pensée de Jean-Jacques Rousseau et la Structure de la Légitimité Démocratique dans l'État Moderne – Est-ce qui`l y en a Une?*;

- Rio-Branco e a Questão do Acre – Antecedentes da Ação. Desenvolvimentos Políticos e Reflexos Atuais na Política Externa Brasileira na América do Sul; e

- A Opção Realista em Política Internacional – O Pensamento de Hans Morgenthau

SF/18197.95864-18

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Reino da Espanha e o Principado de Andorra, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Reino da Espanha situa-se na Europa Meridional, majoritariamente na Península Ibérica. Seu território possui 505.370 km2 de extensão e faz fronteira terrestre com Portugal, França, Andorra e Gibraltar. Ao sul, faz fronteira com o mar Mediterrâneo; ao norte, com o Golfo de Biscaia; e, a oeste, com o oceano Atlântico. No território espanhol, incluem-se, ainda, as ilhas Baleares, no Mediterrâneo; as ilhas Canárias, no oceano Atlântico; e as cidades autônomas de Ceuta e Melilla, que fazem fronteira com o Marrocos.

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX e, a partir da década de 1990, pelos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico representa eixo essencial da relação.

Em 2003, foi assinado o Acordo de Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha, que previa o aprofundamento do diálogo por meio de reuniões regulares e da constituição de grupos de trabalho. Em 2005, foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica) que previa reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração. Em novembro de 2012, com a Declaração de Madri, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político, com vistas a garantir uma avaliação permanente da relação bilateral, além de estruturar o diálogo político.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/18197.95864-18

A economia espanhola continua em trajetória de sólido crescimento, tendo encerrado o ano de 2017 com elevação de 3,1% no PIB. No último trimestre do ano passado, registrou-se ligeira desaceleração do crescimento econômico. A economia espanhola já acumula quatro anos consecutivos de crescimento econômico, e a Espanha foi o país europeu que mais cresceu entre 2014 e 2016, com aumento acumulado de 7,8% no período. O país já recuperou cerca de 80%, em termos reais, do produto perdido durante a crise econômica.

A Chancelaria espanhola tem dedicado empenho à recuperação do peso relativo da Espanha na Europa, sem descuidar dos tradicionais laços com a Ibero-América e o Magreb. Nesse contexto, a agenda de cooperação ibero-americana ganha peso como instrumento de projeção de contatos com países dessa região. A Espanha é um dos principais investidores na região, com forte presença em setores como construção, energia e telecomunicações, sendo o Brasil o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina.

A característica principal dos investimentos espanhóis é a presença de grandes conglomerados multinacionais com atuação destacada na América Latina, os quais funcionam em setores que possuem barreiras de entrada de mercado em função da necessidade de extenso investimento inicial, como os sistemas bancário, de transportes e logística, de telefonia, de engenharia, entre outros.

A Espanha foi o 12º parceiro comercial do Brasil, com 1,81% do comércio exterior brasileiro em 2017. Já o Brasil foi o 17º exportador (com 0,9%) e o 16º importador de produtos espanhóis, com 1,3% do total. Os produtos básicos predominaram nas vendas brasileiras (79%), ao passo que os itens industrializados assumiram participação majoritária no que tange às aquisições originárias do mercado espanhol (94%).

Após três anos de resultados negativos em transações comerciais com a Espanha, o Brasil reverteu a tendência deficitária no comércio bilateral e obteve superávit de US$ 39 milhões em 2016 e de US$ 963 milhões em 2017 (21º maior saldo positivo brasileiro). O fluxo comercial alcançou US$ 6,67 bilhões em 2017 (+29% ante 2016). As exportações cresceram significativamente, em 46%, evoluindo de US$ 2,6 bilhões, em 2016, para US$ 3,8 bilhões em 2017.

Por fim, no que tange à matéria consular, registre-se que a comunidade de brasileiros na Espanha supera os 80 mil indivíduos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sobre o Principado de Andorra, importante constar que está localizado na cordilheira dos Pirineus, entre o nordeste da Espanha e o sudoeste da França. Com território de 467,63 km2, Andorra é o sexto menor país da Europa, maior apenas que Malta, Liechtenstein, San Marino, Mônaco e Vaticano. O principado é também o único país do mundo cuja única língua oficial é o catalão.

O país é conhecido como uma coprincipalidade ou diarquia, devido ao papel honorário concedido aos dois copríncipes: o bispo de Urgel, na Espanha, e o presidente da França. Seu parlamento, conhecido como Conselho Geral, criado em 1419, é o mais antigo da Europa.

A partir do ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1993, Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular. A densidade das relações bilaterais é modesta, consentânea com as pequenas dimensões do país. Em razão desse aspecto e da racionalização de recursos humanos por parte do Principado, as comunicações oficiais observam ritmos mais dilatados, mas nunca em prejuízo da efetividade e diligências dos contatos. A despeito de relações bilaterais modestas, pode-se perceber nitidamente grande receptividade por parte das autoridades andorranas, com vistas ao estreitamento dos vínculos com o Brasil. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/18197.95864-18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado Federal 7

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 43/2018 - POMPEU N.- ESPANHA

Início da votação: 13/06/2018 10:23:48 Fim da votação: 13/06/2018 12:31:57

TITULARES		SUPLENTES	
MDB		**MDB**	
EDISON LOBÃO		1. AIRTON SANDOVAL	**votou**
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	**votou**
ROBERTO REQUIÃO		3. HÉLIO JOSÉ	**votou**
ROMERO JUCÁ		4. MARTA SUPLICY	**votou**
FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,**	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	
KÁTIA ABREU		2. JOSÉ PIMENTEL	
JORGE VIANA	**votou**	3. PAULO PAIM	
LINDBERGH FARIAS		4. HUMBERTO COSTA	
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		**Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)**	
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER		2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERRAÇO		3. FLEXA RIBEIRO	**votou**
JOSÉ AGRIPINO	**votou**	4. TASSO JEREISSATI	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		**Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)**	
LASIER MARTINS	**votou**	1. JOSÉ MEDEIROS	
ANA AMÉLIA	**votou**	2. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,		**Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,**	
CRISTOVAM BUARQUE	**votou**	1. VANESSA GRAZZIOTIN	
RUDSON LEITE		2. RANDOLFE RODRIGUES	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		**Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)**	
FERNANDO COLLOR		1. WELLINGTON FAGUNDES	**votou**
PEDRO CHAVES	**votou**	2. ARMANDO MONTEIRO	

Votação:

TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Fernando Collor
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 13/06/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 43/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR POMPEU ANDREUCCI NETO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA ESPANHA E, CUMULATIVAMENTE, NO PRINCIPADO DE ANDORRA, COM 14 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

13 de Junho de 2018

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Rodrigues Palma* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PV - Rudson Leite** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19
MDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval. . . . . MDB / SP
Dário Berger. . . . . MDB / SC
Edison Lobão. . . . . MDB / MA
Eduardo Braga. . . . . MDB / AM
Eunício Oliveira. . . . . MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . MDB / PE
Garibaldi Alves Filho. . . . . MDB / RN
Hélio José. . . . . PROS / DF
Jader Barbalho. . . . . MDB / PA
João Alberto Souza. . . . . MDB / MA
José Maranhão. . . . . MDB / PB
Marta Suplicy. . . . . MDB / SP
Renan Calheiros. . . . . MDB / AL
Roberto Requião. . . . . MDB / PR
Romero Jucá. . . . . MDB / RR
Simone Tebet. . . . . MDB / MS
Valdir Raupp. . . . . MDB / RO
Waldemir Moka. . . . . MDB / MS
Zeze Perrella. . . . . MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17
PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Eduardo Amorim. . . . . PSDB / SE
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM / SE
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Ferraço. . . . . PSDB / ES
Roberto Rocha. . . . . PSDB / MA
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE
Wilder Morais. . . . . DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 13
PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1
PODE-5 / PV-1

Alvaro Dias. . . . . PODE / PR
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Cristovam Buarque. . . . . PPS / DF
Elmano Férrer. . . . . PODE / PI
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PODE / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Romário. . . . . PODE / RJ
Rose de Freitas. . . . . PODE / ES
Rudson Leite. . . . . PV / RR
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12
PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Ângela Portela. . . . . PDT / RR
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Kátia Abreu. . . . . PDT / TO
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11
PP-6 / PSD-5

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
Lasier Martins. . . . . PSD / RS
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Raimundo Lira. . . . . PSD / PB
Roberto Muniz. . . . . PP / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC

Bloco Moderador - 8
PTB-1 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro. . . . . PTB / PE
Eduardo Lopes. . . . . PRB / RJ
Fernando Collor. . . . . PTC / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Pedro Chaves. . . . . PRB / MS
Rodrigues Palma. . . . . PR / MT
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe. . . . . DF

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	13
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Moderador.	8
S/Partido.	1
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Maioria-PROS-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)
João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)
Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (-S/Partido-DF)
Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Rodrigues Palma* (Bloco-PR-MT)
Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Rudson Leite** (Bloco-PV-RR)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11
Líder **Simone Tebet - MDB** (142,162) ..... **Líder do MDB - 18** **Simone Tebet** (142,162) Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (141) **Líder do PROS - 1** **Hélio José** (42,48,86,155)	**Líder** **Eduardo Amorim - PSDB** (70,103,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Ataídes Oliveira (75) ..... **Líder do PSDB - 12** **Paulo Bauer** (100) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159) **Líder do DEM - 5** **Ronaldo Caiado** (104) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)	**Líder** **Ciro Nogueira - PP** (165) Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49) ..... **Líder do PP - 6** **Benedito de Lira** (106) **Líder do PSD - 5** **Omar Aziz** (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12	**Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 13**	**Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 8**
Líder **Lindbergh Farias - PT** (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) ..... **Líder do PT - 9** **Lindbergh Farias** (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126) **Líder do PDT - 3** **Acir Gurgacz** (8,26,116) Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)	**Líder** **João Capiberibe - PSB** (1,11,113,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Vanessa Grazziotin (17,22,157) ..... **Líder do PSB - 4** **Antonio Carlos Valadares** (52,71,146,164) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,145,166) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (17,22,157) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (20,23,91,156) **Líder do PPS - 1** **Cristovam Buarque** (64) **Líder do PODE - 5** **Alvaro Dias** (16,65,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152) **Líder do PV - 1** **Rudson Leite** (167)	**Líder** **Wellington Fagundes - PR** (43,46,109) ..... **Líder do PTB - 1** **Armando Monteiro** (97) **Líder do PR - 4** **Vicentinho Alves** (105) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) **Líder do PRB - 2** **Eduardo Lopes** (81,95) **Líder do PTC - 1** **Fernando Collor** (5,6,67,69)
Governo	**Minoria**	
Líder **Romero Jucá - MDB** (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Flexa Ribeiro (132,151) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,128,147)	**Líder** **Humberto Costa - PT** (15,21,50,53,79,90,114)	

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-lider do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Morais foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi desigando 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderença do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-Bl.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017
Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018
Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018
Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018
Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Dário Berger (3)	1. Senador Eduardo Braga (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (3)	2. Senador Valdir Raupp (3)
Senador Roberto Requião (3)	3. Senador Airton Sandoval (6)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (5)	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (2)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)

Notas:
1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes / Diogo Peixoto
Telefone(s): 3303-4854 / 3510
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (MDB-PB)

Designação: 22/06/2016
Leitura: 13/07/2016
Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
Senador José Maranhão (MDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PROS-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).
**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).
***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).
1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 - 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (4)

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (4)

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)
Senador Airton Sandoval (MDB-SP) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (1)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (2)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3,5)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).
2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).
3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).
4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR)
5. Em 12.06.2018, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro da comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 43/2018-BLPRD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016
Prazo final: 22/12/2016
Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (1)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:
1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)
Telefone(s): 33034854
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:
*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:
1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
**********. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
**********. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.
**********. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 11/04/2016
Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS
Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso
Cleide Regina Furlani Pompermaier
Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

*******. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.
********. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (2)
RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)

Leitura: 25/04/2017
Instalação: 09/08/2017
Prazo final: 22/12/2017
Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) (3)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (5)
Senadora Marta Suplicy (SP) (3)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (4)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:
*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.
1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titutares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).
6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela
Telefone(s): 3303-3492

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (8)
VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)

Leitura: 14/03/2018
Instalação: 17/04/2018
Prazo final: 28/10/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (MDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (6)	1. Senador Zeze Perrella (MDB-MG) (6,7,9)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (11)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5,12)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (5)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1,10)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (2)	

Notas:
1. Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Morais e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
2. Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
3. Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
4. Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
5. Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
6. Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDB).
7. Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDB).
8. Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
9. Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDB).
10. Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
11. Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).
12. Em 12.06.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 042/2018-BLPRD).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima
Telefone(s): 3303-3508
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) (6)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (5,25)	1. Senador Eduardo Braga (5,8)
Senador Roberto Requião (5,8)	2. Senador Romero Jucá (5)
Senador Garibaldi Alves Filho (5)	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (5)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (5,20)	4. Senador Waldemir Moka (5)
Senadora Simone Tebet (5)	5. Senador Airton Sandoval (16,19,24)
Senador Valdir Raupp (5)	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho (19)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (1,28)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (5)
Senador José Agripino (DEM-RN) (5)	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (15)	1. Senador Rudson Leite (PV-RR) (18,30)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. (7,15)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (4)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)	2. VAGO (4,9,10)
VAGO (4,13,31)	3. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (4,29)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves(Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (1)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:
1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) (13)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (13)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8,14)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Wilder Morais (DEM-GO) (9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PODE-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (7,23)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM)

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (2)
RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (3)

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (MDB-MS) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Airton Sandoval (MDB-SP) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (1)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (1)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (1)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (1)	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (1)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (1)

Notas:
1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).
*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (MDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)

TITULARES	Suplentes
Maioria (51)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) (1)
Senador Edison Lobão (MDB-MA) (1)	2. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,55)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,50,53)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (1)	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) (1)
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) (1)	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) (1)
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) (1)	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (1)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (1)	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) (1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (6)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) (6)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (6)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) (6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (3)
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	5. Senador José Serra (PSDB-SP) (20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (5)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (5)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (32)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) (4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (4)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (2,16,54)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) (2)	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz(Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado(Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado(Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD)
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (13)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (19)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (11)	1. Senador Airton Sandoval (11,14)
Senador Romero Jucá (11,23,24)	2. Senador Dário Berger (11)
Senador João Alberto Souza (11)	3.
Senador Valdir Raupp (11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (6)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (6)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (6)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (4)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (1)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (20)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)	2. Senador Rudson Leite (PV-RR) (2,21,27)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5,15)	1. VAGO (5,17,18,26)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,25)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPDC).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPDC)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (18,27)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,34)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata(Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:
1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Valdir Raupp (2)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) (1)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

Notas:
1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
**. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Angela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resitência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) (9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (9)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão (7)	1. Senador Airton Sandoval (7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza (7)	2. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Roberto Requião (7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Romero Jucá (7)	4. Senadora Marta Suplicy (17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho (21)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (5)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (5)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,16,24)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) (5)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (8)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)
Senador José Agripino (DEM-RN) (8)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (6)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (6)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (6)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (20)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Senador Rudson Leite (PV-RR) (4,18,27)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (3)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (1)	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (1)	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) (1)	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (1)	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (1)	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) (1)	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).
2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).
3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)
VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (7,30)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. VAGO (10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
VAGO (4,28)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
Senador Rudson Leite (PV-RR) (1,16,32)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. VAGO (5,12,13,33)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,26,31)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12,2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (9)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (13)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (17,27)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (20)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1. VAGO (19,22,23,26)
Senador Rudson Leite (PV-RR) (2,18,28)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16,25,29)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (MDB-RO) (8)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka (6)	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (6)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Valdir Raupp (6)	3.
Senador Dário Berger (6)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (4)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (4)	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (12)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,10,11)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (5,13)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).

6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).

9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).

10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).

12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

13. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
7. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
9. Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
10. Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
11. Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
12. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima
Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -
Telefone(s): 61 33031120
E-mail: cct@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PROS-DF) (8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (8)

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp (3)	1. VAGO (6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) (3)	2.
Senador João Alberto Souza (3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
VAGO (7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (11)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (11)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (13)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. VAGO (5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (12)

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (MDB-SP) (12)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (10,21)	1. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Airton Sandoval (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (18)
Senador Dário Berger (10)	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (18)
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (19)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) (8,15,16,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (23)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior
Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33033519
E-mail: ctfc@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:
1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (MDB-MA) (8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (8)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015
11ª Eleição Geral: 30/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO (15)
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER,lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atualização: 08/02/2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
MDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	MDB
VAGO	MDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atualização: 29/11/2016

Notas:
*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

16) COMENDA ZILDA ARNS

(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.080581/2018-64

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRB
PROS
PSD
PSB
PTB
PTC
PV
PR
PSDB
PT
PODE
REDE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA

(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B058B456002519BF.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.